



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME I

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955**



11

# ÍNDICE

DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

### 1955

	Págs.		Págs.
2.383 — Lei de 3 de janeiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Cria a Faculdade de Engenharia do Ceará — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de fevereiro de 1955 .....	3	2.387 — Lei de 4 de janeiro de 1955 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ .... 800.000,00, para atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1955 .....	5
2.384 — Lei de 3 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 7.966,70, para pagamento de substituições no Tribunal Superior Eleitoral — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1955 .....	4	2.388 — Lei de 4 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ .. 2.066.000,00 para atender a despesas com o pagamento de etapas de alimentação do pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1955 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de janeiro de 1955 ...	5
2.385 — Lei de 3 de janeiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede favores aos devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de janeiro de 1955 .....	4	2.389 — Lei de 5 de janeiro de 1955 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$	
2.386 — Lei de 3 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerre</i> — <i>Aeronáutica</i> — Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de janeiro de 1955 ....	4		

	Págs.		Págs.
1.200.000,00, para atender a despesas com o comparecimento do Brasil à 36. <sup>a</sup> Sessão da Conferência Internacional do Trabalho — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 .....		cias — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 .....	9
2.390 — Lei de 5 de janeiro de 1955 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para pagamento de diaristas do mesmo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 .....	5	2.396 — Lei de 11 de janeiro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento de despesas com pessoal do quadro do mesmo Ministério — Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955 — Reproduzida no D. O. de 28 de janeiro de 1955 .....	9
2.391 — Lei de 7 de janeiro de 1955 — <i>Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1955 .....	6	2.397 — Lei de 11 de janeiro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.028,00, para atender ao pagamento de gratificação a Abel Pinheiro Maciel Filho, médico, classe "N", do Quadro Permanente do Território do Acre — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de janeiro de 1955 .....	9
2.392 — Lei de 8 de janeiro de 1955 — Cria, na Justiça do Trabalho, a 2. <sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Belém, Estado do Pará, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 8 de janeiro de 1955 .....	7	2.398 — Lei de 11 de janeiro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 96.870,50, para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, pela Administração do Território do Rio Branco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de janeiro de 1955 .....	10
2.393 — Lei de 8 de janeiro de 1955 — <i>Saúde — Fazenda</i> — Modifica o art. 1. <sup>o</sup> da Lei número 1.556, de 12 de fevereiro de 1952 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 .....	8	2.399 — Lei de 11 de janeiro de 1955 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 385.007,60, para pagamento de fornecimentos e serviços à Escola Técnica de Manaus — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1955 .....	10
2.394 — Lei de 8 de janeiro de 1955 — <i>Saúde — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de janeiro de 1955 .....	8	2.400 — Lei de 12 de janeiro de 1955 — <i>Aeronáutica — Fazenda</i> — Autoriza o Poder	
2.395 — Lei de 11 de janeiro de 1955 — <i>Viação</i> — Cria dois Distritos de 1. <sup>a</sup> classe no Departamento Nacional de Obras, e dá outras providên-			



	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica. o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00, para atender à pagamento de subvenção à Panair do Brasil Sociedade Anônima — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1955 .....	11	117.329,00, para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de janeiro de 1955 .....	13
2.401 — Lei de 12 de janeiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a saldar a dívida contraída pela Escola de Engenharia atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1955 — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1955 .....	11	2.406 — Lei de 20 de janeiro de 1955 — Concede a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00 ao Professor Luiz Alves dos Santos — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1955 .....	13
2.402 — Lei de 12 de janeiro de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para construção no Recife, Estado de Pernambuco, de um Hospital de Pronto Socorro com o nome de Agamenon Magalhães — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1955 .....	11	2.407 — Lei de 22 de janeiro de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de janeiro de 1955 .....	13
2.403 — Lei de 13 de janeiro de 1955 — Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de janeiro de 1955 .....	12	2.408 — Lei de 24 de janeiro de 1955 — <i>Trabalho</i> — Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de janeiro de 1955 .....	14
2.404 — Lei de 13 de janeiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de janeiro de 1955 .....	12	2.409 — Lei de 27 de janeiro de 1955 — <i>Guerra</i> — Concede as honras de Marechal do Exército Brasileiro ao General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de janeiro de 1955 .....	14
2.405 — Lei de 17 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1. <sup>a</sup> Região — o crédito especial de Cr\$ ..	12	2.410 — Lei de 29 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Exterior</i> — <i>Trabalho</i> — Prorroga até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 31 de janeiro de 1955 ....	14
		2.411 — Lei de 31 de janeiro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Estende aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal	

	Págs.		Págs.
da Justiça do Distrito Federal o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1928, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de fevereiro de 1955 .....	15	Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 500.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 ....	20
2.412 — Lei de 1 de fevereiro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda — Marinha — Guerra — Exterior — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — Saúde</i> — Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 4 de fevereiro de 1955 ..	16	2.418 — Lei de 10 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Concede favores às empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem no país, dentro em cinco anos, para explorar minas de ouro e seus subprodutos — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 .....	21
2.413 — Lei de 5 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Transforma em Alfândega a Mesa de Rendas Alfandegada de Itajaí — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de fevereiro de 1955 .....	19	2.419 — Lei de 10 de fevereiro de 1955 — <i>Marinha — Agricultura</i> — Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 .....	21
2.414 — Lei de 8 de fevereiro de 1955 — <i>Guerra</i> — Modifica a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, que se refere ao Corpo de Saúde do Exército, na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas do Exército — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de fevereiro de 1955 — Reproduzido no <i>Diário Oficial</i> de 12 e 14 de fevereiro de 1955 .....	19	2.420 — Lei de 11 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .... 76.783,30, para pagamento de salários atrasados de pessoal e regularização de despesas de telegramas e telefones da extinta Comissão de Controle dos Acórdos de Washington — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 ..	22
2.415 — Lei de 9 de fevereiro de 1955 — <i>Justiça</i> — Altera dispositivos dos Decretos números 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e 20.493, de 24 de janeiro de 1946 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de fevereiro de 1955 .....	20	2.421 — Lei de 11 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ... 400.000,00, para auxiliar a realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 ..	22
2.416 — Lei de 9 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede escritura de propriedade aos posseiros das terras denominadas Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 .....	20	2.422 — Lei de 11 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .. 2.655.600,00, para ocorrer a despesas da Comissão de De-	
2.417 — Lei de 9 de fevereiro de 1955 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Autoriza o Poder			

	Págs.		Págs.
envolvimento Industrial — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fevereiro de 1955 ..	23	cargos do mesmo Ministério no Exercício de 1953 — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de fevereiro de 1955 ....	26
2.423 — Lei de 11 de fevereiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 100.000,00, para concessão de auxílio à II Conferência Na- cional dos Jornalistas Profis- sionais — Publicada no <i>Diá- rio Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1955 .....	23	2.423 — Lei de 16 de fevereiro de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a pagar, pelo Mi- nistério da Fazenda, a Age- nor Marques dos Santos a quantia de Cr\$ 546,80, a tí- tulo de compensação por dis- pensa de serviço industrial do Estado — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de feve- reiro de 1955 .....	29
2.424 — Lei de 11 de fevereiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Educação e Cul- tura, o crédito especial de Cr\$ 348.441,10, para paga- mento de gratificação de ma- gistério a professores do mes- mo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de fe- vereiro de 1955 .....	23	2.429 — Lei de 16 de fevereiro de 1955 — <i>Guerra</i> — Altera a Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, que fixa o número de Officiais Generais do Exér- cito — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de fevereiro de 1955 .....	29
2.425 — Lei de 14 de fevereiro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza a emissão de se- los postais comemorativos do centenário da fundação do Município de Botucatu, Es- tado de São Paulo — Pu- blicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de fevereiro de 1955 .....	25	2.430 — Lei de 19 de fevereiro de 1955 — <i>Educação</i> — Dispõe sobre a realização dos exa- mes de suficiência ao exer- cício do magistério nos cur- sos secundários — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de março de 1955 .....	30
2.426 — Lei de 16 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Trans- fere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas pa- ra atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, mediante resgate de débito do Tesou- ro Nacional ao Banco do Brasil S.A., e dá outras pro- vidências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de feve- reiro de 1955 .....	25	2.431 — Lei de 21 de fevereiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fa- zenda</i> — Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula entre os esta- belecimentos subvencionados pelo Governo Federal — Pu- blicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de março de 1955 .....	30
2.427 — Lei de 16 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Auto- riza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fa- zenda, o crédito especial de Cr\$ 840.737.157,50 (oitocen- tos e quarenta milhões, se- tecentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e sete cru- zeiros e cinquenta centavos), para pagamento de despesas de pessoal e de Serviços e En-		2.432 — Lei de 27 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Mo- difica o art. 1.º da Lei nú- mero 1.122, de 3 de junho de 1950. — Publicada no D. O. de 4 de março de 1955 .....	31
		2.433 — Lei de 27 de fevereiro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Auto- riza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o cré- dito especial de .....	
		Cr\$ 23.523,50, destinado a ocorrer a despesas com o pa- gamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos e substituições ao pessoal do mesmo Tribunal. — Publica- da no D. O. de 4 de março de 1955 .....	31

	Págs.		Págs.
2.434 — Lei de 27 de fevereiro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério. — Publicada no D. O. de 4 de março de 1955 .....	31	2.439 — Lei de 9 de março de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devida aos municípios e referente ao exercício de 1953. — Publicada no D. O. de 15 de março de 1955 .....	34
2.435 — Lei de 2 de março de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial até o limite de Cr\$ 94.000,00, destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal do mesmo Tribunal. — Publicada no D. O. de 4 de março de 1955 .....	33	2.440 — Lei de 3 de março de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 195.261.000,00 para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira. — Publicada no D. O. de 15 de março de 1955 .....	35
2.436 — Lei de 3 de março de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender a despesas com a realização da 1. <sup>a</sup> Exposição Agro-Avícola. — Publicada no D. O. de 9 de março de 1955 .....	33	2.441 — Lei de 12 de março de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, a fim de erigir-se, na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas. — Publicada no D. O. de 22 de março de 1955 .....	35
2.437 — Lei de 7 de março de 1955 — <i>Justiça</i> — Dá nova redação a dispositivos do Código Civil. — Publicada no D. O. de 12 de março de 1955 .....	33	2.442 — Lei de 15 de março de 1955 — <i>Trabalho</i> — Regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. — Publicada no D. O. de 18 de março de 1955 .....	35
2.438 — Lei de 9 de março de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 19 de março de 1955 — Retificada no D.O. de 23 de março de 1955 .....	34	2.443 — Lei de 16 de março de 1955 — <i>Trabalho</i> — Modifica o parágrafo único do artigo 1. <sup>o</sup> do Decreto-lei n. <sup>o</sup> 5.087, de 14 de dezembro de 1942. — Publicada no D. O. de 19 de março de 1955 .....	35

# Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
2.354 — Lei de 29 de novembro de 1954 — Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional. — Reproduzida no D. O. de 10 de janeiro de 1955 .....	39	2.378 — Lei de 24 de dezembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis números 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede Vantagens aos Militares da F. E. B. — Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955 .....	39
2.370 — Lei de 9 de dezembro de 1954 — Dispositivo da letra "a", do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional. — Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955 .....	39	2.330 — Lei de 27 de dezembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a construir edifício para sede dos serviços do Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo, alienar o terreno onde se encontra edificado o prédio do mesmo Quartel General, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955 .....	41



Figuram neste volume as leis que, expedidas no primeiro trimestre de 1955, foram publicadas no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.





# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1955

LEI N.º 2.383 — DE 3 DE JANEIRO  
DE 1955

*Cria a Faculdade de Engenharia  
do Ceará*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a criar a Faculdade de Engenharia do Ceará, com sede em Fortaleza, Capital daquele Estado.

Art. 2.º A Faculdade integrará o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e manterá cursos de engenharia civil e industrial, que constarão de seu regulamento.

Art. 3.º Para execução do disposto nos artigos anteriores são criados:

I — no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, 38 (trinta e oito) cargos de professor catedrático, padrão O;

II — três funções gratificadas, sendo uma FG-3, uma FG-5 e uma FG-7.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.140.400,00 (cinco milhões cento e quarenta mil e quatrocentos cruzeiros), sendo Cr\$ ..... 1.008.000,00 (um milhão e oito mil cruzeiros), para o Pessoal Permanente; Cr\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros), para funções gratificadas; Cr\$ 800.000,00 (oi-

tocentos mil cruzeiros), para Pessoal Extranumerário; Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para equipamento; e Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para despesas de instalação inicial.

Parágrafo único — As funções de secretário e de chefe de portaria poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 5.º O provimento dos cargos do Quadro Permanente, criados por esta Lei, se fará à medida da progressão dos cursos, em caráter interino, até que o seja por concurso de títulos e provas, o qual deverá realizar-se dentro de 3 (três) anos da nomeação do interino.

Parágrafo único — Enquanto a Congregação não dispuser de dois terços de professores catedráticos efetivos em exercício, cada concurso será processado e realizado em escola congênere federal, designada pela Diretoria do Ensino Superior.

Art. 6.º O Poder Executivo, dentro em 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, expedirá o regulamento da Faculdade, que disporá sobre o currículo, os trabalhos escolares e os serviços.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Mota Filho.

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.384 — DE 3 DE JANEIRO  
DE 1955

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 7.966,70, para pagamento de substituições no Tribunal Superior Eleitoral.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 7.966,70 (sete mil novecentos e sessenta e seis cruzeiros e setenta centavos), para ocorrer às despesas com substituições do Tribunal Superior Eleitoral, durante o exercício de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Miguel Seabra Fagundes.*

*Eugenio Gudín.*

LEI N.º 2.385 — DE 3 DE JANEIRO  
DE 1955

*Concede favores aos devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais, em atraso no recolhimento das respectivas amortizações, poderão efetuar o pagamento total do débito atrasado, acrescido dos juros correspondentes à taxa contratual e da mora devida, em 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, sem prejuízo do normal pagamento das prestações relativas ao empréstimo inicial.

Art. 2.º A soma do débito em atraso e a importância do empréstimo

não poderá exceder à cota estabelecida como garantia do empréstimo, em função do valor atual do imóvel.

Art. 3.º Para gozar dos benefícios previstos nesta Lei, deverá o interessado requerê-los às Caixas Econômicas Federais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, fazendo prova de não possuir outro imóvel, além do hipotecado, e de viver exclusivamente à custa de seu salário mensal.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudín.*

LEI N.º 2.386 — DE 3 DE JANEIRO  
DE 1955

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É excluído da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para defesa externa do país, o município do Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Miguel Seabra Fagundes.*

*Edmundo Jordão Amorim do Vale.*

*Henrique Lott.*

*Eduardo Gomes.*

LEI N.º 2.387 — DE 4 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), destinado a atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico, bem como de outras julgadas indispensáveis à realização dos trabalhos daquela Comissão.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Raul Fernandes.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.388 — DE 4 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.066.000,00 para atender a despesas com o pagamento de etapas de alimentação do pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.066.000,00 (dois milhões e sessenta e seis mil cruzeiros), para atender a despesas com o pagamento de etapas de alimentação do pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Miguel Seabra Fagundes.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.389 — DE 5 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender a despesas com o comparecimento do Brasil à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para atender a despesas (ajuda de custo, transporte e despesas imprevistas) decorrentes do comparecimento do Brasil à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em junho de 1953.

Art. 2.º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Napoleão de Alencastro Guimarães*  
*Eugênio Gudin.*

LEI N.º 2.390 — DE 5 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para pagamento de diaristas do mesmo Ministério.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), para pagamento dos diaristas do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

*Napoleão de Alencastro Guimarães*  
*Eugênio Gudin*

LEI N.º 2.391 DE 7 DE JANEIRO DE 1955

*Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — em tempo de paz, terão os efetivos fixados de acordo com esta lei.

## I — EXÉRCITO

Art. 2.º O Exército compreende a seguinte força ativa:

- a) os oficiais constantes dos efetivos fixados para os diferentes Quadros de Oficiais do Exército, sendo o efetivo de Segundos Tenentes variável, em função da formação dos cursos respectivos;
- b) os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;
- c) os Oficiais da Reserva convocados para o serviço ativo;
- d) os Aspirantes a Oficial da Reserva convocados para estágio;
- e) os Segundos Tenentes e Aspirantes a Oficial, estagiários, alunos das Escolas de Saúde e de Veterinária do Exército;
- f) os Aspirantes a Oficial do Exército ativo;
- g) 2.950 Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e Alunos das Escolas Preparatórias;
- h) os Alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva;
- i) 1.323 Subtenentes;
- j) 30.334 Sargentos;
- k) 27.973 Cabos;
- l) 94.413 Soldados;
- m) Reservistas convocados para manobras de Grandes Unidades ou exercícios de guarnição, até o máximo de 15.000.

## II — MARINHA

Art. 3.º A Marinha compreende a seguinte força ativa:

- a) os oficiais constantes dos efetivos fixados para o Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra, inclusive os da Reserva ativa;
- b) os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;
- c) os Guardas-Marinha e Oficiais da Reserva convocados ou designados para o serviço ativo, estágio ou períodos de instrução;
- d) os Guardas-Marinha da ativa;
- e) 1.000 Alunos da Escola e Colégio Naval;
- f) 400 alunos dos Centros de Instrução de Oficiais da Reserva;
- g) 18.000 Praças dos quadros e especialidades do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, distribuídos pelas diversas graduações, especialidades e serviços, inclusive Suboficiais;
- h) 12.000 Praças do Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, sendo 7.200 MNS

dos Serviços gerais de convés e máquinas, 2.000 conscritos e de 2.800 Praças das diversas especialidades, serviços ou graduações, já transferidos do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para o referido Quadro Suplementar, em virtude de dispositivos regulamentares;

b) 6.000 Alunos das diversas Escolas de Aprendizes Marinheiros;

j) 3.000 Taifeiros, sendo 2.250 dos quadros e especialidades do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, distribuídos pelas diversas graduações e especialidades e de 750 Taifeiros do serviço geral de baixa — do Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, inclusive os já transferidos ou a serem transferidos para esse quadro em virtude de dispositivos regulamentares;

k) 16.000 Praças do Corpo de Fuzileiros Navais, compreendendo as companhias regionais, banda de músicos, de corneteiros e de sambores, distribuídos pelas diversas graduações e especialidades, inclusive Suboficiais;

l) os práticos, constantes dos respectivos corpos e quadros;

m) a pessoa pertencente aos futuros quadros dos Serviços Auxiliares da Marinha.

### III — AERONAUTICA

Art. 4.º A Aeronáutica compreende a seguinte força ativa:

a) os Officiais constantes dos efectivos fixados para os diferentes Quadros do Corpo de Officiais da Aeronáutica;

b) os Capelães Militares do Serviço de Assistência Religiosa;

c) os Aspirantes a Oficial dos diferentes Quadros do Corpo de Officiais da Aeronáutica;

d) os Aspirantes a Oficial da Reserva convocados ou designados para estágio ou período de instrução;

e) os Officiais da Reserva convocados ou designados para o serviço activo, estágio ou período de instrução;

f) os Segundos Tenentes, estagiários, alunos do Curso Especial de Saúde da Aeronáutica e do Curso de Especialização de Farmacêutico da Aeronáutica;

g) 1.200 Cadetes da Escola de Aeronáutica e Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;

h) 1.200 Alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica;

i) 200 alunos dos Centros de Preparação de Officiais da Reserva;

j) 9.800 Suboficiais e Sargentos distribuídos pelos diferentes Quadros do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica;

k) 14.000 Cabos e Soldados de primeira e segunda classe;

l) 2.200 Taifeiros das diferentes graduações.

Art. 5.º Os claros decorrentes do aumento dos efectivos previstos nesta Lei serão preenchidos de acordo com a legislação em vigor ... (Vetado) ... com os recursos orçamentários próprios.

Art. 6.º Os efectivos fixados na presente Lei poderão ser elevados, quando os interesses da defesa nacional ou a segurança das instituições o exigirem mediante aprovação prévia do Congresso Nacional.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de Janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim do Valle.

Henrique Lott.

Eduardo Gomes.

LEI N.º 2.392 — DE 8 DE JANEIRO DE 1955

*Cria, na Justiça do Trabalho, a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada, na Justiça do Trabalho, a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2.º São criados um cargo de juiz do Trabalho presidente de Junta e duas funções de vogal, sendo uma para a representação dos empregados e outra para a dos empregadores, correspondentes à Junta criada na presente lei.

§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2.º Os vencimentos do cargo e a gratificação das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 3.º Os mandatos dos vogais da junta de que trata o Art. 1.º terminarão, simultaneamente, com os dos titulares da 1.ª Junta de Belém, atualmente em curso.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região promoverá a instalação da Junta, ora criada.

Art. 5.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos necessários à execução da presente lei, até a importância de Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil novecentos sessenta cruzeiros).

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.393 — DE 8 DE JANEIRO DE 1955

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.556, de 12 de fevereiro de 1952.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 1.556, de 12 de fevereiro de 1952, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinado a atender às despesas com a realização do 1.º Congresso Brasileiro e 2.º Latino-Americano de Anestesiologia, na Capital do Estado de São Paulo”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.394 — DE 8 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ ... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas com a restituição do Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó, cedidas pelo mesmo Fundo, no momento de maior calamidade, para socorrer as populações flageladas pelas secas que assolam o país.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Eugenio Gudin.

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 2.395 — DE 11 DE JANEIRO  
DE 1955

*Cria dois Distritos de 1.ª classe no Departamento Nacional de Obras, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e incluídos entre os constantes do item I da alínea d do art. 3.º do Decreto-lei n.º 8.847, de 24 de janeiro de 1946, dois Distritos de 1.ª classe, com sede nas cidades de Paranaguá e Florianópolis, com jurisdição nos Estados do Paraná (D.PR) e de Santa Catarina (D.SC), respectivamente.

Art. 2.º Ficam criadas no Quadro I — Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas — as seguintes funções gratificadas:

N.º de Funções — Denominação —  
Símbolo

2	Chefe de Distrito de 1.ª classe .....	FG-3
2	Chefe de Turma Técnica de Distrito de 1.ª classe .....	FG-5
2	Chefe de Turma Administrativa do Distrito de 1.ª classe .....	FG-6

Parágrafo único. Os símbolos referidos neste artigo terão os valores constantes da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 3.º Para atender a despesa decorrente do disposto no art. 2.º desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil oitocentos cruzeiros), como reforço à Verba 1 — Pessoal, Consignação 3 — Vantagens, Subconsignação 08 — Funções gratificadas, 04 — Departamento de Administração, 06 — Divisão do Pessoal, do Anexo n.º 25 do Orçamento em vigor (Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho.

Lucas Lopes.

LEI N.º 2.396 — DE 11 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento de despesas com pessoal do quadro do mesmo Ministério.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com pessoal do quadro do mesmo Ministério, no ano de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho.

Miguel Seabra Fagundes.

Engenio Gudín.

LEI N.º 2.397 — DE 11 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.023,00, para atender ao pagamento de gratificação a Abel Pinheiro Maciel Filho, médico, classe "N", do Quadro Permanente do Território do Acre.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.028,00 (vinte e seis mil e vinte e oito cruzeiros, para atender, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 9.177, de 15 de abril de 1946, ao pagamento da gratificação prevista no art. 145, número V, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, no exercício de 1952, de Abel Pinheiro Maciel Filho, médico, classe N, do Quadro Permanente do Território do Acre.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Eugenio Gudin.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.399 — DE 11 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 365.007,60, para pagamento de fornecimentos e serviços à Escola Técnica de Manaus.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 365.007,60 (trezentos e sessenta e cinco mil e sete cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços à Escola Técnica de Manaus, durante o exercício de 1951, como segue:

	Cr\$
Sergio Cardoso & Companhia Limitada .....	19.630,00
Fortunato Farache .....	107.331,80
J. G. Araújo & Companhia Limitada .....	142.560,80
Paulo Cesar de Araújo e Lima .....	4.500,00
João Teixeira Mendes ..	13.066,00
Cesar & Cia. Ltda. ....	55.708,00
Editora "A Gazeta" Ltda.	2.000,00
Cesar & Cia. Ltda. ....	1.759,00
Pinho, Oliveira & Companhia Limitada .....	10.452,00
Adalgisa de Barros Costa	8.000,00
Total .....	365.007,60

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI N.º 2.398 — DE 11 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 96.870,50, para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, pela Administração do Território do Rio Branco.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 96.870,50 (noventa e seis mil oitocentos e setenta cruzeiros e cinquenta centavos), para regularização das despesas que, no exercício de 1952, à conta das Subconsignações 06 — Passagens, etc., da Verba 3 — Serviços e encargos e 20 — Ajuda de Custo, da 1.ª — Pessoal, foram realizadas, além do crédito próprio, pela Administração do Território do Rio Branco, nos totais de Cr\$ 78.480,30 (setenta e oito mil quatrocentos e oitenta cruzeiros e oitenta centavos) e Cr\$ 19.390,00 (dezenove mil oitocentos e noventa cruzeiros), respectivamente.



Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Mota Filho.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.400 — DE 12 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00, para atender ao pagamento de subvenção à Panair do Brasil Sociedade Anônima.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta cruzeiros), para atender ao pagamento à Panair do Brasil S.A. de subvenção autorizada nos termos do art. 3.º da Lei número 1.181, de 17 de agosto de 1950, sendo Cr\$ 2.870.280,00 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e oitenta cruzeiros) e Cr\$ 2.585.680,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta cruzeiros), referentes respectivamente aos exercícios de 1950 e 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eduardo Gomes

Eugenio Gudín

LEI N.º 2.401 — DE 12 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a saldar a dívida contraída pela Escola de Engenharia, atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a saldar a dívida contraída pela Escola de Engenharia, atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, com a Caixa Econômica Federal do mesmo Estado.

Art. 2.º Para atender às despesas decorrentes do art. 1.º é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, crédito especial até Cr\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Mota Filho

Eugenio Gudín

LEI N.º 2.402 — DE 12 DE JANEIRO DE 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para construção no Recife, Estado de Pernambuco, de um Hospital de Pronto Socorro com o nome de Agamemnon Magalhães.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo fará construir, no Recife, capital do Estado de Pernambuco, o Hospital de Pronto Socorro, destinado à assistência médica e cirúrgica de urgência, da população local, com o nome de Agamemnon Magalhães, em consa-

gração dos seus relevantes serviços à Pátria.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para o estudo, projeto, construção e aparelhamento do Hospital a que se refere o art. 1.º.

Art. 3.º O Ministro da Saúde baixará as instruções necessárias à execução da presente lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.403 — DE 13 DE JANEIRO DE 1955.

*Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos Auxiliares de ensino e pessoal burocrático a qualquer tempo admitidos em cargos e funções dos institutos federalizados de ensino superior, ou que neles prestem serviços na condição de integrantes de quadros suplementares estaduais, assegurar-se-á o aproveitamento em caráter efetivo, indistintamente, em cargos próprios, a serem criados ou já existentes, com os vencimentos ajustados aos padrões dos lugares correspondentes no serviço civil da União, adotando-se a nomenclatura da organização administrativa e técnica da Universidade do Brasil.

Parágrafo único. Enquanto não se verificar a instituição legal dos cargos necessários, a cada um de todos os servidores administrativos ou técnicos, ficarão eles mantidos como extranumerários, em tabelas criadas, para esse fim, pelo Poder Executivo, observando-se, na fixação dos respectivos

salários, o critério previsto no presente artigo e disposto no § 2.º do art. 19 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.404 — DE 13 DE JANEIRO DE 1955

*Autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Tesouro Nacional autorizado a adquirir partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco até a importância de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), sendo o pagamento realizado contra a entrega dos respectivos certificados nominativos, múltiplos ou não, ou de cauteles provisórias.

Parágrafo único — A aquisição das partes beneficiárias de que trata este artigo será feita em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), em 1954, e as duas outras de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros) cada uma, em 1955 e 1956, respectivamente, pagáveis por metade, em 1.º de março e em 1.º de setembro de cada ano.

Art. 2.º O investimento correspondente à tomada de partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco será atendido por meio de dotações orçamentárias, de créditos especiais ou mediante aplicação de recursos do Fundo Federal de Eletrificação.

§ 1.º Para aquisição das partes beneficiárias relativas ao ano de 1954, é autorizada a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do Crédito espe-

cial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros).

§ 2.º Nos exercícios de 1955 e 1956, as despesas com a aquisição de que trata o art. 1.º serão atendidas através das dotações que forem incluídas nos respectivos orçamentos, necessárias à complementação dos recursos destinados pelo Fundo Federal de Eletrificação.

Art. 3.º As partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco a que se referem os artigos anteriores poderão ser transferidas a qualquer tomador, respondendo a União solidariamente pelo resgate dos títulos transferidos.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugênio Gudin

LEI N.º 2.405 — DE 17 DE JANEIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 117.320,00, para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 117.320,00 (cento e dezessete mil trezentos e vinte cruzeiros) para pagamento de gratificação e representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, correspondente ao exercício de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Miguel Seabra Fagundes  
Eugênio Gudin

LEI N.º 2.406 — DE 20 DE JANEIRO  
DE 1955

*Concede a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00 ao Professor Luiz Alves dos Santos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) ao Professor Luiz Alves dos Santos.

Art. 2.º A despesa com a pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.407 — DE 22 DE JANEIRO  
DE 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ....

Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a realização, em julho de 1954, da Festa da Laranja, na cidade de Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.408 — DE 24 DE  
JANEIRO DE 1955

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado abono de emergência no valor de 30% (trinta por cento) sobre as aposentadorias e pensões fixadas na forma da lei vigente.

Art. 2.º O abono concedido por esta lei não poderá ser superior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e inferior a Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Os beneficiários reajustados pela lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, terão direito à diferença entre o valor do aumento efetuado pela mesma e aquele a que tiverem direito em conformidade com o artigo 1.º da presente lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Napoleão de Alencastro Guimarães.*

LEI N.º 2.409 — DE 27 DE JANEIRO  
DE 1955

*Concede as honras de Marechal do Exército Brasileiro ao General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São concedidas as honras de Marechal do Exército Brasileiro ao General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon.

Parágrafo único. As insígnias do Pósto serão entregues aquele militar perante o Congresso Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Henrique Lott.*

LEI N.º 2.410 — DE 29 DE JANEIRO  
DE 1955

*Prorroga até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É prorrogado até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 2.º Se o Poder Executivo considerar conveniente suprimir, no todo ou em parte, o público pregão para as promessas de vendas de câmbio e conseqüente obtenção das licenças de importação, determinando que algumas ou todas as importações se liquem pelo mercado de taxa livre, as sobretaxas de câmbio obtidas mediante os ágios passarão a equivaler às seguintes percentagens da média dos

ágios realizada nos leilões dos últimos 3 (três) meses.

1. <sup>a</sup> categoria	35%
2. <sup>a</sup> categoria	50%
3. <sup>a</sup> categoria	65%
4. <sup>a</sup> categoria	75%
5. <sup>a</sup> categoria	100%

§ 1.º As licenças de importação serão concedidas a todos os que as requerem, mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) das sobretaxas correspondentes às respectivas categorias. O restante será pago como condição do despacho alfandegário, diretamente ao Banco do Brasil ou na própria Alfândega, concomitantemente com os direitos de importação, conforme o determine a SUMOC.

§ 2.º A parte da sobretaxa paga à Alfândega não será considerada receita alfandegária para qualquer fim.

Art. 3.º Nos mandados de segurança, porventura requeridos para obter o desembaraço de bens de qualquer ordem vindos a qualquer título do estrangeiro sem licença prévia ou com licença considerada falsa, observar-se-ão as seguintes normas:

a) não se concederá, em caso algum, a suspensão liminar do ato contra o qual se requer o mandado referido no art. 7.º, II, da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951;

b) uma vez concedido o mandado pelo juiz da primeira instância e se o Presidente do Tribunal Federal de Recursos não lhe suspender a execução, esta só se fará, antes de confirmada pela instância superior, se o importador oferecer fiança bancária idônea a juízo do Inspetor da Alfândega ou prestar caução em títulos da dívida pública federal de valor nominal correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) *ad valorem* das mercadorias importadas, na forma do art. 6.º, § 4.º, da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 4.º Ficam proibidas a importação ou a introdução, sob qualquer título, de automóveis e barcos de passeio reputados de luxo, cujo preço no mercado de origem seja superior a 3.500 dólares, computados no preço os respectivos equipamentos.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, revogado, para

esse efeito o disposto no § 1.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Eugenio Gudin.

Raul Fernandes.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

LEI N.º 2.411 -- DE 31 DE JANEIRO DE 1955

*Estende aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal da Justiça do Distrito Federal o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1926, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extensivo aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal da Justiça do Distrito Federal o disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1926.

Parágrafo único. Anualmente, o Presidente do Tribunal prestará contas ao Tribunal de Contas da União do emprêgo dado à verba Material e outras destinadas ao custeio de sua Secretaria e serviços auxiliares e ao cumprimento de sentenças judiciais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o disposto no § 2.º do art. 4.º da Lei n.º 973, de 16 de dezembro de 1946 e mais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.412 -- DE 1 DE FEVEREIRO  
DE 1955

*Concede Abono Especial temporário  
aos servidores militares e civis que  
especifica, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido aos servidores militares e civis, em atividade, do Poder Executivo da União, um abono especial temporário mensal, de acordo com as seguintes tabelas:

TABELA I  
*Servidores militares*

Padrões e referências	Valor mensal
	Cr\$
1	110,00
2	100,00
4	100,00
5	150,00
6	200,00
7	250,00
8	300,00
10	350,00
11	400,00
12	450,00
13	550,00
14	600,00
16	750,00
17	800,00
18	840,00
20	900,00
21	900,00
22	1.000,00
23	1.000,00
24	1.000,00
FA-9	1.000,00
FA-8	1.000,00
FA-7	1.500,00
FA-6	1.500,00
FA-5	1.000,00
FA-4	1.000,00

TABELA II  
*Servidores civis*

Padrões e referências	Valor mensal
	Cr\$
1	1.800,00
2	1.800,00
3	1.800,00
4	1.800,00
5	1.800,00
6	1.700,00
7	1.600,00
8	1.500,00
9	1.400,00
10	1.300,00
11	1.200,00
12	1.100,00
13	1.000,00
14	850,00
15	800,00
16	750,00
17-A	800,00
18-B	840,00
19-C	860,00
20-D	900,00
21-E	900,00
22-F	1.000,00
23-G	1.000,00
24-H	1.000,00
25-I	1.000,00
26-J	1.000,00
27-K	1.500,00
28-L	1.500,00
29-M	1.000,00
30-N	1.000,00
31-O	1.000,00

TABELA III  
*Corpo de Bombeiros do Distrito  
Federal*

Padrões e referências	Valor mensal
	Cr\$
16	750,00
17	800,00
18	840,00
19	860,00
20	900,00
21	900,00
22	1.000,00
23	1.000,00
24	1.000,00
FA-9	1.000,00
FA-8	1.000,00
FA-7	1.500,00
FA-6	1.500,00
FA-5	1.000,00

TABELA IV

*Polícia Militar do Distrito Federal*

Padrões e referências	Valor mensal
	Cr\$
18	840,00
19	860,00
20	900,00
21	900,00
22	1.000,00
23	1.000,00
24	1.000,00
FA-9	1.000,00
FA-8	1.000,00
FA-7	1.500,00
FA-6	1.500,00
FA-5	1.000,00

§ 1.º O abono especial temporário de que trata este artigo prevalecerá enquanto não forem aprovados, para os servidores militares nova tabela de vencimentos e vantagens, e para os servidores civis, novos níveis de retribuição decorrentes da execução do disposto no art. 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

§ 2.º O abono de que trata a presente lei será pago a todos quantos presentemente vêm percebendo o Abono de Emergência a que se refere a Lei n.º 1.765, de 13 de dezembro de 1952, ou passarem a percebê-lo em virtude da revogação do art. 23, ressaltados os casos que particularmente se especifica nesta lei.

§ 3.º O disposto neste artigo aplica-se:

- a) aos servidores dos Territórios;
- b) aos servidores da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, qualquer que seja o seu regime jurídico;
- c) ao pessoal da Campanha Nacional de Educação de Adultos e da Campanha Nacional contra a Tuberculose;
- d) ao pessoal que recebe retribuição à conta das chamadas economias administrativas, devendo o abono ser pago por essas economias ou por contribuição do Governo Federal.

§ 4.º Para efeito deste artigo, considera-se salário do tafeiro a média aritmética do salário percebido nos últimos 3 (três) meses.

§ 5.º O abono especial temporário concedido ao extranumerário contratado constará do termo aditivo ao respectivo contrato.

§ 6.º Os servidores que percebem diferença de vencimento ou salário que adicionado ao respectivo valor de padrão ou referência do cargo ou função que exercem ultrapassar de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais, não farão jus ao abono especial temporário.

§ 7.º Os menores civis empregados como aprendizes, mensageiros, estafetas e outras categorias, perceberão 50% (cinquenta por cento) do abono equivalente ao que fizerem jus os servidores maiores de padrão ou referência correspondente, e de forma que, em nenhum caso, a retribuição do menor seja inferior a Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros).

Art. 2.º Para os servidores cujos salários ou retribuição não obedecem à padronização da Lei n.º 483, de 15 de novembro de 1948, a importância do abono especial temporário será igual à atribuída ao padrão ou referência cujo valor mais se aproxime do salário ou retribuição atualmente percebido.

Parágrafo único. No caso em que o valor do salário ou retribuição atualmente percebidos constitua, exatamente, a média aritmética dos valores de duas referências ou dois padrões contíguos, o abono devido será o do valor mais elevado.

Art. 3.º Os servidores que, nos termos da legislação em vigor, acumularem cargos e funções, ou estiverem em efetivo exercício em um deles e em disponibilidade em outro, não terão direito ao abono especial temporário, salvo se a soma das duas retribuições não ultrapassar Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), caso em que terão direito ao abono de maior valor, correspondente a um dos cargos.

Art. 4.º Aos inativos, servidores militares e civis, reformados da reserva remunerada, aposentados e em disponibilidade, bem como aos pensionistas, é também, concedido um abono especial temporário mensal, que corresponderá a 2/3 (dois terços) do previsto para os servidores em atividade.

Parágrafo único. Os servidores que passarem à inatividade na vigência desta lei terão direito ao abono especial temporário correspondente ao provento da aposentadoria.

Art. 5.º Não terá direito ao abono especial temporário o servidor ou pensionista cujo vencimento, remuneração, salário ou provento seja superior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais, computando-se, para esse efeito, o abono a que se refere a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Art. 6.º O abono especial temporário não será, em caso algum nem para qualquer efeito, incorporado ao vencimento, remuneração, salário ou retribuição do servidor, nem ao provento do inativo ou pensionista, não sendo ainda computado na concessão de qualquer vantagem, salvo para o cálculo de serviço extraordinário.

Parágrafo único. O abono especial temporário concedido por esta lei e o de que trata a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952:

a) ficam sujeitos ao desconto legal para a instituição de previdência social de que o servidor fôr contribuinte;

b) serão computados para efeito de consignação em folha de pagamento.

Art. 7.º Não se pagará abono especial temporário a servidor que receba vencimento ou salário no exterior.

Art. 8.º Dentro de 90 (noventa) dias a partir da vigência desta lei, o Presidente da República submeterá mensagem ao Congresso Nacional propondo a extinção de órgãos e serviços que forem considerados passíveis de supressão ou de fusão com outros órgãos.

§ 1.º Da mesma forma, o Presidente da República oferecerá ao Congresso Nacional proposta relacionando os cargos e funções iniciais vagos nos quadros dos diversos ministérios civis e militares, que deverão ser extintos.

§ 2.º Far-se-á a redistribuição do pessoal, por meio de relocação ou na forma do disposto no art. 34 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, para atender a conveniência do serviço.

Art. 9.º O pessoal ativo e inativo das ferrovias e das empresas marítimas administradas pela União, em regime autárquico ou outro, de natureza especial, assim como o das autarquias de transportes marítimos e de administração de portos, terá direito ao abono de que trata esta lei, por conta dos recursos próprios das entidades para os ativos e das instituições de previdência para os inativos, suplementados, quando fôr o caso, pelo crédito previsto no art. 13.

§ 1.º A extensão do abono especial temporário ao pessoal das demais autarquias fica condicionada às possibilidades financeiras de cada entidade, mediante prévia autorização do Presidente da República.

§ 2.º Da importância relativa ao abono especial temporário será deduzida a parcela correspondente ao reajustamento de salários a que se refere o Decreto n.º 36.224, de 24 de setembro de 1954.

§ 3.º O abono especial temporário, de que trata esta lei, é extensivo aos servidores em regime de acôrdo da União com os Estados, correndo as despesas por conta do Tesouro Nacional.

Art. 10. Será integral o abono concedido aos aposentados e reformados por lepra, tuberculose aberta, neoplasia maligna, alienação mental, cardiopatia grave, paralisia, cegueira e por acidente em serviço ou moléstia no mesmo adquirida.

Art. 11. As disposições desta lei não se aplicam ao Tribunal de Contas, aos membros da magistratura e do Ministério Público da União, nem aos serventuários da Justiça.

Art. 12. O abono especial temporário será pago a partir de 1 de novembro de 1954.

Art. 13. É autorizado o Poder Executivo a abrir crédito especial, pelo Ministério da Fazenda até a importância de Cr\$ 780.000.000,00 (setecentos e oitenta milhões de cruzeiros), para atender, nos meses de novembro, e dezembro de 1954, às despesas decorrentes da presente lei, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. No exercício de 1955, as despesas serão atendidas pelas dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de vencimentos, salários, proventos e pensões, promovendo-se, oportunamente, a suplementação necessária.

Art. 14. A despesa com o pagamento do abono especial temporário mensal não dependerá de registro prévio pelo Tribunal de Contas e os órgãos pagadores são autorizados a efetuar a independentemente dessa formalidade.

Art. 15. Continua em vigor a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Parágrafo único. No pagamento do abono especial temporário será observado o disposto no § 2.º do art. 1.º



da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, revogado o art. 23 da mesma lei.

Art. 16. Os servidores civis classificados no padrão P. perceberão o abono atribuído aos de referências L, desde que não ultrapassem os seus vencimentos o nível fixado no art. 5.º desta Lei.

Art. 17. Nenhum servidor civil, inclusive o pessoal de obras e o remunerado pela verba 3, poderá perceber vencimentos, remuneração, salário ou retribuição inferior ao salário mínimo previsto para a região em que estiver lotado, desde que trabalhe um mínimo de horas semanais fixado em lei.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Miguel Seabra Fagundes.*

*Edmundo Jordão Amorim do Valle.*

*Henrique Lott.*

*Raul Fernandes.*

*Eugenio Gudín.*

*Rodrigo Octavio Jordão Ramos.*

*Costa Porto.*

*Candido Mota Filho.*

*Napoleão de Alencastro Guimarães.*

*Eduardo Gomes.*

*Aramis Athayde.*

LEI N.º 2.413 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1955

*Transforma em Alfândega a Mesa de Rendas Alfandegada de Itajaí.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É transformada em Alfândega a Mesa de Rendas Alfandegada de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º É extinta a função gratificada de administrador da Mesa de

Rendas Alfandegada de Itajaí (FG-6) e criada a função gratificada de inspetor de Alfândega de Itajaí.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudín.*

LEI N.º 2.414 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1955

*Modifica a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, que se refere ao Corpo de Saúde do Exército, na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas do Exército.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É modificada a Lei número 1.125, de 7 de junho de 1950, em sua referência ao Quadro de Dentistas do Exército, que passa a ser constituído de:

1 — Coronel

7 — Tenentes-coronéis

21 — Majores

60 — Capitães

200 — Primeiros Tenentes

Art. 2.º ... (VETADO) ...

Art. 3.º ... (VETADO) ...

Parágrafo único. ... (VETADO) ...

Art. 4.º Compete ao Ministro da Guerra a distribuição dos oficiais dentistas, obedecendo à importância e necessidade das unidades, repartições e estabelecimentos do Exército.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Henrique Lott.*

LEI N.º 2.415 — DE 9 DE FEVEREIRO  
DE 1955.

*Allera dispositivos dos Decretos números 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e 20.493, de 24 de janeiro de 1946.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A outorga, no território nacional, da licença autoral para a realização de representações, execuções públicas e tele-transmissões pelo rádio ou televisão, de que tratam os arts. 42 e 43, § 1.º, do Decreto número 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e 88 do Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946, compete exclusivamente ao próprio autor ou à sociedade legalmente constituída para defesa de direitos autorais, à qual o autor fôr filiado e que o tenha registrado na forma do art. 105, § 1.º, do Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

LEI N.º 2.416 — DE 9 DE FEVEREIRO  
DE 1955

*Concede escritura de propriedade aos posseiros das terras denominadas Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os atuais posseiros da Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, ficam com direito a obter escritura definitiva de doação das terras que ocupam, até o máximo de 25 (vinte e cinco) hectares, desde que tenham posse pacífica por mais de 30 (trinta) anos.

Parágrafo único. Os interessados, para esse fim, apresentarão requerimento devidamente assinado ao Serviço Regional do Domínio da União, no Estado do Rio de Janeiro, instruído com a prova da posse por mais de 36 (trinta) anos e da planta do terreno em cuja posse estiverem com as respectivas dimensões.

Art. 2.º Esta lei aplica-se exclusivamente às terras da antiga Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito; Estado do Rio de Janeiro, adjudicadas à União Federal, como herança jacente, em 1884, por falecimento de Anna Joaquina da Conceição Muniz, ocorrido em 1824.

Art. 3.º E' o Domínio da União autorizado a outorgar a escritura definitiva, a que se refere a presente lei.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.417 — DE 9 DE FEVEREIRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzzeiros), para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira, em 1954, na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, sob o patrocínio da Confederação Rural Brasileira.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Costa Pôrto.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.418 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1955

*Concede favores às empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem no país, dentro em cinco anos, para explorar minas de ouro e seus subprodutos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' prorrogado pelo prazo de 20 (vinte) anos, o art. 1.º, letra a, do Decreto n.º 24.195, de 4 de maio de 1934, que concede favor, às empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem no país, dentro em 5 (cinco) anos, para explorar minas de ouro e seus subprodutos.

Art. 2.º As vantagens de que trata o art. 1.º desta lei serão asseguradas a partir do término da vigência do Decreto n.º 24.195, de 4 de maio de 1934.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 57.º da República.

João Café Filho.

Eugenio Gudin.

Costa Pôrto.

LEI N.º 2.419 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1955

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' instituído o Serviço de Patrulha Costeira com os seguintes objetivos:

a) defender, em colaboração com o Serviço de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, a fauna marítima, a flora aquática e fiscalizar a pesca, no litoral brasileiro;

b) prestar assistência médica, profilática e farmacêutica, aos habitantes das zonas litorâneas desprovidas de recursos;

c) ministrar instruções sistemáticas, a bordo dos navios da Patrulha Costeira, de forma a orientar os pescadores como possíveis auxiliares da Esquadra, aperfeiçoando-os nos serviços de sinalização, varredura e lançamento de minas, e outros próprios de uma Marinha de Guerra em operações;

d) manter completo serviço estatístico sobre tudo o que concerne ao litoral e sua população;

e) fornecer informações meteorológicas, em caráter permanente e constante, aos serviços federais de previsão do tempo;

f) auxiliar os serviços de repressão ao contrabando e ao comércio ilícito de tóxicos;

g) manter um serviço permanente de informações sobre ocorrências no mar, em ligação com as repartições próprias do Ministério da Marinha e com a Esquadra;

h) auxiliar o Serviço de socorro marítimo.

Art. 2.º O Serviço de Patrulha Costeira ficará subordinado diretamente ao Ministério da Marinha, que lhe dará regulamentação que melhor convier ao cumprimento de suas tarefas.

Art. 3.º Os membros das tripulações dos navios do Serviço de Patrulha Costeira, quando não pertencentes ao serviço ativo da Marinha, serão a ele equiparados e perceberão todas as vantagens que lhes couberem, dentro da legislação em vigor, ficando também sujeitos aos mesmos regulamentos, disciplina e regime militar.

Art. 4.º O Ministério da Marinha fará incluir, todos os anos, no Orçamento da União, dotações necessárias à aquisição de material para o Serviço de Patrulha Costeira e manutenção de seus serviços.

Art. 5.º Os serviços especificados nesta lei abrangem também as ilhas oceânicas e fluviais e as águas navegáveis de nossa bacia potamográfica.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 57.º da República.

João Café Filho.

Edmundo Jordão Amorim do Valle.  
Costa Pôrto.

**LEI N.º 2.420 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.783,30, para pagamento de salários atrasados de pessoal e regularização de despesas de telegramas e telefones da extinta Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 76.783,30 (setenta e seis mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros e trinta centavos), destinado ao pagamento de serviços telefônicos e telegráficos e de salário de pessoal, inclusive salário-família, devidos pela extinta Comissão de Contrôlo dos Acôrdos de Washington, conforme distribuição abaixo:

**Pessoal**

	Cr\$
Olympio Florez — salários de novembro e dezembro de 1947, inclusive salário-família .....	18.100,00
Arno Jacy Lorenzoni — salários de novembro e dezembro de 1947, inclusive salário família .....	12.100,00
Júlio Carlos Kroeff — salários de novembro e dezembro de 1947 .....	12.000,00
Cleobulo Paiva de Oliveira Freitas — salários de novembro e dezembro de 1947 .....	9.000,00
Antônia Pistono Beltrão — salários de novembro e dezembro de 1947 ..	5.400,00
João Francisco da Silva — salários de 1 de novembro de 1947 a 14 de janeiro de 1949 .....	15.190,00
Serviços e Encargos	
The Western Telegraph Co. Ltd., pela transmissão de telegramas oficiais, expedidos em 1943, 1946 e 1947 .....	4.302,80
Companhia Telefônica Brasileira, por serviços telefônicos, local e in-	

	Cr\$
terurbano, efetuados em dezembro de 1947 .....	260,80
Idem, idem, idem em junho de 1948 .....	13,20
Idem, idem, por excesso de chamadas feitas em 1947 (Seção de São Paulo) .....	212,40
Idem, idem, idem, em 1948	204,10
<b>Total .....</b>	<b>76.783,30</b>

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudin.

**LEI N.º 2.421 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1955.**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para auxiliar a realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

O presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar as despesas decorrentes do preparo e da realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.422 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.655.600,00, para ocorrer a despesas da Comissão de Desenvolvimento Industrial.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 2.655.600,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros), destinado a atender a despesas da Comissão de Desenvolvimento Industrial, inclusive as decorrentes dos serviços que lhe serão prestados, no Brasil, pela missão chefiada pelo economista Julius Klein.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o art. 1.º desta lei será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.423 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. ... 300.000,00, para concessão de auxílio à II Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, (trezentos mil cruzeiros), para concessão de auxílio à II Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, e a realizar-se em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, no ano de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.424 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 348.441,10, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 348.441,10 (trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um cruzeiros e dez centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895 de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

Cr\$

1 — Antônio Fraga Rocha, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1-1 de 50 a 31-12-50) .....

18.000,00

	Cr\$
2 — José Quintela Cavalcanti, professor catedrático, padrão "M" da Faculdade de Direito de Alagoas (período de 27-4-50 a 31-12-52) .....	36.953,30
3 — Durval de Almeida Batista Pereira, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de 12 de 50 a 31-12-52) .....	12.387,10
4 — Lauro Antunes de Magalhães, professor padrão "M", da Faculdade de Cirurgia do Pará (período de 23-1-50 a 31-12-52) .....	81.873,50
5 — Antônio Acatauassu Nunes Filho, professor, padrão "M", da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (período de 23-1-50 a 31 de 12 de 52) .....	81.873,50
6 — Ernesto Lopes da Fonseca Costa, professor, catedrático, padrão "O" da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil — falecido em 14 de dezembro de 1952 (período de 11-12-49 a 13-12-52) ...	18.048,40
7 — Inácio Dias Castro, professor, padrão "K", da Escola Técnica de São Luiz, Maranhão, (período de 23-6 a 31-12-50) .....	5.326,60
8 — Fernando Leite, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (período de 8-12-50 a 1-12-52) .....	12.387,10
9 — Edgard Valente de Lima, professor catedrático, padrão "M", da Faculdade de Direito de Alagoas (período de 2-4-52 a 31-12-52) .....	10.311,60
10 — Alberto Alves da Silva, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia (período de 8-12-50 a 31-12-52) ....	12.387,10
11 — João Sábola Barbosa, professor catedrático, padrão "O", do Colégio Pedro II — Externato (período de 23-2 a 31-12-52) .....	7.660,70
12 — Antônio Vandick de Andrade Ponte, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (período de 8-12-50 a 31-12-52)	12.387,10
13 — Amélia Moreira de Souza, professor padrão "K", do Instituto Benjamin Constant (período de 13 a 31-12 de 1952) .....	520,10
14 — Eugênio Hime, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (período de 28 de 9 de 48 a 31-12-52) ....	38.325,00
<b>Total</b> .....	<b>348.441,10</b>

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 87.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

Eugenio Gudim.

LEI N.º 2.425 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do centenário da fundação do Município de Botucatu, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos, — uma série de selos postais comemorativos do centenário da fundação do Município de Botucatu, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1955; 134.ª da Independência e 67.ª da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Rodrigo Octavio Jordão Ramos.

Eugenio Guðin.

LEI N.º 2.426 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1955

*Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Tesouro Nacional autorizado a encampar até a quantia de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros) das emissões feitas por solicitação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., na forma do disposto no art. 2.º da lei n.º 449, de 14 de junho de 1937, e para a aplicação prevista no artigo 6.º da citada lei e no Decreto-lei n.º 4.792, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º O Tesouro Nacional ficará exonerado dos pagamentos devidos ao Banco do Brasil S. A. nas seguintes contas:

Na Agência Central:

Saldo a liquidar do exercício de 1953;

Adiantamentos ao Conselho de Imigração e Colonização;

Aquisição de aviões a jato para o Ministério da Aeronáutica, mediante exportação de algodão;

Comissão de Abastecimento do Nordeste;

Empréstimo ao governo do Paraguai (decreto-lei n.º 4.534, de 30 de julho de 1942);

Funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico:

De trigo;

Estrada de Ferro Santos-Jundiaí; Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) — Importação de arroz do Uruguai.

Na Carteira de Câmbio:

Diversos valores em moeda estrangeira:

The Leopoldina Railway Co. (frs. belgas);

The Leopoldina Railway Co. (libras);

Estrada de Ferro Central do Brasil (libras);

Estrada de Ferro Central do Brasil (dólares);

Aquisição, no exterior, de títulos da dívida pública (libras);

Aquisição, no exterior, de títulos da dívida pública (dólares);

Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Parágrafo único. O Banco do Brasil S. A. liquidará débito de idêntico valor na Carteira de Redescontos, provenientes do desconto de títulos e contratos.

Art. 3.º Na composição de que trata o artigo anterior, será computado o prejuízo verificado nas operações de compra e venda do algodão da safra 1951-52, da região sul do país, deduzidas as despesas de venda e 50% (cinquenta por cento) dos juros devidos à Carteira de Redescontos, cujas importâncias permanecem sob responsabilidade do Banco do Brasil S. A.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial limitado à importância das emissões de papel-moeda encampadas, nos

térmos do art. 1.º desta lei, para regularização das despesas correspondentes aos débitos referidos nos arts. 2.º e 3.º.

§ 1.º O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

§ 2.º A Contadoria Geral da República providenciará no sentido de que a receita proveniente da operação de crédito autorizada nesta lei seja incorporada, de conformidade com o disposto no art. 73 da Constituição Federal.

Art. 5.º A partir da vigência desta lei, ficam sem aplicação as dotações orçamentárias destinadas à regularização de despesas correspondentes à compra de aviões a jato.

Art. 6.º Continuarão a ser recolhidos ao Banco do Brasil S. A., para crédito do Tesouro Nacional, as prestações de empréstimos ou o produto da venda de gêneros financiados pelas contas bancárias encerradas em virtude desta lei, promovendo o Ministério da Fazenda os levantamentos que, nesse sentido, se fizerem necessários.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudín.*

LEI N.º 2.427 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 840.737.157,50 (oitocentos e quarenta milhões setecentos e trinta e sete mil cento e cinquenta centavos), para pagamento de despesas de pessoal e de Serviços e Encargos do mesmo Ministério no Exercício de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 840.737.157,50 (oitocentos e quarenta milhões setecentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento ou regularização de despesas relativas ao exercício de 1953, assim discriminadas:

- |   |               |
|---|---------------|
| a) Para pagamento de dívidas julgadas procedentes pelo Tribunal de Contas e relacionadas no processo protocolado no Ministério da Fazenda sob número 252.178, de 1953 .....     | 24.734,70     |
| b) Para regularizar a despesa com o auxílio concedido no exercício de 1953 à Companhia Nacional de Navegação Costeira .....   | 84.000.000,00 |
| c) Para a regularização das despesas, no exercício de 1953, com o pagamento do salário-família, nas novas bases fixadas pela lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, a saber: |               |

*Presidência da República:*

Salário-família .....	137.600,00
-----------------------	------------

*Departamento Administrativo do Serviço Público:*

Salário-família .....	600.000,00
-----------------------	------------

*Estado Maior das Forças Armadas:*

Salário-família .....	—
Escola Superior de Guerra .....	75.000,00



<i>Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas:</i>	
Salário-família .....	122.400,00
<i>Comissão do Vale do São Francisco:</i>	
Salário-família .....	465.300,00
<i>Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica:</i>	
Salário-família .....	85.600,00
<i>Conselho Nacional de Economia:</i>	
Salário-família .....	240.000,00
<i>Conselho de Imigração e Colonização:</i>	
Salário-família .....	56.820,00
<i>Conselho de Segurança Nacional:</i>	
Salário-família .....	
Comissão Especial da Faixa de Fronteiras	50.000,00
<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:</i>	
Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, combinado com a lei n.º 1.463, de 13 de dezembro de 1951	
1 — Conselho Nacional de Estatística e Secretaria Geral e respectivo Serviço Gráfico .....	1.188.000,00
2 — Conselho Nacional de Geografia .....	12.894.000,00
<i>Ministério da Aeronáutica:</i>	
Salário-família .....	
Diretoria de Intendência .....	41.000.000,00
<i>Ministério da Agricultura:</i>	
Salário-família .....	
Divisão do Pessoal .....	58.000.000,00
<i>Ministério da Educação e Cultura:</i>	
Autarquias Educacionais:	
1 — Universidade do Brasil .....	4.317.000,00
2 — Universidade da Bahia .....	2.459.300,00
3 — Universidade de Minas Gerais .....	1.350.400,00
4 — Universidade do Paraná .....	420.000,00
5 — Universidade do Recife .....	2.071.000,00
6 — Universidade do R. G. do Sul .....	2.139.600,00
Salário-família .....	
Divisão do Pessoal .....	58.744.000,00
<i>Ministério da Fazenda:</i>	
Salário-família .....	
Serviço do Pessoal .....	51.131.550,00
Para inativos .....	45.000.000,00
1) Para atender às despesas necessárias ao funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico e da Junta de Ajustes de Lucros Extraordinários — Decreto-lei n.º 6.685, de 13 de julho de 1944) .....	
	133.200,00

<i>Ministério da Guerra:</i>		
Salário-família .....	61.500.000,00	
<i>Ministério da Justiça e Negócios Interiores:</i>		
Salário-família		
Divisão do Pessoal .....	30.500.000,00	
Administração do Território do Acre .....	6.464.800,00	
Administração do Território do Amapá ..	2.600.000,00	
Administração do Território do Guaporé	2.200.000,00	
Administração do Território do Rio Branco	1.575.600,00	
<i>Ministério da Marinha:</i>		
Salário-família		
Departamento de Finanças .....	54.000.000,00	
<i>Ministério das Relações Exteriores:</i>		
Salário-família		
Divisão do Pessoal .....	2.400.000,00	
<i>Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:</i>		
Salário-família		
Divisão do Pessoal .....	7.076.200,00	
<i>Ministério da Viação e Obras Públicas:</i>		
Despesas com servidores federais, totados em órgãos sob regime especial, em órgãos autárquicos e em serviços transferidos da União		
Estradas de Ferro		
Divisão do Pessoal		
1) Estrada de Ferro Central do Brasil "ex-vi" do artigo 28, do Decreto-lei n.º 3.306, de 24 de maio de 1941 e artigo 16 da lei n.º 1.163, de 22 de janeiro de 1950 .....	18.484.870,00	
4) Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — (lei n.º 1.082, de 10 de fevereiro de 1950) ..	36.908.400,00	
Estabelecimentos industriais da União		
Departamento dos Correios e Telégrafos — (Decreto-lei n.º 3.308, de 6 de dezembro de 1945) .....	118.005.600,00	
Salário-família		
Departamento de Administração:		
Despesas de serviços e encargos dos órgãos sob regime especial ou órgãos autárquicos, Estradas de Ferro Departamento Nacional de Estradas de Ferro		
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré .....	3.000.000,00	
Divisão do Pessoal .....	113.007.050,00	740.403.290,00
d) Para regularização de despesas com:		
1 Vantagens — Auxílio para diferença de Caixa — Direção Geral da Fazenda Nacional. — Serviço do Pessoal	2.000.000,00	
2 Diferença de vencimentos — Direção Geral da Fazenda Nacional		
Serviço do Pessoal .....	10.000.000,00	

3. Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros, seguros de bens móveis e imóveis —

Direção Geral da Fazenda Nacional  
Diretoria das Rendas Internas  
Coletorias Federais .....

300.000,00 12.300.000,00

- e) — Para regularização de despesas com diárias  
Direção Geral da Fazenda Nacional  
Serviço do Pessoal ..... 4.000.000,00  
f) — Para regularização de despesas com passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens  
Direção Geral da Fazenda Nacional  
Delegacias Fiscais — Paraíba ..... 6.000,00  
g) — Para regularização de despesas com passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens  
Direção Geral da Fazenda Nacional  
Delegacias Fiscais  
Rio Grande do Norte ..... 3.132,80

Art. 2.º Os créditos especiais a que se refere esta lei serão automaticamente registrados e distribuídos pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.428 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, pelo Ministério da Fazenda, a Agenor Marques dos Santos a quantia de Cr\$ 546,80, a título de compensação por dispensa de serviço industrial do Estado.*

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a pagar, pelo Ministério da Fazenda, a Agenor Marques dos Santos a quantia de Cr\$ 546,80 (quinhentos e quarenta e seis cruzeiros e oitenta centavos), a título de compensação por dispensa de serviço industrial do Estado, abrindo para isso o necessário crédito.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI N.º 2.429 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1955

*Altera a Lei n.º 1.632, de 30 junho de 1952, que fixa o número de Oficiais Gerais de Exército.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' elevado para 7 (sete) o número de Generais de Exército fixado pelo art. 1.º, letra a, da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

**LEI N.º 2.430 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1955**

*Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Ministério da Educação e Cultura constituirá, nos Estados, bancas examinadoras destinadas à realização de exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.

Parágrafo único — Essas bancas se deslocarão para a sede de estabelecimentos de ensino cuja direção o requerida, comprovando não haver pretendentes ao exercício do magistério licenciados por Faculdade de Filosofia.

Art. 2.º As bancas serão constituídas por professores de Faculdade de Filosofia e, na sua falta, por professores de outro estabelecimento de grau superior ou de estabelecimentos oficiais ou equiparados do curso médio.

Art. 3.º O Ministério da Educação e Cultura submeterá os candidatos ao exame de suficiência quando julgar conveniente, considerando, sempre os interesses do ensino e do professor.

Art. 4.º O Ministério da Educação instruções regulamentando a realização das provas.

Art. 5.º Para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, será consignada, anualmente, a verba necessária no orçamento do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Mota Filho

**LEI N.º 2.431 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1955**

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a subvenção anual de Cr\$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mencionada lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

Eugenio Gudim.

LEI N.º 2.432 — DE 27 DE  
FEVEREIRO DE 1955

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.122,  
de 3 de junho de 1950.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 1.122, de 3 de junho de 1950, passa a ter, e com vigor desde aquela data, a seguinte redação:

“Art. 1.º E’ concedida à viúva de Eugenio Precht — Georgina Renner Precht — falecido em 1.º de dezembro de 1945, quando no cumprimento de missão cívica oficial (serviços eleitorais), a pensão especial de Cr\$ ... 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais, acrescida da importância de Cr\$ ... 50,00 (cinqüenta cruzeiros) por filho, enquanto menor, da beneficiada”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.433 — DE 27 DE  
FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 23.523,50, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos e substituições ao pessoal do mesmo Tribunal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E’ o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 23.523,50 (vinte e três mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e cinqüenta centavos), destinado a ocorrer a despesas verificadas nos exercícios de 1947, 1948, 1950, 1951 e 1952, com o pagamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos e substituições ao pessoal do mesmo Tribunal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.434 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E’ o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10 (trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e dezoito cruzeiros e dez centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo decreto-lei n.º 6.660, de 5 de julho de 1944, e Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Leida Regis, professor padrão J, da Escola Industrial de Aracaju (período de 1 de janeiro de 1946 a 31 de dezembro de 1946) .....	7.200,00
2 — Maria Cândida Leite, professor, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 9 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	9.476,00

	Cr\$
3 — Antônio Guedes de Miranda, professor catedrático, padrão M, da Faculdade de Direito de Alagoas (período de 27 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	30.022,40
4 — Tycho Ottilio de Siqueira Machado, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
5 — Décio Parreiras, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
6 — Eustáquio Leite Bittencourt Sampaio, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
7 — Gentil Achilles Vivas, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
8 — Mazzini Bueno, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	37.161,30
9 — Pedro da Cunha, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	37.161,30
10 — Alcides Lintz, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
11 — Ernesto de Melo Sales Cunha, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	17.709,70
12 — Oscar Pena Fontenele, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
13 — Almir Rodrigues Madeira, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	37.161,30
14 — Roberto Pereira dos Santos, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) ..	37.161,30
15 — Joaquim Nicolao Filho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	19.161,30
16 — Assuero Alceu de Carvalho, professor, padrão K, da Escola Técnica de Recife, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 20 de fevereiro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	20.535,70
Total .....	367.718,10

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1955; 134.º da Independência e 57.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.435 — DE 2 DE  
MARÇO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial até o limite de Cr\$ 94.000,00, destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal do mesmo Tribunal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial até o limite de Cr\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil cruzeiros), destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal do mesmo Tribunal, verificadas no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudim.

LEI N.º 2.436 — DE 3 DE MARÇO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender a despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Avicola.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender a despesas com a 1.ª Exposição Agro-Avicola, que se realizou no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, em setembro de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.437, DE 7 DE MARÇO  
DE 1955

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. ns. 177, 481, 550, 551, 619, 693, 698, 760, 817, 830 e 1.772, § 2.º, do Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 177. As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em vinte anos, as reais em dez, entre presentes e entre ausentes, em quinze, contados da data em que poderiam ter sido propostas.

Art. 481. Vinte anos depois de passada em julgado a sentença, que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a desativa e o levantamento das caucões prestadas.

Art. 550. Aquele que, por vinte anos sem interrupção, nem oposição, possuir como seu o imóvel, adquirindo-lhe-o o domínio independentemente de título de boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis.

Art. 551. Adquire também o domínio do imóvel aquele que, por dez anos entre presentes, ou quinze entre ausentes, o possuir como seu, continua e incontestadamente, com justo título e boa fé.

Parágrafo único. Reputam-se presentes os moradores do mesmo município e ausentes os que habitam município diverso.

Art. 619. Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião independentemente de título de boa fé.

Parágrafo único. As disposições dos arts. 552 e 553 são aplicáveis ao usucapião das coisas móveis.

Art. 693. Todos os aforamentos, salvo acôrdo entre as partes, são resgatáveis vinte anos depois de constituídos, mediante pagamento de vinte pensões anuais pelo foreiro, que não poderá, no seu contrato, renunciar o direito ao resgate, nem contrariar as disposições imperativas d'este capítulo.

Art. 698. A posse incontestada e continua de uma servidão por dez ou quinze anos, nos termos do artigo 551, autoriza o possuidor a transcrevê-la em seu nome no registro de imóveis, servindo-lhe de título a sentença que julgar consumado o usucapião.

Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo do usucapião será de vinte anos.

Art. 760. O credor anticrético tem direito a reter em seu poder a coisa, enquanto a dívida não fôr paga. Extingue-se, porém, esse direito decorridos quinze anos do dia da transcrição.

Art. 817. Mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca até perfazer vinte anos da data do contrato. Desde que perfaça vinte anos, só poderá subsistir o contrato de hipoteca, reconstituindo-se por novo título e nova inscrição; e, neste caso, lhe será mantida a precedência, que então lhe competir.

Art. 830. Vale a inscrição da hipoteca, enquanto a obrigação perdurar; mas a especialização, em completando vinte anos, deve ser renovada.

Art. 1.772. ....

§ 2.º Não obsta à partilha o estar um ou mais herdeiros na posse de certos bens do espólio, salvo se da morte do proprietário houver decorrido vinte anos.

Art. 2.º O disposto nesta lei não se aplica aos processos em curso.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1956.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Alexandre Marcondes Filho

LEI N.º 2.438 — DE 9 DE MARÇO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares sinistrados do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Mota Filho.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.439 — DE 9 DE MARÇO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devida aos municípios e referente ao exercício de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .... 192.399.473,30 (cento e noventa e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros e trinta centavos), para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1953, e referente à quota que lhes cabe pela arre-



cadação do imposto de renda no mesmo exercício.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugênio Gudin

LEI N.º 2.440 — DE 9 DE MARÇO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00 para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil cruzeiros), destinado a atender, no exercício de 1954, às despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugênio Gudin

LEI N.º 2.441 — DE 12 DE MARÇO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, a fim de erigir-se na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil cruzeiros), a fim de erigir-se na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas.

Art. 2.º O monumento de que trata o artigo anterior, homenagem do povo brasileiro e de seu governo aos valerosos patriotas que reconquistaram o Acre, representará a unidade nacional através do Tratado de Petrópolis, a vida do caudilho gaúcho José Plácido de Castro, o papel dos primeiros revolucionários irredentistas, a missão do exército observador e a vitória do grande chanceler Barão do Rio Branco culminando os acontecimentos que deram origem ao atual Território do Acre.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Alexandre Marcondes Filho

Eugenio Gudin

LEI N.º 2.442 — DE 15 DE MARÇO DE 1955

*Regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A contribuição obrigatória, a que se refere o art. 10 do Decreto-lei n.º 2.235, de 27 de maio de 1940, será custeada, em partes iguais, pelo empregador e pelo empregado, salvo no caso do condutor que trabalhe por conta própria, ao qual (VETADO) será permitido o pagamento de uma das quotas... (VETADO)...

Art. 2.º A regra estabelecida nesta lei é extensiva a todos os trabalhadores autônomos segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Napoleão de Alencastro  
Guimarães.*

LEI N.º 2.443 — DE 16 DE MARÇO  
DE 1955

*Modifica o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14 de dezembro de 1942.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de

14 de dezembro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A taxa de prêmio do seguro prevista neste artigo, inicialmente fixada pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, será revista periodicamente pelo mesmo órgão, em conformidade com os elementos que lhe forem encaminhados pelo Departamento Nacional da Previdência Social, podendo ser estabelecidas taxas diferentes em função dos riscos cobertos com relação às profissões abrangidas pelo seguro”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Napoleão de Alencastro Guimarães.*

## APENSO

Figuram neste apenso:

- I - as leis que, expedidas em trimestres anteriores, foram publicadas depois do 2.º dia útil do 1.º trimestre de 1955
- II - a retificação e a reprodução publicadas no 1.º trimestre de 1954, referente a leis expedidas em trimestres anteriores.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1955

LEI N.º 2.354 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

*Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954:

Art. 39. Substitua-se o § 1.º do artigo 188 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

“§ 1.º A faculdade de proceder a novo lançamento ou a lançamento suplementar extingue-se em cinco anos, contados da terminação daquele em que se efetuar o lançamento anterior”.

Art. 40. É revogado o § 2.º do artigo 188 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.370, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

*Dispositivo da letra “a”, do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos tér-

mos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954:

Art. 33. ...

§ 2.º ...

a) o de 2.º tenente para o aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, suboficial, sargento ajudante, 1.º, 2.º e 3.º sargento.

Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.378 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis n.º 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F.E.B.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A família do expedicionário falecido nas condições previstas pelos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946, ou que venha a falecer em consequência das causas nêles fixadas, o Governo fará doação de casa residencial no valor indicado pelo art. 4.º da presente lei:

§ 1.º Igual direito é assegurado à família do expedicionário desaparecido e que não se tenha apresentado até a publicação da presente lei.

§ 2.º Na hipótese da apresentação do expedicionário considerado desaparecido no teatro de operações da Itália, depois de provada em processo a conduta do militar, será assegurada a este prioridade para aquisição do imóvel doado à sua família mediante amortização mensal e segundo as dis-

posições vigentes para a Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra.

§ 3.º Se ao militar, nas condições do parágrafo anterior, não interessar o imóvel, este reverterá ao Estado, independente de qualquer indenização, como patrimônio da União, o mesmo sucedendo se o expedicionário fôr condenado pelo desaparecimento.

Art. 2.º Entende-se por família do expedicionário, para os fins desta lei, as pessoas abaixo enumeradas, com a exclusão de quaisquer outras, havendo precedência na prioridade estabelecida:

1.º, a viúva;

2.º, os filhos menores e filhas maiores solteiras, bem como filhos maiores inválidos que não possam prover os meios de subsistência;

3.º, as filhas viúvas ou desquitadas;

4.º, a mãe viúva ou solteira, bem como a desquitada, que por ocasião da morte do "de cujus" já se achava legalmente separada;

5.º, o pai inválido que vivia às expensas do "de cujus";

6.º, os irmãos menores e maiores interditos que viviam às expensas do "de cujus" bem como as irmãs germanas e consanguíneas solteiras;

7.º, as irmãs germanas viúvas ou desquitadas, que por ocasião da morte do "de cujus" já se achavam legalmente separadas.

Art. 3.º Para os efeitos da restrição imposta pelo art. 9.º do Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946, entende-se por casa própria o imóvel que fôr suficiente para abrigar a família do expedicionário falecido, tendo em vista a decência e o conforto compatíveis com a pensão que o Estado a ela assegurar.

Art. 4.º O limite da contribuição do Governo para doação da casa residencial referida no art. 1.º desta lei será o seguinte:

a) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da pensão concedida aos herdeiros militares do expedicionário falecido nas condições previstas pelos arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946, para as hipóteses previstas nos n.ºs 3, 4, 6 e 7 do art. 2.º da presente lei;

b) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da referida pensão com o acréscimo, ao total, de dez mil cruzeiros por filho do "de cujus", até o limite de três, para as hipóteses previstas nos n.ºs 1 e 2 do citado artigo;

c) 60 (sessenta) vezes o valor da pensão mensal, que seria concedida caso alguém ficasse com direito a herança militar à família do expedicionário falecido, nas condições indicadas na alínea a, e que não tenha deixado herdeiro militar, para as hipóteses previstas no n.º 5 do já mencionado art. 2.º.

§ 1.º O valor da doação em nenhuma hipótese poderá ser inferior a Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

§ 2.º É permitida a devolução em dinheiro ao interessado até 20% (vinte por cento), se o valor do imóvel adquirido fôr inferior ao valor da doação, assim como será facultada a aquisição da casa própria de valor superior à doação, desde que o beneficiado disponha de fundos necessários para completar o pagamento.

Art. 5.º Desde que o beneficiado por esta lei já tenha casa própria, mediante crédito hipotecário e se assim o desejar, o Estado resgatará de uma só vez o restante da dívida até o limite previsto nos arts. 4.º e 6.º da presente lei.

Parágrafo único. Se houver saldo, o beneficiado receberá em dinheiro a diferença entre o montante da dívida resgatada e o total da doação a que fez jus.

Art. 6.º Aos militares da F.E.B., incapacitados fisicamente e impossibilitados para todo e qualquer trabalho, na forma do art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.795, de 23 de janeiro de 1946, o Governo doará casa própria, no valor de 60 (sessenta) vezes os proventos da reforma, que estiverem sendo percebidos na data da doação, exclusive o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) referido no seu parágrafo único, com acréscimo de dez mil cruzeiros por filho até o limite de três.

Parágrafo único. Aos militares beneficiados pelo presente artigo são extensivos os mesmos direitos e vantagens estabelecidos pelo § 2.º do art. 4.º.

Art. 7.º O imóvel doado nas condições previstas pelo art. 9.º do Decreto-lei n.º 8.794, e parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.795, ambos de 23 de janeiro de 1946, obedecerá ao seguinte regime:

a) será inscrito no registro de imóveis como bem de família;

b) não poderá ser alienado, no todo ou em parte, antes de decorrido o prazo de 15 (quinze) anos, a partir da data da doação e enquanto houver herdeiro menor ou interdito do expedicionário falecido, ou considerado desaparecido, ou daquele a que se refere o art. 6.º desta lei.

Art. 8.º O imóvel a que se refere o artigo anterior ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 9.º As escrituras de aquisição e doação dos imóveis de que trata a presente lei serão organizadas pelo Ministério da Fazenda — Serviço do Patrimônio da União — de acordo com os elementos fornecidos pelo Ministério da Guerra.

Art. 10. Dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta lei, as pessoas com direito aos favores nela outorgados deverão apresentar requerimento ao Ministério da Guerra, indicando o imóvel que desejam ou a localidade em que preferem estabelecer a sua residência.

Art. 11. Durante 2 (dois) anos os orçamentos da União consignarão, em dotação própria para o Ministério da Guerra, a importância de Cr\$ ... 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para a execução desta lei.

Art. 12. A execução da presente lei competirá ao Ministério da Guerra por intermédio dos respectivos órgãos.

Parágrafo único. O Ministro da Guerra, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei, baixará instruções para sua execução.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.380 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a construir edifício para sede dos serviços do Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo, alienar o terreno onde se encontra edificado o prédio do mesmo Quartel General, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a construir um edifício para sede dos serviços do Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo.

Art. 2.º Para facilitar a execução do empreendimento previsto no artigo anterior, é o Poder Executivo igualmente autorizado a alienar, nos termos da legislação em vigor, o terreno da Rua Conselheiro Crispiniano número 378, em São Paulo, onde está edificado o prédio do mesmo Quartel General.

Art. 3.º A alienação não deverá ser realizada por preço inferior ao da avaliação feita pela Prefeitura Municipal de São Paulo, cuja estimativa ascendeu à soma de Cr\$ 17.070.000,00 (dezesete milhões e setenta mil cruzeiros) acrescida de 10% (dez por cento).

Art. 4.º O produto da venda desse terreno deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, após o recolhimento ao Tesouro Nacional da importância arrecadada na venda, abrirá o crédito especial relativo àquela, para realizar o que determina o art. 1.º desta lei.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

Eugenio Gudín.





## **E M E N T Á R I O**

**Leis e decretos publicados nos  
volumes I e II de 1955, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos**



## EMENTÁRIO

### A

#### ABASTECIMENTO NACIONAL

*Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 36.521, de 2 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.962 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

#### ABONO

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n. 2.403 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

### ABONO

*Estende a aplicação da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores ativos e inativos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 36.951 — de 24 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1955.

*Estende a aplicação da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores ativos e inativos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 37.041 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

— *Estende a aplicação da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das autarquias de previdência social, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.052 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

## ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

*Estabelece as bases para a declaração de Aspirantes a Oficial dos cadetes do Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN e regula a sua vida futura.*

Decreto n. 36.879 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

## AÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO

*Altera a redação do art. 8.º do Decreto n.º 35.514, de 18 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.901 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

## ACÓRDOS

*Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Acôrdio Comercial entre o Brasil e a Austrália, celebrado no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 24 de outubro de 1950.*

Decreto n. 36.775 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

*— Prorrogua o Acôrdio Sanitário Panamericano firmado em Montevideu, a 13 de março de 1948, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.*

Decreto n. 37.019 — de 12 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1955.

## ADMINISTRADOR DA ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUZA

*Modifica, na parte referente à fixação do salário do Administrador da Estrada de Ferro Mossoró-Souza, o art. 1.º do Decreto n.º 32.104, de 19 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 36.820 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## AERONAUTICA

*Dispositivo da letra a, do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

*— Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 23 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.386 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

*— Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz.*

Lei n. 2.391 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

*— Dá nova redação ao art. 232 e seu parágrafo único, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 36.788 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

*— Aprova as Tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1955, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.787 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

## AERONAUTICA

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.800 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

*Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.916 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Cria a Seção do Pessoal Civil no Núcleo do Parque de Aeronáutica de Porto Alegre.*

Decreto n. 36.948 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

— *Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

## AFORAMENTOS

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de março de 1955.

Ver, também, *Terrenos de Marinha.*

## AGENTE

*Transforma função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.822 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## ÁGUA DE MESA

*Reclassifica como água mineral a água potável de mesa, cuja lavra foi outorgada pelo Decreto n.º 28.107, de 11 de maio de 1950.*

Decreto n. 36.882 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Acyr Pizzatto Ferreira a pesquisar água potável de mesa, no município de Araucária, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.981 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## ÁGUA MARINHA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 36.340, de 18 de outubro de 1954.*

Decreto n. 36.881 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Alvino Hosken de Oliveira a pesquisar água mineral no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.706 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anis Chapchap a lavrar água mineral no município de Indaiatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.740 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro André Carrazzoni a pesquisar água mineral no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.761 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza a Companhia Textil José Pinto do Carmo a lavrar água mineral, no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.868 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Reclassifica como água mineral a água potável de mesa, cuja lavra foi outorgada pelo Decreto n.º 28.107, de 11 de maio de 1950.*

Decreto n. 36.882 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Luíza Garcia Gomes a pesquisar água mineral no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.924 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 31.699, de 1 de novembro de 1952.*

Decreto n. 37.036 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Oliveira Soares a pesquisar água mineral no município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.071 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros João de Oliveira Filho, Olga de Oliveira, Nestor de Oliveira e Clarice Lima Castro Oliveira a pesquisar água mineral no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.074 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**ÁGUA SULFUROSA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Omar Dumont e José Rios Guimarães a pesquisar água sulfurosa, no município de Arazá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.744 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Paraná.*

Decreto n. 36.747 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1955.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Carrancas.*

Decreto n. 36.749 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Buriti.*

Decreto n. 36.903 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n. 36.904 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Lage.*

Decreto n. 36.921 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Raiz.*

Decreto n. 37.001 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.*

Decreto n. 37.002 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Guassú.*

Decreto n. 37.003 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Colher-Batalha, Batalha e Batalha, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.004 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado do Rio de Janeiro no restante do seu curso, as águas do rio Iguaçu.*

Decreto n. 37.005 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gil, Gramma e Onça Grande.*

Decreto n. 37.083 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Jacurutu-Teixeiras, Teixeira e Teixeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.084 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Claro.*

Decreto n. 37.085 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Ocoí.*

Decreto n. 37.086 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Passo Fundo.*

Decreto n. 37.087 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

## ALFÂNDEGA

*Transforma em Alfândega a Mesa de Rendas Alfandegada de Itajaí.*

Lei n. 2.413 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

**ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Alliance Assurance Company Limited.*

Decreto n. 36.781 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 30 de março de 1955.

**ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS**

*Autoriza o Poder Executivo a construir edifício para sede dos serviços do Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo, alienar o terreno onde se encontra edificado o prédio do mesmo Quartel General, e dá outras providências.*

Lei n. 2.380 — de 27 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

**AMENDOIM**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**AMIANTO**

*Autoriza S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto, quartzo e associados no município de Traipu, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 37.026 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

**ANTICRESE**

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de março de 1955.

**"A NACIONAL" COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da "A Nacional" Companhia Brasileira de Seguros Gerais.*

Decreto n. 36.729 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1955.

Retificado nos D. O. de 9 e 14 de fevereiro de 1955.

**ANTÔNIO GOMES DA SILVA NAVEGAÇÃO LIMITADA**

*Concede à sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.735 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

**APOSENTADORIA**

*Regulamenta a execução da Lei n.º 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.911 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

**APOSENTADOS**

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n. 2.408 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

**ARDÓSIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ary Feliz Homem Bahia a pesquisar calcário e ardósia, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.029 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.



## ARDÓSIA

*Autoriza o cidadão brasileiro Calisto Fonseca a pesquisar ardósia e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.030 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

## AREIA

*Autoriza a cidadã brasileira Maria José Caldas Fonseca a lavar areia, argila, caulim, ocre e associados no município de São João Del-Rey, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.988 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## AREIA QUARTZOSA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 36.255, de 27 de setembro de 1954.*

Decreto n. 36.791 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz de Oliveira e Silva a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.890 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Panissi a pesquisar areia quartzosa e associados nos municípios de Jaborandi e Morro Agudo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.983 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

## AREIA QUARTZOSA

*Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau Panzera a pesquisar areia quartzosa, caulim, ouro e associados no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.070 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

## ARGILA

*Autoriza o cidadão brasileiro Armando João Caropreso a pesquisar argila e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.892 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Theobaldo David Silva a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.926 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alberto de Campos Pantoja a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.927 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.935 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza a cidadã brasileira Maria José Caldas Fonseca a lavrar areia, argila, caulim, ocre e associados, no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.988 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Miguel Bunduki a pesquisar argila refratária e caulim no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.031 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Maringá a pesquisar argila, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.080 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.079 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**ARMADA**

*Dispositivo da letra a, do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

**ARMADA**

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.306 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz.*

Lei n. 2.391 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Fixa para o ano de 1954, no Ministério da Marinha, o número mínimo de vagas para os diferentes postos dos Corpos de Oficiais da Marinha.*

Decreto n. 36.714-A — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 232 e seu parágrafo único, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 36.788 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Aprova as Tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1955, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.797 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à razão comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.798 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

## ARMADA

*Suspende por um (1) ano dispositivos do Regulamento para Promoções dos Oficiais da Armada aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1933.*

Decreto n. 36.803 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n. 36.830 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Cria a 7.ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais, no 5.º Distrito Naval, com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.831 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## ARRENDAMENTOS

*Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 510.000,00 para ocorrer às despesas com o arrendamento de uma área de terras na Fazenda Itapuca, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.018 — de 10 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

## ARROZ

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

## ASSICURAZIONI GENERALI DI TRIESTE E VENEZIA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia.*

Decreto n. 36.690 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## AUTARQUIAS

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Regulamenta a execução da Lei n.º 1.758, de 5 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.911 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Estende a aplicação da Lei número 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das autarquias de previdência social, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.052 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

## AUXILIÁRES DE ENSINO

*Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.*

Lei n. 2.403 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

**B****BANCO DO BRASIL S. A.**

*Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.*

Lei n. 2.426 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

**BANCOS**

*Estabelece providências para ultimar a liquidação da Caixa de Mobilização Bancária no que concerne às operações referidas no Decreto n.º 21.449, de 9-6-1932, e no Decreto lei n.º 4.364-A, de 7-6-1942, fixando normas para assegurar o pronto atendimento dos depositantes dos estabelecimentos bancários, no caso de liquidação extrajudicial.*

Decreto n. 36.783 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

**BARITINA**

*Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.992 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**BASES MILITARES**

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.386 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**BATALHÃO CONRADO BITTENCOURT**

*Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n.º 34.945, de 15 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 37.038 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

**BATALHÃO RODOVIÁRIO (1.º)**

*Cria os 3.º e 4.º Batalhões Ferroviários e 1.º Batalhão Rodoviário.*

Decreto n. 36.787 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de janeiro de 1955.

**BATALHÕES FERROVIÁRIOS (3.º E 4.º)**

*Cria os 3.º e 4.º Batalhões Ferroviários e 1.º Batalhão Rodoviário.*

Decreto n. 36.787 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de janeiro de 1955.

**BELAS-ARTES**

*Aprova o Regimento do Museu Nacional de Belas-Artes do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 36.778 — de 14 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

**BERILO**

*Autoriza a Produção Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda. a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.743 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

## BERILO

*Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Storck a pesquisar mica, berilo e associados no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.812 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Produco Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda., a lavar berilo no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.931 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a Produco Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda a pesquisar berilo e associados, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.943 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## BLENDA ARGENTÍFERA

*Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar blenda argentífera e associados no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.072 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

## BRAZILIAN TELEPHONE COMPANY

*Concede à sociedade anônima "Brazilian Telephone Company" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.961 — de 23 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## C

### CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA

*Estabelece providências para ultimar a liquidação da Caixa de Mobilização Bancária no que concerne às operações referidas no Decreto número 21.449, de 9-6-1932, e no Decreto-lei n.º 4.364-A, de 7-6-1942, fixando normas para assegurar o pronto atendimento dos depositantes dos estabelecimentos bancários, no caso de liquidação extrajudicial.*

Decreto n. 36.783 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

### CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Modifica o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5.087, de 14 de dezembro de 1942.*

Lei n. 2.443 — de 16 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de março de 1955.

— *Altera os arts. 42, 43 e 44 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 26.773, de 14 de junho de 1949, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.065 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1955.

### CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Concede favores aos devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais.*

Lei n. 2.385 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a saldar a dívida contraída pela Escola de Engenharia, atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n. 2.401 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Italo Barberio a pesquisar calcário no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.707 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Steemburgo Borges a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.738 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Brasília Rogich a pesquisar calcário no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.739 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arno Isidro Pritsch a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.758 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel de Freitas a pesquisar calcário e associados no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.760 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Martins Borges a pesquisar calcário e associados, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.794 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

## CALCÁRIO

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Barroso a pesquisar calcário e associados no município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.796 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Laminação e Cimento Portland Pains a lavar calcário no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.809 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.813 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústria Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.815 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Rodrigues de Oliveira e Joaquim Rodrigues de Oliveira a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.928 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza a cidadã brasileira Erenita Helena Groschke Harley a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 36.929 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Nestor Barreto dos Santos, Elpidio Barreto dos Santos e Dario Barreto dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.930 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

*Autoriza os cidadãos brasileiros Primitiva Barreto dos Santos e Amauri Alves Furtado a pesquisar calcário e associados, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.932 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plinio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.935 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gervásio Alves Pereira a lavrar calcário e calcita, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.936 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldi a pesquisar talco, calcário e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.942 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Altera o art. 1.º do Decreto número 36.422, de 4 de novembro de 1954.*

Decreto n. 36.973 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 31.749, de 7 de novembro de 1952.*

Decreto n. 36.974 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Barroso a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.991 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Irmãos Darin a pesquisar calcário no município de Ibaiti, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.993 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ary Feliz Homem Bahia a pesquisar calcário e ardósia, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.029 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Paparguerius a lavrar calcário no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.075 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Octavio S. Rolim a lavrar calcita e associados no município de Bocaiuva, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.869 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Gervásio Alves Pereira a lavrar calcário e calcita, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.936 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

**CAMPANHA DE MERENDA ESCOLAR**

*Institui a Campanha de Merenda Escolar.*

Decreto n. 37.106 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

**CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE**

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

**CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

**CARNAÚBA**

*Dispõe sobre a fiscalização da exportação de ceras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri) e dá outras providências.*

Decreto n. 36.910 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

**CARTEIRA DE REDESCONTOS DO BANCO DO BRASIL**

*Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A., e dá outras providências.*

Lei n. 2.426 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

**CARVÃO**

*Aprova o Regimento da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto n. 36.745 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. D. de 8 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.



## CARVÃO

*Autoriza a Mineração de Carvão Norte do Paraná S. A. a pesquisar carvão mineral no município de Ibaiti, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.811 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Fixa os preços de carvão de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto n. 36.821 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## CASA DA MOEDA

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

## CASIMIRO FILHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

*Concede à "Casimiro Filho - Indústria e Comércio S. A." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.497 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## CASAS BANCÁRIAS

*Estabelece providências para ultimar a liquidação da Caixa de Mobilização Bancária no que concerne às operações referidas no Decreto número 21.449, de 9-6-1932, e no Decreto-lei n.º 4.364-A, de 7-6-1942, fixando normas para assegurar o pronto atendimento dos depositantes dos estabelecimentos bancários, no caso de liquidação extrajudicial.*

Decreto n. 36.783 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Araçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.925 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados nos municípios de Itinga e Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.984 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados nos municípios de Araçuí e Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.986 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.987 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Impiglia a pesquisar caulim e associados no município de Itupeverica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.793 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

**CAULIM**

*Autoriza o cidadão brasileiro Sabino Bueno a pesquisar caulim e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.810 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Walderez Mucciolo a pesquisar caulim no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.893 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.923 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alberto de Campos Pantoja a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.927 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José Caldas Fonseca a lavar areia, argila, caulim, ocre e associados no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.938 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S.A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Rodão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.996 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**CAULIM**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Miguel Bunduki a pesquisar argila refratária e caulim no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.031 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau Panzera a pesquisar areia quartzosa, caulim, ouro e associados no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.070 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Cândido a pesquisar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.077 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU**

*Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do centenário da fundação do Município de Botucatu, Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.425 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS**

*Autoriza a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.748 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

## **CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OFICIAIS PARA A RESERVA DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n. 36.830 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

## **CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA**

*Cria o Estandarte-Distintivo para os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 36.825 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 83, 95 e ao § 3.º do art. 101, do Regulamento para os CPOR, aprovado pelo Decreto n.º 29.392, de 31 dezembro de 1946.*

Decreto n. 37.059 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1955.

## **CÉRAS VEGETAIS**

*Dispõe sobre a fiscalização da exportação de cêras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri) e dá outras providências.*

Decreto n. 36.910 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

## **CEREAIS**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

## **CESSÃO DE IMÓVEIS**

*Autoriza a cessão gratuita de terreno pela Rede Ferroviária do Nordeste, à Paróquia de Santo Amaro do Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 36.720 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

## **CHAVES & CIA.**

*Autoriza Chaves & Cia., a pesquisar gipsita e associados no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.995 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## **CHUMBO**

*Autoriza a Mineração Boquira Limitada a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Macaúbas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.795 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

— *Renova e retifica o Decreto número 31.070, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.863 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

## **COBRE**

*Autoriza a cidadã brasileira Ester Tapajoz Ferreira Coelho a pesquisar minério de cobre, galena e associados, no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.976 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Mata a pesquisar minério de cobre no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.028 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

**CÓDIGO CIVIL**

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.347 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de março de 1955.

**CÓDIGO SANITARIO PANAMERICANO**

*Promulga o Protocolo Anexo ao Código Sanitário Panamericano, concluído em Havana, a 24 de setembro de 1952, por ocasião do VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Panamericana.*

Decreto n. 37.020 — de 12 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1955.

**COLÉGIOS**

*Aprova o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto n. 36.756-A — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

— *Cassa reconhecimento e autorização para funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto n. 36.999 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Cassa o reconhecimento e a inspeção concedidos ao Colégio Progresso, de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.000 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Dá redação nova ao art. 73 do Regulamento para o Colégio Militar (Decreto n.º 12.277, de 19 de abril de 1943).*

Decreto n. 37.058 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de março de 1955.

**COLUMBIA PICTURES OF BRAZIL, INC.**

*Concede à sociedade anônima "Columbia Pictures of Brazil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.655 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

**COLUMBITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Edvaldo de Oliveira Flores a pesquisar columbita e associados no município de Itambé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.870 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.925 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados nos municípios de Itinga e Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.984 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados nos municípios de Araçuaí e Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.936 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## COLUMBITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Filho a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.987 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## COMISSÃO DE CONTRÔLE DOS ACÓRDOS DE WASHINGTON

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 76.783,30, para pagamento de salários atrasados de pessoal e regularização de despesas de telegramas e telefones da extinta Comissão de Controle dos Acórdos de Washington.

Lei n. 2.420 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.655.600,00 para ocorrer a despesas da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Lei n. 2.422 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

## COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTOS E PREÇOS

Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

## COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTOS E PREÇOS

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-PARAGUAIA.

Considera de caráter permanente no exterior a Comissão Mista Brasileira-Paraguai, para os efeitos do art. 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.

Decreto n. 36.971 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de março de 1955.

## COMISSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico.

Lei n. 2.337 — de 4 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de São Jerônimo.

Decreto n. 36.607 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1955.

**COMISSÕES**

— *Extingue a Comissão constituída pelo Decreto n.º 35.508, de 17 de maio de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.713 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Aprova o Regimento da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto n. 36.745 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

— *Extingue a Comissão Nacional de Bem Estar Social e dá outras providências.*

Decreto n. 36.827 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre a liquidação da extinta Comissão Nacional de Bem-Estar Social.*

Decreto n. 37.009 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

**COMPAGNIE D'ASSURANCES GENERALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Compagnie d'Assurances Generales contra l'Incendie et les Explosions.*

Decreto n. 37.013 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1955.

**COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Adriática de Seguros".*

Decreto n. 36.732 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA DE ARARANGUÁ**

*Transfere à Prefeitura Municipal de Laguna, os serviços de fornecimento de energia elétrica, a cargo da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, município de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.460 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.546 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 36.255, de 27 de setembro de 1954.*

Decreto n. 36.791 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

**COMPANHIA CENTRAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Central de Seguros.*

Decreto n. 37.066 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO  
BRASILEIRO**

*Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a instalar uma usina termo-elétrica no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.866 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO  
PORTLAND BARROSO**

*Autoriza a Cia. de Cimento Portland Barroso a pesquisar calcário e associados no município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.796 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

*— Autoriza a Cia. Cimento Portland Barroso a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.991 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO  
PORTLAND MARINGÁ**

*Autoriza a Cia. Cimento Portland Maringá a pesquisar argila, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.080 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO  
PORTLAND POTY**

*Renova o Decreto n.º 31.598, de 15 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.792 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E  
FÔRÇA DO RIO DE JANEIRO,  
LIMITADA**

*Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a instalar o segundo circuito na linha de transmissão entre a Usina de Fontes e a Estação Receptora de Cascadura.*

Decreto n. 36.762 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

*— Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada a construir uma linha de transmissão, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.063 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1955.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO  
NOVALIMENSE**

*Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 26.990 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. D. de 7 de março de 1955.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
GERAIS "CORCOVADO"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da Companhia de Seguros Gerais "Corcovado".*

Decreto n. 36.828 — de 28 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

### COMPANHIA DE SEGUROS "LA FONCIERE INCENDIE"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "La Foncière Incendie".*

Decreto n. 36.819 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

### COMPANHIA DE SEGUROS RIO BRANCO

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Rio Branco.*

Decreto n. 37.044 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 1 de abril de 1955.

### COMPANHIA DEPOSITO DE SUBSISTENCIA (2.ª)

*Cria a 2.ª Cia. Dep. de Subsistência e torna sem efeito a 2.ª Cia. Int.*

Decreto n. 37.014 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

### COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

*Aprovação do novo projeto e orçamento para a execução de obras destinadas a aumentar a capacidade da linha de transmissão de energia elétrica entre Santos e Itatinga, da Companhia Docas de Santos.*

Decreto n. 35.957 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

### COMPANHIA FORÇA E LUZ DE CENTRALINA

*Restringe a zona de fornecimento de energia elétrica da Empresa Mineira de Eletricidade e outorga concessão à Companhia Força e Luz de Centralina para fazer distribuição e comércio de energia elétrica nos distritos de Itumbiara, município de Itumbiara, Estado de Goiás, e Araporã, município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.604 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

### COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

*Autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.*

Lei n. 2.404 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

### COMPANHIA INDUSTRIAL DA ESTANCIA S. A.

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Industrial da Estância S. A.*

Decreto n. 36.944 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

### COMPANHIA LAMINAÇÃO E CIMENTO PORTLAND PAINS

*Autoriza a Companhia Laminação e Cimento Portland Pains a lavar calcário no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.809 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

### COMPANHIA LESTE MINEIRA DE ELETRICIDADE

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra marginais do rio Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, que serão inundadas pelo estabelecimento de um reservatório de acumulação, e autoriza a Companhia Leste Mineira de Eletricidade a promover as desapropriações.*

Decreto n. 36.770 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de março de 1955.



**COMPANHIA LUZ E FORÇA  
"SANTA CRUZ"**

*Autoriza a Companhia Luz e Força "Santa Cruz" a elevar a tensão da linha de transmissão entre a Usina Parapanema, em Piraju, e Jacarézinho, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.592 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

**COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00 para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Lei n. 2.440 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1955.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

*Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 36.865 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1955.

**COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia Paulista de Seguros.*

Decreto n. 36.689 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

**COMPANHIA REGIONAL DE FUZILEIROS NAVAIS (7.ª)**

*Cria a 7.ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais, no 5.º Distrito Naval, com sede em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.831 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

**COMPANHIA SANTA FÉ - COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO**

*Concede à "Companhia Santa Fé - Comércio e Navegação" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.730 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

**COMPANHIA TEXTIL JOSÉ PINTO DO CARMO**

*Autoriza a Companhia Textil José Pinto do Carmo a lavar água mineral, no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.838 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

**COMPENSAÇÃO POR DISPENSA DO SERVIÇO INDUSTRIAL DO ESTADO**

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, pelo Ministério da Fazenda, a Agenor Marques dos Santos a quantia de Cr\$ 546,80, a título de compensação por dispensa de serviço industrial do Estado.*

Lei n. 2.428 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLÍBOL**

*Declara existente a Confederação Brasileira de Vôleibol.*

Decreto n. 36.786 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de janeiro de 1955.

### CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (36.<sup>a</sup> Sessão)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender a despesas com o comparecimento d. Brasil à 36.<sup>a</sup> Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Lei n. 2.389 — de 5 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

### CONFERÊNCIA NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS (II).

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 100.000,00, para concessão de auxílio à II Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais.*

Lei n. 2.423 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

### CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA (III)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo.*

Lei n. 2.147 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

### CONGRESSO BRASILEIRO DE ANESTESIOLOGIA (1.º)

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.556, de 12 de fevereiro de 1952.*

Lei n. 2.393 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

### CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (XI)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para auxiliar a realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.421 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

### CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ANESTESIOLOGIA (2.º).

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.556, de 12 de fevereiro de 1952.*

Lei n. 2.393 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

### CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO NACIONAL

*Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 36.521, de 2 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.962 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

### CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Aprova o Quadro do Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.823 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

### CONSELHO NACIONAL DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

*Declara o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de Goiás "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica e dá outras providências.*

Decreto n. 36.905 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

## CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO

*Dispõe sobre a retificação da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Conselho Nacional do Petróleo, da Presidência da República.*

Decreto n. 36.780 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, imóveis imprescindíveis à construção do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 36.894 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

## CONSELHO RODOVIÁRIO NACIONAL

*Fixa a gratificação do Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 36.755 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Regulamenta o art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho, expedida pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.818 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## CONSULADOS

*Eleva à categoria de Consulado Geral o Consulado de carreira do Brasil em Zurique.*

Decreto n. 36.900 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

## COTA COMPULSÓRIA

*Fixa o número de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.715-A — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

## CONTINÊNCIAS, HONRAS E SINAIS DE RESPEITO DAS FORÇAS ARMADAS

*Dá nova redação ao art. 232 e seu parágrafo único do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n. 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 36.788 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

## CONVENÇÕES

*Promulga a Convenção Internacional, assinada em Sevrès, a 6 de outubro de 1921, que modificou a Convenção do Métré, firmada em Paris, a 20 de maio de 1875, e seu Regulamento Anexo.*

Decreto n. 36.878 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

— *Torna público a denúncia pelos Puíses-Baixos da Convenção sobre Trabalho Noturno das Crianças (Indústria, de 1919 (Convenção n. 6), adotada a 28 de novembro de 1919, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 1.ª Sessão.*

Decreto n. 36.949 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

— *Torna público o depósito do instrumento de ratificação por parte da República Federal da Alemanha, da Convenção dos Trabalhos Subterrâneos (mulheres), de 1935, (Convenção n. 45), adotada a 21 de junho de 1935 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 19.ª Sessão.*

Decreto n. 36.950 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

**CONVENÇÕES**

— *Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Chile da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmado em Washington, a 20 de junho de 1946, por ocasião da Conferência Interamericana de Peritos para a Proteção dos Direitos de Autor.*

Decreto n. 37.653 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1955.

— *Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Supressão da Circulação e do Tráfico das Publicações Obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923, concluído em Lake Success, New York, a 12 de novembro de 1947.*

Decreto n. 37.100 — de 25 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1955.

**CORCOVADO - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, com extensão das operações dos Ramos Elementares, inclusive mudança de denominação, do Corcovado - Companhia de Seguros de Vida.*

Decreto n. 36.691 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1955.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de .... Cr\$ 2.066.000,00 para atender a despesas com o pagamento de etapas de alimentação do pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Lei n. 2.388 — de 4 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

**CORPOS DE OFICIAIS DA MARINHA**

*Fixa para o ano de 1954, no Ministério da Marinha, o número mínimo de vagas para os diferentes postos dos Corpos de Oficiais da Marinha.*

Decreto n. 36.714-A — de 21 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

**CORRESPONDÊNCIA POSTAL E TELEGRÁFICA**

*Aprova o regulamento para a execução do serviço de distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Decreto n. 37.042 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Cria a Faculdade de Engenharia do Ceará.*

Lei n. 2.383 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 24 de fevereiro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 7.966,70, para pagamento de substituições no Tribunal Superior Eleitoral.*

Lei n. 2.384 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .... Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico.*

Lei n. 2.387 — de 4 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.068.000,00 para atender a despesas com o pagamento de etapas de alimentação do pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Lei n. 2.388 — de 4 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.300,00, para atender a despesas com o comparecimento do Brasil à 36.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Lei n. 2.389 — de 5 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para pagamento de diarista do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.390 — de 5 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Modifica o art. 1.º da Lei número 1.556, de 12 de fevereiro de 1952.*

Lei n. 2.393 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a ocorrer as despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó.*

Lei n. 2.394 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento de despesas com pessoal do quadro do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.396 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.328,00, para atender ao pagamento de gratificação a Abel Pinheiro Maciel Filho, médico, classe N, do Quadro Permanente do Território do Acre.*

Lei n. 2.397 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 96.870,50, para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, pela Administração do Território do Rio Branco.*

Lei n. 2.398 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 365.007,60, para pagamento de fornecimentos e serviços à Escola Técnica de Manaus.*

Lei n. 2.399 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00, para atender ao pagamento de subvenção à Panair do Brasil Sociedade Anônima.*

Lei n. 2.400 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a saldar a dívida contraiada pela Escola de Engenharia, atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n. 2.401 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para construção no Recife, Estado de Pernambuco, de um Hospital de Pronto Socorro com o nome de Agamenon Magalhães.*

Lei n. 2.402 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Tesouro Nacional a adquirir partes beneficiárias da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco.*

Lei n. 2.404 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1.<sup>a</sup> Região — o crédito especial de Cr\$ 117.320,00, para pagamento de gratificação de representação aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região.*

Lei n. 2.405 — de 17 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja.*

Lei n. 2.407 — de 22 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo.*

Lei n. 2.417 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 76.783,30, para pagamento de salários atrasados do pessoal e regularização de despesas de telegramas e telefones da extinta Comissão de Controle dos Acordos de Washington.*

Lei n. 2.420 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, para auxiliar a realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.421 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.655.600,00, para ocorrer a despesas da Comissão de Desenvolvimento Industrial.*

Lei n. 2.422 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 300.000,00, para concessão de auxílio à II Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais.*

Lei n. 2.423 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 348.441,10, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.424 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 840.737.157,50 (oitocentos e quarenta milhões, setecentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento de despesas de pessoal e de Serviços e Encargos do mesmo Ministério no Exercício de 1953.*

Lei n. 2.427 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 23.523,50, destinado a ocorrer a despesas com o pagamento de salários-família, ajudas de custo, vencimentos e substituições ao pessoal do mesmo Tribunal.*

Lei n. 2.433 — de 27 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 367.718,10, para atender ao pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.434 — de 27 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas, o crédito especial até o limite de Cr\$ 94.000,00, destinado ao pagamento das despesas provenientes de substituições do pessoal, do mesmo Tribunal.*

Lei n. 2.435 — de 2 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender a despesas com a realização da 1.ª Exposição Argo-Aviçola.*

Lei n. 2.436 — de 3 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.438 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de março de 1955.

Retificada no D. O. de 23 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devida aos municípios e referente ao exercício de 1953.*

Lei n. 2.439 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Lei n. 2.440 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, a fim de erigir-se na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas.*

Lei n. 2.441 — de 12 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de março de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Torna sem efeito o Decreto número 35.860, de 20 de julho de 1954.*

Decreto n. 36.835 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00, de que trata a Lei n.º 2.382, de 28 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.836 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 76.422,40, para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar.*

Decreto n. 36.860 — de 3 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 81.672,00, para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos Auditores da Primeira entrância e aos Advogados da Justiça Militar.*

Decreto n. 36.861 — de 3 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.422,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 36.897 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 15 de fevereiro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 510.000,00, para ocorrer às despesas com o arrendamento de uma área de terras na Fazenda Itapuca, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.018 — de 10 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 35.008, de 8 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 37.050 — de 17 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 202.285,30, para o fim que menciona.*

Decreto n. 37.054 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1955.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

*Cria dois Distritos de 1.ª classe no Departamento Nacional de Obras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.395 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

**CRIAÇÃO DE FUNÇÃO**

**Ver:**

*O nome do Ministério em que foi criada a função.*

**CURSOS**

*Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.627 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.



## CURSOS

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.727 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

Ver:

*Faculdades.*

## D

### DACTILOSCOPISTA-AUXILIAR

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 36.958 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1955.

### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Dá nova redação aos arts. 23, item I, e 29 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20.495, de 24 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 36.972 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

### DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE GOIÁS

*Declara o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de Goiás "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica e dá outras providências.*

Decreto n. 36.905 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º § 2.º, da Lei n. 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 8 de janeiro de 1955.

### DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

### DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

*Altera a redação do Decreto número 30.995, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.008 — de 8 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1955.

## DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

— *Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o art. 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.023 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.895 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*Estende a aplicação da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, dos servidores ativos e inativos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 37.041 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

*Aprova o Quadro do Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.823 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Varzea Alegre", no município do mesmo nome, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.719 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTOS

*Cria dois Distritos de 1.ª classe no Departamento Nacional de Obras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.395 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a aceitar a doação de um terreno da Prefeitura Municipal de Sertãoópolis.*

Decreto n. 36.957 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL

*Aprova o Regimento do Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro, da Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.648 — de 22 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

*Altera a redação de artigos do Regimento do Departamento Nacional do Trabalho, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.782 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Varzea Alegre", no município do mesmo nome, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.719 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

*— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra marginais do rio Manhuaú, Estado de Minas Gerais, que serão inundadas pelo estabelecimento de um reservatório de acumulação, e autoriza a Companhia Leste Mineira de Eletricidade a promover as desapropriações.*

Decreto n. 36.770 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de março de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, imóveis imprescindíveis à construção do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional de Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 36.894 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.895 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona, situados no Distrito Federal necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.017 — de 10 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos em São José dos Campos (SP), e dá outras providências.*

Decreto n. 37.040 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

## DESPACHANTE ADUANEIRO

*Torna sem efeito o Decreto número 23.940, de 7 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 36.969 — de 3 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

*— Extingue vaga de Despachante Aduaneiro.*

Decreto n. 36.970 — de 3 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## DEVEDORES HIPOTECÁRIOS

*Concede favores aos devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais.*

Lei n. 2.385 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

## DIAMANTE

*Autoriza o cidadão brasileiro João Gomes de Carvalho a pesquisar diamantes no município de Marabá, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.979 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## DIPLOMATAS

*Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.232, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**DIREITOS AUTORAIS**

*Altera dispositivos dos Decretos números 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e 20.493, de 24 de janeiro de 1946.*

Lei n. 2.415 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

**DIREITOS DE AUTOR**

*Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Chile, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 29 de junho de 1946, por ocasião da Conferência Interamericana de Peritos para a Proteção dos Direitos de Autor.*

Decreto n. 37.053 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1955.

**DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO**

*Approva o Quadro do Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.823 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Guaratinguetá (SP).*

Decreto n. 36.789 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado em Vila Jardim, Município de Bela Vista, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 36.826 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 2 de fevereiro de 1955.

**DOAÇÕES**

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na Cidade de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.832 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponte Nova.*

Decreto n. 36.833 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Monte Carmelo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.834 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação da benfeitoria (atêrro), que a "São Paulo Light and Power Company Limited" quer fazer à União Federal, no Município de Barueri, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.915 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na cidade de Capatava, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.919 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

## DOAÇÕES

— Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a aceitar a doação de um terreno da Prefeitura Municipal de Sertãozinho.

Decreto n. 36.957 — de 23 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos em Itacatiara, Estado do Amazonas.

Decreto n. 37.015 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— Autoriza o Ministro da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos, em Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.016 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado em Goiânia, Capital do Estado de Goiás.

Decreto n. 37.037 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1955.

## DOAÇÕES DE IMÓVEIS

Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F.E.B.

Lei n. 2.378 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

## BOLOMITA

Renova o Decreto n.º 31.969, de 19 de dezembro de 1952.

Decreto n. 37.033 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

## DOMÍNIO DA UNIÃO

Concede escritura de propriedade aos posseiros das terras denominadas Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

Lei n. 2.416 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

## DRAGAGEM FLUVIAL LTDA.

Concede a Dragagem Fluvial Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 36.885 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

## E

## ECONOMISTA

Complementa disposição do Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952, reabrindo novo prazo para habilitação profissional de economistas.

Decreto n. 37.011 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

## EFETIVO DAS FORÇAS ARMADAS

Ver:

Forças Armadas.

## EMISSÕES

Transfere para o Tesouro Nacional parte das emissões feitas para atender às operações da Carteira de Descontos do Banco do Brasil, mediante resgate de débito do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A. e dá outras providências.

Lei n. 2.426 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 21 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESA DE MINÉRIOS MINAS GERAIS - IMPORTADORA E EXPORTADORA LIMITADA**

*Concede à Empresa de Minérios Minas Gerais - Importadora e Exportadora Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.946 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

### **EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA.**

*Concede à "Empresa de Navegação Aliança Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.731 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO**

*Altera a redação do art. 3.º do Decreto n.º 35.514, de 18 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.901 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESA FORÇA E LUZ DE GUANHÃES E VIRGINÓPOLIS**

*Outorga à Prefeitura Municipal de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Rio Corrente Grande e restringe a zona de fornecimento da Empresa Força e Luz de Guanhães e Virginópolis.*

Decreto n. 36.766 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESA MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Restringe a zona de fornecimento de energia elétrica da Empresa Mineira de Eletricidade e outorga concessão à Companhia Força e Luz de Centralina para fazer distribuição e comércio de energia elétrica nos distritos de Itumbiara, Município de Itumbiara, Estado de Goiás, e Araporã, município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.604 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESA NACIONAL DE MINERAÇÃO E SIDERURGIA LTDA.**

*Concede à Empresa Nacional de Mineração e Siderurgia Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.871 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1955.

### **EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

— *Autorização para funcionar:*

Ver:

*O nome da Sociedade.*

### **EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n. 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 29.745 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

— *Outorga a João Cesar concessão para transmissão e distribuição de energia elétrica no distrito de Siderópolis, município de Urussanga, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto n. 29.920 — de 27 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações hielétricas.*

Decreto n. 30.764 — de 16 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Força e Luz Chapecó S. A.*

Decreto n. 31.879 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata a ampliar suas instalações hielétricas.*

Decreto n. 32.030 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itapaci concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Cocho, distrito da sede, município de Itapaci, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.459 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Transfere à Prefeitura Municipal de Laguna os serviços de fornecimento de energia elétrica, a cargo da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, município de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.460 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Estiva concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Fonseca, existente no rio Três Irmãos, distrito de Cambuí, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.591 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Itabora, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.910 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Aprovação do novo projeto e orçamento para a execução de obras destinadas a aumentar a capacidade da linha de transmissão de energia elétrica entre Santos e Itatinga, da Companhia Docas de Santos.*

Decreto n. 35.957 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza o funcionamento da Usina termelétrica de Itapetininga.*

Decreto n. 36.106 — de 23 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1955.

— *Transfere ao Estado do Rio Grande do Sul a concessão para produzir e distribuir energia elétrica nos municípios que enumera.*

Decreto n. 36.217 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Outorga a Pasta Santa Cecilia Ltda. para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Correntes, município de Curitiba, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.537 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.546 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força "Santa Cruz" a elevar a tensão da linha de transmissão entre a Usina Paranapanema, em Piraju, e Jacarezinho, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.592 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Restringe a zona de fornecimento de energia elétrica da Empresa Mineira de Eletricidade e outorga concessão à Companhia Força e Luz de Centralina para fazer distribuição e comércio de energia elétrica nos distritos de Itumbiara, município de Itumbiara, Estado de Goiás, e Araporé, município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.604 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de São Jerônimo.*

Decreto n. 36.607 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1955.

— *Autoriza a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.748 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 21.108, de 11 de maio de 1946, e outorga ao Estado de Minas Gerais, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio Paraopeba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.750 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

— *Outorga a Silvestre Coelho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível Santo Antônio, existente no ribeirão Santo Antônio, distrito de Córrego do Ouro, município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.751 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.



## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia de Carris Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a instalar o segundo circuito na linha de transmissão entre a Usina de Fontes e a Estação Receptora de Cascadura.*

Decreto n. 36.762 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Amplia a zona de fornecimento da Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd., e dá outras providências.*

Decreto n. 36.763 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.765 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 15 de março de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Rio Corrente Grande e restringe a zona de fornecimento da Empresa Força e Luz de Guanhões e Virginópolis.*

Decreto n. 36.766 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Outorga a Amaro Taylor concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Três Córregos, 2.º distrito, município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.769 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 36.865 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a instalar uma usina termelétrica no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.866 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Autoriza a "São Paulo Light and Power Company, Limited" a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.867 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

— *Outorga a Indústria e Comércio Papelão Ibicui S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Ibicui, distrito da Sede, município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.872 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Outorga a José Bernardino de Carvalho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Figueira, no ribeirão de Capivari, distrito de Cianita, município de Madre de Deus de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.873 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Outorga a Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S. A. concessão para uso exclusivo do aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos desníveis denominados de Alemão e Aparado, existentes no rio Tibagi, município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.908 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Industrial da Estância S. A.*

Decreto n. 36.944 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

— *Outorga ao Padre Manuel Sátiro Ferreira, ou a empresa que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Córrego Grande, sede do município de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.947 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

— *Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir uma linha de transmissão derivada da linha Sorocaba-Parnaíba, município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.006 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Luminárias concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira da Fumaça, existente no rio Ingahy, município de Luminárias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.024 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1955.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza Celso Coelho de Souza a realizar estudos para o aproveitamento da energia hidráulica do trecho do rio Paranaíba, compreendido entre a confluência do rio Verde e a cachoeira Dourada.*

Decreto n. 37.025 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1955.

— *Autoriza a Termo-elétrica Municipal Ararense S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de Araras, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.061 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1955.

— *Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.063 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.537, de 3 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.088 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

**ENERGIA HIDRÁULICA****Ver:**

*Energia Elétrica.*

**ENFERMEIRO**

*Suprime quatro (4) cargos extintos e um (1) provisório.*

Decreto n. 36.898 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

## ENSINO

*Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.*

Lei n. 2.403 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

*Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.*

Lei n. 2.430 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário.*

Decreto n. 37.082 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

## ENTREPOSTO DE PESCA DO RIO DE JANEIRO

*Aprova o Regimento do Entreposto de Pesca do Rio de Janeiro, da Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.648 — de 22 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

## ESCRITURÁRIO

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.)

Decreto n. 36.958 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1955.

## ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n.º 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

## ESTANDARTE-DISTINTIVO

*Cria o Estandarte-Distintivo para os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 36.825 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

## ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA

*Modifica, na parte referente à fixação do salário do Administrador da Estrada de Ferro Mossoró-Sousa, o art. 1.º do Decreto n.º 32.104, de 19 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 36.820 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## ESTRANGEIROS

— *Aquisição do domínio útil de Terreno de Marinha —*

**Ver:**

*Terrenos de Marinha.*

## ETAPA

*Aprova as Tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1955, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.797 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro

### ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

*Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.916 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

### ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

*Estabelece as bases para declaração de Aspirantes a Oficial dos cadetes do Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN e regula a sua vida futura.*

Decreto n. 36.879 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

### ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

*Dá nova redação ao artigo 22 do Decreto n.º 14.497, de 6-3-47, alterado pelos Decretos ns. 20.802, de 21-3-46, e 27.887, de 17-3-50.*

Decreto n. 36.917 — de 17 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

### ESCOLAS

*Estende as prerrogativas do reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.956 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ . . 365.007,60, para pagamento de fornecimentos e serviços à Escola Técnica de Manaus.*

Lei n. 2.399 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

### ESCOLAS

*Dispõe sobre denominação de Escola.*

Decreto n. 36.434 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre denominação de Escola.*

Decreto n. 36.435 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Concede equiparação à Escola Industrial de Macapá.*

Decreto n. 36.493 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Concede equiparação à Escola Industrial "Coronel Fernando Feheliano da Costa", de Piracicaba.*

Decreto n. 36.519 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.629 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.726 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1955.

— *Dispõe sobre a alteração de nome da Escola Industrial de Pernambuco.*

Decreto n. 36.804 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## ESCOLAS

*Transforma em Escola Agro-técnica a Escola Agrícola Iidejonso Simões Lopes.*

Decreto n.º 36.862 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

— *Dá redação nova ao art. 93 do Regulamento para as Escolas Preparatórias (Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945).*

Decreto n. 36.954 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior ao Exército.*

Decreto n. 36.955 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1955.

— *Altera denominação da Escola Industrial de Rio Claro.*

Decreto n. 37.104 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## ESTADO DA BAHIA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Ratz.*

Decreto n. 37.001 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Goiás "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.905 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.*

Decreto n. 37.002 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Carrancas.*

Decreto n. 36.749 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 21.108, de 11 de maio de 1946, e outorga ao Estado de Minas Gerais, ou empresa que organizar, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio Paraopeba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.750 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Buriti.*

Decreto n. 36.903 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio.*

Decreto n. 36.904 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itige.*

Decreto n. 36.921 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Colher-Batalha, Batalha e Batalha, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.004 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gil, Gramma e Onça Grande.*

Decreto n. 37.083 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Jacurutu-Teixeiras, Teixeira e Teixeira, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.084 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado do Rio de Janeiro no restante do seu curso, as águas do rio Iguaçu.*

Decreto n. 37.005 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Claro.*

Decreto n. 37.085 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

*Transfere ao Estado do Rio Grande do Sul a concessão para produzir e distribuir energia elétrica nos municípios que enumera.*

Decreto n. 36.217 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Passo Fundo.*

Decreto n. 37.087 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Guaçu.*

Decreto n. 37.003 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DA UNIÃO**

*Dispõe sobre a concessão, à família do funcionário, da pensão especial a que se refere o art. 242 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.899 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Altera a redação do § 3.º do artigo 5.º do Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.953 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

## ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

— Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o art. 145, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952, aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto n. 37.023 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

## ESTATUTOS

Ver: o nome da Companhia que os tiver aprovados ou alterados.

## EXAMES DE SUFICIÊNCIA

Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.

Lei n. 2.430 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de março de 1955.

## EXÉRCITO

Dispositivo da letra a do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.

Lei n. 2.386 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

Lei n. 2.391 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

## EXÉRCITO

Concede as honras de Marechal do Exército Brasileiro ao General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, e dá outras providências.

Lei n. 2.409 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— Modifica a Lei n. 1.125, de 7 de junho de 1950, que se refere ao Corpo de Saúde do Exército, na parte relativa ao Quadro de Oficiais Dentistas do Exército.

Lei n. 2.414 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

Reproduzida no D. O. de 13 e 14 de fevereiro de 1955.

— Altera a Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, que fixa o número de Oficiais Gerais de Exército.

Lei n. 2.429 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

— Fixa o número de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.715-A — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

— Dá nova redação ao art. 232 e seu parágrafo único, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.

Decreto n. 36.788 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— Aprova as Tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1955, e dá outras providências.

Decreto n. 36.797 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

## EXÉRCITO

*Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.799 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Cria o Estandarte-Distintivo para os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 36.825 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

— *Estabelece as bases para a declaração de Aspirantes a Oficial dos cadetes do Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN e regula a sua vida futura.*

Decreto n. 36.879 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 2º do Decreto n. 14.947, de 6-3-47, alterado pelos Decretos ns. 20.882, de 21 de março de 1946, e 27.887, de 17 de março de 1950.*

Decreto n. 36.917 — de 17 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

*Extingue: 6.º Pel. Front., 1/1.º RAAAé, 1/2.º RAAAé e 1/3.º RAAAé; e organiza: 6.ª Cia. Front., 1.º Gr. Can- 90 AAé, 2.º Gr. Can 90 AAéé, 3.º Gr. Can 88 AAéé e 12.º BE Com, 4.º Gr. Can 90 AAé e 5.º Gr. Can 90 AAé.*

Decreto n. 36.918 — de 17 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1955.

## EXÉRCITO

*Dá nova redação ao artigo 93 do Regulamento para as Escolas Preparatórias (Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945).*

Decreto n. 36.954 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

Decreto n. 36.955 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1955.

— *Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Cria a 2.ª Cia. Dep. de Subsistência e torna sem efetivo a 2.ª Cia. Int.*

Decreto n. 37.014 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 34.945, de 15 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 37.033 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

— *Dá nova redação à letra a do art. 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 37.039 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.



## EXPEDICIONÁRIOS

*Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F.E.B.*

Lei n. 2.378 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

## EXPOSIÇÃO AGRO-AVÍCOLA (1.ª)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender a despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Avícola.*

Lei n. 2.436 — de 3 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de março de 1955.

## EXTRANUMERÁRIO

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre as retificações de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.835 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

— *Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerário contratado do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.964 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

## F

### FACULDADES

*Cria a Faculdade de Engenharia do Ceará.*

Lei n. 2.383 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 24 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a saldar a dívida contraída pela Escola de Engenharia, atualmente Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n. 2.401 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1955.

Retificada no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.431 — de 21 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de março de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.683 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto n. 36.684 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o funcionamento do curso que indica.*

Decreto n. 36.785 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

**FACULDADES**

*Concede autorização para funcionamento do curso que indica.*

Decreto n. 37.101 — de 30 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, letras neolatinas e de geografia e história da Faculdade Católica de Filosofia Ciências e Letras de Petrópolis.*

Decreto n. 37.102 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto n. 37.103 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de letras anglo-germânicas e geografia e história, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto N. S. de Lourdes.*

Decreto n. 37.105 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciência, Econômicas de Bagé.*

Decreto n. 37.109 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

**FARINHA DE MANDIOCA**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**FAZENDA DOS MUNIZES**

*Concede escritura de propriedade aos posseiros das terras denominadas Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.416 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

**FÊCULA DE MANDIOCA**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**FEIJÃO**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**FELDSPATO**

*Renova o Decreto n. 31.693, de 1 de novembro de 1952.*

Decreto n. 36.580 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Walter Vallim Ferreira a pesquisar feldspato no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.759 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

## FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro João Timóteo do Rosário a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.886 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Simões a pesquisar feldspato e associados no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.891 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulino Gonçalves Mataruna a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.940 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar feldspato e associados no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.994 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza Porcelana Schreidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Rodeio, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.996 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Simões a pesquisar feldspato e associados no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.078 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

## FERRO

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.939 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de março de 1955.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.990 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a pesquisar minério de ferro e associados no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.073 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Konder Bornhausen a pesquisar minérios de ferro no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.076 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

## FERROVIAS

*Aprova projeto e orçamento para construção da ligação ferroviária da Estação de General Luz (ex-Cai) à cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.717 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

**FESTA DA LARANJA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer às despesas com a realização da Festa da Laranja.*

Lei n. 2.407 — de 22 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

**FINANCIAMENTOS**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**FISCAL DE AEROPORTO**

*Transforma função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.822 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

**FÔRÇA E LUZ CHAPECÓ S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade firma Força e Luz Chapecó S. A.*

Decreto n. 31.879 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

**FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA  
BRASILEIRA**

*Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F.E.B.*

Lei n. 2.373 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

**FÔRÇAS ARMADAS**

*Fixa os efetivos das Forças Armadas, em tempo de paz.*

Lei n. 2.391 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

**FOSFORITA**

*Renova o Decreto n.º 31.598, de 15 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.792 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS  
DA UNIÃO**

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 780.000.000,00, para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.895 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Dispõe sobre a concessão, à família do funcionário, da pensão especial a que se refere o art. 242, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.899 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

# **FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

*Altera a redação do § 3.º do artigo 3.º do Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.953 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

# **FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR**

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

# **FUNDO AERONAUTICO**

*Aprova o Regulamento do "Fundo Aeronáutico".*

Decreto n. 37.045 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

# **FUNDO DA VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

*Altera dispositivo do Decreto número 35.142, de 4 de março de 1954.*

Decreto n. 36.998 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

# **FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO À INFÂNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (F.I.S.I.)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó.*

Lei n. 2.394 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1955.

# **FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO**

*Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário.*

Decreto n. 37.682 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1955.

# **G**

# **CABINETE FOTOCARTOGRAFICO DO MINISTERIO DA GUERRA**

*Dá nova redação ao art. 25 do Decreto n.º 9.085, de 23 de março de 1942, que aprova o Regulamento do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 37.108 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

# **GALENÁ**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Dias Agibert a pesquisar galena e associados no município de Bocaíva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.933 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Ester Tapajoz Ferreira Coelho a pesquisar minério de cobre, galena e associados, no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.976 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Heliodoro de Andrade Moitinho a pesquisar galena e associados no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.977 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL**

*Concede à sociedade anônima "Gillette Safety Razor Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.656 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de janeiro de 1955.

**GINÁSIO SÃO JACÓ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.438 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de março de 1955.

Retificada no D. O. de 23 de março de 1955.

**GIPSITA**

*Autoriza Chaves & Cia. a pesquisar gipsita e associados no município de Santanopole, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.995 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**GIRASSOL**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

**GOVERNADOR DE TERRITÓRIO FEDERAL**

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

**GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO**

Ver:

*Territórios Federais.*

**GRATIFICAÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 348.441,10, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.424 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

*— Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

*— Fixa a gratificação do Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 36.755 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

*— Altera a redação do § 3.º do artigo 5.º do Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.953 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

*— Regulamenta a concessão da gratificação especial de que trata o art. 145, item VI, da Lei n. 1.711, de 1952, aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.023 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

# GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

Ver:

*Crédito Especial.*

## GREAT AMERICAN INSURANCE COMPANY

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Great American Insurance Company.*

Decreto n. 36.595 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

## GUARDIAN ASSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Guardian Assurance Company Limited.*

Decreto n. 36.733 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## H

## HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE ECONOMISTA

Ver:

*Economista.*

## HERANÇA MILITAR

*Dá nova redação ao art. 26 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.742, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 36.816 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## HIPOTECAS.

*Concede favores aos devedores hipotecários das Caixas Econômicas Federais.*

Lei n.º 2.385 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1955.

— *Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de março de 1955.

## HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO (H.S.E.)

*Introduz modificações na organização do Hospital dos Servidores do Estado, altera o seu quadro de pessoal, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.952 — de 24 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 9 de março de 1955.

## HOSPITAIS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para construção no Recife, Estado de Pernambuco, de um Hospital de Pronto Socorro com o nome de Agamenon Magalhães.*

Lei n. 2.402 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

## I

## ILMENITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Fernando De Lorenzi a pesquisar imenita e associados, no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.807 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza Orquima, Industrias Químicas Reunidas S. A a lavar monazita, zirconita, ilmenita e associados, no município de Alcobaça, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.027 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

## IMPORTAÇÃO

*Prorroga até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n. 2.145, de 29 de dezembro de 1953.*

Lei n. 2.410 — de 29 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

**IMPORTAÇÃO**

*Dispõe sobre o desembaraço de bens e mercadorias introduzidas no país sem licença de importação.*

Decreto n. 36.784 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

**IMPÓSTO DE RENDA**

*Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.354 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devida aos municípios e referente ao exercício de 1953.*

Lei n. 2.439 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.*

Decreto n. 36.773 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1955.

**IMPÓSTO SINDICAL**

*Regulamenta o art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho, expedida pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.818 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

**INATIVIDADES DOS MILITARES**

*Dispositivo da letra a do § 2. do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

**INCOGRAMAR - INDÚSTRIAS REUNIDAS DE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.813 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.815 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

**INCOMAR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁRMORE LIMITADA**

*Concede à Incomar - Indústria e Comércio de Mármore Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.945 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.



# **INDÚSTRIA E COMÉRCIO PAPELÃO IBICUI S. A.**

*Outorga a Indústria e Comércio Papelão Ibicuí S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Ibicuí, distrito da Sede, município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.872 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

# **INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE S. A.**

*Outorga à Indústria Klabin do Paraná de Celulose S. A. concessão para uso exclusivo do aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos desníveis denominados de Alemão e Aparado, existentes no rio Tibagi, município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.908 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

# **INSPETOR DO TRABALHO**

*Suprime cargos provisórios.*

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 36.958 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1955.

# **INSTITUTO DE ÓLEOS**

*Aprova o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.902 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

Retificado do D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.408 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*— Estende a aplicação da Lei número 2.142, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores ativos e inativos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 36.951 — de 24 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1955.

*— Introduz modificações na organização do Hospital dos Servidores do Estado, altera o seu quadro de pessoal, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.952 — de 24 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de março de 1955.

# **INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

*Aprova o Quadro do Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.823 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

# **INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.*

Lei n. 2.442 — de 15 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extramercadorário-Mensalista do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, aprovada pelo Decreto n.º 27.644, de 28 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 36.728 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Regulamenta a execução da Lei n.º 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.911 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Cria um cargo de Tesoureiro, padrão N, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.012 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

## INSURREIÇÕES ACREANAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de .... Cr\$ 1.500.000,00, a fim de erigir-se, na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas.*

Lei n. 2.441 — de 12 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de março de 1955.

## INTERCAMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR

*Prorroga até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.*

Lei n.º 2.410 — de 29 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre o desembaraço de bens e mercadorias introduzidos no país sem licença de importação.*

Decreto n. 36.784 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

## INVENTÁRIO

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de março de 1955.

## IRMÃOS DARIN

*Autoriza a empresa de mineração Irmãos Darin a pesquisar calcário no município de Ibatã, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.993 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

**"ITALBRAS" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da "Italbras" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 36.317 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

**J**

**JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO**

*Cria, na Justiça do Trabalho, a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.*

Lei n. 2.392 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

*Cria, na Justiça do Trabalho, a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.*

Lei n. 2.392 — de 8 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

**JUSTIÇA ELEITORAL**

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

**L**

**LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES**

*Altera dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto n. 14.163, de 3 de dezembro de 1943.*

Decreto n. 36.756 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

**LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISES**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção Regional em Belém, do Laboratório Nacional de Análises do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto n. 36.920 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

**LAVRAS**

Ver:

*A denominação do elemento lavrado.*

**LICENÇA AUTORAL**

*Altera dispositivos dos Decretos ns. 18.527, de 10 de dezembro de 1928, e 20.493, de 24 de janeiro de 1946.*

Lei n. 2.415 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1955.

**LICENÇA DE IMPORTAÇÃO**

Ver:

*Importação.*

**LICENÇA PRÉVIA**

*Prorroga até 30 de junho de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.*

Lei n. 2.410 — de 29 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1955.

**LICURI**

*Dispõe sobre a fiscalização da exportação de cêras vegetais, carnaúba e licuri (ouricuri), e dá outras providências.*

Decreto n. 36.910 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

**LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

*Estabelece providências para ultimar a liquidação da Caixa de Mobilização Bancária no que concerne às operações referidas no Decreto número 21.449, de 9-6-1932, e no Decreto-lei n. 4.364-A, de 7-6-1942, fixando normas para assegurar o pronto atendimento dos depositantes dos estabelecimentos bancários, no caso de liquidação extrajudicial.*

Decreto n. 36.783 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

**LOTAÇÃO**

Ver:

*O Ministério que a teve alterada.*

**LUTO**

*Manda prestar a Sua Excelência o Senhor José A. Ramon Cantera, Presidente da República do Panamá, as honras de Chefe de Estado.*

Decreto n. 36.716 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

*— Declara luto oficial pelo falecimento do ex-Presidente da República Arthur da Silva Bernardes e dispõe sobre homenagens aos seus funerais.*

Decreto n. 37.081 — de 23 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1955.

**M****MAGISTÉRIO**

*Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários.*

Lei n. 2.430 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de março de 1955.

**MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Emílio Abdo Abijaude a pesquisar minério de manganês e associados no município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.769 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Camilo de Miranda a pesquisar minério de manganês e associados no município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.608 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1955.

*— Renova o Decreto n.º 31.735, de 6 de novembro de 1952.*

Decreto n. 36.883 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

*— Renova o Decreto n.º 31.436, de 10 de setembro de 1952.*

Decreto n. 36.884 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

**MARINHA**

*Altera a tabela aprovada pelo Decreto n.º 36.798, de 21 de janeiro de 1955.*

Decreto n. 37.064 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1955.

**MARINHA MERCANTE**

*Regulamenta a execução da Lei n.º 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.911 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

## MÁRMORE

Anula o Decreto n.º 34.971, de 21 de janeiro de 1954.

Decreto n. 36.790 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

— Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 36.813 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— Autoriza a empresa de mineração Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 36.815 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Colombo de Souza a pesquisar mármore no município de Cariús, Estado do Ceará.

Decreto n. 36.887 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Margarida Fonseca Giannetti a pesquisar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.989 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Emilio Paulo Siniscalchi, Vicente Aulicino e Pedro Savoia a pesquisar mármore, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 36.982 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

## MATE

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros da produção nacional, colhidos no ano de 1955.

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

## MEDALHAS

Permite o uso da medalha Marechal Caetano de Faria.

Decreto n. 37.022 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1955.

## MÉDICO DO TRABALHO

Suprime cargos provisórios.

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 36.958 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1955.

## MERENDA ESCOLAR

Institui a Campanha de Merenda Escolar.

Decreto n. 37.106 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## MESAS DE RENDAS ALFANDEGADAS DE ITAJAÍ

Transforma em Alfândega a Mesa de Rendas Alfandegadas de Itajaí.

Lei n. 2.413 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

## METRO

Promulga a Convenção Internacional, assinada em Sévres, a 6 de outubro de 1921, que modificou a Convenção do Metro, firmada em Paris, a 20 de maio de 1875, e seu Regulamento Anexo.

Decreto n. 36.878 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1955.

## MICA

*Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Joaquim da Cunha a pesquisar mica e associados, no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.708 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Storck a pesquisar mica, berilo e associados no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.812 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arcido Weber a pesquisar mica e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.888 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nicomedes Rodrigues Neves a pesquisar pedras coradas, mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.938 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Perino Ferreira Monteiro a pesquisar mica e quarzo no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.985 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

## MILHO

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1955.

## MILITARES

*Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F.E.B.*

Lei n. 2.378 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

— *Fixa o número de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.715-A — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

— *Dispositivo da letra a do § 2.º do art. 33 do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, parcialmente vetado pelo Presidente da República e integralmente mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 26 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.742, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 36.816 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Regula a inclusão de Oficiais no Quadro de Dentistas, de que trata a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, e fixa normas para a sua organização.*

Decreto n. 36.824 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de fevereiro de 1955.

## MILITARES

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 780.000.000,00, para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.886 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

— *Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## MINAS DE OURO

*Concede favores às empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem no país, dentro em cinco anos, para explorar minas de ouro e seus subprodutos.*

Lei n. 2.418 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. D. de 17 de fevereiro de 1955.

## MINERAÇÃO

*Concede à Porcelana Schmidt S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.997 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1955.

Retificação no D. O. de 23 de março de 1955.

## MINERAÇÃO BOQUIRA LTDA.

*Autoriza a Mineração Boquira Limitada a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Macaúbas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.795 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1955.

## MINERAÇÃO CAETÊ - MIRIM S. A.

*Concede à Mineração Caeté-Mirim S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.047 — de 17 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1955.

## MINERAÇÃO DE CARVÃO NORTE DO PARANÁ S. A.

*Autoriza a Mineração de Carvão Norte do Paraná S. A. a pesquisar carvão mineral no município de Ibatí, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.811 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

## MINERAÇÃO OURO BRANCO LIMITADA

*Concede à Mineração Ouro Branco Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.048 — de 17 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificação no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Base Aérea do Salvador para a da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto n. 36.772 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Guaratinguetá (SP).*

Decreto n. 36.789 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Transforma função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.822 — de 26 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Suprime quatro (4) cargos extintos e um (1) provisório.*

Decreto n. 36.898 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.967 — de 2 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Parque de Aeronáutica dos Afonso e a da Base Aérea do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.968 — de 2 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itacoatiara, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 37.015 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos, em Itapeceira da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.016 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona, situados no Distrito Federal, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.017 — de 10 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos em São José dos Campos (SP), e dá outras providências.*

Decreto n. 37.040 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

— **Abertura de crédito:**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n. 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Dispõe sobre as retificações de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.837 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Aprova o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.902 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerário contratado do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.964 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 34.247, de 16 de outubro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Inspeção Regional no Rio de Janeiro, da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.965 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— **Abertura de crédito:**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Retifica o Decreto n.º 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.599 — de 11 de dezembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 31.058, de 30 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.722 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

— **Abertura de crédito:**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, pelo Ministério da Fazenda, a Agenor Marques dos Santos a quantia de Cr\$ 548,80, a título de compensação por dispensa de serviço industrial do Estado.*

Lei n. 2.428 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre a retificação de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 36.802 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Seção Regional em Belém, do Laboratório Nacional de Análises do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.920 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1955.

— Abertura de crédito:

Ver:

Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Autoriza o Poder Executivo a construir edifício para sede dos serviços do Quartel General da 2.ª Região Militar, em São Paulo, alienar o terreno onde se encontra edificado o prédio do mesmo Quartel General, e dá outras providências.*

Lei n. 2.380 — de 27 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Coudelaria de Saicã, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.107 — de 7 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Artilharia de Costa, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.369 — de 26 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Finanças do Exército, do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.507 — de 9 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Fixa o número de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.715-A — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 34.092, de 6 de outubro de 1953, que dispõe sobre Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria do Pessoal — Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.880 — de 5 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 25 do Decreto n.º 9.086, de 23 de março de 1942, que aprova o Regulamento do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 37.108 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 36.746 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Retifica o Decreto n.º 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.599 — de 11 de dezembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Dispõe sobre a reclassificação de funções da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 36.829 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1955.

— *Cria e suprime funções na série funcional de Guarda-chefe da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço Nacional de Febre Amarela do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.051 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1955.

— *Dispõe sobre a retificação de Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Instituto Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.197 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Transfere, de uma para outra repartição, cargo da lotação do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 37.010 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1955.

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Cria dois Distritos de 1.ª classe no Departamento Nacional de Obras e dá outras providências.*

Lei n. 2.395 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

— *Aprova projeto e orçamento relativos à construção de uma ponte rodod-ferroviária sobre o rio de Contas, em Itajura, na linha Ubaitaba — Jequié, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.718 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Dá nova redação aos artigos 28, item I, e 29 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20.495, de 24 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 36.972 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Abertura de crédito:

Ver:

*Crédito Suplementar.*

## MINISTRO DE ESTADO

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

## MONAZITA

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar monazita, zirconita, ilmenita e associados, no município de Alcobaça, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.027 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

## MUNICÍPIOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,30, para completar o pagamento da quota do imposto de renda devida aos municípios e referente ao exercício de 1953.*

Lei n. 2.439 — de 9 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1955.

## MUSEUS

*Aprova o Regimento do Museu Nacional de Belas Artes do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 36.778 — de 14 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1955.

## N

### NAVECAL - NAVEGAÇÃO CATARINENSE LTDA.

*Concede à Sociedade "Navecal — Navegação Catarinense Ltda." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.734 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

### NÚCLEOS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA

*Cria o Estandarte-Distintivo para os Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 36.825 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1955.

### NÚCLEOS COLONIAIS

*Desincorpora e arrenda lotes rurais do Núcleo Colonial São Bento, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.805 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

*— Cria o Núcleo Colonial "Santa Alice", no município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.806 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

## O

### OCRE

*Autoriza a cidadã brasileira Maria José Caldas Fonseca a lavar areia, argila, caulim, ocre e associados no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.988 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

### OFICIAIS DA ARMADA

*Suspende por um (1) ano dispositivos do Regulamento para Promoções dos Oficiais da Armada aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 36.803 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

### OFICIAIS GERAIS DO EXÉRCITO

*Altera a Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, que fixa o número de Oficiais Gerais de Exército.*

Lei n. 2.429 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1955.

### OLEODUTOS SANTOS-SÃO PAULO

*Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, imóveis imprescindíveis à construção do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional de Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 36.894 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1955.

### OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

*Suprime quatro (4) cargos extintos e um (1) provisório.*

Decreto n. 36.898 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1955.

### ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar monazita, zirconita, ilmenita e associados, no município de Alcobaça, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.027 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1955.

**OURICURI**

*Dispõe sobre a fiscalização da exportação de cêras vegetais — carnaú e licuri (ouricuri), e dá outras providências.*

Decreto n. 36.910 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

**OURO**

*Concede favores às empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem no país, dentro em cinco anos, para explorar minas de ouro e seus subprodutos.*

Lei n. 2.418 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ayane Tsukamoto a pesquisar minério de ouro e associados no município de Cavalcante, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.741 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Bretas Sobrinho a pesquisar minério de ouro no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.937 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Isaac Marcus Pinto a pesquisar ouro e associados, no município de Maués, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 36.975 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau Panzera a pesquisar areia quartzosa, caulim, ouro e associados no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.760 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1955.

**P****PANAIR DO BRASIL S. A.**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00, para atender ao pagamento de subvenção à Panair do Brasil Sociedade Anônima.*

Lei n. 2.400 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

**PARÓQUIA DE SANTO AMARO DO JABOATÃO**

*Autoriza a cessão gratuita de terreno pela Rede Ferroviária do Nordeste, à Paróquia de Santo Amaro do Jaboaão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 36.720 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**PASTA SANTA CECÍLIA LTDA.**

*Outorga a Pasta Santa Cecília Ltda. para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Correntes, município de Curitibaanos, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.537 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1955.

— *Religica o Decreto n.º 36.537, de 3 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 37.088 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de março de 1955.

**PATRULHA COSTEIRA**

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

## PEDRAS CORADAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Soares de Figueiredo a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.934 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 23 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nicomedes Rodrigues Neves a pesquisar pedras coradas, mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.938 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Nieczyslaw Krymchan-towsky a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 36.859 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 8 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 15 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza Abraham Konin a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.057 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de março de 1955.

## PENSÃO ESPECIAL

*Dispõe sobre a concessão, à família do funcionário, da pensão especial a que se refere o art. 242 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 36.899 — de 11 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.

## PENSIONISTAS

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Lei n. 2.408 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

## PENSÕES

*Concede a pensão mensal, vitalícia de Cr\$ 3.500,00 ao Professor Luiz Alves dos Santos.*

Lei n. 2.406 — de 20 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.122, de 3 de junho de 1950.*

Lei n. 2.432 — de 27 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 4 de março de 1955.

— *Regulamenta a execução da Lei n.º 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 36.911 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

## PERNAMBUCO TRAMWAYS & POWER CO. LTD.

*Amplia a zona de fornecimento da Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd., e dá outras providências.*

Decreto n. 36.763 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1955.

## PESQUISAS

Ver:

*A denominação do elemento pesquisado.*

**PESSOAL BUROCRÁTICO**

*Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.*

Lei n. 2.403 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

**PETRÓLEO BRASILEIRO  
S. A. - PETROBRÁS**

*Declara de utilidade pública para fins de constituição de servidão legal, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás — imóvel que menciona.*

Decreto n. 37.099 — de 25 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 25 de março de 1955.

**PLÁCIDO DE CASTRO, JOSÉ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, a fim de erigir-se, na cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre, um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro e dos chefes das insurreições acreanas.*

Lei n. 2.441 — de 12 de março de 1955.

Publicada no D.O. de 22 de março de 1955.

**PLANO DO CARVÃO NACIONAL**

*Aprova o Regimento da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto n. 36.745 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 12 de fevereiro de 1955.

**PLANTAS ENTORPECENTES**

*Torna sem efeito o Decreto número 26.315, de 5 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 36.774 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de janeiro de 1955.

**PODER JUDICIÁRIO**

— Abertura de crédito —

Ver:

*Crédito Especial.*

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO  
FEDERAL**

*Permite o uso da medalha Marechal Caetano de Faria.*

Decreto n. 37.022 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de março de 1955.

Retificado no D.O. de 17 de março de 1955.

— *Dá a denominação de "Regimento Marechal Caetano de Faria" ao atual Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 37.021 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de março de 1955.

**PORCELANA REAL S. A.**

*Autoriza Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.923 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de março de 1955.

**PORCELANA SCHMIDT S. A.**

*Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Rodeto, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.996 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.



**PORCELANA SCHMIDT S. A.**

*Concede à Porcelana Schmidt S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.997 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 19 de março de 1955.

Retificado no D.O. de 23 de março de 1955.

**PORTOS MILITARES**

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.386 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 4 de janeiro de 1955.

**PRAZOS**

*Complementa disposição do Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952, reabrindo novo prazo para habilitação profissional de economistas.*

Decreto n. 37.011 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de março de 1955.

**PREÇO DO CARVÃO**

Ver:

Carvão.

**PREFEITURAS**

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaiíba, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 29.745 — de 11 de julho de 1951.

Publicado no D.O. de 12 de março de 1955.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 30.764 — de 16 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 1 de abril de 1955.

**PREFEITURAS**

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata a ampliar suas instalações hidrelétrica.*

Decreto n. 32.030 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de março de 1955.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Itapaci concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Cocho, distrito da sede, município de Itapaci, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.459 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1955.

*— Transfere à Prefeitura Municipal de Laguna os serviços de fornecimento de energia elétrica, a cargo da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, município de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.460 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D.O. de 1 de abril de 1955.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Estiva concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Fonseca, existente no rio Três Irmãos, distrito do Cambuí, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.591 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1955.

*— Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Itabira, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.910 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1955.

**PREFEITURAS**

*Outorga à Prefeitura Municipal de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.765 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 12 de março de 1955.

Retificado no D.O. de 15 de março de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Virginópolis, Estado de Minas Gerais, concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Rio Corrente Grande e restringe a zona de jorncimento da Empresa Força e Luz de Guanhães e Virginópolis.*

Decreto n. 36.766 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Guaratinguetá (SP).*

Decreto n. 36.789 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento a aceitar a doação de um terreno da Prefeitura Municipal de Sertãoópolis.*

Decreto n. 36.957 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de março de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Luminárias concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira da Fumaça, existente no rio Ingai, município de Luminárias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.024 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1955.

**PRESCRIÇÃO**

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D.O. de 12 de março de 1955.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PANAMA**

*Manda prestar a Sua Excelência o Senhor José A. Ramon Cantero, Presidente da República do Panamá, as honras de Chefe de Estado.*

Decreto n. 36.716 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de janeiro de 1955.

**PRESIDENTE DO CONSELHO RO-DOVIÁRIO NACIONAL**

Ver:

*Conselho Rodoviário Nacional.*

**PREVIDENCIA SOCIAL**

*Estende a aplicação da Lei número 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das autarquias de previdência social, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.052 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de março de 1955.

**PRODUÇÃO SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS-PRIMAS LIMITADA**

*Autoriza a Produção Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda. a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.743 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração Produção Sociedade - Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda. a lavar berilo no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.931 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de fevereiro de 1955.

# **PRODUCO SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS-PRIMAS LIMITADA**

— *Autoriza a Produco Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias-Primas Ltda. a pesquisar berilo e associados, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.943 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

## **PROJETOS E ORÇAMENTOS**

*Aprovação do novo projeto e orçamento para a execução de obras destinadas a aumentar a capacidade da linha de transmissão de energia elétrica entre Santos e Itatinga, da Companhia Docas de Santos.*

Decreto n. 35.957 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1955.

— *Aprova projeto e orçamento para construção da ligação ferroviária da Estação de General Luz (ex-Cai) à cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.717 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Aprova projeto e orçamento relativos à construção de uma ponte rodod-ferroviária sobre o rio de Contas, em Itajuru, na linha Ubaitaba — Jequié, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.718 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

## **PROMOÇÕES**

*Suspende por um (1) ano dispositivos do Regulamento para Promoções dos Oficiais da Armada aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 36.803 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

## **PROTOCOLOS**

*Promulga o Protocolo Anexo ao Código Sanitário Panamericano, concluído em Havana, a 24 de setembro de 1952, por ocasião da VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Panamericana.*

Decreto n. 37.020 — de 12 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de março de 1955.

— *Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Supressão da Circulação e do Tráfico das Publicações Obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923, concluído em Lake Success, New York, a 12 de novembro de 1947.*

Decreto n. 37.100 — de 25 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 29 de março de 1955.

## **PUBLICAÇÕES OBSCENAS**

*Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Supressão da Circulação e do Tráfico das Publicações Obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923, concluído em Lake Success, New York, a 12 de novembro de 1947.*

Decreto n. 37.100 — de 25 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 29 de março de 1955.

## **Q**

## **QUADRO DE DENTISTAS**

*Regula a inclusão de Oficiais no Quadro de Dentistas, de que trata a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, e fixa normas para a sua organização.*

Decreto n. 36.824 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

## **QUADRO DE PESSOAL DA REDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

Ver:

*Réde Mineira de Viação.*

# QUADROS E TABELAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ver:

*Ministério da Educação e Cultura.*

# QUADROS E TABELAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ver:

*Ministério da Saúde.*

## QUARTZO

*Autoriza os cidadãos brasileiros João Antonio Ribeiro e Leoncio Dias de Oliveira a pesquisar quartzo e associados no município de Jacinto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.814 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Timóteo do Rozario a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.886 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Soares de Figueiredo a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.934 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gomes São Mateus a pesquisar quartzo no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.978 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Perino Ferreira Monteiro a pesquisar mica e quartzo no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.985 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1955.

## QUARTZO

*Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim, no município de Rodeio, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.996 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

— *Autoriza S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto, quartzo e associados no município de Traipu, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 37.026 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

## R

## RAÇÃO COMUM

*Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.798 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

## RAÇÃO COMUM

*Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.799 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.800 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

## RADIO APARECIDA LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Aparecida Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical (ondas intermediárias).*

Decreto n. 36.659 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

## RADIO CLUBE DO PIAUÍ LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.574 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

## RADIO CULTURA DO MONTE ALTO LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Monte Alto Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.753 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Cultura de Monte Alto Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 36.754 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.

## RÁDIO GLOBO S. A.

*Outorga concessão à Rádio Globo S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 36.779 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1955.

## RÁDIO SUL FLUMINENSE LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Sul Fluminense Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.677 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 11 de janeiro de 1955.

## RÁDIO VERA CRUZ S. A.

*Prorroga até 30 de maio de 1955 o prazo para que a Rádio Vera Cruz S. A. satisfaça à exigência a que se refere a letra "b" do art. 1.º do Decreto n.º 28.980, de 14 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 36.678 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1955.

## RÁDIO VITÓRIA LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Vitória Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 36.725 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

*Altera o Decreto n.º 31.053, de 30 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.722 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**RADIODIFUSÃO**

*Outorga concessão ao Governo do Território Federal do Rio Branco para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 36.724 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE**

*Autoriza a cessão gratuita de terreno pela Rede Ferroviária do Nordeste, à Paróquia de Santo Amaro do Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 36.720 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

*Retifica o Quadro de Pessoal da Rede Mineira de Viação, aprovado pelo Decreto n.º 36.386, de 25 de outubro de 1954.*

Decreto n. 36.721 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**REGIMENTOS**

*Aprova o Regimento do Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro, da Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.648 — de 22 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 12 de fevereiro de 1955.

*— Aprova o Regimento da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto n. 36.745 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 12 de fevereiro de 1955.

**REGIMENTOS**

*Altera dispositivo do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 14.168, de 3 de dezembro de 1943.*

Decreto n. 36.756 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

*— Aprova o Regimento padrão das Seções de Organização dos Ministérios Cíveis.*

Decreto n. 36.757 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

*— Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Lepra, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 36.771 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1955.

*— Aprova o Regimento do Museu Nacional de Belas Artes, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 36.778 — de 14 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

*— Altera a redação de artigos do Regimento do Departamento Nacional do Trabalho e dá outras providências.*

Decreto n. 36.782 — de 18 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

*— Dá nova redação aos artigos 28, item I, e 29 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 20.495, de 24 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 36.972 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

## REGULAMENTOS

*Aprova o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto n. 36.756-A — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1955.

Reproduzido no D.O. de 17 de janeiro de 1955.

*Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.*

Decreto n. 36.773 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de janeiro de 1955.

— *Altera o § 2.º do art. 83 do Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante, baixado com o Decreto número 35.913, de 28 de julho de 1954.*

Decreto n. 36.777 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 232 e seu parágrafo único, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 36.789 — de 19 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

— *Suspende por um (1) ano dispositivos do Regulamento para Promoções dos Oficiais da Armada aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.*

Decreto n. 36.803 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Dá nova redação ao artigo 26 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.742, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 36.816 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

## REGULAMENTOS

*Regulamenta o art. 586 da Consolidação das Leis do Trabalho, expedida pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.818 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1955.

— *Regula a inclusão de Oficiais no Quadro de Dentistas, de que trata a Lei n.º 1.125, de 7 de junho de 1950, e fixa normas para a sua organização.*

Decreto n. 36.824 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n. 36.830 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Aprova o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.902 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.916 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

## REGULAMENTOS

*Dá nova redação ao artigo 22 do Decreto n.º 14.947, de 6-3-47, alterado pelos Decretos ns. 20.802, de 21 de março de 1946, e 27.887, de 17 de março de 1950.*

Decreto n. 36.917 — de 17 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 21 de fevereiro de 1955.

— *Dá redação nova ao art. 93 do Regulamento para as Escolas Preparatórias (Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945).*

Decreto n. 36.954 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 1 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

Decreto n. 36.955 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 28 de fevereiro de 1955.

— *Altera dispositivo do Decreto número 35.142, de 4 de março de 1954.*

Decreto n. 36.998 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 7 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.008 — de 8 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de março de 1955.

— *Dá nova redação à letra a do artigo 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto n.º 37.039 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

## REGULAMENTOS

*Aprova o regulamento para a execução do serviço de distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Decreto n. 37.042 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 24 de março de 1955.

— *Aprova o Regulamento do "Fundo Aeronáutico".*

Decreto n. 37.045 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

— *Dá redação nova ao art. 73 do Regulamento para o Colégio Militar (Decreto n.º 12.277, de 19 de abril de 1943).*

Decreto n. 37.058 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 23 de março de 1955.

Retificado no D.O. de 25 de março de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 83, 95 e ao § 3.º do art. 101 do Regulamento para os CPOR, aprovado pelo Decreto n.º 22.392, de 31 de dezembro de 1946.*

Decreto n.º 37.059 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 23 de março de 1955.

— *Altera o art. 5.º do Decreto número 5.779 de 7 de junho de 1940.*

Decreto n. 37.060 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 23 de março de 1955.

— *Altera os artigos 42, 43 e 44 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 26.778, de 14 de junho de 1949, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.065 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 30 de março de 1955.



## REGULAMENTOS

*Dá nova redação ao artigo 25 do Decreto n.º 9.086, de 23 de março de 1942, que aprova o Regulamento do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 37.108 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de abril de 1955.

## REPRESENTAÇÃO

*Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

## REPRESSÃO AO CONTRABANDO

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

## RIGESA S. A. - CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS

*Concede permissão para que Rigesa S. A. — Celulose, Papel e Embalagens, funcione aos domingos e aos feriados civis e religiosos.*

Decreto n. 37.067 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 30 de março de 1955.

## RODOVIAS

*Considera de caráter permanente no exterior a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaiense, para os efeitos do artigo 4.º do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n. 36.971 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de março de 1955.

## S

### S. BARRETO & FILHOS

*Autoriza S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto, quartzo e associados no município de Traipu, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 37.026 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

### SÃO PAULO ELECTRIC COMPANY, LIMITED

*Concede à sociedade anônima "São Paulo Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.962-A — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 7 de março de 1955.

Retificado no D.O. de 10 de março de 1955.

### SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

*Autoriza a "São Paulo Light and Power Company, Limited", a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.867 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 1 de março de 1955.

— *Concede à sociedade anônima "São Paulo Light and Power Company Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.912 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir uma linha de transmissão derivada da linha Sorocaba-Parnaíba, município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.006 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de março de 1955.

**SAÚDE**

*Promulga o Acôrdão Sanitário Panamericano firmado em Montevideu, a 13 de março de 1948, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.*

Decreto n. 37.019 — de 12 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de março de 1955.

**SCHHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jandui Suassuna Saldanha a pesquisar sheelita no município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.980 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

**SEÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DOS MINISTÉRIOS CÍVIS**

*Aprova o Regimento padrão das Seções de Organização dos Ministérios Cívis.*

Decreto n. 36.757 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

**SECRETARIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAIS E DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS**

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.963 — de 1 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

**SEGURO PECUARIO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro pecuário de bovinos.*

Decreto n. 37.043 — de 16 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 26 de março de 1955.

**SEGUROS**

Ver:

*O nome da Sociedade.*

**SELOS COMEMORATIVOS**

*Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do centenário da fundação do Município de Botucatu, Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.425 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

**SERVIÇO DE PATRULHA COSTEIRA**

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

**SERVIÇO DE CAÇA E PESCA**

*Institui a Patrulha Costeira e dá outras providências.*

Lei n. 2.419 — de 10 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

**SERVIÇOS DA DÍVIDA FEDERAL INTERNA FUNDADA E DO MEIO CIRCULANTE**

*Altera o § 2.º do art. 83 do Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante, baixado com o Decreto número 35.913, de 28 de julho de 1954.*

Decreto n. 36.777 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

**SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO**

*Altera o art. 5.º do Decreto número 5.779, de 7 de junho de 1949.*

Decreto n. 37.060 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 23 de março de 1955.

## SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

*Altera o Decreto n.º 31.058, de 30 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.722 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

## SERVIÇO DE CONTRÔLE E RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E MATÉRIAS-PRIMAS (S.C.R.P.)

*Extingue a Comissão constituída pelo Decreto n.º 35.598, de 17 de maio de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.713 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 7 de janeiro de 1955.

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado em Vila Jardim, Município de Bela Vista, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 36.826 — de 27 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 1 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 2 de fevereiro de 1955.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na Cidade de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.832 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponte Nova.*

Decreto n. 36.833 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Monte Carmelo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.834 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação da benfeitoria (atêrro), que a "São Paulo Light and Power Company Limited" quer fazer à União Federal, no Município de Barueri, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.915 — de 16 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na cidade de Capapava, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.919 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 21 de fevereiro de 1955.

## SERVIÇO NACIONAL DE LEPRAS

*Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Lepra, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 36.771 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1955.

## SERVIÇO NACIONAL DE PESQUISAS ECONÔMICAS

*Aprova o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.902 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1955.

Retificado no D.O. de 18 de fevereiro de 1955.

**SERVIDÃO**

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D.O. de 12 de março de 1955.

**SERVIDORES DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS**

*Concede Abono Especial temporário aos servidores militares e civis que especifica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.412 — de 1 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 4 de fevereiro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 780.000.000,00 para pagamento das despesas decorrentes do abono especial temporário e relativas aos meses de novembro e dezembro de 1954.*

Decreto n. 36.896 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 8 de fevereiro de 1955.

**SIDERÚRGICA ITATIAIA S. A.**

*Concede à Siderúrgica Itatiaia S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.049 — de 17 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1955.

**SOCIEDADE AGROQUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.**

*Torna sem efeito o Decreto número 26.315, de 5 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 36.774 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de janeiro de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"**

*Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.992 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS LLOYD INDUSTRIAL SUL-AMERICANO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Sociedade Anônima de Seguros Gerais Lloyd Industrial Sul-Americano.*

Decreto n. 37.068 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 1 de abril de 1955.

Retificado no D.O. de 2 de abril de 1955.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO CERAMITE LTDA.**

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.079 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 24 de março de 1955.

**SOCIEDADE NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA**

*Concede à Sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.914 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 30 de março de 1955.

**SOCIEDADE PAULISTA DE  
MEDICINA**

*Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.726 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 5 de março de 1955.

**SOCIEDADE RADIO EMISSORA  
PARANAENSE LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.046 — de 17 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 18 de março de 1955.

**SOJA**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 24 de janeiro de 1955.

**SUBVENÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00, para atender ao pagamento de subvenção à Panair do Brasil Sociedade Anônima.*

Lei n. 2.400 — de 12 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.431 — de 21 de fevereiro de 1955.

Publicada no D.O. de 4 de março de 1955.

**SUCCESSÃO**

*Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1955.

Publicada no D.O. de 12 de março de 1955.

**SUPERINTENDÊNCIA DAS EM-  
PRÊSAS INCORPORADAS AO  
PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de agosto de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1955.

**SUPRARGILA LTDA.**

*Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar feldspato e associados no município de Paraibuna, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.994 — de 4 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

**SUPRESSÃO DE FUNÇÃO**

Ver:

*O nome do Ministério em que foi suprimida a função.*

**T**

**TABELA DE FIXAÇÃO DOS VA-  
LORES DOS COMPLEMENTOS A  
RAÇÃO COMUM**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.793 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

Retificado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

### TABELA DE FIXAÇÃO DOS VALORES DOS COMPLEMENTOS À RAÇÃO COMUM

*Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.799 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.800 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1955.

### TABELA DE FIXAÇÃO DOS VALORES DA ETAPA

*Aprova as Tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1955, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.797 — de 21 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1955.

### TABELAS DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

*Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Retificado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

### TABELAS

Ver:

*O Ministério ou órgão a que pertencem.*

### TALCO

*Autoriza o cidadão brasileiro João Ferreira de Camargo a pesquisar talco e associados, no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.737 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 7 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Leandro de Paula Rodrigues a lavrar talco no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.742 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Souza Neto a lavrar talco no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.808 — de 25 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel da Silva Franco a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.889 — de 7 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 10 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Giralddi a pesquisar talco, calcário e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.942 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Antero Campos Machado a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.032 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

## **TAPIOCA**

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 24 de janeiro de 1955.

## **TERMO-ELÉTRICA MUNICIPAL ARARENSE SOCIEDADE ANÔNIMA**

Autoriza a Termo-Elétrica Municipal Ararense S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.061 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 30 de março de 1955.

## **TERRENOS DE MARINHA**

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 33.914 — de 25 de setembro de 1953.

Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1955.

— Autoriza estrangeiro a adquirir, em revigoração, o aforamento do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 36.409 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1955.

— Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n. 36.474 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D.O. de 3 de março de 1955.

— Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 36.692 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

## **TERRENOS DE MARINHA**

— Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal de terreno de marinha, que menciona, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.838 — de 2 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 5 de março de 1955.

— Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n.º 36.839 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1955.

— Autoriza estrangeiros a adquirir, em regularização de aforamento, fração ideal do terreno de acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n.º 36.840 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.

— Autoriza estrangeiros a adquirir o direito à revigoração do aforamento de fração ideal do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n.º 36.841 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1955.

— Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos preferenciais no aforamento da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 36.842 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de março de 1955.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiros a adquirir o direito à confirmação do ajoramento do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.843 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito à regularização do ajoramento do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.844 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito à regularização do ajoramento do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.845 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração do ajoramento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.846 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de ajoramento, fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.847 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 3 de março de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito à regularização do ajoramento do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.848 — de 2 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1955.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.855 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1955.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 96.870,50, para regularização de despesas feitas no exercício de 1953, pela Administração do Território do Rio Branco.*

Lei n. 2.398 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 15 de janeiro de 1955.

— *Outorga concessão ao Governo do Território Federal do Rio Branco para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n.º 36.724 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

## TESOUREIRO

*Cria um cargo de Tesoureiro, padrão N, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e dá outras providências.*

Decreto n.º 37.012 — de 9 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 11 de março de 1955.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto — M.V.O.P. — Q. III — P.S.).*

Decreto n.º 36.909 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1955.



# THE CITY OF SANTOS IMPROVEMENTS COMPANY, LIMITED

Concede à sociedade anônima "The City of Santos Improvements Company Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 36.959 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 7 de março de 1955.

# THE SAN PAULO GAS COMPANY, LIMITED

Concede à sociedade anônima "The San Paulo Gas Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 36.960 — de 28 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1955.

# TRABALHO NOTURNO DAS CRIANÇAS

Torna público a denúncia pelos Países-Baixos da Convenção sobre Trabalho Noturno das Crianças (Indústria, de 1919) (Convenção n.º 6), adotada a 28 de novembro de 1919 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 1.ª Sessão.

Decreto n. 36.949 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 25 de fevereiro de 1955.

# TRABALHOS SUBTERRANEOS DAS MULHERES

Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da República Federal da Alemanha, da Convenção dos Trabalhos Subterrâneos (mulheres), de 1935 (Convenção n.º 45), adotada a 21 de junho de 1935 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 19.ª Sessão.

Decreto n. 36.950 — de 19 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 25 de fevereiro de 1955.

# TRATADOS

Promulga o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953.

Decreto n. 36.776 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1955.

# TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Estende aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal da Justiça do Distrito Federal o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1926, e dá outras providências.

Lei n. 2.411 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 5 de fevereiro de 1955.

# TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

— Abertura de crédito —

Ver:

Crédito Especial.

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Estende aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal da Justiça do Distrito Federal o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1926, e dá outras providências.

Lei n. 2.411 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 5 de fevereiro de 1955.

# TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Estende aos diretores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e Tribunal da Justiça do Distrito Federal o disposto no art. 1.º do Decreto n.º 5.059, de 9 de novembro de 1926, e dá outras providências.

Lei n. 2.411 — de 31 de janeiro de 1955.

Publicada no D. O. de 5 de fevereiro de 1955.

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

— Abertura de crédito —

Ver:

Crédito Especial.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Abertura de crédito —

Ver:

*Crédito Especial.*

**TRIGO EM GRÃO**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1955.*

Decreto n. 36.801 — de 24 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 24 de janeiro de 1955.

**II****UNIVERSIDADES**

*Dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e do pessoal burocrático dos institutos federalizados de ensino superior.*

Lei n. 2.403 — de 13 de janeiro de 1955.

Publicada no D.O. de 14 de janeiro de 1955.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade da Bahia e dá outras providências.*

Decreto n. 36.966 — de 2 de março de 1954.

Publicado no D.O. de 9 de março de 1955.

**UNIFORMES DO PESSOAL DO EXÉRCITO**

*Dá nova redação à letra a do artigo 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 37.039 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.

**USINA TERMO ELÉTRICA DE ITAPETININGA**

*Autoriza o funcionamento da Usina Termo Elétrica de Itapetininga.*

Decreto n. 36.106 — de 23 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 3 de fevereiro de 1955.

**USUCAPIÃO**

*Dá nova redação a dispositivos do Código.*

Lei n. 2.437 — de 7 de março de 1946.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1955.

**VERMICULITE**

*Autoriza a cidadã brasileira Altair Paizão Carneiro a pesquisar vermiculite e associados no município de Ubatuba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.941 — de 18 de fevereiro de 1955.

Publicado no D.O. de 2 de março de 1955.

**V****VIAÇÃO FERREA DO RIO GRANDE DO SUL**

*Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.717 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 6 de janeiro de 1955.

**W****W. M. JACKSON, INC.**

*Concede à sociedade anônima "W.M. Jackson, Inc" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.736 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D.O. de 25 de janeiro de 1955.

**Z****ZIRCONITA**

*Autoriza Orquima, Indústria Química Reunidas S. A. a lavar monazita, zirconita, ilmenita a associados, no município de Alcobaga, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.027 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D.O. de 17 de março de 1955.



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955

• *Prefira, pela sua atualidade, as edições do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.*

• *O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL divulga, em separata, tôdas as leis de interêsse geral.*

*Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1*  
*Agência I: Ministério da Fazenda*  
*Agência II: Pretório*



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955



# ÍNDICE

DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

### 1955

	Págs.		Págs.
20 — Decreto Legislativo de 1955. Publicado no D. O. de 5 de abril de 1955 .....	3	45 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 .....	5
41 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Napoleão Pires de Araújo Lima. Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955 .....	3	46 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Ltda. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 .....	5
42 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação do Registro Genealógico da Raça Schwyz do Brasil. Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955 .....	4	47 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construção Ltda. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 .....	5
43 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o acôrdo comercial firmado entre o Brasil e o Uruguai. Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955 .....	4	48 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 .....	6
44 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 .....	4	49 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e	

	Págs.		Págs.
<p>           Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955         </p> <p>           50 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções, Comércio e Indústria de Madeiras. Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955 ..         </p> <p>           51 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão &amp; Cia. Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955         </p> <p>           52 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra e Otto Johann Robert Borger. Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955 ..         </p> <p>           53 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Gentil S. A. Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955 ..         </p> <p>           54 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Geraldo Linhares de Azevedo. Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955         </p> <p>           55 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francelino Rodrigues de Souza e sua mulher Francisca Roque de Souza. Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955 ..         </p> <p>           56 — Congresso — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Jorge Aurélio Possa. Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955 ..         </p>	<p>6</p> <p>6</p> <p>7</p> <p>7</p> <p>8</p> <p>8</p> <p>8</p> <p>9</p>	<p>           2.447 — Justiça — Fazenda — Lei de 2 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ .... 3.146,50, para ocorrer ao pagamento de extranumerários-mensalistas de sua Secretaria. Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.448 — Fazenda — Lei de 6 de abril de 1955 — Modifica o art. 39 da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.449 — Fazenda — Lei de 6 de abril de 1955 — Concede a pensão especial de Cr\$ ... 2.000,00 mensais ao pescador José Maurício. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.450 — Fazenda — Lei de 6 de abril de 1955 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.451 — Fazenda — Lei de 6 de abril de 1955 — Concede isenção de direitos, taxas aduaneiras e de imposto de consumo, para cinco imagens de mármore, destinada ao Colégio Regina Coeli. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.452 — Justiça — Lei de 7 de abril de 1955 — Modifica o art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955 ..         </p> <p>           2.452 — Lei de 7 de abril de 1955 — Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.452, de 7 de abril de 1955. Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955 ..         </p> <p>           2.453 — Lei de 16 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por inter-         </p>	<p>9</p> <p>9</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>11</p> <p>11</p>



Págs.		Págs.
	médio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União. Publicado no D. O. de 18 de abril de 1955. Retificada no D. O. de 19 de abril de 1955 .....	12
2.454	— <i>Fazenda</i> — Lei de 20 de abril de 1955 — Concede isenção de imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 25 de abril de 1955 .....	13
2.455	— <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 26 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais o crédito especial de Cr\$ 2.230,00, para ocorrer às despesas com mensalista do quadro da Secretaria do mesmo Tribunal. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	13
2.456	— <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 26 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00, para pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	14
2.457	— <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, para atender ao pagamento do auxílio-doença. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	14
2.458	— <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Concede à Prefeitura de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos e mais taxas aduaneiras exceto as de previdência social, para importa-	
	ção de material destinado ao serviço de abastecimento d'água daquela cidade. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	14
2.459	— <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carolína de Marinho Amora, viúva do engenheiro João de Araújo Amora. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	15
2.460	— <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Assegura reversão da pensão concedida às filhas de Clotilde do Vale Ferrelira. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	15
2.461	— <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação pela Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955 .....	15
2.462	— <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para material a ser importado pela firma Heraud Frères para instalação de fábrica de caldeiras, artigos sanitários e máquinas agrícolas, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	17
2.463	— <i>Fazenda</i> — Lei de 22 de abril de 1955 — Dispõe sobre isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo mais taxas, para importação de aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955 .....	19
2.464	— <i>Fazenda</i> — Lei de 25 de abril de 1955 — Concede a pensão especial de Cr\$ 500,00 mensais a Aurora Fluzza Brantes Filho, ex-coletor federal aposentado. Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955 .....	19
2.465	— <i>Fazenda</i> — Lei de 25 de abril de 1955 — Concede	

	Págs.		Págs.
isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carrilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955 .....	19	liar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	21
2.466 — <i>Fazenda</i> — Lei de 25 de abril de 1955 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos de arte que pertenceram à família imperial. Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955 .....	20	2.472 — <i>Fazenda</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais à cantora lírica Helena Nobre. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	21
2.467 — <i>Fazenda</i> — Lei de 25 de abril de 1955 — Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S. A. Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955 .....	20	2.473 — <i>Fazenda</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 506.333,00, para pagamento de aluguéis vencidos à Imobiliária Seguradoras Reunidas S. A. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	22
2.468 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 25 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	20	2.474 — <i>Fazenda</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um conjunto "Struever-Deutz", adquirido na Alemanha pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco. Publicada no D. O. de 3 de maio de 1955. Retificada no D.O. de 6 de maio de 1955 .....	22
2.469 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal da Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 686.000,00, para pagamento de vencimentos atrasados ao Juiz em disponibilidade, Osvaldo Bulcão Viana. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	20	2.475 — <i>Viação</i> — Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao norte do país. Publicada no D. O. de 6 de maio de 1955 .....	22
2.470 — <i>Agricultura</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Dispõe sobre a Universidade Rural de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955 .....	21	2.475-A — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 4 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40, para ser transferido ao "Fundo Naval". Publicada no D. O. de 18 de maio de 1955 .....	23
2.471 — <i>Fazenda</i> — Lei de 28 de abril de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 18.000.000,00, para auxi-		2.476 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 5 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 97.160,30, destinado ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1948, ao 14.º Batalhão de Caçadores com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	

	Págs.		Págs.
Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955 .....	23	às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	26
2.477 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Lei de 6 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de ..... Cr\$ 157.040,50, para pagamento das despesas com os funerais dos militares vitimados na explosão ocorrida na Ilha do Braço Forte. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955 .....	24	2.484 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.850.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do General Anastácio Somoza, Presidente da República da Nicarágua. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	26
2.478 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Lei de 8 de maio de 1955 — Dispõe sobre o amparo à família de guardas-civis aposentados antes de 1.º de março de 1932. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955 .....	24	2.485 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	26
2.479 — <i>Fazenda</i> — Lei de 11 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para regularização de despesa no exercício de 1951. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955 .....	24	2.486 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para atender às despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	27
2.480 — <i>Vição</i> — Lei de 6 de maio de 1955 — Estende à União Postal-Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955 .....	25	2.487 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 850.000,00, destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas. Publicado no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	27
2.481 — <i>Vição</i> — Lei de 12 de maio de 1955 — Revoga o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1933, que derrogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	25	2.488 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Lei de 16 de maio de 1955 — Altera os valores dos símbolos referentes aos vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas das Secretarias e Serviços Auxiliares dos	
2.482 — <i>Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	25		
2.483 — <i>Fazenda</i> — Lei de 13 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... Cr\$ 1.500.000,00, para atender			

	Págs.		Págs.
Órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955 .....	27	Pecuária e Industrial. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955 .....	34
2.489 — <i>Fazenda</i> — Lei de 21 de maio de 1955 — Altera os valores dos símbolos referentes aos padrões dos cargos em comissão e às funções gratificadas no Tribunal de Contas, e dá outras providências. Publicadas no D. O. de 24 de maio de 1955 .....	28	2.495 — <i>Justiça</i> — Lei de 27 de maio de 1955 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955 .....	35
2.490 — <i>Fazenda</i> — Lei de 21 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.434.205.134,00, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência. Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955 .....	31	2.496 — <i>Aeronáutica</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 2 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00, para atender às despesas de aquisição de aviões. Publicada no D. O. de 14 de junho de 1955 .....	39
2.491 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Lei de 21 de maio de 1955 — Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica. Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955 .....	31	2.497 — <i>Fazenda</i> — Lei de 3 de junho de 1955 — Concede isenção de impostos, taxas e mais direitos para um automóvel destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	39
2.492 — <i>Justiça</i> — Lei de 21 de maio de 1955 — Dispõe sobre a polícia marítima, aérea e de fronteiras. Publicada no D. O. de 27 de maio de 1955 .....	33	2.498 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 3 de junho de 1955 — Estende os dispositivos da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar e Auditorias, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aos do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal, Varas do Juízo de Menores e Acidentes no Trabalho do Distrito Federal e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 3 de junho de 1955 .....	39
2.493 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 21 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 694.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério. Publicada no D. O. de 28 de maio de 1955 .....	23	2.499 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 3 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a	
2.494 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 26 de maio de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-			

	Págs.		Págs.
Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.060.000,00 destinado à aquisição de um prédio para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	40	lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar). Publicada no D. O. de 16 de junho de 1955 .....	43
2.500 — Agricultura — Fazenda — Lei de 3 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.832,20, para pagamento a Emilia Pontes Pastana, da gratificação prevista na Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	41	2.506 — Fazenda — Lei de 11 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950.000,00, para regularizar despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Publicada no D. O. de 16 de junho de 1955 .....	43
2.501 — Viagem — Fazenda — Lei de 3 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Ministério da Viagem e Obras Públicas, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	41	2.507 — Guerra — Fazenda — Lei de 17 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para início da construção do prédio destinado ao Estado-Maior das Forças Armadas, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, aos Comandos das três Zonas de Defesa e à Escola Superior de Guerra. Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955 .....	43
2.502 — Viagem — Fazenda — Lei de 4 de junho de 1955 — Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiros inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	41	2.508 — Fazenda — Lei de 18 de junho de 1955 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao veterano de Canudos, Estevão Alves da Silva. Publicada no D. O. de 24 de junho de 1955 .....	44
2.503 — Educação — Fazenda — Lei de 4 de junho de 1955 — Concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 14 de junho de 1955 .....	42	2.509 — Justiça — Fazenda — Lei de 18 de junho de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 307.613,00 para pagamento de vencimentos do pessoal civil. Publicada no D. O. de 24 de junho de 1955 ...	44
2.504 — Agricultura — Lei de 4 de junho de 1955 — Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Horto Frutícola da Penha, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955 .....	42	2.510 — Justiça — Lei de 20 de junho de 1955 — Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário. Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955 .....	44
2.505 — Justiça — Lei de 11 de junho de 1955 — Modifica o art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e artigo 208 do Decreto-		2.511 — Lei de 22 de junho de 1955 — Determina a tradução e impressão nos idiomas francês e inglês, do livro "Quem Deu Asas ao Homem", de autoria de Henrique Dumont	

	Págs.		Págs.
abrir ao Poder Judiciário — Villares. Publicada no D. O. de 23 de junho de 1955 ....	45	2.513 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Lei de 25 de junho de 1955 — — Autoriza o Poder Executi- vo a abrir ao Poder Judiciá- rio — Justiça Eleitoral — Tribunal Eleitoral do Mara- nhão — o crédito especial de Cr\$ 6.624,00 para pagamento aos servidores daquele Tri- bunal Regional. Publicada no D. O. de 1 de julho de 1955	46
2.512 — <i>Educação e — Fazenda</i> — Lei de 22 de junho de 1955 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 500.000,00 à paróquia de Santo Angelo das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955 .....	45		

## Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
2.444 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Lei de 31 de março de 1955 — Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxi- liar a realização da Exposi- ção Nacional de Milho, Suí- nos e Gado Leiteiro. Publica- da no D. O. de 7 de abril de 1955, .....	49	popular. Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955 .....	49
2.445 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — Lei de 31 de março de 1955 — Concede à Comissão Fe- deral de Abastecimento e Pre- ços isenção de direitos de im- portação e mais taxas adua- neiras, para a importação dos gêneros alimentícios de pri- meira necessidade e dos arti- gos de indispensável consumo		2.446 — <i>Fazenda — Lei de 31</i> de março de 1955 — Concede isenção de direitos de im- portação à aparelhagem com- pleta destinada à montagem de uma fábrica para pulve- rização de leite, a ser impor- tada pela Cooperativa Cen- tral dos Produtores de Leite Ltda. Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955 .....	49

### EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes III e IV de 1955, des- ta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assun- tos . . . . .	51
--	----

Figuram neste volume as leis e os decretos-legislativos que, expedidos no segundo trimestre de 1955, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.





---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1955

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 46, item VII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, DE 1955

CONCEDE LICENÇA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA AUSENTAR-SE DO PAÍS.

Art. 1.º É concedida licença ao Presidente da República, João Café Filho, para ausentar-se do país, no período de março a abril do corrente ano, e pelo tempo necessário para, atendendo ao convite do General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, visitar Portugal e levar a esse país a expressão da fraterna amizade que lhe dedica o Brasil.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de abril de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Napoleão Pires de Araújo Lima.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, a 30 de Julho de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Napoleão Pires de Araújo Lima, para construção da Agência Postal Telegráfica da cidade de Miguel Alves, no Estado do Piauí.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação do Registro Genealógico da Raça Schwyz do Brasil.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 8 de Setembro de 1953, entre o Ministério da Agricultura e a Associação do Registro Genealógico da Raça Schwyz do Brasil, para manutenção do registro genealógico da raça Schwyz.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1955

*Aprova o acôrdo comercial firmado entre o Brasil e o Uruguai.*

Art. 1.º — É aprovado o acôrdo comercial firmado na cidade de Montevideu, a 18 de Dezembro de 1953, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 44, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, a 25 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Muhungu, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 20 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto, para construção do prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, na importância total de Cr\$ 829.731,00 (oitocentos e vinte nove mil, setecentos e trinta e um cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado, a 16 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Aracoiaba, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construção Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 17 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções Ltda., para obras de ampliação do edifício sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais, em Belo Horizonte, Capital daquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado, a 24 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A. para construção de um prédio destinado a Agência Postal Telegráfica de Cedro, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado, a 18 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Ltda., para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Aquiraz, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 50, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções, Comércio e Indústria de Madeiras.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 23 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Constru-

ções, Comércio e Indústria de Madeiras, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Mafra, Estado de Santa Catarina,  
 Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
 no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 51, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 25 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda., para a construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Manhumirim, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
 no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra e Otto Johann Robert Borger.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, em 21 de julho de 1954, entre a Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra e Otto Johann Robert Borger, para desempenhar a função de chefe da subseção de Impressão da Diretoria do Serviço Geográfico.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de Junho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
 no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Gentil S. A.*

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado, a 25 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Santa Quitéria, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no Exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Geraldo Linhares de Azevedo*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 30 de outubro de 1953, entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Geraldo Linhares de Azevedo, para desempenhar a função de professor de química da Escola Preparatória de Cadetes do Ar do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no Exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francelino Rodrigues de Souza e sua mulher Francisca Roque de Souza*

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato de cooperação celebrado a 13 de novembro de 1953, entre o Ministério da Agricultura e Francelino Rodrigues de Souza e sua mulher Francisca Roque de Souza, para financiamento de obras destinadas à irrigação das terras de sua propriedade, situadas no Município de Jucás, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no Exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Jorge Aurélio Possa*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 21 de outubro de 1953, entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Jorge Aurélio Possa, para desempenhar a função de professor de português na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no Exercício da Presidência

LEI N.º 2.447 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 3.146,50, para ocorrer ao pagamento de extranumerários mensais de sua Secretaria.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 3.146,50 (três mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos), para ocorrer ao pagamento de extranumerários mensais de sua Secretaria, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Alexandre Marcondes Filho

Eugenio Gudin

Lei N.º 2.448 — DE 6 DE ABRIL  
DE 1955

*Modifica o art. 39 da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 39 da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 39. O imposto de vendas mercantis devido aos Estados poderá ser arrecadado em sêlo aderido as duplicatas e triplicatas, ou aos livros referidos no art. 24. As repartições arrecadadoras, quando a cobrança se fizer por verba rubricarão os títulos mercantis de que se ocupa este diploma legal".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrato.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1955; 134.º da Independência e 57.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugenio Gudin

LEI N.º 2.449 — DE 6 DE ABRIL DE 1955  
*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pescador José Maurílio.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2 000,00 (dois mil cruzeiros) mensais ao pescador José Maurílio, invalidado para o trabalho em consequência de acidente que sofreu no exercício da profissão.

Art. 2.º A despesa com a pensão estipulada no art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugenio Gudin

LEI N.º 2.450 — DE 6 DE ABRIL DE 1955  
*Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, excepto a de previdência social, para o material abaixo discriminado, importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, constantes da licença de importação n.º DG-52/8994-15.233:

1 motor Diesel, marca MAN, de 1.200 H.P.;

1 gerador, marca Lahmayer, de 1.000 KVA, e

1 armário com os instrumentos de controle.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugenio Gudin

LEI N.º 2.451 — DE 6 DE ABRIL DE 1955

*Concede isenção de direitos, taxas aduaneiras e de imposto de consumo, para cinco imagens de mármore, destinadas ao Colégio Regina Coeli.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e de imposto de consumo, excepto a taxa de previdência social, para 5 (cinco) imagens de mármore importadas da Itália e destinadas ao Colégio Regina Coeli, com sede no Distrito Federal, à Rua Conde de Bonfim, 1.305.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugenio Gudin



LEI N.º 2.452 — DE 7 DE ABRIL  
DE 1955

*Modifica o art. 40 da Lei Orgânica  
do Distrito Federal*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 40 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A lei estabelecerá o critério de igual remuneração para cargos ou funções de iguais denominação, atribuições e responsabilidades, observados os seguintes princípios e regras:

a) as atribuições e responsabilidades dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal serão definidas em um plano de classificação de cargos e funções, a ser aprovado em lei própria, de iniciativa do Prefeito;

b) terão igual vencimento ou remuneração os cargos isolados de provimento efetivo, de denominação, atribuições e responsabilidades iguais;

c) para os cargos de carreira será respeitada a classificação em classes ou padrões, observado o princípio básico consignado neste artigo, não podendo, porém, a alteração de vencimento ou remuneração de classes ou padrões superiores determinar a de classes ou padrões inferiores da mesma carreira, salvo lei expressa a respeito;

d) é vedado ao servidor exercer atividade diversa daquela que for própria ao seu cargo ou função, não podendo a inobservância dessa proibição servir de base para equiparação ou salário;

e) em nenhuma hipótese os cargos ou funções na Prefeitura do Distrito Federal terão vencimento ou remuneração superior aos cargos ou funções correspondentes ao serviço público federal;

f) até a definição das atribuições e responsabilidades, mediante aprovação do plano a que se refere a alínea a deste artigo, ficam proibidas quaisquer equiparações de vencimen-

mentos ou remuneração baseadas em alegação de identidade de cargos ou funções;

g) não servirá de base para aplicação dos princípios e regras fixados neste artigo o vencimento ou remuneração que tenha sido atribuído a cargos ou funções em virtude da execução de lei especial, ou de decisão judiciária.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 2.º O projeto de lei a que se refere o art. 40, alínea a, da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, na redação aprovada pelo artigo anterior, deverá ser encaminhado à Câmara de Vereadores dentro em 2 (dois) anos da vigência desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Alexandre Marcondes Filho.*

LEI N.º 2.452 — DE 7 DE ABRIL  
DE 1955

*Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.452, de 7 de abril de 1955.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 2.452, de 7 de abril de 1955:

Art. 40 (da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948).

.....  
“Parágrafo único. Ficam respeitadas as situações definitivamente constituídas quanto aos atuais ocupantes de cargos efetivos”

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

## LEI N.º 2.453 — DE 16 DE ABRIL DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a pagar por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco d Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União.

§ 1.º Para esse fim, fará, por meio de contrato com o Banco do Brasil, operação de crédito, anualmente renovada, destinada ao pagamento de carvão e assim discriminada para o próximo exercício:

	Cr\$
1) Estrada de Ferro Central do Brasil .....	100.000.000,00
2) Viação Férrea do Rio Grande do Sul .....	170.000.000,00
3) Estrada de Ferro Leopoldina .....	60.000.000,00
4) Rede Mineira de Viação .....	50.000.000,00
5) Estrada de Ferro Noroeste do Brasil .....	50.000.000,00
6) Rede de Viação Paraná-Santa Catarina .....	40.000.000,00
7) Estrada de Ferro Teresa Cristina .....	10.000.000,00
8) Estrada de Ferro Goiás .....	10.000.000,00
9) Estrada de Ferro Santa Catarina .....	10.000.000,00
<b>Total .....</b>	<b>500.000.000,00</b>

§ 2.º Excluem-se da autorização deste artigo os fornecimentos de combustível para os serviços públicos de transportes, presente e futuramente, executados por terceiros mediante contrato com a União, se não fôr esta responsável, legal ou contratualmente, por metade, no mínimo, do déficit da respectiva exploração.

Art. 2.º A débito do Tesouro Nacional e por conta do crédito que se abrir nos termos do artigo precedente, o Banco do Brasil pagará diretamente às empresas de mineração o valor dos seus créditos mediante a apresentação de promissórias ou outros títulos oriundos de fornecimentos de carvão nacional a estradas de ferro, nos quais conste expressamente a indicação do fornecedor, do tipo de combustível, fornecido, o local em que foi recebido, a sua quantidade e a importância a ser paga.

Art. 3.º Em cada ano será consignada no Orçamento Geral da República, dotação suficiente para liquidação pelo Tesouro Nacional com o Banco do Brasil do saldo da operação de que trata o artigo 1.º com juros e despesas correntes.

Art. 4.º No início de cada exercício financeiro devem ser apurados os débitos das estradas de ferro com o Tesouro Nacional, oriundos dos pagamentos dos fornecimentos de carvão nacional efetuados no exercício anterior. A regularização de tais débitos será feita por determinação do Ministério da Fazenda, sem prejuízo, porém, do financiamento normal e continuado do combustível nacional para os serviços de transporte ferroviário na forma prevista desta Lei.

Art. 5.º O Orçamento da União consignará as necessárias dotações para cumprimento da presente Lei, até o limite de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros). Para o ano imediato ao da publicação da

presente Lei, o Orçamento da União consignará a verba necessária para observância do artigo 1.º.

Parágrafo único. Será feita, anualmente, a apuração do saldo das contas entre o Tesouro Nacional e as Estradas de ferro pertencentes ao Patrimônio Federal e referidas nesta Lei, para a devida liquidação mediante encontro e balanceamento dos respectivos débitos e créditos. Para esse fim, todavia, 50% (cinquenta por cento) do valor das faturas de carvão nacional pagas por intermédio do Banco do Brasil (artigo 1.º) serão apurados e computados a débito da União Federal.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.454 — DE 20 DE ABRIL  
DE 1955

*Concede isenção de imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam isentos do imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, os seguintes materiais a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul:

- a) um turbo-gerador, "Stal-Asea", de 800 kws. com todos os acessórios; e
- b) diversas peças de reserva e acessórios para motor Diesel, marca "Wumag".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

José Maria Whitaker.

LEI N.º 2.455 — DE 20 DE ABRIL  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais o crédito especial de Cr\$ 2.280,00, para ocorrer às despesas com mensalistas do quadro da Secretaria do mesmo Tribunal.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais — o crédito especial de Cr\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta cruzeiros), para ocorrer às despesas com mensalistas do quadro da Secretaria do mesmo Tribunal, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

Prado Kelly.

José Maria Whitaker.

**LEI N.º 2.456. — DE 20 DE ABRIL  
DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00, para pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00 (dois milhões quinhentos e setenta mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

Prado Kelly.

José Maria Whitaker.

**LEI N.º 2.457 — DE 22 DE ABRIL  
DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, para atender ao pagamento do auxílio doença.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes do pagamento

de auxílio-doença de que trata o artigo 143 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

José Maria Whitaker.

**LEI N.º 2.458 — DE 22 DE ABRIL  
DE 1955**

*Concede à Prefeitura de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos e mais taxas aduaneiras exceto as de previdência social, para importação de material destinado ao Serviço de abastecimento d'água daquela cidade.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto as de previdência social, à Prefeitura de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, que incidam sobre o material a ser importado, e destinado ao Serviço de abastecimento d'água daquela cidade, constante de:

a) um compressor de ar Ingersoll Rand, modelo ESIX, tamanho 12 x 11, horizontal, de um estágio, resfriado a água, equipado com válvula channel com controle de pressão tipo "Bypass", de eixo montado sobre rolamentos cônicos, com o seguinte equipamento: transmissão completa, compreendendo as polias e o respectivo jogo de correias multi V; lubrificador mecânico de pressão para o cilindro; engateamento fibroso; chaves especiais; indicador de óleo de nível no carter; carter térmico com respiradores; visores cônicos para controle de água de circulação; planta de fundação; parafusos de fundação para o compressor e motor;

b) um motor elétrico de indução, tipo triclud, 75 HP, 40º C. de elevação

de temperatura, 960 RPM, trifásico, 50 ciclos, 220 volts;

c) uma base para motor com trilhos;

d) um compensador manual de partida, tipo auto-transformador modelo CR-1034, da General Electric (ou similar), para partida de motor a tensão reduzida, com proteção contra sobrecarga e subtenção, para trabalhar a 220-3-50;

e) um reservatório vertical de ar, de 30" de diâmetro por 7 pés de altura, com um volume de 34 pés cúbicos, completo, com o seguinte equipamento: manômetro, válvula de segurança, abertura de inspeção, base de assentamento;

f) um filtro de ar, tipo American, modelo 16-E.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.459 — DE 22 DE ABRIL DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais a Carolina de Marinho Amóra, viúva do engenheiro João de Araújo Amóra.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Carolina de Marinho Amóra, viúva do engenheiro João de Araújo Amóra, falecido em 1948, a pensão de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.460 — DE 22 DE ABRIL DE 1955

*Assegura reversão da pensão concedida as filhas de Clotilde do Vale Ferreira.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurado a Carmen, Maria Odete e Ebi do Vale Ferreira, filhas da falecida Clotilde do Vale Ferreira, o direito à reversão da pensão que esta recebia, em virtude do montepio civil da União, instituído por seu falecido pai e marido Luiz José Ferreira, relevada para esse fim a prescrição em que haja incorrido.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.461 — DE 22 DE ABRIL DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E concedida à Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais, isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusiye a de previdência social, para material destinado à montagem de uma unidade hidroelétrica e constante da relação abaixo :

1 — Turbina regulável, com eixo vertical, sistema hélice, com regulação interna, fabricação B. Maier, Brackwede, Alemanha, com as seguintes características :

queda líquida	: 7 m
vasão	: 19000 l/seg.
potência	: 1552 cavs.
velocidade	: 214 Rpm
velocidade de disparo	
à queda máxima de	
7 m	: 470 Rpm

2 — Dispositivo distribuidor para regulação interna, com palhetas-guias orientáveis, de ferro fundido.

Dispositivo distribuidor com buchas.

Aro de regulação de ferro fundido, com engrenagem de regulação, consistindo de tirantes, alavanca dupla, eixo de regulação com mancal de base.

Tampa de ferro fundido para a turbina, com mancal de guia para o eixo.

Câmara do volante, de aço.

Cubo do rotor de ferro fundido, com hélices de aço fundido.

3 — Eixo de 200 mm de diâmetro, ca. 4m de comprimento, de aço SM, com flanges para acoplamento, forjado em uma peça com o eixo, inclusive parafusos.

Mancal-guia, com revestimento de metal patente, para lubrificação a graxa, com a respectiva prensa.

Válvula de vazamento.

Chaves para montagem com quadro.

4 — Dispositivo de ventilação, consistindo de válvulas de ventilação, com alavanca ao aro de regulação.

5 — 1 engrenagem cônica de precisão, para transmitir uma potência 1552 cav., com relação de 214/1000 Rpm, em caixa de ferro fundido, completamente estanque, à prova de pó e de óleo, com rodas dentadas de liga de aço especial, mancais de metal patente, com lubrificação a óleo de pressão, inclusive bomba, parafusos de ancoragem, prolongamento de eixo e mancal externo.

6 — 1 luva elástica entre engrenagem e gerador.

7 — 1 regulador automático de velocidade de 500 mkg, consistindo da caixa do regulador, servindo como conservador de óleo, com servo-motor embutido e dispositivo de comando de precisão, montados na mesma.

8 — 1 compressor, inclusive motor, montado sobre base comum, para o carregamento do grupo de câmara de ar, porém sem chaves e ligações elétricas.

9 — 1 dispositivo elétrico de ajustamento de velocidade, para comando desde o quadro, com motor, porém sem chave de comando e ligações elétricas.

10 — 1 volante adicional, com fundo cheio, de aço fundido, 1400 mm, Pêso da corôa : 1330 kgs.

Pêso líquido da turbina completa	: 38760 kgs.
Peso bruto da turbina completa	: ca. 45.000 kgs.
Volume de embarque	: ca. 85 m3.

11 — 1 gerador trifásico, de corrente alternada, fabricação AEG, para acoplamento por intermédio de uma engrenagem cônica com a turbina sob D, com eixo horizontal, com as seguintes características :

Tipo	: 6271/6
Potência	: 1250 KVA
Cos-phi	: 0,8
Velocidade	: 1000 Rpm
Velocidade de disparo	: 2200 Rpm
Tensão a vazio	: 2400 V
Frequência	: 50 ciclos/seg.
Excitação normal	: 14 KW, 57 V
Momento volante	: 650 Kgm. 2

12 — 1 excitatriz estabilizada, diretamente acoplada, horizontal, Forma AW 84 spez, construída para regulação automática da tensão :

Capacidade contínua: 14 KW, 57 V.  
Capacidade intermitente: 18, 3KW, 65 V.  
Peso ca. 520 kgs.

13 — 1 regulador automático sistema Tirrill, Forma TAG 4, para regulação rápida da tensão, com uma precisão garantida de  $\pm 0,5\%$ , completo com pertences necessários :

Peso ca. 65 kgs.

14 — 1 regulador manual shunt, com 150 estágios de regulação, tamanho HF IV af, com acionamento para quadro :

Peso ca. 50 kgs.

15 — 1 jogo completo de parafusos de chumbação.

16 — 1 jogo de resistências, para termômetros à distância, para o controle da temperatura dos mancais.

Art. 2.º O valor do material relacionado é de:

	Cr\$
1 — Turbina com pertences .....	1.395.000,00
2 — Gerador com pertences .....	400.000,00
Total .....	1.795.000,00

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 64.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

José Maria Whitaker.

LEI N.º 2.462 — DE 22 DE ABRIL  
DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para material a ser importado pela firma Heraud Freres para instalação de uma fábrica de caldeiras, artigos sanitários e máquinas agrícolas, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para o seguinte material a ser importado da França pela firma Heraud Frères, para instalação de uma fábrica de caldeiras, artigos sanitários e máquinas agrícolas, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

*Primeira Remessa*

1 Estrutura metálica de 64m x 25m, com 3 pontes rotativas, elétricas, de 2 toneladas e uma de 6 toneladas, peso: mais ou menos de 45 a 50 toneladas.

2 Aparatos de solda elétrica, completa, com equipamento rotativo, marca "Als", Tho 12, c, estática, 360 ampères marca "Saf", peso aproximado: 1 tonelada; cinco caixas de ferramentas diversas para a montagem, peso aproximado: 5 toneladas.

Aparelhos sanitários e metalurgia em geral.

*Segunda Remessa**Ferramentas e máquinas*

1 Rôlo para chapa, completo, de dois metros e cinquenta centímetros por doze milímetros, motor de 6 HP, marca "Picot", máquina dentada, de 1948, peso de 4 a 5 toneladas.

1 Tesoura guilhotina, capacitada de 2 m x 4m, motor de 10 HP, marca "Picot", tunne, da fabricação de 1947, peso aproximado: 5 toneladas.

1 Dobradeira de chapa, capacitada de 2 m x 5m, marca "Picot", ano de fabricação 1946, peso: 5 toneladas.

2 Máquinas automáticas, para cortar ao suplete 2m x 1m x 30mm, marca "Sof", ano de fabricação 1949, peso total: 2 toneladas.

1 Máquina de centrar para bordas, capacidade de 2m até 100m, ano de fabricação 1949, peso 3 toneladas.

1 Máquina perfuradora radial, capacidade de 1m,50 x 70mm, marca Gra Finstanden, ano de fabricação 1932, motor 5 HP, peso: 4 toneladas.

1 Torno paralelo de 1,75m x 1m, marca "Mundiale", ano de fabricação 1947, motor de 2 HP, peso: 1500kg.

2 Pressas de emoutir, capacidade de 300 toneladas, ano de fabricação 1935, com bomba e motor de 15HP, peso: 10 toneladas.

1 Instalação de recortar a jato de areia comprimida.

1 Compressor Aspirador de 25 HP, 1 de Aspiração, 1 de Areia e 1 de Aspirador de Pó.

1 Instalação de Tubaria Batelite, incluídos uma tubuleira de ventilador, peso: 3 toneladas.

1 Compressor de 25 HP com aspirador e motor, peso: 5 toneladas.

1 Máquina de furar, "Codina" de 3 HP.

1 Constante, de 2 HP.

1 Lapideira a 2 moldes de 500, motor de 5 HP, peso: 1 tonelada.

1 Troncador a mola, capacidade de 2m x 16mm, marca E.R.K.E.L., ano de 1952, peso: 2 toneladas.

1 Planadora de 1,50m x 1,50m de aço, de mola, peso: 4 toneladas.

2 Máquinas a flutuador, tubos marca "Virax" motor de 1 HP, ano de fabricação 1948, peso: 1 tonelada.

2 Mesas de desenho, de ferro, marca "Otatunig" ano de fabricação 1943, de 1,50m x 1m, peso: 500 kg.

1 Copiador de planta.

1 Cilindradora de Chapas, capacidade 2mm, marca "Negcatte", ano de 1947 de 2 HP, peso: 500 kg.

1 Máquina de Solda, para juta, capacidade de 2m x 2mm, marca "Langarpin", ano de 1951, peso: 1 tonelada.

1 Tesoura de Mola, marca "Maccatte", capacidade de 5mm, ano de 1948, motor de 3 HP, peso: 800 kg.

2 Compressores de pintura, com tanque, ano de 1952, motor de 2 HP, peso: 500 kg.

1 Marteleto pneumático, para aplamar chapas, marca "Bombed", motor de 1 HP: 1 tonelada.

1 Poste de Solda e ar, relativo, marca "Als" "Cham", 250 ampères, de 12 HP, ano de 1948, peso: 600 kg.

1 Instalação de Solda, a ar, marca "Sof", 350 ampères, ano de 1947, peso: 500 kg.

1 Instalação de Solda, ao ar livre, marca "Sarazin", 500 ampères, ano de 1952, peso: 600 kg.

1 Poste de Solda, marca "Electro Magnético", 300 ampères, ano de 1948, peso: 400 kg.

1 Poste de Solda, a ar, marca "Statique", ano de 1950, 500 ampères, peso: 1 tonelada.

10 Caixas de pequenas ferramentas, diversas.

5 Caixas de ferramentas de precisão, peso: 5 toneladas.

20 Tambores de Baquelite Vernizes, peso: 5 toneladas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMERA DA LUZ

José Maria Whitaker



LEI N.º 2.463 — DE 22 DE ABRIL  
DE 1955

*Dispõe sobre isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, para importação de aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, exceto a de previdência social, para importação de um aparelho de Raios X para odontologia, usado, uma equipe para iluminação de gabinete dentário, com 4 lâmpadas, usada, e dois mil quilos de medicamentos diversos, com procedência dos Estados Unidos da América do Norte e destinados à Obra Social Redentorista, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Os aparelhos e medicamentos de que trata o art. 1.º, com a necessária licença de importação, sem cobertura cambial, sob número 48-53/5-15, usufruirão das vantagens desta Lei, ainda que tenham de ser retirados da Alfândega mediante termo de responsabilidade.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.464 — DE 25 DE ABRIL  
DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ .. 500,00 mensais a Aurora Fiuza Brantes, viúva de Cornélio Brantes Filho, ex-coletor federal aposentado.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais a Aurora Fiuza Brantes, viúva de Cornélio Brantes Filho, ex-coletor federal aposentado de Agudos, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A despesa com o pagamento da pensão de que trata o artigo 1.º, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.465 — DE 25 DE ABRIL  
DE 1955

*Concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carrilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, exclusive a de previdência social, para um carrilhão de quatro sinos de aço sonoro, com maquinário e dispositivo para funcionamento elétrico, importado da Alemanha e destinado à Igreja de São Pedro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.466 — DE 25 DE ABRIL  
DE 1955

*Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos de arte que pertenceram à família imperial.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras aos objetos e obras de arte que pertenceram aos últimos Imperadores do Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.467 — DE 25 DE ABRIL  
DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S.A.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão, formado por unidades transmissoras, amplificadores, consóletos, câmaras e outros materiais acessórios, para instalação de uma estação de televisão de que é concessionária a Rádio Record S.A., com sede na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, material adquirido para embarques parcelados e constante ainda de peças sobressalentes, condicionado à li-

cença de importação n.º DG-51 56.456-81.462.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.468 — DE 25 DE ABRIL  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinado a subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose, que se realizou em Curitiba, Estado do Paraná, na primeira quinzena de novembro do corrente ano.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Aramis Athayde.*

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.469 — DE 28 DE ABRIL  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 685.000,00, para pagamento de vencimentos atrasados ao Juiz em disponibilidade, Oswaldo Bulcão Viana*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 686.000,00 (seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros), para pagamento dos vencimentos correspondentes ao período de 1.º de dezembro de 1948 a 31 de dezembro de 1952, devidos ao Juiz Substituto, Oswaldo Bulcão Viana, da extinta Justiça Federal, seção de Santa Catarina, considerado em disponibilidade por decreto publicado no *Diário Oficial* de 15 de junho de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Prado Kelly.*

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.470 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Dispõe sobre a Universidade Rural de Minas Gerais.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Universidade Rural de Minas Gerais, com sede em Viçosa, naquele Estado, beneficiada pela Federalização determinada pelo art. 3.º, n.º II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, passará à condição de entidade subvencionada na forma prevista pelo art. 16, da citada lei, onde constituirá o item VII.

Art. 2.º Ficam extintos os 19 (dezenove) cargos de professor catedrático, padrão "O", criados pelo item XV do art. 7.º, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Será anualmente consignada, pela União, a Universidade Rural de Minas Gerais, uma subvenção não inferior a Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Costa Porto.*

LEI N.º 2.471 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), para auxiliar a Fundação Abrigo Cristo Redentor a cobrir os "deficits" orçamentários na manutenção das suas atividades no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.472 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais à cantora lírica Helena Nobre.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

ros) mensais a Helena Nobre, cantora lírica, residente em Belém, Estado do Pará, enquanto viver.

Art. 2.º O pagamento da pensão estipulada no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada a pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.473 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 506.333,00, para pagamento de aluguéis vencidos à Imobiliária Seguradoras Reunidas S. A.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 506.333,00 (quinhentos e seis mil, trezentos e trinta e três cruzeiros), a ser distribuído ao Tesouro Nacional e destinado ao pagamento à Imobiliária Seguradoras Reunidas S. A. de aluguéis vencidos relativos à sede do mesmo Conselho à Rua Senador Dantas n.º 74, 14.º e 15.º andares, no Distrito Federal, e correspondentes ao período de 1 de dezembro de 1951 a 7 de julho de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

*José Maria Whitaker*

LEI N.º 2.474 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um conjunto "Struever-Deutz", adquirido na Alemanha pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um conjunto "Struever-Deutz", de 500 KVA, composto de 2 geradores trifásicos de 250 KVA cada um, adquirido da firma Ad. Struever, Aggregatbau Niendorferweg 11 (Gross Borstel) Hamburg Alemanha, pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, para força e luz da cidade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*José Maria Whitaker.*

LEI N.º 2.475 — DE 28 DE ABRIL DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao norte do país.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Geral dos Correios e Telégrafos, uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao norte do país.

Art. 2.º A série de selos de que trata o art. 1.º será destinada aos serviços postais comum e aéreo, a fim de divulgar ampla e eficazmente essa comemoração.

Art. 3.º As taxas e a quantidade de impressão ficarão a critério do órgão competente, observada a orientação dada pelo Departamento Geral dos Correios e Telégrafos em casos similares.

Parágrafo único. Da impressão constará o retrato do padre José Bento Marcelino Champagnat, fundador da Congregação dos Irmãos Maristas, com a legenda característica da comemoração.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.475-A — DE 4 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40, para ser transferido ao "Fundo Naval".*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40 (duzentos e sessenta e três milhões setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos), para ser transferido ao "Fundo Naval", e correspondente à diferença verificada, no exercício de 1953, entre a parte a ser atribuída àquele Fundo decorrente da arrecadação efetiva da taxa de 8% (oito por cento) cobrada sobre as remessas de fundos para o exterior e a dotação consignada no Orçamento Geral da União daquele ano, de acordo com o disposto na Lei n.º 1.383, de 13 de junho de 1951.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim do Valle.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.476 — DE 5 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 97.160,30, destinado ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1948, ao 14.º Batalhão de Caçadores com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ ... 97.160,30 (noventa e sete mil cento e sessenta cruzeiros e trinta centavos), destinado ao pagamento de credores do 14.º Batalhão de Caçadores, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, por fornecimentos feitos no exercício de 1948.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Henrique Lott

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.477 — DE 6 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 157.040,60, para pagamento das despesas com os funerais dos militares vitimados na explosão ocorrida na Ilha do Braço Forte.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 157.040,60 (cento e cinquenta e sete mil, quarenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento das despesas realizadas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com os funerais dos militares daquela Corporação, falecidos no cumprimento do dever, em virtude da explosão ocorrida, no dia 7 de maio de 1954, na Ilha do Braço Forte.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Prado Kelly

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.478 — DE 6 DE MAIO  
DE 1955

*Dispõe sobre o amparo à família de guardas-civis aposentados antes de 1.º de março de 1932.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As viúvas e filhos dos guardas-civis, aposentados antes de 1.º de março de 1932, na forma do artigo 114 do Decreto n.º 13.878, de 14 de novembro de 1919, terão direito, por falecimento do marido ou pai, a uma pensão, paga pelo Tesouro Nacional,

equivalente à que é assegurada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) aos mais funcionários públicos em situação semelhante.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Prado Kelly

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.479 — DE 11 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para regularização de despesa no exercício de 1951.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros), destinado a regularizar despesa, no exercício de 1951, com a remoção de Esmerino Gomes Rocha, Escrivão da Coletoria Federal em Baião, no Estado do Pará, para o mesmo cargo na Coletoria Federal de Quixadá, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.480 — DE 6 DE MAIO  
DE 1955

*Estende à União Postal-Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei número 1.134, de 14 de junho de 1950*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Estendem-se à União Postal-Telegráfica do Ceará, associação de classe com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, os benefícios outorgados pela Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950, às entidades congêneres, que possuíam existência legal na data da sua publicação.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Octavio Marcondes Ferraz

LEI N.º 2.481 — DE 12 DE MAIO  
DE 1955

*Revoga o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1938, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revogado o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1938, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.482 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam isentos dos impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os seguintes materiais elétricos e máquinas hidráulicas, importados pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, conforme licença de importação n.º 33-53-25-603: 2 turbinas hidráulicas gêmeas, tipo "Francis";

- 1 grade de ferro chato;
- 1 comporta de fechamento;
- 1 comporta de descarga de barragem;
- 1 grade de ferro chato;
- 1 comporta de descarga do canal;
- 2 comportas de fechamento;
- 2 geradores trifásicos de corrente alternada;
- 2 transformadores trifásicos elevadores a óleo;
- 2 equipamentos de proteção para os dois grupos;
- 2 equipamentos de regulação automática;
- 1 equipamento de aparelhos de ligação e distribuição;
- 1 equipamento de aparelhos de ligação para os ramais de saída;
- 5 quadros de distribuição, manobra e medição para os dois grupos;
- 1 acionamento de alavanca de estribo para chave automática;
- 1 lâmpada de sinal;
- 1 equipamento auxiliar;
- 2 aparelhos telefônicos de alta tensão;
- 1 aparelho carregador de baterias;
- 2 transformadores trifásicos abaixadores a óleo;
- 1 equipamento de aparelhos de ligação para o ramal de chegada da sub-estação abaixadora;
- 1 equipamento de aparelhos de sub-estação abaixadora;
- 7 quadros de distribuição, medição e manobras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.483 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comité Consultivo Internacional do Algodão.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender às despesas com a realização em 1954, no Estado de São Paulo, da 13.ª Reunião Plenária do Comité Consultivo Internacional do Algodão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.484 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.850.000,00 para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do General Anastasio Somoza, Presidente da República da Nicarágua.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do General Anastasio Somoza, Presidente da República da Nicarágua.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo está automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.485 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à cidade de Nova York, Estados Unidos da América.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com a execução e transporte até o seu destino de um monumento a José Bonifácio, a ser oferecido à cidade de Nova York, Estados Unidos da América.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.



LEI N.º 2.486 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para atender às despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender às despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco, na praça do mesmo nome, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134. da Independência e 87.º da República.

João CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.487 — DE 13 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 850.000,00, destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas, no exercício de 1952.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955; 134.º da Independência e 87.º da República.

João CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.488 — DE 16 DE MAIO  
DE 1955

*Altera os valores dos símbolos referentes aos vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas das Secretarias e Serviços Auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os símbolos referentes ao padrão de vencimentos dos cargos isolados dos quadros das Secretarias e Serviços Auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário passam a ter os seguintes valores mensais:

Símbolos	Cr\$
PJ-0	23 000,00
PJ-1	20 000,00
PJ-2	17 000,00
PJ-3	16 000,00
PJ-4	15 000,00
PJ-5	14 000,00
PJ-6	13 000,00
PJ-7	12 000,00
PJ-8	11 000,00

Art. 2.º As funções gratificadas dos mesmos quadros, criadas em lei, corresponderão aos seguintes valores mensais:

Símbolos	Cr\$
FG-1	5.500,00
FG-2	4.000,00
FG-3	3.000,00
FG-4	2.000,00
FG-5	1.000,00
FG-6	800,00
FG-7	600,00

Art. 3.º Os cargos das Secretarias dos Tribunais Superiores, representados pelos símbolos PJ e cujos símbolos e valores não são correspondentes na legislação vigente, ficam assim classificados:

Diretor Geral .....	PJ-0
Secretário Geral da Presidência . . . . .	PJ-0
Vice-Diretor . . . . .	PJ-1
Sub-Secretário . . . . .	PJ-1
Diretor de Serviço ou Divisão . . . . .	PJ-2
Chefe de Seção .....	PJ-3

Parágrafo único. Nos tribunais em que não há o cargo de diretor de serviço ou divisão e de chefe de seção, com funções equivalentes as daquele, o símbolo deste será PJ-2.

Art. 4.º Nos tribunais a que se refere o art. 3.º, as funções gratificadas

de chefe de seção e secretário de diretor geral corresponderão ao símbolo FG-3.

Art. 5.º São extensivos aos servidores das secretarias dos órgãos do Poder Judiciário as disposições dos arts. 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 11 quanto à vigência, e 12 da Lei n.º 2.183, de 3 de março de 1954.

Art. 6.º A vigência a que se refere o art. 11 da Lei n.º 2.183, de 3 de março de 1954, não beneficia aos servidores ocupantes de cargos cujo padrão de vencimentos tenha sido convertido em símbolo em data posterior a 1.º de abril de 1953.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo a diferença de vencimentos será paga a partir da data da lei em que tenham sido convertidos em símbolos.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário os créditos necessários até a importância de Cr\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da presente lei, sendo destinada a Justiça Eleitoral a parcela de Cr\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil cruzeiros).

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955;  
134.º da Independência e 87.º da República.

João CARÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

#### LEI N.º 2.469 — DE 21 DE MAIO DE 1955

*Altera os valores dos símbolos referentes aos padrões dos cargos em comissão e às funções gratificadas no Tribunal de Contas, e dá outras providências*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O símbolo referente ao padrão de vencimento de cargo isolado do Tribunal de Contas CC-2 passa a ter o seguinte valor mensal:

Padrão CC-2 .....	Cr\$ 17.000,00
-------------------	----------------

Art. 2.º As funções gratificadas do Tribunal de Contas corresponderão aos seguintes símbolos e valores mensais:

Símbolo	Importância Cr\$
FG-1 . . . . .	5.500,00
FG-2 . . . . .	4.000,00

FG-3 . . . . .	3.000,00
FG-4 . . . . .	2.000,00
FG-5 . . . . .	1.000,00
FG-6 . . . . .	800,00
FG-7 . . . . .	600,00
FG-8 . . . . .	400,00

Art. 3.º As funções de chefia, de assistentes, de assessores ou secretários de chefes de serviços e outras já criadas em lei, ou pelos atuais regimentos dos órgãos respectivos, e para as quais ainda não foram estabelecidas as gratificações correspondentes, ou não tiverem sido reajustadas aos valores fixados na Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, se atribuirá, obedecido o princípio de hierarquia funcional, a analogia das funções, a importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades que as envolvem e respeitado o escalonamento de que trata o artigo 2.º desta Lei.

Parágrafo único. "Dentro em 30 (trinta) dias, contados da vigência desta lei, o Tribunal de Contas, por ato de seu presidente, aprovará e fará publicar a classificação de suas funções gratificadas que não constarem de lei e de acordo com os valores por esta fixados.

Art. 4.º As atuais funções gratificadas passarão a ser pagas segundo os novos valores dos respectivos símbolos.

Parágrafo único. Quando os valores atuais das funções gratificadas não corresponderem aos dos símbolos instituídos pelo art. 6.º, § 1.º da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, serão considerados, para os fins deste artigo, os símbolos de valores imediatamente superiores da referida lei e não os havendo os de valor mais aproximado.

Art. 5.º Os ocupantes dos cargos e das funções gratificadas ficam sujeitos ao regime de 43 horas de trabalho semanal.

Art. 6.º O vencimento ou salário do servidor acrescido do valor da função gratificada não poderá, em caso algum, exceder o valor do vencimento ou salário do cargo isolado de provimento, em comissão, da autoridade a que estiver imediatamente subordinado.

Art. 7.º Os ocupantes efetivos do cargo de diretor que pertenciam aos quadros de pessoal do Tribunal de Contas anteriores ao da Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949, ficam classificados, para todos os efeitos, no símbolo de cargo correspondente, aplicando-se a todos esses servidores as disposições da Lei n.º 1.820, de 9 de março de 1953.

Art. 8.º Os servidores de que trata o art. 7.º terão os seus títulos de inatividade apostilados pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, desde que o requeiram.

Art. 9.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 3 085.200,00 (três milhões oitenta e cinco mil e duzentos cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, consoante a tabela anexa, no período de 1 de abril de 1953 a 31 de dezembro de 1954.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

TABELA DE QUE TRATA O ART. 9.º DESTA LEI

Numero de funções	Funções Gratificadas	Simbolos
2	Secretário das Sessões .....	FG-2
9	Secretário de Ministro .....	FG-3
1	Secretário do Procurador .....	FG-3
5	Secretário do Diretor .....	FG-4
1	Secretário de Ministro Semanario Cr\$ 500,00 por semana .....	FG-4
1	Secretário de Auditor .....	FG-4
10	Chefe de Seção .....	FG-2
1	Chefe de Biblioteca .....	FG-3
1	Chefe do Serviço de Comunicações .....	FG-3
1	Encarregado do Arquivo .....	FG-4
1	Encarregado do Almoxarifado .....	FG-6
2	Assistente de Secretário das Sessões .....	FG-5
1	Chefe da Portaria .....	FG-5
1	Ajudante de Portaria .....	FG-6
1	Delegado no Departamento Federal de Compras .....	FG-2
5	Delegado (nos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica, da Marinha, no Departamento de Imprensa Nacional e no Estado Maior das Forças Armadas) .....	FG-2
10	Assistente (sendo 3 no Departamento Federal de Compras, 2 em cada um dos Ministérios Militares, 1 no Departamento de Imprensa Nacional) .....	FG-5
	DELEGAÇÕES NOS ESTADOS	
11	Delegado (Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais) .....	FG-1
9	Delegado (Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso) .....	FG-2
30	Assistente (sendo 5 em São Paulo, 3 no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais e 2 no Amazonas, no Pará, no Rio de Janeiro, no Paraná e em Santa Catarina) .....	FG-3
18	Assistente (2 em cada um dos Estados: do Maranhão, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso) .....	FG-4

LEI N.º 2.490 — DE 21 DE MAIO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.434.206.434,00, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$

3.434.206.434,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e seis mil e quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros), destinado a regularizar as despesas feitas com o pagamento do abono de emergência, concedido pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

José Maria Whitaker.

LEI N.º 2.491 — DE 21 DE MAIO DE 1955

INSTITUI NORMAS ESPECIAIS PARA APLICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS CONCEDIDOS PARA PROMOVER E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA:

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os créditos orçamentários ou adicionais expressamente concedidos aos serviços federais de pesquisa técnica e científica para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica serão registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados no Banco do Brasil S/A, em conta especial a ser movimentada pelos dirigentes daqueles serviços.

§ 1.º A conta do depósito bancário a que se refere este artigo, poderá o dirigente do serviço fazer suprimento de numerário a servidores do órgão, fixando-lhes por ocasião da entrega do suprimento o prazo de sua aplicação, o qual não poderá exceder o exercício financeiro.

§ 2.º A prestação de contas do responsável pelo suprimento deverá ser apresentada ao dirigente do serviço dentro do prazo de trinta dias contados a partir do término do prazo marcado para sua aplicação.

Art. 2.º Será da competência do Presidente da República, por indicação do Conselho Nacional de Pesquisas, criado pela lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decidir quais os serviços federais de pesquisa técnica ou científica e quais os créditos orçamentários ou adicionais a que se aplicará o regime previsto no art. 1.º desta lei.

Art. 3.º Os serviços federais de pesquisa técnica ou científica que desejarem se beneficiar do regime previsto no art. 1.º desta lei apresentarão ao Conselho Nacional de Pesquisas, no primeiro mês do exercício financeiro ou trinta dias após a publicação da lei autorizando a abertura de crédito adicional em seu favor, o programa das pesquisas e investigações que pretendem realizar e a relação dos recursos destinados ao respectivo custeio.

Art. 4.º O regime especial previsto no art. 1.º desta lei não se aplicará aos créditos orçamentários ou adicionais não vinculados à realização de pesquisas técnicas ou científicas, os quais se subordinarão ao regime comum de contabilidade pública.

Art. 5.º Caberá igualmente ao Conselho Nacional de Pesquisas, por solicitação justificada do serviço interessado, solicitar ao Presidente da República autorização para que materiais, equipamentos e instalações

possam ser adquiridos diretamente nas fontes produtoras nacionais ou estrangeiras.

§ 1.º Quando se tratar de aquisição no país, a movimentação do crédito respectivo obedecerá ao disposto no art. 1.º desta lei e, quando se tratar de compra no exterior, o crédito será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior.

§ 2.º Para atender às aquisições no exterior é facultado aos serviços federais de pesquisa técnica e científica promover a distribuição, no todo ou em parte, à Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, dos créditos orçamentários ou adicionais a que se refere o art. 1.º desta lei.

Art. 6.º Vetado.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º Vetado.

Art. 7.º Até noventa dias após a data do encerramento do exercício financeiro, o dirigente do serviço apresentará ao Tribunal de Contas a comprovação das despesas realizadas à conta dos depósitos abertos em seu favor no Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 1.º desta lei, fazendo-a acompanhar das prestações de contas apresentadas pelos responsáveis por suprimentos concedidos nos termos do § 1.º do mesmo artigo.

§ 1.º Uma via da prestação de contas será enviada ao Conselho Nacional de Pesquisas, acompanhada de relatório pormenorizado das investigações e trabalhos realizados à conta dos créditos obtidos.

§ 2.º Caso o Conselho Nacional de Pesquisas verifique ter havido utilização dos recursos em atividades estranhas às finalidades para que tenha sido pleiteado e obtido o regime especial previsto no art. 1.º desta lei, dará conhecimento do fato ao Presidente da República, para apuração de responsabilidades.

Art. 8.º Quando, após o início de um trabalho ou encomenda de material ou equipamento, for verificada a impossibilidade de sua conclusão ou entrega dentro do exercício financeiro a que corresponde o crédito orçamentário ou adicional, poderá ser este, no todo ou em parte, mediante solicitação do órgão interessado, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas e prévia autorização do Presidente da República, considerado como despesa efetiva por ocasião do encerramento do exercício e transferido para "Restos a Pagar", continuando no Banco do Brasil S/A ou na Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior, em conta especial do serviço interessado.

Art. 9.º Os serviços federais de pesquisa técnica e científica, beneficiados pela presente lei, poderão contratar pessoal especializado, através do Conselho Nacional de Pesquisas e com a prévia autorização do Presidente da República.

Art. 10. Gozarão das mesmas vantagens previstas nos artigos desta lei os órgãos de Ensino e Pesquisa, científicas e tecnológicas industriais do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A.) do Ministério da Agricultura, devendo os créditos orçamentários ou especiais, logo após o registro, pelo Tribunal de Contas, ser distribuídos ao Tesouro Nacional e depositados no Banco do Brasil à disposição do Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. A aplicação desta lei a qualquer daqueles órgãos do C.N.E.P.A. depende da autorização prévia do Ministro da Agricultura, ficando a fiscalização de sua execução a cargo do Diretor Geral do C.N.E.P.A., que levará ao conhecimento do titular da pasta qualquer irregularidade observada.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

Munhoz da Rocha.

LEI N.º 2.492 — DE 21 DE MAIO  
DE 1955

*Dispõe sobre a policia maritima, aérea e de fronteiras*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A União superintenderá em todo o território nacional, por intermédio da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM) do Departamento Federal de Segurança Pública, os serviços de policia marítima, aérea e de fronteiras.

Art. 2.º Nos Estados, a execução desses serviços caberá aos respectivos órgãos locais.

Art. 3.º Vetado.

Art. 4.º Vetado.

Art. 5.º Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º Vetado.

Art. 8.º Vetado.

Art. 9.º Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 10. Os serviços de policia marítima, aérea e de fronteiras poderão ser cometidos pela União aos Estados, mediante acôrdo, na forma do art. 18, § 3.º, da Constituição Federal, sem quebra das normas traçadas pelas leis e regulamentos federais, no tocante à fiscalização e à orientação que se mantém uniformes em todo o país.

Art. 11. Incumbe à Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras superintender os serviços de policiamento marítimo, aéreo e de fronteiras em tudo quanto não colida com as atribuições fiscais e guarda dos ancoradouros, portos, cais, docas, praias e dependências internas e externas das Alfândegas e Mesas de Rendas, a cargo da corporação fiscal aduaneira, na forma da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas da República.

Parágrafo único. Nos portos organizados, onde existam Alfândegas

ou Mesas de Rendas Federais, a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras é obrigada a prestar auxílio ou socorro de urgência notória, quando isso lhe fôr invocado ou requisitado pela Inspeção da Alfândega ou pela Chefia da Mesa de Renda, a bem do serviço ou da ordem, em tais repartições.

Art. 12. Vetado.

Art. 13. Nos orçamentos anuais da União será fixada a dotação destinada ao custeio dos serviços de policia marítima, aérea e de fronteiras e para a execução de acordos lavrados entre a União e os Estados.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Prado Kelly

LEI N.º 2.493 — DE 21 DE MAIO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 694.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercicio de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 694.844,60 (seiscientos e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercicio de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério, pelas firmas abaixo relacionadas:

<i>Firmas fornecedoras</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Importância</i>
S. Carrera	Escola Industrial de Belém .....	Cr\$ 153.157,00
Aloisio Castro & Companhia Limitada	Escola Industrial de Fortaleza ...	280.335,00
Ceará Tramway Light and Power Co. Ltda.	Escola Industrial de Fortaleza ..	6.679,30
Manoel Elpidio do Lago	Escola Industrial de Florianópolis	79.470,00
Alberto Leopoldo Bach	Escola Industrial de Florianópolis	1.902,60
S. A. White Martins	Escola Industrial de Florianópolis	55.849,20
Cerâmica Pedro Andriani	Escola Industrial de Florianópolis	9.048,00
Carlos Hoepcke S. A.	Escola Industrial de Florianópolis	5.954,50
Casa Ferrone	Escola Industrial de Florianópolis	7.109,50
Casa A Capital	Escola Industrial de Florianópolis	18.135,00
Casa Oriental	Escola Industrial de Florianópolis	20.000,00
A. Fonseca & Companhia Limitada	Escola Técnica de Salvador ....	2.199,00
Irmãos Ozéias	Escola Técnica de Salvador ....	1.834,00
Gil Ferreira & Cia.	Escola Técnica de Salvador ....	49.770,00
Eduardo Fernandes & Companhia	Escola Técnica de Salvador ....	361,50
Pinho Irmão & Cia.	Escola Técnica de Salvador ....	5.040,00
	<b>TOTAL .....</b>	<b>694.844,60</b>

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955;  
134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Candido Motta Filho  
J. M. Whitaker.

**LEI N.º 2.494 — DE 26 DE MAIO  
DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de

Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial, em fins do corrente ano, no município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Munhoz da Rocha.  
José Maria Whitaker.



LEI N.º 2.495 — DE 27 DE MAIO DE 1955

FIXA A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco compreende 2 (duas) comarcas, 2 (dois) municípios e 7 (sete) distritos, de conformidade com o quadro e os limites descritos no art. 9.º desta lei.

Parágrafo único. O Governador do Território poderá, ainda, baixar atos interpretativos das linhas divisórias inter-municipais e inter-distritais para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do âmbito municipal ou distrital.

Art. 2.º O Governador providenciará para que sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais do Território, elaborados de conformidade com as instruções do mesmo Conselho.

Art. 3.º A solenidade de inauguração do novo quadro territorial de que trata o § 1.º do art. 4.º desta lei, obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1958

§ 1.º O Governador do Território providenciará a elaboração do projeto do quadro territorial a vigorar no quinquênio 1959-1963, de conformidade com o disposto nos decretos-leis ns. 311, de 2 de março de 1929, e 5.901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2.º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1958, ficará automaticamente prorrogada a vigência do quadro, constante desta lei, até aquele entrar em vigor.

Art. 5.º É criado o cargo de Juiz de Direito do Território Federal do Rio Branco.

Art. 6.º São criados no Quadro da Justiça — Parte Permanente — do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os seguintes cargos:

- a) 1 (um) de Promotor Público — Justiça dos Territórios;
- b) 2 (dois) de Escrivão do juízo de direito — Justiça dos Territórios — padrão F;
- c) 1 (um) de Tabelião de Notas — Justiça dos Territórios — padrão F;
- d) 2 (dois) de Oficial de Justiça do juízo de direito — Justiça dos Territórios — padrão D;
- e) 2 (dois) de Servente do juízo de direito — Justiça dos Territórios — padrão C.

§ 1.º Terão exercício na sede de cada comarca um escrivão, um oficial de justiça e um servente.

§ 2.º O escrivão do juízo de direito da comarca de Caracará exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de títulos e documentos, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de imóveis, oficial de protesto de títulos, contador, partidor, tascador de notas e oficial de registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 1.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944.

§ 3.º O escrivão de juízo de direito de Boa Vista exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de imóveis.

§ 4.º O tabelião de notas, de que trata a letra c deste artigo, terá exercício na sede da comarca de Boa Vista e exercerá, além das funções próprias, as de escrivão do juízo de paz, oficial de registro civil das pessoas naturais, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de títulos e documentos, oficial de protesto de títulos, contador e partidor.

Art. 7.º São criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos da Justiça dos Territórios:

- a) 7 (sete) de Juiz de Paz nos Distritos de Boa Vista, Uraricoera, Depósito, Conceição do Mauá, Caracarái, São José de Anauá e Boiaçu;
- b) 5 (cinco) de Escrivão do juízo de paz nos Distritos de Uraricoera, Depósito, Conceição do Mauá, São José de Anauá e Boiaçu.

Parágrafo único. Os serventuários, de que trata a letra b deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de notas e oficial de registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 2.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Art. 8.º A Comarca de Caracarái, criada por esta lei, e a de Boa Vista constituirão uma só Seção Judiciária.

Art. 9.º São os seguintes o quadro e a descrição dos limites, aos quais se refere o art. 1.º desta lei:

QUADRO DA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Circunscrições exclusivamente judiciárias		Circunscrições exclusiva-mente adminis-trativas		Circunscrições simultâ-neamente administra-tivas e judiciárias		Sede das Circunscrições				
Comarcas		Térmos		Municípios		Distritos				
Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Categoria
1	Boa Vista ....	1	Boa Vista ....	1	Boa Vista ....	1	Boa Vista ....	1	Boa Vista ....	Capital
						2	Uraricoera (ex-Aparecida) (1) .....	2	Uraricoera (ex-Aparecida) Depósito .....	Vila
						3	Depósito (2) ..	3	Depósito .....	Vila
						4	Conceição do Maú (3) ..	4	Conceição do Maú .....	Vila
2	Caracarai (4)	2	Caracarai (5)	2	Caracarai (6)	5	Caracarai (7) ..	5	Caracarai ....	Vila
						6	São José de Anauá (8)	6	São José de Anauá ...	Cidade
						7	Boiaçu (Ex-Santa Maria) (9) ..	7	Boiaçu (Ex-Santa Maria) .....	Vila

Observações:

- 1) Criado por esta lei com sede na localização de Aparecida e constituído de parte do território do antigo distrito de Murupu, do Município de Boa Vista.
- 2) Criado por esta lei com sede na localidade do mesmo e constituído de partes dos antigos distritos de Murupu e Boa Vista do Município deste último nome.
- 3) Criado por esta lei com sede na localidade Maú e constituído de parte do distrito de Boa Vista do Município do mesmo nome.
- 4) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarai que é elevada à categoria de cidade.
- 5) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarai que é elevada à categoria de cidade.
- 6) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarai que é elevada à categoria de cidade e constituído dos território do município de Catrimani (não instalado) e distrito de Caracarai, além da pequena gleba do distrito de Boa Vista do município do mesmo nome.
- 7) Desmembrado do município de Boa Vista e elevada sua sede à categoria de cidade.
- 8) Criado por esta lei com sede na localidade do mesmo nome e constituído de terras do distrito de Caracarai, do antigo município de Boa Vista.
- 9) Criado por esta lei com sede na localidade de Santa Maria constituído do território do município de Catrimani (antigo distrito de ilha de Catrimani desmembrado do município de Moura, do Estado do Amazonas) que não chegou a ser instalado, passando sua sede à primitiva situação de povoado.

# LIMITES MUNICIPAIS E DIVISAS INTERDISTRITAIS

## I — MUNICÍPIO DE BOA VISTA

### a) *Limites municipais*

#### 1. Com a República da Venezuela :

Começa na serra Parima, no ponto do divisor de águas rio Branco-Orinoco, mais próximo da cabeceira principal do rio Mucajai; segue por esse divisor, ao longo da fronteira internacional Brasil-Venezuela, até alcançar a nascente do rio Auaris no encontro dos sistemas Parima-Pacaraima; daí, prossegue pelo divisor de águas rio Branco-Orinoco, na serra Pacaraima, até alcançar o marco B/BG/V-O no monte Roraima, pontos de trijunção dos limites Brasil-Venezuela-Guiana Inglesa.

#### 2. Com a Guiana Inglesa.

Começa no marco trinacional B/BG/V—O, no monte Roraima; segue pelo divisor de águas rio Branco-Mazurini, até o marco internacional do monte Caburai; desse ponto, até o marco internacional B/BG/13, fronteiro à nascente do rio Maú ou Ireng; desce por este rio, até sua confluência com o rio Tacutu, pelo qual sobe até a foz do rio Jacamim.

#### 3. Com o Município de Caracará :

Começa no rio Tacutu, na foz do rio Jacamim, sobe por este rio, até sua nascente; daí, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Cachorro, pelo qual desce até sua foz no rio Branco; sobe por este rio até a foz do rio Macajai; prossegue por este rio acima, até sua cabeceira principal, daí alcança, na menor distância, o divisor de águas da serra Parima.

### b) *Divisas interdistritais :*

#### 1. Entre os distritos de Boa Vista e Uraricoera (ex-Povoado Aparecida) :

Começa na serra Pacaraima, no ponto do seu divisor de águas, mais próximo à nascente do rio Aracassa; desse ponto alcança a nascente do referido rio; segue pelo Aracassa abaixo, até sua foz no rio Uraricoera, pelo qual desce até a foz do rio Parimé.

#### 2. Entre os distritos de Boa Vista e Depósito :

Começa na confluência do rio Parimé com o rio Uraricoera; daí, alcança a confluência do rio Surumu com o rio Tacutu; sobe por este, até a foz do igarapé do Mel.

#### 3. Entre os distritos de Boa Vista e Conceição do Maú :

Começa no rio Tacutu, na foz do igarapé do Mel; sobe por este igarapé até sua nascente na serra dos Tucanos; segue pelo divisor de águas da serra dos Tucanos, até a nascente do igarapé Arraia, pelo qual desce até sua foz no rio Tacutu.

#### 4. Entre os distritos de Uraricoera (ex-Povoado Aparecida) e Depósito :

Começa na serra Pacaraima no ponto de seu divisor situado a meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Majari e Surumu; segue pelos divisores de águas Majari e Surumu, até a nascente do rio Parimé; desce por este rio até sua foz do rio Uraricoera.

#### 5. Entre os distritos de Depósito e Conceição do Maú :

Começa no rio Maú ou Ireng na foz do rio Sanamã: sobe por este rio até sua nascente; daí, prossegue pelos divisores de águas Cotingo-Maú, até alcançar a nascente do rio Pirarucu; desce por este rio, até sua foz no rio Tacutu.

## II — MUNICÍPIO DE CARACARAI

a) *Limites municipais*

## 1. Com o município de Boa Vista.

Começa na serra Parima, no ponto de seu divisor de águas mais próximo à cabeceira principal do rio Macajai; desce por este rio até sua confluência com o rio Branco; continua descendo por este rio, até a foz do rio Cachorro, pelo qual sobe até sua nascente; daí, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Jacamim; continua pelo Jacamim abaixo até sua foz no rio Tacutu.

## 2. Com a Guiana Inglesa:

Começa na foz do rio Jacamim, no rio Tacutu, sobe por este rio, até o marco internacional B/BG/14 da nascente de seu braço este; no monte Wamuriaktawa; deste marco, segue pelo divisor de águas Amazonas-Essequibo, até a serra Uassari, no ponto de seu divisor situado à meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Jauaperi e Mapuera.

## 3. Com o Estado do Pará:

Começa na serra Uassari, no ponto de seu divisor situado à meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Jauaperi e Mapuera; daí, alcança os divisores de águas Jauaperi, Mapuera, pelos quais segue, até sua interseção com o paralelo da nascente do Alauaú.

## 4. Com o Estado do Amazonas:

Começa na interseção dos divisores de águas Jauaperi-Mapuera com o paralelo da nascente do rio Alauaú, segue por este paralelo, até alcançar a referida nascente; continua pelo rio Alauaú abaixo, até sua foz no rio Jauaperi; desce por este rio até sua foz no rio Negro, pelo qual sobe até a foz do rio Jufari; prossegue pelo Jufari acima, até sua nascente; daí continua pelos divisores de águas Xerubini-Demeni e Catrimani-Demeni, até o ponto de sua interseção com o paralelo da nascente do rio Catrimani; segue por este paralelo, até o divisor de águas da serra Parima.

## 5. Com a República da Venezuela:

Começa na serra Parima no ponto de interseção de seu divisor das águas com o paralelo da nascente do rio Catrimani; continua pela referida serra até o ponto de seu divisor de águas mais próximo da cabeceira principal do rio Mucajai.

b) *Divisas interdistritais:*

## 1. Entre os distritos de Caracará e Boiaçu (ex-Povoado Santa Maria):

A NO — Começa na interseção do divisor de águas Catrimani-Demeni com o paralelo da nascente do rio Catrimani; segue por este paralelo até a nascente do rio Catrimani, pelo qual desce, até a foz do igarapé Arapari;

A SE — Começa no rio Branco, na foz do rio Anauá; sobe por este rio até sua nascente no divisor Amazonas-Essequibo, limite internacional Brasil-Guiana Inglesa.

## 2. Entre os distritos de Caracará e São José do Anauá:

Começa no rio Catrimani, na foz do igarapé Arapari; desse ponto, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Ajarani; desce por este rio, até sua foz no rio Branco; prossegue descendo por este rio, até a foz do rio Anauá.

## 3. Entre os distritos de São José da Anauá e Boiaçu (ex-Povoado Santa Maria):

Começa na confluência do rio Anauá com o rio Branco; desce por este rio até a foz do rio Catrimani, pelo qual sobe até a foz do igarapé Arapari.

## Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

LEI N.º 2.496 — DE 2 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00, para atender às despesas de aquisição de aviões*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), para atender às despesas de aquisição de aviões de transporte, de busca e salvamento, de fotografia e treinamento, e de material sobressalente para os mesmos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eduardo Gomes  
J. M. Whitaker

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.498 — DE 3 DE JUNHO DE 1955

*Estende os dispositivos da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar e Auditorias, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aos do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal, Varas do Juízo de Menores e Acidentes no Trabalho, do Distrito Federal e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e da outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os dispositivos da Lei número 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, são extensivos, no que lhes for aplicável, aos servidores das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar e Auditorias, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aos do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal, Varas do Juízo de Menores e Acidentes no Trabalho do Distrito Federal e aos serventuários da Justiça que percebem do Tesouro Nacional no Distrito Federal e Territórios Federais.

Art. 2.º E' aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ ... 50.412.120,00 (cinquenta milhões, quatrocentos e dezesseis mil e cento e

LEI N.º 2.497 — DE 3 DE JUNHO DE 1955

*Concede isenção de impostos, taxas e mais direitos para um automóvel destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos, taxas e mais direitos, exceto a de previdência social, para importação de um automóvel marca Dodge, tipo "Utility", destinado ao uso privativo da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, veículo este fabricado pela "Chrysler Corporation" e doado à mesma Congregação.

vinde cruzeiros) para atender às despesas com a execução da presente lei, relativas aos exercícios de 1954 e 1955, assim discriminadas:

	Cr\$
01 — Supremo Tribunal Federal .....	1.822.800
02 — Tribunal Federal de Recursos .....	1.487.600
03 — Justiça Militar	
01 — Superior Tribunal Militar .....	1.472.000
02 — Auditorias .....	2.820.880
03 — Auditoria da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros .....	70.000
04 — Justiça Eleitoral	
01 — Tribunal Superior Eleitoral .....	1.363.600
02 — Tribunais Regionais Eleitorais	
01 — Distrito Federal ..	2.711.520
02 — Ações .....	190.400
03 — Amazonas .....	236.800
04 — Bahia .....	1.055.180
05 — Ceará .....	955.780
06 — Espírito Santo ....	259.560
07 — Goiás .....	400.960
08 — Maranhão .....	426.300
09 — Mato Grosso .....	240.240
10 — Minas Gerais .....	1.818.600
11 — Pará .....	259.000
12 — Paraíba .....	399.700
13 — Paraná .....	599.200
14 — Pernambuco .....	717.200
15 — Piauí .....	425.320
16 — Rio de Janeiro ....	881.720
17 — Rio Grande do Norte .....	482.300
18 — Rio Grande do Sul ..	1.141.800
19 — Santa Catarina ....	548.800
20 — São Paulo .....	3.180.800
21 — Sergipe .....	318.360
05 — Justiça do Trabalho	
01 — Tribunal Superior do Trabalho .....	2.387.000
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Juizamento .....	9.729.440
06 — Justiça do Distrito Federal	
01 — Tribunal de Justiça .....	12.013.260
Total .....	50.416.120

Art. 3.º E' aberto ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 6.394.080,00 (seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil e

oitenta cruzeiros) para atender às despesas com a execução da presente lei, nos exercícios de 1954 e 1955.

Art. 4.º Os créditos de que tratam os arts. 2.º e 3.º desta lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

*J. M. Whitaker.*

#### LEI N.º 2.499 — DE 3 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$... 2.060.000,00 destinado à aquisição de um prédio para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 2.060.000,00 (dois milhões e sessenta mil cruzeiros) para aquisição, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, da casa n.º 973, suas benfeitorias e respectivo terreno da Rua Duque de Caxias, destinada à sede do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.500 — DE 3 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.832,20, para pagamento a Emília Fontes Pastana, da gratificação prevista na lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.832,20 (cinco mil, oitocentos e trinta e dois cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento da gratificação adicional de 40% (quarenta por cento) a que fêz jus, de acordo com o art. 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no período de 11 de maio a 31 de dezembro de 1953, Emília Fontes Pastana, enfermeiro, referência 23, da Policlínica dos Pescadores da Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Munhoz da Rocha.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.501 — DE 3 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a celebrar, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, convênio para execução de obras de irrigação no mesmo Estado.

Parágrafo único. As condições de realização das obras de que trata este artigo, bem como as cláusulas do convênio a que o mesmo se refere, serão as constantes da minuta que acompanha a presente lei.

Art. 2.º Para cumprimento do encargo financeiro estabelecido no convênio a que se refere esta lei, o Poder Executivo autorizado a despendar a importância de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) em parcelas anuais de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. As despesas realizadas durante o corrente exercício serão atendidas por um crédito especial, na importância de Cr\$ ... 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), que o Poder Executivo e autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. Nos exercícios seguintes, as despesas serão custeadas por dotação de igual importância, a ser incluída no Orçamento Geral da República, no Anexo relativo àquele Ministério.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.502 — DE 4 DE JUNHO DE 1955

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O reajustamento dos padrões dos vencimentos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro, de que trata a Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, e extensivo aos ex-servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil, da mesma categoria, aposentados antes da vigência da referida lei, para o fim de serem também reajustados os seus atuais proventos de inatividade.

Art. 2.º Feito o reajustamento dos antigos padrões e vencimentos aos estabelecidos para os tesoureiros-auxiliares de primeira categoria, pa-



drão M, pela Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, os proventos dos inativos serão calculados e pagos a partir do dia 24 de setembro de 1948, data da vigência da referida Lei n.º 403.

Art. 3.º Os aposentados beneficiados por esta lei, terão os seus títulos de inatividade apostilados pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.503 — DE 4 DE JUNHO DE 1955

*Concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento da União consignará durante 3 (três) anos, no Anexo do Ministério da Educação e Saúde, auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinado ao Centro de Pesquisas Pedagógicas, instituído junto à cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Nacional de Filosofia, para realização de investigações sobre o desenvolvimento da organização e métodos de administração escolar no Brasil, publicação de seu boletim, excursões de estudos, contrato de professores estrangeiros, se necessário, e demais atividades relacionadas com seus objetivos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Motta Filho

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.504 — DE 4 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Horto Frutícola da Penha, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' a Sociedade Nacional de Agricultura, com sede nesta capital, autorizada a vender a área remanescente do Horto Frutícola da Penha, conforme doação que à mesma foi feita pela Fazenda Nacional, por escritura de 3 de abril de 1918, lavrada no 9.º Ofício de Notas desta capital.

Art. 2.º O produto dessa venda, que poderá ser feita englobadamente ou em lotes, terá obrigatoriamente a seguinte aplicação:

1) aquisição, dentro ou próximo do Distrito Federal, de uma área não inferior de 20 hectares;

2) na construção, no terreno assim adquirido, dos edifícios e mais instalações para a Escola de Horticultura Wenceslao Bello, nos termos do Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946;

3) na instalação e ampliação de laboratórios; museu agrícola, biblioteca especializada, e no aparelhamento de cursos visando a formação de especialistas nos vários ramos da produção agrícola;

4) na aquisição ou construção de bens imóveis, ou títulos da dívida pública, com cuja renda será atendido o custeio desses serviços.

Parágrafo único. Efetuada a venda e recolhido o produto ao Banco do Brasil, organizará a Sociedade um plano obediente ao que determina o presente artigo, e o submeterá à aprovação do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º A fim de que não sofram solução de continuidade as aulas da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, poderá a Sociedade, imediatamente após a venda, aplicar na aquisição da área de que trata o artigo 2.º e nas construções respectivas, até 50% do produto, obrigando-se a sua Diretoria a prestar ao Ministério da Agricultura conta da respectiva aplicação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Munhoz da Rocha.

LEI N.º 2.505 — DE 11 DE JUNHO DE 1955

*Modifica o art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e artigo 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte;

Pena — reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

§ 3.º No caso do § 1.º, se o criminoso é primário pode o juiz, tendo em consideração circunstâncias, deixar de aplicar a pena. No caso de receptação dolosa, cabe o disposto no § 2.º do art. 155”.

Art. 2.º O art. 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 208. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte;

Pena — reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos”.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

LEI N.º 2.506 — DE 11 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950.000,00, para regularizar despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.950.000,00 (um milhão e novecentos e cinquenta mil cruzeiros), para regularizar despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Art. 2.º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado e distribuído, pelo Tribunal de Contas, ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.507 — DE 17 DE JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para início da construção do prédio destinado ao Estado Maior das Forças Armadas, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, aos Comandos das três Zonas de Defesa e à Escola Superior de Guerra*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para início da construção do prédio destinado ao Estado Maior

das Forças Armadas, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, aos Comandos das três Zonas de Defesa e à Escola Superior de Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República:

JOÃO CAFÉ FILHO

Henrique Lott

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.508 — DE 18 DE  
JUNHO DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao veterano de Canudos, Estevão Alves da Silva.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida ao veterano de Canudos, Estevão Alves da Silva, a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o art. 1.º correrá à conta de dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.509 — DE 18 DE  
JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 307.613,90, para pagamento de vencimentos do pessoal civil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

— Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 307.613,90 (trezentos e sete mil seiscientos e treze cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de vencimentos do pessoal civil, correspondentes ao exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.510 — DE 20 DE  
JUNHO DE 1955

*Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' defeso à Justiça do Trabalho, no julgamento dos dissídios coletivos, incluir, entre as condições para que o empregado perceba aumento de salário cláusula referente à assiduidade ou frequência no serviço.

Art. 2.º Vetado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

LEI N.º 2.511 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1955

*Determina a tradução e impressão, nos idiomas francês e inglês, do livro "Quem Deu Asas ao Homem" de autoria de Henrique Dumont Villares.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo promoverá a tradução e impressão, nos idiomas francês e inglês, da obra histórica "Quem Deu Asas ao Homem", edição brasileira, sobre a vida do grande e genial inventor patricio Alberto Santos Dumont, de autoria do escritor Henrique Dumont Villares.

Parágrafo único. Da primeira edição brasileira, o Poder Executivo adquirirá pelo exato preço de custo o número de exemplares suficiente para figurar nas bibliotecas de todas as Embaixadas e Consulados do Brasil.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 3.º O Poder Executivo promoverá ainda a impressão de uma edição popular em português da citada obra "Quem Deu Asas ao Homem", através do Instituto do Livro, e adquirirá, pelo exato preço de custo, o número de exemplares suficientes da primeira edição brasileira para ser distribuído a todas as bibliotecas inscritas no referido Instituto.

Art. 4.º Para cumprimento do disposto no art. 3.º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 2.512 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1955

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 500.000,00 à paróquia de Santo Ângelo das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à paróquia de Santo Ângelo das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, destinado à conservação da Igreja Matriz — monumento histórico ali situado e reprodução, na mesma, do frontespício da Igreja S. Miguel, hoje em ruínas.

Parágrafo único. As obras serão orientadas e fiscalizadas pela diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2.º Para efeito do previsto no artigo anterior, o Poder Executivo é autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, crédito especial até a importância, nele determinada, que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, cuja entrega será feita ao vigário da paróquia de Santo Ângelo das Missões.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.513 — DE 25 DE JUNHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir  
ao Poder Judiciário — Justiça Elei-  
toral — Tribunal Eleitoral do Ma-  
ranhão — o crédito especial de Cr\$  
6.624,00 para pagamento aos servi-  
dores daquele Tribunal Regional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-  
nal decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo auto-  
rizado a abrir ao Poder Judiciário —

Justiça Eleitoral — Tribunal Regio-  
nal Eleitoral do Maranhão — o cré-  
dito especial de Cr\$ 6.624,00 (seis mil,  
seiscentos e vinte e quatro cruzeiros)  
para pagamento, por tempo de ser-  
viço, aos servidores daquele Tribunal  
Regional, no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de junho de  
1955; 134.º da Independência e 67.º da  
República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

## A P E N S O

Figuram neste apenso as leis que, expedidas em trimestres anteriores, foram publicadas depois do segundo dia útil do segundo trimestre de 1955.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1955

LEI N.º 2.444, DE 31 DE MARÇO  
DE 1955

*Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000.00, para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000.00 (quinhentos mil cruzeiros), para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho Suínos e Gado Leiteiro em 25 de julho de 1954, na cidade de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República

JOÃO CAFÉ FILHO

Costa Porto  
Eugenio Gudin

LEI N.º 2.445, DE 31 DE  
MARÇO DE 1955

*Concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para a importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos e mais taxas aduaneiras, exclusiva a de previdência social, para a importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular que adquirir a acordo com o art. 2.º, § 1.º da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 2.º As disposições desta Lei se aplicam também às importações já feitas.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Napoléon de Alencastro Guimarães  
Eugenio Gudin

LEI N.º 2.446, DE 31 DE  
MARÇO DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação à aparelhagem completa destinada à montagem de um fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, à aparelhagem completa destinada à



montagem de uma fábrica para concentração e pulverização de leite, a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite Limitada, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1955; 134.ª da Independência e 67.ª da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Eugenio Gudín*

## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes III e IV de 1955, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos



## EMENTÁRIO

### A

#### ABONOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.434.206.434,00, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência.*

Lei n. 2.490 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 37.274 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Estende os dispositivos da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, aos servidores das Secretarias do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar e Auditorias, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, aos do Tribunal do Júri do Distrito Federal, Júri dos Crimes contra a Economia Popular no Distrito Federal, Varas do Juízo de Menores e Acidentes no Trabalho, do Distrito Federal, e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências.*

Lei n. 2.498 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

#### ABONOS

*Estende ao pessoal diarista e ta-refeiro do Instituto Nacional do Pi-nho o abono de emergência e o abo-no especial temporário.*

Decreto n. 37.213 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

#### "A CHIMICA BAYER LTDA."

*Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, as firmas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n.º 37.148 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

#### ACORDOS

*Aprova o acórdão comercial firmado entre o Brasil e o Uruguai.*

Decreto-legislativo n. 43 — de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

— *Promulga o Acórdão relativo à concessão de facilidades aos mari-nheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas, concluído em Bruxelas, a 1.º de dezembro de 1924.*

Decreto n. 37.112 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## AÇUDES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Choró", no município de Quixadá, Estado do Ceará.*

Decreto n. 37.130 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Olho d'Água dos Casados", no município de Piranhas, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 37.216 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Ingazeira", no município de Paulistana, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.435 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

## ADUBOS

*Dá nova redação ao inciso c do artigo 12 do Decreto n.º 33.100, de 22 de junho de 1953, que aprovou o regulamento para fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n.º 37.218 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## AERONÁUTICA

*Cria o Centro de Instrução e Adestramento Aero-Naval, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.338 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

## AERONÁUTICA

*Modifica o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 37.427 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

*— Cria a Seção Comercial do Centro Técnico de Aeronáutica.*

Decreto n. 37.513 — de 21 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

*— Aprova o Regulamento para o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval.*

Decreto n. 37.558 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

*— Ver também:*

*Ministério da Aeronáutica.*

## AFORAMENTO

*Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.851 — de 2 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1955.

*— Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.055 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de preferência ao aforamento da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.056 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## AFORAMENTO

*Autoriza estrangeiros a adquirirem, em confirmação de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.182 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.183 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.184 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.185 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.186 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.188 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

## AFORAMENTO

*Autoriza estrangeira a adquirir o direito de preferência ao aforamento de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.255 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.256 — de 28 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.257 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.258 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência do aforamento, o domínio útil do terreno de marinha e acrescidos, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.259 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil de terrenos de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.260 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## AFORAMENTO

*Autoriza firma comercial estrangeira a adquirir os direitos preferenciais ao aforamento do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.261 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza firma comercial estrangeira a adquirir o direito à confirmação do aforamento do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.262 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.263 — de 28 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.264 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de preferência ao aforamento dos terrenos de acrescidos de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.265 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de preferência ao aforamento de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.288 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

## AFORAMENTO

*Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.353 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito à regularização do aforamento relativo à fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.380 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

— *Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescidos de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.433 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em revigoração de aforamento, fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.434 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.490 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 2 de julho de 1955.

## AGALMATOLITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de manganês, ferro e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.483 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

*Altera o Decreto n.º 36.661, de 24 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.316 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## AGRÔNOMO

*Concede aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o art. 145, item VII, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.512 — de 20 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 23 de junho de 1955.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Emílio Sander a lavar água mineral no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.179 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Alão Brandão Feder a pesquisar água mineral no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.307 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Affonso Natacci a lavar água mineral no município de Tremembé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.321 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Euripedes Silva a pesquisar água mineral no município de Itamonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.326 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Fernando Tarcia a pesquisar água mineral no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.418 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Fernandes Vilela a pesquisar água mineral no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.438 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Franklin de Castro Lima Filho a pesquisar água mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.507 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Piabanha.*

Decreto n. 37.135 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.



## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Palmeiras, Riachão e Riachão, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.135 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Francisco.*

Decreto n. 37.207 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Três Córregos.*

Decreto n. 37.208 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Araguari.*

Decreto n. 37.209 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cachoeirinha.*

Decreto n. 37.275 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Barra Mansa.*

Decreto n. 37.276 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, desde suas nascentes até à sua penetração na faixa de 150 km. ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Goio-Êrê.*

Decreto n. 37.277 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ipiranguinho-Ipiranga, Ipiranga e Ipiranga, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.278 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Tranças-Pardo Pequeno", "Pardo Pequeno" e "Pardo Pequeno", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.279 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Arimunã.*

Decreto n. 37.280 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Grande.*

Decreto n. 37.474 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pinto.*

Decreto n. 37.475 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Taio.*

Decreto n. 37.476 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Três Passos.*

Decreto n. 37.477 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Xarim.*

Decreto n. 37.478 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Peixotos, Peixotos e Arcias, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.530 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

## AJUDANTE DE TESOUREIRO

*... Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Lei n. 2.502 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

## ALGODÃO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Lei n. 2.483 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

## AMAZÔNIA

*Altera o orçamento e programa de emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n. 37.395 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

## AMIANTO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Perroni Júnior a pesquisar amianto e associados no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.123 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

## A "PIRATININGA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da "A Piratininga" Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.*

Decreto n. 37.116 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

## APROVEITAMENTO DE SERVIDOR

*Torna sem efeito aproveitamento de servidor, constante das tabelas anexas ao Decreto n.º 28.718, de 7 de outubro de 1950.*

Decreto n. 37.548 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**AREIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz Ribeiro a pesquisar areia no município da Capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.127 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Emílio Cardena a pesquisar areia e argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.391 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Lienert a pesquisar argila e associados no município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.125 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Pinheiro a pesquisar argila e associados no município de Tumiritinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.238 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otto Júlio Brutschke a pesquisar caulim e argila no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.245 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Emílio Cardena a pesquisar areia e argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.391 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza Melhoramentos de Guarulhos Sociedade Limitada a pesquisar argila refratária e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.422 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**ARMADA**

— **Ver:**

*Marinha.*

**ARQUITETO**

*Concede aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o art. 145, item VII, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.512 — de 20 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 23 de junho de 1955.

**ARQUIVISTA**

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 37.253 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VIAJANTES, PRACISTAS E REPRESENTANTES COMERCIAIS**

*Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Viajantes, Pracistas e Representantes Comerciais, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.172 — de 14 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

# ASSOCIAÇÃO DO REGISTRO GENEALÓGICO DA RAÇA SCHWYZ DO BRASIL

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação do Registro Genealógico da Raça Schwyz do Brasil.*

Decreto-legislativo n.º 42 — de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

# ATELIERS DE CONSTRUCTIONS ELECTRIQUES DE CHARLEROI

*Revoga os decretos que concederam à sociedade anônima "Ateliers de Constructions Electriques de Charleroi" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.451 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

# AUTARQUIAS

*Concede aos Médicos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o artigo 141, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952.*

Decreto n. 37.340 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de maio de 1955.

*— Dispõe sobre a aplicação, no que couber, da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, às autarquias.*

Decreto n. 37.537 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

# AUXILIAR DE ENGENHEIRO

*Altera o Decreto n.º 38.661, de 24 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.316 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

# AUXÍLIO ESPECIAL

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 500.000,00 à paróquia de Santo Angelo das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.512 — de 22 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955.

# B

# BANCO ÍTALO-BELGA S. A.

*Aprova aumento de capital do Banco Ítalo-Belga S. A., destinado às suas operações no Brasil.*

Decreto n. 37.349 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

# BARÃO DO RIO BRANCO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00 para atender às despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco.*

Lei n. 2.486 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1955.

# BAUXITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Ostermeyer a pesquisar minério de ferro, minério de manganês, bauxita e ocre, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.122 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**BENNETT DO BRASIL LIMITADA**

*Concede à sociedade "Bennett do Brasil Limitada" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.710 — de 30 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Theophilo Badin a pesquisar berilo e associados na município de Itambé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.303 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**BERILUM DO BRASIL LTDA.**

*Concede a Berilum do Brasil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.290 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— *Retifica o artigo único do Decreto n.º 37.290, de 29 de abril de 1955.*

Decreto n. 37.445 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

**BIBLIOTECAS**

*Altera a redação do art. 6.º e seu parágrafo único e do § 1.º do art. 7.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.*

Decreto n. 37.534 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**C****CAIXA DE AMORTIZAÇÃO**

*Revoga dispositivos do Decreto n. 35.912, de 28 de julho de 1954, que dispõe sobre o Regimento da Caixa de Amortização, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.432 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

**CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Introduz alterações no texto do Regulamento aprovado pelo Decreto número 29.124, de 12 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.312 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a publicidade dos atos expedidos ou praticados pelas administrações das instituições que menciona.*

Decreto n. 37.198 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de abril de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Schaadt a pesquisar calcário no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.141 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 30.719, de 3 de abril de 1952.*

Decreto n. 37.143 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

# CALCÁRIO

*Renova o Decreto n.º 31.859, de 27 de novembro de 1952.*

Decreto n. 37.167 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves de Oliveira a pesquisar calcário e calcita, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.171 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a pesquisar mármore, calcário e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.239 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a lavar calcário no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.241 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Volli a pesquisar dolomita, calcário, mármore e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.247 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 31.975, de 19 de dezembro de 1952.*

Decreto n. 37.295 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

# CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Gerônimo Alves Pereira a pesquisar calcita, calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.305 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Leão da Silva a lavar calcário no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.320 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— *Autoriza a Cia. Paulista de Cimento a pesquisar calcário e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.359 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nascife de Jesus Sáfes a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.363 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ovidio Lucas Fagundes a pesquisar calcário e associados no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.365 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ovidio Lucas Fagundes a pesquisar calcário e associados, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.366 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza a empresa de mineração Irmãos Darin, a pesquisar calcário e associados, no município de Ibatã, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.389 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Coelho de Souza a pesquisar calcário e associados no município de Dorcas de Campos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.390 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Dutra a pesquisar cobre, chumbo, minerais rádio-ativos, calcário e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.421 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Torna sem efeito o Decreto número 36.339, de 18 de outubro de 1954.*

Decreto n. 37.437 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

— *Declara sem efeito o Decreto número 29.221, de 26 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.479 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldo a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.509 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**CALCITA**

*Renova o Decreto n.º 30.719, de 3 de abril de 1952.*

Decreto n. 37.143 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves de Oliveira a pesquisar calcário e calcita, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.171 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gervasio Alves Pereira a pesquisar calcita, calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.305 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**CÂMARA DE REAJUSTAMENTO  
ECONÔMICO**

*Dispõe sobre a execução da Lei número 711, de 25 de maio de 1949.*

Decreto n. 37.347 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**CARGOS EM COMISSÃO**

*Dispõe sobre a aplicação, no que couber, da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, às autarquias.*

Decreto n. 37.537 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

## CARVÃO

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais de estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União.*

Lei n. 2.453 — de 16 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de abril de 1955.

Retificada no D. O. de 19 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Germano Beduschi a pesquisar carvão no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.486 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## CASSITERITA

*Renova o Decreto n.º 32.560, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.489 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a lavar caulim, feldspato e mica nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.138 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Antônia Garcia de Almeida a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.146 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro João Domingos Tarchi a pesquisar caulim, mica e associados no município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.240 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otto Júlio Brutschke a pesquisar caulim e argila no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.245 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 33.255, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 37.324 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "CIMIMAR" a lavar caulim no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.356 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Jorge da Silva a pesquisar caulim e associados, no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.334 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Ducorso Netto a pesquisar caulim no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.392 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.



**CAULIM**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Batista Ribeiro a pesquisar caulim e associados no município de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.505 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.**

*Transfere do Estado de Minas Gerais para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para o fornecimento de energia elétrica nos municípios de Betim, Contagem e Ribeirão das Neves, Estados de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.200 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO DAS CONTAS S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a "Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A."*

Decreto n. 37.147 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Transfere do Governo do Estado da Bahia para a "Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A." a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente no rio das Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.232 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

**CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO AERO-NAVAL**

*Cria o Centro de Instrução e Adestramento Aero-Naval e dá outras providências.*

Decreto n. 37.338 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

*— Aprova o Regulamento para o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval.*

Decreto n. 37.553 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**CENTRO DE PESQUISAS PEDAGÓGICAS**

*Concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências.*

Lei n. 2.503 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1955.

**CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA**

*Cria a Seção Comercial do Centro Técnico de Aeronáutica.*

Decreto n. 37.513 — de 21 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

**CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA**

*Dá nova redação ao art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 37.313 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## GERAS

*Dispõe sobre a unificação dos métodos analíticos físicos, químicos, biológicos e físico-químico aplicados no estudo dos óleos, ceras, tintas e vernizes, sub-produtos e derivados.*

Decreto n. 37.472 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

## CHARLES OF THE RITZ INTERNATIONAL CO. INC.

*Concede à Sociedade Anônima Charles of the Ritz International Co. Inc. autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.435 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

## CHUMBO

*Renova e retifica o Decreto número 31.371, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 37.232 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza a Mineração Lageado Ltda., a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Bocaiuva do Sul e Cêro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.357 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Dutra a pesquisar cobre, chumbo, minerais rádio-ativos, calcário e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.421 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

## CHUMBO

*Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.501 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.502 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.503 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.504 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## CIMENTO PORTLAND BRANCO DO BRASIL S. A.

*Concede à Cimento Portland Branco do Brasil S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.488 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

**CINQUENTENÁRIOS**

*Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao norte do país.*

Lei n. 2.475 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de maio de 1955.

**CÍRCULO OPERÁRIO SANTO ANTONIO**

*Declara de utilidade pública o "Círculo Operário Santo Antônio", com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.412 — de 1 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

**CLAUSULA DE ASSIDUIDADE**

*Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário.*

Lei n. 2.510 — de 20 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955.

**CLUBE NAVAL**

*Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

Decreto n. 37.463 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1955.

**COBRE**

*Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Badin a pesquisar minério de cobre e associados, no município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.419 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**COBRE**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Dutra a pesquisar cobre, chumbo, minerais rádio-ativos, cálcio e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.421 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Níquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.501 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Níquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.502 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Níquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados, no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.503 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Níquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.504 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## **CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Altera o Decreto n.º 30.033, de 1.º de outubro de 1951.*

Decreto n. 37.160 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

## **CÓDIGO PENAL**

*Modifica o art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e artigo 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar).*

Lei n. 2.505 — de 11 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1955.

## **CÓDIGO PENAL MILITAR**

*Modifica o art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e artigo 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar).*

Lei n. 2.505 — de 11 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1955.

## **COLÉGIO REGINA COELI**

*Concede isenção de direitos, taxas aduaneiras e de imposto de consumo, para cinco imagens de mármore, destinadas ao Colégio Regina Coeli.*

Lei n. 2.451 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

## **COLETORIAS**

*Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n. 37.178 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

## **COLGATE - PALMOLIVE S. A.**

*Concede nacionalização à sociedade anônima "Colgate - Palmolive - Pee Co. Ltd.", sob a denominação de "Colgate-Palmolive S. A."*

Decreto n. 36.538 — de 7 de dezembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 25 de junho de 1955.

## **COLUMBIA, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA E RAMOS ELEMENTARES**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Columbia, Companhia Nacional de Seguros de Vida e Ramos Elementares.*

Decreto n. 37.157 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

## **COLUMBITA**

*Renova o Decreto n.º 32.560, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.489 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## **COMISSÕES**

*Concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para a importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular.*

Lei n. 2.445 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Transfere da Prefeitura Municipal de Triunfo, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo daquela Prefeitura.*

Decreto n. 37.089 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## COMISSÕES

*Cria a Comissão de Reorganização da Atividade Médica.*

Decreto n. 37.129 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1955.

— *Cria a Comissão Especial de Organização da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.*

Decreto n. 37.131 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 29.823, de 31 de julho de 1951, e modifica o Decreto n.º 29.806, de 25 de julho de 1951, que criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial.*

Decreto n. 37.195 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

— *Cria o 1.º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste, com a missão de executar obras rodó-ferroviárias e contra as secas e dá outras providências.*

Decreto n. 37.221 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Integra a Comissão de Orçamento do Ministério da Guerra, no Gabinete Ministerial.*

Decreto n. 37.267 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consolidação entre o Brasil e Portugal.*

Decreto n. 37.374 — de 23 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1955.

## COMISSÕES

*Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Sander e Três Corouas, município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.462 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Torna sem efeito o Decreto número 37.195, de 18 de abril de 1955 e modifica a redação do art. 3.º do Decreto n.º 29.806, de 25 de julho de 1951, (que cria a Comissão de Desenvolvimento Econômico) alterada pelos Decretos ns. 28.829, de 31 de julho de 1951, 30.092, de 25 de outubro de 1951 e 35.079, de 19 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 37.461 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Cria a Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 37.514 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## COMITÉ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Lei n. 2.483 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

**COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS  
ITABIRA**

*Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder a estudos para aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis situados nos municípios de Antônio Dias, São Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.212 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

**COMPANHIA CALDENSE DE ELETRICIDADE S. A.**

*Transfere da firma J. R. Ferreira & Cia. para a Companhia Caldensa de Eletricidade S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica nos municípios de Caldas e Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.906 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.098 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO BRASILEIRO**

*Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a instalar uma usina termoeletrica no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.866 — de 4 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**COMPANHIA COMÉRCIO E  
NAVEGAÇÃO**

*Concede à "Companhia Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação e cabotagem.*

Decreto n. 37.156 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND POTY S. A.**

*Renova o Decreto n.º 32.207, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.301 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO  
NOVALIMENSE**

*Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.145 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ITA**

*Concede à "Companhia de Navegação Ita" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.521 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
BELAVISTA**

*Concede a "Companhia de Seguros Belavista" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 36.594 — de 10 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de abril de 1955.

### COMPANHIA DE SEGUROS IMPERIAL

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Imperial.*

Decreto n. 37.134 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1955.

### COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Excelsior de Seguros.*

Decreto n. 37.115 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1955.

### COMPANHIA EXTRATORA DE MINÉRIOS

*Concede à Companhia Extratora de Minérios autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.234 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

*Altera o Decreto n.º 32.926, de 2 de julho de 1952, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha tronco de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 37.405 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000.000,00 para atender à despesa referente a 1954, com a to-  
rçada, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiadas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

Decreto n. 37.426 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

*Autorizo o Ministério da Viação e Obras Públicas a ceder à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco a Usina Termo Elétrica de Colegipe e o Parque Elétrico Lauro de Freitas, onde se acha localizada a referida Usina, no sub-distrito de Cotegipe, município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.500 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

### COMPANHIA MINAS DA PASSAGEM

*Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.242 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

### COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.035 — de 15 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

### COMPANHIA NACIONAL DE ENER- GIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão entre Irapuá, município de igual nome e Sales, município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.096 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

# COMPANHIA NIQUEL TOCANTINS

*Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.501 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.502 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.503 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.504 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

# COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.*

Decreto n. 37.399 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

# COMPANHIA PAULISTA DE CIMENTO

*Autoriza a Cia. Paulista de Cimento a pesquisar calcário e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.359 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

# COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S. A.

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias às obras relativas ao aproveitamento hidro-elétrico de Peixoto, situado no Rio Grande, 24 km. a montante da foz do rio Canoas, próximo ao lugar denominado Ponte dos Peixotos, entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo, distrito de Desemboque, no Estado mo nome e o município de Sacramento Minas Gerais de que trata o Decreto n.º 31.132, de 11 de julho de 1952, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz Sociedade Anônima a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.210 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de maio de 1955.

# COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO

*Torna sem efeito o Decreto número 35.877, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n. 37.117 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.



### COMPANHIA RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA (RADIOBRAS)

*Prorroga a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira (Radiobras) para executar serviço radiotelefônico público internacional e público restrito internacional.*

Decreto n. 37.369 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

### COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Rio-Grandense de Seguros.*

Decreto n. 37.155 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

### COMPANHIA TEXTIL FERREIRA GUIMARÃES S. A.

*Transfere a concessão outorgada à firma Irmãos Oliveira & Companhia para a Companhia Textil Ferreira Guimarães S. A.*

Decreto n. 37.511 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

### COMUNIDADE DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Aprova o Regulamento da Comunidade do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.*

Decreto n. 37.271 — de 28 abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

### CONCHAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso Cesar a pesquisar conchas e corais no município de Igarassú, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.243 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

— *Autoriza Industrial Extrativa Araruama S. A. a pesquisar conchas calcárias no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.424 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Laurindo Luiz Pedrosa a pesquisar depósito conchífero no município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.440 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

### CONCURSOS

*Regulamenta abertura de concurso para provimento de vagas, em caráter efetivo, existentes ou que vierem a existir, no Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.396 — de 26 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

Reproduzido no D. O. de 6 de junho de 1955.

### CONDUCTOR DE TREM

*Altera o Decreto n.º 36.661, de 24 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.316 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## CONFERÊNCIAS INTERAMERICANAS DE RADIOCOMUNICAÇÕES

*Promulga a Convenção Interamericana de Telecomunicações e o Regulamento Interno das Conferências Interamericanas, anexo à mesma Convenção, firmados por ocasião da III Conferência Interamericana de Radiocomunicações, no Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1945, entre o Brasil e diversos países.*

Decreto n. 37.428 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## CONGOLEUM COMPANY OF DELAWARE

*Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "Congoleum Company of Delaware" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.450 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

## CONGREGAÇÃO DA MISSÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO

*Concede isenção de impostos, taxas e mais direitos para um automóvel destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

Lei n. 2.497 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE HEMATOLOGIA (5.º)

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.*

Decreto n. 37.497 — de 15 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

## CONGRESSO NACIONAL DE HOSPITAIS (I)

*Institui a "Medalha Comemorativa do Primeiro Congresso Nacional de Hospitais" e dá outras providências.*

Decreto n. 37.465 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

## CONGRESSO NACIONAL DE TUBERCULOSE (VI)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose.*

Lei n. 2.468 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

## CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 506.333,00, para pagamento de aluguéis vencidos à Imobiliária Seguradores Reunidas Sociedade Anônima.*

Lei n. 2.473 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

## CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

*Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica.*

Decreto n. 2.491 — de 21 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

**CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS**

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções, Comércio e Indústria de Madeiras.*

Decreto-legislativo n.º 50 — de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

**CONSTRUTORA ECRA LIMITADA**

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 46 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**CONSULADOS**

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Thorshavn, Dinamarca.*

Decreto n. 37.337 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

— *Elva à categoria de Consulado o Vice-Consulado honorário do Brasil em Bilbao.*

Decreto n. 37.499 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**CONTADOR**

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 37.252 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

**CONVENÇÕES**

*Torna público que os Governos de quatro países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

— *Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, e a Lake Success Nova York, e firmado pelo Brasil em 17 de março de 1948.*

Decreto n. 37.176 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Torna público haver o Viet-Nam aderido à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmados em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo da Convenção, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 37.206 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Governo da Noruega, da Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva (Convenção n.º 98), adotada a 1.º de julho de 1949, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 32.ª Sessão.*

Decreto n. 37.372 — de 23 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

## CONVENÇÕES

— *Torna público o depósito dos instrumentos de adesão, por parte dos Governos da Austria e do Viet Nam, a Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 37.373 — de 20 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Argentina, da Convenção relativa à idade mínima no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua XXII Sessão.*

Decreto n. 37.397 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1955.

— *Promulga a Convenção Interamericana de Telecomunicações e o Regulamento Interno das Conferências Interamericanas anexo a mesma Convenção, firmados por ocasião da III Conferência Interamericana de Radiocomunicações, no Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1945, entre o Brasil e diversos países.*

Decreto n. 37.428 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.561 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

— *Aprova minuta de Convênio entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Viação e Obras Públicas para execução, no Nordeste, por Comissões e Unidades Militares, de obras rodó-ferroviárias.*

Decreto n. 37.148-A — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

## CONVENÇÕES

— *Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Convênio de Cooperação Econômica entre o Brasil e o Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947.*

Decreto n. 37.273 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## COOPERAÇÃO ECONÔMICA

*Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Convênio de Cooperação Econômica entre o Brasil e o Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947.*

Decreto n. 37.273 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DE LEITE LTDA.

*Concede isenção de direitos de importação à aparelhagem completa destinada à montagem de uma fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.*

Lei n. 2.446 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

## COOPERATIVA DE CRÉDITO "UNIÃO FORTALEZA" DE RESPONSABILIDADE LTDA.

*Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito "União-Fortaleza" de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.996 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1955.

**CORAIS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso Cesar a pesquisar conchas e corais no município de Igarassú, Estado de Pernambuco.*  
Decreto n. 37.243 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

**CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS**

*Aprova o Regulamento para Seleção de Oficiais Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n. 37.522 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

**CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS**

*Altera o Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 37.524 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

**CORRESPONDÊNCIA POSTAL E TELEGRÁFICA**

*Aprova o regulamento para execução do serviço de distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Decreto n. 37.042 — de 16 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho, Surtos e Gado Leiteiro.*

Lei n. 2.444 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de .... Cr\$ 3.146,50, para ocorrer ao pagamento de extranumerários mensalis-tas de sua Secretaria.*

Lei n. 2.447 — de 2 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o crédito especial de Cr\$ 2.220,00, para ocorrer às despesas com mensalis-tas do quadro da Secretaria do mesmo Tribunal.*

Lei n. 2.455 — de 20 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00, para pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Lei n. 2.456 — de 20 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, para atender ao pagamento do auxílio doença.*

Lei n. 2.457 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose.*

Lei n. 2.463 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para pagamento de vencimentos atrasados ao Juiz em disponibilidade Osvaldo Bulcão Viana.*

Lei n. 2.469 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Lei n. 2.471 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de ..... Cr\$ 506.333,00, para pagamento de aluguéis vencidos à Imobiliárias Seguradoras Reunidas S. A.*

Lei n. 2.473 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40, para ser transferido ao "Fundo Naval".*

Lei n. 2.475-A — de 4 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 97.160,30, destinado ao pagamento de fornecimentos, no exercício de 1948, ao 14.º Batalhão de Caçadores com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

Lei n. 2.476 — de 5 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 157.040,60, para pagamento das despesas com os funerais dos militares vitimados na explosão ocorrida na Ilha do Braço Forte.*

Lei n. 2.477 — de 6 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para regularização de despesa no exercício de 1951.*

Lei n. 2.479 — de 11 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Lei n. 2.843 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 2.850.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do General Anastasio Somoza, Presidente da República da Nicarágua.*

Lei n. 2.484 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .... Cr\$ 1.500.000,00, para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à cidade de Nova York, Estados Unidos da América.*

Lei n. 2.485 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, para atender às despesas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio Branco.*

Lei n. 2.426 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .... Cr\$ 850.000,00, destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas.*

Lei n. 2.487 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.434.206.434,00, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência.*

Lei n. 2.490 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 894.844,80, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.493 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.*

Lei n. 2.494 — de 26 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 70.000.000,00, para atender às despesas de aquisição de aviões.*

Lei n. 2.496 — de 2 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de ..... Cr\$ 2.060.000,00, destinado à aquisição de um prédio para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.499 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.832,20, para pagamento a Emilia Fontes Pestana, da gratificação prevista na lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Lei n. 2.500 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950.000,00, para regularizar despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

Lei n. 2.506 — de 11 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para início da construção do prédio destinado ao Estado Maior das Forças Armadas, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, aos Comandos das três Zonas de Defesa e à Escola Superior de Guerra.*

Lei n. 2.507 — de 17 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 307.613,90, para pagamento de vencimentos do pessoal civil.*

Lei n. 2.509 — de 18 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de junho de 1955.

— *Determina a tradução e impressão nos idiomas francês e inglês, do livro "Quem Deu Asas ao Homem", de autoria de Henrique Dumont Vil-lares.*

Lei n. 2.511 — de 2 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Eleitoral do Maranhão — o crédito especial de Cr\$ 6.624,00 para pagamento aos servidores daquele Tribunal Eleitoral.*

Lei n. 2.513 — de 25 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de julho de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00, destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45.*

Decreto n. 37.173 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 26.111.410,00, para atender às despesas com o pagamento de abono de emergência e de salário-família ao pessoal do Quadro Especial da Universidade do Brasil.*

Decreto n. 37.174 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Torna sem efeito o Decreto número 36.860, de 3 de fevereiro do corrente ano.*

Decreto n. 37.201 — de 19 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

— *Torna sem efeito o Decreto número 36.861, de 3 de fevereiro do corrente ano.*

Decreto n. 37.202 — de 19 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.379 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de junho de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 para atender à despesa referente a 1954, com a tomada, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.*

Decreto n. 37.426 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.448 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.*

Decreto n. 37.497 — de 15 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.



**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 3.085.200,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 37.515 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo Cristo Redentor.*

Decreto n. 37.516 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.655.600,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 37.538 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 52.000.000,00, destinado ao pagamento de gratificação por trabalho com risco de vida ou de saúde.*

Decreto n. 37.539 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

— *Autoriza o abertura do crédito extraordinário pelo Ministério da Saúde para o fim que especifica e dá outras providências (S.E.).*

Decreto n. 37.498 — de 16 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS**

— *Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica.*

Lei n. 2.491 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955.

**CRUZ VERMELHA BRASILEIRA**

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, filial de São Paulo.*

Decreto n. 37.377 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**CURSOS**

— Ver:

*Escolas e Faculdades.*

**D****DATILÓGRAFO**

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 37.254 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFO**

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Napoleão Pires de Araújo Lima.*

Decreto-legislativo n.º 41 — de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n.º 44 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto.*

Decreto-legislativo n. 45 — de 1945.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n. 46 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construção Ltda.*

Decreto-legislativo n. 47 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n. 48 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n. 49 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções, Comércio e Indústria de Madeiras.*

Decreto-legislativo n. 50 — de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia.*

Decreto-legislativo n. 51 — de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Jose Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n. 53 — de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— *Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerários contratados do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministerio da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.*

Decreto n. 37.224 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

## DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

*Dispõe sobre a polícia marítima aérea e de fronteiras.*

Lei n. 2.492 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de maio de 1955.

— *Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.003 — de 8 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 13 de abril de 1955.

## DEPÓSITO NAVAL

*Extingue o Depósito Naval do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto n. 37.222 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Choró", no município de Quixadá, Estado do Ceará.*

Decreto n. 37.130 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terrenos e benfeitorias necessárias à construção da estrada de acesso ao Porto de Mucuripe, Estado do Ceará.*

Decreto n. 37.132 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 37.017, de 10 de março de 1955, na parte que menciona.*

Decreto n. 37.204 — de 22 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Olho D'Água dos Casados", no município de Piranhas, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 37.216 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que indica.*

Decreto n. 37.266 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à instalação de uma caixa de água para abastecimento de suas locomotivas, no município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.317 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Revoga o Decreto n.º 33.565, de 17 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.367 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Desapropria terreno adjacente à Base Aérea de Salvador — (BA).*

Decreto n. 37.383 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à ampliação do Aeroporto de Foz do Iguaçu (PR).*

Decreto n. 37.384 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 32.926, de 2 de junho de 1953, que declarou de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha tronco de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de Paulo Afonso a Salvador (Linha Sul).*

Decreto n. 37.405 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.407 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Ingazeira", no município de Paulistana, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.435 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terreno necessária à instalação de um serviço de abastecimento de água aos navios que atracam no porto de Cabedelo, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 37.436 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, situado em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.447 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona em Barbacena (Estado de Minas Gerais).*

Decreto n. 37.526 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação terreno situado no Município de São Luis Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Exército Nacional.*

Decreto n. 37.535 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955

## DIAMANTE

*Autoriza o cidadão brasileiro Sivert Francisco Bartholdy a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.142 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

## DIAMANTE

— *Renova o Decreto n.º 32.195, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.299 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.196, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.300 — de 9 de maio de 1955

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.203, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.302 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.209, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.303 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.307, de 23 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.304 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.210, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.354 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.121, de 21 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 37.355 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**DIAMANTE**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Araújo Sobrinho, a pesquisar diamante, ouro aluvionar e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.443 — de 7 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1953.

**DIPLOMATAS**

*Altera as Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 36.711, de 31 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.111 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

**DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Governo da Noruega, da Convenção sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva (Convenção número 98), adotada a 1.º de julho de 1949, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 32.ª Sessão.*

Decreto n. 37.372 — de 20 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Jaraguá, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 30.990 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.181 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**DOAÇÕES**

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Garça, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.225 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São Pedro dos Ferros, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.226 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ouro Branco, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.227 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Iguatama, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.228 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ipanguaçu, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.229 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Pindamonhangaba (SP).*

Decreto n. 37.284 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terreno em Vitória da Conquista (BA).*

Decreto n. 37.328 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Luz, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.413 — de 1.º de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do terreno que menciona, situado no Município de Santos Dumont, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.414 — de 1.º de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na Cidade de Monte Alegre, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.495 — de 15 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Município de Portalegre, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.496 — de 15 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação de terreno que menciona, situado nesta Capital.*

Decreto n. 37.517 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Campo Largo, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.527 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Mirassol, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.528 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Município de Iguape, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.547 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

## DOENÇAS VENEREAS

*Promulga o Acórdão relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas, concluído em Bruxelas, a 1.º de dezembro de 1924.*

Decreto n. 37.112 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## DOLOMITA

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem - "CIMIMAR" a lavrar talco, dolomita, serpentinita e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.124 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**DOLOMITA**

— Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Lolli a pesquisar dolomita, calcário, mármore e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.247 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

**E****ELI LILLY AND COMPANY OF BRAZIL, INC.**

Concede à sociedade anônima "Eli Lilly and Company of Brazil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 37.110 — de 31 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1955.

**ELIZABETH ARDEN (SOUTH AMERICA), INC.**

Concede à sociedade anônima "Elizabeth Arden (South America), Inc.", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 37.341 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

**EMPRESA AMÉRICA DE CONSTRUÇÃO LIMITADA**

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construção Ltda.

Decreto-legislativo n. 47 — de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**EMPRESA DE CAULIM LTDA.**

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 37.322 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— Autoriza Empresa de Caulim Ltda. a pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 37.423 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO CAMPO ALEGRE LTDA.**

Autoriza a Empresa de Mineração Campo Alegre Ltda., a pesquisar fluorita e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n. 37.168 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**EMPRESA ELÉTRICA PIRAPÓZINHO LIMITADA**

Transfere de Gerbas & Albieri Limitada para a Empresa Elétrica Pirapózinho Limitada a concessão para distribuição de energia elétrica nos distritos de Pirapózinho — pertencente ao município do mesmo nome, e Anhumas, pertencente ao município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.510 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

## EMPRESA FORÇA E LUZ DE MORRINHOS

*Transfere da Empresa Força e Luz de Morrinhos para a Prefeitura Municipal de Morrinhos a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Morrinhos, Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.199 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

## EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO LIMITADA

*Concede à "Empresa Nacional de Navegação Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.452 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## EMPRESA VERAS DE NAVEGAÇÃO LIMITADA

*Concede à "Empresa Veras de Navegação Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.344 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

## EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

*Dispõe sobre o aproveitamento do pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.203 — de 19 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de maio de 1955.

## EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

*— Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 37.274 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## EMPRÉSTIMOS

*Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiá a contratar empréstimo em dólares no exterior e financiamento em cruzeiros no País, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.218 — de 25 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Balisa concessão para distribuição de energia elétrica no distrito de Ibotim.*

Decreto n. 31.904 — de 9 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

*— Outorga ao Estado de Goiás concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Rorchedo, existente no Rio Meia Ponte, município de Piracanjuba, naquele Estado.*

Decreto n. 32.234 — de 9 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1955.

*— Outorga a Hormino de Almeida concessão para distribuir energia elétrica no município de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.107 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.



## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Buenópolis concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Buriti existente no ribeirão Buriti dos Almeida, município de Buenópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.129 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica da Prefeitura Municipal de Córrego d'Anta, na sede do Município, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.154 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Camapuã a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 36.764 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Reginópolis, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 36.787 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1955.

— *Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a instalar uma usina termoeletrica no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.866 — de 4 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Transfere de Benedito Pereira Gomes para Samuel Barreto a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica à cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.877 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da firma J. R. Ferreira & Cia. para a Companhia Caldense de Eletricidade S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica nos municípios de Caldas e Santa Rita de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.906 — de 14 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

— *Outorga à Indústrias Brasileiras de Papel S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Jaguariava, no local denominado Serra do Mandinga, distrito de Arapoti, município de Jaguariava, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.007 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.035 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

— *Outorga à "Sitalco" - Sociedade Industrial de Talco Limitada, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda Santo Onofre, no riacho de Cavas, Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.062 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Triunfo, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo da-quele Prefeitura.*

Decreto n. 37.089 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Pará de Minas concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no distrito de Igaratinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.091 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza Irmãos Schlumberger a construir uma linha de transmissão entre a Usina Termo-elétrica e a rede de distribuição da cidade de Guarapuava.*

Decreto n. 37.093 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1955.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão entre Irapuá, município de igual nome e Sales, município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.096 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.098 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a "Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A."*

Decreto n. 37.147 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Morrinhos para a Prefeitura Municipal de Morrinhos a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Morrinhos, Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.199 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere do Estado de Minas Gerais para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para o fornecimento de energia elétrica nos municípios de Betim, Contagem e Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.200 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias as obras relativas ao aproveitamento hidro-elétrico de Peixoto, situado no Rio Grande, 24 km. a montante da foz do rio Canoas, próximo do lugar denominado Ponte dos Peixotos, entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, no Estado de Minas Gerais de que trata o Decreto n.º 31.132, de 11 de julho de 1952, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz Sociedade Anônima a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.210 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Outorga a Celso Coelho de Souza autorização de estudos para aproveitamento total da energia hidráulica existente no rio Parnaíba, no trecho compreendido entre a cachoeira Dourada e a confluência dos rios Parnaíba e Grande.*

Decreto n. 37.211 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1955.

— *Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder a estudos para aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis situados nos municípios de Antônio Dias, São Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.212 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere do Governo do Estado da Bahia para a "Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A." a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente no rio das Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.292 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para o aproveitamento da queda d'água denominada Furnas, existente no rio do mesmo nome, município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 34.333 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.*

Decreto n. 37.399 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Sander e Três Coróas, município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.402 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública duas áreas de terra necessárias a realização das obras do aproveitamento de energia hidráulica, no rio Mogi-Guaçu, município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro, pelo Decreto n.º 26.434, de 9 de março de 1949, e autoriza a concessionária a promover a desapropriação das referidas áreas de terra.*

Decreto n. 37.403 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Enrico Guarnieri & Cia. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antônio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.404 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de junho e 2 de julho de 1955.

— *Transfere de Gerbas & Albieri Limitada para a Empresa Elétrica Pirapózinho Limitada a concessão para distribuição de energia elétrica nos distritos de Pirapózinho — pertencente ao município do mesmo nome, e Anhumas, pertencente ao município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.510 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

— *Transfere a concessão outorgada à firma Irmãos Oliveira & Cia. para a Companhia Textil Ferreira Guimarães S. A.*

Decreto n. 37.511 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

## ENERGIA HIDRÁULICA

— Ver:

*Energia Elétrica.*

## ENERGIA TERMO-ELÉTRICA

— Ver:

*Energia Elétrica.*

## ENFERMAGEM

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, filial de São Paulo.*

Decreto n. 37.377 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## ENGENHEIRO

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 37.249 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Concede aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o art. 145, item VII, da Lei n.º 1.711, de 23 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.512 — de 20 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 23 de junho de 1955.

## ENO - SCOTT & BOWNE, (BRAZIL) LIMITED

*Concede à sociedade anônima "Eno - Scott & Bowne, (Brazil) Limited" autorização para funcionar na República e revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima "Eno - Scott of Bowne, Inc. of Brazil" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.342 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de junho de 1955.

## ENRICO GUARNIERI & CIA.

*Outorga a Enrico Guarnieri & Companhia concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antonio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.404 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de julho e 2 de julho de 1955.

## ENSINO

*Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.*

Decreto n. 37.494 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

## ESCOLAS

*Prorroga os prazos estabelecidos nos Decretos ns. 35.239 e 35.905, respectivamente de 22 de março e 27 de julho de 1954.*

Decreto n. 36.723 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 37.191 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

— *Concede reconhecimento ao Curso que indica. (Enfermagem, Escola de Auxiliares de Enfermagem da Paraíba).*

Decreto n. 37.283 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Dá nova redação para a letra a, artigo 98, do Regulamento para as Escolas Preparatórias.*

Decreto n. 37.314 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Concede reconhecimento à Escola Industrial Nossa Senhora da Salette, de São Paulo.*

Decreto n. 37.335 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

**ESCOLAS**

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Engenharia civil, da Escola de Engenharia de Alagoas.*

Decreto n. 37.376 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem, da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, filial de São Paulo.*

Decreto n. 37.377 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia industrial da Escola de Engenharia Industrial.*

Decreto n. 37.378 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Concede reconhecimento à Escola Industrial Pandiá Calógeras, de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.466 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

**ESCREVENTE DATILÓGRAFO**

*Torna sem efeito aproveitamento de Servidor, constante das tabelas anexas ao Decreto n.º 28.718, de 7 de outubro de 1950.*

Decreto n. 37.548 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DA UNIÃO**

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652, de 25 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**ESTADO DA BAHIA**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Piabanha.*

Decreto n. 37.135 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Palmeiras, Riachão e Riachão, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.136 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**ESTADO DE GOIÁS**

*Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.*

Lei n. 2.450 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— *Outorga ao Estado de Goiás concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Rochado, existente no Rio Meia Ponte, município de Piracanjuba, naquele Estado.*

Decreto n. 32.234 — de 9 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Francisco.*

Decreto n. 37.207 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás as águas do rio Grande.*

Decreto n. 37.474 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Tranças-Pardo Pequeno", "Pardo Pequeno" e "Pardo Pequeno", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.279 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pinto.*

Decreto n. 37.475 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Peixotos, Peixotos e Areias, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.530 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cachoeirinha.*

Decreto n. 37.275 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, desde suas nascentes até a sua penetração na faixa de 150 km. ao longo da fronteira, onde passam a ser do domínio da União, as águas do rio Goio-Erê.*

Decreto n. 37.277 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

## ESTADO DO PARANÁ

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ipiranguinho-Ipiranga, Ipiranga, e Ipiranga, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.278 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Arimunã.*

Decreto n. 37.280 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Três Córregos.*

Decreto n. 37.208 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Barra Mansa.*

Decreto n. 37.276 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Três Passos.*

Decreto n. 37.477 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Xaxim.*

Decreto n. 37.478 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Taíó.*

Decreto n. 37.476 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**ESTATUTOS**

*Ver o nome da Companhia.*

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Lei n. 2.502 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.407 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

**ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ**

*Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí a contratar empréstimo em dólares no exterior e financiamento em cruzeiros no País, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.218 — de 25 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

**ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO**

*Autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União.*

Lei n. 2.453 — de 16 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de abril de 1955.

Retificada no D. O. de 19 de abril de 1955.

*— Inclui nas disposições do Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, a função de Diretor das Estradas de Ferro da União.*

Decreto n. 37.327 — de 11 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

**ESTRANGEIROS**

*Aquisição de domínio útil de terreno da marinha.*

*— Ver:*

*"Terrenos de Marinha" e "Aforamentos".*

**EXÉRCITO**

*Revoga o parágrafo único do Decreto n.º 22.837, de 17 de junho de 1933, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.128 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1955.

*— Substituições temporárias do Chefe do Departamento Técnico e de Produção do Exército.*

Decreto n. 37.190 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

## EXÉRCITO

— Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.

Decreto n. 37.191 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

— Cria o 1.º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste, com a missão de executar obras rodovias-ferroviárias e contra as secas e dá outras providências.

Decreto n. 37.221 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— Altera o Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.

Decreto n. 37.268 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Dá nova redação ao art. 39, do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Decreto n. 37.313 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— Dá nova redação para a letra a, art. 98, do Regulamento para as Escolas Preparatórias.

Decreto n. 37.314 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— Inclui nas disposições do Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, a função de Diretor das Estradas de Ferro da União.

Decreto n. 37.327 — de 11 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

— Altera a redação do art. 6.º e seu parágrafo único e do § 1.º do artigo 7.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.

Decreto n. 37.534 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

## EXPORTAÇÃO

Torna extensivo aos óleos e resinas, e demais produtos exportáveis, as medidas existentes na legislação em vigor para as ceras vegetais.

Decreto n. 37.415 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1955.

## EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.

Lei n. 2.494 — de 26 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955.

## EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MILHO, SUÍNOS E GADO LEITEIRO

Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro.

Lei n.º 2.444 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

## EXTRANUMERÁRIO

Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.

Decreto n. 37.274 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652, de 25 de agosto de 1953.

Decreto n. 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.



## F

## FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652, de 25 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

## FACULDADES

*Concede autorização para funcionamento de curso de pedagogia da Faculdade de Filosofia Cristo-Rei.*

Decreto n. 37.150 — de 7 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1955.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba.*

Decreto n. 37.151 — de 7 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos de letras neolatinas e letras anglo-germânicas da Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande.*

Decreto n. 37.193 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que indica.*

Decreto n. 37.266 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

*— Concede reconhecimento ao Curso que indica.*

Decreto n. 37.269 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

## FARMACO LTDA.

*Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942 as firmas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 37.148 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

## FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a lavar caulim, feldspato e mica nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.136 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.322 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

*— Autoriza Empresa de Caulim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.423 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Nilo de Medeiros Dourado a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.441 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## FERRO

*Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Ostermayer a pesquisar minério de ferro, minério de manganês, bauxita e ocre, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.122 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

## FERRO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Ernesto Parcus a pesquisar minério de ferro e associados no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.144 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.145 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffyr Ferreira a pesquisar minério de ferro, ocre e associados nos municípios de Belo Horizonte e Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.308 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Werner a pesquisar minério de ferro nos municípios de Blumenau e Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.309 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Werner a pesquisar minério de ferro no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.310 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Monteiro de Barros a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.311 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

## FERRO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de manganês, ferro e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.483 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## FERTILIZANTES

*Dá nova redação ao inciso c do artigo 12 do Decreto n.º 33.100, de 22 de junho de 1953, que aprovou o regulamento para fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n. 37.318 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## FESTA NACIONAL DO TRIGO (IV)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.*

Lei n. 2.494 — de 26 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955.

## FISCAL ADUANEIRO

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 37.248 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

## FLUORITA

*Autoriza a Empresa de Mineração Campo Alegre Ltda., a pesquisar fluorita e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.168 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**FOSFORITA**

*Renova o Decreto n.º 32.207, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.301 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

*Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n.º 37.274 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

*— Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652 de 25 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTE-  
RESSE MILITAR**

*Inclui nas disposições do Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, a função de Diretor das Estradas de Ferro da União.*

Decreto n.º 37.327 — de 11 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Dispõe sobre a aplicação, no que couber, da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, às autarquias.*

Decreto n.º 37.537 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO  
REDENTOR**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.600.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Lei n.º 2.471 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

**FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO  
REDENTOR**

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 18.000.000,00, para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Decreto n.º 37.516 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

**FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO**

*Altera o Decreto n.º 31.448, de 12 de setembro de 1952.*

Decreto n.º 34.956 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**FUNDO DE INDENIZAÇÕES DE  
GUERRA**

*Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, as firmas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n.º 37.143 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**FUNDO NACIONAL DO ENSINO  
MÉDIO**

*Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.*

Decreto n.º 37.494 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

**FUNDO NAVAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40, para ser transferido ao "Fundo Naval".*

Lei n.º 2.475-A — de 4 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de maio de 1955.

## G

### GALENA

*Autoriza os cidadãos brasileiros João Oliveira e Silva e Francisco Tanajura Machado a pesquisar galena no município de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.361 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

### GIPSITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia a lavar gipsita no município de Jaicós, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.485 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

### GRADUADOS

*Revoga o parágrafo único do Decreto n.º 22.837, de 17 de junho de 1933, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.128 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1955.

### GRATIFICAÇÕES

*Altera as Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 36.711, de 31 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.111 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 30.033, de 1.º de outubro de 1951.*

Decreto n. 37.160 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

## GRATIFICAÇÕES

— *Faz inclusão na Tabela II de Gratificação de Representação aprovada pelo Decreto n.º 36.711, de 31 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.205 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Concede aos Médicos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o art. 141, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952.*

Decreto n. 37.340 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de maio de 1955.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652, de 25 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Concede aos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o art. 145, item VII, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.512 — de 20 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 23 de junho de 1955.

## H

### HERAUD FRÈRE

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para material a ser importado pela firma Heraud Frères para instalação de uma fábrica de caldeiras, artigos sanitários e máquinas agrícolas, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.462 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

**HORTO FRUTÍCOLA DA PENHA**

*Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Horto Frutícola da Penha, e dá outras providências.*

Lei n. 2.504 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

**HOSPITAL CENTRAL DOS MARÍTIMOS**

*Dispõe provisoriamente sobre a organização do Hospital Central dos Marítimos, aprova os respectivos quadros de pessoal, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.533 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

**I.B.M. WORLD TRADE CORPORATION**

*Concede a sociedade anônima "IBM World Trade Corporation" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.113 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1955.

**I****ILMENITA**

*Autoriza Mineração Lobato Limitada a pesquisar ilmenita e associados no município de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto n. 37.140 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

**IMMOBILIARE CASA LATINA SOCIETA PER AZIONI**

*Concede à "Immobiliare Casa Latina Società per Azioni", autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.409 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

**IMOBILIÁRIA JOSÉ GENTIL S. A.**

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n. 44 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n. 48 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**IMPORTAÇÃO**

*Concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para a importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular.*

Lei n. 2.445 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Concede isenção de direitos de importação à aparelhagem completa destinada à montagem de uma fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.*

Lei n. 2.446 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.*

Lei n. 2.450 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— *Concede isenção de direitos, taxas aduaneiras e de imposto de consumo, para cinco imagens de mármore, destinadas ao Colégio Regina Coeli.*

Lei n. 2.451 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

## IMPORTAÇÃO

— Concede isenção de imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.454 — de 20 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de abril de 1955.

— Concede à Prefeitura de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos e mais taxas aduaneiras exceto as de previdência social, para importação de material destinado ao Serviço de abastecimento d'água daquela cidade.

Lei n. 2.458 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Lei n. 2.461 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para material a ser importado pela firma Heraud Frères para instalação de uma fábrica de caldeiras, artigos sanitários e máquinas agrícolas, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.462 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

— Dispõe sobre isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, para importação de aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Lei n. 2.463 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

## IMPORTAÇÃO

— Concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carrilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.465 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos de arte que pertenceram à família imperial.

Lei n. 2.466 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S. A.

Lei n. 2.467 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um conjunto "Struever-Deute", adquirido na Alemanha pela Prefeitura do Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Lei n. 2.474 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 3 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de maio de 1955.

— Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Lei n. 2.482 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

**IMPORTAÇÃO**

— *Concede isenção de impostos, taxas e mais direitos para um automóvel destinado à Congregação da Misão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

Lei n. 2.497 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

**IMPOSTO DE VENDAS  
MERCANTIS**

*Modifica o art. 39, da Lei n.º 187, de 15 de janeiro de 1936.*

Lei n. 2.448 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

**INDUSTRIAL EXTRATIVA ARA-  
RUAMA S. A.**

*Autoriza Industrial Extrativa Aaruama S. A. a pesquisar conchas calcárias no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.42 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**INDUSTRIAL SÃO TOMÉ  
LIMITADA**

*Autoriza a Industrial São Tomé Limitada a pesquisar quartzo, sericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.169 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE  
PAPEL S. A.**

*Outorga à Indústrias Brasileiras de Papel S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desfiladeiro existente no rio Jaguariáiva, no local denominado Serra do Mandinga, distrito de Arapoti, município de Jaguariáiva, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.007 — de 5 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS**

— **Ver:**

*Portos.*

**INSTITUTO BHERING DE TERA-  
PEÚTICA EXPERIMENTAL  
LIMITADA**

*Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, as firmas que mencionam e dá outras providências.*

Decreto n. 37.148 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO  
ALCOOL**

*Altera o art. 3.º do Decreto número 29.118, de 10 de janeiro de 1951, que aprovou o Regimento Interno, do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto n. 37.177 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**INSTITUTO JOAQUIM NABUCO**

*Aprova o Regimento do Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 37.334 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

**INSTITUTO NACIONAL DO  
PINHO**

*Estende ao pessoal diarista e tarefeiro do Instituto Nacional do Pinho o abono de emergência e o abono especial temporário.*

Decreto n. 37.213 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

# INSTITUTO PRINCESA ISABEL

*Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.379 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de junho de 1955.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Fixa o limite das despesas gerais e com o serviço médico-hospitalar do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários.*

Decreto n. 37.133 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Dispõe sobre a publicidade dos atos expedidos ou praticados pelas administrações das instituições que menciona.*

Decreto n. 37.196 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de abril de 1955.

*— Expede quadro de pessoal do Departamento de Assistência Médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n. 37.197 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1955.

*— Introduz alterações no texto do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.124, de 12 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.312 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1955.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*— Cria uma função gratificada no quadro do pessoal do I. A. P. dos Bancários.*

Decreto n. 37.519 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

*— Dispõe provisoriamente sobre a organização do Hospital Central dos Marítimos, aprova os respectivos quadros de pessoal, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.533 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

# INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

*Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica.*

Lei n. 2.491 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1955.

# ISENÇÕES

*Concede à Comissão Federal de Abastecimento e Preços isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, para a importação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e dos artigos de indispensável consumo popular.*

Lei n. 2.445 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Concede isenção de direitos de importação à aparelhagem completa destinada à montagem de uma fábrica para pulverização de leite, a ser importada pela Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.*

Lei n. 2.446 — de 31 de março de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1955.



## ISENÇÕES

— Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Lei n. 2.450 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos, taxas aduaneiras e de imposto de consumo para cinco imagens de mármore destinadas ao Colégio Regina Coeli.

Lei n. 2.451 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— Concede isenção de imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.454 — de 20 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de abril de 1955.

— Concede à Prefeitura de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos e mais taxas aduaneiras exceto as de previdência social, para importação de material destinado ao Serviço de abastecimento d'água daquela cidade.

Lei n. 2.458 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Lei n. 2.461 — de 2 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1955.

## ISENÇÕES

— Concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carrilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.465 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos de arte que pertenceram à família imperial.

Lei n. 2.466 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S. A.

Lei n. 2.467 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para conjunto "Struever-Deutz", adquirido na Alemanha, pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Lei n. 2.474 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 3 de maio de 1955.

Retificada no D. O. de 6 de maio de 1955.

— Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.

Lei n. 2.482 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

## ISENÇÕES

— *Concede isenção de impostos, taxas e mais direitos para um automóvel destinado à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

Lei n. 2.497 — de 3 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 3 de junho de 1955.

## ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI RADIOTELEGRAFICI E RADIOELETRICI - SOCIETÀ PER AZIONI

*Concede à "Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici - Società per Azioni" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.453 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## J

### JOSÉ GENTIL S. A.

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Gentil S. A.*

Decreto-legislativo n. 53 — de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

## JUSTIÇA ELEITORAL

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## K

### KODAK BRASILEIRA, LTDA.

*Concede à sociedade anônima "Kodak Brasileira, Ltd." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.345 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

## L

### LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL

*Modifica o art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal.*

Lei n. 2.542 — de 7 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— *Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.452, de 7 de abril de 1955.*

Lei n. 2.452 — de 7 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de maio de 1955.

### "LINCE" DE SEGUROS GERAIS S. A.

*Concede à "Lince" de Seguros Gerais S. A., autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 36.596 — de 10 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de abril de 1955.

### LOTAÇÃO

— Ver:

*O nom do Ministério a que se refere.*

### L'UNION COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE, LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, les Accidents et Risques Divers.*

Decreto n. 37.114 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**M****MAGISTÉRIO MILITAR**

*Regulamenta abertura de concurso para provimento de vagas, em caráter efetivo, existentes ou que vierem a existir, no Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.396 — de 26 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

Reproduzido no D. O. de 6 de junho de 1955.

**MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Ostermayer a pesquisar minério de ferro, minério de manganês, bauxita e ocre, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.122 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.369, de 4 de março de 1953.*

Decreto n. 37.164 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 31.861, de 27 de novembro de 1952.*

Decreto n. 37.165 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.366, de 4 de março de 1953.*

Decreto n. 37.166 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.195, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.299 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

**MANGANÊS**

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Monteiro de Barros a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.311 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Fernandes Pereira e Raul Alves de Brito a pesquisar minério de manganês e associados no município de Urandi, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.362 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de manganês, ferro e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.483 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**MAQUINISTA DE ESTRADA DE FERRO**

*Altera o Decreto n.º 36.661, de 24 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.316 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

**MARINHA**

*Extingue o Depósito Naval do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto n. 37.222 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Eletrônica da Marinha.*

Decreto n. 37.223 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

## MARINHA

— *Cria o Centro de Instrução e Adestramento Aero-Naval e dá outras providências.*

Decreto n. 37.398 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n. 37.467 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Eletrônica da Marinha.*

Decreto n. 37.468 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas da Diretoria do Pessoal da Marinha e da Diretoria de Intendência da Marinha do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.469 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para Seleção de Oficiais Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n. 37.522 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.523 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 37.524 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## MARINHA

— *Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.543 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval.*

Decreto n. 37.558 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

— Ver, também:

*Ministério da Marinha.*

## MARINHA MERCANTE

*Promulga o Acórdão relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas, concluído em Bruxelas, a 1.º de dezembro de 1924.*

Decreto n. 37.112 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1955.

## MÁRMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a pesquisar mármore, calcário e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.239 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldino Lolli a pesquisar dolomita, calcário, mármore e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.247 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

**MÁRMORE**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nascife de Jesus Saje a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.363 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**MÁRMORES ELDORADO S. A., MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Concede à Mármores Eldorado S. A. Mineração, Indústria e Comércio, autorização para funcionar como empreesa de mineração.*

Decreto n. 37.235 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

**MEDALHAS**

*Permite o uso com os uniformes militares, da Medalha "Marechal Hermes".*

Decreto n. 37.333 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1955.

— *Institui a "Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudo" e dá outras providências.*

Decreto n. 37.406 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1955.

— *Permite o uso com os uniformes militares da "Medalha Marechal Souza Aguiar".*

Decreto n. 37.462 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

— *Institui a "Medalha Comemorativa do Primeiro Congresso Nacional de Hospitais" e dá outras providências.*

Decreto n. 37.465 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**MÉDICOS**

*Concede aos Médicos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o artigo 141, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952.*

Decreto n. 37.340 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de maio de 1955.

— Ver, também:

*Medicina.*

**MEDICINA**

*Cria a Comissão de Reorganização da Atividade Médica.*

Decreto n. 37.129 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1955.

**MELHORAMENTOS DE GUARULHOS SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Autoriza Melhoramentos de Guarulhos Sociedade Limitada a pesquisar argila refratária e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.422 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**"MERIDIONAL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Meridional" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 37.158 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a lavrar caulim, feldspato e mica nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.138 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Domingos Tarchi a pesquisar caulim, mica e associados no município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.240 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Hugo de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.325 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alda Batista de Freitas a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.394 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Flausino da Fonseca a pesquisar mica, policrasita e associados no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.439 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Roth a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.442 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Fraga a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.482 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacy Forattini a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.598 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**MILITARES**

*Revoga o parágrafo único do Decreto n.º 22.837, de 17 de junho de 1933, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.128 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1955.

**MINERAÇÃO BONFIM S. A.**

*Renova o Decreto n.º 32.369, de 4 de março de 1953.*

Decreto n. 37.164 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.366, de 4 de março de 1953.*

Decreto n. 37.166 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

**MINERAÇÃO DE CAULIM**

**"BELEM" LTDA.**

*Concede à Mineração de Caulim "Belém" Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.069 — de 22 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

**MINERAÇÃO LAGEADO LTDA.**

*Autoriza a Mineração Lageado Limitada, a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Bocaina do Sul e Cérro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.357 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**MINERAÇÃO LOBATO LTDA.**

*Autoriza Mineração Lobato Limitada a pesquisar itmenita e associados no município de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto n. 37.140 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

**MINERAÇÃO PIRAPORA LTDA.**

*Concede à Mineração Pirapora Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.236 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

**MINERAÇÃO RIO DAS MORTES  
SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Concede à Mineração Rio das Mortes Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.163 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**MINERAÇÃO TIGRE LTDA.**

*Concede à Mineração Tigre Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.425 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

**MINERADORA HELVETIA LTDA.**

*Concede à Mineradora Helvetia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.444 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

**MINERAIS RÁDIO-ATIVOS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Dutra a pesquisar cobre, chumbo, minerais rádio-ativos, cálcio e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.421 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Geraldo Linhares de Azevedo.*

Decreto-legislativo n. 54 — de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Jorge Aurélio Possa.*

Decreto-legislativo n. 56 — 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

— *Torna insubsistente o item V do artigo 1.º do Decreto n.º 37.194, de 18 de abril de 1955.*

Decreto n. 37.544 — de 30 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da 4.ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.838 — de 22 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.870 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital Central de Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.872 — de 27 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.874 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento da Base Aérea de Belo Horizonte do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.876 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Belém do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.922 — de 2 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Santa Cruz do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.940 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.941 — de 8 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo do Parque de Aeronáutica de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.942 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.943 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da Primeira Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.944 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Natal, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.000 — de 10 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.



## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.271 — de 13 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.238 — de 14 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Florianópolis, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.325 — de 17 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.330 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.341 — de 22 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Altera a lotação numérica de repartição do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.382 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Desapropria terreno adjacente à Base Aérea de Salvador — (BA).*

Decreto n. 37.383 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à ampliação do Aeroporto de Fóz do Iguaçu (PR).*

Decreto n. 37.384 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola de Especialistas de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.438 — de 3 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.489 — de 5 de agosto de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.194 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

# MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Retifica o Decreto n.º 37.017, de 10 de março de 1955, na parte que menciona.*

Decreto n. 37.204 — de 22 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Pindamonhagaba (SP).*

Decreto n. 37.284 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Base Aérea de Natal para a da Base Aérea de Fortaleza.*

Decreto n. 37.293 — de 4 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Torna sem efeito o Decreto número 28.013, de 13 de dezembro de 1948, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.294 — de 4 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terreno em Vitória da Conquista (BA).*

Decreto n. 37.328 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro e da Base Aérea do Salvador.*

Decreto n. 37.329 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

# MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Cria Seção do Pessoal Civil no Segundo Grupo de Transporte.*

Decreto n. 37.331 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a colocação hierárquica de Oficiais Especialistas de Aeronáutica no Almanaque do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.464 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que mencionam, em Barbacena (Estado de Minas Gerais).*

Decreto n. 37.526 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

— **Abertura de Crédito**

Ver:

*Crédito Especial.*

— **Ver, também:**

*Aeronáutica.*

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação do Registro Genealógico da Raça Schwyz do Brasil.*

Decreto-legislativo n. 42 — de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francelino Rodrigues de Sousa e sua mulher Francisca Roque de Sousa.*

Decreto-legislativo n. 55 — de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— *Retifica Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Inspetoria Regional em Belém, Estado do Pará, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 37.137 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 31.059, de 30 de junho de 1952.*

Decreto n. 37.230 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de maio de 1955.

— *Torna sem efeito aproveitamento de Servidor, constante das tabelas anexas ao Decreto n.º 28.718, de 7 de outubro de 1950.*

Decreto n. 37.548 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

— **Abertura de Crédito**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

*Dispõe sobre a relotação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 37.217 — de 25 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

Reproduzido no D. O. de 26 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Faculdade de Direito do Ceará, do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 37.332 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

— **Quanto a abertura de créditos, ver:**

*Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.248 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.249 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.250 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.251 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.252 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.253 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.254 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.285 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 4 de maio de 1955.

*Dispõe sobre a execução da Lei número 711, de 25 de maio de 1949.*

Decreto n.º 37.347 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no *D. O.* de 21 de maio de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto n.º 37.431 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no *D. O.* de 21 de junho de 1955.

— **Abertura de Crédito**

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Aprova o contrato celebrado entre a Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra e Otto Johann Robert Berger.*

Decreto-legislativo n.º 52 — de 1955.

Publicado no *D. O.* de 28 de junho de 1955.

— *Aprova minuta de Convênio entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Viação e Obras Públicas para execução, no Nordeste, por Comissões e Unidades Militares de obras rodovias e ferroviárias e contra as secas.*

Decreto n.º 37.148-A — de 5 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 12 de abril de 1955.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Aprova o Regimento da Divisão do Pessoal Civil (D.P.C.) do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 37.159 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 15 de abril de 1955.

— *Retifica Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 37.192 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 23 de abril de 1955.

Retificado no *D. O.* de 27 de abril de 1955.

— *Integra a Comissão de Orçamento do Ministério da Guerra, no Gabinete Ministerial.*

Decreto n.º 37.267 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no *D. O.* de 28 de abril de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Estabelecimento de Material de Intendência da Sétima Região Militar e do Estabelecimento Central de Material de Intendência, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 37.429 — de 6 de junho de 1955.

Publicado no *D. O.* de 8 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, terreno situado no Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Exército Nacional.*

Decreto n.º 37.535 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no *D. O.* de 1 de julho de 1955.

— **Abertura de Crédito**

Ver:

*Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.***MINISTÉRIO DA MARINHA**

— Ver:

*Marinha.***MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES***Cria o Consulado honorário do Brasil em Thorshavn, Dinamarca.*

Decreto n.º 37.337 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal.*

Decreto n.º 37.374 — de 23 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1955.

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.***MINISTÉRIO DA SAÚDE***Dispõe sobre a lotação das repartições de Ministério da Saúde e das outras providências.*

Decreto n.º 37.371 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. (Supl.) de 2 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 8 de junho de 1955.

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Extraordinário.***MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO***Altera o Decreto n.º 33.435, de 31 de julho de 1953.*

Decreto n.º 37.270 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. — de 4 de maio de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Comunidade do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.*

Decreto n.º 37.271 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criada pelo Decreto n.º 23.719, de 7 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 37.411 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.***MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS***Autoriza o Poder Executivo a celebrar, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.501 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1955.

— *Aprova minuta de Convênio entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Viação e Obras Públicas para execução, no Nordeste, por Comissões e Unidades Militares de obras rodovias e ferroviárias e contra as secas.*

Decreto n.º 37.148-A — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

— *Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas, que menciona.*

Decreto n.º 37.215 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 11 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a retificação de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n.º 37.315 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas, que menciona.*

Decreto n.º 37.401 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Retifica a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalista. — Parte Suplementar do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n.º 37.410 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a ceder à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco a Usina Termo Elétrica de Cotegipe e o Parque Elétrico Lauro de Freitas, onde se acha localizada a referida Usina, no subdistrito de Cotegipe, município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 37.500 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**MISANTEL MINERAÇÃO SANTA HELENA LTDA.**

*Concede a Misantel Mineração Santa Helena Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 37.237 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

**MONAZITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Nóbrega de Araújo a pesquisar monazita e associados, no município de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 37.360 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**MONUMENTOS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.500.000,00 para ocorrer às despesas com um monumento a ser oferecido à cidade de Nova York, Estado Unidos da América.*

Lei n.º 2.485 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

**MUNDIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mundial, Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 37.153 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

Reproduzido no D. O. de 12 de maio de 1955.

**MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**

*Altera o Regimento do Museu Nacional de Belas Artes, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 37.526 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 2 de julho de 1955.

**N****NAVEGAÇÃO "COMETA" LTDA.**

*Concede à sociedade Navegação "Cometa" Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.387 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

**NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LAJEADO LIMITADA**

*Concede à Sociedade "Navegação e Comércio Lajeado Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.455 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**NAVEGAÇÃO MERCANTIL S. A. — NAVEM**

*Concede à "Navegação Mercantil S. A. — Navem" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.492 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**NAVEGAÇÃO RIACHUELO LTDA.**

*Concede à sociedade "Navegação Riachuelo Ltda." autorização para funcionar como empresa de cabotagem.*

Decreto n.º 37.454 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**NAVEGAÇÃO SANTISTA LTDA.**

*Concede à sociedade "Navegação Santista Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.458 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

**NAVEGAÇÃO "TESBRI" LTDA.**

*Concede à sociedade Navegação "Tebri" Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.493 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

**NÚCLEO COLONIAL DE CERES**

*Emancipa o Núcleo Colonial de Ceres, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 37.388 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

**O****OBRA SOCIAL REDENTORISTA DE CAMPO GRANDE**

*Dispõe sobre isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, para importação de aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei n.º 2.463 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

**OCRE**

*Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Ostermayer a pesquisar minério de ferro, minério de manganês, bauxita e ocre, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.122 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffyr Ferreira a pesquisar minério de ferro, ocre e associados nos municípios de Belo Horizonte e Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.308 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

# OFICIAL ADMINISTRATIVO

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q. S.)

Decreto n.º 37.250 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q. S.)

Decreto n.º 37.251 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q. S.)

Decreto n.º 37.285 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## ÓLEOS

*Torna extensivo aos óleos e resinas, e demais produtos exportáveis, as medidas existentes na legislação em vigor para as cêras vegetais.*

Decreto n.º 37.415 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

— *Dispõe sobre a unificação dos métodos analíticos físicos, químicos, biológicos e físico-químico aplicados no estudo dos óleos, cêras, tintas e venizes, sub-produtos e derivados.*

Decreto n.º 37.472 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

## ORÇAMENTO

*Institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica.*

Lei n.º 2.391 — de 21 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1955.

# ORDEM MÍSTICA ESPIRITUALISTA AGLA-AVID

*Declara de utilidade pública a Ordem Mística Espiritualista Agla-Avid, com sede nesta Capital Federal.*

Decreto n.º 37.385 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

## ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA

*Torna público o depósito dos instrumentos de adesão, por parte dos Governos da Austria e do Viet Nam, a Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 37.373 — de 20 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

## OURO

*Autoriza o cidadão brasileiro Isaac Marcus Pinto a pesquisar ouro aluvionar e associados no município de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 37.119 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sivert Francisco Bartholdy a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.142 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

— *Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.242 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.195, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.299 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.



## OURO

— *Renova o Decreto n.º 32.196, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.300 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.208, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.302 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.209, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.303 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.307, de 23 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.304 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.210, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n.º 37.354 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.121, de 21 de janeiro de 1953.*

Decreto n.º 37.355 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Araújo Sobrinho a pesquisar diamante, ouro aluvionar e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.443 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## P

## PABLO FERNANDO S. A. COMERCIAL E INDUSTRIAL

*Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.490 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de junho de 1955.

## PARQUE ELÉTRICO LAURO DE FREITAS

*Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a ceder à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco a Usina Termo Elétrica de Cotegipe e o Parque Elétrico Lauro de Freitas, onde se acha localizada a referida Usina, no sub-distrito de Cotegipe, município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 37.500 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, situado em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 37.447 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

## "PÁTRIA" COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da "Pátria" Companhia Brasileira de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 37.214 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

# PAULO BRANDÃO & COMPANHIA

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia.*

Decreto-legislativo n.º 51 — de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

# PEDRAS CORADAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Olavo Costa Galvão a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.120 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Autoriza a cidadã brasileira Alda Batista de Freitas a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.394 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Fausto Miglio a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.417 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Alves Soares a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.480 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Alves Soares a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.481 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

# PEDRAS CORADAS

*— Autoriza o cidadão brasileiro Jacy Forattini a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.508 — de 17 de junho

Publicado no D. O. de 22 de junho

# PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Abraham Konin a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.057 — de 18 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

*— Revoga o Decreto n.º 1.803, de 14 de junho de 1937.*

Decreto n.º 37.180 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

*— Autoriza Edmundo Pereira Bastos a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.183 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1955.

*— Autoriza Camilo de Lima a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.219 — de 26 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1955.

*— Autoriza Eduardo Araújo a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.220 — de 26 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

*Autoriza Raul Alves de Sousa a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.286 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Claudionor Ferreira de Figueiredo a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.319 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

**PENSÕES**

— *Assegura reversão da pensão concedida as filhas de Clotilde do Vale Ferreira.*

Lei n.º 2.460 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 1.639, de 12 de maio de 1939, que autorizou Antônio Oliveira Campos a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.348 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

— *Autoriza Luiz Gomes Filho a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.350 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

— *Autoriza José Francisco Durante a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.351 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

— *Autoriza Arpad Szuecs a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 37.352 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

**PENSÕES**

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pescador José Maurílio.*

Lei n.º 2.449 — de 6 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de abril de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carolina de Marinho Amora, viúva do engenheiro João de Araújo Amora.*

Lei n.º 2.459 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

**PENSÕES**

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 500,00 mensais a Aurora Filiza Brantes, viúva de Cornelio Brantes Filho, ex-coletor federal aposentado.*

Lei n.º 2.464 — de 25 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de abril de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais à cantora lírica Helena Nóbrega.*

Lei n.º 2.472 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Dispõe sobre o amparo à família de guardas-civis aposentados antes de 1.º de março de 1932.*

Lei n.º 2.478 — de 6 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao veterano de Canudos, Estevão Alves da Silva.*

Lei n.º 2.503 — de 10 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de junho de 1955.

**PODER JUDICIÁRIO**

— *Altera os valores dos símbolos referentes aos vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas das Secretarias e Serviços Auxiliares dos Órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.488 — de 16 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

**— Abertura de Crédito**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

**POLÍCIA MARÍTIMA, AÉREA E DE FRONTEIRA**

— *Dispõe sobre a polícia marítima, aérea e de fronteiras.*

Lei n.º 2.492 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de maio de 1955.

## POLÍCIA MILITAR

*Dá nova redação ao § 5.º do artigo 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.363, de 19 de março de 1951.*

Decreto n.º 37.375 — de 23 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

## PORTOS

*Revoga o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1938, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934.*

Lei n. 2.481 — de 12 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terrenos e benfeitorias necessárias à construção da estrada de acesso ao Porto de Mucuripe, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 37.132 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terreno necessária à instalação de um serviço de abastecimento de água aos navios que atracam no porto de Cabedelo, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 37.436 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1955.

## POUSADA & COMPANHIA LIMITADA

*Concede à sociedade "Pousada & Companhia Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.460 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## PREFEITURAS

*Concede isenção de imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.454 — de 20 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de abril de 1955.

*— Concede à Prefeitura de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos e mais taxas aduaneiras, exceto as de previdência social, para importação de material destinado ao Serviço de abastecimento de água daquela cidade.*

Lei n. 2.458 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de abril de 1955.

*— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimorés, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.461 — de 22 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1955.

*— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um conjunto "Struever-Deutz", adquirido na Alemanha pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.474 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 3 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de maio de 1955.

*— Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importadas pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.482 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

## PREFEITURAS

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Balisa concessão para distribuição de energia elétrica no distrito de Ibotim.*

Decreto n. 31.904 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para o aproveitamento da queda d'água denominada Furnas, existente no rio do mesmo nome, município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 34.383 — de 27 de outubro de 1953.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Buenópolis concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Buriti existente no ribeirão Buriti dos Almeida, município de Buenópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.129 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica da Prefeitura Municipal de Corrego d'Anta, na sede do Município, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.154 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 36.764 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Reginópolis, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 36.767 — de 11 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1955.

## PREFEITURAS

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Triunfo, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo daquela Prefeitura.*

Decreto n. 37.089 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Pará de Minas concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no distrito de Igaratinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.091 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Transfere da Empresa Força e Luz, de Morrinhos para a Prefeitura Municipal de Morrinhos a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Morrinhos, Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.199 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Concede licença ao Presidente da República para ausentar-se do País.*

Decreto-legislativo n. 20 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1955.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Aprova o Regulamento da Comunidade do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.*

Decreto n. 37.271 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

**PRODUÇÃO - SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS PRIMAS LIMITADA**

Renova o Decreto n.º 32.560, de 9 de abril de 1953.

Decreto n. 37.439 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**PROGRAMA AMPLIADO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, destinado a ocorrer ao pagamento de contribuição do Brasil para o Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas.*

Lei n. 2.437 — de 13 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

**PROTOCOLOS**

*Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, em Lake Success, Nova York, e firmado pelo Brasil em 17 de março de 1948.*

Decreto n. 37.176 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

Retificado no D. O. d 27 de abril de 1955.

**PROTÓCOLOS**

*— Torna público haver o Viet-Nam aderido à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmados em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo da Convenção, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 37.236 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

Q

**QUARTZITO**

*Torna sem efeito o Decreto número 35.877, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n. 37.117 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

*— Autoriza a Industrial São Tomé Limitada a pesquisar quartzito sericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.169 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Mário Beghini a pesquisar quartzito, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.246 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Nabil Nadur a lavar quartzito no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.420 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**QUARTZITO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ramos dos Reis a lavar quartzito, no município de Jacareí, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.484 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de junho de 1955.

**QUARTZO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Olavo Costa Galvão a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.120 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Teixeira Abrantes a pesquisar quartzo e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.121 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ayrton de Oliveira a pesquisar quartzo, turmalina, xisto e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.126 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Siverth Francisco Bartholdy a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.142 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

**QUARTZO**

— *Renova o Decreto n.º 32.555, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.233 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Claudionor Ferreira de Figueiredo a pesquisar quartzo, e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.319 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Martins Ramos e Francisco da Silva Neiva a pesquisar quartzo e associados no município de Xique-Xique, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.358 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Luiz Barcellos a pesquisar quartzo no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.393 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fausto Miglio a pesquisar quartzo e pedras coradas, no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.417 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 31.112, de 10 de julho de 1952.*

Decreto n. 37.446 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Alves Soares a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.480 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *utoriza o cidadão brasileiro José Alves Soares a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.481 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de manganês, ferro e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.483 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gonçalves Souza a pesquisar quartzo e associados, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.505 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## "QUEM DEU ASAS AO HOMEM"

*Determina a tradução e impressão, nos idiomas francês e inglês, do livro "Quem deu Asas ao Homem", de autoria de Henrique Dumont Villares.*

Lei n. 2.511 — de 22 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1955.

## R

### RÁDIO ANHANGUERA DIFUSORA E TELEVISORA S. A.

*Outorga concessão à Rádio Anhanguera e Televisora S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.338 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Anhanguera Difusora e Televisora S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 37.339 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

### RÁDIO ANITA GARIBALDI LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Anita Garibaldi Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.336 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

### RÁDIO CLUBE DO PIAUÍ LTDA.

*Anula a concessão outorgada à Rádio Clube do Piauí Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.368 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

### RÁDIO DIÁRIO DA MANHÃ LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Diário da Manhã Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.471 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.



**RÁDIO ITATIAIA LTDA.**

*Outorga concessão à Rádio Itatiaia Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.752 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1955.

**RADIODIFUSÃO**

*Altera o Decreto n.º 31.448, de 12 de setembro de 1952.*

Decreto n. 34.956 — de 19 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

*— Prorroga os prazos estabelecidos nos Decretos ns. 35.229 e 35.905, respectivamente, de 22 de março e 27 de julho de 1954.*

Decreto n. 36.723 — de 3 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Itatiaia Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.752 — de 7 de janeiro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1955.

*— Altera o Decreto n.º 31.059, de 30 de junho de 1952.*

Decreto n. 37.230 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de maio de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Anita Garibaldi Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.336 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1955.

**RADIODIFUSÃO**

*— Outorga concessão à Rádio Anhanguera Difusora e Televisora S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.338 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de junho de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Anhanguera Difusora e Televisora S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 37.339 — de 13 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

*— Anula a concessão outorgada à Rádio Clube do Piauí Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.363 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Diário da Manhã Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.471 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

**RÁDIO-TELEFONIA**

*Prorroga a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira (Radiobras) para executar serviço radiotelefônico público internacional e público restrito internacional.*

Decreto n. 37.369 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

*— Outorga concessão à Sociedade Radiotelefônica Oeste Limitada para executar serviço radiotelefônico público interior, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.408 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

## REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

*Cria a Comissão Especial de Organização da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.*

Decreto n. 37.131 — de 4 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

## REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

*Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à instalação de uma caixa de água para abastecimento de suas locomotivas, no município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.317 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

## REDE NACIONAL DE ARMAZÉNS E SILOS

*Cria a Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 37.514 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## REGIMENTOS

*Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.152 — de 7 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1955.

*Aprova o Regimento da Divisão do Pessoal Civil (D.P.C.) do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 37.159 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

## REGIMENTOS

*Altera o art. 3.º do Decreto número 29.118, de 10-1-51, que aprovou o Regimento Interno, do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto n. 37.177 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

*Altera dispositivo do Decreto número 12.571, de 15 de junho de 1943, que dispõe sobre o Regimento padrão das Tesourarias.*

Decreto n. 37.179 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

*Aprova o Regimento do Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 37.234 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

*Revoga dispositivos do Decreto n.º 35.912, de 28 de julho de 1954, que dispõe sobre o Regimento da Caixa de Amortização, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.432 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

*Altera o Regimento do Museu Nacional de Belas Artes, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 37.536 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 2 de julho de 1955.

## REGULAMENTOS

*Revoga o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1938, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934.*

Lei n. 2.481 — de 12 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.003 — de 8 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 13 de abril de 1955.

— *Aprova o regulamento para a execução do serviço de distribuição de correspondência postal e telegráfica.*

Decreto n. 37.042 — de 16 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de abril de 1955.

— *Substituições temporárias do Chefe do Departamento Técnico e de Produção do Exército.*

Decreto n. 37.190 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 37.191 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Eletrônica da Marinha.*

Decreto n. 37.223 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

— *Altera o Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.*

Decreto n. 37.263 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Comunidade do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.*

Decreto n. 37.271 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Introduz alterações no texto do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.124, de 12 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.312 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 39, do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 37.313 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Dá nova redação para a letra a, art. 98, do Regulamento para as Escolas Preparatórias.*

Decreto n. 37.314 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Dá nova redação ao inciso c do art. 12 do Decreto n.º 33.100, de 22 de junho de 1953, que aprovou o regulamento para fiscalização do comércio de adubos corretivos e outros fertilizantes destinados à agricultura.*

Decreto n. 37.318 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1955.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 33.652, de 25 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.370 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dá nova redação ao § 5.º do artigo 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 29.363, de 19 de março de 1951.*

Decreto n. 37.375 — de 23 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Modifica o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 37.427 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1955.

— *Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

Decreto n. 37.463 — de 10 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n. 37.467 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Diretoria de Eletrônica da Marinha.*

Decreto n. 37.468 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para Seleção de Oficiais Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n. 37.522 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.523 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 37.524 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Altera a redação do art. 6.º e seu parágrafo único e do § 1.º do artigo 7.º do Regulamento aprovado, pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.*

Decreto n. 37.534 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

— *Altera o Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.543 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval.*

Decreto n. 37.558 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

## REPRESSÃO DO TRAFICO DE MULHERES E CRIANÇAS

*Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, em Lake Success, Nova York, e firmado pelo Brasil em 17 de março de 1948.*

Decreto n. 37.176 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 27 de abril de 1955.

## RESINAS

*Torna extensivo aos óleos e resinas, e demais produtos exportáveis, as medidas existentes na legislação em vigor para as ceras vegetais.*

Decreto n. 37.415 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de junho de 1955.

## S

**SALÁRIO**

*Dispõe sobre a cláusula de assiduidade ou frequência para aumento de salário.*

Lei n. 2.510 — de 20 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de junho de 1955.

**SALÁRIO MÍNIMO**

*Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 37.274 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

**SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR**

*Torna público que os Governos de quatro países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 37.175 — de 15 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de abril de 1955.

**SCHEELITA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Sinval Duarte Pereira, Antonio Koepfer e Moacyr Duarte Pereira a lavar scheelita e associados no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.244 — de 27 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

**SEGURO AGRÁRIO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário do trigo.*

Decreto n. 37.272 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

**SEGURO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário de café.*

Decreto n. 37.449 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1955.

**SELOS POSTAIS**

*Autoriza o Poder Executivo a emitir uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da chegada dos Irmãos Maristas ao norte do país.*

Lei n. 2.475 — de 28 de abril de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de maio de 1955.

**SERPENTINITA**

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem - "CIMIMAR" a lavar talco, dolomita, serpentinita e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.124 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR E DE URGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Dispõe sobre a publicidade dos atos expedidos ou praticados pelas administrações das instituições que mencionam.*

Decreto n. 37.196 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de abril de 1955.

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Dispõe sobre a publicidade dos atos expedidos ou praticados pelas administrações das instituições que mencionam.*

Decreto n. 37.196 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de abril de 1955.

# SERVIÇO MÉDICO HOSPITALAR

*Fixa o limite das despesas gerais e com o serviço médico-hospitalar do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.*

Decreto n. 37.133 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

# SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE

*Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.152 — de 7 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1955.

# SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

*Concede aos Médicos do Serviço Público Federal e das Autarquias gratificação especial de que trata o artigo 141, item VI, da Lei n.º 1.711, de 1952.*

Decreto n. 37.340 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de maio de 1955.

# SÍMBOLOS E PADRÕES DE VENCIMENTOS

*Altera os valores dos símbolos referentes aos vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas das Secretarias e Serviços Auxiliares dos Órgãos do Poder Judiciário, e dá outras providências.*

Lei n. 2.488 — de 16 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de maio de 1955.

# SITALCO - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TALCO LTDA.

*Outorga à "Sitalco" - Sociedade Industrial de Talco Limitada, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda Santo Onofre, no riacho de Cavas, Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.062 — de 21 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1955.

# SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO

*Declara de utilidade pública duas áreas de terra necessárias à realização das obras do aproveitamento de energia hidráulica, no rio Mogi-Guaçu, município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro, pelo Decreto n.º 26.434, de 9 de março de 1949, e autoriza a concessionária a promover a desapropriação das referidas áreas de terra.*

Decreto n. 37.403 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1955.

# SOCIEDADE ANÔNIMA "CITY OF SAN PAULO IMPROVEMENTS AND FREEHOLD LAND COMPANY, LIMITED

*Concede à Sociedade Anônima "City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company, Limiter", autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.289 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1955.

# SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CAGOTAGEM - "CIMIMAR"

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem - "CIMIMAR", a lavrar talco, dolomita, serpentinita e associados no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.124 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "CIMIMAR" a lavrar caulim no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.356 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM - "CIMEMAR"**

— Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimemar" a pesquisar calcário e associados no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 37.323 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO MANUEL LUIS DIAS LTDA.**

*Concede à Sociedade de Mineração e Beneficiamento Manoel Luis Dias Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.139 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1955.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO PITANGUI LTDA. - "SOMPIT"**

*Renova o Decreto n.º 31.861, de 27 de novembro de 1952.*

Decreto n. 37.165 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA FOSTER WHEELER INTERNATIONAL CORPORATION**

*Concede à Sociedade Anônima "Foster Wheeler International Corporation" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.343 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 3 de junho de 1955.

**SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS GERAIS "A UNIVERSAL"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sociedade Mútua de Seguros Gerais "A Universal".*

Decreto n. 37.154 — de 12 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1955.

**SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**

*Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Horto Frutícola da Penha, e dá outras providências.*

Lei n. 2.504 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

**SOCIEDADE RADIOTELEFÔNICA OESTE LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Radiotelefônica Oeste Limitada para executar serviço radiotelefônico público interior, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.408 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1955.

**SOCIÉTÉ SUCRIÈRE DE RIO BRANCO**

*Concede à sociedade anônima "Société Sucrière de Rio Branco" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.913 — de 15 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1955.

**SOLÚ - CIA. PADUANA DE ÁGUAS MINERAIS**

*Concede à Solú - Cia. Paduana de Águas Minerais autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.162 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

**SUCENA TEIXEIRA IMOBILIARIA  
E CONSTRUTORA S. A.**

*Retifica o Decreto nº 36.590, de 8 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 27.118 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1955.

**SUPRESSÃO DE CARGOS**

— Ver:

*Os nomes dos cargos suprimidos.*

**T**

**TABELAS**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), do Quartel General da Quarta Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.838 — de 22 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.870 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), do Hospital Central de Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.872 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

**TABELAS**

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), do Hospital de Aeronáutica do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.874 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1953.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Belo Horizonte do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.876 — de 27 de maio de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), da Base Aérea de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.922 — de 2 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), da Base Aérea de Santa Cruz do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.940 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei nº 1.765, de 1952), da Escola de Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 32.941 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.



## TABELAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Núcleo do Parque de Aeronáutica de Belém, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.942 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.943 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Quartel General da Primeira Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 32.944 — de 3 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea de Natal, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.000 — de 10 de junho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Base Aérea do Recife, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.271 — de 13 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

## TABELAS

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Saúde da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.288 — de 14 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Destacamento de Base Aérea de Florianópolis, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 33.325 — de 17 de julho de 1953.

Retificado no D. O. de 21 de maio de 1955.

— Retifica Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.192 — de 18 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 27 de abril de 1955.

— Altera as Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 36.711, de 31 de dezembro de 1954.

Decreto n. 37.111 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1955.

— Retifica Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Inspetoria Regional em Belém, Estado do Pará, da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 37.137 — de 5 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

# TABELAS

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.194 — de 13 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1955.

— *Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas, que menciona.*

Decreto n. 37.215 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1955.

Retificado nos D. O. de 11 e 28 de maio de 1955.

— *Altera o Decreto n. 33.435, de 31 de julho de 1953.*

Decreto n. 37.270 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Comunidade do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.*

Decreto n. 37.271 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Base Aérea de Natal para a da Base Aérea de Fortaleza.*

Decreto n. 37.283 — de 4 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a retificação de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 37.315 — de 10 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

# TABELAS

— *Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro e da Base Aérea do Salvador.*

Decreto n. 37.329 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952) da Faculdade de Direito do Ceará, do Ministério da Educação e Cultura e das outras providências.*

Decreto n. 37.332 — de 12 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1955.

— *Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de extranumerários-mensalistas do Ministério da Viação e Obras Públicas, que menciona.*

Decreto n. 37.401 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1955.

— *Retifica a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista — Parte Suplementar do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 37.410 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criada pelo Decreto n. 28.719, de 7 de outubro de 1950.*

Decreto n. 37.411 — de 31 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1955.

**TABELAS**

— Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Estabelecimento de Material de Intendência da Sétima Região Militar e do Estabelecimento Central de Material de Intendência, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 37.429 — de 6 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1955.

— Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954.

Decreto n.º 37.431 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas da Diretoria do Pessoal da Marinha e da Diretoria de Intendência da Marinha do Ministério da Marinha.

Decreto n.º 37.469 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1955.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-mensalistas (Art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.

Decreto n.º 37.525 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

— Torna insubsistente o item V do art. 1.º do Decreto n.º 37.194, de 18 de abril de 1955.

Decreto n.º 37.544 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1955.

— Torna sem efeito aproveitamento de Servidor, constante das tabelas anexas ao Decreto n.º 28.718, de 7 de outubro de 1950.

Decreto n.º 37.548 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

**TALCO**

Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem — "CIMINAR" a lavrar talco, dolomita, serpentinita e associados no município de Castro Estado do Paraná.

Decreto n.º 37.124 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1955.

— Renova o Decreto n.º 32.124, de 21 de janeiro de 1953.

Decreto n.º 37.296 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— Renova o Decreto n.º 32.260, de 4 de fevereiro de 1953.

Decreto n.º 37.297 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldo a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n.º 37.509 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**TANTALITA**

Renova o Decreto n.º 32.195, de 4 de fevereiro de 1953.

Decreto n.º 37.299 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1955.

**TARIFAS ADUANEIRAS**

Torna público haver o Viet-Nam aderido à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmados em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo da Convenção, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.

Decreto n.º 37.206 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

## TELECOMUNICAÇÕES

*Promulga a Convenção Interamericana de Telecomunicações e o Regulamento Interno das Conferências Interamericanas anexo à mesma Convenção, firmados por ocasião da III Conferência Interamericana de Radiocomunicações, no Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1945, entre o Brasil e diversos países.*

Decreto n.º 37.428 — de 3 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## TERRENOS DE MARINHA

— Ver:

*Aforamento.*

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Território Federal do Rio Branco.*

Lei n.º 2.425 — de 27 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (Art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.*

Decreto n.º 37.525 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1955.

## TESOURARIAS

*Altera dispositivo do Decreto número 12.571, de 15 de junho de 1943, que dispõe sobre o Regimento padrão das Tesourarias.*

Decreto n.º 37.179 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de abril de 1955.

## TESOUREIRO

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Lei n.º 2.502 — de 4 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de junho de 1955.

## TESOUREIRO

— *Dispõe sobre a aplicação, no que couber, da Lei n.º 2.183, de 3 de março de 1954, às autarquias.*

Decreto n.º 37.537 — de 27 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 37.381 — de 24 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1955.

## THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON

*Aprova aumento de capital de "The First National Bank of Boston" destinado às suas operações no Brasil.*

Decreto n.º 37.470 — de 13 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## THE RIO DE JANEIRO FLOUR MILLS AND GRANARIES LTD.

*Autoriza firma comercial estrangeira a adquirir os direitos preferenciais ao aforamento do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.261 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

— *Autoriza firma comercial estrangeira a adquirir o direito à confirmação do aforamento do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 37.262 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1955.

**TINTAS**

*Dispõe sobre a unificação dos métodos analíticos físicos, químicos, biológicos e físico-químico aplicados no estudo dos óleos, ceras, tintas e vernizes, sub-produtos e derivados.*

Decreto n.º 37.472 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**TRABALHO MARÍTIMO**

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Argentina, da Convenção relativa à idade mínima no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua XXII Sessão.*

Decreto n.º 37.397 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1955.

**TRANSBRASIL NAVEGAÇÃO LIMITADA**

*Concede à sociedade "Transbrasil Navegação Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 37.459 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**TRIBUNAL DE CONTAS**

*Altera os valores dos símbolos referentes aos padrões dos cargos em comissão e às funções gratificadas no Tribunal de Contas, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.429 — de 21 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1955.

— *Abre ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 3.085.230,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 37.515 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL**

— *Abertura de crédito:*  
*Ver:*

*Crédito Especial.*

**TRIGO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário do trigo.*

Decreto n.º 37.272 — de 28 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1955.

**TURMALINA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Ayrton de Oliveira a pesquisar quartzo, turmalina, xisto e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 37.126 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

**U****UNIÃO FEDERAL**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Araguari.*

Decreto n.º 37.209 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1955.

**UNIÃO POSTAL-TELEGRÁFICA DO CEARÁ**

*Estende à União Postal-Telegráfica do Ceará os benefícios da Lei número 1.134, de 14 de junho de 1950.*

Lei n.º 2.420 — de 6 de maio de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de maio de 1955.

**UNIVERSIDADES**

*Dispõe sobre a Universidade Rural de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.470 — de 23 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1955.

## UNIVERSIDADES

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Ceará.*

Decreto n.º 37.149 — de 7 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de abril de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 26.111.410,00, para atender as despesas com o pagamento de abono de emergência e de salário-família do pessoal do Quadro Especial da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 37.174 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1955.

## USINA TERMO ELÉTRICA DE COTEGIPE

*Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a ceder à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco a Usina Termo Elétrica de Cotegipe e o Parque Elétrico Lauro de Freitas, onde se acha localizada a referida Usina, no sub-distrito de Cotegipe, município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 37.500 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## V

## VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

*Altera o orçamento e programa de emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n.º 37.395 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1955.

## VERNIZES

*Dispõe sobre a unificação dos métodos analíticos físicos, químicos, biológicos e físico-químico aplicados no estudo dos óleos, ceras, tintas e vernizes, sub-produtos e derivados.*

Decreto n.º 37.472 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

## VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

*Revoga o Decreto n.º 33.565, de 17 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 37.387 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1955.

## VICE-CONSULADOS

*Eleva à categoria de Consulado o Vice-Consulado honorário do Brasil em Búlbao.*

Decreto n.º 37.469 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1955.

## W

## WOLFRAMITA

*Renova o Decreto n.º 32.560, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n.º 37.489 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.

## X

## XISTO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Ayrton de Oliveira a pesquisar quartzo, turmalina, xisto e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 37.123 — de 1 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1955.

**Z****ZINCO**

*Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.501 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

*— Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.502 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

**ZINCO**

*— Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.503 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1955.

*— Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minério de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.504 — de 17 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1955.









**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME V

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

- O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL divulga, em separata, tôdas as leis de interêsse geral.
- Prefira, pela sua atualidade, as edições do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1  
Agência I: Ministério da Fazenda  
Agência II: Pretório



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME V

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 80,00

*Imprensa Nacional*

11-6-56 / 56 / 384

# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1955

	Págs.		Págs.
57 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dorothy Norton Pond. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	3	61 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	4
58 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Moraes Rêgo S. A. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	3	62 — Decreto Legislativo de 1953 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Oliver Waldemar Martins. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	4
59 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	4	63 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	5
60 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	4	64 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Rio Grande do Norte e a firma Engenharia Comércio e Indústria Ltda. Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955 .....	5
		65 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de	

	Págs.		Págs.
Teonila de Oliveira Neves, Edina Inã de Oliveira Vaz e Clélia Inayã de Oliveira Lobo. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	5	73 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Mantém a de- cisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao con- trato celebrado entre o Minis- tério da Saúde e o Estado do Pará. Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	8
66 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato celebrado entre o Depar- tamento dos Correios e Telé- grafos e a Empresa América de Construções Sociedade Anô- nima. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	6	74 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Mantém a de- cisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao tér- mo do acôrdo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	9
67 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Mantém o ato do Tribunal de Contas deneg- atório do registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Campos. Publica- do no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	6	75 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Siébra e sua mulher Maria Adriana Mo- reira. Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	9
68 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato celebrado entre o Depar- tamento dos Correios e Telé- grafos e A. Martins Mendes & Cia. Ltda. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955	6	76 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o tér- mo do contrato celebrado en- tre o Ministério da Agricul- tura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira. Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955 .....	10
69 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato celebrado entre o Minis- tério da Educação e Cultura e a firma Serviços Técnicos S. A. — Instituto de Orga- nização Racional e Contrôlo. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	7	77 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Mantém a de- cisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao con- trato celebrado entre o Govêr- no da União e o Estado da Bahia. Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955 .....	10
70 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Concede anis- tia aos participantes do con- flito ocorrido na "Tribuna Popular". Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	7	78 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato celebrado entre o Depar- tamento dos Correios e Telé- grafos e a firma Santos & Cruz. Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955 .....	10
71 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o con- trato celebrado entre o Minis- tério da Viação e Obras Pú- blicas e a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada. Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	8	79 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o tér- mo do contrato celebrado en- tre o Departamento dos Cor- reios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão e Cia. Ltda. Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955 .....	11
72 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o tér- mo de contrato celebrado entre o Departamento dos Cor- reios e Telégrafos e a firma Construtora Beta. Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955	8		

Págs.		Págs.
80	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	11
81	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo de contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Leonel Alves de Carvalho, sua mulher e outros. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	12
82	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	12
83	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	12
84	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	13
85	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	13
86	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de agosto de 1955 .....	14
87	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e João Martins	
	do Rêgo. Publicado no <i>D. O.</i> de 25 de agosto de 1955 .....	14
88	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe. Publicado no <i>D. O.</i> de 25 de agosto de 1955 .....	14
89	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe. Publicado no <i>D. O.</i> de 25 de agosto de 1955 .....	15
90	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1955 .....	15
91	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda. Publicado no <i>D. O.</i> de 25 de agosto de 1955 .....	15
92	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda. Publicado no <i>D. O.</i> de 26 de agosto de 1955 .....	16
93	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Brandão & Cia. Ltda. Publicado no <i>D. O.</i> de 26 de agosto de 1955 .....	16
94	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da União e Clodoaldo de Oliveira Carvalho. Publicado no <i>D. O.</i> de 26 de agosto de 1955 .....	16
95	— Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o tér-	



	Págs.		Págs.
mo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência. Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955 .....	17	brado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	20
96 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda. Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955 .....	17	104 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	20
97 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o termo de contrato, celebrado entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira. Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955 .....	17	105 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a Cia. Federal de Eletricidade. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	21
98 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A. Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955 .....	18	106 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Brasileira de Construções S. A. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	21
99 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951. Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955 .....	18	107 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres a 10 de junho de 1948. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	21
100 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o termo de acordo celebrado entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955 .....	19	2.515 — Lei de 1 de julho de 1955 — Justiça — Fazenda — Autoriza a concessão do auxílio de Cr\$ 20.000.000,00 anuais às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro. Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	22
101 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	19	2.516 — Lei de 1 de julho de 1955 — Agricultura — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 43.966,70, para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas ao professor catedrático, padrão "O", Leon Monteiro Wilwerth. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 .....	22
102 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a I. B. M. World Trade Corporation. Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955 .....	19	2.517 — Lei de 1 de julho de 1955 — Agricultura — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.688,00, para	
103 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova, com o aditamento, o contrato cele-			

	Págs.		Págs.
ocorrer ao pagamento de que trata a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, a Edmundo Bruzzi, médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 ..	22	João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	25
2.518 — Lei de 1 de julho de 1955 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 215.791,90, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério. Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955 ..	23	2.523 — Lei de 2 de julho de 1955 — Marinha — Viação — Fazenda — Revoga o art. 20 da lei n.º 420, de 10 de abril de 1937. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 .....	26
2.519 — Lei de 1 de julho de 1955 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	24	2.524 — Lei de 4 de julho de 1955 — Agricultura — Federa liza a Universidade Rural de Pernambuco. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 ....	26
2.520 — Lei de 1 de julho de 1955 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 91.512,60, para pagamento da gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	24	2.525 — Lei de 4 de julho de 1955 — Viação — Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 .....	26
2.521 — Lei de 1 de julho de 1955 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 301.460,30, destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas. Publicada no D. O. de 3 de julho de 1955 .....	25	2.526 — Lei de 5 de julho de 1955 — Exterior — Isenta do visto consular os turistas, cidadãos de países americanos. Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955 .....	27
2.522 — Lei de 1 de julho de 1955 — Educação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São		2.527 — Lei de 5 de julho de 1955 — Fazenda — Reverte em favor de Coralina Cardoso de Toledo, única filha do Tenente João Gomes de Cardoso, a pensão de meio sôlido deixada à sua viúva Elisa Wismann Cardoso. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	27
		2.528 — Lei de 5 de julho de 1955 — Fazenda — Altera o item 4.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	27
		2.529 — Lei de 5 de julho de 1955 — Agricultura — Fazenda — Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955 .....	28

	Págs.		Págs.
2.530 — Lei de 5 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de imposto de consumo para uma custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955 .....	28	art. 16 do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Regula a movimentação dos Quadros). Publicada no D. O. de 15 de julho de 1955 .....	30
2.531 — Lei de 5 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação, de consumo e taxas aduaneiras para oito sinos e respectivos acessórios, importados pela Paróquia S. Carlos Borromeu. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	28	2.537 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Júri e a 26.ª Vara Criminal e dá outras providências. Publicada no D. O. de 16 de julho de 1955 .....	30
2.532 — Lei de 5 de julho de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul com a importância de Cr\$ 30.000.000,00, para obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	29	2.538 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de todos os tributos para material destinado à Igreja Nossa Senhora do Brasil. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955 .....	31
2.533 — Lei de 6 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais a Maria de Lourdes Mello da Silva Lima, viúva do engenheiro Reynaldo Soares da Silva Lima, ex-chefe do 4.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955 .....	29	2.539 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para um órgão destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de São Paulo. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955 .....	32
2.534 — Lei de 6 de julho de 1955 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para atender às despesas com a contribuição do Brasil à Universidade Internacional de Estudos Sociais. Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955 .....	29	2.540 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento da subvenção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955 .....	32
2.535 — Lei de 7 de julho de 1955 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Poder Executivo a assinar o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para execução do seu Plano Geral de Eletrificação. Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955 .....	30	2.541 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Saúde, em favor do Estado do Pará, o crédito extraordinário de .. Cr\$ 3.000.000,00, para combater a epidemia desintérica bacilar em Belém, capital do mesmo Estado. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955 .....	32
2.536 — Lei de 8 de julho de 1955 — <i>Guerra</i> — Modifica o		2.542 — Lei de 13 de julho de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Cr\$ 575.790,40, destinado ao pagamento de aluguéis devi-	

Págs.	Págs.
dos ao Clube de Engenharia. Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955 .....	33
2.543 — Lei de 14 de julho de 1955 — <i>Viação</i> — Dispõe sô- bre a Rede Ferroviária do Nordeste, e dá outras provi- dências — Publicada no <i>Diá- rio Oficial</i> de 19 de julho de 1955 .....	33
2.544 — Lei de 15 de julho de 1955 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guer- ra, o crédito especial de Cr\$ 178.508,80, para ocorrer ao pa- gamento à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro de despesas com o arrendamento do armazem externo "H". — Publicada no D.O. de 22 de julho de 1955 .....	37
2.545 — Lei de 16 de junho de 1955 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Tra- balho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.483.500,00 para atender ao pagamento de salários de ex- tranumerários tarefeiros. — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1955 .....	37
2.546 — Lei de 16 de julho de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sôbre dívidas provenientes de servi- ços prestados. — Publicada no D.O. de 26 de julho de 1955 .....	37
2.547 — Lei de 20 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Câma- ra dos Deputados e Senado Federal — os créditos espe- cial de Cr\$ 5.599.155,30 e su- plementar de Cr\$ 7.488.450,00 para o fim que especifica. — Publicada no D.O. de 22 de julho de 1955 .....	38
2.548 — Lei de 22 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Fixa em Cr\$ 3,00 por pessoa a entrada no Cais do Pôrto do Rio de Janeiro. — Publicada no D.O. de 29 de julho de 1955 .....	38
2.549 — Lei de 22 de julho de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, des- tinado ao Serviço do Patri- mônio Histórico e Artístico Nacional, para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Es- tado de Mato Grosso. — Pu- blicada no D.O. de 28 de ju- lho de 1955 .....	39
2.550 — Lei de 25 de julho de 1955 — <i>Justiça</i> — Altera dis- positivos do Código Eleitoral e dá outras providências. — Pu- blicada no D.O. de 28 de ju- lho de 1955. Retificado no D.O. de 8 de agosto de 1955 .....	39
2.551 — Lei de 26 de julho de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de impostos e taxas aduaneyras para quatro caixas contendo objetos religiosos doados pelos Franciscanos de Milão ao Convento de São Francisco, em São Paulo. — Publicada no D.O. de 1 de agosto de 1955 .....	52
2.552 — Lei de 3 de agosto de 1955 — <i>Guerra</i> — Fixa a com- posição da Reserva do Exér- cito. — Publicada no D.O. de 11 de agosto de 1955 .....	53
2.553 — Lei de 3 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricul- tura</i> — Proíbe a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré, em bruto. — Publicada no D.O. de 11 de agosto de 1955 .....	53
2.554 — Lei de 3 de agosto de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o ter- reno em que foi edificado o Silogeu; a abrir, pelo Minis- tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 8.000.000,00 para auxiliar a construção da "futura sede do mesmo Instituto; e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 8 de agosto de 1955 .....	54

	Págs.		Págs.
2.555 — Lei de 6 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de tributos para material adquirido e importado da Itália pela Legião de S. Paulo Pro-Catedral e destinado à construção da nova catedral da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome. — Publicada no D.O. de 10 de agosto de 1955 .....	54	Abrasivos Salto Ltda. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1955 .....	58
2.556 — Lei de 6 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Trabalho</i> — Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção. — Publicada no D.O. de 12 de agosto de 1955 .....	55	2.561 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para um carrilhão automático destinado à Igreja Matriz de N. S. do Sagrado Coração, em Vila Formosa, na Capital do Estado de São Paulo. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 .....	58
2.557 — Lei de 10 de agosto de 1955 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 621.550,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de diárias a médicos civis que integraram Juntas Militares de Saúde. Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1955 .....	55	2.562 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ .... 2.000,00 mensais ao pintor Hélio Aristides Seelinger. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 .....	59
2.558 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial, de Cr\$ 814.480,00 para pagamento de honorários a professores do Colégio Pedro II — Externato. — Publicada no D.O. de 18 de agosto de 1955 .....	56	2.563 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 8.506,90 para pagamento de contribuições de empregados e empregadores devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 .....	59
2.559 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Concede a inclusão da Escola Superior de Química do Paraná entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00, de acordo com o disposto no artigo 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 .....	58	2.564 — Lei de 12 de agosto de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Pires do Rio, Estado de Goiás. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 .....	59
2.560 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para equipamento importado pela firma Eletro Metalúrgica		2.565 — Lei de 12 de agosto de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.671,70 para ocorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao ex-enfermeiro Odysséa Brito Mangueira. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 ....	60
		2.566 — Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$	

Págs.		Págs.
	175.384,80 para regularização de despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1953, foram pagas além do crédito próprio. — Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	60
2.567	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 destinado à aquisição, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de 5 motores Diesel e ao reparo de 3 lanchas com que a mesma corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara. — Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	60
2.568	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Justiça Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para construção de um posto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Santa Tereza. Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	61
2.569	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente Orçamento. — Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	61
2.570	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Viação</i> — Reestrutura o quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1952 . . . . .	62
2.571	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre a aplicação de crédito brasileiro na construção da rodovia Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Franco. — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955. . . . .	63
2.572	— Lei de 13 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Modifica o art. 4.º e seu parágrafo da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948 (Quota do imposto de renda, destinada aos municípios). — Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 . . . . .	63
2.573	— Lei de 15 de agosto de 1955 — <i>Trabalho</i> — Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade. Publicada no D.O. de 19 de agosto de 1955 . . . . .	63
2.574	— Lei de 17 de agosto de 1955 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 570,00 para pagamento de gratificação adicional ao dentista, referência 22, lotado no Colégio Pedro II — Externato Antônio da Silva Leite. — Publicado no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	64
2.575	— Lei de 17 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.564, de 1 de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. — Publicada no D.O. de 20 de agosto de 1955 . . . . .	64
2.576	— Lei de 17 de agosto de 1955 — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 25 de agosto de 1955 . . . . .	64
2.577	— Lei de 19 de agosto de 1955 — <i>Fazenda</i> — Revigora o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 32.065, de 8 de janeiro de 1953, destinado ao reaparelhamento da Casa da Moeda. — Publicada no D.O. de 25 de agosto de 1955 . . . . .	65
2.578	— Lei de 20 de agosto de 1955 — <i>Justiça</i> — Revoga o Decreto-lei n.º 7.013, de 1 de novembro de 1944 (Dispõe	

Págs.	Págs.
sobre o policiamento interno de empresas e estabelecimentos particulares). — Publicada no D.O. de 29 de agosto de 1955 . . . . .	65
2.579 — Lei de 23 de agosto de 1955 — <i>Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar. — Publicada no D.O. de 2 de setembro de 1955 — Retificada no D.O. de 6 de setembro de 1955. . . . .	65
2.580 — Lei de 24 de agosto de 1955 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.800,00 para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional. — Publicada no D.O. de 29 de agosto de 1955 . . . . .	66
2.581 — Lei de 25 de agosto de 1955. — <i>Justiça Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 218.675,00 para atender ao pagamento, aos seus servidores, de diárias relativas ao exercício de 1953. — Publicada no D.O. de 1 de setembro de 1955 . . . . .	67
2.582 — Lei de 30 de agosto de 1955 — Institui a cédula única de votação. — Publicada no D.O. de 31 de agosto de 1955 . . . . .	67
2.583 — Lei de 31 de agosto de 1955 — <i>Fazenda — Viação</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.460,00, mensais, a Corina da Rocha Paraíso Godinho. — Publicada no D.O. de 8 de setembro de 1955 . . . . .	71
2.584 — Lei de 1 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Cria coletorias federais, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 6 de setembro de 1955 . . . . .	71
2.585 — Lei de 3 de setembro de 1955 — <i>Educação — Fazenda</i> — Concede à Sociedade Médica de Uberlândia o auxí-	
lio de Cr\$ 200.000,00, pela realização do 7.º Congresso Médico do Triângulo Mineiro e do Brasil Central e dá outras providências. Publicada no D.O. de 9 de setembro de 1955 . . . . .	77
2.586 — Lei de 5 de setembro de 1955 — <i>Guerra</i> — Reestrutura o Quadro de Oficiais Intendentes do Exército e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 6 de setembro de 1955 . . . . .	77
2.587 — Lei de 6 de setembro de 1955 — <i>Guerra</i> — Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937. — Publicada no D.O. de 10 de setembro de 1955 . . . . .	77
2.588 — Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 8 de setembro de 1955 . . . . .	78
2.589 — Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos realizados no ano letivo de 1952. — Publicada no D.O. de 13 de setembro de 1955 . . . . .	80
2.590 — Lei de 8 de setembro de 1955 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrêla, com indenização de serviços prestados à administração pública. — Publicada no D.O. de 14 de setembro de 1955 . . . . .	83
2.591 — Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede às empresas ou firmas legalmente constituídas, ou a cultivadores idôneos do fumo	

Págs.		Págs.
	tipo comercial conhecido por "capeiro", isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação do pano-tela. — Publicada no D.O. de 10 de setembro de 1955 .....	83
2.592	— Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ ..... 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina. Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955 .....	84
2.593	— Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura. — Publicada no D.O. de 14 de setembro de 1955 .....	84
2.594	— Lei de 8 de setembro de 1955 — <i>Educação</i> — Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. — Publicada no D.O. de 14 de setembro de 1955 .....	84
2.595	— Lei de 10 de setembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Revigora até 1958, o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Société Générale de Constructions Electriques et Mechaniques Alsthom e a Empresa Construtora Ernesto Woebecke S. A. — Publicada no D.O. de 17 de setembro de 1955 ..	85
2.596	— Lei de 10 de setembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ....	
1.797.458,70,	para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, que foram pagas além do crédito próprio. — Publicada no D.O. de 15 de setembro de 1955 .....	85
2.597	— Lei de 13 de setembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 21 de setembro de 1955 .....	85
2.598	— Lei de 13 de setembro de 1955 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 10.000.000,00 para restituição aos Sindicatos das Empresas do Grupo Light, Rio e São Paulo, e que será aplicado na instalação de suas colônias de férias. — Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955 ..	89
2.599	— Lei de 13 de setembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1955 ..	89
2.600	— Lei de 13 de setembro de 1955 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 21 de setembro de 1955 .....	97
2.601	— Lei de 14 de setembro de 1955 — <i>Justiça</i> — Extingue a Colônia Correccional de Dois Rios. — Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955 ..	97
2.602	— Lei de 14 de setembro de 1955 — <i>Marinha</i> — Dispõe sobre os vencimentos dos juizes do Tribunal Marítimo e dos procuradores, adjuntos de	



	Págs.		Págs.
procurador e advogados de ofício, em exercício junto ao mesmo Tribunal. — Publicada no D.O. de 17 de setembro de 1955 .....	97	a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 97.726.890,70, para atender ao pagamento aos concessionários de portos brasileiros das dife- renças ocorridas nos exercí- cios de 1948 a 1951 — Publi- cada no D.O. de 27 de setem- bro de 1955 .....	101
2.603 — Lei de 15 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Reduz para 1% "ad valorem" os di- reitos alfandegários sobre apa- relhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo e dá outras providências. — Publi- cada no D.O. de 17 de setem- bro de 1955 .....	97	2.610 — Lei de 22 de setembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Estende à correspondência da Cruz Vermelha Brasileira o disposto no § 5.º do Art. 26 da Lei n.º 498, de 28 de no- vembro de 1948 (Reajusta as tarifas postais-telegráficas e dá outras providências). — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1955 .....	102
2.604 — Lei de 17 de setembro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — Regula o exercício da enfermagem profissional. — Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955 .....	98	2.611 — Lei de 22 de setembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ .... 2.546.995,90, para pagamen- to de diferenças de proven- tos devidas a funcionários do mesmo Ministério. — Publica- da no D.O. de 27 de setembro de 1955 .....	102
2.605 — Lei de 17 de setembro de 1955 — <i>Justiça</i> — Extingue o cargo de Diretor, pa- drão L, no Quadro Suplemen- tar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Pu- blicada no D.O. de 23 de se- tembro de 1955 .....	99	2.612 — Lei de 22 de setembro de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, destinado à conclusão das obras do Hos- pital do Município de Parin- tins, Estado do Amazonas. — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1955 .....	104
2.606 — Lei de 17 de setembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ .... 428.500.000,00 para ocorrer ao pagamento de pessoal e aqui- sição de materiais indispen- sáveis à manutenção do trá- fego da Rede Mineira de Via- ção. — Publicada no D.O. de 23 de setembro de 1955 ....	100	2.613 — Lei de 23 de setembro de 1955 — <i>Agricultura</i> — <i>Fa- zenda</i> — Autoriza a União a criar uma Fundação denomi- nada Serviço Social Rural. — Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955 .....	104
22.607 — Lei de 20 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Blanche Alix Marie de Miranda da Silveira Lobo, viúva do Cônsul Carlos de Miranda da Silveira Lobo. — Publicada no D. O. de 23 de setembro de 1955 ..	100	2.614 — Lei de 24 de setembro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério da Educação e Cul- tura, o crédito especial de Cr\$ 6.950,00 para pagamento da gratificação de função ao Professor Dr. Aristides Rocha. — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1955 .....	107
2.608 — Lei de 21 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Desin- corpora imóvel do Patrimônio Federal para ser atribuído à herdeira Maria Caetana de Souza — Publicada no D.O. de 27 de setembro de 1955 ....	100		
2.609 — Lei de 21 de setembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo			

Págs.	Págs.
2.615 — Lei de 26 de setembro de 1955 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.292.980,00, para pagamento da indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoral de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D.O. de 28 de setembro de 1955 ..... 107	se M. Omaro Viana, do Ministério da Agricultura. — Publicada no D.O. de 4 de outubro de 1955 ..... 108
2.616 — Lei de 26 de setembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 36.000,00 para pagamento de gratificação ao químico agrícola, clas-	2.617 — Lei de 30 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alice Cahen Fischer, viúva do professor catedrático Christiano Felipe Fischer. — Publicada no D. O. de 4 de outubro de 1955 .... 108
	2.618 — Lei de 30 de setembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para embarcações destinadas à dragagem e aos serviços dos portos. — Publicada no D.O. de 4 de outubro de 1955 ..... 108

## Índice do Apenso

Págs.	Págs.
2.514 — Lei de 27 de junho de 1955 — <i>Justiça — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — Saúde</i> — Modifica o art. 10 do Decreto-lei número 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organiza-	ção e proteção da família. — Publicada no D. O. de 6 de julho de 1955 ..... 111
	<i>Ementário</i> — Leis e decretos publicados nos volumes V e VI de 1955, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos ..... 112



Figuram neste volume os decretos-legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1955, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1955

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dorothy Norton Pond.*

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 19 de agosto de 1952, denegou registro ao termo de 27 de maio do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 28 de março de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Dorothy Norton Pond, para desempenhar, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, as funções de Professor Associado de Idiomas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Moraes Rêgo S. A.*

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de novembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado a 24 de setembro do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e a Companhia Moraes Rêgo S. A., para execução dos serviços de acabamento do pavilhão de rancho na Base Aérea de Santa Cruz.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 59, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello.*

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 8 de janeiro de 1952, denegou ao termo de 14 de dezembro de 1951, aditivo ao contrato celebrado a 27 de novembro de 1947 entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello, para desempenhar a função de professor-assistente de motores.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 60, de 1955

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski.*

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de abril de 1952, denegou registro ao termo de renovação de contrato, celebrado em 6 de março do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski, para desempenhar a função de mecânico especializado, na oficina mecânica do Jardim Botânico do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna.*

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato, celebrado a 25 de agosto de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna, para construção de 2 (dois) compartimentos destinados à instalação de energia elétrica de emergência, na Estação Transmissora de Maraponga Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, de 1953

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Oliver Waldemar Martins.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 20 de novembro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Oliver Waldemar Martins, para exercer a função de Auxiliar de Ensino de Física, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 20 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Técnica Construtora Limitada, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Monte Santo, no Estado de Minas Gerais, na importância de Cr\$ 503.516,00 (quinhentos e três mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Rio Grande do Norte e a firma Engenharia Comércio e Indústria Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 24 de outubro de 1953, en-

tre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Rio Grande do Norte e a firma Engenharia Comércio e Indústria Limitada (ECIL) para construção de 7 (sete) prédios destinados às agências postais-telegráficas de Alexandria, Pedro Avelino, Pendência, Parelhas, São João de Sabugi, São Miguel e São Paulo do Potengi, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, item III, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 65, de 1955

*Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves, Edina Iná de Oliveira Vaz e Clélia Inayá de Oliveira Lobo.*

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves, Edina Iná de Oliveira Vaz e Clélia Inayá de Oliveira Lobo, filhas do veterano da Guerra do Paraguai. General Antônio Serafim de Oliveira Melo, na forma do que dispõe o artigo 3.º do Decreto n.º 30.900, de 24 de maio de 1952.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1955. — *Nereu Ramos*, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 66, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções Sociedade Anônima.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 24 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções S. A., para construção dos prédios destinados às Agências Postais-Telegráficas de Sabará e Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 67, de 1955

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Campos.*

Art. 1.º — É mantido o ato porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de Outubro de 1950, denegou registro ao contrato celebrado a 31 de Agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Campos — Estado do Rio de Janeiro, para construção do Campo de Pouso nessa Cidade.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 68, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e A. Martins Mendes & Cia. Ltda.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 31 de Julho de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e A. Martins Mendes & Companhia Limitada, para construção de uma linha de dutos, em pros-

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

seguimento, para cabos telegráficos, ao longo da Avenida Brasil, desde a caixa de visitas n.º 114, até o término dos serviços inclusive.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 69, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Serviços Técnicos S. A. — Instituto de Organização Racional e Contrôlê.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 12 de Novembro de 1953, entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Serviços Técnicos S. A. — Instituto de Organização Racional e Contrôlê — para a prestação de serviços especializados de mecanização da Divisão do Pessoal, Divisão do Orçamento e Divisão do Material.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 70, de 1955

*Concede anistia aos participantes do conflito ocorrido na "Tribuna Popular"*

Art. 1.º — É concedida anistia a todos quantos foram condenados ou estão sendo processados em consequência do conflito que se travou entre a polícia do Distrito Federal e os funcionários da oficina gráfica da "Tribuna Popular", no início do ano de 1948.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 71, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 6 de Novembro de 1952, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada, para explorar os serviços de radiodifusão na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de Julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 72, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Beta*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado a 23 de novembro de 1953 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Beta, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Coreaú, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 73, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado do Pará.*

Art. 1.º — E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1953, denegou registro ao termo de 4 de abril do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 13 de maio de 1952, entre o Ministério da Saúde e o Estado do Pará, para intensificação da profilaxia da lepra no território daquele Estado.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 74, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo do acôrdo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

Art. 1.º — É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de janeiro de 1954, denegou registro ao termo do acôrdo celebrado a 19 de dezembro de 1953, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para instalação de uma subestação agrícola em Araruama, Município do mesmo Estado.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 75, de 1955

*Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Siêbra e sua mulher Maria Adriana Moreira.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato de cooperação celebrado, a 28 de março de 1947, entre o Governo Federal e Antônio da Costa Siêbra e sua mulher Maria Adriana Moreira para fins de irrigação agrícola em terras de propriedade dos mesmos, no sítio denominado Penha, situado no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, os termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 76, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.*

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado, em 15 de Agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 77, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado da Bahia.*

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de fevereiro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 2 de janeiro do mesmo ano, entre o Governo da União e o Estado da Bahia para execução dos trabalhos de instalação e desenvolvimento de um núcleo colonial agro-industrial, sob a denominação de "Itaraca", no Município de Una, no mesmo Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 78, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Santos & Cruz.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Santos & Cruz,

para construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Maringá, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 73, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão e Cia. Ltda.*

Art. 1.º É aprovado o termo do contrato celebrado, a 26 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão e Companhia Limitada, para construção do prédio, na importância de Cr\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), destinado à Agência Postal-Telegráfica de Palma, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 9 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Torixoreu, no mesmo Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 81, de 1955

*Aprova o termo de contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Leonel Alves de Carvalho, sua mulher e outros.*

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato de cooperação celebrado, a 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Leonel Alves de Carvalho, sua mulher e outros, regulando a execução e o pagamento das obras necessárias à irrigação das terras pertencentes aos segundos contratantes na propriedade denominada "Amapá", no Município de Iguatú — Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 82, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 3 de dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A., para construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 83, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 22 de outubro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L.

Patriota, para construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Panelas, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 84, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 17 de outubro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota, para construção de um prédio, na importância de Cr\$ 235.495,90 (duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco cruzeiros e noventa centavos), destinado à Agência Postal-Telegráfica de São Joaquim do Monte, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 85, de 1955

*Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional.*

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 3 de fevereiro de 1950, bem como o respectivo termo aditivo de 21 de agosto do mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional, para aquisição de duas máquinas impressoras de selos, até três cores, com os relativos acessórios e equipamento auxiliar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 86, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda.*

Art. 1.º É aprovado o termo do contrato celebrado, a 4 de julho de 1952, entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda., para realização da reforma na sala da Biblioteca do Instituto Nacional de Surdos e Mudos, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 87 de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e João Martins do Rêgo.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, a 23 de Abril de 1952, entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e João Martins do Rêgo, para fins de irrigação agrícola na propriedade denominada "Vamos Ver", pertencente ao segundo contratante e situada à margem esquerda de rio Poti, Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 88, de 1955

*Aprova o acôrdo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe.*

Art. 1.º — É aprovado o acôrdo celebrado, a 28 de Dezembro de 1953, entre o Governo da União, por intermédio do Ministério da Agricultura, e o Governo do Estado de Sergipe, visando a trabalhos de colonização no Município de Porto da Folha, naquele Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 89 de 1955

*Aprova o acôrdo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe.*

Art. 1.º — É aprovado o acôrdo celebrado, a 24 de Dezembro de 1953, entre o Governo da União, por intermédio do Ministério da Agricultura, e o Governo do Estado de Sergipe, visando a execução de obras, aquisição de moveis e equipamentos para o Instituto de Tecnologia e Pesquisas do referido Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de Agôsto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 90 de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A.*

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 1.º de Dezembro de 1953, entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul Sociedade Anônima, para execução do trabalho de levantamento aerofotogramétrico no Parque Nacional de Itatiaia — Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de Agôsto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 91, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Art. 1.º — É aprovado o termo do contrato celebrado, a 17 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda., para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Inhuçu, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de Agôsto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 92, de 1955

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 18 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Curu, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 93, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 28 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Companhia Limitada, para construção do prédio, na importância de Cr\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzelos), destinado à Agência Postal-Telegráfica da cidade de Alto Rio Doce, no Estado da Minas Gerais.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 94, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da União e Clodoaldo de Oliveira Carvalho.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 17 de Julho de 1954, entre o Governo da União e Clodoaldo de Oliveira Carvalho, para desempenhar, no serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a função de agrônomo especializado em genética vegetal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 95, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 19 de Junho de 1954, entre o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência, para locação dos grupos 301, 302, 304, 402 e 504, do edificio de sua propriedade situada a Avenida General Justo n.º 275, lote 13, e que se destinam a instalação da sede da Divisão de Organização Sanitária.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 96, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado a 25 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda., para construção dos prédios destinados às Agências Postais-Telegráficas de Afonso Cláudio, Aimorés, Anchieta, Conceição da Barra, Guarapari, Itaguaçu e Santa Leopoldina, pertencentes à Diretoria Regional do Espírito Santo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 97, de 1955

*Aprova o termo de contrato, celebrado entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 17 de Julho de 1954, entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira, para desempenhar, no Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de

Obras Contra as Sêcas, a função de químico especializado em análises de solos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 98, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado, a 21 de Outubro de 1954, entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do Quartel da Guarda Territorial na Capital daquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos dos artigos 66, item VIII e 87, item XVII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 99, de 1955

*Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951.*

Art. 1.º — São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951, na forma do disposto nos artigos 66, item VIII, e 87, item XVII, da Constituição Federal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 100 de 1955

*Aprova o termo de acôrdo celebrado entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de acôrdo celebrado, a 29 de Julho de 1953, entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Angicos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário

Senado Federal, em 8 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 101, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 9 de setembro de 1953, entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães e Cia. Ltda., para alienação de uma usina termoeletrica.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 102, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a I. B. M. World Trade Corporation.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado a 13 de julho de 1953, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a I. B. M. World Trade Corpo-

ration para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade e estatística.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 103, de 1955

*Aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili.*

Art. 1.º — E' aprovado, com o aditamento de 14 de Abril de 1954, o contrato celebrado, em 5 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili para exploração do serviço de restaurante no Palácio da Guerra.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos dos arts. 66, item VIII, e 87, item XVII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 104, de 1955

*Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952*

Art. 1.º — São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952, na forma do disposto nos arts. 66, item VIII e 87, item XVII, da Constituição Federal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 105, de 1955.

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a Cia. Federal de Eletricidade.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 11 de Dezembro de 1952, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a Companhia Federal de Eletricidade, para fornecimento e instalação de um Gabinete Radiológico no Sanatório Penal da Penitenciária Central do Distrito Federal.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 106, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Brasileira de Construções S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 3 de Dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 107, de 1955

*Aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres a 10 de Junho de 1948.*

Art. 1.º — E' aprovada a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres a 10 de Junho de 1948, por ocasião da Conferência Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar e assinada, *ad referendum*, pelo Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Setembro de 1955

NEREU RAMOS  
Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência



LEI N.º 2.515 — DE 1 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza a concessão do auxílio de Cr\$ 20.000.000,00 anuais às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizada a concessão de uma ajuda financeira em favor das Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro — na importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), anuais.

Art. 2.º O Orçamento Geral da República, para esse fim, inscreverá a dotação correspondente, sob a forma de auxílio, no Anexo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º É vedado à entidade beneficiada por esta lei perceber outra qualquer ajuda financeira do Governo Federal.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1955.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.516 — DE 1 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 43.966,70, para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas ao professor catedrático, padrão "O", Leon Monteiro Wilwerth.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 43.966,70 (quarenta e três mil, novecentos e sessenta e seis cruzeiros e

setenta centavos), para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1951, a Leon Monteiro Wilwerth, professor catedrático, padrão "O", da cadeira de Patologia e Clínica Cirúrgica e Obstétrica da Escola Nacional de Veterinária, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
*Munhoz da Rocha.*  
*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.517 — DE 1 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.688,00, para ocorrer ao pagamento de que trata a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, a Edmundo Bruzzi, médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.688,00 (vinte mil, seiscentos e oitenta e oito cruzeiros), para atender ao pagamento da gratificação adicional de 40% (quarenta por cento) a que fêz jus, de acordo com o artigo 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, no exercício de 1953, Edmundo Bruzzi, médico, referência 27, lotado no Serviço Médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
*Munhoz da Rocha.*  
*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.518 — DE 1 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 215.791,90, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 213.791,90 (duzentos e treze mil, setecentos e noventa e um cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1941, modificado pelo de número 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (Período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) . . . . .	37.161,30
2 — Luiz Dodsworth Martins, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (Período de 28 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1952) . . . . .	18.064,50
3 — Luiz Amadeu Capriglione, falecido em 20 de agosto de 1953, como ocupante do cargo de professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (Período de 23 de março de 1951 a 31 de dezembro de 1952) . . . . .	15.967,70
4 — Otávio de Brito Figueiredo, professor catedrático, padrão O, da Escola Politécnica da Universidade da Bahia (Período de 29 de abril de 1946 a 31 de dezembro de 1953) . . . . .	69.050,00
5 — Manoel José Ferreira, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (Período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953) . . . . .	55.161,30
6 — Newton da Silva Maia, professor catedrático, padrão O, da Escola de Química da Universidade do Recife (Período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953) . . . . .	18.387,10
Total . . . . .	<u>213.791,90</u>

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

## LEI N.º 2.519 — DE 1 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), para pagamento das contribuições devidas, nos exercícios de 1951 e 1952, pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, como membro da mesma Associação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

## LEI N.º 2.520 — DE 1 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 91.512,60, para pagamento da gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 91.512,60 (noventa e um mil, quinhentos e doze cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Altivir Bassetti, professor, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 25 de fevereiro de 1949 a 31 de dezembro de 1952) .....	39.221,40
2 — José Inácio Lira Pedrosa, professor, padrão I, do Instituto Benjamin Constant, do Ministério da Educação e Cultura (período de 2 de julho de 1951 a 31 de dezembro de 1952) .....	8.169,70
3 — Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas, professor, padrão K, da Escola Industrial de Curitiba (período correspondente ao ano de 1950) .....	21.240,00
4 — José Carlos Ferreira Gomes, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil (período de 12 de fevereiro de 1952 a 31 de dezembro de 1952) ....	15.931,50
5 — Carlos Sanchez de Queiroz, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Educação Física de Desportos da Universidade do Brasil (período de 4 de novembro de 1952 a 31 de dezembro de 1952) .....	950,00
6 — Eduardo Jorge Vanderlei Filho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro de 1952 a 31 de dezembro de 1952) .....	6.000,00
<b>TOTAL</b> .....	<b>91.512,60</b>

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI Nº 2.521 — DE 1 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 301.460,00, destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 301.460,00 (trezentos e um mil, quatrocentos e sessenta cruzeiros), destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas, no exercício de 1950.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI Nº 2.522 — DE 1 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de*

*Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento dos auxílios consignados no Orçamento de 1949 às seguintes instituições:

	Cr\$
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, Rio Grande do Norte .....	50.000,00
Dispensário de Boa Vista, Território de Rio Branco .....	15.000,00
Associação Comercial do Pará .....	30.000,00
Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal, Rio Grande do Norte .....	25.000,00
Dispensário de Salvador, Bahia .....	18.000,00
<b>Total .....</b>	<b>138.000,00</b>

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.523 — DE 2 DE JULHO  
DE 1955

*Revoga o art. 20 da lei n.º 420, de 10 de abril de 1937*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revogado o art. 20 da Lei n.º 420, de 10 de abril de 1937, que concedeu o abatimento de 50% (cinquenta por cento) aos embarcadores do Lloyd Brasileiro, relativamente aos "vistos" nos conhecimentos de cargas e faturas consulares de mercadorias que se destinarem a navios da mesma Empresa.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1955;  
134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim  
do Valle.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.524 — DE 4 DE JULHO  
DE 1955

*Federaliza a Universidade Rural de Pernambuco.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a federalizar a Universidade Rural de Pernambuco, incorporando ao patrimônio nacional, independentemente de qualquer indenização, mediante inventário e escritura pública, todos os direitos, bens imóveis, móveis e semoventes, da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco e da Escola Superior de Veterinária de Pernambuco.

Art. 2.º A Universidade Rural de Pernambuco passará a funcionar sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do seu órgão

competente, e compor-se-á de três unidades escolares: a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária e os Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Art. 3.º A transferência das Escolas, a que se refere esta lei, para o patrimônio da União, tornar-se-á efetiva mediante assinatura de termo do qual constarão a descrição e avaliação dos bens e a relação dos professores e servidores a serem aproveitados.

Art. 4.º E' assegurado o aproveitamento no serviço público federal do pessoal dos estabelecimentos de ensino, ora incorporados, na forma da legislação vigente, tendo em vista as funções exercidas.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1955;  
134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Munhoz da Rocha.

LEI N.º 2.525 — DE 4 DE JULHO  
DE 1955

*Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Gozará de franquia postal e telegráfica a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional.

Parágrafo único. A medida é extensiva à Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se no Brasil em 1956.

Art. 2.º O Departamento de Correios e Telégrafos emitirá, ... (Vetado) ... um selo de propaganda com referências ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.

Parágrafo único. O desenho e o valor do selo serão fixados pelo Departamento de Correios e Telégrafos, após consulta à Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do referido certame.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1955; 134.º da Independência e 37.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.526 — DE 5 DE JULHO  
DE 1955

*Isenta do visto consular os turistas, cidadãos de países americanos.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Poderá ser dispensada a exigência de visto consular, previsto na letra *a* do parágrafo único do art. 7.º do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, aos turistas, cidadãos de países americanos, que pretendam permanecer em território nacional pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2.º — O prazo estipulado no artigo anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 3.º — O Poder Executivo indicará os países, na regulamentação desta lei, cujos cidadãos terão o benefício previsto no art. 1.º, e estabelecerá condições e providências relativas ao interesse nacional e à segurança e a saúde públicas.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

LEI N.º 2.527 — DE 5 DE JULHO  
DE 1955

*Reverte em favor de Coralina Cardoso de Toledo, única filha do Tenente João Gomes de Cardoso, a pensão de meio soldo deixada à sua viúva Elisa Wismann Cardoso.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Reverte em favor de Coralina Cardoso de Toledo, única filha do Tenente João Gomes de Cardoso, veterano das campanhas de 1893 e de Canudos, falecido a 7 de outubro de 1923, a pensão de meio soldo deixada à sua viúva Elisa Wismann Cardoso, também falecida a 3 de novembro de 1942.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento Geral da União.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.528 — DE 5 DE  
JULHO DE 1955

*Altera o item 4.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O item 4.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o ser-

viço de loterias e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º .....

4) 2 (duas) extrações por semana, com os prêmios maiores de ..... Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a loteria federal, e 1 (uma) extração semanal ou quinzenal, com os prêmios maiores de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), no caso de loterias estaduais".

Art. 2º Respeitados os contratos de concessão em curso de prazo e revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.529 — DE 5 DE JULHO  
DE 1955

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) às comemorações do 1.º centenário da elevação do município de Bragança à categoria de cidade e à realização da 1.ª Exposição Agro-Industrial, por essa ocasião.

Art. 2.º Para o fim do art. 1.º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial no montante nele referido.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Munhoz da Rocha.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.530 — DE 5 DE JULHO  
DE 1955

*Concede isenção de imposto de consumo para uma custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de imposto de consumo para a custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional a realizar-se no Rio de Janeiro de 17 a 24 de julho de 1955, encomendada à Metalúrgica Abramo Eberle S. A., de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.531 — DE 5 DE  
JULHO DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação, de consumo e taxas aduaneiras para oito sinos e respectivos acessórios, importados pela Paróquia S. Carlos Borromeu.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para 8 (oito) sinos e respectivos acessórios, importados pela Paróquia S. Carlos Borromeu, em São Carlos, Estado de Santa Catarina, e destinados à Igreja local.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.532 — DE 5 DE  
JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul com a importância de Cr\$ 30.000.000,00, para obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul, com a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), que será empregada pela Superintendência do Ensino Profissional da Secretaria de Educação, do mesmo Estado, em obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais.

Art. 2.º O auxílio de que trata o artigo anterior será entregue em três parcelas anuais de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) e mediante prévia assinatura de acordo.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento da parcela relativa ao corrente ano, nos termos do art. 2.º desta Lei.

Art. 4.º O Orçamento Geral da União consignará, nos anos de 1956 e 1957, o crédito necessário ao pagamento das duas restantes parcelas do auxílio de que trata esta Lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.533 — DE 6 DE  
JULHO DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.000,00 mensais a Maria de Lourdes Mello da Silva Lima, viúva do engenheiro Reynaldo Soares da Silva Lima, ex-chefe do 4.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Maria de Lourdes Mello da Silva Lima, viúva do engenheiro Reynaldo Soares da Silva Lima, ex-chefe do 4.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 2.º A despesa com a pensão estipulada no Art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.534 — DE 6 DE JULHO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para atenuar as despesas com a contribuição do Brasil à Universidade Internacional de Estudos Sociais.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) para atenuar as despe-



sas com a contribuição única do Brasil às atividades da Universidade Internacional de Estudos Sociais, na criação de um Instituto Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, em Roma, e a manutenção de Centros de Realismo Social no Brasil.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Raul Fernandes.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.535 — DE 7 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a assinar o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para execução do seu Plano Geral de Eletrificação.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a assinar com o Governo do Estado do Rio de Janeiro o convênio para execução do seu Plano Geral de Eletrificação, nos mesmos termos do que está em vigor com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Munhoz da Rocha.

LEI N.º 2.536 — DE 8 DE JULHO DE 1955

*Modifica o art. 16 do Decreto-lei número 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Regula a movimentação dos Quadros).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 16 do Decreto-lei número 7.039, de 10 de novembro de 1944:

“Art. 16. Só poderá ter função estranha a corpo de tropa o oficial que tiver no mínimo 2 (dois) anos de arregimentação, inclusive como aspirante”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Henrique Lott.

LEI N.º 2.537 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Júri e a 26.ª Vara Criminal, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Júri e a 26.ª Vara Criminal.

§ 1.º O juiz de direito da 26.ª Vara Criminal é o presidente do Segundo Tribunal do Júri.

§ 2.º O atual Tribunal do Júri do Distrito Federal passa a denominar-se Primeiro Tribunal do Júri.

Art. 2.º Compete ao Primeiro e ao Segundo Tribunais do Júri, por distribuição alternada, processar e julgar os crimes dolosos contra a vida (Constituição Federal, art. 141, § 28; Código Penal — Parte Especial, Título I, Capítulo I — e Código de Processo Penal, art. 78, inciso I, com a redação que lhe deu o art. 3.º da lei n.º 263, de 25 de fevereiro de 1948).

Art. 3.º Os atuais primeiro e segundo ofícios do Tribunal do Júri funcionarão, respectivamente, com o Primeiro Tribunal do Júri e com o Segundo Tribunal do Júri.

§ 1.º Passa à competência do Segundo Tribunal do Júri o processo e julgamento dos feitos já distribuídos ao atual segundo ofício e que ainda não tenham sido julgados pelo Júri.

§ 2.º. Dentro de oito dias, após a instalação da 26.ª Vara Criminal e do Segundo Tribunal do Júri, o seu presidente organizará a lista geral de jurados que deverão servir no corrente ano de 1955, publicando-a duas vezes no "Diário da Justiça" entre o oitavo e o décimo quinto dia a contar da data da aludida instalação.

§ 3.º. Essa lista geral poderá ser alterada de ofício antes da segunda publicação, podendo o recurso de qualquer do povo, a que se refere o parágrafo único do art. 439 do Código de Processo Penal, ser interposto dentro de vinte dias, sem efeito suspensivo, a contar da data da segunda publicação.

§ 4.º. A primeira sessão de julgamento do Segundo Tribunal do Júri terá início dentro dos quinze dias seguintes à data da segunda publicação mencionada nos parágrafos anteriores.

Art. 4.º. Junto a cada Tribunal do Júri funcionará, por designação do presidente do Tribunal de Justiça, um juiz substituto, nesta qualidade e na de preparador dos processos de sua competência, na forma da lei.

Art. 5.º. Ficam criados os seguintes cargos pagos pelos cofres públicos:

a) um juiz de direito, com os vencimentos dos demais, para ter exercício na 26.ª Vara Criminal e presidência do Segundo Tribunal do Júri;

b) quatro oficiais de justiça — padrão "J" — para terem exercício no Segundo Tribunal do Júri;

c) quatro escreventes juramentados — padrão "J" — sendo dois para completar a lotação do ofício do Segundo Tribunal do Júri;

d) um porteiro — padrão "K" — para o Segundo Tribunal do Júri;

e) três serventes — padrão "I" — e três contínuos — padrão "J" — para o Segundo Tribunal do Júri;

f) dois correios — padrão "I" — sendo um para cada Tribunal.

Parágrafo único. Os três cargos de contínuos e os três cargos de serventes criados pelo art. 5.º, inciso II, alíneas m e n da lei n.º 1.301, de 28

de dezembro de 1950, terão, respectivamente, os padrões "I" e "J" e serão lotados no Primeiro Tribunal do Júri.

Art. 6.º. Fica aberto ao Ministério da Justiça, no corrente exercício, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a 26.ª Vara Criminal e Segundo Tribunal do Júri.

Art. 7.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.533 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Concede isenção de todos os tributos paga material destinado à Igreja Nossa Senhora do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida isenção de todos os tributos, exceto a taxa de previdência social, que recaírem sobre as seguintes importações feitas pela Igreja Nossa Senhora do Brasil, de São Paulo, por intermédio da firma francesa L'Angelus Electro Automático:

5 Aparelhos de lançamento;

6 Aparelhos de badalada;

1 Dispositivo para as 3 Ave-Marias, horas e quartos;

1 Dispositivo de dobre de finados;

1 Quadro de comando.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.539 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para um órgão destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o órgão encomendado à Fábrica Bambiéri — Vegezzi Bossi, de Milão na Itália, marca G.P., destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.540 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento da subvenção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para pagamento, no exercício de 1954, da subvenção concedida à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Ca-

tólica de São Paulo, nos termos da Lei n.º 2.154, de 30 de dezembro ... de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido da Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.541 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Saúde, em favor do Estado do Pará, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para combater a epidemia desintética bacilar em Belém, capital do mesmo Estado.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), em favor do Estado do Pará, a fim de combater a epidemia desintética bacilar que grassa em Belém, capital do mesmo Estado.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º será empregado por intermédio da Delegacia Federal de Saúde Pública, sediada naquela capital, em colaboração com a Secretaria de Saúde Pública do Estado.

Art. 3.º A autoridade que receber a referida verba é obrigada a prestar as suas contas dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.542 — DE 13 DE JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 575.790,40, destinado ao pagamento de alugueis devidos ao Clube de Engenharia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ ... 575.790,40 (quinhentos e setenta e cinco mil e setecentos e noventa cruzeiros e quarenta centavos) destinado ao pagamento de alugueis devidos ao Clube de Engenharia, no período de 1 de janeiro a 22 de abril de 1954.

Parágrafo único. Fica sem aplicação, na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação II — Diversos, Subconsignação 01 — Aluguel ou arrendamento de imóveis etc. — 09 — Departamento de Administração, 02 — Divisão de Material, constante do Anexo n.º 25 — Ministério da Saúde,

ao Orçamento para 1954 (Lei número 2.135, de 14 de dezembro de 1953), a importância de Cr\$ 575.790,40 (quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos e noventa cruzeiros e quarenta centavos).

Art. 2.º Os alugueis mencionados no art. 1.º ficam excluídos das disposições do art. 764 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3.º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional e creditado, no Banco do Brasil S. A., em conta especial do Ministério da Saúde.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.543 — DE 14 DE JULHO DE 1955

DISPÕE SOBRE A RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica constituída, com personalidade própria, de natureza autárquica, sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, e com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a Rêde Ferroviária do Nordeste (R.F.N.) formada pelas linhas férreas que estiveram arrendadas a The Great Western of Brazil Railway Company Limited, para fim de melhor articulação do sistema ferroviário nacional.

Art. 2.º A Rêde Ferroviária do Nordeste tem por finalidade a exploração de transportes ferroviários e rodoviários e o exercício de atividades industriais e comerciais conexas.

Art. 3.º Constituem seu patrimônio todos os bens, inclusive os imóveis e as obrigações de terceiros, existentes na data desta lei, que integravam o ativo transferido para o Governo da União, por força da lei n.º 1.154, de 5 de julho de 1950; os encargos do passivo, ainda existentes na data desta lei e transferidos ao Governo da União também pela lei n.º 1.154, citada, ficarão sob a responsabilidade direta da Rêde Ferroviária do Nordeste.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta lei, deverá ser feito o tombamento geral de todos os bens imóveis da Rêde Ferroviária do Nordeste e providenciado o competente registro mobiliário, ficando autorizadas

a Procuradoria da República e os seus órgãos nos Estados a requerer, em juízo, a transferência de imóveis registrados no nome da Great Western Railway, para a Rede Ferroviária do Nordeste, com a apresentação dos títulos de aquisição da antiga proprietária Great Western Brazil Railway.

Art. 4.º A Rede Ferroviária do Nordeste gozará de todas as regalias e vantagens outorgadas à União quanto ao pagamento de impostos, taxas, direitos aduaneiros e juros moratórios, impenhorabilidade dos bens patrimoniais, foro e tratamento nos pleitos judiciais, inclusive contagem dos prazos.

Art. 5.º A Rede Ferroviária do Nordeste será administrada por um diretor, nomeado em comissão, por livre escolha do Presidente da República, entre os engenheiros civis do país com tirocínio ferroviário.

Parágrafo único. Por indicação do diretor será designado pelo Presidente da República, entre os engenheiros da Rede, um vice-diretor que o substituirá nas faltas e impedimentos.

Art. 6.º Ao diretor competirá:

- a) Superintender todos os serviços e negócios da Rede e representá-la em juízo ou fora dele;
- b) Autorizar a execução de serviços e obras por administração direta ou mediante concorrência por administração tratada, tarefa ou empreitada;
- c) Autorizar a aquisição direta de materiais e artigos de consumo no caso de exclusividade, ou mediante concorrência ou coleta de preços nos demais casos;
- d) Assinar contratos de serviços, obras e aquisições, após as providências de que tratam as alíneas b e c;
- e) Assinar os contratos, ou convênios ou ajustes de tráfego mútuo e direto, ou de coordenação de transportes e outros quaisquer, que forem de conveniência para a Rede;
- f) Autorizar o pagamento das despesas regularmente processadas e movimentar as contas de depósitos bancários da Rede;
- g) Admitir empregados, melhorar-lhes o salário, licenciá-los, designar-lhes as funções, puni-los e dispensá-los, decidir os recursos sobre o julgamento das suas condições de merecimento e os demais atos administrativos referentes ao pessoal, tudo de conformidade com a legislação que estiver em vigor;
- h) Decidir as reclamações, inclusive as que importarem em indenizações;
- i) Determinar a baixa ou venda dos bens imóveis, que se inutilizarem ou se tornarem desnecessários à Rede;
- j) Ajustar arrendamento, locação e prestação de serviços a terceiros;
- k) Regular a ocupação, gratuita ou mediante retribuição, dos imóveis da Rede, pelos ferroviários, segundo a conveniência dos serviços;
- l) Apresentar anualmente ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, para ser encaminhado ao Ministro da Viação e Obras Públicas e, depois, ao Presidente da República, relatório circunstanciado da gestão administrativa e os resultados da exploração da Rede no ano anterior.

Art. 7.º Incumbirá ainda ao diretor promover:

- a) a perfeição e eficiência dos vários serviços da Rede;
- b) o equilíbrio orçamentário, com a condução econômica dos serviços, e fomento racional das receitas e a compressão justificável das despesas de custeio;
- c) a colaboração com as autoridades para o saneamento, povoamento e reflorestamento das terras marginais às linhas;
- d) a colaboração com as autoridades competentes para o desenvolvimento das indústrias e exploração agrícolas das zonas marginais à Rede;
- e) a coordenação dos transportes ferroviários, de modo a estender a influência da Rede a zonas afastadas das suas linhas, fomentando o transporte dos respectivos produtos e facilitando-lhes o desenvolvimento econômico;

f) os serviços de porta a porta e a entrega de despachos a domicílio;  
g) a formação do pessoal necessário aos seus serviços, por meio de seleção, orientação e instrução profissional, bem como o aperfeiçoamento técnico e funcional dos empregados;

h) a assistência social e educacional das famílias dos ferroviários, tornando cada vez mais íntima a colaboração dos empregados com a Rede;

i) a prevenção de acidentes com a adoção de medidas adequadas e a instrução do pessoal sobre os cuidados necessários ao serviço e a manutenção dos serviços próprios já existentes de seguros de acidentes do trabalho.

Art. 8.º A Rede Ferroviária do Nordeste custeará os seus serviços com a renda que arrecadar, observando o orçamento da despesa que será aprovado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 9.º As obras e aquisições necessárias à expansão e melhoria do tráfego da Rede, das quais devam resultar aumento de seu valor patrimonial, serão custeadas mediante recursos concedidos pela União.

§ 1.º Para fixação do montante desses recursos o Poder Executivo remeterá ao Congresso Nacional os programas das obras e aquisições acompanhados dos respectivos orçamentos e pareceres do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

§ 2.º Fica facultada à Rede aplicar os saldos de exploração industrial na execução de obras e melhoramento e em aquisições que venham a aumentar o seu patrimônio, devendo os seus projetos e orçamentos ser submetidos à aprovação superior por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 10. A Rede Ferroviária do Nordeste será fiscalizada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, por intermédio do seu Distrito de Fiscalização no Recife, de acordo com as normas adotadas.

Parágrafo único. A Rede encaminhará os assuntos sujeitos à aprovação superior através do Distrito de Fiscalização, que emitirá parecer sobre os mesmos.

Art. 11. Anualmente, serão feitas tomadas de contas, de conformidade com instruções que forem baixadas, por uma Junta de Tomada de Contas da qual fará parte integrante um representante devidamente credenciado do Tribunal de Contas, tendo em vista, principalmente, a execução orçamentária, abrangendo ainda a aplicação de subvenções, auxílios, créditos orçamentários e especiais concedidos pelo Governo da União à Rede.

Art. 12. Anualmente... (vetado) ... a Rede Ferroviária do Nordeste encaminhará à Contadoria Geral da República, para publicação com os balanços gerais da União, o balanço geral da receita e da despesa e do ativo e passivo da Rede, atinentes à gestão do ano anterior.

Art. 13. O pessoal da Rede Ferroviária do Nordeste será constituído de funcionários efetivos, extranumerários, mensais e contratados.

Art. 14. O diretor da Rede submeterá à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data desta lei, os seguintes projetos:

a) de organização geral da Rede e do regulamento geral dos serviços, com a discriminação, competência e atribuições dos diversos órgãos e a definição clara das responsabilidades dos seus dirigentes;

b) do estatuto do pessoal, em que serão estabelecidas as normas gerais de administração do pessoal, seus direitos e vantagens, suas responsabilidades, bem como regulamentadas todas as reformas básicas previstas nas leis em vigor referentes ao pessoal das ferrovias;

c) do quadro do pessoal da mesma Rede, constituído de cargos isolados e de carreira, de acordo com os atuais padrões e referências fixados em lei, bem como dos cargos em comissão, de conformidade com os símbolos existentes na legislação federal em vigor.

§ 1.º Mantidos os direitos para os nomeados antes da vigência da lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, serão considerados suplemen-

tares e extintos, logo que vagarem, os cargos cujos proventos estejam acima dos fixados nas leis em vigor, para as funções em comissão, na ordem dos respectivos símbolos, *ex-vi* do que prescreve o § 1.º do art. 19 da referida lei.

§ 2.º A estruturação básica do quadro do pessoal estabelecerá os salários das diferentes carreiras e cargos isolados e fixará os dos cargos em comissão, não podendo esses salários ser inferiores ao cômputo dos atuais vencimentos e o abono de emergência para os que atualmente o percebem, inclusive os diaristas e horistas que passarão à condição de extranumerários mensalistas, obedecendo-se à tabela a que se refere o art. 5.º da lei n.º 1.765, de 13 de dezembro de 1952. Uma vez aprovada pelo Presidente da República, representará essa estruturação para os ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste a revisão a que se refere o art. 259 da lei n.º 1.711, de 23 de outubro de 1952.

§ 3.º Serão regulamentadas as diversas modalidades inerentes aos cargos, quanto ao provimento, concurso, posse, fiança, promoção, transferência, reintegração e readmissão, bem como quanto à estabilidade, férias e licenças, inclusive a especial e ainda quanto à percepção de ajuda de custo, diárias, auxílio para diferença de caixa, e salário-família e quanto às gratificações de função, de prestação de serviço extraordinário, de representação de gabinete, da execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde, da execução de trabalho técnico e científico, de adicionais por tempo de serviço e da cota-parte nas multas, de acordo com as normas da lei n.º 1.711, de 23 de outubro de 1952, em vigor.

§ 4.º Para os efeitos da gratificação adicional e da licença especial, é assegurada aos funcionários da Rede Ferroviária do Nordeste a contagem de tempo de serviço prestada à antiga Great Western of Brazil Railway Company.

§ 5.º Além do pessoal constante do quadro previsto neste artigo, poderá a Rede contratar, na forma da legislação vigente, um número variável de empregados para atender às flutuações dos serviços, especialmente nas épocas de safra.

Art. 15. Caberá ao Governo da União prover, por meio de subvenção, auxílio ou créditos orçamentários ou especiais, os recursos necessários ao pagamento de vantagens concedidas ou a conceder ao pessoal, além das que constarem no estatuto do pessoal de que trata o artigo anterior. Do mesmo modo se procederá em relação a qualquer aumento de despesa por força de ato expresso do Poder Legislativo ou Poder Executivo.

Art. 16. Enquanto não forem aprovados os projetos a que se refere o art. 14, continuarão em vigor os quadros e regulamentos que foram adotados pela administração que substituiu a antiga empresa arrendatária, ficando assegurados aos atuais serventuários da Rede os direitos e vantagens de que gozam, inclusive o de promoção dentro dos quadros estabelecidos pela mesma administração.

Art. 17. A partir da data desta lei, a situação de todo o pessoal da Rede será regulada pelos seus dispositivos e atos dela decorrentes, não cabendo recursos à Justiça do Trabalho senão a atos verificados antes dela.

Art. 18. No que disser respeito ao regime tarifário, a Rede respeitará as normas estabelecidas pelo Conselho de Tarifas e Transportes, mantendo-se, entretanto, o regime de ajustes tarifários.

Art. 19. A Rede manterá, no Rio de Janeiro, um escritório de representação cujo pessoal constará do quadro a que se refere o art. 14, a fim de facilitar as suas relações com as entidades governamentais e outras sediadas na Capital da República.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.544 — DE 15 DE  
JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 173.508,80, para ocorrer ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro de despesas com o arrendamento do armazém externo "H".*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ .... 173.508,80 (cento e setenta e três mil, quinhentos e oito cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro de despesas com o arrendamento do armazém externo "H", relativas ao exercício de 1951.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.545 — DE 16 DE  
JUNHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.483.500,00 para atender ao pagamento de salários de extranumerários tarefeiros.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.483.500,00 (dois

milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos cruzeiros) para atender ao pagamento de salários de extranumerários tarefeiros, durante o exercício de 1953.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.545 — DE 16 DE  
JULHO DE 1955

*Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestaçs.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam os concessionários e as administrações de portos autorizados a cobrar sobre as dívidas referentes a serviços prestados pelo porto, não pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da apresentação das respectivas faturas e contas, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 2.º. É ressalvada a isenção estabelecida estritamente em favor da União, Estados e Municípios pelo artigo 3.º do Decreto n.º 22.785, de 31 de maio de 1933, e excluídas da mesma as autarquias e sociedades de economia mista.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octávio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.



LEI N.º 2.547 — DE 20 DE JULHO  
DE 1955

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especial de Cr\$ 5.599.155,30 e suplementar de Cr\$ 7.488.450,00 para o fim que especifica.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São abertos ao Congresso Nacional os seguintes créditos:

I — à Câmara dos Deputados o crédito especial de Cr\$ 1.650.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) para pagamento do abono concedido aos funcionários de sua Secretaria pela Resolução n.º 3, de 16 de março de 1955, correspondente aos meses de novembro e dezembro de 1954;

II — ao Senado Federal o crédito especial na importância de Cr\$ ... 3.949.155,30 (três milhões, novecentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco cruzeiros e trinta centavos), sendo Cr\$ 2.768.053,10 (dois milhões, setecentos e oito mil, cinquenta e três cruzeiros e dez centavos) para pagamento de gratificação pela Convocação Extraordinária, de acordo com a Resolução n.º 6, de 1952; Cr\$ 220.032,60 (duzentos e vinte mil, trinta e dois cruzeiros e sessenta centavos) para pagamento de gratificação de função, de acordo com a deliberação da Comissão Diretora, de 15 de dezembro de 1954; Cr\$ 81.750,00 (oitenta e um mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) para pagamento de salário-família; Cr\$ 69.139,80 (sessenta e nove mil, cento e trinta e nove cruzeiros e oitenta centavos) para pagamento de diferença de gratificação adicional, em virtude de promoções; Cr\$ 164.547,90 (cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e noventa centavos) para pagamento de diferença de vencimentos, em virtude de promoções; Cr\$ 551.449,90 (quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove cruzeiros e noventa centavos) para pagamento do abono de emergência concedido pela Lei n.º 2.412, de 1955; e Cr\$ 154.182,00 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e dois cruzeiros) para pagamento da di-

ferença de diárias, em virtude da Resolução n.º 14, de 1954;

III — ao Senado Federal o crédito suplementar no total de Cr\$ ... 7.488.450,00 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) em reforço da Verba I — Pessoal, do Anexo 2, do Orçamento em vigor, para atender a despesas decorrentes da Resolução número 4, de 1955, e assim discrimina-

*Consignação I — Pessoal Permanente*  
Cr\$

s/c 01 — Vencimento do pessoal civil	
02 — Quadro do Senado Federal .....	5.770.800,00

*Consignação 3 — Vantagens*

	Cr\$
s/c 01 — Funções Gratificadas	
02 — Senado Federal .	144.000,00
s/c 11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço	
02 — Senado Federal .	1.573.650,00
	<hr/> 7.488.450,00 <hr/>

Art. 2.º Os créditos de que trata o art. 1.º serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.548 — DE 22 DE  
JULHO DE 1955

*Fixa em Cr\$ 3,00 por pessoa a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' fixada em Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) por pessoa a contribuição de que trata a Lei n.º 209, de 30 de maio de 1936.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.549 — DE 22 DE  
JULHO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 500.000,00, destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.*  
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, situados no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º As obras não deverão alterar a linha arquitetônica das construções mencionadas no artigo anterior; e simbolizam a contribuição do Governo Federal à comemoração do bicentenário da antiga capital Vila Bela da Santíssima Trindade do município de Mato Grosso, realizada em 19 de março de 1952.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Mota Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.550 — DE 25 DE JULHO DE 1955

*Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo artigo 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas do seu recebimento o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, o despachará, obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso, prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de 3 (três) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de 3 (três) dias.

§ 3.º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 2.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no artigo 33, letras d e e, do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto à identidade do requerente, o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

Art. 3.º Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência, contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o § 2.º do artigo 1.º desta lei.

Art. 4.º Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 5.º O título eleitoral, sob pena de suspensão disciplinar, até 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e neste assinado pelo eleitor.

Art. 6.º Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1.º Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2.º Será punido nos termos do artigo 175, n.º 15, do Código Eleitoral o juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral especialmente designado ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar.

Art. 7.º O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 8.º O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral, especialmente designado, em dias previamente marcados e anunciados, fará a entrega dos títulos eleitorais nos distritos povoados e na zona rural.

Art. 9.º Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá firmar recibo, que ficará junto ao processo de seu alistamento.

§ 1.º Será cancelado o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição.

§ 2.º Da decisão do juiz, determinando o cancelamento nos termos do § 1.º deste artigo, o eleitor ou delegado de partido poderá recorrer, dentro de 3 (três) dias, para o Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 10. A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no artigo 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

- a) entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;
- b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;
- c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. O disposto nas letras b e c, deste artigo, não se aplica quando se tratar da transferência de título eleitoral de servidor público civil, ou militar, ou autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção.

Art. 11. Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1.º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior, durante 5 (cinco) dias, o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

§ 2.º Poderá recorrer para o Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido fôr deferido.

§ 3.º Dentro de 5 (cinco) dias, o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4.º Só será expedido o novo título decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 12. É vedada a expedição de 2.ª via de título, por motivo de perda ou extravio, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a eleição no Estado ou Município em que o pretendente fôr eleitor.

Art. 13. Os pedidos de 2.ª via, em qualquer caso, serão apresentados em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de estrago ou inutilização, com a 1.ª via do título.

Art. 14. Expedido o novo título, o Juiz ordenará a remessa do anterior ao Tribunal Regional competente, para cancelamento, salvo se se tratar de transferência de município ou distrito de paz, dentro da mesma zona, caso em que não haverá o cancelamento senão na lista de distribuição dos eleitores pelas seções (Art. 21, letra a).

Art. 15. No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de 2.ª via, fará pelo prazo de 5 (cinco) dias, publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de 2.ª via, deferindo o pedido, findo este prazo, se não houver impugnação.

Art. 16. Em audiência pública, que se realizará às 14 (quatorze) horas do 69.º (sexagésimo nono) dia anterior à eleição, o juiz eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juiz e divulgado pela imprensa, onde houver, declarando nêles o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos diretórios municipais dos partidos cópia autêntica dêsse edital.

§ 1.º Na mesma data será encerrada a transferência de eleitores, devendo constar do telegrama do juiz eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, do edital e da cópia dêsse fornecida aos diretórios municipais dos partidos e da publicação da imprensa, os nomes dos últimos eleitores, cujos processos de transferência estejam definitivamente ultimados e o número dos respectivos títulos eleitorais.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior será observado no tocante ao encerramento da expedição de 2.ª via do título eleitoral por motivo de perda ou extravio no dia seguinte à terminação do estabelecido no artigo 12, desta lei.

§ 3.º O despacho de pedido de inscrição, transferência, ou 2.ª via de título, por perda ou extravio, proferido após esgotado o prazo legal, sujeita o juiz eleitoral às penas do artigo 175, n.º 7, do Código Eleitoral.

Art. 17. No dia imediato ao do encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores, iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1.º No Município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2.º A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do artigo 175, n.º 15, do Código Eleitoral.

Art. 18. A distribuição dos eleitores, por seção, será organizada de preferência obedecendo à ordem alfabética do sobrenome.

Art. 19. Não constarão das listas de eleitores e da respectiva distribuição pelas seções eleitorais os que, até 60 (sessenta) dias antes da eleição, não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 20. A organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no art. 17 desta lei e no art. 66 do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados dos partidos, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de segundas vias existentes em cartório.

Art. 21. O juiz não poderá alterar as listas de distribuição dos eleitores pelas seções da última eleição realizada, salvo:

- a) para excluir os mortos, os que foram legalmente transferidos e os que tiverem sido eliminados do alistamento por sentença passada em julgado;
- b) para atender a requerimento do eleitor que tenha mudado a residência para lugar mais próximo de outra seção do mesmo distrito.

Art. 22. As mesas receptoras serão constituídas de um presidente, de um primeiro e segundo mesários, de 3 (três) suplentes e de 2 (dois) secretários.

Art. 23. A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1.º O juiz eleitoral escolherá e nomeará os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista triplíce, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2.º A nomeação dos membros das mesas receptoras será feita em audiência pública, anunciada pela imprensa, onde houver, e por edital, afixado no lugar próprio do juiz eleitoral, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 3.º as mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, a todos os partidos e coligações de partidos.

§ 4.º Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

Art. 24. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

Art. 25. Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada Município e 2 (dois) fiscais junto a cada mesa receptora.

§ 1.º Quando o Município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

§ 2.º A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte de mesa receptora.

Art. 26. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, devendo dentro de igual prazo ser decidida.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro de igual prazo, ser resolvido.

Art. 27. Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos, e nos leprosários onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral, não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público.

Art. 28. É expressamente vedado o uso de propriedade ou habitação para funcionamento de mesa receptora, pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até o 2.º grau, inclusive.

Art. 29. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, em dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá na multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for servidor público, ou autárquico, a pena será de suspensão até 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro, se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 20. No ato da votação, poderão os membros da mesa receptora, os candidatos, os fiscais ou delegados de partido, bem como qualquer eleitor da seção, impugnar a identidade do eleitor, desde que o façam, mesmo verbalmente, antes de ser ele admitido a votar.

Art. 31. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências:

- a) exibição do respectivo título eleitoral;
- b) constando o seu nome da lista de eleitores da seção eleitoral em que deva votar, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Art. 32. Somente poderão votar em seções eleitorais diversas daquelas em que tiverem os seus nomes incluídos:

1 — os componentes das mesas receptoras e os fiscais e delegados de partidos, os quais votarão perante as mesmas mesas em que estejam servindo;

2 — o juiz eleitoral, que poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona sob a sua jurisdição;

3 — os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

4 — os candidatos ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador e às Assembleias Legislativas, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem inscritos;

5 — os candidatos a Prefeito e às Câmaras Municipais, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral do Município correspondente à zona eleitoral em que forem registrados;

6 — os candidatos a Juiz de Paz, que poderão votar em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito;

7 — O Presidente e o Vice-Presidente da República, os quais poderão votar:

em qualquer seção eleitoral do país, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República;

em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

8 — o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral do Estado ou Território que representarem;

9 — o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral do Município que representarem;

10 — o Juiz de Paz, que poderá votar em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito;

11 — o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, os quais poderão votar em qualquer seção eleitoral do Município em que estiverem inscritos.

§ 1.º Os candidatos, os membros da mesa, os fiscais, ou delegados de partido, os juizes eleitorais e os eleitores referidos neste artigo votarão mediante as cautelas enumeradas no § 4.º do artigo 37 do Código Eleitoral, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim, a um invólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à Junta Eleitoral, com a urna e demais documentos da eleição.

§ 2.º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os juizes eleitorais enviarão aos presidentes das mesas receptoras, juntamente com o material referido no artigo 77 do Código Eleitoral, um invólucro especial de pano ou papel forte, com as dimensões de 30 x 20 cm.

Art. 33. Os eleitores com 2.<sup>a</sup> via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no artigo 37, § 4.<sup>o</sup>, letras b, c e d, do Código Eleitoral, escrevendo o presidente da mesa receptora na sobre-carta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 34. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1.<sup>o</sup> As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobre-cartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.<sup>o</sup> O transporte da urna e dos documentos da seção, será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz, ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 35. As sobre-cartas para votação serão rubricadas e numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 36. Depositado o voto na urna, o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

§ 1.<sup>o</sup> Se o eleitor se encontrar impossibilitado de utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto neste artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou permanente, seja por qualquer outro motivo, deverá ser assinalado, pela mesma forma, em lugar visível, de preferência no dedo mínimo da mão direita.

§ 2.<sup>o</sup> A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 (doze) horas, no mínimo.

§ 3.<sup>o</sup> Não será admitido a votar o eleitor que, no ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata este artigo e seus parágrafos.

Art. 37. Serão punidos, com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 32 e 33 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 38. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.<sup>o</sup> Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;

b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

d) obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo Governo, ou de cuja administração este participe;

e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda.

§ 2.<sup>o</sup> O disposto no parágrafo anterior sobre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista.

Art. 39. Os brasileiros natos, naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos artigos 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no § 1.<sup>o</sup>, do artigo 38, desta lei.

Art. 40. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos artigos 33 e 39 desta lei, incorrerão na pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos

cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 41. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados nos termos dos artigos 3.º e 4.º, n.º 1, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.

Art. 42. Até às 12 (doze) horas do dia seguinte à realização da eleição, o juiz eleitoral é obrigado, sob as penas do artigo 175, n.º 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votaram em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

§ 1.º Se houver retardamento nas medidas referidas no artigo 39 do Código Eleitoral, o juiz eleitoral, assim que receba o ofício constante desse dispositivo, letra g, fará a comunicação constante deste artigo.

§ 2.º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o juiz eleitoral guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo de correio.

§ 3.º Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao juiz eleitoral recusá-la ou procrastiná-la a sua entrega ao requerente.

Art. 43. A Junta Eleitoral deverá concluir os trabalhos de apuração no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º Ao presidente da Junta é facultado nomear escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender à boa marcha dos trabalhos.

§ 2.º Concluída a apuração de cada urna, um membro da junta para tal designado, expedirá boletim ao pleito na seção respectiva. Neste boletim consignar-se-á apenas o número de votantes, a votação dos candidatos a cargos isolados e legendas partidárias.

§ 3.º A votação de cada pleiteante figurará na ata prevista no artigo 91 do Código Eleitoral.

Art. 44. As juntas eleitorais decidirão por maioria de votos, cabendo recurso de suas decisões, na forma prescrita pelo Código Eleitoral.

Art. 45. Finda a apuração de cada dia, se a junta eleitoral não cumprir o disposto no artigo 91 do Código Eleitoral, cada um dos seus membros será multado em Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Parágrafo único. A reincidência acarretará a destituição da junta eleitoral sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber.

Art. 46. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o artigo 108 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por delegados dos partidos nêles interessados, sem que, entretanto, nêles intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1.º Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3.º do artigo 108 do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três) dias para exame dos partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que êle se baseou.

§ 2.º Terminado o prazo supra, os partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que, no prazo de 3 (três) dias, apresentará editamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos partidos.

§ 3.º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

Art. 47. Não poderá servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador, sob pena de demissão, o membro de diretório de partido político, nem o candidato a cargo eletivo, seu cônjuge e parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau inclusive.

Art. 48. Além dos casos previstos no artigo 123 do Código Eleitoral, e nula a votação:

a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4.º do artigo 87 do Código Eleitoral;



b) quando votar eleitor de outra seção, e não ser nos casos expressamente admitidos em lei.

Parágrafo único. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorreu qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no artigo 123 do Código Eleitoral e neste artigo.

Art. 49. A nulidade de qualquer ato, não arguida quando de sua prática, ou na primeira oportunidade que para tanto se apresente, não mais poderá ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

Art. 50. A incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas na urna, não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

Art. 51. Não serão admitidos recursos contra a votação ou a apuração, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas, perante as mesas receptoras, no ato da votação ou perante as juntas eleitorais, no da apuração.

Art. 52. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Art. 53. Os recursos parciais no caso de eleições municipais serão julgados pelos Tribunais Regionais à medida que derem entrada nas respectivas Secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos artigos 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2.º Somente se aplicará o disposto no artigo 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3.º Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4.º O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do artigo 121 da Constituição Federal.

Art. 54. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do acórdão.

Parágrafo único. Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual, com a contestação ou sem ela, apresentá-los-á o Relator em Mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

Art. 55. As decisões sobre excusação de eleitores passam à competência dos juizes eleitorais, com recurso voluntário, no prazo de 10 (dez) dias, para o Tribunal Regional.

Art. 56. Não serão registrados diretórios de partidos políticos, cujos pedidos de registro sejam apresentados à justiça eleitoral em prazo inferior a 30 (trinta) dias de qualquer eleição, como não serão admitidas nesse prazo, quaisquer alterações nos já registrados.

Art. 57. O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do 33.º (trigésimo) dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 58. Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no artigo 141, § 13, da Constituição Federal.

Art. 59. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, para o fim de se alistar eleitor.

Art. 60. O serviço público de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autárquica ou de sociedade de economia mista, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organização de caráter político.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

Art. 61. Nas eleições que se realizarem para o preenchimento dos dois terços do Senado não será apurada a cédula que contiver nomes de candidatos por partidos diferentes, ressalvado o caso de aliança partidária devidamente registrada.

§ 1.º O eleitor poderá, porém, votar em candidatos registrados por partidos diferentes, desde que o faça em cédulas separadas.

§ 2.º Também não poderá conter uma mesma cédula nome de candidato a senador registrado por um partido e de suplente registrado por outro partido.

§ 3.º Em nenhum caso será considerado eleito suplente pertencente a partido diverso do que houver eleito o senador, salvo no caso de aliança partidária.

Art. 62. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 63. O art. 46, § 3.º, do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46. ....

§ 3.º Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras Legislativas forem 2 (dois), serão eles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 (três), ou mais far-se-á a distribuição pela forma estabelecida no art. 58 deste Código”.

Art. 64. Nenhum servidor público federal, estadual ou municipal poderá ser removido ou transferido, *ex-officio*, para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de 6 (seis) meses antes até 3 (três) meses após a data da eleição.

Parágrafo único. A proibição vigorará:

a) para todo o território nacional, nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado, quando as eleições forem para Governador, Vice-Governador e Assembleias Legislativas;

c) para o respectivo Município ou Distrito Federal, quando as eleições forem para Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador.

Art. 65. As eleições serão sempre realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes.

Art. 66. É vedado promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do sufrágio a concentração de eleitores, sob qualquer forma, e o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.

Pena: detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Art. 67. Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno, mesmo que não sejam apreciados no prazo legal não prejudicarão aos interessados.

Art. 68. No alistamento eleitoral que se reabrirá a 1.º de janeiro de 1958, serão adotadas “fólias individuais de votação”, de acordo com o modelo anexo (n.º 1).

§ 1.º As fólias individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas, por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição às Juntas Eleitorais, que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua folha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de “Título Eleitoral” e conterá, além dos elementos necessários a sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida folha individual e a indicação por extenso da seção eleitoral em que tiver sido inscrito.

§ 3.º O eleitor ficará vinculado permanentemente à seção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou Município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao juiz eleitoral do novo domicílio;

b) se, até 60 (sessenta) dias antes da eleição, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo Município, de um distrito para outro ou para lugar muito distante da seção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas fôlhas e no título eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

§ 4.º O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datada e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva seção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 5.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua fôlha individual de votação. Neste caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

§ 6.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exhiba o seu título eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 7.º Verificada a ocorrência de que trata o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar os seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo, será aplicada ao responsável, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 (trinta) dias, e, na segunda, a de detenção, por 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) a Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 69. A partir de 1.º de janeiro de 1956, o cidadão, para alistar-se deverá preencher, do próprio punho, em cartório, na presença do escrivão ou de funcionário designado pelo juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida (modelo anexo n.º 2), entregando, no ato, três retratos com a dimensão de 3x4 e um dos documentos a que se refere o § 1.º do art. 33 do Código Eleitoral.

§ 1.º O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação" e do pedido lhe dará o recibo (modelo n.º 3).

§ 2.º Deferido o pedido no prazo de 5 (cinco) dias, o título a que se refere o § 2.º do art. 63, desta lei, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3.º Se indeferido o pedido, o Juiz, na mesma data, inutilizará a fôlha individual de votação assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo, dêle não podendo, em qualquer tempo, ser retirada ou substituída, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no art. 175, n.º 12, do Código Eleitoral.

Art. 70. Os atuais títulos eleitorais e os expedidos até 31 de dezembro de 1955 perderão sua validade a partir de 1.º de julho de 1956, sendo substituídos por fôlhas individuais de votação, segundo o disposto nos artigos 68 e 69, desta lei, facultado, porém, ao requerente instruir o pedido com o título atual em substituição aos documentos referidos no § 1.º do art. 33 do Código Eleitoral.

Art. 71. As despesas com o retrato do eleitor, a que se referem os artigos anteriores ficarão a cargo da União e serão feitas pela Justiça Eleitoral, de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta das dotações que este deverá distribuir anualmente aos Tribunais Regionais, na proporção do volume e crescimento do alistamento eleitoral em cada circunscrição.

Art. 72. Salvo o requerimento de inscrição eleitoral, que deve ser escrito e assinado do próprio punho do alistando, todos os demais podem ser simplesmente assinados pelo leitor.

Art. 73. A expressão "já tiverem exercido o mandato" da letra "c" do n.º I da letra "b" do n.º II do art. 140 da Constituição da República, abrange qualquer mandato de Deputado ou Senador do Poder Legislativo da República desde o regime de 1891.

Parágrafo único. O exercício do mandato, nos termos do art. 140 da Constituição, assegura a elegibilidade tanto para o Senado como para a Câmara, qualquer que seja o mandato legislativo anteriormente exercido.

Art. 74. Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 (trinta) dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes applicadas aos funcionários do juizo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 75. O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais serão eleitos por estes dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro exercerá as funções de corregedor geral da justiça eleitoral da circunscrição a que pertencer com as atribuições que forem fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 76. O Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1.º As atribuições do Corregedor-Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2.º No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

- a) por determinação do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;
- b) a pedido dos juizes eleitorais;
- c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;
- d) sempre que entender necessário.

Art. 77. Não se applicará esta lei aos prazos nela referidos, relativamente à eleição de 3 de outubro de 1955, quando já esgotados na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os demais prazos entrarão em vigor 10 (dez) dias depois da publicação desta lei.

Art. 78. As estações de rádiodifusão irradiarão gratuitamente durante meia hora por dia e durante 2 (dois) meses antes de cada pleito um programa organizado pela Justiça Eleitoral, para a divulgação de instruções sobre o pleito, inclusive data, horário e local onde se realizarão os comícios, bem como os partidos que os promovem.

Art. 79. O Tribunal Superior Eleitoral, ao baixar as instruções para as primeiras eleições que se realizarem após a vigência desta lei, tomará as medidas necessárias para a sua completa execução, inclusive estabelecendo os modelos para o novo material que passar a ser exigido.

Art. 80. Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 81. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 127, os parágrafos 5.º, 6.º e 9.º do art. 87, do Código Eleitoral e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

MODELO J17

Nº \_\_\_\_\_



SOBRENOME DO ELEITOR \_\_\_\_\_

## JUSTIÇA ELEITORAL

CIRCUNSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

ZONA \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO \_\_\_\_\_

SEÇÃO \_\_\_\_\_

RETRATO	<b>FÔLHA DE VOTAÇÃO</b>	IMPRESSÃO DIGITAL DO POLEGAR DIREITO
De _____ NOME POR EXTENSO DO ELEITOR		
DATA DO NASCIMENTO _____	NATURALIDADE _____	ESTADO CIVIL _____
FILIAÇÃO	PAI _____	
	MÃE _____	
PROFISSÃO _____	RESIDÊNCIA _____	
ASSINATURA DO ELEITOR _____		
DE _____ DE 19 _____		
ASSINATURA DO JUIZ _____		

## ANOTAÇÕES

---

---

---

---



(Modelo 2)

Senhor Juiz Eleitoral da ..... Zona.

.....  
(Nome por extenso do requerente)

....., com .....  
 (Estado civil) (Profissão)  
 anos de idade, nascido em ..... de ..... de 19.....,  
 natural de .....  
 (Município e Estado)

filho de .....  
 e de .....  
 residente em .....  
 (cidade, rua, número, bairro, vila ou povoado)

requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento  
 comprobatório de suas declarações .....  
 (art. 33, § 1.º, do Código Eleitoral)

..... de ..... de .....  
 (Cidade)

.....  
 (Assinatura do requerente)

Atesto que a presente fórmula foi preenchida em minha presença pelo  
 requerente, do seu próprio punho.

Data supra.

.....  
 (Escrivão ou funcionário responsável)  
 (Modelo 3)  
 Recibo

Estado de ..... Zona Eleitoral

.....  
 (Nome do requerente)

fêz entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu ti-  
 tulo será entregue, oportunamente, mediante a apresentação dêste recibo.  
 ..... de ..... de .....  
 (Cidade)

.....  
 (Escrivão ou funcionário responsável)

LEI N.º 2.551 — DE 26 de JULHO  
 DE 1955

*Concede isenção de impostos e taxas  
 aduaneiras para quatro caixas con-  
 tendo objetos religiosos doados pe-  
 los Franciscanos de Milão ao Con-  
 vento de São Francisco, em São  
 Paulo.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Na-  
 cional decreta e eu sanciono a se-  
 guinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de  
 impostos e taxas aduaneiras, exceto  
 a de previdência social, para quatro

caixas contendo objetos religiosos doa-  
 dos pelos Franciscanos de Milão ao  
 Convento de São Francisco, em São  
 Paulo, capital do Estado do mesmo  
 nome, em favor das missões francis-  
 canas no Brasil, e destinados ao Su-  
 perior daquele Convento.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor  
 na data de sua publicação, revoga-  
 das as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1955;  
 134.º da Independência e 67.º da Re-  
 pública.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.552 — DE 3 DE AGOSTO  
DE 1955

*Fixa a composição da Reserva do Exército*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Reserva do Exército de que trata a letra *a* do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.107, de 1 de abril de 1946, compõe-se:

*a*) do Corpo de Oficiais da Reserva;

*b*) dos aspirantes a oficial da reserva, recrutados de acordo com o que for estabelecido no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército;

*c*) dos graduados da reserva, recrutados de acordo com a lei do Serviço Militar e seu regulamento;

*d*) dos cidadãos até 45 anos de idade que, na forma da lei do Serviço Militar e seu regulamento, forem considerados reservistas do Exército.

Art. 2.º O Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (C.O.R.E.) é constituído de três classes.

§ 1.º Fazem parte da 1.ª classe da Reserva (R/1):

*a*) os oficiais do Exército ativo transferidos, voluntária ou compulsoriamente para a Reserva, de acordo com a lei de Inatividade dos Militares do Exército;

*b*) os oficiais pertencentes ao magistério militar;

*c*) os nomeados segundos tenentes, recrutados entre subtenente ou primeiros sargentos do Exército ativo, nas condições estabelecidas na Lei de Inatividade dos Militares do Exército.

§ 2.º Fazem parte da 2.ª classe da Reserva (R/2):

*a*) os oficiais demissionários do Exército ativo;

*b*) os oficiais da reserva provenientes de institutos de formação e de outras fontes de recrutamento de oficiais da reserva, de acordo com o estabelecido no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército;

*c*) os oficiais de polícias militares em serviço ativo ou na inatividade

dessas corporações, estes enquanto não atingirem a idade limite de permanência da Reserva do Exército.

§ 3.º Fazem parte da 3.ª classe da Reserva (R/3) os dos quadros de serviços ou técnicos nomeados oficiais da reserva, no decurso de uma guerra externa, e nas condições a serem estabelecidas no regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Art. 3.º O regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército estabelecerá as normas que serão adotadas para o recrutamento, a convocação, a promoção, os direitos, as regalias, as obrigações e a reforma dos oficiais da reserva, observada a legislação em vigor.

Art. 4.º A Reserva do Exército, em praças, é constituída de três categorias, em que são incluídos os cidadãos que houverem satisfeito as condições estabelecidas na lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data da publicação do regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Henrique Lott

LEI N.º 2.553 — DE 3 DE AGOSTO  
DE 1955

*Proíbe a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré, em bruto*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica proibida a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré, em bruto.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

J. M. Whitaker  
Munhoz da Rocha



LEI N.º 2.554 — DE 3 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu; a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto; e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu, à Avenida Augusto Severo n.º 4, com a obrigação de permitir o recuo exigido pelos planos urbanísticos municipais.

Art. 2.º O Governo Federal auxiliará com a importância de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) a construção da futura sede do Instituto no terreno a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para a execução da presente lei.

Art. 4.º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acordo com a conveniência de seus serviços, reservará, no edifício a ser construído, em uso gratuito, exclusivo e perpétuo, salvo as despesas de seguro, conservação e reparação:

a) área para a sede do Instituto dos Advogados Brasileiros, nunca inferior à que atualmente ocupa;

b) áreas para as sedes da Liga da Defesa Nacional, da Federação das Academias de Letras, Academia Carioca de Letras e Associação do Ministério Público do Brasil.

Art. 5.º As áreas não compreendidas na destinação prevista nesta lei poderão ser alugadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para produção de renda destinada às despesas do custeio de seus serviços,

bem como às despesas de seguro, conservação e reparação do imóvel.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 2.326, de 20 de junho de 1940.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Motta Filho

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.555 — DE 6 DE AGOSTO  
DE 1955

*Concede isenção de tributos para material adquirido e importado da Itália pela Legião de São Paulo Pró-Catedral e destinado à construção da nova catedral da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de tributos, exceto a taxa de previdência social, para o seguinte material adquirido e importado da Itália pela Legião de São Paulo Pró-Catedral para as obras de construção da nova catedral da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome: um órgão marca "Balbiani-Bossi", completo, desmontado, com todos os seus acessórios e pertences; esculturas acabadas de mármore e bronze para construção de altares, pias batismais e portas; dois púlpitos, um trono, vitrais artísticos e outras obras de arte.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.556 — DE 6 DE AGOSTO  
DE 1955

*Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' isenta de pagamento de selos e taxas, para efeito de obtenção de patente, a invenção da autoria dos que declarem e comprovem sua situação econômica deficiente, nos termos da presente Lei.

Art. 2.º Por situação econômica deficiente entende-se a do operário ou trabalhador brasileiro cuja precariedade de salários e condições pessoais de vida forem realmente comprovadas por autoridade competente, que do fato fornecerá atestado.

Parágrafo único. Se o inventor residir na Capital Federal ou nas capitais dos Estados, o atestado será fornecido pelas autoridades policiais; se residir no interior do país, em cidade ou município, caberá ao juiz de direito local expedir o atestado.

Art. 3.º Quem desejar beneficiar-se das faculdades previstas nesta Lei deverá dirigir-se diretamente ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial, expondo, com a maior clareza, o objeto da invenção, seu fim, modo de usá-la e construí-la, anexando, sempre que possível, um desenho ilustrativo.

Art. 4.º O Departamento Nacional da Propriedade Industrial, através da seção de orientação e coordenação, providenciará imediatamente o exame da invenção, diligenciando no sentido de ser o autor amplamente esclarecido e orientado sobre o mesmo, fornecendo-lhe, para isso, as instruções e elementos indispensáveis.

Parágrafo único. O Instituto Nacional de Tecnologia é autorizado a fornecer também ao inventor a ajuda de que necessitar, de modo a possibilitar, na medida ao seu alcance, a construção ou execução do invento, comprovando-lhe o valor e a eficiência.

Art. 5.º Concluído o exame técnico e verificado que o invento está em

ordem e satisfaz as condições legais de patenteabilidade, aplicar-se-ão ao pedido as mesmas disposições de ordem processual relativas a prazos, publicações, oposição e recursos, estabelecidas no Código de Propriedade Industrial.

Art. 6.º O Presidente da República expedirá, dentro em 90 (noventa) dias, regulamento para a execução desta Lei.

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data em que fôr baixado o respectivo regulamento.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

J. M. Whitaker

*Napoleão de Alencastro Guimarães*

LEI N.º 2.557 — DE 10 DE  
AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 621.550,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de diárias a médicos civis que integraram Juntas Militares de Saúde.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 621.550,00 (seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) para atender ao pagamento de diárias de médicos civis que integraram Juntas Militares de Saúde, nos exercícios de 1947 e 1948, no território da 2.ª Região Militar.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

J. M. Whitaker.

## LEI N.º 2.558 — DE 12 DE AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 814.400,00 para pagamento de honorários a professores do Colégio Pedro II — Externato.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 814.400,00 (oitocentos e quatorze mil e quatrocentos cruzeiros) para pagamento de honorários a que fizeram jus, em 1953, os professores, abaixo relacionados, do Colégio Pedro II — Externato:

	Cr\$
1 — Alvacyr Pedrinha — Professor de Português .....	24.160,00
2 — Amelia Moreira de Souza — Professor de Trabalhos manuais .....	11.520,00
3 — Astrea Dutra dos Santos — Professor de História ..	19.440,00
4 — Ali de Mello — Professor de Geografia .....	7.440,00
5 — Adriano Pinto — Professor de Latim .....	8.320,00
6 — Armando José Sampaio de Souza — Professor de História .....	4.480,00
7 — Ayrton Gonçalves da Silva — Professor de Ciências ..	9.280,00
8 — Aldemar Pereira — Professor de Desenho .....	4.720,00
9 — Antônio de Pádua da Costa e Cunha — Professor de de Português .....	7.440,00
10 — Alcias Martins de Athayde — Professor de Geografia	8.560,00
11 — Ariosto Espinheira — Professor de Geografia .....	5.440,00
12 — Antônio José Chediack — Professor de Português ...	8.720,00
13 — Antônio Veiga de Freitas — Professor de Português ..	12.160,00
14 — Antônio Kubrusly — Professor de Física .....	11.120,00
15 — Astor Read de Sá Roris — Professor de Desenho ....	10.320,00
16 — Alfredo Taunay — Professor de História .....	10.560,00
17 — Bayard Demaria Boiteux — Professor de Matemática	4.080,00
18 — Cremildo Lyra de Arruda — Professor de Latim ....	13.840,00
19 — Camila Teixeira Alvares de Azevedo — Professor de Desenho .....	4.800,00
20 — Carlos Marie Cantão — Professor de Geografia ....	12.400,00
21 — Chafi Haddad — Professor de Matemática .....	10.080,00
22 — Deocacina Cordeiro de Guinancio — Professor de Desenho .....	8.560,00
23 — Demosthenes de Oliveira Dias — Professor de História .....	12.480,00
24 — Elzio Bahiense — Professor de Geografia .....	3.840,00
25 — Eduardo Prado de Mendonça — Professor de Fi- losofia .....	7.680,00
26 — Edgard Castilho Peixoto — Professor de Desenho ....	16.960,00
27 — Ernesto Frederico Barandier da Cunha — Professor de Desenho .....	12.880,00
28 — Eugênia Damasceno Vieira Prado — Professor de História .....	11.520,00
29 — Fernando Segismundo Esteves — Professor de His- tória .....	12.800,00
30 — Fernando de Souza Pessanha — Professor de História	13.440,00
31 — Pe. Francisco Domingues Carneiro — Professor de Latim .....	9.520,00
32 — Gildo Wichers Lopes — Professor de Português .....	13.120,00
33 — Helio de Alcântara Avelar — Professor de História ...	8.560,00
34 — Heloisa Hardman do Valle — Professor de Português	8.880,00
35 — Hilda Reis Capucci — Professor de Português .....	11.840,00
36 — Henrique Campos Cavalleiro — Professor de Desenho	12.240,00
37 — Henrique Canongia — Professor de Desenho .....	10.320,00

38 — Irineu Leite de Freitas — Professor de Matemática .	11.840,00
39 — Julieta Grassia Sereno — Professor de Francês .....	13.520,00
40 — João Moojen de Oliveira — Professor de Ciências ...	4.960,00
41 — José Coelho de Almeida Cousin — Professor de História .....	8.240,00
42 — José Pompilio da Hora — Professor de Latim .....	11.280,00
43 — João do Prado Maia — Professor de Português .....	12.240,00
44 — José Gonçalves Villanova — Professor de Português ..	4.800,00
45 — José Sennem Bandeira — Professor de Desenho .....	11.280,00
46 — Jorge Alberto de Mello — Professor de Matemática ..	7.520,00
47 — Joaquim Menezes de Oliva — Professor de História ..	15.200,00
48 — Lourival Pinto Cordeiro de Souza — Professor de Matemática .....	4.480,00
49 — Lucio Ribeiro Banerfeldt — Professor de Inglês .....	1.840,00
50 — Leda do Rego Monteiro — Professor de História .....	5.680,00
51 — Lindalvo Bezerra dos Santos — Professor de Geografia .....	17.360,00
52 — Luiz Sauerbronn — Professor de Matemática .....	5.520,00
53 — Mário Vieira Maia — Professor de Física .....	13.760,00
54 — Maximiano Augusto Gonçalves — Professor de Português .....	8.640,00
55 — Manoel Jairo Bezerra — Professor de Matemática .....	8.640,00
56 — Maria Edméa de Andrade Jacques da Silva — Professor de Matemática .....	6.880,00
57 — Miguel Ramalho Novo — Professor de Matemática ..	13.440,00
58 — Miguel Magaldi — Professor de Matemática .....	13.280,00
59 — Maria de Lourdes Perdigão Moreira da Fonseca — Professor de Francês .....	13.040,00
60 — Nair Quintela — Professor de Francês .....	8.960,00
61 — Newton Gonçalves de Barros — Professor de História .....	12.560,00
62 — Oldemar Ferreira dos Santos — Professor de Desenho ..	11.760,00
63 — Orlando Leal Carneiro — Professor de Português ....	4.000,00
64 — Oswaldo Mendes Dias — Professor de Matemática ....	8.960,00
65 — Odín Aquino Casses — Professor de História .....	8.640,00
66 — Orlando Ferreira da Costa — Professor de Ciências ..	2.880,00
67 — Paulo Lantelme — Professor de Português .....	9.520,00
68 — Paulo Ronai — Professor de História .....	9.760,00
69 — Raymundo Abelardo de Araújo — Professor de História .....	8.400,00
70 — Rebeca Datz — Professor de Inglês .....	20.800,00
71 — Ricardo José Antunes Júnior — Professor de Desenho ..	14.000,00
72 — Ricardo Greehalgh Barreto Filho — Professor de Matemática .....	33.920,00
73 — Sylvio Edmundo Elia — Professor de Latim .....	4.720,00
74 — Sayonara Tojeiro — Professor de Latim .....	14.320,00
75 — Saulo Diniz Swerts — Professor de Matemática ....	8.960,00
76 — Seraphim Pereira da Silva Neto — Professor de Português .....	7.200,00
77 — Vicente Sobrinho Porto — Professor de Espanhol ...	15.360,00
78 — Vicente Costa Tapajós — Professor de História .....	2.400,00
79 — Walfrido Leocádio Freire — Professor de Matemática ..	4.560,00
80 — Zilda de Azeredo Lopes Corrêa — Professor de Desenho .....	5.760,00
Soma .....	814.400,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.559 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Concede a inclusão da Escola Superior de Química do Paraná entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00, de acôrdo com o disposto no art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a inclusão, entre os estabelecimento de ensino subvencionados pelo Governo Federal, da Escola Superior de Química do Paraná, sendo a mesma concedida, de acôrdo com o disposto no art. 16 da referida lei, a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões de quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Candido Motta Filho.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.560 — DE 12 DE  
AGOSTO DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para equipamento importado pela firma Eletro Metalúrgica Abrasivos Salto Ltda.*

O Presidente dá República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, bem como do imposto de consumo, para o equipamento abaixo enumerado, importado pela firma

Eletro Metalúrgica Abrasivos Salto Ltda.:

- 1 — fôrno elétrico e aparelhamento elétrico;
- 2 — motores elétricos de acionamento;
- 3 — máquinas de britagem;
- 4 — máquinas de refinação e seleção;
- 5 — máquinas para a manutenção do equipamento.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.561 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para um carrilhão automático destinado à Igreja Matriz de N.S. do Sagrado Coração, em Vila Formosa, na Capital do Estado de São Paulo*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um carrilhão automático, composto de 47 sinos, acessórios próprios para sua instalação, teclados, relógios, armações e mais pertences, destinado à torre da Igreja Matriz de N.S. do Sagrado Coração, em Vila Formosa, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*J. M. Whitaker*

LEI N.º 2.562 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pintor Helios Aristides Seelinger*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida ao pintor Helios Aristides Seelinger a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º O pagamento da pensão estipulada no Art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
J. M. Whitaker

LEI N.º 2.563 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 8.506,90 para pagamento de contribuições de empregados e empregadores, devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.506,90 (oito mil quinhentos e seis cruzeiros e noventa centavos), para pagamento de contribuições de empregados e empregadores, referentes aos meses de junho e julho de 1947, devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Candido Motta Filho  
J. M. Whitaker

LEI N.º 2.564 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de S. Vicente de Paulo, de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à conferência de Nossa Senhora da Abadia, da Sociedade de São Vicente de Paulo, da cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás, os seguintes bens constantes do espólio do Padre Angelo Garcia Cordovilla e deferidos à União pela transcrição n.º 7.589, de 5 de fevereiro de 1946: uma pequena casa de morada e respectivo terreno, de 13 x 24 metros, situado à Rua Presidente Vargas número 437; outra pequena casa e terreno de 12,50 x 25 metros, situada à Rua Goiás n.º 286; uma pequena casa e terreno de 12,50 x 25 metros, à Rua Bahia n.º 198; uma pequena casa e respectivo terreno, à Rua Presidente Vargas, confrontando com o próprio espólio, Eugênio Pais e Amin Rassi; um terreno com dois mil tijolos, à Rua Presidente Vargas, medindo 10,50 x 25 metros, confrontando com o mesmo espólio e Benevides de Campos; três prédios e respectivos terrenos, à Rua Dr. Pedro Ludovico números 330, 338 e 346; uma casa e terreno de 11 x 25 metros, à Rua Alagoas; um terreno de 24 x 25 metros, à Rua Alagoas, confrontando com o referido espólio; dois lotes anexos, com frentes para as Avenidas João Pessoa e Maranhão e Rua Dr. Pedro Ludovico, formando um polígono irregular de 50 x 100 x 15 x 20 metros; imóveis estes avaliados nos respectivos autos de arrecadação de bens por

Cr\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil cruzeiros).

Art. 2.º Os imóveis discriminados no art. 1.º desta lei, destinam-se aos serviços de assistência social mantidos pela Conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de São Vicente de Paulo, inclusive para construção de asilo e hospital.

Art. 3.º A sociedade donatária poderá alienar os imóveis e, em caso de dissolução, deverão eles reverter ao patrimônio da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 37.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.565 — DE 12 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 7.671,70 para ocorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao ex-enfermeiro Odyssea Britto Mangueira.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.671,70 (sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros e setenta centavos) para ocorrer ao pagamento de vencimentos relativos ao exercício de 1950, a que tem direito o ex-enfermeiro do mesmo Ministério Odyssea Britto Mangueira.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.566 — DE 13 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 175.384,80 para regularização de despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1953, foram pagas além do crédito próprio.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 175.384,80 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos) para regularização das despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1953, à conta da Subconsignação 62 — Abono Provisório e novas aposentadorias, da Verba 3 — Serviços e Encargos, — foram pagas, além do crédito orçamentário próprio, pela administração do Território do Acre.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.567 — DE 13 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 destinado à aquisição, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de 5 motores Diesel e ao reparo de 3 lanchas com que a mesma corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) destinado à aquisição, pelo Corpo de Bombeiros

do Distrito Federal, de 5 motores Diesel e ao reparo de 3 lanchas com que a mesma corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.568 — DE 13 DE  
AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para construção de um posto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Santa Teresa.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para construção de um posto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Santa Teresa.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.569 — DE 13 DE  
AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente Orçamento.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros), em reforço da seguinte dotação, consignada no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954):

Verba 1 — Pessoal

Consignação 3 — Vantagens

Subconsignação 09 — Gratificação e representação

01 — Supremo Tribunal Federal — Cr\$ 48.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.



LEI N.º 2.570 — DE 13 DE AGOSTO DE 1955

*Reestrutura o Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterado, de acôrdo com a Tabela anexa, o Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os cargos vagos criados pela presente lei serão automaticamente preenchidos pelos atuais ocupantes das carreiras, obedecida a respectiva antiguidade de classe e assegurada a prioridade para o acesso aos ocupantes das classes superiores, quando houver fusão de classes sucessivas.

Parágrafo único. Para efeito de desempate obedecer-se-ão aos critérios estabelecidos para promoção.

Art. 3.º O órgão do pessoal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil promoverá a apostila dos títulos dos funcionários beneficiados pela presente lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Octavio Marcondes Ferraz.*

TABELA DE QUE TRATA O ART. 1.º DESTA LEI  
ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Quadro IV

(Restabelecido pelo Decreto n.º 33.303, de 15 de julho de 1953, com a lotação existente em 1942)

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					Observações
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	
	a) Cargos em comissão					a) Cargos em comissão				
1	Diretor .....	CC-2	—	—	1	Diretor .....	CC-1	—	1	
1	Tesoureiro .....	N	—	1	1	Tesoureiro .....	N	—	1	
	b) Cargos isolados de provimento efetivo					b) Cargos isolados de provimento efetivo				
2	Tesoureiro-Auxiliar .....	L	—	2	2	Tesoureiro-Auxiliar .....	L	—	2	
	c) Carreiras permanentes					c) Carreiras permanentes				
	Agente de E. de Ferro					Agente de E. de Ferro				
					6		K	—	6	
					10		J	—	10	
					15		I	—	16	
					21		H	—	21	
35		G	—	—	35		G	5	—	
40		F	—	—	40		F	—	—	
56		E	—	—	69		E	—	13	
122		D	—	112	10		D	10	—	
253				112	207			15	66	
	Almoxarife	J	—	1	1	Almoxarife	J	—	1	
1										
	Auxiliar de Engenheiro	K	—	—	4	Auxiliar de Engenheiro	K	2	—	
2		J	—	—	7		J	3	—	
7		I	—	1	2		I	2	—	
3		H	—	4	—		H	—	—	
4								7	—	
16				5	13					
	Auxiliar de Portaria					Auxiliar de Portaria				
	— Nihil —				1		J	—	1	
					1		I	—	1	
					2		H	—	2	
					3		G	—	3	
					5		F	—	5	
					6		E	—	6	
					7		D	—	7	
					25			—	25	

Carreira criada p/aproveitamento dos atuais serventes, conf Lei n.º 1.721-11-1952.

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					Observações
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	
	Condutor de Trem					Condutor de Trem				Carreira criada p/aproveitamento de Desenhistas-Aux.
					2	.....	K	—	2	
					4	.....	J	—	4	
					6	.....	I	—	6	
					8	.....	H	—	8	
15	.....	G	—	—	15	.....	G	2	—	
25	.....	F	—	7	19	.....	F	—	1	
20	.....	E	—	20	24	.....	E	—	24	
22	.....	D	—	22	—	.....	D	—	—	
82				49	78			2	45	
	Desenhista					Desenhista				
	— Nihil —				1	.....	L	—	1	
					1	.....	K	—	1	
					2	.....	J	—	2	
					4				4	
	Desenhista-Auxiliar					Desenhista-Auxiliar				
1	.....	H	—	—	1	.....	H	1	—	
1	.....	G	—	—	1	.....	G	1	—	
1	.....	F	—	1	—	.....	F	—	—	
1	.....	E	—	1	—	.....	E	—	—	
4				2	2			2	—	
	Engenheiro					Engenheiro				
3	.....	O	—	—	7	.....	O	—	4	
4	.....	N	—	—	9	.....	N	—	5	
5	.....	M	—	—	11	.....	M	—	6	
8	.....	L	—	4	4	.....	L	4	—	
20	.....	K	—	20	—	.....	K	—	—	
40				24	31			4	15	
	Escriturário (D. L. 145 (Extinta)					Escriturário (D. L. 145 (Extinta)				
30	.....	G	—	17	13	.....	G	13	—	
1	.....	F	—	1	—	.....	F	—	—	
31				18	13			13	—	

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					Observações
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos	
50	Escriturário	G	—	—	80	Escriturário	G	—	30	O provimento de 13 cargos desta carreira fica condicionado à supressão de 13 cargos na carreira extinta de Escriturário (D. L. 145, de 1937).
60	.....	F	—	—	128	.....	F	—	68	
178	.....	E	—	159	19	.....	E	19	—	
288	.....		—	159	227	.....		19	98	
	Maquinista de E. de Ferro					Maquinista de E. de Ferro				
	.....				2	.....	K	—	2	
	.....				3	.....	J	—	3	
	.....				6	.....	I	—	6	
27	.....	G	—	—	10	.....	H	—	10	
27	.....	F	—	23	27	.....	G	6	—	
29	.....	E	—	29	30	.....	F	—	26	Nesta carreira foram previstos cargos para aproveitamento de 2 Aux. Eng.º "K" e 3 "J".
15	.....	D	—	15	—	.....	—	—	—	
98	.....		—	67	78	.....		6	47	
	Mestre de linha					Mestre de linha				
	.....				1	.....	K	—	1	
	.....				1	.....	J	—	1	
	.....				2	.....	I	—	2	
	.....				2	.....	H	—	2	
5	.....	G	—	1	5	.....	G	2	—	
4	.....	F	—	4	—	.....	F	—	—	
4	.....	E	—	4	—	.....	E	—	—	
13	.....		—	9	11	.....		2	6	
	Oficial Administrativo					Oficial Administrativo				
2	.....	M	—	—	6	.....	M	—	3	
3	.....	L	—	—	8	.....	L	—	5	
5	.....	K	—	—	12	.....	K	—	7	
8	.....	J	—	—	18	.....	J	—	10	
13	.....	I	—	—	20	.....	I	—	7	
20	.....	H	—	—	40	.....	H	—	20	
51	.....		—	—	103	.....		—	52	
	Servente (Extinta)					Servente (Extinta)				
5	.....	E	—	—	5	.....	E	5	—	
10	.....	D	—	—	10	.....	D	10	—	
15	.....	C	—	15	—	.....	C	—	—	
30	.....		—	15	15	.....		15	—	

d) Funções gratificadas :

Número de funções	Nome da função	Gratificação anual	Observação	Número de funções	Nome da função	Gratificação anual	Observação
4	Chefes de Divisão .....	7.800,00	(cada uma)	4	Chefes de Divisão .....	18.000,00	(cada uma)
1	Secretário de Diretor ...	4.800,00		1	Secretário de Diretor ...	12.000,00	
4	Fiscais de Tração .....	1.800,00	(cada uma)	4	Fiscais de Tração .....	4.800,00	(cada uma)
8	Fiscais de Tráfego .....	1.800,00	(cada uma)	8	Fiscais de Tráfego .....	4.800,00	(cada uma)
1	Chefe do SRP-3 .....	4.800,00		1	Chefe do SRP-3 .....	12.000,00	
12	Despachadores .....	1.800,00	(cada uma)	12	Despachadores .....	4.800,00	(cada uma)
2	Agentes especiais .....	1.800,00	(cada uma)	2	Agentes especiais .....	7.200,00	(cada uma)
<u>32</u>				<u>32</u>			

LEI N.º 2.571 — DE 13 DE AGOSTO  
DE 1955

*Dispõe sobre a aplicação de crédito brasileiro na construção da rodovia Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Franco.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a aplicar os créditos decorrentes do empréstimo concedido, em 6 de junho de 1942, pelo Banco do Brasil S. A. ao Banco da República do Paraguai, com a garantia do Tesouro Nacional, bem como as somas já depositadas na Agência do Banco do Brasil em Assunção, a título de resgate de obrigações do referido empréstimo já vencidas, na construção da rodovia Coronel Oviedo — Pôrto Presidente Franco, em bases a serem acordadas entre os dois Governos.

Art. 2.º O Tesouro Nacional assumirá para com o Banco do Brasil as responsabilidades decorrentes da presente lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.572 — DE 13 DE AGOSTO  
DE 1955

*Modifica o art. 4.º e seu parágrafo da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948 (Quota do imposto de renda, destinada aos municípios).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O art. 4.º e seu parágrafo da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948 (Quota do imposto de renda destinada aos municípios) são modificados da seguinte forma:

“Art. 4.º A apuração e fixação da importância devida aos municípios terão por base:

I — o total da arrecadação geral do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, no exercício anterior ao da elaboração orçamentária;

II — o número de unidades administrativas existentes a 31 de dezembro do ano da elaboração orçamentária, acrescido das que forem criadas até essa data, desde que instaladas até 31 de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo único. No exercício de 1955, a instalação, para efeito do disposto no item II deste artigo, poderá ter sido feita até 31 de março de 1955”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.573 — DE 15 DE AGOSTO  
DE 1955

*Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os trabalhadores que exercerem suas atividades em contato permanente com inflamáveis, em condições de periculosidade, terão direito a uma remuneração adicional de 30% (trinta por cento) sobre os salários que perceberem.

Art. 2.º Consideram-se, para os efeitos desta lei, como condições de periculosidade, os riscos a que estão expostos os trabalhadores decorrentes do transporte, da carga e descarga de inflamáveis, do reabastecimento de aviões ou de caminhões-tanques e de postos de serviço, enchimento de latas e tambores, dos serviços de manutenção e operação em que o trabalhador se encontre sempre em contato com inflamáveis, em recintos onde estes são armazenados e manipulados ou em veículos em que são transportados.

Art. 3.º A remuneração adicional a que se refere a presente Lei só será devida enquanto perdurar a execução de serviços pelo trabalhador nas condições previstas no art. 2.º.

Art. 4.º Poderá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio incluir outras atividades profissionais para os efeitos desta Lei.

Art. 5.º Os trabalhadores beneficiados pela presente Lei poderão optar pela quota de insalubridade que porventura lhes seja devida.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Napoleão de Alencastro Guimarães.*

LEI N.º 2.574 — DE 17 DE AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 570,00 para pagamento de gratificação adicional ao dentista, referência 22, lotado no Colégio Pedro II — Externato — Antônio da Silva Leite.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 570,00 (quinhentos e setenta cruzeiros) para pagamento ao dentista, referência 22, lotado no Colégio Pedro II — Externato — Antônio da Silva Leite, correspondente à gratificação adicional de 15%, dos meses de novembro e dezembro ... de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Cândido Mota Filho.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.575 — DE 17 DE AGOSTO DE 1955

*Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.564, de 1 de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica incluído na relação nominal a que se refere o art. 2.º da lei n.º 1.564, de 1.º de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, o nome de Benedito Anastácio Corrêa, ocupante do cargo da classe F da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério.

Art. 2.º A vigência desta lei será contada a partir de 5 de março ... de 1952.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.576 — DE 17 DE AGOSTO DE 1955

*Dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério de Aeronáutica, bem como as de candidatos a cargos e funções do mesmo Ministério, para efeitos de posse, exercício, aposentadoria, controle de faltas ao serviço, licença e os exames de sanidade e capacidade física ocasionais ou periódicas serão realizados:

a) no Distrito Federal, para efeitos de aposentadoria, pela Junta de Saú-

de da 3.<sup>a</sup> Zona Aérea, e para os demais casos, pelas Juntas de Saúde dos diversos órgãos da Aeronautica, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro;

b) nos Estados e Territórios, pelas respectivas Juntas de Saúde dos Quartéis Gerais das diversas Zonas Aéreas e dos Postos Médicos das Bases Aéreas, de acordo com as instruções que forem aprovadas para as inspeções de saúde na Aeronáutica.

Art. 2.º Deverão ser observadas, pelas Juntas Médicas Militares e pelas repartições interessadas, as disposições legais em vigor para as inspeções de saúde dos servidores civis.

Art. 3.º Das decisões das Juntas Médicas, quer se trate de servidores civis, quer de candidatos a cargos ou funções, caberá recurso das autoridades ou dos interessados para o Ministro da Aeronáutica, que determinará nova inspeção pela Junta Superior de Saúde.

Art. 4.º São considerados válidos, para todos os efeitos, os laudos emitidos pelo Serviço de Biometria Médica sobre servidores da Aeronáutica, cujas inspeções de saúde tenham sido requisitadas em data anterior à publicação desta lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eduardo Gomes.

LEI N.º 2.577 — DE 19 DE AGOSTO DE 1955

*Revigora o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 32.065, de 8 de janeiro de 1953, destinado ao reaparelhamento da Casa da Moeda.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É revigorado até 31 de dezembro de 1955, o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 32.065, de 8

de janeiro de 1953, destinado ao reaparelhamento da Casa da Moeda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.578 — DE 20 DE AGOSTO DE 1955

*Revoga o Decreto-lei n.º 7.013, de 1 de novembro de 1944 (Dispõe sobre o policiamento interno de empresas e estabelecimentos particulares).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto-lei n.º 7.013, de 1 de novembro de 1944 (Dispõe sobre o policiamento interno de empresas e estabelecimentos particulares).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

LEI N.º 2.579 — DE 23 DE AGOSTO DE 1955

*Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os militares, convocados ou não, que tenham servido no teatro de operações da Itália, no período



de 1944-45, ... (Vetado) ..., em qualquer tempo julgados inválidos ou incapazes — mesmo depois de transferidos para a reserva — reformados, aposentados ou licenciados do serviço militar, por sofrerem de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, serão considerados, quando verificada a enfermidade pela Junta Militar de Saúde, como se em serviço ativo estivessem, e reformados ou aposentados com as vantagens da Lei número 288, de 8 de junho de 1948, combinada com o art. 10 do Decreto-lei n.º 8.795, de 23 de janeiro de 1948, e com o art. 303 da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951, com a interpretação do Decreto número 30.119, de 1 de novembro de 1951, e com o direito à etapa de asilado nas condições previstas na citada Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Os veteranos de guerra definidos no artigo anterior que, em qualquer tempo, forem incapacitados para o serviço; por sofrerem de outras doenças não referidas no art. 1.º desde que a incapacidade os impossibilite de provar os meios de subsistência, independentemente de tempo de serviço, e de relação de causa e efeito com as condições de guerra, serão, também, considerados — quando verificada a incapacidade pela Junta Militar de Saúde — como se em atividade estivessem, e reformados ou aposentados nas condições previstas na Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, com direito à etapa de asilado, estabelecida na Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Parágrafo único. A etapa de asilado, a que se refere a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, será concedida nas condições por ela fixadas às pracas de pré reformadas em consequência de ferimento ou moléstia adquirida na zona de combate.

Art. 3.º O amparo concedido por esta Lei não poderá ser cumulado com qualquer outro provento de reforma ou aposentadoria, cabendo, porém, aos beneficiados pelo art. 5.º da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, o direito de opção.

Art. 4.º Aos que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais, e aos que prestaram serviço, em geral, na zona definida pelo

Decreto n.º 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, não serão aplicadas as disposições desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Edmundo Jordão Amorim do Valle

Henrique Lott

Eduardo Gomes

LEI N.º 2.580 — DE 24 DE AGOSTO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Educação e Cul-  
tura, o crédito especial de Cr\$ ...  
14.800,00 para atender ao pagamento  
de bolsas de estudo concedidas a  
alunos da Escola Técnica Nacional.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos cruzeiros) para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional, nos meses de outubro e novembro de 1951.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.581 — DE 25 DE  
AGOSTO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de ..... Cr\$ 218.675,00 para atender ao pagamento, aos seus servidores, de diárias relativas ao exercício de 1953.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Comissão do Vale

do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 218.675,00 (duzentos e dezoito mil seiscentos e setenta e cinco cruzeiros), destinado ao pagamento aos servidores daquela Comissão de diárias relativas ao exercício de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.582 — DE 30 DE AGOSTO DE 1955

*Institui a Cédula Única de votação*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' instituída para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República a cédula única de votação, de acordo com o modelo anexo, contendo os nomes dos candidatos na ordem cronológica dos respectivos registros.

Parágrafo único. A cédula única será impressa e distribuída pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Tribunais Regionais e, por estes, redistribuída aos juizes, que a remeterão aos presidentes das mesas receptoras em número suficiente aos eleitores de cada uma.

Art. 2.º O disposto no artigo anterior não exclui a faculdade, que têm os partidos, de imprimir e distribuir cédulas do mesmo modelo para sua utilização nos termos desta lei.

Parágrafo único. Se a justiça eleitoral não puder fazer chegar às mesas receptoras as cédulas por ela impressas, os partidos poderão entregar às mesas as de sua impressão, desde que o façam em quantidade suficiente para todos os eleitores.

Art. 3.º O eleitor admitido a votar apresentará, com o seu título eleitoral, a cédula de que se houver munido ao presidente da mesa receptora, o qual verificando estar a cédula em ordem e não assinalada depois de, nesse ato, rubricá-la com os mesários presentes, e dar-lhe o número correspondente (séries de 1 a 9), a devolverá ao eleitor para que, no gabinete indevassável, assinale em cruz, a tinta ou lapis-tinta fornecidos pela mesa, no retângulo a esse fim destinado, os nomes de seus candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

§ 1.º A cédula de que trata esta lei constituirá a própria sobrecarta, de modo a resguardar-se o sigilo do voto, devendo as rubricas serem apostas na parte externa.

§ 2.º Se o eleitor não apresentar cédula, o presidente da mesa entregará-lhe a cédula distribuída pela justiça eleitoral, observando-se todas as cautelas previstas neste artigo.

§ 3.º O presidente da mesa também entregará ao eleitor a cédula distribuída pela justiça eleitoral, caso o votante apresente cédula já assinada ou com vícios outros que comprometam o sigilo do voto, ou ainda que

não corresponda ao modelo legal. Nesta hipótese, o presidente da mesa reterá a cédula apresentada pelo eleitor, inutilizando-a em seguida.

§ 4.º Ao entregar ou restituir a cédula ao eleitor, o presidente da mesa receptora mostrá-la-á antes aos fiscais de partido presentes ao ato, para que possam verificar se está conforme as disposições desta lei.

Art. 4.º A rubrica da cédula em outra oportunidade que não a da entrega ou restituição da mesma ao eleitor, no ato de votar, constitui o delito previsto no item 19 do artigo 175 do Código Eleitoral.

Parágrafo único. Qualquer que seja o meio de grafia utilizado para o assinalamento da cédula, deverá ser quanto possível, uniforme, a fim de se resguardar o sigilo do voto.

Art. 5.º Ao depositar a cédula na urna, o votante deverá fazê-lo por maneira a mostrar a parte rubricada à mesa e aos fiscais de partido presentes.

Art. 6.º Havendo coincidência de eleições para Presidente e Vice-Presidente da República com eleições para preenchimento de outros cargos o eleitor irá ao gabinete indevassável duas vezes: a primeira para assinalar na cédula única os nomes dos candidatos de sua escolha; depois de votar com a cédula única o eleitor receberá do presidente da mesa a scorecarta oficial com a qual votará ao gabinete indevassável para votar nas mais candidaturas.

Art. 7.º E' revogado o artigo 36 e seus parágrafos da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 8.º Os militares removidos ou transferidos no período de seis meses anteriores ao pleito, poderão votar nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, na localidade em que estiverem servindo, observado o disposto no artigo 32, § 1.º, da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MODELO DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1.º  
DESTA LEI

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

☐☐☐☐

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

☐☐☐

PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

LEI N.º 2.533 — DE 31 DE AGOSTO  
DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ ...  
2.400,00, mensais, a Corina da Ro-  
cha Paraíso Godinho.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Na-  
cional decreta e eu sanciono a se-  
guinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão es-  
pecial de Cr\$ 2.400,00 (dois mil e  
quatrocentos cruzeiros), mensais, a  
Corina da Rocha Paraíso Godinho,  
viúva do engenheiro civil do Depar-  
tamento Nacional de Estradas de Ro-  
dagem, classe L, Rodolfo Paraíso Go-

dinho, falecido a 16 de dezembro ...  
de 1951.

Art. 2.º E' o Poder Executivo au-  
torizado a abrir, pelo Ministério com-  
petente, o crédito necessário ao cum-  
primento do disposto no artigo an-  
terior.

Art. 3.º A pensão a que se refere  
o artigo 1.º, será paga a partir de  
1 de janeiro de 1952.

Art. 4.º Revogam-se as disposições  
em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de agosto  
de 1955; 134.º da Independência e 67.º  
da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

Octavio Marcondes Ferraz.

LEI N.º 2.524 -- DE 1 DE SETEMBRO DE 1955

*Cria Coletorias Federais, e dá outras providências.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criadas Coletorias Federais nos seguintes Municípios:  
Brasília, no Território do Acre; Oiapoque, no Território do Amapá; Barrei-  
rinha, Benjamin Constant, Caruaru, Coari, Codajás, Fonte Boa, Itapiranga,  
Lábrea, São Paulo de Olivença, Uaupés e Urucará, no Estado do Amazonas;  
Acará, Almeirim, Ananindeua, Anhangá, Inhangapi, Araticu, Bujaru, Capa-  
nema, Conceição do Araguaia, Curralinho, Curuçá, Faro, Irituia, Itaituba,  
Itupiranga, João Coelho, Juriti, Marapanim, Moju, Muaná, Nova Tim-  
boteua, Ourém, Ponta de Pedras, Portal, Pôrto de Moz, Prainha, Salinó-  
polis, São Caetano de Odivelas, Tucuruí e Viseu, no Estado do Pará; Alto  
Parnaíba, Anajátuba, Axixá, Barreirinhas, Benedito Leite, Bequimão, Buriti  
Bravo, Cajapió, Cajari, Cândido Mendes, Carutapera, Chapadinha, Coelho  
Neto, Curuzu, Ipixuna, Lorêto, Matinha, Morros, Nova Iorque, Parnarama,  
Passagem Franca, Peri-Mirim, Pindaré-Mirim, Pôrto Franco, Presidente  
Dutra, Primeira Cruz, Riachão, Santa Quitéria do Maranhão, São Fran-  
cisco do Maranhão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras,  
Timbiras e Urbano Santos, no Estado do Maranhão; Alto Longá, Bene-  
dittos, Bertolínia, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Caracol,  
Cocal, Fronteiras, Gilbués, Guadalupe, Jerumenha, Palmeiras, Parnaguá,  
Paulistana, Pio IX, Pôrto, Regeneração, Ribeiro Gonçalves, Santa Filo-  
mena, São Miguel do Taquão e São Pedro do Piauí, no Estado do Piauí;  
Acopiára, Aracoiaba, Araripe, Assaré, Aurora, Baixo, Boa Virgem, Brejo  
Santo, Cariré, Caririáçu, Frade, Ibiapina, Independência, Inhuçá, Ipueiras,  
Jardim, Jucás, Mauriti, Missão Velha, Mombaca, Morada Nova, Nova  
Russas, Pacajús, Pedra Branca, Pentecoste, Quixará, Reriutaba, Saboeiro,  
Santanópolis, Solonópole, Tamboril, Tianguá, Ubajara, Uruburetama e  
Várzea Alegre, no Estado do Ceará; Acari, Alexandria, Angicos, Apodi,  
Arês, Augusto Severo, Florânia, Ipanguaçu, Itaretama, Jardim de Piranhas,  
Jucurutu, Luiz Gomes, Nísia Floresta Parelhas, Patu, Pedro Avelino, Pedro  
Velho, Portalegre, Santana do Matos, Santo Antônio, São João do Sabugi,  
São José do Campestre, São Miguel, São Paulo do Potengi, São Rafael,  
São Tomé, Serra Negra do Norte, Taipu e Touros, no Estado do Rio  
Grande do Norte; Antenor Navarro, Araruna, Benito de Santa Fé, Brejo  
da Cruz, Cuité, Esperança, Filar, Sapé, Serraria, Soledade e Teixeira no

Estado da Paraíba; Afogados da Ingazeira, Agrestina, Alagoinha, Altinho, Angelim, Araribina, Bodocó, Brejo da Madre de Deus, Buiquê, Cabrobó, Camocim de São Félix, Carnaíba, Coripós, Correntes, Cortes, Cupira, Custódia, Exú, Flores, Glória do Goiatá, Gravata, Inajá, Itapetim, Jatiná, Joaquim Nabuco, João Alfredo, Jurema, Lagoa, Lagoa dos Gatos, Macapara, Manissobal, Orobé, Palmerin, Paneles, Parnamirim, Pedra, Petrolândia, Poção, Riacho das Almas, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, São Bento do Una, São Joaquim do Monte, São José do Egito, São Vicente Ferrer, Serra Talhada, Serrita, Surubim, Tabira, Tacaratu, Toritama, no Estado de Pernambuco; Batalha, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Major Izidoro, Piranhas, Pôrto de Pedras, Pôrto Real do Colégio e São Brasã, no Estado de Alagoas; Aquidabã, Canhoba, Carmópolis, Cristianópolis, Darcilena, Gararu, Nossa Senhora da Glória e Ribeirópolis, no Estado de Sergipe; Angical, Baixa Grande, Brejões, Cairu, Camassari, Conceição da Feira, Conde, Coração de Maria, Correntina, Cotegipe, Euclides da Cunha, Irecê, Itambé, Ituaçu, Itiúba, Jaguarari, Livramento do Brumado, Mucuri, Nova Soure, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Ribeira do Pombal, Santa Cruz Cabralia, Santaluz, Santo Estevão, Santo Inácio, Uaua e Una, no Estado da Bahia; Abadía dos Dourados, Açurena, Alpinópolis, Alterosa, Antônio Carlos, Antônio Dias, Baldim, Barão de Cocais, Belo Vale, Betim, Bias Fortes, Bom Jesus do Galho, Brumadinho, Bueno Brandão, Campina Verde, Campo do Meio, Campos Altos, Canápolis, Candeias, Capitólio, Caral, Carmo do Cajuru, Carnópolis de Minas, Carrancas, Carvalhos, Cascalho Rico, Coimbra, Comendador Gomes, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição dos Ouros, Congonhas, Coqueiral, Cordisburgo, Coroa, Corrego Danta, Cristais, Crucilândia, Cruzília, Delfinópolis, Dionísio, Divino, Divisa Nova, Ervália, Estiva, Estrêla do Indaí, Fama, Felixlândia, Galliléia, Guaraciaba, Guidoel, Guiricema, Iapu, Iguaçu, Indianópolis, Inhuma, Itaguera, Itanhomi, Itapagipe, Itinga, Ituaçu, Iturama, Jaboticatubas, Jacinto, Janaúba, Jequitai, Jequitibá, Jesuânia, Joana, Jordânia, Juruá, Ladainha, Lagoa da Prata, Lagoa Santa, Lajinha, Laranjal, Luminárias, Mantena, Martinho Campos, Mateus Leme, Matipó, Matosinhos, Medina, Miradouro, Monsenhor Paulo, Moravânia, Menuque, Novo Cruzeiro, Pains, Perdizes, Pimenta, Pocrane, Pompeu, Porteirinha, Pratinha, Presidente Olegário, Raposos, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Vermelho, Rubim, Salto da Divisa, Santa Cruz do Escalvado, Santa Juliana, Santa Margarida, Santana de Pirapama, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Jacutinga, Santa Vitória, São Geraldo, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São João Batista do Glória, São João da Ponte, São João do Paraíso, São Pedro da União, São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Maranhão, São Tiago, Sapucaí-Mirim, Senador Firmino, Senador Lemos, Sarrania, Simonésia, Soledade de Minas, Teixeira, Tocantins, Tumiritinga, Turmalina, Unai, Veríssimo, Vespasiano, Virgem da Lapa e Virgolândia, no Estado de Minas Gerais; Barra de São Francisco e Linhares no Estado do Espírito Santo; Cordeiro, Natividade do Carangola, Porciuncula e São Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro; Adamantina, Aguai, Aguas de São Pedro, Alfredo Marcondes, Alvares Florence, Alvares Machado, Alvaro de Carvalho, Américo de Campos, Anhembi, Arealva, Artur Nogueira, Barueri, Bastos, Bento de Abreu, Bilac, Buri, Buritama, Cabralia Paulista, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cardoso, Cerquilho, Conchal, Coroado, Corumbatai, Cosmorama, Cubatão, Drcena, Echaporã, Elias Fausto, Estrêla d'Oeste, Fernandópolis, Fernando Prestes, Florida Paulista, General Salgado, Getulina, Gracianópolis, Guaira, Guapiara, Guaracai, Guaraci, Guarantã, Guareí, Guarujá, Herculanidia, Iacanga, Iepê, Indiana, Ipuã, Irapuã, Itariri, Itirapina, Itirapuã, Jaborandi, Jales, Jarinu, Júlio Mesquita, Junqueirópolis, Juquiá, Lavinia, Lindoia, Lucélia, Lutécia, Macauba, Mairiporã, Manduri, Maracá, Martinópolis, Miguelópolis, Miracatu, Mirandópolis, Monte Alegre do Sul, Morro Agudo, Neves Paulista, Nhandeara, Nova Aliança, Nuporanga, Oleo, Oriente, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Palestina, Parana-pema, Parapuã, Paulicéia, Paulo de Faria, Pedro de Toledo, Pereira Barreto, Pilar do Sul, Piqueroi, Pirapozinho, Planalto, Poá, Pongai, Porangaba, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Quintana, Regente Feijó, Reginópolis, Ribeirão Branco, Rifania, Rínópolis, Rubiácea, Sales Oliveira,

Santa Bárbara do Rio Pardo, Santa Certrudes, São José da Bela Vista, São Miguel Arcanjo, Serra Azul, Serrana, Suzano, Taiuva, Taquarituba, Terra Roxa, Timburi, Ubirajara, Valentim Gentil, Vera Cruz, Vinhedo e Votuporanga, no Estado de São Paulo; Abatiá, Alvorada do Sul, Amoreira, Andará, Araiporanga, Araruva, Astorga, Barracão, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Campo Mourão, Capanema, Cascável, Centenário do Sul, Cinzas, Congoinhas, Contenda, Cruz Machado, Curiúva, Faxinal, Florestópolis, Francisco Beltrão, Guaira, Guaraniáçu, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ibatí, Ipirorá, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Japira, Jataizinho, Leópolis, Lupianópolis, Mandaguaiçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Nova Fátima, Ortigueira, Paranavaí, Pato Branco, Paulo Frontin, Peabiru, Pimhalão, Porecatu, Porto Amazonas, Primeiro de Maio, Guatinguá, Ribeirão do Pinhal, Rio Azul, Rio Bom, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio, Santo Inácio, São Jerônimo, Sengés, Sertãozinho, Tijucas do Sul, Timbu, Timoneira, Toledo e Uraí, no Estado do Paraná; Araquari, Camboriu, Capinzal, Ituporanga, Jaguaruna, Nova, Trento, Piratuba, Porto Belo, Rodeio, Taió, Tangará e Turvo, no Estado de Santa Catarina; Cacqui, Canela, Irai, São José do Norte e Três Passos, no Estado do Rio Grande do Sul; Alto Araguaia, Amambai, Aparecida do Taboado, Aripuanã, Barra do Bugres, Barra do Garças, Bonito, Camapuã, Diamantino, Mato Grosso, Nossa Senhora do Livramento, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Rio Brillante, Rochedo e Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso; e Araguacema, Araguatins, Aurilândia, Baliza, Cumari, Edéia, Itaguatins, Itaquê, Leopoldo de Bulhões, Miracema do Norte, Nazário, Nerópolis, Paranaíba, Petrolina de Goiás, Pontalina, Porangatu, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Uruaçu, Uruana, Urutai e Vianópolis, no Estado de Goiás.

Parágrafo único — Fica transformada em Mesa de Rendas Alfandegadas de Cachoeira Federal a atual Mesa de Rendas Alfandegárias de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º A lotação das Coletorias Federais será de 1 (um) coletor e de 1 (um) escrivão de Coletoria, salvo aquelas cuja renda anual, verificada nos dois últimos exercícios ou estimada no processo de sua criação, tenha sido inferior a Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), as quais serão lotadas apenas de 1 (um) escrivão de Coletoria, sem prejuízo da lotação de auxiliares de Coletoria, quando necessários.

Parágrafo único. O Poder Executivo fará, bienalmente e a partir da vigência desta lei, a revisão da lotação das Coletorias Federais, propondo ao Poder Legislativo a criação dos cargos que se fizerem necessários.

Art. 3.º O Poder Executivo proporá ao Poder Legislativo a criação de Agências de Arrecadação nos distritos populosos quando se verificar:

a) deficiência dos meios de comunicação com a sede do respectivo Município onde se achar instalada a Coletoria Federal;

b) renda anual superior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); e

c) mais de 50 (cinquenta) contribuintes dos impostos de consumo e de renda.

§ 1.º Não poderá ser criada mais de uma Agência de Arrecadação no mesmo distrito.

§ 2.º Poderão ser criadas Agências de Arrecadação também na sede de Município, de acordo com a conveniência do serviço, devidamente justificada, desde que a população urbana ultrapasse de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, devendo ser mantida uma distância mínima de 2 (dois) quilômetros entre as agências e entre estas e a respectiva Coletoria Federal.

§ 3.º As Agências de Arrecadação terão estrutura uniforme, devendo seus serviços obedecer à regulamentação que será expedida pelo Poder Executivo dentro em 90 (noventa) dias da publicação desta lei.

§ 4.º São desde já criadas Agências de Arrecadação nos seguintes distritos do Rio Grande do Sul: Cérro Largo, com jurisdição em Guarani das Missões e Roque Gonzaléz, Município de São Luis Gonzaga; Gramado,



com jurisdição em Oliva, Santa Lúcia do Piaí e Linha Imperial, Municípios de São Francisco de Paula, Caxias do Sul e Cai, subordinada a Caxias do Sul; Horizontina, Três de Maio e Tucunduva, distritos do Município de Santa Rosa; Mussum, com jurisdição em Vespasiano Corrêa, Município de Guaporê; Paim Filho, com jurisdição em Machadinho, Cacique Doble, Vazulmiro Dutra, subordinada a Lagoa Vermelha, e Panambi, distrito de Cruz Alta.

Art. 4.º Os cargos de coletores das Coletorias Federais criadas por esta lei e que tiverem direito à lotação de funcionários daquela carreira serão providos, de preferência, por meio de remoção a pedido, de coletores atualmente lotados nas Coletorias Federais de que tratam o art. 2.º desta lei e os anexos ns. 7 e 8 da lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950.

Art. 5.º O Poder Executivo extinguirá, por decreto, os cargos da carreira de coletor, tanto do Quadro Permanente como do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, que se tornarem excedentes em face da lotação das Coletorias Federais prevista nesta lei, à medida que vagarem.

Art. 6.º São criados 648 (seiscentos e quarenta e oito) cargos da carreira de escrivão de Coletoria, do Quadro Permanente, do Ministério da Fazenda, de conformidade com a tabela anexa a esta lei (tabela n.º 1).

Art. 7.º São criadas mais 26 (trinta e seis) funções gratificadas FG-3 de inspetor de Coletorias.

Art. 8.º É a série funcional de auxiliar de Coletoria acrescida de mais 600 (seiscentas) funções, de conformidade com a tabela anexa a esta lei (tabela n.º 2).

Art. 9.º — Para atender, no presente exercício, às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00 (trinta e oito milhões, cento e setenta e dois mil cruzeiros) assim discriminado:

	Cr\$
Pessoal . . . . .	21.251.000,00
Material . . . . .	14.732.000,00
Serviços e Encargos . . . . .	2.189.000,00

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. São revogados o art. 18 e seu parágrafo único da lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFE FILHO.

J. M. Whitaker.

TABELA 1  
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI				
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos
	<i>Escrivão de Coletoria</i>					<i>Escrivão de Coletoria</i>			
310	.....	J	—	—	500	.....	J	—	190
434	.....	I	—	—	630	.....	I	—	196
498	.....	H	—	—	760	.....	H	—	262
<u>1.242</u>					<u>1.890</u>				<u>648</u>

**TABELA 2**  
Extranumerários-Mensalistas

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	Auxiliar de Cole- toria					Auxiliar de Cole- toria			
60	.....	22	—	—	90	.....	22	—	30
100	.....	21	—	—	180	.....	21	—	80
140	.....	20	—	—	270	.....	20	—	130
180	.....	19	—	—	360	.....	19	—	180
320	.....	18	—	—	500	.....	18	—	180
<u>800</u>					<u>1.400</u>				<u>600</u>

LEI N.º 2.585 — DE 3 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Concede à Sociedade Médica de Uberlândia o auxílio de Cr\$ 200.000,00, pela realização do 7.º Congresso Médico do Triângulo Mineiro e do Brasil Central e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido à Sociedade Médica de Uberlândia o auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) pela realização do 7.º Congresso Médico do Triângulo Mineiro e do Brasil Central, ocorrido, naquela cidade, em junho de 1955.

Art. 2.º Para atender ao disposto no artigo anterior, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Candido Motta Filho.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.586, DE 5 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Reestrutura o Quadro de Oficiais Indistentes do Exército e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais do Serviço de Intendência do Exército passa a ser constituído de:

- 44 — Coronéis;
- 112 — Tenentes-Coronéis;
- 221 — Majores;
- 432 — Capitães;
- 288 — Primeiros-Tenentes;
- 144 — Segundos-Tenentes.

Art. 2.º O efetivo em oficiais gerais, oriundos do Serviço de Intendência do Exército, obedece às disposições da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 3.º As vagas decorrentes dos efetivos fixados no art. 1.º serão preenchidas na primeira época de promoções, imediatamente após a data desta lei, respeitadas, contudo, as condições de acesso exigidas pela lei de promoções.

Art. 4.º Além do número de oficiais subalternos, constante do artigo 1.º é facultada ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividades em tempo de paz, a convocação de oficiais subalternos da Reserva (R-2) para estágio, de acordo com a legislação em vigor, até o limite de 1/3 (um terço) do respectivo efetivo de subalternos.

Art. 5.º Fica aumentado de 100 (cem) para 116 (cento e dezesseis) e de 100 (cem) para 200 (duzentos) respectivamente, o número de 1.ºs e 2.ºs, tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais de Intendência do Exército.

Art. 6.º Fica aumentado de 140 (cento e quarenta) o número de subtenentes do Exército, fixado pela Lei n.º 2.391, de 7 de janeiro de 1955, a fim de atender necessidades urgentes do Quadro de Intendência.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Henrique Lott.*

LEI N.º 2.587 — DE 6 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os oficiais reformados do Exército que, no período de 1932 a 1937, hajam exercido por mais de 3 (três) anos as funções de auxiliar de ensino de disciplina não militar,

na antiga Escola Militar do Realengo, têm direito à inclusão e à efetivação no Quadro do Magistério Militar, em igualdade de condições com os professores e auxiliares de ensino amparados pelo art. 15 do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Parágrafo único. Aos referidos oficiais serão contadas a inclusão e a efetivação naquele Quadro, a partir da data do citado decreto-lei número 103, de 23 de dezembro de 1937, com todos os direitos e vantagens decorrentes da inclusão, até o presente, como se as respectivas reformas, nos novos postos que lhes couberem, houvessem ocorrido na data da publicação dessa lei, excluída a percepção de vencimentos atrasados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

#### LEI N.º 2.588, DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

*Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e das outras providências.*

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal terão seus vencimentos acrescidos de 57% (cinquenta e sete por cento) sobre os fixados pela Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2.º Os vencimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho corresponderão a 85% (oitenta e cinco por cento) dos que perceberem os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º Os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos que perceberem os Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 26, § 3.º, da Constituição Federal).

Art. 4.º Os vencimentos dos Juizes de Direito do Distrito Federal e dos Territórios corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e os Juizes Substitutos e do Registro Civil a 20% (vinte por cento) menos dos que perceberem os Juizes de Direito (artigo 26, § 3.º, da Constituição Federal).

Art. 5.º Os Auditores de 2.ª e 1.ª entrâncias da Justiça Militar, para efeito de vencimentos previstos nesta Lei, ficam equiparados, respectivamente, aos Juizes de Direito e Juizes Substitutos do Distrito Federal. O Auditor Corregedor perceberá 10% (dez por cento) mais que o Auditor de 2.ª entrância.

Art. 6.º Os Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1.ª e da 2.ª Região perceberão menos 20% (vinte por cento) que os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e os Juizes dos demais Tribunais Regionais do Trabalho menos um terço que os referidos Ministros.

Art. 7.º Os Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, Niterói, Vitória e São Paulo perceberão 80% (oitenta por cento), dos vencimentos dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1.ª e da 2.ª Região e os Presidentes das demais Juntas de Conciliação e Julgamento, também 80% (oitenta por cento) dos vencimentos dos Juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho das outras regiões.

Art. 8.º Os Vogais representantes de empregados e empregadores nas Juntas de Conciliação e Julgamento perceberão, por sessão a que comparecerem, 1/30 (um trinta avos) dos vencimentos dos Juizes Presidentes das respectivas Juntas, até o máximo de vinte sessões mensais.

Art. 9.º O Procurador Geral da República e o representante mais graduado do Ministério Público terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juizes dos Tribunais junto aos quais servirem.

Art. 10. Os Curadores e os Promotores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios terão os mesmos vencimentos e vantagens pecuniárias dos Juizes de Direito e Juizes Substitutos, respectivamente. O Promotor Substituto perceberá menos 10% (dez por cento) que o Promotor e o Defensor Público menos 20% (vinte por cento) que o Promotor Substituto.

Art. 11. Os vencimentos do Subprocurador Geral da Justiça Militar corresponderão a 80% (oitenta por cento) dos que percebe o Procurador Geral da mesma Justiça.

Art. 12. Os Auditores e Promotores da Justiça Militar, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para efeito de percepção de vencimentos, ficam equiparados, respectivamente, aos Juizes de Direito e Juizes Substitutos da Justiça do Distrito Federal, cabendo aos Advogados de Ofício, que servem junto às referidas Auditorias, vencimentos iguais aos dos Defensores Públicos.

Art. 13. Os Advogados de Ofício de 2.<sup>a</sup> entrância da Justiça Militar, para efeito de vencimentos previstos nesta Lei, ficam equiparados aos Defensores Públicos. Os Advogados de Ofício de 1.<sup>a</sup> entrância da mesma Justiça perceberão menos 20% (vinte por cento) que os de 2.<sup>a</sup> entrância.

Art. 14. Os Magistrados, Ministros do Tribunal de Contas da União e membros do Ministério Público aposentados, que atualmente percebem as vantagens da inatividade pelos cofres da União, terão, sem prejuízo dos proventos em cujo gozo se encontram, 2/3 (dois terços) dos aumentos ora concedidos aos da mesma categoria em atividade.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário o crédito especial até a importância de 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) a fim de regularizar os pagamentos feitos a Magistrados, membros do Tribunal de Contas e representantes do Ministério Público, com base no art. 46, do Código de Contabilidade da União, de 1 de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1954.

§ 1.<sup>o</sup> Fica reconhecido aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Procurador Geral da República, por conta do crédito a que se refere este artigo, o direito à percepção da diferença entre os seus vencimentos atuais e 10% (dez por cento) a mais dos que perceberam

os Ministros do Tribunal Federal de Recursos a partir de 1 de janeiro de 1953 até a vigência desta Lei.

§ 2.<sup>o</sup> Fica reconhecido ao Ministro do Tribunal de Contas da União que, em atividade, haja percebido vencimentos inferiores aos dos demais membros do mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de janeiro de 1953 a 31 de dezembro de 1954, por não haver apostilado seu título de nomeação, o direito à percepção da diferença de vencimentos, correndo a despesa por conta do crédito especial a ser aberto em virtude desta lei.

Art. 16. Para execução desta Lei, os Tribunais nela mencionados, e os Ministérios respectivos farão apostilar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os títulos de nomeação de seus membros e Juizes, dos representantes do Ministério Público, Auditores da Justiça Militar, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, bem como Advogados de Ofício da Justiça Militar.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese poderão ser pagos vencimentos superiores aos fixados nesta lei, nem apostilados, a partir de sua vigência, os títulos para efeito de aumento de vencimentos de Magistrados e membros do Ministério Público que não decorra de suas disposições.

Art. 17. Ficam revogadas tôdas as disposições de leis anteriores relativas a vencimentos dos Magistrados e membros do Ministério Público referidos na presente Lei, inclusive da Lei n.<sup>o</sup> 33, de 13 de maio de 1947, bem como quaisquer outras disposições em contrário.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1955; 134.<sup>o</sup> da Independência e 67.<sup>o</sup> da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Prado Kelly

J. M. Whitaker.

## LEI N.º 2.539 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos realizados no ano letivo de 1952.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 (duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos cruzeiros) para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos, inclusive para o exercício profissional, realizados, no ano letivo de 1952, nas Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luís, no Maranhão, e Fluminense de Medicina, em Niterói, e no Colégio Pedro II — Externato, nesta Capital, de acordo com a relação abaixo:

## ESTADO DO MARANHÃO

## FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SÃO LUÍS

Numero	NOME	Importâncias
		Cr\$
1	Pror. Paulo Mattos .....	3.000,00
2	Prof. Dourival Lobato .....	3.000,00
3	Prof. Oziris Guimarães, catedrático em Belém do Pará (percebendo Cr\$ 3.000,00 pelos seus honorários, e mais Cr\$ 3.000,00, como residente fora do local da realização do concurso) num total de	6.000,00

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## FACULDADE FLUMINENSE DE MEDICINA — NITERÓI

1	Dr. Thomaz da Rocha Lagoa .....	4.190,00
2	Dr. Otacilio Tavares Allemand .....	4.190,00
3	Dr. Aluizio de Melo Leitão .....	4.190,00
4	Dr. Alcides Jardim .....	4.190,00
5	Dr. João Pádua Corrêa .....	4.190,00
6	Dr. Almir Rodrigues Madeira .....	4.190,00
7	Dr. Roberto Pereira dos Santos .....	4.350,00
8	Dr. Tito Eneas Leme Lopes .....	6.680,00
9	Dr. Ruy Pinheiro .....	4.190,00
10	Dr. Eustáquio Leite Bittencourt Sampaio .....	4.130,00
11	Dr. Durval de Almeida Batista Pereira .....	4.130,00
12	Dr. Hernani Pires de Melo .....	4.130,00
13	Dr. Aureliano Leite Barcelos .....	4.130,00
14	Dr. Darcy Pereira de Miranda .....	1.800,00
15	Dr. Paulo Cezar de Almeida Pimentel .....	1.800,00
16	Dr. Antônio Salema Neto .....	4.310,00
17	Dr. Christiano Roças .....	4.130,00
18	Dr. Gentil Achilles Vivas .....	4.130,00
19	Dr. Lafayette Rodrigues Pereira .....	2.330,00
20	Dr. Francisco Bittencourt da Silva .....	160,00
21	Dr. Francisco L. B. Sampaio Neto .....	160,00
22	Dr. Lino Colét .....	160,00
23	Dr. José Figueiredo da Costa .....	160,00

COLÉGIO PEDRO II — EXTERNATO

Número	NOME	Importâncias
<i>Examinadores</i>		Cr\$
1	Clóvis do Rêgo Monteiro .....	3.500,00
2	Cândido Jucá (filho) .....	4.210,00
3	José R. Leite e Otílica .....	3.000,00
4	Quintino do Valle .....	7.600,00
5	Vandick Londres da Nóbrega .....	4.600,00
6	Antônio dos Santos J. Guedes .....	4.600,00
7	Fernando A. Raja Gabaglia .....	3.000,00
8	Raul Penido Filho .....	3.920,00
9	Ricardo Rodrigues Vieira .....	3.500,00
10	Roberto Bandeira Accioli .....	3.500,00
11	Gildasio Amado .....	4.600,00
12	Paulo C. Machado da Silva .....	4.600,00
13	Manoel Fialho da Motta .....	5.750,00
14	Cecil Thiré .....	3.500,00
15	Helio C. Oliveira Fontes .....	3.720,00
16	George Summer .....	3.260,00
17	Haroldo Lisboa da Cunha .....	3.000,00
18	José de Sá Roriz .....	3.500,00
19	Enoch da Rocha Lima .....	3.500,00
20	João Saboia Barbosa .....	3.000,00
21	Jurandir dos Reis Paes Leme .....	3.000,00
<i>Auxiliares</i>		
1	Elpidio Pimentel .....	2.170,00
2	João Thomaz Netto .....	900,00
3	Petronio Mota .....	2.170,00
4	Vittorio Emanuele Bergo .....	2.120,00
5	Octacilio Alvares Pereira .....	1.480,00
6	Niel Aquino Casses .....	1.820,00
7	Olmar Guterres da Silveira .....	2.030,00
8	Carlos Henrique da Rocha Lima .....	1.820,00
9	Boaventura Ribeiro da Cunha .....	900,00
10	Paulo Lantelmo .....	600,00
11	Israel de Araujo Mattos .....	1.480,00
12	Isaac Volchan .....	900,00
13	Aida Baptista do Val .....	600,00
14	Murilo Navarro Pereira .....	2.470,00
15	Elvira T. Eva Manuel Tortima .....	1.460,00
16	Hestila Ribeiro Barroso .....	1.460,00
17	Edzla Hartenber .....	1.430,00
18	Maria Luiza Barreira Fonseca .....	600,00
19	Vera Moura Echenique .....	1.430,00
20	Zaira Maia .....	1.430,00
21	Isis Souza da Fonseca Silva .....	600,00
22	Maria de Lourdes P. M. Fonseca .....	600,00
23	Theophilo Moysés .....	900,00
24	Dora de Souza Braga .....	1.750,00
25	José de Lasserre Fernandes .....	1.750,00
26	Abelardo Duarte Coutinho .....	1.750,00
27	Dina Fleischer Venancio Filho .....	1.750,00
28	José Corrêa Filho .....	600,00



Número	NOME	Importância
29	Geraldo Sodré da Motta .....	600,00
30	Philadelpho Seal .....	600,00
31	Bernardina Léa M. S. Pinheiro .....	600,00
32	Lauro Pastor Almeida .....	1.900,00
33	Murilo Portellinha de Oliveira .....	1.610,00
34	Oswaldo Parisot Dias Pereira .....	1.360,00
35	Zacharias A. de Carvalho Batalha .....	1.900,00
36	José Carlos de Mello e Souza .....	600,00
37	Jonathas Dias de Castro .....	900,00
38	Bayard Demaria Boiteaux .....	600,00
39	Euclides Moura Valle .....	900,00
40	Gildo Wichers Lopes .....	880,00
41	Adriano Pinto .....	770,00
42	Sylvio Edmundo Elia .....	770,00
43	Herman Landau .....	770,00
44	Alda Drumond Cadaval .....	1.150,00
45	Saulo Diniz Swerts .....	690,00
46	Lourival Pinto C. de Souza .....	930,00
47	Walter Gomes Cardim .....	3.570,00
48	Tito Urbano da Silveira .....	3.570,00
49	Sylvio Potsch .....	2.640,00
50	Raul Paiva Bello .....	1.130,00
51	Antonio Traverso .....	2.110,00
52	Leda do Régio Monteiro .....	1.850,00
53	João Alfredo Libanio Guedes .....	1.950,00
54	Manoel Pereira Reis .....	2.090,00
55	Helio de Alcantara Avellar .....	2.090,00
56	Fernando Segismundo Esteves .....	2.090,00
57	Vicente Costa Santos Tapajós .....	420,00
58	David Penna Aarão Reis .....	2.130,00
59	Alcias Martins de Athayde .....	2.130,00
60	Honório de Souza Silvestre .....	2.160,00
61	Hugo Segadas Vianna .....	2.160,00
62	Mariam Tiomno Rozental .....	2.160,00

*Servidores*

1	Alfredo Ferreira Barbosa .....	900,00
2	Eponina Rocha Tolomei .....	900,00
3	Octacilio Alvares Pereira .....	2.100,00
4	Waldemar Ferreira Barbosa .....	1.800,00
5	Sylvio Diogo Paes Leme .....	1.800,00
6	Francisco Moreira da Silva .....	600,00
7	Alvaro José Dias Chaves .....	750,00
8	Aureliano Fonseca .....	750,00
9	Alfredo Rodrigues Fontes .....	750,00
10	Mozart Ururahy Florim .....	900,00
11	Edith Mary M. de Sotomayor .....	1.800,00
12	Isaac Vienudel .....	900,00
13	Jalday Camarate .....	900,00
14	Mário Romão .....	900,00
15	José Almo Seixas .....	1.500,00
16	Darcy Gonçalves .....	750,00
17	Emília Faria .....	600,00
18	Moacyr Goulart da Silveira .....	750,00
19	Sebastião dos Santos .....	750,00
20	Wilson Dias da Silva .....	750,00
21	Ciro da Costa Araújo .....	750,00
22	Riseiro Marinho Mauro .....	750,00

Número	NOME	Importância
23	Alcides de Oliveira .....	750,00
24	Joaquim da Silva Braga .....	450,00
25	João Caetano Filho .....	450,00
26	Noemia Ferreira Barbosa .....	450,00
27	Luiza Dias Alves .....	750,00
28	Alayde Filgueiras .....	750,00
29	Vicente Triani .....	750,00
30	Manoel Reis .....	450,00
31	Pedro Gomes de Oliveira .....	450,00
32	Djalma de Araújo .....	450,00
	<b>TOTAL</b> .....	<b>289.500,00</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.590 — DE 8 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, com indenização de serviços prestados à administração pública.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem cruzeiros) como indenização de serviços prestados à administração pública, por Arnaldo de Azevedo Estrela, quando, na expectativa de renovação de contrato e atendendo ao apelo da administração, reger, no período de janeiro a setembro de 1947, a cadeira de apreciação musical no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.591 — DE 8 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Concede às empresas ou firmas legalmente constituídas, ou a cultivadores idôneos do fumo tipo comercial conhecido por "capeiro", isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação do pano-tela.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, às empresas ou firmas legalmente constituídas, ou a cultivadores idôneos do fumo tipo comercial conhecido por "capeiro", isen-

ção de direitos e taxas aduaneiras, excluída a de previdência social, para a importação do pano-tela adequado à cobertura das áreas ocupadas com essa cultura.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.592 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para atender aos prejuízos causados pelo tufão ocorrido em 18 de maio de 1955, nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º será entregue ao Governo do Estado que, após levantamento dos prejuízos pessoais e materiais ocasionados pela catástrofe, fará a devida aplicação, dele prestando contas à União no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.593 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50 (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos) para atender ao pagamento do aluguel correspondente aos meses de abril, maio e junho de 1952, das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, no Edifício d' "A Noite".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Motta Filho.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.594 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º O atual curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país é desdobrado em dois cursos independentes, curso de Geografia e curso de História.

Art. 2.º O currículo mínimo dos cursos de Geografia e de História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicadas no ar-

tigo 14 do Decreto-lei n.º 1.149, de 4 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no Decreto-lei número 9.092, de 26 de março de 1946.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1.º de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

LEI N.º 2.595 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1955

Revigora até 1958, o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ ..... 150.000.000,00, aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Société Générale de Constructions Electriques et Mécaniques Alsthom e a Empresa Construtora Ernesto Woebecke S. A.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revigorada, até 1958, a vigência do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), autorizado pela Lei n.º 1.610, de 27 de maio de 1952, e aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro do mesmo ano, ... (Vetado) ...

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.596 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1955

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70, para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, que foram pagas além do crédito próprio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito cruzeiros e setenta centavos) para regularização das despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1952, à conta da Subconsignação 14 — Gratificação adicional, da Verba 1 — Pessoal, item 05-05 — Divisão do Pessoal, foram pagas além do crédito próprio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.597, DE 12 DE SETEMBRO DE 1955

Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' vedada, nos termos do art. 180 da Constituição, nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à concessão de terras, à abertura de vias de comunicação, à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. As autorizações poderão ser a qualquer tempo modificadas ou cassadas pelo referido Conselho.

Art. 2.º E' considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação.

Parágrafo único. O Congresso Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá, a qualquer tempo, incluir novas zonas ou modificar estabelecida neste artigo.

Art. 3.º De sua arrecadação nos Municípios situados na faixa estabelecida no artigo anterior, o Governo Federal aplicará nos mesmos, anualmente, no mínimo 60% (sessenta por cento) especialmente em:

- a) viação e obras públicas;
- b) ensino, educação e saúde;
- c) desenvolvimento da lavoura e pecuária.

Art. 4.º Para a construção de obras públicas da competência dos municípios, abrangidos pela zona fixada nesta lei a União concorrerá com 50% (cinquenta por cento) do custo.

Parágrafo único. Cabe à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou ao órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional aprovar os planos que lhe forem submetidos, dando preferência às construções de prédios para escolas, hospitais e maternidades, redes de água e esgotos, usinas elétricas e rodovias, e solicitar a consignação no Orçamento da República dos recursos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 5.º Além das obrigações decorrentes do artigo anterior, cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo.

Art. 6.º São consideradas de interesse para a segurança nacional:

- a) as indústrias de armas e munições;
- b) a pesquisa, lavra e aproveitamento de reservas minerais;
- c) a exploração de energia elétrica, salvo a de potência inferior a 150 kw;
- d) as fábricas e laboratórios de explosivos de qualquer substância que se destine a uso bélico;
- e) os meios de comunicação como rádio, televisão, telefone e telégrafo.

§ 1.º O funcionamento de outras indústrias e do comércio, salvo se disciplinadas por lei especial, independem de assentimento previo.

§ 2.º Não está sujeita à autorização exigida nesta lei a exploração de energia elétrica quando feita diretamente pelos Estados e Municípios, os quais remeterão ao Conselho de Segurança Nacional os elementos estatísticos informativos de suas instalações.

Art. 7.º Nas indústrias e atividades enumeradas no artigo anterior é obrigatório:

I — que 51% (cinquenta e um por cento) do capital das empresas, no mínimo, pertença a brasileiros;

II — que o quadro de pessoal seja constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores nacionais;

III — que a administração ou gerência caiba a brasileiros, ou à maioria de brasileiros, assegurados a estes poderes predominantes.

Parágrafo único. Na falta de trabalhadores brasileiros, poderá o Conselho de Segurança Nacional permitir, em casos especiais, a admissão de trabalhadores estrangeiros, até 49% (quarenta e nove por cento) do pessoal empregado na empresa por tempo limitado.

Art. 8.º A concessão de terras públicas não poderá exceder de 2.000 hectares (dois mil hectares) e são consideradas como uma só unidade as concessões a empresas que tenham administradores comuns e a parentes até 2.º grau, ressalvados os maiores de 18 anos e com economia própria.

Art. 9.º As transações de terras contidas na zona definida no art. 2. (150 kms.), tais como alienações, transferência por enfiteuse, anticrese, usufruto e transmissão de posse a estrangeiros, dependem de autorização prévia do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Os notários escrivães e os oficiais de registro de imóveis são obrigados a comunicar a transação de que trata este artigo ao Conselho de Segurança Nacional dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da lavratura do ato, salvo quando se tratar de terrenos urbanos destinados a edificação ou se o adquirente for brasileiro.

Art. 10. Se em qualquer Município a aquisição de terras por estrangeiros atingir a um terço da respectiva área, denegará o Conselho de Segurança Nacional novas autorizações e solicitará, sob pena de responsabilidade, aos notários a suspensão de novas escrituras e aos oficiais de registros públicos a cessação de transcrições.

§ 1.º Só o brasileiro será consentido possuir terras em qualquer município integrado, parcial ou totalmente, na faixa de fronteira, cuja área iguale a um terço da respectiva superfície. Atingido tal limite nenhuma nova aquisição poderá ser processada sem que seja ouvido o Conselho de Segurança Nacional, sob pena de responsabilidade dos notários e oficiais de registro de imóveis.

§ 2.º São respeitados os direitos dos brasileiros já proprietários de áreas que ultrapassem o limite fixado neste artigo. Os notários e oficiais de registro de imóveis informam ao Conselho de Segurança Nacional, no prazo máximo de três anos, sobre os mencionados proprietários e as áreas que já possuem em cada município da mesma faixa.

Art. 11. As empresas de colonização que operarem dentro da faixa de fronteira são sujeitas às restrições enumeradas no art. 7.º desta lei.

Art. 12. O Conselho de Segurança Nacional, no exercício das atribuições que lhe confere a presente lei, terá como órgão auxiliar a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 13. A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CEFF), subordinada diretamente ao Presidente da República, compõe-se de um Presidente, que é o Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e de mais cinco membros de livre escolha do Presidente da República, e de um Secretário em comissão.

§ 1.º Os serviços administrativos da Comissão serão executados por servidores requisitados na forma da lei.

§ 2.º Os atuais servidores da Comissão serão aproveitados em cargos equivalentes em outros órgãos do serviço público.

Art. 14. Compete à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou ao órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional:

a) instruir os pedidos relativos aos assentimentos previstos nesta lei bem como os processados de modificação ou revogação das autorizações concedidas;

b) organizar o cadastro das terras, das indústrias e dos estabelecimentos da zona de fronteira;

c) mandar proceder a exames e investigações locais;

d) requisitar dos poderes públicos ou de particulares, informações e elementos estatísticos necessários ao cumprimento de suas atribuições;

e) cumprir as determinações emanadas do Conselho de Segurança Nacional;

f) apresentar anualmente ao Conselho de Segurança Nacional relatório pormenorizado das suas atividades.

Parágrafo único. A Comissão Especial é autorizada a entrar em acordo com os Estados, Territórios e Municípios no sentido de facilitar o exame e solução dos assuntos sujeitos ao seu juízo.

Art. 15. As autoridades, entidades e serventuários públicos devem exigir prova de assentimento do Conselho de Segurança Nacional para a prática de ato regulado por esta lei.

Art. 16. A infração do disposto nos arts. 1.º, 7.º e 9.º desta lei sujeitará os responsáveis à multa de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) a ..... Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e ao dôbro na reincidência.

§ 1.º A Comissão Especial de Faixa de Fronteiras ou órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional instaurará o respectivo inquérito, assegurada ampla defesa ao interessado.

§ 2.º Da decisão da Comissão, reconhecendo a infração e cominando a multa, haverá recurso necessário para o Conselho de Segurança Nacional, abrindo-se prazo ao interessado para razão de defesa.

Art. 17. Das decisões da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou do órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional cabe recurso para o Presidente da República.

Parágrafo único. O recurso será apresentado à Comissão, que deverá reexaminar o assunto, podendo reformar a decisão recorrida, antes de o encaminhar.

Art. 18. É considerada concedida a autorização prévia para qualquer ato que dela depender, de acordo com esta lei, se não for despachada a solicitação respectiva dentro em 180 (cento e oitenta) dias do seu recebimento na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Caso seja cassada ou modificada dentro de 1 (um ano) a autorização obtida pelo decurso do prazo previsto neste artigo, o pedido de reconsideração ao conselho terá efeito suspensivo.

Art. 19. O Presidente, os membros e o Secretário da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras ou o órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional perceberão Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por sessão a que comparecerem, até o máximo de 6 (seis) por mês, correndo a despesa pela verba própria do orçamento.

Parágrafo único. Os servidores requisitados perceberão as gratificações de Gabinete que forem arbitradas, no início de cada ano, pelo Presidente da República, mediante proposta do presidente da comissão.

Art. 20. Na regulamentação da presente lei o Poder Executivo especificará quais as fábricas e laboratórios referidos no inciso "d" do art. 6.º desta lei.

Art. 21. São revogados os decretos-leis ns. 1.164, de 18 de março de 1939; 1.968, de 17 de janeiro de 1940; 2.610 de 20 de setembro do mesmo ano; 6.430, de 17 de abril de 1944; 7.724, de 10 de julho de 1945; 8.908, de 24 de janeiro de 1946; e mais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Edmundo Jordão Amorim do Valle.

Henrique Lott.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.

Octavo Marcondes Ferraz.

Munhoz da Rocha.

Cândido Motta Filho.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

Eduardo Gomes.

Aramis Athayde.

LEI N.º 2.598 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para restituição aos Sindicatos das Empresas do Grupo Light, Rio e São Paulo, e que será aplicado na instalação de suas colônias de férias.*

O Presidente da República resolve:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica e Produção do Gás do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidroelétrica de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Te-

lefônicas do Estado de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente e Guarujá, e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Produção do Gás, São Paulo, signatários do acôrdo salarial firmado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 19 de fevereiro de 1949, a título de restituição de igual importância, aplicada pelo referido Ministério, na instalação da Colônia Agrícola Modelo, em Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A importância mencionada no art. 1.º será aplicada, pelos Sindicatos a que o mesmo se refere, em suas respectivas colônias de férias.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Munhoz da Rocha.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.599 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aprovado, nos termos desta lei, o plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco, elaborado na forma da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, em obediência ao que dispõe o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. Esse plano organizado pela Comissão do Vale do São Francisco e pormenorizadamente exposto na memória descritiva e justificativa intitulada "Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco" compreende:

a) os estudos gerais sobre a bacia hidrográfica, inclusive levantamentos, observações, pesquisas e inquéritos destinados à organização dos programas detalhados dos serviços e necessários ao desenvolvimento econômico e social do Vale do São Francisco;

b) a regularização do regime fluvial, pela construção de reservatórios de acumulação nas bacias do rio principal e de seus afluentes;

c) o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, de sua barra e de seus afluentes, e a ampliação da rede fluvial pela incorporação, ao sistema de novos cursos d'água;



d) a ampliação, modernização e padronização do sistema fluvial de transporte, com a organização de uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial;

e) a construção de centrais elétricas e respectivas linhas de transmissão;

f) a execução de serviços de irrigação, por meio de barragens e outros sistemas destinados à colonização de grandes áreas da bacia bem como à construção de sistemas de pequena irrigação, na base de cooperação;

g) a construção de rodovias de acesso e ligação, destinadas a conjugar o sistema regional de transporte com o plano rodoviário nacional e os planos estaduais respectivos;

h) as instalações dos aeroportos e campos de pouso que formam a Rota do São Francisco;

i) a urbanização das cidades e a construção de sistemas de abastecimento d'água e remoção de dejetos das mesmas;

j) o saneamento e a drenagem indispensáveis à recuperação das terras úteis à agricultura no rio São Francisco e seus afluentes, as quais poderão ser, quando conveniente, previamente desapropriadas;

k) a realização de serviços de educação e ensino profissional, inclusive a instalação de fazendas-escolas, a organização de missões rurais ambulantes e o estabelecimento de cursos de treinamento manual;

l) a execução de serviços de saúde e assistência, incluindo o equipamento e custeio da Rede Hospitalar, a organização de unidades móveis assistenciais e os trabalhos de profilaxia da malária;

m) a realização dos serviços destinados ao fomento da produção agropecuária, incluindo a mecanização da lavoura, a construção de armazéns e silos, a perfuração de poços, a manutenção de uma carteira de revenda, o estabelecimento de matadouros, a construção de laboratórios, fábricas e usinas, além dos serviços de defesa sanitária animal e defesa sanitária vegetal;

n) a realização de serviços destinados ao fomento da produção industrial;

o) o florestamento, reflorestamento e proteção das nascentes dos rios da Bacia.

Art. 2.º O plano geral terá a duração de 20 (vinte) anos, a partir de 1951, e será dividido para sua melhor execução em quatro períodos ou quinquênios.

§ 1.º No início das sessões legislativas dos anos de 1955, 1960 e 1965 o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, para a necessária aprovação, o programa relativo ao quinquênio seguinte.

§ 2.º Cada programa, que for submetido à aprovação do Congresso Nacional, deverá ser acompanhado de dois relatórios sintéticos: o primeiro resumindo os progressos feitos na utilização dos recursos naturais e no esforço de recuperação do homem, dando, principalmente, os resultados obtidos no aumento da produção, agropastoril, das atividades industriais, da exploração mineral da eficiência dos meios de transporte e da melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas; e o segundo tratando dos objetivos, que se pretende atingir com o plano quinquenal seguinte.

Art. 3.º As despesas com a execução do plano geral do Vale do São Francisco, na parte que constitui responsabilidade direta da União, serão classificadas no anexo próprio da Comissão do Vale do São Francisco, no Orçamento Geral da República e atendidas à conta dos recursos estabelecidos no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4.º O orçamento geral da União consignará, anualmente, as dotações à Comissão do Vale do São Francisco, para execução do plano e

custeio dos serviços previstos, não podendo, em nenhum caso, a importância total das mesmas ser inferior a 1% sobre o montante das rendas tributárias previstas na proposta para o exercício a que se referir o orçamento.

Parágrafo único — Verificado que as dotações consignadas a Comissão do Vale do São Francisco, para execução do plano de recuperação, foram, num exercício, inferiores a 1% (um por cento) das rendas tributárias nele efetivamente arrecadadas, será a diferença suprida por crédito especial, cuja aplicação se restringirá às obras do plano.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até a importância de Cr\$ 177.200.000,00 (cento e setenta e sete milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas previstas, no quadro anexo a esta lei, a fim de ser dada aplicação aos saldos verificados nos exercícios de 1951, 1952, 1953 e 1954.

Art. 6.º E' o Poder Executivo autorizado:

a) a negociar empréstimos internos ou externos, cujo prazo não ultrapasse o fixado para o plano no art. 2.º desta lei e que não impliquem compromissos anuais superior a 0,4 % (quatro décimos por cento) das respectivas rendas tributárias, a fim de financiar a execução das obras de regularização do regime fluvial, e de grande irrigação, indicadas no plano, principalmente da barragem das Três Marias (Borrachudo).

b) a celebrar contratos, na forma da legislação vigente, para aquisição nos mercados externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do plano geral do Vale do São Francisco.

Art. 7.º Compete à Comissão do Vale do São Francisco promover entendimentos e firmar acordos e convênios com os governos estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, existente ou que venham a ser criadas em virtude de lei, e entidades privadas, no sentido de coordenar as atividades relacionadas com os programas de trabalhos deste plano, tendo em vista o disposto no art. 14 da lei n.º 541 de 15 de dezembro de 1948.

Art. 8.º Mediante convênios a Comissão do Vale do São Francisco cooperará com os municípios da Bacia na instalação ou melhoramento de um serviço de abastecimento d'água potável, empregando, em cada caso, por conta das dotações do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quantia não superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), competindo-lhe estudar, projetar e executar as respectivas obras.

§ 1.º Caberá à Prefeitura interessada o custeio do que exceder daquela importância, devendo antes do início das obras, ter assegurado à Comissão do Vale do São Francisco o financiamento da parte que lhe compete, podendo, se necessário, recorrer, para tanto, a operação de crédito, caso em que lhe será facultado dar em garantia a renda do próprio serviço.

§ 2.º Nos casos de comprovada impossibilidade, por parte das Prefeituras de custearem a parcela dos serviços que lhes compete ou de conseguirem a necessária operação de crédito, como previsto no parágrafo anterior, poderá a Comissão do Vale do São Francisco financiar a execução da referida parcela de serviço, mediante garantia oferecida pelas Prefeituras interessadas, com base na quota-parte do imposto de renda devida aos Municípios.

§ 3.º Os prazos dos financiamentos concedidos pela Comissão do Vale do São Francisco não poderão ultrapassar o prazo indicado no art. 2.º desta lei para a execução do Plano Geral, e os juros serão de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 4.º Para atender aos financiamentos a serem feitos pela Comissão do Vale do São Francisco serão previstas, nos programas relativos ao 2.º e 3.º quinquênios do Plano Geral, as necessárias dotações, às quais irão sendo incorporadas as amortizações e juros daqueles mesmos empréstimos

concedidos, formando um fundo único rotativo destinado a financiamentos da espécie em questão.

§ 5.º No programa referente ao 4.º quinquênio do Plano Geral será prevista a liquidação desse fundo, ficando indicada a aplicação que deverá ser dada ao seu montante.

§ 6.º Na distribuição dos benefícios previstos nesse artigo e, quando cabível, também dos financiamentos mencionados no seu § 2.º serão observados, com referência aos Estados, os critérios de proporcionalidade quanto ao número de Municípios de cada Estado compreendidos no Vale e ainda não servidos por sistema público de abastecimento d'água, e da simultaneidade, quanto à execução das obras.

Art. 9.º A autonomia, financeira e administrativa, concedida a Comissão do Vale do São Francisco, conforme dispõe o art. 1.º da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, faculta ao referido órgão, além de outras prerrogativas:

a) aplicar recursos independente de registro prévio no Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art. 17 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948;

b) requisitar funcionários especializados de outras repartições e serviços, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, podendo conceder-lhes gratificações até o máximo correspondente ao símbolo Fg-1.

Parágrafo único. Os saldos das dotações não aplicadas no exercício financeiro ou dentro dos prazos normais de vigência dos créditos, serão integralmente aplicados em épocas posteriores, escriturados em "restos a pagar".

Art. 10. A Comissão do Vale do São Francisco manterá no Banco do Brasil S. A. uma conta especial de Entidades Públicas, onde depositará, anualmente, o montante das dotações que lhe forem concedidas para a execução do plano de obras e mais serviços a seu cargo, sacando à medida das necessidades, tendo em vista o disposto no art. 16 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

§ 1.º Aprovada a lei de meios para cada exercício, a Comissão do Vale do São Francisco providenciará diretamente, junto ao Ministério da Fazenda, no sentido de que seja aberto no Banco do Brasil S. A. o crédito bancário respectivo no total das dotações que forem concedidas, cuja conta será movimentada pelo diretor superintendente da Comissão, à medida das necessidades, independente de duodécimos.

§ 2.º Até 31 de janeiro de cada ano, a Comissão do Vale do São Francisco deverá remeter ao Tribunal de Contas a prestação anual dos suprimentos que lhe foram concedidos no exercício anterior, a fim de permitir o cumprimento do disposto no art. 15 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

Art. 11. Os destaques das verbas de que trata o § 2.º do art. 7.º da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, serão solicitados, nos limites das dotações anuais, diretamente ao Presidente da República, pelo diretor superintendente da Comissão e independente de qualquer formalidade junto aos mais órgãos administrativos do serviço público.

Art. 12. E' o Poder Executivo autorizado a organizar, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial do São Francisco, sob a denominação de Companhia de Navegação do São Francisco S. A., subscrevendo até o limite de Cr\$ 92.500.000,00 (noventa e dois milhões e quinhentos mil

cruzeiros) do respectivo capital, sendo Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), em dinheiro pagáveis em três anos, e os restantes Cr\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) representados pelas instalações do estaleiro fluvial da Ilha do Fogo, pelos armazens construídos e portos fluviais, os quais serão incorporados ao patrimônio da sociedade.

§ 1.º Os Governos dos Estados de Minas Gerais e Bahia, proprietários, respectivamente, da Navegação Mineira do São Francisco e da Viação Baiana de São Francisco poderão fazer parte da sociedade, com a incorporação à mesma dos acervos de suas empresas, recebendo cada qual em ações o preço da respectiva avaliação.

§ 2.º Serão incorporados à Sociedade mediante desapropriação, na forma da lei, os acervos da Companhia Industrial e Viação de Pirapora S. A. e da Empresa Fluvial Ltda., nas partes relativas à navegação, devendo as respectivas indenizações serem pagas com parte do capital, em dinheiro subscrito pelo Governo Federal.

§ 3.º O capital do Governo Federal na constituição da referida sociedade não poderá ser inferior, em qualquer hipótese, a 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações.

§ 4.º Serão atribuídas à referida sociedade de economia mista, a partir do exercício de sua constituição, as subvenções concedidas às empresas de navegação a serem incorporadas, nos termos do decreto-lei n.º 3.100, de 7 de março de 1941.

§ 5.º A Companhia de Navegação do São Francisco S. A. adotará um plano de contabilidade industrial, que possibilite a apuração do custo unitário de cada um dos seus serviços.

§ 6.º A Companhia de Navegação do São Francisco S. A. enviará, até o dia 30 de abril de cada ano, às Comissões de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados e do Senado, cópias do balanço, da demonstração de lucros e perdas do relatório e dos anexos, que esclareçam todos os dados do balanço.

§ 7.º Os empregados da nova sociedade ficarão sujeitos à legislação trabalhista.

§ 8.º As indenizações que forem devidas em consequência de dispensa de pessoal admitido após a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, ou autorização legislativa para efeito de incorporação das empresas de navegação, correrão por conta das entidades respectivas, desde quando não autorizadas pelo Governo Federal.

§ 9.º As melhorias de salário ou de vantagens, concedidas ao pessoal a partir da referida declaração de utilidade pública, ou autorização legislativa, poderão ser revistas e reajustadas, sem direito a indenização, no caso de redução.

§ 10. As providências indicadas nos §§ 8.º e 9.º deste artigo só terão eficácia dentro em (60) sessenta dias, a contar do funcionamento da nova empresa.

Art. 13. É mantido o direito de livre navegação do rio São Francisco e seus afluentes, devendo contudo, a Comissão do Vale do São Francisco providenciar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a expedição das necessárias instruções no sentido de que as demais empresas de navegação que ali operam procedam no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da expedição das referidas instruções à reforma de suas respectivas frotas fluviais, de acordo com as especificações a serem aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 14. A Comissão do Vale do São Francisco, em colaboração com a Diretoria de Marinha Mercante do Ministério da Marinha e com a Co-

missão de Marinha Mercante do Ministério da Viação e Obras Públicas, organizará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, um regulamento especial para exploração e manutenção do tráfego fluvial do São Francisco, tendo em vista as particularidades do meio onde o mesmo vai ser aplicado, o qual terá aprovação por decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único... (Vetado)...

Art. 15. Qualquer concessão para aproveitamento de quedas d'água no rio São Francisco e seus afluentes dependerá de prévia audiência da Comissão do Vale do São Francisco.

§ 1.º A Comissão do Vale do São Francisco celebrará convênios com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para que esta execute os estudos, projetos, serviços e obras de linhas de transmissão e estações transformadoras, destinadas ao fornecimento de energia elétrica aos municípios da bacia do São Francisco, incluídos em sua zona de influência, mediante dotações do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que serão distribuídas, anualmente, pela primeira à segunda.

§ 2.º Os convênios estipularão a obrigatoriedade, por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, da reserva, a partir do funcionamento do terceiro gerador da Central de Paulo Afonso, de uma quota progressiva da potência instalada para os fornecimentos previstos neste artigo assumindo a Comissão do Vale do São Francisco a responsabilidade dos onus decorrentes da reserva e fornecimento de energia.

§ 3.º O Orçamento da República consignará durante 5 (cinco) exercícios, a partir de 1954 as dotações do art. 198 da Constituição, à razão de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) anuais, que serão distribuídos à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para construir linhas de transmissão e estações transformadoras em municípios situados no Polígono das Sêcas dentro de sua zona de influência, a começar pelos sistemas do Cariri, Senhor do Bonfim, Mossoró, Pajeú e Palmeira dos Índios.

Art. 16. O Poder Executivo, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco, poderia explorar as fontes de energia de que trata o artigo anterior, bem como pesquisar, lavrar e industrializar os depósitos minerais existentes na região do São Francisco, excetuados os de petróleo diretamente ou por meio de sociedade de economia mista que organizar.

§ 1.º Para exploração das centrais, usinas e sistemas elétricos em construção ou que forem construídas pela Comissão do Vale do São Francisco, nas regiões do alto e médio São Francisco, é o Governo Federal autorizado a organizar, por intermédio da referida Comissão, duas sociedades de economia mista sob a denominação, respectivamente, de Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco e Centrais Elétricas do Médio São Francisco S. A.

§ 2.º Essas sociedades, além de operarem as centrais, usinas e sistemas construídos pela Comissão do Vale do São Francisco, poderão ampliá-los bem como construir novas centrais, usinas e redes de transmissão, quer fazendo-o com recursos próprios, quer lançando mão de recursos provenientes do Fundo Nacional ou de Eletrificação ou de empréstimos mediante contratos de financiamento, inclusive garantidos pela Comissão do Vale do São Francisco, em conformidade com o disposto na alínea a, do art. 6.º desta lei.

§ 3.º O Governo Federal, na constituição dessas sociedades, subscreverá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações, sendo seu capital em parte representado pelas obras de eletricidade construídas com verbas federais.

§ 4.º Os governos estaduais e municipais, interessados, poderão, também, oferecer, como capital ou parte de capital, as obras conexas existentes, mediante avaliação por parte da Comissão do Vale do São Francisco.

§ 5.º Aplicam-se a essas empresas o disposto nos §§ 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10 do art. 12 desta lei.

Art. 17. A Comissão do Vale do São Francisco poderá:

a) organizar e manter uma Carteira de Revenda, para fornecimento de materiais e equipamentos a agricultores e criadores da região, nos termos do decreto n.º 23.255, de 27 de junho de 1947;

b) entrar em entendimento com o Banco do Brasil S. A. e com o Ministério da Agricultura para estabelecimento, em cooperação, de um serviço de crédito rural;

c) entrar em acôrdo com os proprietários e agricultores da região, para manter campos de irrigação na base de cooperação, baixando, para tanto, as necessárias instruções

d) criar e administrar um Fundo destinado à Mecanização da Lavoura.

Parágrafo único. Os regulamentos para execução do disposto nas letras a, b e d deste artigo serão aprovados por decretos do Poder Executivo

Art. 18. Para o quinquênio 1951-1955, é aprovado o programa descrito no quadro anexo a esta lei.

Art. 19. O pessoal, em comissão, do quadro da Comissão do Vale do São Francisco será de nomeação e exoneração do Presidente da República, mediante proposta da Comissão.

Parágrafo único. O quadro do pessoal de que trata este artigo será aprovado pelo Congresso Nacional, de conformidade com o que dispõe o art. 2.º da lei n.º 972, de 16 de dezembro de 1949.

Art. 20. As tabelas de extranumerários serão aprovadas pelo Presidente da República, mediante proposta da Comissão do Vale do São Francisco, sendo atribuição do diretor superintendente desse órgão a admissão e dispensa desses servidores.

§ 1.º As tabelas de pessoal para obras serão aprovadas pelo diretor superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, nos limites das respectivas dotações, e tendo em vista o disposto no art. 10 da lei número 541, de 15 de dezembro de 1948.

§ 2.º Será facultado ao Diretor-Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco admitir pela Verba 3 (Dispositivos Constitucionais) a título precário e enquanto for julgado necessário, pessoal técnico especializado, com remuneração máxima correspondente ao padrão "O" ou referência 31, para trabalhar nas obras e serviços em execução no Vale.

Art. 21. O pessoal do Quadro da Comissão do Vale do São Francisco, excetuados os ocupantes dos cargos de Diretor e Diretor-Superintendente, não poderá ser exonerado, sem justa causa, após 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto na Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 22. São isentos de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, os equipamentos, máquinas e viaturas que a Comissão do Vale do São Francisco adquirir para os serviços a seu cargo.

Art. 23. A Comissão do Vale do São Francisco, dentro em 90 (noventa) dias a partir da data da publicação da presente lei, apresentará ao Presidente da República, para ser aprovado por decreto administrativo, o seu novo regimento, tendo em vista entre outros motivos, as alterações e inovações feitas na presente lei.

Parágrafo único. O novo regimento referido neste artigo manterá a forma de organização administrativa própria de órgão executivo de chefia singular, mantida, entretanto, a forma colegial da Lei n.º 541 de 15 de dezembro de 1948, no que diz respeito às deliberações para a adoção de programas.

Art. 24. Continuam em vigor tôdas as disposições constantes da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, que não foram alteradas por esta lei.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Edmundo Jordão Amorim do Valle.

J. M. Whitaker.

Octavio Marcondes Ferraz.

Munhoz da Rocha.

Eduardo Gomes.

Aramis Athayde.

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DAS DOTAÇÕES DO ART. 29 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS A SEREM

DESPENDIDAS NO QUINQUÊNIO 1951 - 1954

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
I - Estudos Gerais e Levantamentos:							
1 - Estudos gerais, levantamentos, observações e inqueritos destinados a organização dos programas previstos no plano geral do São Francisco, incluindo a elaboração dos projetos detalhados, especificações e orçamentos, bem como a conclusão da aerofotografia da região .....	15.999.859,60	16.276.000,00	15.276.000,00	17.000.000,00	16.948.140,40	—	81.500.000,00
II - Regularização Fluvial:							
1 - Execução de serviços destinados à regularização fluvial, incluindo os estudos e projetos de grandes reservatórios de acumulação na bacia do São Francisco Superior e nas bacias dos principais afluentes, notada e preferencialmente o reservatório das Três Marias, o conjunto de barragens do rio das Velhas, a represa do Boqueirão do Rio Grande e o sistema da seção inferior do Médio São Francisco .....	—	1.724.000,00	1.724.000,00	3.500.000,00	10.752.000,00	—	20.700.000,00
2 - Construção do reservatório estacional do Cajuru no rio Pará .....	8.800.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	—	—	15.000.000,00	35.800.000,00
III - Centrais Elétricas e Linhas de Transmissão:							
1 - Estudo e projeto para o aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do Alto Rio Grande, bem como da Cachoeira de Tingui, município de Macambu na Bahia ....	—	—	—	—	—	3.000.000,00	3.000.000,00
2 - Usina hidrelétrica de Pandeiros e linhas de transmissão para Januária, São Francisco, São Romão e Manga .....	1.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	—	59.000.000,00
3 - Usinas elétricas de Jequitai, Paraiso, Piui, Ribeirão das Lages, Samburá e outras na região, e respectivas linhas de transmissão, inclusive de Cafanhoto para Lagoa da Prata .....	1.470.000,00	3.999.174,00	16.000.000,00	11.530.826,00	18.000.000,00	—	51.000.000,00
4 - Usina elétrica do Abaeté, em São Gotardo, com linhas de transmissão para Tiros, São Gotardo, Arapua, Rio Paranaíba e Carmo do Paranaíba .....	—	1.997.600,00	2.000.000,00	5.000.000,00	6.002.400,00	—	15.000.000,00



DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
5 - Sistema elétrico Formoso-Corrente, com linhas de transmissão para Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana dos Brejos, Lada, Carinhanha e Paratinga .....	3.996.110,00	4.998.398,70	12.000.000,00	27.000.000,00	32.005.491,30	27.000.000,00	80.000.000,00
6 - Linhas de força da Central Elétrica de Paulo Afonso para os Municípios de Jeremoabo, Carquejo, Flores, Serra Talhada, Jardim Manigobal, Missão Velha, Delmiro, Água Branca, Mata Grande, Canhoba, Gararu e Pôrto da Fôlha .....	3.500.000,00	5.000.000,00	12.500.000,00	13.250.000,00	13.750.000,00	—	48.000.000,00
7 - Conclusão da Usina Piloto de Paulo Afonso	—	—	—	—	—	10.000.000,00	10.000.000,00
IV - Navegação e Tráfego Fluvial:							
1 - Ampliação, modernização e padronização do sistema fluvial de transporte, com a organização de uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial .....	—	—	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	10.000.000,00	70.000.000,40
2 - Estudos e projetos para melhoramento das condições de navegabilidade da seção inferior e da barra do rio São Francisco .....	—	—	—	—	—	1.200.000,00	1.200.000,00 25.748.052,10
3 - Execução de obras destinadas ao melhoramento das condições de navegabilidade do Médio São Francisco, inclusive nas corredeiras de Sobradinho e Curralinho .....	2.964.492,20	6.450.000,00	6.000.000,00	3.000.000,00	1.333.552,90	—	10.929.572,70
4 - Estudos, projetos, construção e conservação de obras de proteção e acostagem em portos fluviais;							
a) - Pirapora, em Minas Gerais .....	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	1.429.572,70	—	16.148.925,00
b) - Lapa e Pilão Arcado, na Bahia .....	2.700.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.448.925,00	—	5.330.000,00
c) - Petrolina, em Pernambuco .....	1.000.000,00	1.500.000,00	2.000.000,00	820.000,00	—	—	8.002.341,50
d) - Propriá, em Sergipe .....	1.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.500.000,00	2.002.341,50	—	10.451.108,70
e) - Penedo, em Alagoas .....	1.000.000,00	9.627.474,00	6.000.000,00	2.000.000,00	2.451.108,70	—	26.134.900,00
f) - Piassabuçu, em Alagoas .....	—	—	—	5.000.000,00	5.507.426,00	—	—
g) - Consertos nas obras de proteção e acostagem .....	5.000.000,00	5.000.000,00	9.000.000,00	7.780.534,00	6.719.466,00	5.000.000,00	38.500.000,00
V - Irrigação e Colonização:							
1 - Estudos, projetos e execução dos serviços destinados à colonização, na base de irrigação, dos vales dos rios:							
a) - Paracatu, em Minas Gerais .....	2.865.100,00	—	—	2.500.000,00	5.000.000,00	—	10.365.100,00
b) - Urucânia, em Minas Gerais .....	—	—	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	—	14.000.000,00

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
c) -- Corrente, na Bahia .....	—	2.092.528,00	8.480.000,00	8.520.000,00	8.907.474,00	—	28.000.000,00
d) -- Grande, na Bahia .....	2.997.385,00	2.230.000,00	1.520.000,00	8.000.000,00	8.202.615,00	—	23.000.000,00
e) -- Pajeú, Moxotó, Brigida e Pontal, em Pernambuco .....	—	—	3.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00
2 -- Estudos, projeto e início de execução das obras de regularização e irrigação da Secção Inferior do Médio São Francisco (de Sobra- dinho para jusante, até Paulo Afonso) ....	—	—	—	—	5.000.000,00	—	5.000.000,00
3 -- Execução de sistemas de pequena irrigação na seção inferior do Médio São Francisco ..	—	2.000.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	—	10.000.000,00
VI -- Rodovias de Acesso e Ligação:							
1 -- Estudos, projetos e construção das seguintes rodovias de acesso e ligação ao Vale do São Francisco:							
a) -- Pirapora-Veredas-Leal-Patos com ra- mais para Capelinha do Chumbo, São Gonçalo do Abaeté, Canoelras e São Domingos .....	1.000.000,00	2.500.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00	3.500.000,00	23.000.000,00
b -- Coração de Jesus -- Basílica -- São Francisco -- Serra das Araras -- Sítio de Abadia .....	1.000.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	—	10.000.000,00
c -- Januária -- Montes Claros -- Bocaluva	1.000.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00	7.000.000,00	20.000.000,00
d -- Ilhéus -- Brumado -- Caitité -- Lapa -- Santa Maria da Vitória -- Corren- tina -- Barreiras, inclusive os ramais para Carinhanna, Santana dos Bre- jos e Posses .....	3.000.000,00	6.000.000,00	9.000.000,00	8.000.000,00	9.000.000,00	—	35.000.000,00
e -- Ipirá -- Morro do Chapéu -- Xique- Xique -- Barra -- Ibipetuba, inclusi- ve o ramal para Barra do Mendes -- Brotas -- Mor Para .....	4.000.000,00	6.000.000,00	6.500.000,00	8.000.000,00	7.000.000,00	5.000.000,00	36.500.000,00
f -- Jacobina -- Remanso -- São Raimun- do Nonato, inclusive o ramal para Irecê		1.500.000,00	4.000.000,00	8.000.000,00	4.500.000,00	10.000.000,00	31.000.000,00
g -- Petrolina -- Casa Nova -- Remanso, inclusive o ramal para Sobrado .....	1.000.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00	—	19.000.000,00

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa Total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
h — Petrolândia — Crato, passando por Ju- tal, Cruz de Malta, Ouricuri, Bodocó e Exu .....	—	3.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00	3.000.000,00	—	14.000.000,00
i — Petrolândia — Floresta — Jatimã — Cacoeiro — Coripós — Petrolina ....	1.500.000,00	3.000.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00	7.000.000,00	7.500.000,00	30.000.000,00
j — Santana do Ipanema — Pão de Açúcar — Piranhas — Água Branca e Arapi- raca — Iraipu — Porto Real do Co- légio ao sistema rodoviário de Alagoas	1.100.000,00	3.480.646,60	4.000.000,00	4.000.000,00	4.419.353,40	3.000.000,00	20.000.000,00
k — Porto da Folha — Guararu — Taman- duá — N. S. da Glória — Paulo Afon- so e Japoatã — Pocatiba — Parapitin- ga — Neópolis, ao sistema rodoviário de Sergipe .....	1.000.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.000.000,00	16.000.000,00
l — Barra de Paulo Afonso, Glória (BR2) Mucururé (BR13) e Curaca (na mar- gem direita do São Francisco) .....				2.000.000,00			2.000.000,00
VII — Aeroportos e Campos de Pouso:							
1 — Estudos, projetos e execução de obras e instalações nos seguintes aeroportos e cam- pos de pouso da "Rota do São Francisco":							
a — Pirapora, São Francisco, Januária e Manga, em Minas Gerais .....	—	2.500.000,00	5.340.000,00	4.400.000,00	4.200.000,00	3.000.000,00	19.440.000,00
b — Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Correntina, Lapa, Paratinga, Barra, Ibipetuba, Xique-Xique, Remanso e Paulo Afonso, na Bahia .....	2.650.230,00	1.334.768,40	2.260.000,00	4.330.000,00	6.370.000,00	3.000.000,00	19.944.998,40
c — Petrolina, em Pernambuco .....	1.349.770,00	1.165.231,60	300.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00	—	6.815.001,60
d — Propriá, em Sergipe .....	—	—	—	1.000.000,00	3.700.000,00	—	4.700.000,00
e — Penedo, em Alagoas .....	—	—	100.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00	—	4.100.000,00

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
VIII — Abastecimento d'Água:							
1 — Estudos, projetos e execução dos sistemas de abastecimento d'água, incluindo traçado urbano, obras de captação, adução, tratamento e distribuição, em convênio entre a CVSF e as Prefeituras, nas seguintes localidades: Formosa, em Goiás; Arcos, Bocaiuva, Bom Despacho, Caete, Capitão, Campos Altos, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafayete, Curvelo, Dóres do Indaia, Esmeraldas, Espinosa, Felixlândia, Formiga, Grão Mogol, Inhaúma, Itaguara, Itabirito, Itapeçerica, Jaboticatuba, Janaúba, Januária, João Pinheiro, João Ribeiro, Jequitai, Lagoa Santa, Manga, Onzeira, Pitangui, Paraopeba, Paracatu, Pium, Pimenta, Rio Paranaíba, Santa Luzia, São Gotardo, São Tiago, São Gonçalo do Pará, São Romão, São Francisco, Sete Lagoas, Tiros e Unai, em Minas Gerais; Angical, Barreiras, Barra, Casa Nova, Carinhanha, Curuçá, Correntina, Caitité, Campo Formoso, Guanambi, Ibipetuba, Jacobina, Macaúbas, Paratinga, Palmas do Monte Alto, Pilão Arcado, Remanso, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santa Fé, Santana dos Brejos, Saúde, Urandi e Xique-Xique, na Bahia; Afoçados da Ingazeira, Arapirina, Floresta, Jatuna, São José do Egito, Manicoba, Curicuri, Pedra, Salgueiro, Serra Talhada e Sertânia, em Pernambuco; Água Branca, Arapiraca, Delmiro, Pão de Açúcar, Porto Real do Colégio, São Braz e Traipu, em Alagoas; Aguiadã, Guararu, Canhoba, Neópolis, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha, em Sergipe .....	—	—	8.000.000,00	20.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	78.000.000,00
IX — Saneamento Rural e Drenagem:							
1 — Estudos, projetos e construção de sistemas							
b — Betume, Propriá, Cotinguiba e outras sobstrução e regularização das seguintes bacias afluentes do Baixo São Francisco:							
a — Itiuba, Boacica e Marituba, em Alagoas:	1.000.000,00	2.000.000,00	3.500.000,00	5.000.000,00	8.000.000,00	—	19.500.000,00

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS	DISTRIBUIÇÕES ANUAIS					A ser concedida em crédito especial	Despesa Total no quinquênio
	1951	1952	1953	1954	1955		
b - Betume, Propriá, Cotinguiba e outros, em Sergipe .....	2.000.000,00	2.000.000,00	3.500.000,00	5.000.000,00	8.000.000,00	—	20.500.000,00
X - Saúde e Assistência:							
1 - Serviços de saúde e assistência relativos ao ensino profissional e aos trabalhos de medicina preventiva e curativa, incluído:							
a - Profilaxia da Malária .....	6.000.000,00	7.000.000,00	6.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	—	33.000.000,00
b - Equipamento, instalação e custeio das unidades da "Rêde Hospitalar" .....	16.500.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	25.000.000,00	20.000.000,00	—	101.500.000,00
c - Serviços de educação e ensino profissional, incluindo o estudo projeto e instalação e manutenção de uma fazenda-escola no Baixo São Francisco, em Alagoas .....	990.000,00	—	2.000.000,00	2.000.000,00	4.010.000,00	—	9.000.000,00
XII - Desenvolvimento da Produção:							
1 - Serviços destinados ao desenvolvimento do fomento da produção, incluindo os trabalhos relativos a mecanização da lavoura, seu custeio e aquisição de tratores, implementos agrícolas, máquinas, perfuratrizes, drig-lines, viaturas e acessórios .....	—	5.500.000,00	5.000.000,00	12.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	47.500.000,00
XIII - Custeio da Comissão:							
I - Custeio da Comissão, inclusive pessoal, material e despesas diversas .....	19.380.000,00	18.945.957,20	21.000.000,00	21.408.640,00	20.285.402,80	—	101.000.000,00
	129.262.953,80	184.871.776,50	272.500.000,00	345.550.000,00	385.925.269,70	177.200.000,00	1.475.310.000,00

LEI N.º 2.600 — DE 13 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ... 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinado ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para obras de reconstrução, ampliação e reparo, inclusive reequipamentos das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Munhoz da Rocha.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.601 — DE 14 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Extingue a Colônia Correcional de Dois Rios.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É extinta a Colônia Correcional de Dois Rios.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

LEI N.º 2.602 — DE 14 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Dispõe sobre os vencimentos dos juizes do Tribunal Marítimo e dos procuradores, adjuntos de procurador e advogados de ofício, em exercício junto ao mesmo Tribunal.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º Os juizes do Tribunal Marítimo terão vencimentos equivalentes aos que forem atribuídos aos juizes de direito do Distrito Federal, com exceção do presidente do Tribunal, que terá os vencimentos e vantagens de seu posto militar.

Art. 2.º Os procuradores, adjuntos de procurador e advogados de ofício terão, respectivamente, os vencimentos atribuídos aos curadores, promotores públicos e defensores públicos do Distrito Federal.

Art. 3.º A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Ministério da Marinha.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Edmundo Jordão Amorim do Valle.*

LEI N.º 2.603 — DE 15 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Reduz para 1% ad valorem os direitos alfandegários sobre aparelhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º São reduzidos para 1% (um por cento), ad valorem, os direitos de importação e taxas, ressalvada a de previdência social, sobre aparelhos

ortopédicos de qualquer material ou tipo, destinados à reparação de partes do corpo humano e adquiridos pelo interessado para seu uso ou por entidades assistenciais devidamente registradas no Conselho Nacional e Serviço Social do Ministério da Saúde.

§ 1.º A importação dos aparelhos de que trata esta lei não dependerá de licença prévia e terá sempre prioridade de câmbio.

§ 2.º São isentos do imposto de consumo os aparelhos ortopédicos importados ou produzidos no país, nos termos deste artigo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, independente de regulamentação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.604 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1955

*Regula o exercício da enfermagem profissional*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É livre o exercício de enfermagem em todo o território nacional, observadas as disposições da presente lei.

Art. 2.º Poderão exercer a enfermagem no país:

1) Na qualidade de enfermeiro:

a) os possuidores de diploma expedido no Brasil, por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949;

b) os diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seu país e que revalidaram seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;

c) os portadores de diploma de enfermeiros, expedidos pelas escolas e cursos de enfermagem das forças armadas nacionais e forças militari-

zadas, que estejam habilitados mediante aprovação, naquelas disciplinas, do currículo estabelecido na Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, que requererem o registro de diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

2) Na qualidade de obstetriz:

a) os possuidores de diploma expedido no Brasil, por escolas de obstetrizes, oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949;

b) os diplomados por escolas de obstetrizes estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem e que revalidaram seus diplomas de acordo com a legislação em vigor.

3) Na qualidade de auxiliar de enfermagem, os portadores de certificados de auxiliar de enfermagem, conferidos por escola oficial ou reconhecida, nos termos da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949 e os diplomados pelas escolas e cursos de enfermagem das forças armadas nacionais e forças militarizadas que não se acham incluídos na letra c do item I do art. 2.º da presente lei.

4) Na qualidade de parteira, os portadores de certificado de parteira, conferido por escola oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949.

5) Na qualidade de enfermeiros práticos ou práticos de enfermagem:

a) os enfermeiros práticos amparados pelo Decreto n.º 23.774, de 11 de janeiro de 1934;

b) as religiosas de comunidade amparadas pelo Decreto n.º 22.257, de 26 de dezembro de 1932;

c) os portadores de certidão de inscrição, conferida após o exame de que trata o Decreto n.º 8.778, de 22 de janeiro de 1946.

6) Na qualidade de parteiras práticas, os portadores de certidão de inscrição conferida após o exame de que trata o Decreto n.º 8.778, de 22 de janeiro de 1946.

Art. 3.º São atribuições dos enfermeiros, além do exercício de enfermagem:

a) direção dos serviços de enfermagem nos estabelecimentos hospitalares e de saúde pública, de acordo com o art. 21 da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949;

b) participação do ensino em escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem;

c) direção de escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem;

d) participação nas bancas examinadoras de práticos de enfermagem.

Art. 4.º São atribuições das obstetrias, além do exercício da enfermagem obstétrica:

a) direção dos serviços de enfermagem obstétrica nos estabelecimentos hospitalares e de Saúde Pública especializados para a assistência obstétrica;

b) participação no ensino em escolas de enfermagem obstétrica ou em escolas de parteiras;

c) direção de escolas de parteiras;

d) participação nas bancas examinadoras de parteiras práticas.

Art. 5.º São atribuições dos auxiliares de enfermagem, enfermeiros práticos e práticos de enfermagem, todas as atividades da profissão, excluídas as constantes nos itens do art. 3.º, sempre sob orientação médica ou de enfermeiro.

Art. 6.º São atribuições das parteiras as demais atividades da enfermagem obstétrica não constantes dos itens do art. 4.º.

Art. 7.º Só poderão exercer a enfermagem, em qualquer parte do território nacional, os profissionais cujos títulos tenham sido registrados ou inscritos no Departamento Nacional de Saúde ou na repartição sanitária correspondente nos Estados e Territórios.

Art. 8.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio só expedirá carteira profissional aos portadores de diplomas, registros ou títulos de profissionais de enfermagem mediante a apresentação do registro dos mesmos no Departamento Nacional de Saúde ou na repartição sanitária correspondente nos Estados e Territórios.

Art. 9.º Ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde, cabe fiscalizar, em todo o território nacional, diretamente ou por intermédio das repartições sanitárias correspondentes nos Estados e Territórios, tudo que se relacione com o exercício da enfermagem.

Art. 10. Vetado.

Art. 11. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da publicação da presente lei, os hospitais, clínicas, sanatórios, casas de saúde, departamentos de saúde e instituições congêneres deverão remeter ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina a relação pormenorizada dos profissionais de enfermagem, da qual conste idade, nacionalidade, preparo técnico, títulos de habilitação profissional, tempo de serviço de enfermagem e função que exercem.

Art. 12. Todos os profissionais de enfermagem são obrigados a notificar, anualmente, à autoridade respectiva sua residência e sede de serviço onde exercem atividade.

Art. 13. O prazo da vigência do Decreto n.º 8.778, de 22 de janeiro de 1946, é fixado em 1 (um) ano, a partir da publicação da presente lei.

Art. 14. Ficam expressamente revogados os Decretos n.ºs 23.774, de 22 de janeiro de 1934, 22.257, de 26 de dezembro de 1932, e 20.109, de 15 de junho de 1931.

Art. 15. Dentro em 120 (cento e vinte) dias da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará o respectivo regulamento.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Motta Filho.

Napoleão de Alencastro  
Guimarães.

LEI N.º 2.605 — DE 17 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Extingue o cargo de Diretor, padrão L, no Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É extinto o cargo de Diretor, padrão L, no Quadro Suple-



mentar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

LEI N.º 2.606 — DE 17 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 428.500.000,00 para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Rede Mineira de Viação.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000,00 (quatrocentos e vinte e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Rede Mineira de Viação, no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Octavio Marcôndes Ferraz.*

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.607 — DE 20 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 2.000,00 mensais a Blanche Alix Marie de Miranda da Silveira Lobo, viúva do Cônsul Carlos de Miranda da Silveira Lobo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais a Blanche Alix Marie de Miranda da Silveira Lobo, viúva do Cônsul Carlos de Miranda da Silveira Lobo.

Parágrafo único. O pagamento da pensão será feito enquanto a beneficiária for viúva e correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*J. M. Whitaker.*

LEI N.º 2.608 — DE 21 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Desincorpora imóvel do Patrimônio Federal para ser atribuído à herdeira Maria Caetana de Souza.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É desincorporado do Patrimônio Federal, para ser atribuído

a Maria Caetana de Souza, que se habilitou, como herdeira, na qualidade de filha, o imóvel que constituiu a herança jacente de Antônio José Luiz, situado à Rua Barão do Triunfo n.ºs 532 e 536, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.609 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70, para atender ao pagamento aos concessionários de portos brasileiros das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70 (noventa e sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa cruzeiros e setenta centavos) para atender ao pagamento aos concessionários dos portos brasileiros, com exceção do Rio de Janeiro, das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951, inclusive, entre as arrecadações efetivas e as restituições então feitas do imposto adicional de 10% (dez por cento) sobre os direitos de importação para consumo, de que tratam o decreto-lei número 2.619, de 24 de setembro de 1940, e a Lei n.º 1.342, de 1 de fevereiro de 1951.

Art. 2.º O crédito especial de que trata o art. 1.º será distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional, a fim de se processar o pagamento de acordo com o seguinte quadro:

PORTOS	Cr\$
Fortaleza .....	1.673.348,60
Cabedelo .....	246.330,60
Recife .....	5.317.886,00
Maceió .....	199.271,70
Salvador .....	1.024.481,20
Niterói — (Angra dos Reis) .....	1.606,60
Santos .....	80.645.032,50
Paranaguá .....	582.663,10
São Francisco do Sul .....	711.115,40
Rio Grande — Porto Alegre — Pelotas .....	7.324.655,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>97.726.890,70</b>

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

---

LEI N.º 2.610 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1955

*Estende a correspondência da Cruz Vermelha Brasileira o disposto no § 5.º do Art. 26 da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948 (Reajusta as tarifas postais-telegráficas, e dá outras providências.)*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A correspondência da Cruz Vermelha Brasileira ficam estendidos os favores a que se refere o § 5.º do art. 26, da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948 (Reajusta as tarifas postais-telegráficas, e dá outras providências).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

---

LEI N.º 2.611 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.546.995,90, para pagamento de diferenças de proventos devidas a funcionários do mesmo Ministério.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.546.995,90 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e noventa centavos) a fim de atender ao pagamento de diferenças de proventos, devidas no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1952, aos funcionários daquele Ministério abaixo indicados e postos em

disponibilidade com fundamento no art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

	Cr\$
Abigail Pinto Coelho, Escriturário F .....	35.396,20
Actir Pegado Cherem, Escriturário F .....	41.166,10
Adalberto Jorge Nogueira Soares, Of. Adm. classe J .....	67.290,50
Adelmar de Melo Franco Filho, Engenheiro I .....	120.053,80
Altair Andrada da Silveira, Escriturário F .....	45.415,60
Alvaro de Barros Figueiredo, Escriturário G .....	90.649,50
Antônio Francisco de Sá Freire Júnior, Professor H .....	9.009,00
Arcanjo Pereira de Castro Lôbo, Escriturário E .....	56.420,00
Armando Alves de Faria, Escriturário E .....	92.262,80
Ary Monteiro, Escriturário F .....	133.959,90
Celeste Pereira Coelho de Sousa, Escriturário E .....	60.121,70
Edgard Gonçalves de Aguiar Pereira, Escriturário G .....	20.551,50
Elyso da Silva Pinheiro, Escriturário G .....	154.840,00
Esmeraldina Fagundes, Escriturário E .....	73.553,90
Fernando Guimarães, Professor H .....	59.700,00
Heráclito Mourão de Miranda, Escriturário G .....	154.140,00
José Coelho Gomes Ribeiro, Estacionário B .....	78.984,30
José Marcelino de Sousa Lacerda, Escriturário D .....	31.540,20
Júlia Soares de Brito, Escriturário F .....	35.723,30
Laura de Carvalho Meinike, Escriturário E .....	113.941,50
Laura Pereira Broenn, Escriturário C .....	49.851,30
Letelba Rodrigues de Brito, Ensaíador H .....	74.800,80
Manoel Bessa de Menezes Júnior, Escriturário F .....	22.744,20
Manoel José Pereira, Escriturário E .....	20.288,50
Margarida Umbelina de Moraes Lacerda Pinheiro, Escriturário F .....	67.585,20
Maria Alves Barbosa, Escriturário F .....	53.178,76
Maria Ester Paredes Bevilacqua, Escriturário F .....	57.464,70
Maria Guilhermina Braga, Escriturário F .....	26.791,90
Maria Madalena Paiva Rocha, Escriturário F .....	58.047,80
Marina de Araújo Viana, Escriturário D .....	40.569,40
Mário dos Santos Parreira, Escriturário G .....	141.120,00
Mauricio Joppert da Silva, Engenheiro N .....	76.074,20
Nilo Bezerra Antunes, Telegrafista G .....	24.841,00
Oliama de Almeida Rios, Farmacêutico H .....	109.077,00
Noêmia Rodrigues da Silva, Escriturário E .....	47.980,70
Palmyra Naqaes Fernandes Areno, Escriturário F .....	57.232,60
Rute Isabel da França Gonçalves, Escriturário E .....	40.303,50
Rute Vieira da Silva, Escriturário F .....	52.515,70
Sylvio Salema Garção Ribeiro, Escriturário F .....	14.730,80
Teódulo da Silva Tavares, Escriturário F .....	36.975,10
	2.546.995,90

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.612 — DE 22 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, destinado à conclusão das obras do Hospital do Município de Parintins, Estado do Amazonas.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ ...

2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado à conclusão das obras do Hospital do Município de Parintins, Estado do Amazonas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Aramis Athoyde

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.613 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1955

*Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, subordinado ao Ministério da Agricultura, o Serviço Social Rural (S.S.R.) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º Constituem patrimônio do S. S. R.:

I. A quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em moeda corrente.

II. O produto do recebimento de uma contribuição de 3% (três por cento) e 1% (um por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas mencionadas nos arts. 6.º e 7.º desta lei;

III. O patrimônio da antiga Sociedade Colonizadora Hanseática, de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

IV. Os predios rusticos e os semoventes adquiridos pela União em virtude do decreto-lei n.º 1.907 de 26 de dezembro de 1938;

V. As doações ou legados que lhe forem feitos e as dotações orçamentárias a ele destinadas.

Art. 3.º O Serviço Social Rural terá por fim:

I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:

a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;

b) à saúde, à educação e à assistência sanitária;

c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.

II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural;

III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;

IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;

V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo;

VI. Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

Art. 4.º O S. S. R. será administrado por um conselho nacional e pelos conselhos estaduais, dos Territórios Federais e Distrito Federal, dotados estes da autonomia necessária para promover a execução de planos adaptando-os as peculiaridades locais, por intermédio das juntas municipais.

§ 1.º O conselho nacional será constituído:

- a) de um presidente de nomeação do Presidente da República, dentro da lista triplíce que será apresentada pela Confederação Rural Brasileira;
- b) de um representante do Ministério da Agricultura;
- c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- d) de um representante do Ministério da Educação e Cultura;
- e) de um representante do Ministério da Saúde ;

f) de quatro representantes da classe rural, eleitos em assembléa geral da Confederação Rural Brasileira, na forma que o regulamento estabelecer.

§ 2.º O conselho estadual ou de Território ou do Distrito Federal será constituído de um presidente escolhido pelo conselho nacional, em lista triplíce, apresentada pela federação respectiva, de um representante do Governo do Estado, do Território ou do Distrito Federal, e de um representante da Federação das Associações Rurais, eleito em assembléa geral.

§ 3.º A junta municipal será constituída de um presidente nomeado pelo conselho estadual dentro da lista triplíce apresentada pela respectiva Associação Rural, de um representante da Prefeitura Municipal e de um representante da associação rural do Município, eleito por voto secreto em assembléa geral, para tanto especialmente convocada.

§ 4.º Nos Municípios onde não existir associação rural o representante da classe será indicado pela Federação das Associações Rurais e, na falta desta, pelo conselho estadual ou do Território ou do Distrito Federal.

§ 5.º O mandato dos membros dos conselhos nacionais e estaduais e das juntas municipais será de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

§ 6.º Nas deliberações dos órgãos colegiados, de que trata este artigo, o presidente terá voto deliberativo e de qualidade.

Art. 5.º O funcionalismo do Serviço Social Rural só poderá ser admitido mediante concurso público de provas, ressalvados os cargos de direção, previstos no art. 4.º e o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser admitidos funcionários interinos para exercício do S. S. R. pelo prazo máximo e improrrogável de 1 (um) ano.

Art. 6.º É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas:

- 1 — Indústria do açúcar;
- 2 — Indústria de laticínios;
- 3 — Xarqueadas;
- 4 — Indústria do mate;
- 5 — Extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão;
- 6 — Indústria de beneficiamento de café;
- 7 — Indústria de beneficiamento de arroz;
- 8 — Extração do sal;
- 9 — Extração de madeira, resina e lenha;
- 10 — Matadouros;
- 11 — Frigoríficos rurais;
- 12 — Cortumes rurais;
- 13 — Olaria.

§ 1.º. As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais de que trata este artigo deixarão de contribuir para os serviços sociais e de aprendizagem do comércio e da indústria, regulados pelos Decretos-leis ns. 9.853, de 13 de setembro de 1946; 9.403, de 25 de junho de 1946; 4.048, de 22 de janeiro de 1942, modificado pelo decreto-lei n.º 4.936, de 7 de novembro de 1942, e n.º 8.621 de 10 de janeiro de 1946.

§ 2.º. Ficam isentos das obrigações referidas neste artigo as indústrias caseiras, o artesanato bem como as pequenas organizações rurais, de transformação ou beneficiamento de produtos rurais do próprio dono e cujo valor não exceder de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

§ 3.º. As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais enumeradas neste artigo não se eximem de contribuição ainda quando em cooperativas de produção.

§ 4.º. A contribuição devida por todos os empregadores aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões é acrescida de um adicional de 0,3% (três décimos por cento) sobre o total dos salários pagos e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

Art. 7.º. As empresas de atividades rurais não enquadradas no art. 6.º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante desse artigo as pessoas físicas que explorarem propriedades próprias ou de terceiros, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 8.º. As contribuições dos que não possuírem escrituração em forma legal serão calculadas à base do salário mínimo da região, acrescido de 10% (dez por cento).

Art. 9.º. As contribuições devidas ao S. S. R. serão recolhidas na forma, prazo e local que forem determinados no regulamento, incorrendo o contribuinte, pelo não recolhimento dentro em 120 (cento e vinte) dias de vencimento, além dos juros de mora, na multa de 10% (dez por cento), podendo a sua arrecadação ser atribuída a entidades públicas ou privadas.

Art. 10. A aplicação do produto das arrecadações será feita de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo conselho nacional, devendo, no entanto, ser empregada no Município 60% (sessenta por cento) da arrecadação ali efetuada, destinando-se o restante 20% (vinte por cento), para aplicação pelo conselho estadual, tendo em vista as zonas menos favorecidas do Estado, e 20% (vinte por cento) pelo conselho nacional, obedecido o mesmo critério.

Parágrafo único. As despesas gerais correspondentes a cada um dos órgãos executivos do S. S. R. correrão por conta das cotas de arrecadação atribuídas ao mesmo.

Art. 11. O S. S. R. é obrigado a elaborar anualmente um orçamento geral, cuja aprovação cabe ao Presidente da República, que englobe as previsões de receitas e as aplicações dos seus recursos e de remeter ao Tribunal de Contas no máximo até 31 de março do ano seguinte, as contas da gestão anual, acompanhadas de sucinto relatório do presidente, indicando os benefícios realizados.

Art. 12. Os serviços e bens do S. S. R. gozam de ampla isenção fiscal como se fôsssem da própria União.

Art. 13. O disposto nos arts. 11 e 12 desta lei se aplica ao Serviço Social da Indústria (SESI), ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para satisfazer a dotação prevista no art. 2.º.

Art. 15. Será consignado anualmente no orçamento geral da União uma verba no valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às finalidades previstas nesta lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Munhoz da Rocha.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.614 — DE 24 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 6.950,00 para pagamento da gratificação de função ao Professor Dr. Aristides Rocha.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinqüenta cruzeiros), para atender ao pagamento da gratificação de função ao Professor Dr. Aristides Rocha, no período de 24 de abril a 12 de setembro de 1950, como Diretor da Faculdade de Direito do Amazonas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Motta Filho

J. M. Whitaker

LEI N.º 2.615 — DE 26 DE  
SETEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.292.980,00, para pagamento da indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoril de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.292.980,00 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta cruzeiros), para pagamento da indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoril de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, pelo uso de seu parque e alojamento, durante o período da última guerra, por tropas militares.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

J. M. Whitaker.



LEI N.º 2.616 — DE 26 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 36.000,00 para pagamento de gratificação ao químico agrícola, classe M, Omar Viana, do Ministério da Agricultura.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), destinado ao pagamento de gratificação, relativa ao exercício de 1951, ao químico agrícola, classe M, Omar Viana, do Ministério da Agricultura, posto à disposição daquela Comissão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.617 — DE 30 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alice Cahen Fischer, viúva do professor catedrático Christiano Felipe Fischer.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Alice Cahen Fischer, viúva do professor catedrático, padrão

L, Christiano Felipe Fischer, do extinto quadro VII do antigo Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. A pensão concedida na forma deste artigo é devida a partir da vigência desta Lei, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.618 — DE 30 DE SETEMBRO  
DE 1955

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para embarcações destinadas à dragagem e aos serviços dos portos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras para embarcações montadas ou desmontadas, completas, destinadas à dragagem e aos serviços dos portos (rebocadores), a que se refere o art. 1.777 da Tarifa das Alfândegas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

## APENSO

Figura neste apenso a lei que, expedida em trimestre anterior, foi publicada no "Diário Oficial" depois do segundo dia útil, do terceiro trimestre de 1955.



# ATO DO PODER LEGISLATIVO

## 1955

LEI N.º 2.514 — DE 27 DE JUNHO  
DE 1955

*Modifica o artigo 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19. Não será instituído em bem de família, imóvel de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros)”.

Art. 2.º E' revogado o art. 18 do mencionado Decreto-lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Prado Kelly.*

*Edmundo Jordão Amorim do Valle.*

*Henrique Lott.*

*Raul Fernandes.*

*J. M. Whitaker.*

*Octavio Marcondes Ferraz.*

*Munhoz da Rocha.*

*Candido Motta Filho.*

*Waldyr Niemeyer.*

*Eduardo Gomes.*

*Aramis Athayde.*



## E M E N T Á R I O

Leis e decretos publicados nos volumes V e VI de 1955, desta coleção, classificados em ordem alfabética dos assuntos



## EMENTÁRIO

### A

#### A. J. DA SILVA & CIA.

*Concede à sociedade comercial A. J. da Silva & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.542 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1955.

#### "A INDEPENDÊNCIA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "A Independência" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 37.940 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

#### A. MARTINS MENDES & COMPANHIA LIMITADA

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e A. Martins Mendes & Cia. Limitada.*

Decreto-legislativo n. 68 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

### ABALROAMENTO

*Torna pública a adesão, por parte do Governo da Turquia, à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e a Convenção para a unificação de*

### ABALROAMENTO

*certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos, assinadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n. 37.844 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

### ABONO

*Dispõe sobre os acréscimos, gratificações ou abonos periódicos devidos aos servidores das autarquias federais e de órgãos de serviço público.*

Decreto n. 37.857 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

### ABONO DE EMERGÊNCIA

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.434.206.434,00, destinado a regularização de despesas com o pagamento do abono de emergência.*

Decreto n. 37.899 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

### ACÓRDOS

*Aprova o acordo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe.*

Decreto-legislativo n. 88 — de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.



**ACORDOS**

— *Aprova o acôrdo celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Sergipe.*

Decreto-legislativo n. 89 — de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**AÇO LAMINADO ITAÚNA S. A.**

*Concede à Aço Laminado Itaúna S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.825 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 178.508,80, para ocorrer ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro de despesas com o arrendamento do armazém externo "H".*

Lei n. 2.544 — de 15 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de julho de 1955.

**ADMINISTRAÇÕES DE PORTOS**

*Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados.*

Lei n. 2.546 — de 16 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1955.

**AERONAUTICA**

*Regulamenta a promoção "post-mortem" dos militares da Aeronáutica falecidos em acidente de serviço.*

Decreto n. 37.787 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**AERONAUTICA**

— *Aprova as Instruções Reguladoras do recrutamento de Médicos e Farmacêuticos para os Quadros de Oficiais Médicos e Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.805 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.814 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.849 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doações de terrenos em Goiânia (GO).*

Decreto n. 37.851 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Dispõe sobre a criação dos Núcleos do Comando de Zonas de Defesa, estabelece sua organização e dá outras providências.*

Decreto n. 37.909 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

— *Dispõe sobre o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.849, de 2 de setembro de 1955.*

Decreto n. 37.996 — de 30 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

Ver, também:

*Ministério da Aeronáutica.*

## AFORAMENTO

*Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.851 — de 2 de fevereiro de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.187 — de 15 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência, o aforamento de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.287 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.561 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

— *Autoriza estrangeiro, a adquirir, em transferência, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.563 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito à revigoração do aforamento de fração ideal de terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.568 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

## AFORAMENTO

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil de terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.569 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1955.

— *Autoriza os cidadãos portugueses a adquirirem, satisfeitas as mesmas exigências impostas aos nacionais, o domínio útil dos terrenos pertencentes à União, situados nas zonas referidas na letra "a" do art. 100 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1945.*

Decreto n. 37.681 — de 1 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.840, de 2 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 37.880 — de 12 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

## ÁGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Guilherme da Silva a pesquisar água mineral no município de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.644 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza Cia. Agrícola, Territorial e de Mineração Fazenda Pirabeiraba, a pesquisar água mineral no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.700 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Otto a lavar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.708 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**AGUA MINERAL**

— Declara caduco o Decreto número 29.610, de 30 de maio de 1951.

Decreto n. 37.726 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Herrera Vasquez a lavar água mineral no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.795 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro da Fonte a pesquisar água mineral no município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.824 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

**AGUA POTÁVEL**

Autoriza Neto & Cia. Limitada a pesquisar água potável de mesa no município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.592 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

**AGUAS PÚBLICAS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Boi-Meio, São Tomás e São Tomás, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 37.625 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gomes.

Decreto n. 37.626 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

**AGUAS PÚBLICAS**

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Laranjeiras, Barroso e Santa Cruz, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 37.627 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "José Pedro".

Decreto n. 37.628 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio "Borman".

Decreto n. 37.629 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Iriritimirim.

Decreto n. 37.630 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Aporé ou Peixe.

Decreto n. 37.631 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Sabiá - Anicuns Grande, Anicuns Grande e Anicuns Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 37.632 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

## AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Almeidas", "Borba Gato" e "Borba Pequeno", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 37.712 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Cachoeirinha.

Decreto n. 37.713 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Feijão".

Decreto n. 37.836 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Nicolau Pequeno.

Decreto n. 37.885 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Retiro-Caldas, Caldas e Caldas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 37.886 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Parado.

Decreto n. 37.887 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fábrica.

Decreto n. 37.889 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## AJUSTES

Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha assinado em Bonn, em 17 de agosto de 1950.

Decreto n. 37.696 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## ALGODÃO

Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário de algodão herbáceo.

Decreto n. 37.882 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1955.

## AMENDOIM

Estende ao amendoim sem casca, as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação do mesmo produto, em casca.

Decreto n. 37.775 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

## ANDRÉ LUNARDI & COMPANHIA

Autoriza André Lunardi & Companhia a manter em serviço uma usina geradora, termo-elétrica em Vila Xaxim, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 36.021 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

**ANISTIA**

*Concede anistia aos participantes do conflito ocorrido na "Tribuna Popular".*

Decreto-legislativo n. 70 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

**APARELHOS ORTOPÉDICOS**

*Reduz para 1% "ad valorem" os direitos alfandegários sobre aparelhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo e dá outras providências.*

Lei n. 2.603 — de 15 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

**APATITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Vieira Corrêa a pesquisar calcário, apatita e associados, no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.797 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**AREIA QUARTZOSA**

*Autoriza "Sila" Senfft Irmãos Limitada a pesquisar areia quartzosa no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.728 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza Companhia Cimento Brasileiro a lavar argila no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.638 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

**ARGILA**

*— Autoriza o cidadão brasileiro Raul Finazzi a pesquisar argila e associados no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.665 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

*— Autoriza Cia. Cimento Portland Corumbá, a pesquisar argila no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.667 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a lavar argila no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.668 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Laurenza a lavar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.754 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.794 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

*— Autoriza a Industrial Comercial e Agrícola Rio Píloes Limitada, a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.798 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

## ARGILA

— Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.799 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— Autoriza a empresa de mineração Lavras Santo Amaro Ltda. a lavar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.829 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

## ARMADA

Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.

Decreto n. 37.604-A — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Dispensa, temporariamente, o implemento de exigência do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n. 37.902 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

Ver, também:

Ministério da Marinha.

## ARROZ

Declara em vigor as condições da apólice e tarifa de seguro agrário de arroz.

Decreto n. 37.847 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

## ATLAS ASSURANCE CO. LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Atlas Assurance Company Limited".

Decreto n. 37.721 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## ASSISTÊNCIA E SALVAMENTO MARÍTIMOS

Torna pública a adesão, por parte do Governo da Turquia, à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abaloamento e a Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos, assinadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.

Decreto n. 37.844 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

## ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## ASSOCIAÇÃO DE PECÚLIOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA RIOGRANDENSE - ASPECIR

Declara de utilidade pública a Associação de Pecúlios do Comércio e Indústria Rio-grandenses — ASPECIR — com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 37.576 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

### ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE SÃO JOÃO DE SABUGI

*Autoriza o Poder executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

### ASSOCIAÇÃO DOS SANATÓRIOS POPULARES - "CAMPOS DO JORDÃO", "SANATORINHOS"

*Declara de utilidade pública a Associação dos Sanatórios Populares "Campos do Jordão", "Sanatorinhos".*

Decreto n. 37.636 — de 14 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

### ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE MARÍLIA

*Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica de Marília, com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.346 — de 17 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

### ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CINEMA CIENTÍFICO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico.*

Lei n. 2.519 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

### ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR

*Cria, uma Comissão Especial para elaborar anteprojeto de Lei Orgânica de Assistência Médico Hospitalar no País e dá outras providências.*

Decreto n. 37.773 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

### AUTARQUIAS

*Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrar em juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados.*

Lei n. 2.546 — de 16 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1955.

*Dispõe sobre os acréscimos, gratificações ou abonos periódicos devidos aos servidores das autarquias federais e de órgãos de serviço público.*

Decreto n. 37.857 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

### AUXÍLIOS

*Autoriza a concessão do auxílio de Cr\$ 20.000.000,00 anuais às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro.*

Lei n. 2.515 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## AUXÍLIOS

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará.*

Lei n. 2.529 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul com a importância de Cr\$ ..... 30.000.000,00, para obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

Lei n. 2.532 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 195.261.000,00, para ocorrer à despesa com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto n. 37.598 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

## AVIAÇÃO CIVIL, INTERNACIONAL

*Torna pública a adesão, por parte do Governo de Laos, a Convenção sobre Aviação Civil, Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 37.807 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

## B

### BALLET DA JUVENTUDE

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude.*

Decreto n. 37.812 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

### BANCO DE CRÉDITO POPULAR SOROCABANO, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

*Concede autorização para constituição do Banco de Crédito Popular Sorocabano, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.921 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

### "BANCO DE CRÉDITO SETE DE SETEMBRO", SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

*Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Sete de Setembro, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.916 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

### BANCO NACIONAL POPULAR SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

*Concede autorização para constituição do "Banco Nacional Popular Sociedade Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.935 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1955.

### BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD.

*Cancela autorização para funcionamento das filiais em Vitória, no Estado do Espírito Santo, e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, do Bank of London & South America Limited.*

Decreto n. 37.760 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.



**BARITINA**

*Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.666 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Souza Lage a pesquisar baritina e associados no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.892 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**BEM DE FAMÍLIA**

*Modifica o art. 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.*

Lei n. 2.514 — de 27 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1955.

**BERILO**

*Renova o Decreto n.º 32.654, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.549 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

**BORNHAUSEN & CIA. LTDA.**

*Concede a Bornhausen & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.784 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**BRASIL MINERAÇÃO LTDA.**

*Concede à Brasil Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.779 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**C****CONSTRUTORA BETA**

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Beta.*

Decreto-legislativo n. 72 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

**CAIS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO**

*Fixa em Cr\$ 3,00 por pessoa a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.548 — de 22 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1955.

**CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Suspende, temporariamente, as inscrições na Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.565 — de 2 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.904 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Lopes de Araújo a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.552 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

# CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Ademir Fagundes de Azambuja a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.556 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Stolf a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.597 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ademir Fagundes de Azambuja a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.642 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Mueller a pesquisar dolomita, calcário e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.645 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Delfino dos Santos a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.661 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Herminio Ferreira Filho a pesquisar calcário e associados no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.670 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

# CALCÁRIO

*Autoriza os cidadãos brasileiros Gilberto Andrade Duffles Teixeira, Emanuel Nascimento Costa e Manoel de Matos Junior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.671 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.773, de 14 de maio de 1953, que autoriza o cidadão brasileiro José de Sousa Coelho a pesquisar calcário e associados.*

Decreto n. 37.674 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Gomes da Silva Sobrinho a pesquisar calcário no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.703 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cacilio Antunes de Lima a pesquisar calcário no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.706 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cícero Saldanha Bica a pesquisar calcário no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.707 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Junior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.731 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jamil Leão Brasileiro, a pesquisar calcário e associados, no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.733 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.326, de 26 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.756 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Cia. Cimento Brasileiro a pesquisar calcário no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.788 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delfo Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.794 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gonçalo Vieira Corrêa a pesquisar calcário, apatita e associados, no município de Aracoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.797 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Industrial Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.798 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**CALCÁRIO**

*Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.799 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Gomes da Silva a lavrar calcário nos municípios de Rio Branco do Sul e Timoneira, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.822 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Caruccio & Cia. Ltda. a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.869 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Barni a pesquisar calcário no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.890 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda. a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.963 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.505, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.966 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## CALCÁRIO

*Retifica e ratifica a autorização de lavra conferida à Cia. Cimento Brasileiro pelo Decreto n.º 29.085, de 4 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.969 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## CALCÁRIO CONCHÍFERO

*Declara sem efeito o Decreto número 36.281, de 1 de outubro de 1954, que autorizou a S. A. Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário conchífero.*

Decreto n. 37.676 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abertura de Crédito:

— Ver:

*Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

## CARUCCIO & CIA. LTDA.

*Autoriza o cidadão brasileiro Caruccio & Cia. Ltda. a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.869 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

## CARVÃO

*Renova o Decreto n.º 32.952, de 3 de julho de 1953.*

Decreto n. 37.894 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## CARVÃO MINERAL

*Autoriza a Sociedade Construtora Poty Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.705 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## CASA DA MOEDA

*Revigora o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 32.065, de 8 de janeiro de 1953, destinado ao reaparelhamento da Casa da Moeda.*

Lei n. 2.577 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Xavier Ribeiro a pesquisar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.699 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— Renova o Decreto n.º 33.252, de 8 de julho de 1953.

Decreto n. 37.789 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

## CASTRO LOPES & TEBIRIÇA

*Autoriza a Castro Lopes & Tebiriça a lavar minério de ferro, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.752 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Marques Junior a pesquisar caulim e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.730 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel José do Amaral a pesquisar feldspato, mica, caulim e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.732 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

**CAULIM**

*Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Botelho Junqueira a pesquisar caulim, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.820 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Limitada a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.821 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

*Renova o Decreto n.º 32.521, de 1 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.833 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.834 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

**CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO**

*Instaura a cédula única de votação.*  
Lei n. 2.582 — de 30 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1955.

**CENTENÁRIO DA CIDADE DE BRAGANÇA**

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará.*

Lei n. 2.529 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

**CENTRO DE DEFESA ANTIAÉREA**

*Dá nova denominação ao atual Centro de Instrução de Defesa Antiaérea e estabelece novas bases para o seu funcionamento.*

Decreto n. 37.808 — de 27 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA**

*Dá nova redação ao art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais de Reserva e revoga o Decreto n.º 37.313, de 10 de maio de 1955.*

Decreto n. 37.873 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**CERÂMICA SANTO INÁCIO LTDA.**

*Concede à Cerâmica Santo Inácio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.586 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

**CHUMBO**

*Renova e retifica o Decreto número 30.410, de 17 de janeiro de 1952.*

Decreto n. 37.791 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

**CLUBE DE ENGENHARIA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 575.790,40, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.*

Lei n. 2.542 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

**COBRE**

*Renova o Decreto n.º 32.956, de 3 de junho de 1953.*

Decreto n. 37.790 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

**CÓDIGO ELEITORAL**

*Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.*

Lei n. 2.550 — de 25 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

Retificada no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## COLÉGIO MILITAR

*Cria o Colégio Militar de Belo Horizonte e dá outras providências.*

Decreto n. 37.379 — de 12 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

## COLÉGIOS

*Cassa o reconhecimento e a inspeção concedidas ao Colégio Franklin Delano Roosevelt, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.607 — de 14 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1955.

## COLETORIAS

*Cria Coletorias Federais, e dá outras providências.*

Lei n. 2.584 — de 1 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1955.

— *Extingue as Segundas Coletorias Federais em Mogi-Mirim, no Estado de São Paulo, e em Campina Grande, no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 37.570 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

## COLÔNIA CORRECCIONAL DE DOIS RIOS

*Extingue a Colônia Correccional de Dois Rios.*

Lei n. 2.601 — de 14 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

## COLUMBITA

*Renova o Decreto n.º 32.654, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.549 — de 30 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

## COMÉRCIO E MINERAÇÃO VALE DO ASSU LTDA.

*Concede à Comércio e Mineração Vale do Assu Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.755 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ALTO PARANÁ LTDA.

*Concede à sociedade Comércio e Navegação Alto Paraná Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.541 — de 23 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1955.

## COMISSÕES

*Concede franquias postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.525 — de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 218.675,00, para atender ao pagamento, aos seus servidores, de diárias relativas ao exercício de 1953.*

Lei n. 2.581 — de 25 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública a "Comissão Nacional da União Geográfica Internacional", como sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.739 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1955.

**COMISSÕES**

*Cria uma Comissão Especial para elaborar anteprojeto de Lei Orgânica de Assistência Médico Hospitalar no País e dá outras providências.*

Decreto n. 37.773 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Cria a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e dá outras providências.*

Decreto n. 37.855 — de 5 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

— *Cria a Comissão Superior de Economia e Finanças.*

Decreto n. 37.971 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

**COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Decreto n. 37.861 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

**COMPANHIA AGRÍCOLA, TERRITORIAL E DE MINERAÇÃO FAZENDA PIRABEIRABA**

*Autoriza Cia. Agrícola, Territorial e de Mineração Fazenda Pirabeiraba a pesquisar água mineral no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.700 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**COMPANHIA ANGLO-AMERICANA DE SEGUROS GERAIS**

*Concede à Companhia Anglo-Americana de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 37.757 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1955.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND**

*Concede à Companhia Brasileira de Cimento Portland Perús autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.647 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE PRODUÇÃO E EMPREENDIMENTOS "CIBRAPE"**

*Concede à Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos "Cibrape" autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.658 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO BRASILEIRO**

*Autoriza Companhia Cimento Brasileiro a lavar argila no município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.638 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza Cia. Cimento Brasileiro a pesquisar calcário no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.788 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO BRASILEIRO**

*Retifica e ratifica a autorização de lavra conferida à Cia. Cimento Brasileiro pelo Decreto n.º 29.085, de 4 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.969 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND CORUMBÁ**

*Autoriza Cia. Portland Corumbá a pesquisar argila no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.667 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FÔRÇA DO RIO DE JANEIRO**

*Declara de utilidade pública a área de terra marginal do Ribeirão das Lajes e seus afluentes e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro Limitada a promover as desapropriações.*

Decreto n. 37.835 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.963, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO**

*Renova o Decreto n.º 32.958, de 3 de junho de 1953.*

Decreto n. 37.790 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

**COMPANHIA DE FÔRÇA E LUZ DE MINAS GERAIS**

*Autoriza a Companhia de Fôrça e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.639 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO ROSICLER**

*Concede à Companhia de Mineração Rosicler autorização para funcionar como empresa de Mineração.*

Decreto n. 37.982 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

**COMPANHIA DE SEGUROS GUARANI**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Guarani.*

Decreto n. 37.722 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "CONFIANÇA"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Confiança".*

Decreto n. 37.871 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1955.

**COMPANHIA DOCAS DE SANTOS**

*Aprova projeto e orçamento para a execução de serviços na ilha do Barnabé, no porto de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.579 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.



**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DO PARANÁ S. S.**

*Autoriza a Companhia Fôrça e Luz do Paraná S. A. a construir uma linha de transmissão entre a usina hidrelétrica de Guaricana, e a localidade de Santa Quitéria, no município de Curitiba.*

Decreto n. 37.635 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ NORDESTE DO BRASIL**

*Autoriza a mudança de frequência de 50 para 60 ciclos por segundo em Maceió.*

Decreto n. 37.813 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**

*Autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco a fazer suprimimento de força industrial a grandes consumidores, localizados em sua zona de operação.*

Decreto n. 37.584 — de 11 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO RIO PARDO**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo.*

Decreto n. 37.810 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**COMPANHIA INDUSTRIAL DE ESTÂNCIA S. A.**

*Outorga à Companhia Industrial da Estância S. A., ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica no município de Estância, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 37.837 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

**COMPANHIA INDUSTRIAL PARAENSE S. A.**

*Autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. a instalar um grupo termo-elétrico.*

Decreto n. 37.748 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1955.

**COMPANHIA LUZ E FÔRÇA HULHA BRANCA**

*Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Hulha Branca a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.634 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1955.

**COMPANHIA MARAGOGIPANA DE ELETRICIDADE S. A.**

*Outorga à Companhia Maragogipana de Eletricidade S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira Grande, existente no rio Cachoeirinha, distrito de Iguaí, município de Maragogipe, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.095 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

**COMPANHIA MORAES REGO S. A.**

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Moraes Rego S. A.*

Decreto-legislativo n. 58 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

**COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxilio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto n. 37.598 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

*Declara de utilidade pública as áreas de terra necessárias ao aproveitamento hidrelétrico de Peixoto, no Rio Grande, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 37.473 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

**COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza Companhia Paulista de Mineração a lavar quartzito no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.637 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

**COMPANHIA SANTISTA DE PAPEL**

*Outorga à Companhia Santista de Papel concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio Cubatão de Cima, distrito da sede do município de Cubatão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.585 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

**COMPANHIA VIÇOSENSE FORÇA E LUZ**

*Autoriza a Companhia Viçosense Força e Luz a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.636 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

**CONCESSIONÁRIOS DE PORTOS**

*Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados.*

Lei n. 2.546 — de 16 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1955.

**CONCHAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar conchas no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.827 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**CONCURSOS**

*Aprova as Instruções para concursos no Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.573 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. (Suplemento) de 18 de julho de 1955.

*— Aprova as Instruções Gerais reguladoras de concurso para provimento de cargo de Procurador da República de 3.ª Categoria, da carreira do Ministério Público Federal.*

Decreto n. 37.622 — de 21 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1955.

### CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA (III)

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 500.000,00, para atender às despesas com a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo.*

Decreto n. 37.960 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

### CONGRESSO EUCARÍSTICO INTERNACIONAL (XXXVI)

*Concede isenção de imposto de consumo para uma custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n. 2.530 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

### CONGRESSO INTERAMERICANO DE REUMATOLOGIA (II)

*Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia.*

Decreto n. 37.560 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

### CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA (XVIII)

*Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil, da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.525 — de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

### CONGRESSO MÉDICO DO TRIÂNGULO MINEIRO E DO BRASIL CENTRAL (7.º)

*Concede à Sociedade Médica de Uberlândia o auxílio de Cr\$ ..... 200.000,00, para realização do 7.º Congresso Médico do Triângulo Mineiro e do Brasil Central, e dá outras providências.*

Lei n. 2.585 — de 3 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1955.

### CONGRESSO NACIONAL

#### Abertura de Crédito:

— Ver:

*Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

### CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

*Determina que os servidores do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade contribuam para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 37.867 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

### CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE

*Determina que os servidores do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade contribuam para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 37.867 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

## CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

*Torna público o depósito dos instrumentos de aceitação, por parte dos Governos do Paraguai e da Etiópia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, concluída em Londres a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n.º 37.774 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

## CONSULADOS

*Suprime o Consulado de carreira em Dublin (Irlanda).*

Decreto n.º 37.624 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

*Reestrutura os serviços consulares do Brasil na Índia.*

Decreto n.º 37.877 — de 9 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

## CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951.*

Decreto-legislativo n.º 99 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

*Aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1952.*

Decreto-legislativo n.º 104 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

## CONTRATOS

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna.*

Decreto-legislativo n.º 61 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

## CONTRATOS

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Técnica Construtora Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 63 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Estado do Rio Grande do Norte e a firma Engenharia Comércio e Indústria Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 64 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções Sociedade Anônima.*

Decreto-legislativo n.º 66 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e A. Martins Mendes & Cia. Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 68 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Bela.*

Decreto-legislativo n.º 72 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

*Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Silva e sua mulher Maria Adriana Moreira.*

Decreto-legislativo n.º 75 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

*Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.*

Decreto-legislativo n.º 76 — de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

## CONTRATOS

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado da Bahia.*

Decreto-legislativo n. 77 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Santos & Cruz.*

Decreto-legislativo n. 78 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda.*

Decreto-legislativo n. 79 — de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Pedro Ferreira Filho, Prefeito Municipal de Guiratinga.*

Decreto-legislativo n. 80 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Leonel Alves de Carvalho, sua mulher e outros.*

Decreto-legislativo n. 81 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Empresa Brasileira de Construções S. A.*

Decreto-legislativo n. 82 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota.*

Decreto-legislativo n. 83 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

## CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Manuel L. Patriota.*

Decreto-legislativo n. 84 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bawag Sociedade Anônima de Comércio Internacional.*

Decreto-legislativo n. 85 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda.*

Decreto-legislativo n. 86 — de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e João Martins do Rêgo.*

Decreto-legislativo n. 87 — de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul Sociedade Anônima.*

Decreto-legislativo n. 90 — de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n. 91 — de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.*

Decreto-legislativo n. 92 — de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

## CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda.*

Decreto-legislativo n. 93 — de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo da União e Clodoaldo de Oliveira Carvalho.*

Decreto-legislativo n. 94 — de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Legião Brasileira de Assistência.*

Decreto-legislativo n. 95 — de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda.*

Decreto-legislativo n. 96 — de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato, celebrado entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira.*

Decreto-legislativo n. 97 — de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tékton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 98 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Aprova o termo de acordo celebrado entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto-legislativo n.º 100 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

## CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.*

Decreto-legislativo n.º 101 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a I. B. M. World Trade Corporation.*

Decreto-legislativo n.º 102 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili.*

Decreto-legislativo n.º 103 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a Cia. Federal de Eletricidade.*

Decreto-legislativo n.º 105 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafo e a Empresa Brasileira de Construções S. A.*

Decreto-legislativo n.º 106 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Revigora até 1953 o prazo de validade do crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, aberto pelo Decreto n.º 31.481, de 18 de setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Société Générale de Constructions Electriques et Mécaniques Alsthom e a Empresa Construtora Ernesto Woebecke S. A.*

Lei n. 2.595 — de 13 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

## CONVENÇÕES

*Aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres a 16 de junho de 1948.*

Decreto-legislativo n.º 107 -- de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a assinar o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para execução do seu Plano Geral de Eletrificação.*

Lei n. 2.535 — de 7 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Torna público o depósito dos instrumentos de adesão, por parte dos Governos de El Salvador e de Laos, à Convenção de Organização mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 37.677 — de 29 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

— *Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação por parte do Governo da República Francesa da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Concernentes às imunidades dos navios de Estado, concluída em Bruxelas, em 10 de abril de 1926 e do Protocolo adicional à mencionada Convenção, concluído em Bruxelas, em 24 de maio de 1934.*

Decreto n. 37.806 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

— *Torna pública a adesão, por parte do Governo de Laos, à Convenção sobre Aviação Civil, Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 37.807 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

## CONVENÇÕES

— *Torna pública a adesão, por parte do Governo da Turquia, à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abaloamento e a Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos, assinadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n. 37.844 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Torna pública a aplicação, pela República Democrática Alemã, da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, na versão estabelecida em Roma, a 2 de junho de 1928.*

Decreto n. 37.845 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

— *Torna públicas as adesões, por parte dos Governos da Venezuela, da Turquia e da República da Tchecoslováquia, à Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, assinada em Londres, a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 37.876 — de 9 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

— *Torna pública a denúncia, pelo Governo do Chile da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 37.975 — de 23 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para quatro caixas contendo objetos religiosos doados pelos Franciscanos de Milão ao Convento de São Francisco, em São Paulo.*

Lei n. 2.551 — de 26 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1955.

**COOPERATIVA BANCO DE RESERVA DE CARAZINHO, DE RESPONSABILIDADE LTDA.**

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco de Reserva de Carazinho, de Responsabilidade Limitada", com sede na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.923 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA LIMITADA**

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito e Economia Limitada", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.929 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR ANCHIETA**

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Popular Anchieta" com sede na Capital de São Paulo.*

Decreto n. 37.920 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 destinado à aquisição, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de 5 motores Diesel, e ao reparo de 3 lanchas com que a mesma corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara.*

Lei n. 2.567 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para construção de um posto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Santa Teresa.*

Lei n. 2.568 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

**CORPO DISCENTE**

*Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior.*

Decreto n. 37.613 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

**COURO DE JACARÉ**

*Proíbe a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré, em bruto.*

Lei n. 2.553 — de 3 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 43.966,70, para atender ao pagamento de gratificações de magistério devidas ao professor catedrático, padrão "O", Leon Monteiro Wilwerth.*

Lei n. 2.516 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.



**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.688,00, para ocorrer ao pagamento de que trata a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, a Edmundo Bruzzi, médico do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Lei n. 2.517 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 215.791,90, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Lei n. 2.518 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico.

Lei n. 2.519 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 91.512,63, para pagamento da gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Lei n. 2.520 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 301.460,00, destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas.

Lei n. 2.521 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará.

Lei n. 2.529 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 14.003.000,00, para atender às despesas com a contribuição do Brasil à Universidade Internacional de Estudos Sociais.

Lei n. 2.534 — de 6 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955.

— Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Juri e a 26.ª Vara Criminal, e dá outras providências.

Lei n. 2.537 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento da subvenção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lei n. 2.540 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 575.790,40, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.

Lei n. 2.542 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 178.508,80, para ocorrer ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro de despesas com o arrendamento do armazém externo "H".

Lei n. 2.544 — de 15 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 2.483.500,00, para atender ao pagamento de salários de extranumerários tarefeiros.

Lei n. 2.545 — de 16 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especial de ..... Cr\$ 5.599.155,30 e suplementar de .. Cr\$ 7.483.450,00 para o fim que especifica.

Lei n. 2.547 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 306.000,00, destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.

Lei n. 2.549 — de 22 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo, a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu; a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto; e dá outras providências.

Lei n. 2.554 — de 3 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 621.550,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de diárias a médicos civis que integraram Juntas Militares de Saúde.

Lei n. 2.557 — de 10 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 814.400,00 para pagamento de honorários a professores do Colégio Pedro II - Externato.

Lei n. 2.558 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de agosto de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 8.506,90, para pagamento de contribuições de empregados e empregadores devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Lei n. 2.563 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 7.671,70, para ocorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao ex-enfermeiro Odysseu Britto Mangueira.*

Lei n. 2.565 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 175.384,80, para regularização de despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1953, foram pagas além do crédito próprio.*

Lei n. 2.566 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00, destinado à aquisição, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de 5 motores Diesel e ao reparo de 3 lanchas com que a mesma corporação presta serviços nas ilhas e na Baía de Guanabara.*

Lei n. 2.567 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para construção de um pósto do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em Santa Teresa.*

Lei n. 2.568 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 570,00, para pagamento de gratificação adicional ao dentista, referência 22, lotado no Colégio Pedro II* — *Externato — Antonio da Silva Leite.*

Lei n. 2.574 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

— *Revigora o crédito especial aberto pelo Decreto n.º 32.065, de 8 de janeiro de 1953, destinado ao reaparelhamento da Casa da Moeda.*

Lei n. 2.577 — de 19 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 14.830,00, para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional.*

Lei n. 2.580 — de 24 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de ... Cr\$ 218.675,00, para atender ao pagamento aos seus servidores, de diárias relativas ao exercício de 1953.*

Lei n. 2.581 — de 25 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 289.500,00 para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos realizados no ano letivo de 1952.*

Lei n. 2.589 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 35.100,00, para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrêla, como indenização de serviços prestados à administração pública.*

Lei n. 2.590 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.*

Lei n. 2.593 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Revigora até 1958, o prazo de validade do crédito especial de ..... Cr\$ 150.000.030,00, aberto pelo Decreto n.º 31.431, de 18 de setembro de 1952, para atender às despesas com o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Société Générale de Constructions Electriques et Mechaniques Alsthom e a Empresa Construtora Ernesto Woebcke S. A.*

Lei n. 2.595 — de 10 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70, para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, que foram pagas além do crédito próprio.*

Lei n. 2.596 — de 10 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para restituição aos Sindicatos das Empresas do Grupo Light, Rio e São Paulo, e que será aplicado na instalação de suas colônias de jérias.*

Lei n. 2.598 — de 13 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000,00, para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Rede Mineira de Viação.*

Lei n. 2.606 — de 17 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70, para atender ao pagamento aos concessionários de portos brasileiros das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951.*

Lei n. 2.609 — de 21 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.546.995,90, para pagamento de diferença de proventos devidas a funcionários do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.611 — de 22 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 destinado à conclusão das obras do Hospital do Município de Parintins, Estado do Amazonas.*

Lei n. 2.612 — de 22 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.950,00, para pagamento da gratificação de função ao Professor Dr. Aristides Rocha.*

Lei n. 2.614 — de 24 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.292.980,00, para pagamento da indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoril de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.615 — de 26 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de setembro de 1955.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 36.000,00, para pagamento de gratificação ao químico agrícola, classe M, Omar Viana, do Ministério da Agricultura.*

Lei n. 2.616 — de 26 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de outubro de 1955.

*— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.060.000,00 para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia.*

Decreto n. 37.560 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 192.399.473,80, para completar o pagamento da cota do Imposto de Renda devida aos Municípios e referente ao exercício de 1953.*

Decreto n. 37.571 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.672.790,00, para o fim que menciona. (Repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata).*

Decreto n. 37.574 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.261.000,00, para ocorrer a despesas com a concessão de auxílio à Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto n. 37.598 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

*— Abre ao Poder Judiciário o crédito especial que especifica. (Aplicação da Lei n.º 2.488, de 16-5-55, que alterou os valores dos símbolos referentes aos vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas das Secretarias e Serviços Auxiliares).*

Decreto n. 37.609 — de 14 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

*— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para ocorrer ao pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai.*

Decreto n. 37.612 — de 13 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

*— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 96.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.623 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

# CRÉDITO ESPECIAL

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 546,80, para os fins que menciona. (Compensação por dispensa de Serviço Industrial no Estado, deverá ser pago a Agenor Marques dos Santos).

Decreto n. 37.652 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 44.887.800,00, para atender às despesas com a execução da primeira etapa do Plano de Assistência Econômica e Social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Decreto n. 37.653 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 37.683 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1955.

Retificação no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 40.003.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei número 1.168, de 2 de agosto de 1950.

Decreto n. 37.736 — de 10 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 37.768 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

# CRÉDITO ESPECIAL

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 37.776 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 864.800,00, para atender às despesas com a Universidade do Ceará, criada pela Lei n.º 2.373, de 16 de dezembro de 1954.

Decreto n. 37.783 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500,00, para regularização de despesa no exercício de 1951.

Decreto n. 37.801 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Decreto n. 37.802 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude.

Decreto n. 37.812 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 25.000.000,00, para atender às despesas com pagamento de subvenções.

Decreto n. 37.815 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 26.028,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.854 — de 3 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.500.000,00, para atender às despesas com a realização da 13.ª Reunião Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.*

Decreto n. 37.861 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 3.434.208.434,00, destinado à regularização de despesas com o pagamento do abono de emergência.*

Decreto n. 37.899 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 76.783,30, para pagamento das despesas decorrentes da execução da Lei n.º 2.420, de 11 de fevereiro do corrente ano.*

Decreto n. 37.976 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

— *Abre pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de ..... Cr\$ 385.978,80, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 37.995 — de 30 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de setembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.450.700,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 37.997 — de 30 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

*Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Saúde, em favor do Estado do Pará, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para combater a epidemia desintérica bacilar em Belém, capital do mesmo Estado.*

Lei n. 2.541 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.*

Lei n. 2.592 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especial de .... Cr\$ 5.599.155,30 e suplementar de ... Cr\$ 7.488.450,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 2.547 — de 20 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente Orçamento.*

Lei n. 2.569 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário, — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente orçamento.*

Decreto n. 37.984 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

*Estende à correspondência da Cruz Vermelha Brasileira o disposto no § 5.º do art. 26 da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948 (Reajusta as tarifas postais-telegráficas, e dá outras providências)*

Lei n. 2.610 — de 22 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955.

## CURSOS

*Altera o Regulamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Departamento Nacional de Saúde.*

Decreto n. 37.694 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Concede equiparação aos cursos de iniciação e Mestria Agrícolas das Escolas Agrícolas "Lyzimaco Ferreira da Costa" e "Dr. Getúlio Vargas".*

Decreto n. 37.959 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## CURSOS

Ver, também:

*Escolas e Faculdades.*

## D

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

*Concede franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.525 — de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— Ver, também, *Contratos.*

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção do trecho ferroviário Feira de Santana-Irará-Água Fria-Alagoinhas, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.655 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

*Autoriza o D.N.O.C.S. a aceitar a doação de terreno situado nos Municípios de Petrolândia, Pernambuco.*

Decreto n. 37.907 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

*Altera o Regulamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Departamento Nacional de Saúde.*

Decreto n. 37.694 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## DEPÓSITO CENTRAL DE ARMAMENTO

*Aprova o Regulamento para o Depósito Central de Armamento.*

Decreto n. 37.581 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 19 de julho de 1955.



## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública as áreas de terra necessárias ao aproveitamento hidrelétrico de Peixoto, no Rio Grande, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 37.473 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terrenos pertencentes a Zacharias Gonçalves Guimarães, necessária ao alargamento de bitola e eletrificação do trecho Pavuna-Belford Roxo, município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.580 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 37.654 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção do trecho ferroviário Feira de Santana-Irará-Água Fria-Alagoinhas, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.655 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Declara de utilidade pública a área de terra marginal do Ribeirão das Lajes e seus afluentes e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 37.835 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. - Petróbrás, o imóvel que menciona.*

Decreto n. 37.841 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.063, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 37.654, de 27 de julho de 1955.*

Decreto n. 37.936 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, imóvel que menciona, situado no Distrito Federal e necessário à instalação de repartições do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.951 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona, situados no Distrito Federal, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.958 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## DESINCORPORAÇÃO DE IMÓVEL

*Desincorpora imóvel do Patrimônio Federal para ser atribuído à herdeira Maria Caetana de Souza.*

Lei n. 2.608 — de 21 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955.

## DIAMANTE

*Autoriza o cidadão brasileiro Takatsui Okagawa a pesquisar diamante no município de Matão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.551 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Geraldo da Silva a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.557 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Regina Atanazia da Silva, Maria Dorothea da Silva e Antônio Ambrósio da Silva a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.662 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 36.643, de 22 de dezembro de 1954. (Que autorizou o cidadão brasileiro Mario Clark Bacellar a pesquisar diamante e ouro).*

Decreto n. 37.675 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Marques da Silveira a pesquisar diamantes e associados, no município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.980 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

## DIANDA, LOPEZ & CIA. LTDA.

*Concede permissão para que funcione aos domingos e nos feriados civis e religiosos a Fábrica de Massas Alimentícias da firma Dianda, Lopez & Cia. Ltda.*

Decreto n. 37.456 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

## DISPENSÁRIO BOA VISTA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## DISPENSÁRIO DE SALVADOR

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## DOAÇÃO

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Lei n. 2.564 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Município de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.610 — de 15 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

**DOAÇÃO**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Município de Ipameri, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.611 — de 18 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a receber a doação de um terreno em Guajará-Mirim, Território Federal do Guaporé.*

Decreto n. 37.718 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Barbacena (GM).*

Decreto n. 37.765 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Altera o artigo 1.º do Decreto n.º 36.789, de 19 de janeiro de 1955, que aceitou doação em Guaratinguetá (SP).*

Decreto n. 37.766 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.778 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doações de terrenos em Goiânia (GO).*

Decreto n. 37.851 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

**DOAÇÃO**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado em Pari, no Estado do Amazonas.*

Decreto n. 37.853 — de 3 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

— *Altera a redação do artigo único do Decreto n.º 36.915, de 16 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 37.862 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Palmeira dos Índios (AL).*

Decreto n. 37.875 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel em Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.896 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Autoriza o D.N.O.C.S. a aceitar a doação de terreno situado no Município de Petrolândia, Pernambuco.*

Decreto n. 37.907 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno que faz o Município de Amanbaí, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.991 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

## DOLOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Mueller a pesquisar dolomita, calcário e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.645 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Alves de Souza a pesquisar dolomita e associados, no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.818 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Ermelino Matarazzo a pesquisar talco, serpentina, dolomita e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.891 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

*— Renova o Decreto n.º 33.505, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n. 37.966 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

*— Aprova o Decreto n.º 32.959, de 3 de junho de 1953.*

Decreto n. 37.967 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## E

### ELEIÇÕES

*Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.*

Lei n. 2.550 — de 25 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

Retificada no D. O. de 8 de agosto de 1955.

### ELEIÇÕES

*Institui a cédula única de votação.*

Lei n. 2.582. — de 30 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1955.

### ELETRO METALÚRGICA ABRASIVOS SALTO LTDA.

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para equipamento importado pela firma Eletro Metalúrgica Abrasivo Salto Ltda.*

Lei n. 2.560 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1955.

### EMBAIXADA

*Reestrutura os serviços consulares do Brasil na Índia.*

Decreto n. 37.678 — de 29 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

### EMBARCADORES DO LÓIDE BRASILEIRO

— Ver:

*Lóide Brasileiro.*

### EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S. A.

*Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 27.862, de 9 de março de 1950, e determina outras providências.*

Decreto n. 37.715 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

### EMPRESA DE MINERAÇÃO COXIPÓ DE OURO LIMITADA

*Concede à Empresa de Mineração Coxipó de Ouro Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.550 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO URANDI LIMITADA - EMIL**

*Concede à Empresa de Mineração Urandi Limitada - Emil autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.961 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1955.

**EMPRESA DE TERRAS E MINÉRIOS LIMITADA**

*Declara caduco o Decreto n.º 16.793, de 11 de novembro de 1944.*

Decreto n. 37.830 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

**EMPRESA ELÉTRICA PIRAPOSINHO LIMITADA**

*Transfere de Gerbasi & Albieri Limitada para a Empresa Elétrica Limitada a concessão para distribuição de energia elétrica nos distritos de Piraposinho pertencente ao município do mesmo nome e Anhumas, pertencente ao município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.510 — de 17 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1955.

**EMPRESA HIDRO ELÉTRICA JAGUARI S. A.**

*Autoriza a Empresa Hidro Elétrica Jaguari S. A., com sede no município de Pedreira, Estado de São Paulo, a instalar um grupo termo-elétrico.*

Decreto n. 37.714 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

**EMPRESA INDUSTRIAL GÊSSO MOSSORÓ LTDA.**

*Autoriza a Empresa Industrial Gesso Mossoró Ltda. a pesquisar gipsita no município de Exu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.787 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**EMPRESA NACIONAL DE ESTANHO LTDA.**

*Renova o Decreto n.º 33.252, de 3 de julho de 1953.*

Decreto n. 37.789 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**EMPRESA NACIONAL DE MINERAÇÃO E SIDERÚRGICA LTDA.**

*Autoriza Empresa Nacional de Mineração e Siderúrgica Ltda. a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados, no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.649 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

**EMPRESA PAULISTA DE NAVEGAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA**

*Concede à Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada autorização para continuar a funcionar com empresa, de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.615 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

**EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Dispõe sobre o aproveitamento de pessoal da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.559 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n. 37.948 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

## EMPRESTIMOS

*Suspende, temporariamente, as inscrições na Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.565 — de 2 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna.*

Decreto-legislativo n. 61 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Caiapônia a ampliar suas instalações hidrelétricas, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.937 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para o aproveitamento da queda d'água denominada Furnas, existente no rio do mesmo nome, município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 34.388 — de 27 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 4 de julho de 1955.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Minas Novas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira das Almas existente no rio Fanado, distrito de Minas Novas, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.019 — de 8 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

*— Autoriza André Lunardi & Companhia a manter em serviço uma usina geradora, termo-elétrica em Vila Xaxim, município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.021 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Maceió concessão para distribuir energia elétrica nos povoados de Ipioca e Riacho Doce do Município de Maceió, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.103 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

*— Outorga a Prefeitura Municipal de Rio Verde concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira São Thomaz, existente no rio do mesmo nome, município de Rio Verde, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.558 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

*— Outorga à Indústrias Brasileiras de Papel S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Jaguarialva, no local denominado Serra do Mandinga, distrito de Arapoti, município de Jaguarialva, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.707 — de 5 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1955.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.090 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

*— Outorga à Companhia Maragopiana de Eletricidade S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira Grande, existente no rio Cachoeirinha, distrito de Iguaí, município de Maragogipé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.095 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 37.291 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Outorga a Enrico Guarnieri & Companhia concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antonio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.404 — de 27 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 4 de junho de 1955.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra necessárias ao aproveitamento hidrelétrico de Peixoto, no Rio Grande, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 37.473 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Transfere de Gerbasi & Albieri Limitada para a Empresa Elétrica Piraposinho Limitada a concessão para distribuição de energia elétrica nos distritos de Piraposinho pertencente ao município do mesmo nome e Anhumas, pertencente ao município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.510 — de 17 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Outorga ao Estado de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da Cachoeira Dourada existente no rio Paranaíba, situada entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, no distrito de Capinópolis, município de Itatubá, no Estado de Minas Gerais e no município de Itumbiara, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.531 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Hidro-elétrica do São Francisco a fazer suprimento de força industrial a grandes consumidores, localizados em sua zona de operação.*

Decreto n. 37.584 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Outorga à Companhia Santista de Papel concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio Cubatão de Cima, distrito da sede do município de Cubatão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.585 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Formosa, Estado de Goiás, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.633 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.634 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná S. A. a construir uma linha de transmissão entre a usina hidroelétrica de Guaricana e a 10ª cidade de Santa Quitéria, no município de Curitiba.*

Decreto n. 37.635 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Viçosense Força e Luz a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.636 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia de Força e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.639 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

*Autoriza o Moinho Fluminense S. A. a instalar uma usina termoeletrica na capital do Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 37.640 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

*Autoriza a mudança progressiva da frequência de 50 para 60 ciclos por segundo em Recife.*

Decreto n. 37.711 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1955.

*Autoriza a Empresa Hidro Elétrica Jaguarí S. A., com sede no município de Pedreira, Estado de São Paulo, a instalar um grupo termoeletrico.*

Decreto n. 37.714 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

*Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 27.862, de 9 de março de 1950, e determina outras providências.*

Decreto n. 37.715 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

*Autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. a instalar um grupo termoeletrico.*

Decreto n. 37.748 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1955.

*Autoriza a mudança de frequência de 50 para 60 ciclos por segundo em Macaé.*

Decreto n. 37.813 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Companhia Industrial da Estância S. A., ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica no município de Estância, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 37.837 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Caxambu a ampliar suas instalações hidrelétrica.*

Decreto n. 37.888 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias a construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.063, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

## ENERGIA HIDRAULICA

— Ver:

*Energia Elétrica.*

## ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA

— Ver:

*Energia Elétrica.*

## ENERGIA TERMO-ELÉTRICA

Ver:

*Energia Elétrica.*

## ENFERMAGEM

*Regula o exercício da enfermagem profissional.*

Lei n. 2.604 — de 17 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955.



**ENRICO GUARNERI & CIA.**

*Outorga a Enrico Guarneri & Cia. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Sardinha, distrito de Santo Antônio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.404 — de 27 de maio de 1955.

Retificado no D. O. de 4 e de 7 de julho de 1955.

**ENSINO**

*Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.*

Decreto n. 37.494 — de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— *Aprova as Instruções para cursos no Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.573 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. (Suplemento) de 18 de julho de 1955.

— *Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo docente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior.*

Decreto n. 37.613 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

**ESCOLA DE AERONAUTICA**

*Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1.º de abril de 1952.*

Decreto n. 37.688 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

**ESCOLA TÉCNICA NACIONAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.830,00 para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas a alunos da Escola Técnica Nacional.*

Lei n. 2.580 — de 24 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1955.

**ESCOLAS**

*Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul com a importância de Cr\$ 30.000.000,00, para obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

Lei n. 2.532 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

*Concede a inclusão da Escola Superior de Química do Paraná entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00, de acordo com o disposto no art. 16 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950.*

Lei n.º 2.559 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Estende as prerrogativas da equiparação ao curso que indica. (Curso Industrial de Mecânica de Automóvel, da Escola Técnica Parobé, de Pernambuco).*

Decreto n. 37.575 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos Cursos que indica.*

Decreto n. 37.690 — de 4 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Dá nova denominação ao atual Centro de Instrução de Defesa Antiaérea e estabelece novas bases para o seu funcionamento.*

Decreto n. 37.838 — de 27 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.814 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

— *Denomina Escola Agrotécnica Diaulas Abreu a atual Escola Agrotécnica de Barbacena.*

Decreto n. 37.840 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

## ESCOLAS

*Acresce de um § 3.º o art. 71 do Regulamento para a ECEME aprovado pelo Decreto n.º 36.955-55, e modificado pelo de n.º 37.191-55.*

Decreto n. 37.878 — de 12 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Concede equiparação aos cursos de iniciação e Mestria Agrícola das Escolas Agrícolas "Lyzimaco Ferreira da Costa" e "Dr. Getúlio Vargas".*

Decreto n. 37.959 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais da Escola Amaro Cavalcanti.*

Decreto n. 37.970 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

## ESCOLAS PREPARATÓRIAS

*Revoga o Decreto n.º 29.485, de 23 de abril de 1951, e dá nova redação dos artigos 78, 80, 81, 86, 87, 88, 90 e as alíneas b e c do artigo 83, tudo do Regulamento para as Escolas Preparatórias, baixado com o Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945.*

Decreto n. 37.746 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

*Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior.*

Decreto n. 37.613 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

## ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

*Transfere à jurisdição da Divisão do Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, a Estação Experimental de Ipanema, situada em Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.800 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

## ESTADO DA BAHIA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Cachoeirinha.*

Decreto n. 37.713 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## ESTADO DE GOIÁS

*Outorga ao Estado de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da Cachoeira Dourada existente no rio Paranaíba, situada entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, no distrito de Capinópolis, município de Itumbiara, no Estado de Minas Gerais, e no município de Itumbiara no Estado de Goiás.*

Decreto n. 37.531 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Boi-Meio, São Tomás e São Tomás, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.625 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Sabiá - Anicuns Grande, Anicuns Grande e Anicuns Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.632 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

**ESTADO DE GOIÁS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Retiro-Caldas, Caldas e Caldas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.836 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Gomes.*

Decreto n. 37.626 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Almeidas", "Borba Gato" e "Borba Pequena", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.712 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Feijão".*

Decreto n. 37.836 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Nicolau Pequeno.*

Decreto n. 37.885 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fábrica.*

Decreto n. 37.889 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

*Concede autorização ao Governo do Estado de São Paulo para organizar e explorar serviço de travessia do rio Paraná.*

Decreto n. 37.529 — de 24 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado de São Paulo para, por intermédio do Departamento de Águas e Energia Elétrica do mesmo Estado, executar serviço radiotelefônico público interior.*

Decreto n. 37.770 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Iiritimirim.*

Decreto n. 37.630 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

**ESTADO DO PARÁ**

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado do Pará.*

Decreto-legislativo n. 73 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, em favor do Estado do Pará, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para combater a epidemia de sintética bacilar em Belém, capital do mesmo Estado.*

Lei n. 2.541 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo do acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto-legislativo n. 74 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a assinar o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para execução do seu Plano Geral de Eletrificação.*

Lei n. 2.535 — de 7 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Laranjeiras, Barroso e Santa Cruz, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 37.627 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Parado.*

Decreto n. 37.887 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*Aprova o termo de acordo celebrado entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto-legislativo n. 100 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Autoriza o Poder Executivo a auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul com a importância de ..... Cr\$ 30.000.000,00, para obras e instalações em suas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

Lei n. 2.532 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

*Regulamenta o art. 108 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.741 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

## ESTATUTOS

— *Ver o nome da entidade a que se referem.*

## ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terrenos pertencentes a Zacharias Gonçalves Guimarães, necessária ao alargamento de bitola e eletrificação do trecho Pavuna-Belford Roxo, município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.580 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

*Reestrutura o Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Lei n. 2.570 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Aprova projeto e orçamento relativos à construção de uma rotunda, com giradouro, no Depósito de Três Lagoas, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 37.685 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1955.

## ESTRADAS DE FERRO

*Regulamenta o art. 11, § 1º IV, da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, com relação ao disposto no Decreto-lei nº 7.632, de 12 de junho de 1945, alterado pelo de nº 9.766, de 6 de setembro de 1946.*

Decreto n. 37.686 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

**ESTRANGEIROS**

*Autoriza os cidadãos portugueses a adquirirem, satisfeitas as mesmas exigências impostas aos nacionais, o domínio útil dos terrenos pertencentes à União, situados nas zonas referidas na letra a do art. 100 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1945.*

Decreto n. 37.681 — de 1 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1955.

**EXÉRCITO**

*Modifica o art. 16 do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Regula a movimentação dos Quadros).*

Lei n. 2.536 — de 3 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de julho de 1955.

*Fixa a composição da Reserva do Exército.*

Lei n. 2.552 — de 3 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1955.

*Reestrutura o Quadro de Oficiais Intendentes do Exército e dá outras providências.*

Lei n. 2.586 — de 5 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1955.

*Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.*

Lei n. 2.587 — de 6 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955.

*Aprova as Instruções para cursos no Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.573 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. (Suplemento) de 18 de julho de 1955.

**EXÉRCITO**

*— Cria o Capacete de palha verde-oliva, com aba, para uso das Unidades destacadas na fronteira e do 1.º Grupamento de Engenharia.*

Decreto n. 37.582 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 25 de julho de 1955.

*— Altera a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum para o Exército, aprovada pelo Decreto n.º 36.799, de 21 de janeiro de 1955.*

Decreto n. 37.657 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1955.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a receber um imóvel sito no Município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.809 — de 27 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

*— Acresce de um § 3.º o art. 71 do Regulamento para a ECME aprovado pelo Decreto n.º 36.955-55, e modificado pelo de n.º 37.191-55.*

Decreto n. 37.878 — de 12 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

*— Dispõe sobre a criação dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa, estabelece sua organização e dá outras providências.*

Decreto n. 37.909 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

*— Modifica item do Decreto número 23.888, de 22 de outubro de 1947, que aprovou o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária (2.ª parte).*

Decreto n. 37.937 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

## EXÉRCITO

— Altera a composição do Conselho Superior de Economias da Guerra.

Decreto n. 37.972 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

— Altera a redação do § 1.º do artigo 156 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1933; acrescenta ao aludido artigo o § 4.º; revoga o Decreto n.º 34.903, de 7 de janeiro de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 37.977 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

## EXÉRCITO

Ver, também:

Ministério da Guerra.

## EXPORTAÇÃO

Altera o art. 16 das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro aprovadas pelo Decreto n.º 30.325, de 21 de dezembro de 1951.

Decreto n. 37.743 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

— Estende ao amendoim sem casca, as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação do mesmo produto, em casca.

Decreto n. 37.775 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

## EXPOSIÇÃO AGRO-INDUSTRIAL (1.ª)

Concede o auxílio especial de Cr\$ 400.000,00, destinado ao custeio das comemorações do centenário da cidade de Bragança, Estado do Pará.

Lei n. 2.529 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

## EXTINÇÃO DE CARGO

— Ver:

O nome do órgão a cuja lotação pertence.

## F

### FABRICA DE PAPEL NOSSA SENHORA APARECIDA S. A.

Concede permissão para que funcione aos domingos e nos feriados civis e religiosos a Fábrica de Papel Nossa Senhora Aparecida S. A.

Decreto n. 37.602 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

## FACULDADES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 301.460,00, destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas.

Lei n. 2.521 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.

Lei n. 2.594 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.503.000,00, para pagamento da subvenção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lei n. 2.540 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

## FACULDADES

— *Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.*

Lei n. 2.594 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos Cursos de Pedagogia e de Didática da Faculdade de Filosofia de Alagoas.*

Decreto n. 37.599 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.617 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento dos Cursos que indica.*

Decreto n. 37.690 — de 4 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Concede autorização para o funcionamento dos Cursos que indica.*  
(F.F.C.L. de Curitiba)

Decreto n. 37.691 — de 4 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia da Paraíba.*

Decreto n. 37.692 — de 4 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.738 — de 10 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de história natural, da Faculdade de Filosofia do Recife.*

Decreto n. 37.816 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Cria a Faculdade de Engenharia do Ceará.*

Decreto n. 37.852 — de 3 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Natal.*

Decreto n. 37.938 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.994 — de 28 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

## FAIXA DE FRONTEIRAS

— *Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.*

Lei n. 2.597 — de 12 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955.

## FARMACÊUTICOS

*Aprova as Instruções Reguladoras do recrutamento de Médicos e Farmacêuticos para os Quadros de Oficiais Médicos e Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.805 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## FARMACOPÉIA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

*Aprova a Farmacopéia dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 37.843 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

## FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro Raul Finazzi a pesquisar feldspato e associados, no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.664 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcenor Lopes Soares a pesquisar feldspato e associados no município de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.673 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel José do Amaral a pesquisar feldspato, mica, caulim e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.732 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

## FELDSPATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ottarmino Ramos a lavrar feldspato e quartzo, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.701 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alayda Regina Avelar Junqueira Azevedo, a pesquisar quartzo, feldspato e associados nos municípios Amparo e Serra Negra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.734 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Damão de Campos a pesquisar feldspato e associados no município de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.819 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Limitada a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.821 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.834 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

## FERRO

— *Autoriza Empresa Nacional de Mineração e Siderurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados, no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.649 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.



**FERRO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rodolfo Renaux Bauer a pesquisar minério de ferro no município de Itajai, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.653 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza a cidade brasileira Ivoine Pupo Felicissimo a lavar minério de ferro no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.727 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Castro Lopes & Tebriçá a lavar minério de ferro, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.752 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Declara caduco o Decreto número 15.793, de 11 de novembro de 1944.*

Decreto n. 37.830 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

**FERROVIAS**

— Ver:

*Estradas de Ferro.*

**FINANCIAMENTOS**

*Suspende, temporariamente, as inscrições na Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.565 — de 2 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Altera dispositivos do Decreto n.º 29.229, de 26 de janeiro de 1951 (amparo financeiro, direto, ao trili-*

*Decreto n. 37.577 — de 7 de julho de 1955.*

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

**FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

*Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar.*

Lei n.º 2.579, de 23 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1955.

Retificada no D. O. de 6 de setembro de 1955.

**FRANQUIA POSTAL E TELEGRÁFICA**

*Concede franquias postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.525, de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

**FUMO**

*Concede às empresas ou firmas legalmente constituídas, ou a cultivadores idôneos do fumo tipo comercial reconhecido por "capeiro", isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação do pano-tela.*

Lei n.º 2.591, de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

*Altera a redação do art. 10 do Decreto n.º 28.140, de 19 de maio de 1950, que regulamenta a Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950.*

Decreto n.º 37.772, de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

## FUNCIÓNARIO PÚBLICO

— Dispõe sobre os acréscimos, gratificações ou abonos periódicos devidos aos servidores das autarquias federais, e de órgãos de serviço público.

Decreto n.º 37.857, de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

## FUNDAÇÃO CASPER LIMITADA

Altera o Decreto n.º 31.448, de 12 de setembro de 1952.

Decreto n.º 34.956, de 19 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de julho de 1955.

## FUNDO AERONAUTICO

Dá nova redação aos arts. 2.º e 12 do Regulamento do Fundo Aeronáutico, aprovado pelo Decreto n.º 37.045, de 16 de março de 1955.

Decreto n.º 37.545, de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

## FUNDO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Hospitalar.

Decreto n.º 37.764, de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

## FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Decreto n.º 37.494 — de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 4 de julho de 1955.

## FUNDO NAVAL

Suspende, temporariamente as inscrições na Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha e das outras providências.

Decreto n.º 37.565 — de 2 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— Aprova o Regulamento para o Fundo Naval.

Decreto n.º 37.682 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

## FUZILEIROS NAVAIS

Cria o 3.º Batalhão Regional de Fuzileiros Navais, com sede no 3.º Distrito Naval.

Decreto n.º 37.735 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

## G

## GERBASI & ALBIERI LIMITADA

Transfere de Gerbasi & Albieri Limitada para a Empresa Elétrica Pirapósinho, Limitada a concessão para distribuição de energia elétrica nos distritos de Pirapósinho pertencente ao município do mesmo nome e Anhumas, pertencente ao município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 37.510 — de 17 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de julho de 1955.

## GINÁSIO SÃO JACÓ

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... 5.000.000,00, para auxiliar a reconstrução dos edifícios escolares do Ginásio São Jacó em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 37.802 — de 23 agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**GIPSITA**

*Autoriza o Empresa Industrial Gesso Mossoró Ltda. a pesquisar gipsita no município de Exu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.787 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**GRAFITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Carneiro de Moraes a pesquisar grafita e associados no município de São Domingos do Prata, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.796 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

**GRATIFICAÇÃO**

*Dá nova redação ao art. 36 do Decreto n.º 37.614, de 19 de julho de 1955.*

Decreto n. 37.680 — de 30 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 2 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre os acréscimos, gratificações ou abonos periódicos devidos aos servidores das autarquias federais e de órgãos de serviço público.*

Decreto n. 37.857 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

**H****HEMATITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Araújo Ferraz a pesquisar hematita e associados, no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.589 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

**HIDROELÉTRICA MELHORAMENTOS PARACATU S. A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Hidroelétrica Melhoramentos Paracatu S. A.*

Decreto n. 37.709 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

**HOSPEDARIAS DE MIGRANTES**

*Autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.600 — de 13 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955.

**HOSPITAL CENTRAL DOS MARÍTIMOS**

*Dispõe provisoriamente sobre a organização do Hospital Central dos Marítimos aprova os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências.*

Decreto n. 37.533 — de 27 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 18 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de julho de 1955.

**I****IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ....*

*Cr\$ 500.000,00, destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.*

Lei n. 2.549 — de 22 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

**IGREJA MATRIZ DE NOSSA  
SENHORA DO CARMO**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para um órgão destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.539 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

**IGREJA NOSSA SENHORA DO  
BRASIL**

*Concede isenção de todos os tributos para material destinado à Igreja de Nossa Senhora do Brasil.*

Lei n.º 2.538 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

**ILMENITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Armano Lopes Ribeiro a pesquisar ilmenita e associados, no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.596 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1955.

— *Autoriza a Mineração Sulbrasil Ltda. a lavrar ilmenita no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.646 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.697 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**ILMENITA**

— *Autoriza Orquima Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.704 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**IMPORTAÇÃO - ISENÇÃO DE DI-  
REITOS E TAXAS**

— Ver:

*Isenção Fiscal.*

**IMPÔSTO DE CONSUMO**

*Concede isenção de imposto de consumo para uma custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n.º 2.530 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

— *Reduz para 1% advalorem os direitos alfandegários sobre aparelhos ortopédicos, isenta-os do imposto de consumo e dá outras providências.*

Lei n. 2.603 — de 15 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

**IMPÔSTO DE RENDA**

*Modifica o art. 4.º e seu parágrafo da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948 (quota do imposto de renda, destinada aos municípios).*

Lei n. 2.572 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**IMUNIDADES DOS NAVIOS DE ESTADO**

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação por parte do Governo da República Francêsa da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Concernentes às Imunidades dos Navios de Estado, concluída em Bruxelas, em 10 de abril de 1926 e do Protocolo adicional à mencionada Convenção, concluído em Bruxelas, em 24 de maio de 1934.*

Decreto n. 37.806 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**INDUSTRIAL COMERCIAL E AGRÍCOLA RIO PILÕES LIMITADA**

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.798 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de S. Paulo.*

Decreto n. 37.799 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**INDUSTRIAL SÃO TOMÉ LTDA.**

*Autoriza Industrial São Tomé Limitada a pesquisar quartizito sericitico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.753 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO RIO VERDE LIMITADA**

*Concede à Indústria e Comércio Rio Verde Limitada autorização para funcionar com empresa de mineração.*

Decreto n. 37.968 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

**INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE PAPEL S. A.**

*Outorga à Indústrias Brasileiras de Papel S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Jaguariaiva, no local denominado Serra do Mandinga, distrito de Arapoti, município de Jaguariaiva, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.007 — de 5 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1955.

**INDÚSTRIAS DE CAL LTDA.**

*Concede à Indústrias de Cal Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.587 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

**INEX - COMPANHIA INDUSTRIAL EXPORTADORA**

*Concede à Inex — Companhia Industrial Exportadora autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.588 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

**INSPEÇÃO DE SAÚDE**

*Dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e das outras providências.*

Lei n. 2.576 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**INSTITUTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS**

*Declara de utilidade pública o Instituto Brasil-Estados Unidos, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.540 — de 28 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

# INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado altera os respectivos Quadros e Tabelas, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.614 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1955 (suplemento).

Reproduzido no D. O. de 8 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 36 do Decreto n.º 37.614, de 19 de julho de 1955.*

Decreto n. 37.680 — de 30 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1955.

Retificação no D. O. de 2 de agosto de 1955.

— *Determina que os servidores do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade contribuam para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 37.867 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

# INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 3.000,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico.*

Lei n. 2.519 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

# INSTITUTO NACIONAL DO MATE

*Altera a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate.*  
Decreto n.º 37.839 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Dá nova redação aos artigos que constituem o Capítulo XII — Das infrações e penalidades — do Decreto n.º 20.425, de 17 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 37.989 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

# INSTITUTO NACIONAL DO SAL

*Cria cargo no Quadro Permanente do Instituto Nacional do Sal.*

Decreto n. 37.838 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

# INSTITUTO OSWALDO CRUZ

*Modifica o Regimento do Instituto Oswaldo Cruz.*

Decreto n. 37.763 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a organização do Conselho Técnico do Instituto Oswaldo Cruz e dá outras providências.*

Decreto n. 37.955 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

# INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

*Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.*

Decreto n. 37.603 — de 14 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1955.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ... Cr\$ 8.506,90 para pagamento de contribuições de empregados e empregadores devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Lei n. 2.563 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

*— Expede quadro de pessoal do Departamento de Assistência Médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n. 37.197 — de 18 de abril de 1955.

Retificado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

*— Dispõe provisoriamente sobre a organização do Hospital Central dos Marítimos, aprova os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências.*

Decreto n. 37.533 — de 27 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 18 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de julho de 1955.

*— Fixa a importância máxima devida a título de acréscimos bienais aos funcionários do IAPI.*

Decreto n. 37.842 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

*Dispõe sobre o pessoal do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores e dá outras providências.*

37.911 — de 19 de

de 19 de se-

embro

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*— Dá nova redação ao art. 4º do Decreto n.º 34.828, de 17 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 37.985 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

*— Revigora a redação dada pelo Decreto n.º 20.442, de 22 de janeiro de 1946, aos artigos 155 e 156 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 37.986 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu; a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto e dá outras providências.*

Lei n. 2.554 — de 3 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de agosto de 1955.

# ISENÇÃO FISCAL

*Isenta do visto consular os turistas, cidadãos de países americanos.*

Lei n. 2.526 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955.

*Concede isenção de imposto de consumo para uma custódia destinada às solenidades do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n. 2.530 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

# ISENÇÃO FISCAL

— Concede isenção de direitos de importação, de consumo e taxas aduaneiras para oito sinos e respectivos acessórios, importados pela Paróquia São Carlos Borromeu.

Lei n. 2.531 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Concede isenção de todos os tributos para material destinado à Igreja Nossa Senhora do Brasil.

Lei n. 2.538 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para um órgão destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, Estado de S. Paulo.

Lei n. 2.539 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

— Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para quatro caixas contendo objetos religiosos doados pelos Franciscanos de Milão ao Convento de São Francisco em São Paulo.

Lei n. 2.551 — de 26 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1955.

— Concede isenção de direitos para material adquirido e importado da Itália pela Legião de São Paulo Pró Catedral e destinado à construção da nova catedral da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.

Lei n. 2.555 — de 6 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1955.

# ISENÇÃO FISCAL

— Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção.

Lei n. 2.556 — de 6 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de 1955.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para equipamento importado pela firma Eletro Metalúrgica Abrasivos Salto Limitada.

Lei n. 2.560 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1955.

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para um carrilhão automático destinado à Igreja Matriz de N. S. do Sagrado Coração, em Vila Formosa, na Capital do Estado de São Paulo.

Lei n. 2.561 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras para embarcações destinadas à dragagem e aos serviços dos portos.

Lei n. 2.618 — de 30 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de outubro de 1955.

— Dispõe sobre a isenção tributária concedida à Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS.

Decreto n. 37.804 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

Ver também, o nome do tributo e IMPORTAÇÃO.



# ITATIAIA COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Itatiaia Companhia de Seguros*

Decreto n. 37.720 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## J

# JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

*Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Juri e a 28.ª Vara Criminal e dá outras providências.*

Lei n. 2.537 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1955.

# JUSTIÇA DO TRABALHO

Abertura de Crédito:

— Ver:

*Crédito Especial.*

# LAVRA

— Ver:

*Denominação do elemento lavrado.*

## L

# LAVRAS SANTO AMARO LTDA.

*Autoriza a empresa de mineração Lavras Santo Amaro Ltda. a lavar argila e associados no município de Suzano Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.829 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

# LEI ORGANICA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR NO PAÍS

*Cria uma Comissão Especial para elaborar anteprojeto de Lei Orgânica de Assistência Médico Hospitalar no País e dá outras providências.*

Decreto n. 37.773 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

# LICENÇA

*Regulamenta o artigo 108 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.741 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

# LINHAS DE LIMITE DE CARGA

*Torna públicas as adesões, por parte dos Governos da Venezuela, da Turquia e da República da Tchecoslováquia à Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, assinada em Londres, a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 37.876 — de 9 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

# LLOYD AÉREO BOLIVIANO S. A.

*Concede ao Lloyd Aéreo Boliviano S. A. autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.400 — de 27 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1955.

# LOIDE BRASILEIRO

*Revoga o art. 20 da Lei n.º 420, de 10 de abril de 1937.*

Lei n. 2.523 — de 2 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

## LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

## LOTÉRIAS

Altera o item 4.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.

Lei n. 2.528 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— Ratifica a concessão da exploração do serviço da loteria do Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 37.781 — de 22 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

## M

## MADEIRA SERRADA DE PINHO

Altera o artigo 16 das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro aprovadas pelo Decreto n.º 30.325, de 21 de dezembro de 1951.

Decreto n. 37.743 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

## MAGISTÉRIO MILITAR

Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Lei n. 2.587 — de 6 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955.

## MANGANÊS

Autoriza Empresa Nacional de Mineração e Siderurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Jaceaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.649 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— Autoriza Sociedade Mineradora Capixaba Ltda., a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 37.964 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a pesquisar minério de manganês e associados no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Decreto n. 37.978 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

## MANICÔMIO JUDICIÁRIO

Dá a denominação de Heitor Carriho ao Manicômio Judiciário, do Serviço Nacional de Doenças Mentais.

Decreto n. 37.990 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

## MANNESMANN MINERAÇÃO S. A.

Concede à Mannesmann Mineração S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 37.782 — de 22 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**MARINHA**

*Altera a tabela de fixação dos valores dos complementos à razão comum, para a Marinha.*

Decreto n. 37.564 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

*Aprova o Regulamento para as Instituições Hospitalares e Para-hospitais da Marinha.*

Decreto n. 37.687 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

*Cria o 3.º Batalhão Regional de Fuzileiros Navais, com sede no 3.º Distrito Naval.*

Decreto n. 37.735 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

*Dispõe sobre a criação dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa, estabelece sua organização e dá outras providências.*

Decreto n. 37.909 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

— Ver, também, *Ministério da Marinha*.

**MARINHEIRO**

*Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.564, de 1 de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Lei n. 2.575 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

**MÁRMORE**

*Autoriza a Sociedade Anônima Mármoreos Brasileiros SAMBRA a lavar mármore no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.554 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

**MÁRMORE**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Carlos Nunes a pesquisar mármore e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.595 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1955.

*Autoriza os cidadãos brasileiros Gilberto Andrade Duffles Teixeira, Emanuel Nascimento Costa e Manoel de Matos Junior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.671 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Junior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.731 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Simon Wallach a pesquisar mármore no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.823 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Tasso Pinheiro a pesquisar mármore e associados no município de Eldorado, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.870 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**MATADOUROS**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.163, de 2 de agosto de 1950.*

Decreto n. 37.736 — de 10 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

## MEDALHAS

*Regula a concessão da "Medalha do Pacificador".*

Decreto n. 37.745 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Permite o uso da medalha simbólica de distinção da Academia Brasileira de Medicina Militar.*

Decreto n. 37.974 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1955.

## MÉDICO

*Aprova as Instruções Reguladoras do recrutamento de Médicos e Farmacêuticos para os Quadros de Oficiais Médicos e Quadro de Oficiais Farmacêuticos da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.805 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

— *Cria cargo no Quadro Permanente do Instituto Nacional do Sal.*

Decreto n. 37.838 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

## MICA

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Moreira Silva a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.553 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.555 — de 30 junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

## MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Henrique Deslandes a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.591 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Cecília Damasceno Peroba a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.641 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.115, de 21 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 37.710 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Francisco de Castro Junqueira a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.729 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel José do Amaral a pesquisar feldspato, mica, caulim e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.732 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Henrique Deslandes a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.749 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Botelho Junqueira a pesquisar caulim, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.820 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.521, de 1 de abril de 1953.*

Decreto n. 36.633 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olegário Aires de Mesquita a pesquisar mica e associados, no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.893 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## MILITARES

*Altera a redação do art. 10 do Decreto n.º 28.140, de 19 de maio de 1950, que regulamenta a Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950.*

Decreto n. 37.772 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, modificada pela Lei n.º 2.332, de 3 de novembro de 1954.*

Decreto n. 37.346 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Dá nova redação ao Decreto número 29.548, de 10 de maio de 1951, que regulamentou a aplicação da Lei n.º 1.267, de 9 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 37.856 — de 5 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1955.

## MINAS DO ITACOLOMY, LTDA.

*Concede à Minas do Itacolomy, Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.783 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LIMITADA

*Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda. a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.963 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## MINERAÇÃO MEIRELLES LIMITADA

*Concede à Mineração Meirelles Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.785 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## MINERAÇÃO MIRTES LIMITADA

*Concede à Mineração Mirtes Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.648 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

## MINERAÇÃO SULBRASILEIRA LIMITADA

*Autoriza a Mineração Sulbrasileira Ltda. a lavar ilmenita no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.646 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dorothy Norton Pond.*

Decreto-legislativo n. 57 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Cia. Moraes Rêgo S. A.*

Decreto-legislativo n. 58 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello.*

Decreto-legislativo n. 59 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Oliver Waldemar Martins.*

Decreto-legislativo n. 62 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Campos.*

Decreto-legislativo n. 67 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

— *Dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Lei n. 2.576 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.546 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Dispõe sobre as retificações de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.588 — de 4 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.605 — de 13 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Escola de Aeronáutica para a do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinarias.*

Decreto n. 37.621 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Depósito Central de Intendência para a do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.689 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica que menciona.*

Decreto n. 37.740 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Barbacena (M.G.).*

Decreto n. 37.765 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Altera o art. 1.º do Decreto número 36.789, de 19 de janeiro de 1955, que aceitou doação em Guaratinguetá (SP).*

Decreto n. 37.766 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.803 — de 25 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Palmeira dos Índios (AL).*

Decreto n. 37.875 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

— *Transfere funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.897 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.898 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Altera Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto n. 37.938 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

— *Suprime cargos provisórios.*  
Decreto n. 37.956 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 37.957 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona, situados no Distrito Federal, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.958 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

Ver, também:  
Aeronáutica.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do termo de renovação de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski.*

Decreto-legislativo n. 60 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo do acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto-legislativo n. 74 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.*

Decreto-legislativo n. 76 — de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a relotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 37.583 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 1 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura para idêntica Tabela do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto n. 37.693 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Transfere à jurisdição da Divisão do Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, a Estação Experimental de Ipanema, situada em Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 37.800 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

Abertura de Crédito:

— Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Serviços Técnicos S. A. — Instituto de Organização Racional e Controle.*

Decreto-legislativo n.º 69 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.*

Decreto n.º 37.608 — de 14 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1955.

Abertura de Crédito:

— Ver:

*—Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.584, de 1 de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Lei n.º 2.575 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto n.º 37.431 — de 7 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 29 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 37.866 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

Abertura de Crédito:

— Ver:

*— Crédito Especial e Crédito Extraordinário.*

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 37.654 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Imprensa Militar do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 37.674 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel em Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 37.836 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n.º 37.654, de 27 de julho de 1955.*

Decreto n.º 37.936 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1955.



**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— *Cria a Comissão Superior de Economia e Finanças.*

Decreto n. 37.971 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

— *Altera a composição do Conselho Superior de Economias da Guerra.*

Decreto n. 37.972 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

— *Altera, parcialmente, a estrutura do Estado Maior do Exército e da Diretoria Geral do Ensino, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.973 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno que faz o Município de Amambai, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 37.991 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

**Abertura de Crédito:**

— Ver:

— *Crédito Especial.*

Ver, também:

— *Exército.*

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— *Extingue o cargo de Diretor, padrão L, no Quadro Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Lei n.º 2.605 — de 17 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 37.353 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 37.860 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, imóvel que menciona, situado no Distrito Federal e necessário à instalação de repartições do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 37.351 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Suprime cargos provisórios.*

Decreto n. 37.952 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

— *Suprime cargos provisórios.*

Decreto n. 37.953 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

**Abertura de Crédito:**

— Ver:

— *Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

— *Suspende, temporariamente, as inscrições na Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.565 — de 2 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n. 37.604 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Altera, sem aumento de despesa, a lotação dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.910 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

Ver, também:

— *Marinha.*

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Abertura de Crédito:

— Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado do Pará.*

Decreto-legislativo n. 73 — de 1955.  
Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura para idêntica Tabela do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto n. 37.693 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (Art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.695 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Serviço Nacional de Febre Amarela e do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, para o Serviço de Transportes do Departamento de Administração do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.858 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

Abertura de Crédito:

— Ver:

— *Crédito Especial e Crédito Extraordinário.*

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Inclui função na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.*

Decreto n. 37.903 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abertura de Crédito:

— Ver:

— *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada.*

Decreto-legislativo n. 71 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

### MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n.º 37.578 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 37.724 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

### MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Declara insubsistente o Decreto n.º 37.724, de 9 de agosto de 1955.*

Decreto n. 37.742 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

#### Abertura de Crédito:

— Ver:

— *Crédito Especial.*

### MINISTÉRIO PÚBLICO

*Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e dá outras providências.*

Lei n. 2.583 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de setembro de 1955.

### MINISTÉRIO PÚBLICO

— *Aprova as Instruções Gerais reguladoras de concurso para provimento de cargo de Procurador da República de 3.ª Categoria da carreira do Ministério Público Federal.*

Decreto n. 37.622 — de 21 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1955.

### "MIRAMAR" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da "Miramar" Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto n. 37.616 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

### MISSÕES SALESIANAS DO AMAZONAS

*Autoriza a concessão do auxílio de Cr\$ 20.000.000,00 anuais às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro.*

Lei n. 2.515 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1955.

### MOINHO FLUMINENSE S. A.

*Autoriza o Moinho Fluminense S. A. a instalar uma usina termoeleétrica na capital do Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 37.640 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

### MONAZITA

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.687 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza Orquim Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.704 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## MOVIMENTAÇÃO DOS QUADROS

*Modifica o art. 16 do Decreto-lei n.º 7.339, de 10 de novembro de 1944 (Regula a movimentação dos Quadros).*

Lei n. 2.536 — de 6 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de julho de 1955.

## MUNICÍPIOS

*Modifica o art. 4.º e seu parágrafo da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948 (Quota do imposto de renda, destinada aos municípios).*

Lei n. 2.572 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 192.399.473,30, para completar o pagamento da cota do Imposto de Renda devida aos Municípios e referente ao exercício de 1953.*

Decreto n. 37.571 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1955.

## N

### NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO CARNEIRO DE MENDONÇA S. A. (NAVECARMEM)

*Concede à "Navegação e Comércio Carneiro de Mendonça S. A. (Navecarmem)" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.386 — de 25 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

### NAVEGAÇÃO FLUVIAL MOURA ANDRADE LIMITADA

*Concede à sociedade "Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.457 — de 7 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

## NETO & CIA. LIMITADA

*Autoriza Neto & Cia. Limitada a pesquisar água potável de mesa no município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.592 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

## NITROGÊNIO S. A. - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES

*Concede à Nitrogênio S. A. — Indústria Brasileira de Produtos Químicos e Fertilizantes autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.962 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## "NOVA AMÉRICA" SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Nova América" Sociedade Mútua de Seguros Gerais.*

Decreto n. 37.601 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Cria o Núcleo Colonial de Piumi, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 37.811 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1955.

## O

### OCRE

*Autoriza Empresa Nacional de Mineração e Siderurgia Ltda. a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados, no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.849 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

**ORDEN DO MÉRITO MÉDICO**

*Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto n.º 29.198, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.651 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

**ORDEN DO MÉRITO MILITAR**

*Altera o Regulamento para a Ordem do Mérito Militar, aprovado pelo Decreto número 27.362, de 28 de outubro de 1949.*

Decreto n. 37.744-A — de 15 de agosto de 1965.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1955.

**ORDENANÇA GERAL PARA O SERVIÇO DA ARMADA**

*Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.*

Decreto n. 37.604-A — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

*Torna público o depósito dos instrumentos de aceitação por parte dos Governos do Paraguai e da Etiópia da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, concluída em Londres a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 37.774 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**ORGANIZAÇÃO E PROTEÇÃO DA FAMÍLIA**

*Modifica o artigo 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.*

Lei n. 2.514 — de 27 de junho de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de julho de 1955.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA**

*Torna público o depósito dos instrumentos de adesão por parte dos Governos de El Salvador e de Laos, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 37.677 — de 29 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

**ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.697 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.704 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**OURO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Geraldo da Silva a pesquisar, diamantes, ouro e associados no município de Diamantina Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.557 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Regina Atanazia da Silva, Maria Dorotéia da Silva e Antônio Ambrósio da Silva a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.662 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

## OURO

Revoga o Decreto n.º 36.643, de 22 de Dezembro de 1954, que autorizou o cidadão brasileiro Mário Clark Bucellar a pesquisar diamante e ouro.

Decreto n. 37.675 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro Isaac Marcus Pinto a pesquisar ouro aluvionar e associados no município de Maués, Estado do Amazonas.

Decreto n. 37.823 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

P

## PALÁCIO DOS CAPITÃES-GERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.

Lei n. 2.549 — de 22 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

## PANO-TELA

Concede às empresas ou firmas legalmente constituídas ou a cultivadores idôneos do jumo tipo comercial conhecido por "capeiro", isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação de pano-tela.

Lei n. 2.591 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1955.

## PATENTES DE INVENÇÃO

Isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patentes de invenção.

Lei n. 2.556 — de 6 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1955.

## PATRÃO

Retifica a relação nominal a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 1.564, de 1 de março de 1952, que altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Lei n. 2.575 — de 17 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

## PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Otacílio Batista de Matos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Ataleia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.590 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Henrique Deslandes a pesquisar mica quartzo e pedras coradas no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.591 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião José de Figueiredo Ramos a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Otônia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.593 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

## PEDRAS CORADAS

— Autoriza o cidadão brasileiro *Sebastião Ferreira dos Santos* a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de *Teófilo Ottoni*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.594 — de 11 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1955.

Autoriza o cidadão brasileiro *João da Silva Matos* a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de *Teófilo Ottoni*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.663 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Sebastião Ferreira dos Santos* a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de *Teófilo Ottoni*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.702 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José Henrique Deslandes* a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados no município de *Água Boa*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.749 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Euchides Francisco dos Santos* a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de *Ataléia*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.792 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

## PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza *Fernando Silva do Valle* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.518 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— Autoriza *José Ribamar Ribeiro Lopes* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.567 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

— Autoriza *Urbano José Cardoso* comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.619 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— Autoriza *Leodílio Ramos Varranda* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.620 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

Autoriza *José Tomaz de Aquino* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.759 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

— Autoriza *Alexandrino Pereira de Amorim* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.946 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

— Autoriza *Sobrie — Sociedade Brasileira de Mineração, Importação e Exportação Limitada* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 37.947 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

## PENSÕES

*Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves, Edina Iná de Oliveira Vaz e Clélia Inayá de Oliveira Lobo.*

Decreto-legislativo n. 65 — de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1955.

— *Reverte em favor de Coralina Cardoso de Toledo, única filha do Tenente João Gomes de Cardoso, a pensão de meio-soldo deixada à sua viúva Elisa Wismann Cardoso.*

Lei n. 2.527 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Maria de Lourdes Mello da Silva Lima, viúva do engenheiro Reynaldo Soares da Silva Lima, ex-chefe do 4.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

Lei n. 2.533 — de 6 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

## PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pintor Helios Aristides Seelinger.*

Lei n. 2.562 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.400,00 mensais, a Corina da Rocha Paraíso Godinho.*

Lei n. 2.583 — de 31 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de setembro de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Blanche Aliz Marie de Miranda da Silveira Lobo, viúva do Cônsul Carlos de Miranda da Silveira Lobo.*

Lei n. 2.607 — de 20 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de setembro de 1955.

## PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alice Cahen Fischer, viúva do professor catedrático Christiano Felipe Fischer.*

Lei n. 2.617 — de 30 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 4 de outubro de 1955.

## PESCADORES

*Abre pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ... 44.887.800,00, para atender às despesas com a execução da primeira etapa do Plano de Assistência Econômica e Social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.*

Decreto n. 37.653 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

## PESQUISAS

— Ver:

*A denominação do elemento pesquisado.*

## PETRÓPOLIS RÁDIO DIFUSORA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Outorga concessão à Petrópolis Rádio Difusora S. A. para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 37.717 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

## PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

*Dispõe sobre a isenção tributária concedida à Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima - PETROBRAS.*

Decreto n. 37.804 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A.*

— *Petrobrás, o imóvel que menciona.*

Decreto n. 37.841 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.



**PINHO**

— Ver:

*Madeira Serrada de Pinho.***PIROFILITA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Juvenal Felicissimo e Jesuino Felicissimo Júnior a pesquisar pirofilita e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.868 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Fonseca Souza Meirelles a pesquisar pirofilita e associados, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.979 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

**PLANO DE ASSISTÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL AOS PESCADORES**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 44.887.800,00, para atender às despesas com a execução da primeira etapa do Plano de Assistência Econômica e Social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas Sergipe e Bahia.*

Decreto n. 37.653 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

**PLANO GERAL DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

*Dispõe sobre o Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco.*

Lei n. 2.599 — de 13 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1955.

**PLANO GERAL DE ELETRIFICAÇÃO**

*Autoriza o Poder Executivo a assinar o convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para execução do seu Plano Geral de Eletrificação.*

Lei n. 2.535 — de 7 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

**PODER JUDICIÁRIO**

*Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e dá outras providências.*

Lei n. 2.588 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de setembro de 1955.

**Abertura de Crédito:**

— Ver:

*Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**POLÍCIA MILITAR**

*Dá nova redação ao art. 180 e supprime o § 5.º do art. 184 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.273, de 16 de novembro de 1938, alterado pelo Decreto n.º 12.119, de 12 de março de 1943.*

Decreto n. 37.762 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**POLICIAMENTO**

*Revoga o Decreto-lei n.º 7.013, de 1 de novembro de 1944 (Dispõe sobre o policiamento interno de empresas e estabelecimentos particulares).*

Lei n. 2.578 — de 20 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1955.

## PÓRTO DE SANTOS

*Aprova projeto e orçamento para a execução de serviços na ilha do Barnabé, no pórtio de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.579 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

## PÓRTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

*Aprova novo orçamento para execução de obras do pórtio de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 37.771 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

## PLANTAS ORNAMENTAIS

*Regula a exportação de plantas ornamentais.*

Decreto n. 37.884 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

## PREFEITURAS

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura Municipal de Campos.*

Decreto-legislativo n. 67 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Caiaponia a ampliar suas instalações hidrelétricas, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.937 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

## PREFEITURAS

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para o aproveitamento da queda d'água denominada Furnas, existente no rio do mesmo nome, município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 34.388 — de 27 de outubro de 1953.

Retificado no D. O. de 4 de julho de 1955.

## PREFEITURAS

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Minas Novas, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira das Almas existente no rio Fanado, distrito de Minas Novas, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.019 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Rio Verde concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira São Tomaz, existente no rio do mesmo nome, município de Rio Verde, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.558 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Maceió concessão para distribuir energia elétrica nos povoados de Ipioca e Riacho Doce do Município de Maceió, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.103 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.090 — de 24 de março de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 37.291 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Formosa, Estado de Goiás, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 37.633 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

**PREFEITURAS**

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Coxambu, a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 37.888 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

**PROCURADOR DA REPÚBLICA**

*Aprova as Instruções Gerais reguladoras de concurso para provimento de cargo de Procurador da República, de 3.ª Categoria da carreira do Ministério Público Federal.*

Decreto n. 37.622 — de 21 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1955.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n. 37.761 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**PRODUÇÃO SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATERIAS PRIMAS LIMITADA**

*Renova o Decreto n.º 32.654, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 37.549 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

**PROJETOS E ORÇAMENTOS**

*Aprova projeto e orçamento para a execução de serviços na ilha do Barnabé, no porto de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.579 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Aprova projeto e orçamento relativos à construção de uma rotunda, com giradouro, no Depósito de Três Lagoas, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 37.685 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1955.

**PROMOÇÃO**

*Dispensa o Primeiro-Tenente (FN) Ataliba Galvão Neto de requisito regulamentar para efeito de promoção.*

Decreto n. 37.716 — de 8 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Regulamenta a promoção "post-mortem" dos militares da Aeronáutica falecidos em acidente de serviço.*

Decreto n. 37.767 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**PROTEÇÃO DAS OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS**

— *Torna pública a aplicação, pela República Democrática Alemã, da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas na versão estabelecida em Roma a 2 de junho de 1928.*

Decreto n. 37.845 — de 1 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1955.

**PROTOCOLOS**

*Torna público o depósito dos Ins-Governo da República Francesa da Governo da República Francesa da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Concernentes às Imunidades dos Navios de Estado, concluída em Bruxelas, em 10 de abril de 1926 e do Protocolo adicional à mencionada Convenção, concluído em Bruxelas, em 24 de maio de 1934.*

Decreto n. 37.806 — de 26 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**Q****QUARTZITO**

*Autoriza Companhia Paulista de Mineração a lavar quartzito no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.637 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

## QUARTZITO

— *Autoriza Industrial São Tomé Limitada a pesquisar quartzito sericitico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.753 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Moreira Silva a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.553 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otacilio Batista de Matos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.590 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Henrique Deslandes a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.591 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião José Figueiredo Ramos a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.593 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.594 — de 11 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1955.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leivindo Moreira Quintão a pesquisar quartzo e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.643 — de 25 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.660 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João da Silva Matos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.663 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nágio Abês Ganem a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.689 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Barbosa dos Santos a pesquisar quartzo e associados no município de Jacinto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.698 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ottarmino Ramos a lavar feldspato e quartzo, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.701 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.702 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alayda Regina Avelar Junqueira Azevedo, a pesquisar quartzo, feldspato e associados nos municípios Amparo e Serra Negra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.734 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Henrique Deslandes a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.749 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Venâncio Barbosa a pesquisar quartzo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.750 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Euclides Francisco dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.792 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Moreira Chaves a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.793 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

## QUARTZO

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 34.899, de 6 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 37.831 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.145, de 24 de junho de 1953.*

Decreto n. 37.832 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Concede à sociedade comercial Rabelo & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.603 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

## R

## RAÇÃO COMUM

— *Altera a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum para o Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.799, de 21 de janeiro de 1955.*

Decreto n. 37.657 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1955.

RADIO CLUBE PARANAENSE  
LIMITADA

— *Altera a cláusula I das que baixaram com o Decreto n.º 31.447, de 12 de setembro de 1952.*

Decreto n. 37.725 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

RADIO CULTURA DA BAHIA  
LIMITADA

— *Outorga concessão à Rádio Cultura da Bahia Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.949 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**RÁDIO DIFUSORA DE JOINVILE LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora de Joinville Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.777 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**RÁDIO "NOVE DE JULHO" LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio "Nove de Julho" Limitada para instalar duas estações radiodifusoras na cidade de São Paulo.*

Decreto n. 37.744 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

**RÁDIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA**

*Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.769 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

**RÁDIO VERA CRUZ S. A.**

*Prorroga até 11 de fevereiro de 1957 o prazo para que a Rádio Vera Cruz Sociedade Anônima satisfaça a exigência a que se refere a letra b artigo 1.º, do Decreto n.º 28.980, de 14 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 37.532 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

**RADIOCOMUNICAÇÕES**

*Concede à Sociedade Radiocomunicações Limitada autorização para ampliar seus sistemas de comunicações, do qual é concessionária pelo Decreto n.º 27.986, de 12-4-50.*

Decreto n. 37.950 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

**RÁDIODIFUSÃO**

*Altera o Decreto n.º 31.448, de 12 de setembro de 1952.*

Decreto n. 34.956 — de 19 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Prorroga até 11 de fevereiro de 1957 o prazo para que a Rádio Vera Cruz S.A. satisfaça a exigência a que se refere a letra b, artigo 1.º, do Decreto n.º 28.980, de 14 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 37.532 — de 24 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Outorga concessão à Petrópolis Rádio Difusora S.A. para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 37.717 — de 8 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

— *Altera a cláusula I das que baixaram com o Decreto n.º 31.447, de 12 de setembro de 1952.*

Decreto n. 37.725 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio "Nove de Julho" Limitada para instalar duas estações radiodifusoras na cidade de São Paulo.*

Decreto n. 37.744 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Cultura da Bahia Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.949 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

**RADIODIFUSÃO**

— *Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 37.769 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora de Joinville Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.777 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**RADIOTELEFONIA**

*Outorga concessão ao Governo do Estado de São Paulo para, por intermédio do Departamento de Águas e Energia Elétrica do mesmo Estado, executar serviço radiotelefônico público interior.*

Decreto n. 37.770 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

**REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE**

*Dispõe sobre a rede ferroviária do Nordeste, e dá outras providências.*

Lei n. 2.543 — de 14 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de julho de 1955.

**REDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 428.500.000,00 para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Rede Mineira de Viação.*

Lei n. 2.606, — de 17 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de setembro de 1955.

**REDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

— *Autoriza a Rede Mineira de Viação a adquirir terreno de propriedade de Francisco de Oliveira Soares.*

Decreto n. 37.572 — de 5 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

**REGIMENTOS**

*Modifica o Regimento do Instituto Oswaldo Cruz.*

Decreto n. 37.763 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Modifica o art. 16 do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Regula a movimentação dos Quadros).*

Lei n. 2.536 — de 8 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de julho de 1955.

**REGULAMENTOS**

— *Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.*

Decreto n. 37.494 — de 14 de junho de 1955.

Retificado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 2.º e 12 do Regulamento do Fundo Aeronáutico, aprovado pelo Decreto número 37.045, de 16 de março de 1955.*

Decreto n. 37.545 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para o Depósito Central de Armamento.*

Decreto n. 37.581 — de 11 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 19 de julho de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior.*

Decreto n. 37.613 — de 19 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

Retificado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 29.485, de 23 de abril de 1951, e dá nova redação aos artigos 78, 80, 81, 86, 87, 88, 90 e as alíneas "b" e "c" do artigo 83, tudo do Regulamento para as Escolas Preparatórias, baixado com o Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945.*

Decreto n. 37.746 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto n.º 29.198, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 37.651 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955. (Dispensa de Visto Consular).*

Decreto n. 37.656 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Aprova o Regulamento para o Fundo Naval.*

Decreto n. 37.682 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

— *Aprova o Regulamento para as Instituições Hospitalares e Para-hospitais da Marinha.*

Decreto n. 37.687 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1 de abril de 1952.*

Decreto n. 37.688 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Departamento Nacional de Saúde.*

Decreto n. 37.694 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento para a Ordem do Mérito Militar, aprovado pelo Decreto n.º 27.362, de 26 de outubro de 1949.*

Decreto n. 37.744-A — de 15 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 180 e suprime o § 5.º do art. 184, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 3.273, de 16 de novembro de 1938, alterado pelo Decreto n.º 12.119, de 12 de março de 1943.*

Decreto n. 37.762 — de 18 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Dá nova denominação ao atual Centro de Instrução de Defesa Antiaérea e estabelece novas bases para o seu funcionamento.*

Decreto n. 37.808 — de 27 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.814 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.



## REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.849 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e revoga o Decreto n.º 37.313, de 10 de maio de 1955.*

Decreto n. 37.873 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

— *Acresce de um § 3.º o art. 71 do Regulamento para a ECEME aprovado pelo Decreto n.º 36.955-55, e modificado pelo de n.º 37.191-55.*

Decreto n. 37.878 — de 12 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.271, de 28 de abril de 1955.*

Decreto n. 37.881 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1955.

— *Dispensa, temporariamente, o implemento de exigência do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.902 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1955.

— *Aprova o Regulamento da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.904 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.

— *Modifica item do Decreto número 23.888 de 22 de outubro de 1947, que aprovou o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária (2.ª parte).*

Decreto n. 37.937 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Altera a redação do § 1.º do artigo 155 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938; acrescenta ao aludido artigo o § 4.º; revoga o Decreto n.º 34.903, de 7 de janeiro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.977 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

— *Revigora a redação dada pelo Decreto n. 20.442, de 22 de janeiro de 1948, aos artigos 155 e 156 do Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 37.986 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

— *Dá nova redação aos artigos que constituem o Capítulo XII — Das infrações e Penalidades — do Decreto n.º 20.425, de 17 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 37.989 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1955.

— *Dispõe sobre o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.849, de 2 de setembro de 1955.*

Decreto n. 37.996 — de 30 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1955.

## RESERVA DO EXÉRCITO

— Ver:

*Exército.*

## RODOVIAS

*Dispõe sobre a aplicação de crédito brasileiro na construção da rodovia Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Franco.*

Lei n. 2.571 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**S**

**SALÁRIO ADICIONAL**

*Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.*

Lei n. 2.573 — de 15 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR**

*Aprova a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída em Londres a 10 de junho de 1948.*

Decreto-legislativo n. 107 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Torna pública a denúncia, pelo Governo do Chile da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 37.975 — de 23 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

**SCHEELITA**

*Renova o Decreto n.º 32.736, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 37.416 — de 2 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.222, de 1 de julho de 1953.*

Decreto n. 37.983 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

**SEGURANÇA NACIONAL**

*Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.*

Lei n. 2.597 — de 12 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955.

**SEGURO AGRÁRIO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário de videira.*

Decreto n. 37.600 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de julho de 1955.

— *Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário de arroz.*

Decreto n. 37.847 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1955.

— *Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa de seguro agrário de algodão herbáceo.*

Decreto n. 37.882 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1955.

**SELOS COMEMORATIVOS**

*Concede a franquia postal e telegráfica à correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.525 — de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

**SENADO FEDERAL**

**Abertura de Crédito:**

— Ver:

*Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**SERPENTINITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ermelino Matarazzo a pesquisar talco, serpentinita, dolomita e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.891 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**SERVIÇO CONSULAR**

*Reestrutura os serviços consulares do Brasil na Índia.*

Decreto n. 37.678 — de 29 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAMPS)**

*Atleta o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.271, de 28 de abril de 1955.*

Decreto n. 37.881 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1955.

**SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO**

*Reestrutura o Quadro de Oficiais Intendentes do Exército e dá outras providências.*

Lei n. 2.586 — de 5 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1955.

**SERVIÇO DE LOTERIAS**

*Altera o item 4.º do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.*

Lei n. 2.528 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 37.683 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.672.790,00, para o fim que menciona. (Repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata).*

Decreto n. 37.574 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 37.683 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

**SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA**

*Modifica item do Decreto n.º 23.888 de 22 de outubro de 1947, que aprovou o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária (2.ª parte).*

Decreto n. 37.937 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a receber um imóvel sito no Município de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 37.809 — de 27 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para reconstrução dos edifícios do Palácio dos Capitães-Generais e da Igreja da Santíssima Trindade, no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso.*

Lei n. 2.549 — de 22 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1955.

# SERVIÇO MILITAR

*Regulamenta o artigo 108 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 37.741 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

# SERVIÇO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS

*Dá a denominação de Heitor Carriho ao Manicômio Judiciário, do Serviço Nacional de Doenças Mentais.*

Decreto n. 37.990 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

# SERVIÇO SOCIAL RURAL

*Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.*

Lei n. 2.613 — de 23 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1955.

# SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. - INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL E CONTRÔLE

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Serviços Técnicos S. A. — Instituto de Organização Racional e Controle.*

Decreto-legislativo n. 69 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

# "SILA" SENFFT IRMÃOS LTDA.

*Autoriza "Sila" Senfft Irmãos Limitada a pesquisar areia quartzosa no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.728 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

# SOBRIE - SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

*Autoriza Sobre — Sociedade Brasileira de Mineração Importação e Exportação Limitada a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 37.947 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

*— Concede à "Sobrie" Sociedade Brasileira de Mineração, Importação e Exportação Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.981 — de 26 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de setembro de 1955.

# SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"

*Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 37.666 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1955.

*— Declara sem efeito o Decreto n.º 36.281, de 1 de outubro de 1954. (Que autorizou a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário e conchífero).*

Decreto n. 37.676 — de 26 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

# SOCIEDADE ANÔNIMA MÁRMORES BRASILEIROS SAMBRA

*Autoriza a Sociedade Anônima Mármore Brasileiros SAMBRA a lavar mármore no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.554 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1955.

### **SOCIEDADE CONSTRUTORA POTY LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Construtora Poty Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 37.705 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

### **SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS DE NATAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 138.000,00, para ocorrer ao pagamento dos auxílios, consignados no Orçamento de 1949, à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de São João de Sabugi, ao Dispensário de Boa Vista, à Associação Comercial do Pará, à Sociedade de Assistência a Psicopatas de Natal e ao Dispensário de Salvador.*

Lei n. 2.522 — de 1 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1955.

### **SOCIEDADE DE MINERAÇÃO ABREU LIMITADA**

*Concede à Sociedade de Mineração Abreu Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.487 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

### **SOCIEDADE DE MINERAÇÃO CERAMITE LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Limitada a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.821 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a pesquisar caulim, feldspato e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 37.834 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1955.

### **SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**

*Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis à Conferência de Nossa Senhora da Abadia da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Lei n.º 2.564 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

### **SOCIEDADE INTERNACIONAL DE COMÉRCIO LIMITADA**

*Concede à Sociedade Internacional de Comércio Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.672 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

### **SOCIEDADE MÉDICA DE UBERLÂNDIA**

*Concede à Sociedade Médica de Uberlândia o auxílio de Cr\$ ..... 200.000,00, pela realização do 7.º Congresso Médico do Triângulo Mineiro e do Brasil Central e das outras providências.*

Lei n.º 2.585 — de 3 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

*Autoriza Sociedade Mineradora Capixaba Ltda., a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.964 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

### **SOCIEDADE "PRÓ-ARTE"**

*Declara de utilidade pública a Sociedade "Pro-Arte", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.817 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

# **SOCIEDADE RADIOCOMUNICA- ÇÕES LIMITADA**

*Concede à Sociedade Radiocomunicações Limitada autorização para ampliar seus sistemas de comunicações, do qual é concessionária pelo Decreto n.º 27.986, de 12-4-50.*

Decreto n. 37.950 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1955.

# **SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA CONTINENTAL LIMITADA**

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada.*

Decreto-legislativo n. 71 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

# **SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

*Autoriza os concessionários e as administrações de portos a cobrarem juros de mora sobre dívidas provenientes de serviços prestados.*

Lei n.º 2.546 — de 16 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1955.

# **SOCIÉTÉ ANONYME INTERNATIO- NALES DES PIEUX ARMÉS FRANKIGNOUL**

*Concede à Société Anonyme Internationale des Pieux Armés Frankignoul autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.491 — de 14 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

# **SUBVENÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento da subvenção à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

Lei n.º 2.540 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de julho de 1955.

# **SUBVENÇÕES**

*— Concede a inclusão da Escola Superior de Química do Paraná entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, com a subvenção de Cr\$ 3.500.000,00, de acordo com o disposto no art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.*

Lei n.º 2.559 — de 12 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

*— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para atender às despesas com pagamento de subvenções.*

Decreto n. 37.815 — de 29 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1955.

# **SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Sul América Capitalização" S. A.*

Decreto n. 37.998 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1955.

# **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 48.000,00, em reforço da Verba 1 — Consignação 3 — Subconsignação 09, do vigente Orçamento.*

Lei n.º 2.569 — de 13 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1955.

# **SUPRESSÃO DE CARGOS**

— Ver:

*O nome do órgão a cujo quadro pertenciam os cargos.*

## T

## TABELAS

*Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto n. 37.431 — de 7 de junho de 1955.

Reproduzido no D. O. de 29 de agosto de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.546 — de 30 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1955.

— *Autera a tabela de fixação dos valores dos complementos à razão comum, para a Marinha.*

Decreto n. 37.564 — de 1 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1955.

— *Dispõe sobre as retificações de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Aeronáutica*

Decreto n. 37.566 — de 4 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 37.578 — de 8 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n. 37.604 — de 12 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1955.

## TABELAS

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.605 — de 13 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Escola de Aeronáutica para a do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinarias.*

Decreto n. 37.621 — de 20 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1955.

— *Altera a tabela de fixação dos valores dos complementos à razão comum para o Exército, aprovada pelo Decreto n.º 36.799, de 21 de janeiro de 1955.*

Decreto n.º 37.657 — de 28 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Depósito Central de Intendência para a do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.689 — de 3 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Agricultura para idêntica Tabela do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto n. 37.693 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (Art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.695 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**TABELAS**

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 37.724 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica que menciona.*

Decreto n. 37.740 — de 11 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1955.

— *Declara insubsistente o Decreto n.º 37.724, de 9 de agosto de 1955.*

Decreto n. 37.742 — de 12 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1955.

— *Altera a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate.*

Decreto n. 37.839 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1955.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Serviço Nacional de Febre Amarela e do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, para o Serviço de Transportes do Departamento de Administração do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 37.858 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Imprensa Militar do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 37.874 — de 8 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1955.

**TABELAS**

— *Transfere funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista de repartição do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 37.897 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 37.898 — de 14 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— *Inclui função na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.*

Decreto n. 37.903 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1955.

— *Altera Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto n. 37.908 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista Art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952, do Território Federal do Acre e dá outras providências.*

Decreto n. 37.954 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

**TALCO**

— *Renova o Decreto n.º 32.255, de 12 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 37.298 — de 9 de maio de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.



**TALCO**

— Autoriza o cidadão brasileiro *Ermelino Matarazzo* a pesquisar talco, serpentina, dolomita e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n. 37.891 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Jamil Leão Brasileiro* a pesquisar talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.965 — de 22 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1955.

**TARIFA DE SEGURO AGRÁRIO**

— Ver:

*Seguro Agrário.*

**TAXAS**

Regulamenta o art. 11, número IV, da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, com relação ao disposto no Decreto-lei n.º 7.632, de 12 de junho de 1945, alterado pelo de n.º 9.766, de 6 de setembro de 1946.

Decreto n. 37.686 — de 2 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

**TERRENOS DE MARINHA**

— Ver:

*Aforamento.*

**TERRITÓRIOS FEDERAIS**

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma *Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 98 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

**TERRITÓRIOS FEDERAIS**

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952); do Território Federal do Acre e dá outras providências.

Decreto n. 37.954 — de 21 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

**THE BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA LIMITED**

Cancela carta patente deferida ao *"The British Bank of South America Limited"*.

Decreto n. 37.863 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1955.

**THE COCA-COLA EXPORT CORPORATION**

Concede à sociedade anônima *The Coca-Cola Export Corporation* autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 37.758 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1955.

**THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED**

Concede a *The Motor Union Insurance Company Limited* autorização para estender suas operações a todos os ramos elementares e aprova o aumento de seu capital de responsabilidade.

Decreto n. 37.737 — de 10 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1955.

**THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK**

Aprova aumento de capital de *"The National City Bank of New York"*.

Decreto n. 37.864 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1955.

**THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK**

— *Aprova a alteração estatutária do "The National City Bank of New York" que passa a denominar-se "The First National City Bank of New York".*

Decreto n. 37.865 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1955.

**THE PERNAMBUCO TRAMWAY & CO. LTD.**

*Autoriza a mudança progressiva da frequência de 50 para 60 ciclos por segundo em Recife.*

Decreto n. 37.711 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1955.

**TRABALHO**

*Institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.*

Lei n. 2.573 — de 15 de agosto de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1955.

— *Estabelece normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo na elaboração das regulamentações locais de trabalho dos vigias portuários.*

Decreto n. 37.987 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1955.

**"TRANSATLÂNTICA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da "Transatlântica" companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n. 37.883 — de 13 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1955.

**TRANSPORTE**

*Concede autorização ao Governo do Estado de São Paulo para organizar e explorar serviço de travessia do rio Paraná.*

Decreto n. 37.529 — de 24 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1955.

**TRANSPORTE MARÍTIMOS CACIQUE LTDA.**

*Concede à Sociedade Transportes Marítimos Cacique Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.943 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1955.

**TRIBUNA POPULAR**

*Concede anistia aos participantes do conflito ocorrido na "Tribuna Popular".*

Decreto-legislativo n. 70 — de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1955.

**TRIBUNAL DO JÚRI (SEGUNDO)**

*Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Júri e a 26.ª Vara Criminal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.537 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1955.

**TRIBUNAL MARÍTIMO**

*Dispõe sobre os vencimentos dos juizes do Tribunal Marítimo e dos procuradores, adjuntos de procurador e advogados de ofício, em exercício junto ao mesmo Tribunal.*

Lei n. 2.602 — de 14 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1955.

## TRIGO

*Altera dispositivos do Decreto número 29.229, de 26 de janeiro de 1951 Amparo financeiro, direto, ao triticultor.*

Decreto n. 37.577 — de 7 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

## TRITIGULTURA

— Ver:

Trigo.

## TUNGSTÊNIO DO BRASIL S. A.

*Concede à Tungstênio do Brasil S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.826 — de 31 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1955.

## TURISTAS

*Isenta do visto consular os turistas, cidadãos de países americanos.*

Lei n. 2.526 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955.

## II

## UNIÃO FEDERAL

*Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Siêbra e sua mulher Maria Adriana Moreira.*

Decreto-legislativo n. 75 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "José Pedro".*

Decreto n. 37.628 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

## UNIÃO FEDERAL

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Borman".*

Decreto n. 37.629 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Aporé ou Peixe.*

Decreto n. 37.631 — de 22 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1955.

## UNIVERSIDADES

*Federaliza a Universidade Rural de Pernambuco.*

Lei n. 2.524 — de 4 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de julho de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para atender às despesas com a contribuição do Brasil à Universidade Internacional de Estudos Sociais.*

Lei n. 2.534 — de 6 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 864.800,00, para atender às despesas com a Universidade do Ceará, criada pela Lei n.º 2.373, de 16 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 37.780 — de 19 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1955.

— *Altera o Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 21.321, de 18 de junho de 1945.*

Decreto n. 37.900 — de 15 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1955.

## URBANIA CAPITALIZAÇÃO S. A.

*Cassa a autorização concedida à Urbânia Capitalização S.A., com sede na cidade do Salvador, Estado da Bahia para funcionar na República.*

Decreto n. 37.723 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1955.

## UTILIDADE PÚBLICA

— Ver:

*O nome da entidade declarada de utilidade pública.*

## V

### VALE DO SÃO FRANCISCO

*Dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco.*

Lei n. 2.599 — de 13 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1955.

### VARA CRIMINAL (26.<sup>a</sup>)

*Cria, na Justiça do Distrito Federal, o Segundo Tribunal do Juri e a 26.<sup>a</sup> Vara Criminal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.537 — de 13 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1955.

### VENCIMENTOS

*Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Ministério Público da União e dá outras providências.*

Lei n. 2.588 — de 8 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 8 de setembro de 1955.

### VICE-CONSULADO

*Cria o Vice-Consulado honorário do Brasil em Savannah, Georgia, nos Estados Unidos da América.*

Decreto n. 37.679 — de 29 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de agosto de 1955.

## VIGIAS PORTUÁRIOS

*Estabelece normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo na elaboração das regulamentações locais de trabalho dos vigias portuários.*

Decreto n. 37.987 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1955.

## VISTO CONSULAR

*Regulamenta a Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955. (Dispensa de Visto Consular).*

Decreto n. 37.656 — de 27 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1955.

— *Isenta do visto consular os turistas, cidadãos de países americanos.*

Lei n. 2.526 — de 5 de julho de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1955.

## X

### XISTO

*Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.794 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1955.

— *Autoriza a Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Capão Bonito, Estado de S. Paulo.*

Decreto n. 37.799 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**XISTO**

— *Autoriza a Industrial Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.798 — de 23 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1955.

**Z****ZIRCONITA**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilménita, zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.697 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**ZIRCONITA**

— *Autoriza Orquim Indústrias Químicas Reunidas S.A. a lavar ilménita, zirconita, monazita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 37.704 — de 5 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1955.

**ZONA DE DEFESA**

*Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.*

Lei n. 2.597 — de 12 de setembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1955.

— *Dispõe sobre a criação de Núcleos de Comando de Zonas de Defesa, estabelece sua organização e dá outras providências.*

Decreto n. 37.909 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1955.



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1955 — VOLUME VII

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956**

página original em branco

# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

## 1955

	Págs.		Págs.
108 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma SATIC S. A. — Importação e Comércio. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1955 .....	3	entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1955 .....	4
109 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1955 .....	3	112 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi. Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955 .....	4
110 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e a Escola de Auxiliares de Enfermagem São Francisco de Assis. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1955 .....	4	113 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Rede de Viação Cearense e a firma IBM World Trade Corporation. Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955 ...	5
111 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado	4	114 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congressa</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A. Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955 .....	5
		115 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma	



	Págs.		Págs.
Tekton Construtora S. A. Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955 .....	6	Publicado no D.O. de 1 de dezembro de 1955 .....	10
116 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a COBRAZIL — Companhia de Mineração e Metalurgia "Brazil". Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955	6	123 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher. Publicado no D.O. de 1 de dezembro de 1955	10
117 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Urbanizadora Cearense Ltda. Publicado no D.O. de 16 de novembro de 1955 ...	6	124 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de regis- tro ao termo de contrato cele- brado entre a Comissão de Construção do Centro Nacio- nal de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma J. Madruga — Construções e Pavimentações. Publicado no D.O. de 1 de dezembro de 1955 .....	11
118 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a I.B.M. World Trade Corpo- ration. Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1955 ...	7	125 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Cor- reios e Telégrafos e a firma J. Ferreira Marques. Publica- do no D.O. de 1 de dezem- bro de 1955 .....	11
119 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Fe- deral do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S.A. Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1955 ...	7	126 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de regis- tro ao contrato e seu termo aditivo, celebrado entre a Diretoria Regional dos Cor- reios e Telégrafos do Pará e a firma Corrêa, Costa & Cia. Publicado no D.O. de 1 de dezembro de 1955 .....	12
120 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o Convênio Comercial firmado entre o Brasil e a Bolívia. Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1955 .....	7	127 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e Miguel Gomes de Souza e sua mulher Francisca Pereira de Souza, José Bezerra Lima e sua mu- lher Maria Idália Bezerra e Alcebiades Bezerra de Souza e sua mulher Aldeides Bezerra Rolim. Publicado no D.O. de 9 de dezembro de 1955 .....	12
121 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Fe- deral do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A. Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1955 .....	10	128 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Mantém a decisão do Tribunal de Con- tas denegatória de registro ao contrato entre o Ministério da Saúde e o Escritório Hil-	
122 — Decreto Legislativo de 1955 — <i>Congresso</i> — Aprova o contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a firma I.B.M. World Trade Corporation.			

	Págs.		Págs.
dalius Cantanhede — Engenharia Civil e Sanitária Sociedade Limitada. Publicado no D.O. de 9 de dezembro de 1955 .....	12	exercício de 1955, com a 2. <sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento de Santos. Publicado no D.O. de 7 de outubro de 1955 .....	14
129 — Decreto Legislativo de 1955. — Congresso — Aprova a Convenção de Conciliação e Solução Judiciária firmada pelo Brasil e a Itália. Publicado no D.O. de 16 de dezembro de 1955 .....	13	2.622 — Lei de 18 de outubro de 1955 — Procede à revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais. Publicada no D.O. de 19 de outubro de 1955. Retificada no D.O. de 22 de outubro de 1955. Retificada no D.O. de 24 de outubro de 1955 .....	15
130 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S.A. Publicado no D.O. de 16 de dezembro de 1955 ...	13	2.623 — Lei de 21 de outubro de 1955 — Educação — Restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945. Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1955 ...	16
131 — Decreto Legislativo de 1955 — Congresso — Aprova o termo aditivo celebrado entre a Rede Viação Cearense e a firma Construtora Maurício Ltda. Publicado no D.O. de 16 de dezembro de 1955 .....	13	2.624 — Lei de 22 de outubro de 1955 — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação 3 — Vantagens — 01 Funções gratificadas do Anexo 3 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954). Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	16
2.619 — Lei de 1 de outubro de 1955 — Fazenda — Inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Estado do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária. Publicada no D.O. de 7 de outubro de 1955 .....	14	2.625 — Lei de 22 de outubro de 1955 — Justiça — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 77.973,50, para atender a despesas de substituições e aluguel de imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	16
2.620 — Lei de 4 de outubro de 1955 — Justiça — Estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do art. 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato). Publicada no D.O. de 7 de outubro de 1955 .....	14	2.626 — Lei de 22 de outubro de 1955 — Viação — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Pú-	
2.621 — Lei de 4 de outubro de 1955 — Justiça — Fazenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 376.320,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 27 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei 2.368, de 9 de dezembro de 1954) e especial de Cr\$ 141.784,00, para atender a despesas no			

	Págs.		Págs.
blicas, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00 para conclusão dos trabalhos de instalação de uma usina termelétrica em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1955 .....	17	as despesas com o tratamento nos Estados Unidos da América do Norte, de Nair Viana Café. Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1955 .....	18
2.627 — Lei de 22 de outubro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 16.500.000,00, em reforço das Verbas 1 — Pessoal e 3 — Serviços e Encargos — para ocorrer às despesas com o pagamento de vencimentos e gratificação adicional aos magistrados e funcionários e de sentenças judiciais do Tribunal Superior do Trabalho. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	17	2.631 — Lei de 24 de outubro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Isenta de impostos de importação e mais taxas aduaneiras três engradados contendo retalhos de couro artificial, doados à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	19
2.628 — Lei de 22 de outubro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.648,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal do Anexo n.º 27, do Orçamento da União para 1955. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	17	2.632 — Lei de 24 de outubro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Faz a doação de um prédio e respectivo terreno, ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	19
2.629 — Lei de 22 de outubro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1955 .....	17	2.633 — Lei de 24 de outubro de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.912,00, destinado ao pagamento devido ao tesoureiro auxiliar Francisco de Assis Carvalho Júnior, e correspondente à diferença dos seus vencimentos. Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1955 .....	20
2.630 — Lei de 24 de outubro de 1955 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para custear	18	2.634 — Lei de 26 de outubro de 1955 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 destinado à construção do Monumento Nacional para guardar os despojos dos brasileiros tomados na Segunda Grande Guerra. Publicado no D.O. de 1 de novembro de 1955 .....	20
		2.635 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo 27, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954).	

	Págs.		Págs.
Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1955 .....	20	2.642 — Lei de 9 de novembro de 1955 — Reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe. Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1955 .....	29
2.636 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ... 135.200,00 para regularização de despesas pagas, no exercício de 1953, pela administração do Território do Acre. Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1955 .....	21	2.643 — Lei de 11 de novembro de 1955 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1955 .....	37
2.637 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 mensais à viúva Adelina de Gonçalves Campos. Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1955 .....	21	2.644 — Lei de 16 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Modifica os incisos 2 e 4 da alínea XXIV, Tabela D, da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952 e os incisos 1 e 3 da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, que modificou a Consolidação das Leis do Imposto de Consumo. Publicada no D.O. de 17 de novembro de 1955 .....	41
2.638 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Saúde</i> — Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1955. Publicada no D.O. de 16 de novembro de 1955 .....	21	2.645 — Lei de 16 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ... 164.905.270,10 para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1954, pela cota do imposto de renda que lhes é atribuída pelo art. 15, § 4.º, da Constituição. Publicada no D.O. de 21 de novembro de 1955 ...	42
2.639 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 156.130.592,90 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1955 .....	25	2.646 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais. Publicada no D.O. de 18 de novembro de 1955 .....	42
2.640 — Lei de 9 de novembro de 1955 — <i>Viação</i> — Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos. Publicada no D.O. de 14 de novembro de 1955 .....	25	2.647 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00,	
2.641 — Lei de 9 de novembro de 1955 — Dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências. Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1955 .....	26		

	Págs.		Págs.
destinado a auxiliar a realização do VI Congresso Nacional de Jornalistas, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Publicada no D.O. de 18 de novembro de 1955 .....	43	da Legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências. Publicada no D.O. de 28 de novembro de 1955	45
2.648 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00, destinado à Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Publicada no D.O. de 18 de novembro de 1955 .....	43	2.654 — Lei de 25 de novembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Viação</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Declara o estado de sítio em todo o Território Nacional. Publicada no D.O. de 25 de novembro de 1955 ...	48
2.649 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Justiça</i> — Renova pelo prazo de dois anos o concurso para o preenchimento do cargo de oficial de Justiça do Distrito Federal. Publicada no D.O. de 21 de novembro de 1955 .....	43	2.655 — Lei de 26 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — os créditos suplementar de Cr\$ 15.485.164,00 às subconsignações que especifica do Anexo n.º 2, da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, e especial de Cr\$ 450.000,00 para pagar vencimentos atrasados a funcionários de sua Secretaria. Publicada no D.O. de 28 de novembro de 1955 ...	49
2.650 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Guerra</i> — Revoga a letra g, do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943. Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1955 .....	44	2.656 — Lei de 26 de novembro de 1955 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre subvenções às Associações Rurais Municipais. Publicada no D.O. de 30 de novembro de 1955 .....	50
2.651 — Lei de 18 de novembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com o 2.º Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino. Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1955 ...	44	2.657 — Lei de 1 de dezembro de 1955 — <i>Guerra</i> — Regula as promoções dos Oficiais do Exército. Publicada no D.O. de 14 de dezembro de 1955	52
2.652 — Lei de 22 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Inclui Gasção Nunes de Almeida e o ex-contínuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952. Publicada no D.O. de 23 de novembro de 1955 .....	44	2.658 — Lei de 2 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de pagamento do imposto de importação e demais taxas aduaneiras a um grupo Diesel elétrico "Struevel-Deutz" de 180 HP e seus implementos, destinado à iluminação pública da cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Publicada no D.O. de 7 de dezembro de 1955 ...	79
2.653 — Lei de 24 de novembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Institui adicional e altera disposições		2.659 — Lei de 2 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de	

	Págs.		Págs.
Cr\$ 18.000,00 para pagamento de gratificação de magistério a Clovis do Rego Monteiro, professor catedrático do Colégio Pedro II — Externato. Publicada no D.O. de 7 de dezembro de 1955 .....		2.665 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Justiça — Aeronáutica — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação e Cultura — Trabalho — Marinha — Saúde</i> — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1956. Publicada no D.O. de 12 de dezembro de 1955 .....	84
2.660 — Lei de 2 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender as despesas com o funcionamento da "Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas". Publicada no D.O. de 9 de dezembro de 1955 ...	79	2.666 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Agricultura</i> — Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas. Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1955 .....	86
2.661 — Lei de 3 de dezembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda — Viação — Agricultura — Saúde</i> — Dispõe sobre a Regulamentação do § 4.º do art. 153 da Constituição Federal, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 12 de dezembro de 1955 .....	79	2.667 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 para atender às despesas com os reparos do edifício e aquisição de equipamento para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz, Estado do Maranhão, danificada por incêndio. Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1955	87
2.662 — Lei de 3 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura — Fazenda</i> — Concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00, durante dez anos consecutivos, ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 9 de dezembro de 1955 .....	80	2.668 — Lei de 6 de dezembro de 1955. — <i>Trabalho</i> — Modifica o Decreto-lei n.º 9.735, de 4 de setembro de 1946, que consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outras providências. Publicada no D.O. de 7 de dezembro de 1955 ...	87
2.663 — Lei de 3 de dezembro de 1955 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário a Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 126.187,30 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos funcionários interinos de sua Secretaria. Publicada no D.O. de 9 de dezembro de 1955 .....	83	2.669 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.580,00 mensais a Lavinia Antônio Azevedo, viúva do operário de arsenal, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, Luiz Machado de Azevedo. Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1955 ...	88
2.664 — Lei de 3 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre ações judiciais decorrentes de atos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais. Publicada no D.O. de 9 de dezembro de 1955 .....	83	2.670 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 150.000.000,00,	

	Págs.		Págs.
para ocorrer a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional. Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1955 .....	88	Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 674.280,70 para pagamento de gratificação de Magistério. Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1955. Retificada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	93
2.671 — Lei de 6 de dezembro de 1955 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 905.679,10, destinado a indenizar os prejuízos causados a terceiros. Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1955 .....	89	2.677 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 306.000,00 para atender às despesas com a concessão de gratificação especial ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio. Publicada no D.O. de 16 de dezembro de 1955 .....	96
2.672 — Lei de 7 de dezembro de 1955 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Fazenda — Aeronáutica</i> — Altera disposições da Lei n.º 1.086, de 19 de abril de 1950, e autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 5 anos os financiamentos previstos naquela lei. Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1955 .....	89	2.678 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 destinado a atender a despesas relativas ao exercício de 1955, com a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1955 .....	96
2.673 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Viação</i> — Dá a denominação de "Capitão Evaristo" à atual estação de Tamboril. Publicada no D.O. de 16 de dezembro de 1955 .....	89	2.679 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ ... 1.178,00 mensais a Josephina Pinheiro, viúva do maquinista, classe J, do Arsenal de Marinha, Osório Pinheiro. Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1955 .....	96
2.674 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1955. Retificada no D.O. de 14 de dezembro de 1955 .....	90	2.680 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ ... 3.000,00 mensais ao jornalista João Guedes de Mello, decano da imprensa brasileira. Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1955 .....	97
2.675 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para auxiliar a realização do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará. Publicada no D.O. de 14 de dezembro de 1955 .....	92	2.681 — Lei de 13 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ ... 3.000,00 à viúva Tarcila Moraes Dutra. Publicada no D.O. de 15 de dezembro de 1955 .....	97
2.676 — Lei de 8 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo			

	Págs.		Págs.
2.682 — Lei de 12 de outubro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — <i>Educação e Cultura</i> — Outorga concessão à Rádio Tamoio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias. Publicada no D.O. de 15 de dezembro de 1955 .....		Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e Órgãos indicados. Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1955 ...	108
2.683 — Lei de 15 de dezembro de 1955 — <i>Educação e Cultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 para pagamento devido pela União ao The Institute of Inter-American Affairs. Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1955 .....	97	2.688 — Lei de 20 de dezembro de 1955 — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1955 .....	141
2.684 — Lei de 16 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1955 .....	98	2.689 — Lei de 20 de dezembro de 1955 — <i>Aeronáutica</i> — Denomina "Dois de Julho" o aeródromo de Ipitanga no Município de Salvador, Estado da Bahia. Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1955 .....	141
2.685 — Lei de 16 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Saúde</i> — Retifica a Lei 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955. Publicada no D.O. de 26 de dezembro de 1955 .....	98	2.690 — Lei de 22 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais elétricos importados por Coutinho & Pena e destinados à Usina Hidrelétrica de Sumidouro, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	141
2.686 — Lei de 19 de dezembro de 1955 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950. Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1955 .....	100	2.691 — Lei de 23 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências. Publicada no D.O. de 23 de dezembro de 1955 .....	142
2.687 — Lei de 19 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação e Cultura</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos Suplementares no total de	106	2.692 — Lei de 23 de dezembro de 1955 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 432.600.000,00, destinado a cobrir o "déficit" da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1955. Publicada no D.O. de 23 de dezembro de 1955 .....	144



	Págs.		Págs.
2.693 — Lei de 23 de dezembro de 1955 — <i>Trabalho</i> — Altera os arts. 524, 530, 538, 611 e 857 da Consolidação das Leis do Trabalho. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	144	e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, e altera o item II do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da Lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e o § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, acrescentando-lhe um parágrafo. Publicada no D.O. de 30 de dezembro de 1955 .....	149
2.694 — Lei de 24 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 1.ª e 2.ª Regiões da Justiça do Trabalho. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	145	2.699 — Lei de 28 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, com modificações, a Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 ...	151
2.695 — Lei de 24 de dezembro de 1955 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Cria, na 2.ª Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 ...	146	2.700 — Lei de 29 de dezembro de 1955 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre a organização e funcionamento da Universidade do Ceará, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	153
2.696 — Lei de 24 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Modifica o § 2.º do art. 3.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia). Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	146	2.701 — Lei de 31 de dezembro de 1955 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Retifica a Lei 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1955. Publicada no D.O. de 31 de dezembro de 1955 .....	154
2.697 — Lei de 27 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — Prorroga para 31 de outubro de 1959, o prazo a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953 (Dispõe sobre o Financiamento da Lavoura do Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas). Publicada no D.O. de 29 de dezembro de 1955 .....	147	2.702 — Lei de 31 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Aeronáutica</i> — Prorroga até 31 de dezembro de 1960 a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas. Publicada no D.O. de 2 de janeiro de 1956 .....	155
2.698 — Lei de 27 de dezembro de 1955 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis		EMENTARIO — Leis e decretos publicados nos volumes VII e VIII de 1955, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos .....	157

Figuram, neste volume os decretos-legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1955, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

página original em branco

---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1955

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 108, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma SATIC S. A. — Importação e Comércio.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 24 de Dezembro de 1953 entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma SATIC Sociedade Anônima — Importação e Comercio, para o fornecimento de dois "drag-lines" destinados ao prosseguimento da construção da barragem de Pedras, em Jequiê, Estado da Bahia.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Outubro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 109, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 25 de Outubro de 1954, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para serviços de calçamento na Avenida Jaime Brasil, na cidade de Boa Vista, capital daquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Outubro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 110, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e a Escola de Auxiliares de Enfermagem São Francisco de Assis.*

Art. 1.º — E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em Sessão realizada a 30 de Dezembro de 1954, recusou registro ao termo de acôrdo celebrado a 10 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e a Escola de Auxiliares de Enfermagem São Francisco de Assis, para encargos de manutenção daquele estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Outubro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 111, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda.*

Art. 1.º — E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas em sessão realizada a 28 de Dezembro de 1951 recusou registro ao contrato celebrado a 14 do mesmo mês e ano entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Limitada, para construção de duas residências geminadas para operadores na Estação Transmissora de Sarapuí.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Outubro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 112, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de 17 de Abril de 1952, aditivo ao contrato celebrado a 7 de Fevereiro de 1950, entre o Governo Federal,

por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Sociedade Anônima Rádio Tupi, com o fim de transferir a Rádio Tamandare Ltda. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 27.634, de 27 de Dezembro de 1949.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 113, de 1955

*Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Rede de Viação Cearense e a firma IBM World Trade Corporation.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de 23 de Fevereiro de 1953, aditivo ao contrato celebrado a 2 de Janeiro de 1951, entre a Rede de Viação Cearense e a firma IBM World Trade Corporation para locação dos serviços de maquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 114, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Govêrno do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato, celebrado a 30 de Outubro de 1954, entre o govêrno do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do Internato Misto na Serra da Lua, naquêlê Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 115, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo do contrato celebrado a 9 de outubro de 1954, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do Palácio Governamental de Boa Vista, Capital daquêlê Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 116, de 1955

*Aprova o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a COBRAZIL — Companhia de Mineração e Metalurgia "Brazil"*

Art. 1.º — E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de Março de 1954, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 14 de Dezembro de 1953, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a COBRAZIL — Companhia de Mineração e Metalurgia "Brazil" — para construção de uma instalação de acostagem para movimento de petróleo e seus derivados, no porto do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 117, de 1955

*Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Urbanizadora Cearense Ltda.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 9 de Dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma

"Urbanizadora Cearense Limitada", para instalação hidráulica nas Estações de Alencarina e Maraponga e suas dependências, situadas em terrenos de propriedade do primeiro contratante, nas localidades, respectivamente, de Messejana e Parangaba, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Novembro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 118, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a I. B. M. World Trade Corporation.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, a 13 de novembro de 1953, entre o Ministério da Fazenda e a I. B. M. World Trade Corporation, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 119, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 6 de outubro de 1954, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do Hospital de Boa Vista, na cidade do mesmo nome, capital daquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66.º inciso 1, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 120, de 1955

*Aprova o Convênio Comercial firmado entre o Brasil e a Bolívia.*

Art. 1.º — E' aprovado o Convênio Comercial firmado entre o Brasil e a Bolívia a 24 de dezembro de 1953, na cidade de La Paz.



Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### COMISSÃO CONSULTIVA DE ACORDOS COMERCIAIS

#### *Convênio de Comercio Brasil-Bolívia*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República da Bolívia, desejosos de estreitar cada vez mais as relações econômicas entre os dois países, regulamentando reciprocamente as importações e exportações, resolveram celebrar um Convênio de Comércio e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Hugo Magalhães Bethlem, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Bolívia; e

O Presidente da República da Bolívia, o Senhor Walter Guevara Arze, Ministro das Relações Exteriores e Culto;

Os quais, depois de haverem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

#### Artigo I

A República da Bolívia e a República dos Estados Unidos do Brasil concordam em permitir, reciprocamente, a exportação e importação de mercadorias provenientes de seus respectivos países, de conformidade com as normas que se especificam a seguir:

a) O Governo boliviano autorizará a importação pela Bolívia e o Governo brasileiro a exportação para a Bolívia dos produtos originários do Brasil, indicados na lista "A" anexa, nos valores mínimos nela fixados;

b) O Governo brasileiro autorizará a importação pelo Brasil e o Governo boliviano a exportação para o Brasil dos produtos originários da Bolívia, indicados na lista "B" anexa, nos valores mínimos nela fixados.

c) A exportação e a importação dos produtos indicados nas listas "A" e "B", anexas, serão reciprocamente permitidas pelos dois Governos interessados, tendo em vista o equilíbrio das importações e exportações no balanço de pagamento de cada País.

#### Artigo II

As entregas de produtos, objeto do presente Convênio, efetuar-se-ão mediante contratos de compra e venda firmados entre o Governo, entidades governamentais e empresas privadas bolivianas, de um lado, e as entidades públicas e empresas privadas brasileiras, de outro.

#### Artigo III

Os produtos compreendidos neste Convênio serão transportados, preferentemente, nos meios de transporte de propriedade dos países interessados, sempre que isto não signifique encarecimento nos fretes ou atraso no transporte.

#### Artigo IV

Os produtos a serem trocados, segundo este Convênio, destinam-se exclusivamente ao consumo ou à industrialização no País importador, não podendo ser reexportados, salvo acordo especial a ser negociado separadamente.

Artigo V

Para estudar a possibilidade de facilitar o intercâmbio comercial nos casos não previstos neste Convênio e em seus anexos "A" e "B" fica constituída uma Comissão Mista Permanente, com sede em La Paz, composta de representantes de cada um dos dois Governos. Esta Comissão Mista deverá informar-se periodicamente da execução do Convênio e poderá propor a inclusão, no intercâmbio entre os dois países, de produtos não especificados nas listas anexas ou a modificação das rubricas existentes.

Artigo VI

As listas "A" e "B", anexas ao presente Convênio serão válidas por um ano.

a) Durante os três últimos meses de vigência das mesmas, os Governos da Bolívia e do Brasil negociarão novas listas ou revalidarão as existentes, tendo presentes as recomendações que formular a Comissão Mista Permanente a que se refere o Artigo V d'este Convênio;

b) Se não forem ultimadas nesse prazo as negociações a que se refere o parágrafo anterior, a vigência das listas anexas considerar-se-á prorrogada por um período adicional de três meses, a fim de manter a continuidade do comércio entre os dois países.

Artigo VII

O presente Convênio será ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro no mais breve prazo possível. Entrará em vigor, imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de um (1) ano, prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes com três meses de antecedência.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Convênio, em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e castelhana e neles apuserem seus respectivos selos.

Feito na cidade de La Paz, aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de 1953.

E' cópia autêntica do texto do Convênio de Comércio Brasil-Bolívia

Secretaria de Estado das Relações

Câmara dos Deputados

Exteriores — Em. 15-3-54

Mar. 25-54

R. Mendes Gonçalves

Protocolo n.º 00562

Lista "A"

Mercadorias	US\$
1 — Açúcar .....	1.800.000
2 — Arroz .....	200.000
3 — Algodão em rama .....	900.000
4 — Fios de algodão .....	300.000
5 — Tecidos de algodão .....	100.000
6 — Ferro para construção (diversos tipos) .....	200.000
7 — Produtos químicos, farmacêuticos e preparações medicinais diversas .....	100.000
8 — Vacinas, sêros e produtos veterinários .....	50.000
9 — Vidro plano .....	50.000
10 — Pneumáticos e câmaras de ar .....	50.000
11 — Fios de rayon .....	100.000
12 — Diversos .....	250.000
<b>Total</b>	<b>4.100.000</b>

## Lista "B"

Mercadorias	US\$
1 — Estanho concentrado .....	1.000.000
2 — Chumbo em lingotes .....	600.000
3 — Antimônio concentrado .....	100.000
4 — Asbesto . . . . .	100.000
5 — Enxofre . . . . .	400.000
6 — Borracha . . . . .	1.500.000
7 — Diversos . . . . .	300.000
<b>Total</b>	<b>4.000.000</b>

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 121, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado, a 29 de outubro de 1954, entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do porto fluvial na Capital daquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 122, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a firma I. B. M. World Trade Corporation.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 1.º de abril de 1954, entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e o I. B. M. World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 123, de 1955

*Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher*

Art. 1.º E' aprovada a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, concluída por ocasião da VII Sessão da Assembleia

Geral das Nações Unidas em Nova York e assinada pelo Brasil a 20 de maio de 1953

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 124 de 1955

*Mantem a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma J. Madruga -- Construções e Pavimentações.*

Art. 1.º E' mentida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de dezembro de 1954, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Agricultura, por intermédio da Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma J. Madruga — Construções e Pavimentações — para fornecimento e construção de meios-fios e galerias bem como construção de caixas com ralos em diversas ruas do referido Centro, situado no quilômetro 47, da antiga rodovia Rio-São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 125, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos e a firma J. Ferreira Marques.*

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 20 de junho de 1952, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques para construção de um prédio destinado à usina, tipo padrão, no valor de Cr\$ 104.700,00 (cento e quatro mil e setecentos cruzeiros) na Estação Rádio Receptora de Pau Ferro, na cidade de Recife, naquele Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 126, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato e seu termo aditivo, celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Pará e a firma Corrêa, Costa & Cia.*

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 15 de dezembro de 1953, recusou registro ao contrato de 13 de junho e respectivo termo aditivo de 11 de setembro do mesmo ano, celebrados entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Pará e a firma Corrêa, Costa e Companhia, para fornecimento de combustíveis e materiais de lubrificação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 127, de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal Miguel Gomes de Souza e sua mulher Francisca Pereira de Souza, José Bezerra Lima e sua mulher Maria Idália Bezerra e Alcebiades Bezerra de Souza e sua mulher Aldeides Bezerra Rolim.*

Art. 1.º — E' aprovado o contrato de cooperação celebrado a 31 de Dezembro de 1951, entre o Governo Federal por intermédio da Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, e Miguel Gomes de Souza e sua mulher Francisca Pereira de Souza; José Bezerra Lima e sua mulher Maria Idália Bezerra e Alcebiades Bezerra de Souza e sua mulher Aldeides Bezerra Rolim para utilização, pelo 1.º contratante, do sistema de irrigação agrícola em terras do sítio denominado Penha, de propriedade dos segundos contratantes no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2. — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de Dezembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 128, de 1955

*Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato entre o Ministério da Saúde e o Escritório Hidráulico Cantanhede — Engenharia Civil e Sanitária Sociedade Limitada.*

Art. 1.º — E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas em sessão realizada a 19 de Outubro de 1954, recusou registro ao contrato

celebrado a 23 de Setembro do mesmo ano, entre o Ministério da Saúde e o Escritório Hildaluis Cantanhede — Engenharia Civil e Sanitária Sociedade Limitada — para elaboração dos projetos de abastecimento de água e de gás, instalações elétricas e esgotos sanitários e pluviais de todos os edificios existentes na área do Instituto Osvaldo Cruz, em Manguinhos, no Distrito Federal.

Art. 2. — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de Dezembro de 1955

*Senador Carlos Gomes de Oliveira*

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso 1, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 129, de 1955

*Aprova a Convenção de Conciliação e Solução Judiciária firmada pelo Brasil e a Itália.*

Art. 1.º E' aprovada a Convenção de Conciliação e Solução Judiciária, firmada pelo Brasil e a Itália, em 24 de novembro de 1954.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 15 de novembro de 1955. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 130 — de 1955

*Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 15 de outubro de 1954 entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma

Tekton Construtora Sociedade Anônima, para construção do porto de Boa Vista, na capital daquele Território.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1955.

CARLOS GOMES DE OLIVEIRA  
*Primeiro Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 131 — de 1955

*Aprova o termo aditivo celebrado entre a Rede Viação Cearense e a firma Construtora Mauricio Ltda.*

Art. 1.º E' aprovado o termo de 25 de março de 1954, aditivo ao termo de ajuste celebrado a 22 de junho de 1950, entre a Rede Viação Cearense e a firma Construtora Mauricio Limitada para execução do serviço de empedramento em trecho da linha tronco Fortaleza-Crato.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1955.

CARLOS GOMES DE OLIVEIRA  
*Primeiro Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.*

LEI N.º 2.619 — DE 1 DE OUTUBRO  
DE 1955

*Inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Estado do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Departamento Autônomo de Carvão Mineral, do Estado do Rio Grande do Sul, é isento de impostos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, nas importações de material que fizer para seu uso próprio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.620 — DE 4 DE OUTUBRO  
DE 1955

*Estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do art. 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O disposto no § 5.º do artigo 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato), é extensivo à locação de imóveis rurais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

LEI N.º 2.621 — DE 4 DE OUTUBRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 376.320,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 27 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954) e especial de Cr\$ ... 141.784,00 para atender a despesas no exercício de 1955, com a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional da 2.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 376.320,00 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e vinte cruzeiros) em reforço das seguintes dotações previstas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954):

Verba 1 — Pessoal

Consignação I — Pessoal Permanente  
Subconsignação 01 — Vencimentos do pessoal civil

05 — Justiça do Trabalho.

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

02 — 2.ª Região — Tribunal Regional e 14 Juntas de Conciliação e Julgamento.

1. Magistrados ..... Cr\$ 161.280,00

Verba 1 — Pessoal

Consignação 3 Vantagens

Subconsignação 09 — Gratificações de representação

05 — Justiça do Trabalho.

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

02 — 2.ª Região — Tribunal Regional e 14 Juntas de Conciliação e Julgamento.

1. Magistrados ..... 215.040,00

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário —

Justiça do Trabalho, 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, Estado de São Paulo, o crédito especial de Cr\$ 141.784,00 (cento e quarenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) para atender às seguintes despesas no exercício de 1955:

1. Livros, documentos,	Cr\$
revistas .....	2.000,00
2. Mobiliário de escritório, de biblioteca ....	12.000,00
3. Artigos de expediente .....	20.000,00
4. Vestuários, uniformes e equipamento .....	3.000,00
5. Artigos para limpeza e desinfecção .....	2.000,00
6. Assinatura de órgãos oficiais .....	384,00
7. Iluminação, força motriz e gás .....	2.000,00
8. Ligeiros reparos, adaptações e consertos de bens móveis .....	1.000,00
9. Passagens e transportes de pessoal ..	1.000,00
10. Publicações e serviços de impressão ....	5.000,00
11. Telefone, telegramas e despesas postais telegráficas .....	3.000,00
12. Salário-família .....	5.400,00
13. Aluguel ou arrendamento de imóveis ..	84.000,00
14. Despesas miúdas de pronto pagamento ..	1.000,00

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.  
J. M. Whitaker.

LEI N.º 2.622 DE 18 DE OUTUBRO DE 1955

*Procede à revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos tér-

mos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — O cálculo dos proventos dos servidores civis da União e bem assim dos servidores das entidades autárquicas ou paraestatais que se encontram na inatividade, e dos que para ela forem transferidos, será feito à base do que percebem os servidores em atividade a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados.

§ 1.º — Tratando-se de titulares dos cargos de justiça que, na atividade, não percebem vencimentos de cofres públicos, o cálculo dos seus proventos, na inatividade, será feito:

a) — para os tabeliães de notas, oficiais de registros, escrivães das Varas de Orfãos e Sucessões e da Fazenda Pública, avaliadores, depositários judiciais, inventariantes judiciais, tutor e testamenteiro judicial, à base do que percebe o diretor geral da Secretaria do Supremo Tribunal;

b) — para os escrivães das Varas Cíveis, Varas de Família e de Registros Públicos contadores, partidores e liquidante judicial, à base do que percebe o secretário de seção do Supremo Tribunal.

§ 2.º — Os mesmos critérios e referências mencionados no § 1.º deste artigo serão adotados para efeito da contribuição a que estão obrigados os aludidos serventuários, para benefício de família, perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Art. 2.º — As gratificações adicionais por tempo de serviço incluídas nos proventos dos servidores inativos, não serão majoradas em virtude de aumento decorrente de alteração do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.



**LEI N.º 2.623, DE 21 DE OUTUBRO DE 1955**

*Retabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo nos termos do A.º 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É restabelecido o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", organizado em 1943 pela Academia Brasileira de Letras.

Art. 2.º — O sistema referido no artigo anterior, vigorará até que seja dado cumprimento ao artigo II da Convenção Ortográfica, assinada em Lisboa, pelo Brasil e Portugal em 29 de dezembro de 1943.

Art. 3.º — É revogado o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

**LEI N.º 2.624 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação 3 — Vantagens — 01 Funções gratificadas do Anexo 3 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), em reforço à seguinte dotação do vigente Orça-

mento (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954):

Verba 1 — Pessoal;

Consignação 3 — Vantagens;

01 — Funções gratificadas.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Mário da Câmara.

**LEI N.º 2.625 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 77.973,50, para atender a despesas de substituições e aluguel de imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região —, o crédito especial de Cr\$ 77.973,50 (setenta e sete mil, novecentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta centavos), para atender ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1954, sendo Cr\$ 40.973,50 (quarenta mil, novecentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta centavos) para substituições e Cr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros) para aluguel de imóveis.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.626 — DE 22 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 120.000.000,00 para conclusão dos trabalhos de instalação de uma usina termelétrica em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento das despesas com a conclusão das obras de instalação de uma usina termelétrica em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul, iniciadas com os recursos de que trata a Lei n.º 1.610, de 27 de maio de 1952.

Art. 2.º A vigência do crédito de que trata o art. 1.º estender-se-á do exercício de 1955 ao de 1958.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Octavio Marcondes Ferraz.

Mário da Câmara,

LEI N.º 2.627 — DE 22 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 16.500.000,00, em reforço das Verbas 1 — Pessoal e 3 — Serviços e Encargos — para ocorrer às despesas com o pagamento de vencimentos e gratificação adicional aos magistrados e funcionários e de sentenças judiciais do Tribunal Superior do Trabalho.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribu-

nal Superior do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil cruzeiros), em reforço das seguintes dotações do Anexo n.º 27 — Poder Judiciário — Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954):

Verba I — Pessoal;

Consignação 1 — Pessoal Permanente;

61 — Vencimentos do Pessoal Civil;

05 — Justiça do Trabalho;

01 — Tribunal Superior do Trabalho;

1 — Magistrados — Cr\$ 4.000.000,00;

2 — Funcionários — Cr\$ 1.800.000,00;

Consignação 3 — Vantagens;

11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço;

05 — Justiça do Trabalho;

01 — Tribunal Superior do Trabalho Cr\$ 700.000,00;

Verba 3 — Serviços e Encargos;

11 — Sentenças Judiciais;

05 — Justiça do Trabalho;

01 — Tribunal Superior do Trabalho Cr\$ 10.000.000,00;

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Mário da Câmara

LEI N.º 2.628 — DE 22 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.848,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo n.º 27, do Orçamento da União para 1955.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário —

— Tribunal Regional do Trabalho da 1.<sup>a</sup> Região — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.648,00 (um milhão, quinhentos e nove mil seiscentos e quarenta e oito cruzeiros), em reforço da seguinte dotação consignada no Orçamento Geral da União para 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, para o exercício de 1955):

Verba 1 — Pessoal;

Consignação 3 — Vantagens;

Subconsignação 09 — Gratificação de representação;

05 — Justiça do Trabalho;

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento;

01 — 1.<sup>a</sup> Região.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.629 — DE 22 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União, para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1.<sup>a</sup> Região.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.<sup>a</sup> Região —, o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em reforço da seguinte dotação, estipulada no Orçamento Geral da União Lei n.º (2.368, de 9 de dezembro de 1954) para o exercício de 1955:

Verba 1 — Pessoal

Consignação 3 — Vantagens

Subconsignação 01 — Funções gratificadas

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

01 — 1.<sup>a</sup> Região.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.630 — DE 24 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para custear as despesas com o tratamento, nos Estados Unidos da América do Norte, de Nair Viana Café.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) a fim de custear as despesas com a continuação de tratamento, nos Estados Unidos da América do Norte, de Nair Viana Café, vítima do torpedeamento do navio "Afonso Pena", em águas brasileiras, pelos submarinos do Eixo, em 1943.

Art. 2.º A transferência do presente crédito para o exterior terá prioridade e será feita pelo câmbio estipulado para "uncionais quando em serviço no exterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Mário da Câmara.

(N.º 27.976 -- 27-10-55 -- CrS ....  
103,00)

LEI N.º 2.631 — DE 24 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Isenta de impostos de importação e mais taxas aduaneiras três engradados contendo retalhos de couro artificial, doados a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para três engradados contendo retalhos de couro artificial, destinados ao aprendizado artesanal dos filhos sadios dos doentes de lepra, internados em preventórios mantidos pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.632 — DE 24 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Faz a doação de um prédio e respectivo terreno, ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São doados ao Instituto Cônego Monte de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, o prédio situado à Rua Brandão Cavalcanti, sem número, naquela cidade, construído em 1921 pelo Departamento de Obras Contra as Secas, e o respectivo terreno, retangular, medindo vinte e nove metros e sessenta centímetros de frente por quarenta metros e cinquenta e três centímetros de fundos, ambos adquiridos por escritura pública de 18 de agosto de 1951 a José Rodrigues de Carvalho e sua mulher.

§ 1.º Destinam-se o prédio e o terreno doados aos fins estatutários de educação e assistência a menores pobres e desamparados do referido Instituto, podendo este auferir rendas desses imóveis ou das construções que fizer, uma vez que se destinem a aqueles objetivos.

§ 2.º É vedado ao Instituto, a qualquer título, dispor dos bens doados, ou sobre eles constituir direitos reais em favor de terceiros.

Art. 2.º Ficará a doação automaticamente revogada, revertendo o prédio e o terreno ao patrimônio da União, caso o Instituto se dissolva sem ser substituído por entidade da mesma natureza e com iguais objetivos.

Parágrafo único. A doação poderá ser judicialmente revogada, por iniciativa da União, caso o Instituto modifique fundamentalmente o seu objetivo.

Art. 3.º Dissolvendo-se o Instituto e sendo substituído por outra instituição, a União poderá, nos termos do artigo anterior, pleitear judicialmente a revogação dos bens doados e consequente reversão ao seu patrimônio, caso a nova entidade não satisfaça às condições previstas nos estatutos.

Art. 4.º A presente lei valerá como título de doação, inclusive para transcrição no registro geral de imóveis, ficando o Poder Executivo autorizado a assinar as escrituras que se fizerem necessárias.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.633 — DE 24 DE  
OUTUBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.912,00, destinado ao pagamento devido ao tesoureiro auxiliar Francisco de Assis Carvalho Júnior, e correspondente à diferença dos seus vencimentos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.912,00 (dois mil, novecentos e doze cruzeiros), destinado ao pagamento devido ao tesoureiro auxiliar Francisco de Assis Carvalho Júnior, lotado no Serviço Nacional de Febre Amarela do Departamento Nacional de Saúde, e correspondente à diferença dos seus vencimentos, entre os padrões M e O, no período de janeiro a julho de 1953, e ao padrão O de agosto a dezembro do mesmo exercício financeiro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.634 — DE 26 DE OUTUBRO  
DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 destinado à construção do Monumento Nacional para guardar os despojos dos brasileiros tombados na Segunda Grande Guerra.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para construção do Monu-

mento Nacional destinado a representar a participação ativa do Brasil na Segunda Grande Guerra e guardar os despojos dos brasileiros das Forças Armadas tombados durante as operações de guerra.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Henrique Lott

Mário da Câmara

LEI N.º 2.635 — DE 9 DE  
NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo 27, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954).*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros) em reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 27 — Poder Judiciário, Orçamento para 1955 (Lei n.º 2.368, de 9-12-1954):

Verba 1 — Pessoal

Consignação 6 — Diversos

Subconsignação 01 — Substituições

06. — Justiça do Distrito Federal

01 — Tribunal de Justiça.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.  
Prado Kelly.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.636 — DE 9 DE  
NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 195.200,00 para regularização de despesas pagas, no exercício de 1953, pela administração do Território do Acre.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 195.200,00 (cento e noventa e cinco mil e duzentos cruzeiros) para regularização das despesas que, no exercício de 1953, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação 6 — Pensionistas, Subconsignação 67 — Soldos e pensões vitalícias, foram pagas, além do crédito próprio, pela administração do Território do Acre.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Prado Kelly.*

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.637 — DE 9 DE  
NOVEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 4.000,00 mensais à viúva Adelina de Gonçalves Campos.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais a Adelina de Gonçalves Campos, viúva do ex-magistrado Francisco Gonçalves Campos.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento da pensão correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.638 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1955

O Presidente da Câmara dos Deputados no Exercício do Cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

RETIFICA, SEM ÔNUS, A LEI Nº 2.368, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1955.

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na lei nº 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955:

#### ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais

1) mediante acôrdo

Leia-se:

14 — Minas Gerais

Onde se lê:

14 — Minas Gerais

Associação Rural de Caldas para o parque de exposição .....	950.000,00
Exposição de Uvas e Vinhos da Associação Rural de Caldas, para a construção do recinto per- manente .....	350.000,00

Leia-se:

14 — Minas Gerais

Associação Rural de Caldas para o parque de exposições .....	1.300.000,00
---	--------------

Onde se lê:

Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas

Leia-se:

Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas, a cargo  
da Associação Rural de Caldas

Onde se lê:

14 — Minas Gerais

Associação Rural de Governador Valadares

Leia-se:

Associação Rural do Vale do Rio Doce, Governador Valadares

## ANEXO Nº 18 — MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

Onde se lê:

Subconsignação 02 — Subvenções ordinárias

18 — Pernambuco

Escola de Corte e Costura Ambrório Florêncio — Caruaru

Leia-se:

Subconsignação 02 — Subvenções ordinárias

18 — Pernambuco

Escola de Corte e Costura Ambrósio Florentino de Almeida —  
Caruaru

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias

15 — Pará

Casa do Cristo Saculdot, para filhos menores de tuberculosos

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias

15 — Pará

Casa do Cristo Sacerdote — Belém, para filhos menores de tuberculosos

Onde se lê:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias

19 — Piauí

Associação de Proteção à Infância Desamparada de Jaicós

Leia-se:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias

19 — Piauí

Associação de Proteção à Infância Abandonada de Jaicós

Onde se lê:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias

16 — Paraíba

Ginásio Silvino Cabral da Nóbrega — Santa

Luzia ..... 80.000,00

Ginásio Silvino Cabral — Santa Luzia ..... 20.000,00

Leia-se:

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias

16 — Paraíba

Instituto Silvino Cabral da Nóbrega — Santa

Luzia ..... 100.000,00

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias

22 — Rio Grande do Norte

Associação de Proteção aos Surdos Mudos — Natal 10.000,00

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos  
— Natal ..... 20.000,00

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias

22 — Rio Grande do Norte

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos  
— Natal ..... 30.000,00



## ANEXO Nº 24 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias

22 — Rio Grande do Norte

*Onde se lê:*

Abriço Dispensário Professor Pedro Gurgel — Caicó ..	50.000,00
Amigos Dr. Pedro Gurgel — Caicó .....	50.000,00

*Leia-se:*

Abriço Dispensário Professor Pedro Gurgel — Caicó	100.000,00
---	------------

*Onde se lê:*

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Patu .....	100.000,00
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patu .....	65.000,00

*Leia-se:*

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patu .....	165.000,00
---	------------

*Onde se lê:*

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengy .....	50.000,00
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengy .....	50.000,00

*Leia-se:*

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengy .....	100.000,00
---	------------

*Onde se lê:*

Liga Contra a Tuberculose — Mossoró
Liga Contra o Cancer — Natal

*Leia-se:*

Liga Mossoroense Contra a Tuberculose — Mossoró
Liga Norteriograndense Contra o Cancer — Natal

## ANEXO Nº 28 — INVERSÕES ESPECIAIS — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis

Consignação 2 — Obras

Subconsignação 02 — Prosseguimento e conclusão e sua fiscalização.

34 — Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais

19 — Piauí

*Onde se lê:*

- 4) Para melhoria das condições de navegabilidade do rio Parnaíba (Piauí- Maranhão), nos cursos superiores e inferior do seu afluente Balsas, no Maranhão

*Leia-se:*

- 4) Para melhoria das condições de navegabilidade do rio Parnaíba (Piauí-Maranhão), nos cursos superior e inferior, bem como para melhoria do seu afluente Balsas, no Maranhão.

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis  
Consignação 5 — Dispositivos constitucionais

01 — Recursos para a defesa contra as secas do Nordeste (art. 198 da Constituição)

40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

2 — Construções

*Onde se lê:*

- 7) Rodovia Terezina-Picos

*Leia-se:*

- 7) Rodovia Terezina-Picos-Jaicós

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Mário da Câmara.*

*Octavio Marcondes Ferraz.*

*Munhoz da Rocha.*

*Cândido Motta Filho.*

*Aramis Athayde.*

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

CARLOS COIMBRA DA LUZ.

*Napoleão de Alencastro Guimarães.*

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.639 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 156.133.592,90 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 156.133.592,90 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e noventa centavos) em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado para ser levado à conta do "Fundo Especial de Assistência", a que se refere o art. 37 do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940.

LEI N.º 2.640 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1955

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos*

O Presidente do Senado Federal promulga, de conformidade com o art. 76, § 4.º, da Constituição, a seguinte lei, resultante de projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional:

Art. 1.º O reajustamento dos pagamentos de vencimentos dos tesoureiros

e ajudantes de tesoureiro, de que trata a Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, é extensivo aos ex-servidores do Departamento dos Correios e Telegrafos, aposentados antes da vigência da referida lei, para o fim de serem também reajustados os seus atuais proventos de inatividade.

Art. 2.º Feito o reajustamento dos artigos padrões de vencimentos aos novos, de conformidade com as categorias em que foram classificadas as respectivas tesourarias pela Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, os proventos dos inativos serão calculados na mesma base percentual estabelecida no § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 1.780, de 23 de dezembro de 1952.

Art. 3.º Os aposentados beneficiados por esta lei terão os seus títulos de inatividade apostilados pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, desde que o requeriram.

Art. 4.º A despesa decorrente da presente lei será atendida pela mesma dotação destinada ao pagamento dos inativos.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de novembro de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,  
no Exercício da Presidência.

#### LEI N.º 2.641 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1955

DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO DOS  
MÉDICOS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º A remuneração devida àqueles que, com o caráter de emprego, trabalham em serviços médicos de natureza privada ou em tarefas auxiliares, classificados na presente lei, não será inferior aos níveis mínimos previstos nas tabelas que a acompanham.

Art. 2.º A classificação de atividades ou tarefas, desdobrando-se por funções, dentro do grupo respectivo, será a seguinte:

- a) grupo médico (seja qual for a especialidade);
- b) auxiliares (auxiliar de laboratorista, auxiliar de radiologista e interno).

Art. 3.º Não se compreende na classificação de atividades ou tarefas, previstas nesta lei, obrigando ao pagamento de remuneração, o estágio efetuado para especialização ou melhoria de tirocinio, desde que não exceda ao prazo máximo de seis (6) meses e permita a sucessão regular no quadro de beneficiandos.

Art. 4.º A duração normal do trabalho, salvo acordo escrito, será:

- a) para o grupo médico — no mínimo de duas (2) horas e no máximo de quatro (4) horas diárias;
- b) para os auxiliares — será de quatro (4) horas diárias.

§ 1.º Aos médicos e auxiliares, que contratarem com mais de um empregador, é vedado o trabalho além de seis horas diárias.

§ 2.º Mediante acordo escrito, ou por motivo de força maior, poderá ser o horário normal acrescido de horas suplementares, em número não excedente de duas.

§ 3.º A remuneração da hora suplementar não será nunca inferior a 25 % (vinte e cinco por cento) à da hora normal.

Art. 5.º O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

Art. 6.º O profissional, designado para servir fora da cidade ou vila para a qual tenha sido contratado, não poderá :

- a) perceber importância inferior à do nível mínimo de remuneração que vigore naquela localidade;
- b) sofrer redução, caso se observe nível inferior.

Art. 7.º Para os efeitos da presente lei, as localidades do território nacional são classificadas nas seguintes categorias :

- 1) — Localidades que contam mais de 500.000 habitantes.
- 2) — Localidades que contam mais de 50.000 habitantes.
- 3) — Localidades que contam mais de 15.000 habitantes.
- 4) — Localidades que contam mais de 5.000 habitantes.
- 5) — Localidades que contam até 5.000 habitantes.

§ 1.º O Poder Executivo, na regulamentação da presente lei, promoverá o enquadramento correspondente.

§ 2.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante requerimento do sindicato competente e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, determinar as alterações que julgar necessárias na classificação das localidades previstas neste artigo.

Art. 8.º Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser concluído à base-hora o total da remuneração devida não poderá perfazer quantia inferior a vinte e cinco (25) vezes o valor da soma das duas (2) primeiras horas, conforme o valor-horário calculado para a respectiva localidade.

Art. 9.º A aplicação da presente lei não poderá ser motivo de redução do salário, nem prejudicará a situação de direito adquirido.

Art. 10. As tabelas que acompanham a presente lei vigorarão pelo prazo de cinco (5) anos, suscetível de prorrogação por igual período.

Parágrafo único. Aplica-se na alteração dessas tabelas, no que couber, o prescrito pela Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao salário mínimo.

Art. 11. A partir da vigência da presente lei, o valor das indenizações estatuidas na Consolidação das Leis do Trabalho que venham a ser devidas será desde logo calculado e pago de conformidade com os níveis de remuneração nela fixados.

Art. 12. Para os fins de previdência social, os médicos que não sejam contribuintes obrigatórios dos Institutos ou Caixas de Aposentadorias e Pensões serão considerados contribuintes facultativos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Art. 13. Aos médicos que exerçam a profissão como empregados de mais de um empregador é permitido contribuir cumulativamente na base dos salários efetivamente recebidos nos diversos empregos, até o máximo de dez vezes o maior salário mínimo geral vigente para os trabalhadores não abrangidos por esta lei, cabendo aos respectivos empregadores recolher as suas cotas, na proporção dos salários pagos.

Art. 14. As instituições de fins exclusivamente caritativos, cujos meios de manutenção não comportem o pagamento dos níveis mínimos de salários, constantes das tabelas que acompanham a presente lei, será facultado requerer ao Conselho Nacional do Serviço Social isenção total ou redução na aplicação das mesmas tabelas por prazo não excedente a dois (2) anos, suscetível de prorrogação mediante novo requerimento.

§ 1.º A isenção para ser concedida deve subordinar-se :

a) à audiência do órgão sindical e da Associação Médica Brasileira, por intermédio de sua federada regional, e, bem assim, do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

b) à circunstância de não manter pessoal remunerado acima do salário mínimo local.

§ 2.º A isenção poderá ser declarada em cada caso, na fase de execução da sentença proferida em litígio trabalhista, pelo Juízo ou Tribunal competente, podendo, contudo, a execução ser reaberta independente de qualquer prazo prescricional, sempre que o interessado prove alteração superveniente das condições econômicas da instituição.

Art. 15. Os benefícios desta lei estendem-se aos profissionais da medicina e seus auxiliares que trabalham ou venham a trabalhar em organizações industriais e agrícolas, localizadas em zonas urbanas ou rurais.

§ 1.º As empresas que já tenham serviço médico-social organizado, conservarão seus médicos e auxiliares com as vantagens decorrentes desta lei, levando-se em consideração o tempo de serviço, as distâncias e outros fatores que possam influir na organização do horário, de acordo com as necessidades do serviço.

§ 2.º Para efeito de remuneração, prevalecerão as tabelas de categoria da região onde existirem as empresas ou sociedades organizadas para a exploração industrial e agrícola.

Art. 16. São automaticamente nulos todos os contratos de trabalho que, de qualquer forma, visem a elidir a presente lei.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 9 de novembro de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal  
no Exercício da Presidência

## NÍVEIS MÍNIMOS DA REMUNERAÇÃO DOS MÉDICOS

Tabela I — Grupo Médico (seja qual for a especialidade)

Categoria	Remuneração horária	Total diário (4 horas)	Remuneração mensal
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Primeira .....	84,00	336,00	8.400,00
Segunda .....	70,00	280,00	7.000,00
Terceira .....	60,00	240,00	6.000,00
Quarta .....	50,00	200,00	5.000,00

*Tabela II — Auxiliares (Aux. de laboratório, aux. de radiologia e interno)*

Categoria	Remuneração horária	Total diário (4 horas)	Remuneração mensal
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Primeira . . . . .	28,00	112,00	2.800,00
Segunda . . . . .	24,00	96,00	2.400,00
Terceira . . . . .	21,00	84,00	2.100,00
Quarta . . . . .	19,00	76,00	1.900,00
Quinta . . . . .	17,00	60,00	1.700,00

LEI N.º 2.642, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1955

REORGANIZA E DÁ NOVA DENOMINAÇÃO  
À PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA  
PÚBLICA, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA,  
CONSOLIDA SUAS ATRIBUIÇÕES E DIS-  
PÕE SOBRE O PESSOAL QUE A COMPÕE

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, denominação que passa a ter a Procuradoria Geral da Fazenda Pública, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, é o órgão de consulta jurídica do Ministério da Fazenda, de exame e fiscalização dos contratos que interessem à receita da União, de apuração da dívida ativa federal e sua inscrição para fins de cobrança judicial, e de cooperação com o Ministério Público da União junto à Justiça comum, além das demais atribuições definidas nesta lei.

Art. 2º Sob a direção do Procurador Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional compor-se-á:

a) do órgão central, integrado pelo Procurador Geral e seu corpo auxiliar, com jurisdição em todo o País;

b) dos órgãos regionais, que são as Procuradorias da Fazenda Nacional, havendo uma no Distrito Federal e uma em cada Estado.

Art. 3º São atribuições do Procurador Geral da Fazenda Nacional:

I Emitir parecer fundamentado sobre questões jurídicas suscitadas em processos submetidos a seu exame e consulta pelo Ministro da Fazenda;

II Zelar pela observância das leis e regulamentos de Fazenda, representando ao Ministro da Fazenda sempre que tiver conhecimento de sua inexacta aplicação;

III Superintender os serviços a cargo das Procuradorias da Fazenda Nacional e ministrar-lhes instruções;

IV Examinar os anteprojetos de regulamentos e de instruções que devem ser expedidos para a execução das leis de fazenda e para a realização de serviços a cargo do Ministério da Fazenda;

V Representar a Fazenda Nacional, quando designado pelo Ministro da Fazenda, nas assembleias das sociedades de que o Tesouro Nacional seja acionista, com a faculdade de delegar esta competência a Procuradores da Fazenda Nacional;

VI Coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devam ser prestadas, em mandados de segurança, pelo Ministro da Fazenda, quando o ato impugnado emanar do Ministério da Fazenda ou de órgão dele dependente;

VII Manter entendimentos diretos e constantes com o Procurador Geral da República e com o Sub-Procurador Geral da República, sobre questões de interesse fiscal em andamento no Supremo Tribunal Federal ou no Tribunal Federal de Recursos, e prestar aos órgãos do Ministério Público da União, nessas instâncias, todos os elementos de fato e de direito, úteis, à defesa da Fazenda Nacional;

VIII Examinar as ordens judiciais que digam respeito à Fazenda Nacional e cujo cumprimento depende de autorização do Ministro da Fazenda;

IX Fazer minutar e lavrar, assinando-os como representantes da Fazenda Nacional, os contratos de natureza fiscal ou financeira em que intervenha a União e sejam partes os Estados, os Municípios, os órgãos autárquicos e as sociedades de economia mista, bem como os de concessões, os de fornecimento de notas do papel-moeda e outros não especificados, que lhe forem presentes pelo Ministério da Fazenda. Opinar sobre a legalidade dos acordos, ajustes ou esquemas referentes à dívida pública externa.

X Promover a rescisão de contratos e a declaração de caducidade de concessões, quer aconselhando o pronunciamento da autoridade administrativa competente, quer encaminhando os necessários elementos ao órgão do Ministério Público, para início da ação judicial cuja propositura seja indispensável.

XI Fazer organizar e manter atualizados e mentários sobre legislação de Fazenda, jurisprudência dos tribunais em matéria fazendária e decisões administrativas referentes a questões dessa natureza;

XII Promover, selecionadamente, a publicação anual de pareceres relativos a questões submetidas à sua consulta e à das Procuradorias da Fazenda Nacional;

XIII Apresentar ao Ministro da Fazenda o relatório anual das atividades desenvolvidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

XIV Conceder férias aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos servidores lotados no gabinete da Procuradoria Geral;

XV Promover, pessoalmente ou por Procurador da Fazenda Nacional por ele designado, inspeções nas Procuradorias regionais.

Art. 4º As Procuradorias da Fazenda Nacional compete:

1 Emitir parecer fundamentado sobre questões jurídicas suscitadas em processos submetidos a seu exame e consulta, no Distrito Federal, pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional, e, nos Estados, pelos respectivos Delegados Fiscais do Tesouro Nacional, e cuja decisão final caiba a essas auto-

ridades, podendo, em casos excepcionais, a juízo por solicitação destas, emitir idêntico parecer em processos cuja decisão final caiba a outros dirigentes de repartições de Fazenda;

II Zelar, pela fiel observância das leis e regulamentos de Fazenda, representando ao Procurador Geral da Fazenda Nacional sempre que tenha conhecimento de sua inexacta aplicação;

III Coligir elementos de fato e de direito e preparar, em regime de urgência, as informações que devem ser prestadas, em mandados de segurança, por outras autoridades fazendárias, que não o Ministro da Fazenda;

IV Examinar as ordens judiciais que, independente de autorização do Ministério da Fazenda, devem ser atendidas pelas autoridades fazendárias;

V Preparar e fornecer aos Procuradores da República os elementos de defesa, de fato e de direito, nas ações em que fôr parte a União Federal, e relativas a atos emanados do Ministério da Fazenda, ou que com estes se relacionem;

VI Appreciar as execuções de sentenças proferidas nessas ações e cujos autos lhes sejam encaminhados pelos Procuradores da República;

VII Opinar sobre os contratos que interessem à Fazenda Nacional, ou que se refiram a quaisquer bens patrimoniais da União, e sobre a concessão de favores fiscais, nos casos não reservados ao Procurador Geral;

VIII Promover a pesquisa e regularização dos títulos de propriedade da União, à vista dos elementos que lhes forem fornecidos pelo Serviço do Patrimônio da União, ou por suas Delegacias;

IX Fazer lavrar escrituras de atos relativos a imóveis do patrimônio da União, representando a Fazenda Nacional na respectiva assinatura;

X Fiscalizar a execução dos contratos em que fôr parte a Fazenda Nacional, representando ao Procurador Geral da Fazenda Nacional sempre que tenham conhecimento do inadimplemento de qualquer de suas cláusulas;

XI Minutar, fazer lavrar e assinar termos de responsabilidade, exceto os exigidos para interposição de recursos fiscais e para desembaraço de mercadorias;

XII Examinar os processos de levantamento de fiança de responsáveis perante a Fazenda Nacional;

XIII Apurar, à vista dos processos originários, a liquidez e certeza da dívida ativa; proceder à sua inscrição nos registros próprios; extrair e autenticar as correspondentes certidões de dívida e remetê-las à Procuradoria da República;

XIV Fornecer aos encarregados da cobrança executiva os elementos de fato e as razões de direito indispensáveis à defesa da Fazenda Nacional, não só para a impugnação de embargos à execução, como para o oferecimento de razões em recursos;

XV Promover, junto às repartições arrecadadoras, tôdas as medidas úteis à eficácia da cobrança judicial, bem como a requisição urgente dos processos onde constem esclarecimentos para a defesa da Fazenda Nacional, representando ao Procurador Geral da Fazenda Nacional, ou ao Delegado Fiscal no Estado, quando desatendida ou demorada a execução de qualquer providência solicitada;

XVI Organizar e manter atualizado o cadastro dos contribuintes devedores à Fazenda Nacional, com os elementos indispensáveis à caracterização dos sucessores fiscais;



XVII Fornecer, aos contribuintes que as requirem, certidões de quitação quanto à dívida ativa submetida à cobrança judicial;

XVIII Apresentar, anualmente, ao Procurador Geral o relatório das suas atividades, bem como a cópia dos pareceres emitidos, que mereçam divulgação;

XIX Exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional, ou previstas em leis especiais;

XX Conceder férias aos servidores lotados na respectiva Procuradoria.

Art. 5º Dos Procuradores lotados e em exercício na Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal a sete será atribuída pelo Procurador-Chefe (art. 15) em portaria, a numeração ordinal de primeiro a sétimo, a fim de definir suas atribuições quanto às relações com os órgãos do Ministério Público da União na Justiça comum de primeira instância, com os quais manterão entendimentos diretos, quer pessoalmente, quer por meio de correspondência oficial, os seis primeiros, com os Procuradores da República de igual numeração; o sétimo com os Procuradores da República de segunda categoria, que funcionarem nessa instância judiciária.

Art. 6º Ao receberem do Procurador da República a contra-fé de ação proposta contra a Fazenda Nacional ou contra a União Federal, por motivo do autor e o cartório por onde correr o feito. Logo a seguir, requisitarão o correspondente processo à repartição onde se encontrar, devendo o Serviço de Comunicações prestar verbalmente todas as informações pedidas, e a repartição em cujo poder estiver o processo atender à requisição dentro em quarenta e oito horas, sob pena de responsabilidade do respectivo chefe. Nacional farão anotar em livro próprio a natureza e valor da ação, o nome de ato emanado do Ministério da Fazenda, os Procuradores da Fazenda promovida pelo Procurador requisitante.

§ 1º Recebido o processo, o Procurador da Fazenda Nacional providenciará para a imediata extração das cópias necessárias e coligirá os elementos indispensáveis, preparando as informações que, com os motivos de fato e os fundamentos de direito, possam conduzir a eficiente contestação do pedido, elementos estes que deverão ser encaminhados ao Procurador da República dentro no prazo máximo de vinte dias, e de modo a ficar assegurada a guarda do prazo judicial aberto, no feito, para a Fazenda.

§ 2º O Procurador da República manterá o Procurador da Fazenda Nacional ao corrente do andamento do feito, colaborando este último com os elementos indispensáveis à defesa dos interesses da Fazenda, quer na fase probatória, quer no preparo das razões de recurso.

§ 3º Sempre que se tratar de ação anulatória de dívida fiscal, e, pelo exame do processo administrativo verificar o Procurador da Fazenda Nacional que a propositura da ação não precedeu o depósito, na repartição arrecadadora, da totalidade do crédito fiscal, promoverá a imediata inscrição da dívida ativa preparando e remetendo ao Procurador da República a respectiva certidão, para início do executivo fiscal, que prosseguirá até final, independente da ação proposta pelo contribuinte, a qual não induzirá litispendência.

§ 4º O processo administrativo que der origem à ação será conservado na Procuradoria da Fazenda Nacional até o desfêcho do processo judicial. dele se extrairão as certidões que forem requeridas pelo autor, ou as cópias requisitadas pelo juiz ou pelo Procurador da República. Mediante requisição do juiz com dia e hora designados, poderá o processo ser exibido na sede do Juízo, por funcionário que o Procurador da Fazenda Nacional designar, lavrando-se termo da ocorrência.

§ 5.º Sob pena de ser liminarmente indeferida por inepta, nos termos do art. 160 do Código de Processo Civil, a petição inicial de qualquer ação proposta contra a Fazenda Nacional, ou contra a União Federal, conterá, obrigatoriamente, a indicação precisa do ato impugnado, a menção exata da autoridade que o tiver praticado e a individualização perfeita do processo administrativo, por sua numeração no protocolo da repartição pública. Sob as mesmas penas deverá a petição inicial ser acompanhada de cópias autenticadas dos documentos que a instruírem, a fim de serem remetidas à Procuradoria da Fazenda Nacional juntamente com a contra-fé.

§ 6.º O Ministro da Fazenda expedirá as necessárias instruções para regular a forma da requisição, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, de processos a que se refere este artigo, no sentido de impedir que os interesses da União possam ficar prejudicados por motivo de demora no seu atendimento.

Art. 7.º Dentro em quinze dias da data em que se tornarem findos os processos administrativos, pelo transcurso do prazo regulamentar para recolhimento amigável da dívida apurada, as repartições arrecadoras e lançadoras, sob pena de responsabilidade, são obrigadas a encaminhá-las à Procuradoria da Fazenda Nacional, a fim de ser promovida a cobrança judicial das dívidas deles originadas.

§ 1.º Entrados esses processos na Procuradoria da Fazenda Nacional, serão distribuídos, no Distrito Federal, alternadamente, pelo Procurador-Chefe, entre os Procuradores da Fazenda Nacional, de modo a que ao Sétimo Procurador caibam, exclusivamente, processos de valor não excedente de vinte e cinco mil cruzeiros. Nos Estados serão imediatamente presentes ao Procurador da Fazenda Nacional, no Estado de São Paulo ao Chefe da Procuradoria.

§ 2.º Pelo Procurador será detidamente examinada a parte formal e, verificada a inexistência de irregularidades que possam infirmar o executivo fiscal, proceder-se-á imediatamente à inscrição da dívida ativa nos registros próprios e de acordo com as instruções a serem expedidas pelo Procurador Geral, extraindo-se ato contínuo, a certidão de dívida que, subscrita pelo Procurador da Fazenda Nacional, será encaminhada ao respectivo Procurador da República.

§ 3.º O exame do processo fiscal, a inscrição da dívida, o preparo da certidão e sua remessa à Procuradoria da República devem ser feitos no prazo máximo de trinta dias, contados da data do recebimento do processo ou talão, sob pena de responsabilidade do Procurador da Fazenda Nacional.

§ 4.º Se no exame do processo for verificada a existência de irregularidade a sanar, as providências nesse sentido deverão ser tomadas dentro de igual prazo e sob as mesmas penas. Se for apurado que a repartição fiscal excedeu o prazo fixado neste artigo, deverá obrigatoriamente o Procurador da Fazenda Nacional levar o fato ao conhecimento do Procurador Geral, que representará contra o funcionário faltoso.

§ 5.º Feita a inscrição, o Procurador da Fazenda Nacional promoverá o preparo da ficha com o nome do contribuinte e a indicação do número e série da dívida, para o cadastro dos contribuintes devedores.

§ 6.º Os processos que derem lugar à inscrição da dívida ativa serão conservados na Procuradoria da Fazenda Nacional até final execução, quando lhes será anexada a guia de recolhimento para devolução à repartição de origem, depois de feitas as devidas anotações à margem da correspondente inscrição e cancelada a ficha no cadastro dos devedores.

§ 7.º Se forem oferecidos embargos à execução, o Procurador da República encaminhará os autos ao Procurador da Fazenda Nacional que, à vista do processo originário, preparará os elementos de fato e de direito para a impugnação dos embargos, restituindo os autos, com esses elementos, dentro em dez dias, a contar do recebimento dos mesmos autos. De igual forma procederá no caso de recurso, em que, à vista de cópias encaminhadas pelo Procurador da República, preparará elementos para a feitura de razões complementares a serem enviadas ao órgão do Ministério Público em segunda instância, se assim parecer conveniente ao Procurador da República.

§ 8.º O Procurador da Fazenda cooperará, em todas as fases dos executivos fiscais, para a rapidez e bom êxito da cobrança judicial da dívida ativa, devendo o Procurador da República e o cartório prestar-lhe as informações solicitadas e facilitar-lhe todas as providências sugeridas.

§ 9.º Sempre que averbarem instrumentos de alteração de contratos sociais, pelos quais seja mudada a firma da pessoa jurídica; incorporada uma firma a outra; admitida na sociedade, ou dela retirada, uma firma individual ou social, o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, as Juntas Comerciais e os órgãos ou repartições que suas vezes fizerem são obrigados a remeter cópia autêntica desses atos, com a numeração e data da respectiva averbação à Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, ou no Estado em que tiverem sede.

§ 10. Com esses elementos, as Procuradorias da Fazenda Nacional organizarão cadastros de sucessão fiscal, que serão completados com as publicações oficiais relativas à constituição e transformações de sociedades mercantis.

Art. 8.º Os atuais cargos isolados de Adjunto do Procurador Geral da Fazenda Pública (Quadros Suplementar e Permanente) e Procurador da Fazenda Federal nos Estados passarão a denominar-se Procurador da Fazenda Nacional e serão providos, em caráter efetivo, quando vagarem na vigência desta lei, mediante concurso de provas e títulos, entre bacharéis em Direito de comprovada idoneidade moral e com prática forense de mais de quatro anos.

§ 1.º Os concursos serão abertos no Distrito Federal ou na capital do Estado em que se verificar a vaga dentro no prazo de trinta (30) dias, a contar da vacância, e se regerão por instruções gerais e especiais, aprovadas, respectivamente, por decreto executivo e portaria do Procurador Geral da Fazenda Nacional.

§ 2.º Quando o concurso se realizar no Distrito Federal, da banca examinadora participarão o Procurador Geral da Fazenda Nacional, o chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal e um advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os quais escolherão mais dois membros entre juristas de notável saber e reputação ilibada, para integrarem a banca.

§ 3.º Quando o concurso se realizar em qualquer dos Estados, o Procurador Geral poderá atribuir a presidência da banca examinadora a um dos Procuradores da Fazenda Nacional no Distrito Federal, compondo-se a mesa de um advogado indicado pelo Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil e mais dois juristas de notável saber e reputação ilibada, escolhidos pelo presidente da banca.

Art. 9.º Em igualdade de condições terão preferência para a nomeação os que hajam exercido o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, inteira ou efetivamente.

Art. 10. Nos seus impedimentos até trinta dias, os Procuradores da Fazenda Nacional nos Estados de terceira categoria serão substituídos pelo

funcionário do Ministério da Fazenda, bacharel em Direito, que o Procurador Geral designar, em portaria; se o impedimento fôr superior a trinta dias será nomeado substituto interino, mediante proposta do Procurador Geral, devendo o candidato satisfazer os requisitos legais para o cargo.

Parágrafo único. Os Procuradores da Fazenda Nacional de segunda categoria serão substituídos pelos de terceira e os de primeira pelos de segunda, conforme o Procurador Geral designar e enquanto durar o impedimento. É assegurada a faculdade de recusa à designação, e, se todos a exercitarem, a substituição far-se-á pela forma indicada no artigo a que se refere este parágrafo.

Art. 11. Os Procuradores da Fazenda Nacional no Distrito Federal e no Estado de São Paulo terão os mesmos vencimentos e vantagens dos Procuradores da República de primeira categoria; os dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, vencimentos e vantagens iguais dos Procuradores da República de segunda categoria; os dos demais Estados, os mesmos vencimentos e vantagens dos Procuradores da República de terceira categoria.

§ 1.º Os Procuradores da Fazenda Nacional de primeira categoria nomeados para os cargos, em comissão, de Procurador Geral da Fazenda Nacional e Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, ou designados para as funções de Assistente do Procurador Geral, representante da Fazenda junto aos Conselhos de Contribuintes e Conselho Superior de Tarifas e Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo não perderão o direito às percentagens e demais vantagens atribuídas aos cargos de que forem titulares efetivos, porém os representantes da Fazenda juntos aos Conselhos continuarão obrigados a atender ao serviço normal da Procuradoria.

§ 2.º Se a nomeação ou designação recair em Procurador da Fazenda Nacional nos Estados de segunda ou terceira categoria, perderão estes em favor do substituto, aquelas percentagens e demais vantagens, para percebê-las pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, em igualdade de condições com os respectivos Procuradores.

Art. 12. Os proventos de aposentadoria ou disponibilidade dos Procuradores da Fazenda Nacional serão calculados tomando-se por base o vencimento e a média das percentagens percebidas nos três últimos períodos de doze meses, a contar, regressivamente, no dia em que forem decretadas.

Art. 13. Servirão junto ao Procurador Geral:

a) como assistentes, até dois Procuradores da Fazenda Nacional, que terão a denominação de Procurador-Assistente, designados pelo Procurador Geral, que lhes fixará, em portaria, as atribuições;

b) como Secretário do Procurador Geral e de livre escolha e designação deste, um funcionário do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Além desses auxiliares haverá uma seção administrativa, onde terão exercício servidores em número suficiente para atender às necessidades do órgão central.

Art. 14. A Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal, que será dirigida por um Procurador da Fazenda Nacional, com a denominação de Procurador-Chefe, será constituída:

a) de Procuradores da Fazenda Nacional no Distrito Federal;

b) de uma seção incumbida da execução dos serviços de administração geral;

c) de uma seção da dívida ativa.

§ 1º Além do pessoal lotado na Procuradoria e com exercício nas duas seções indicadas nas alíneas b e c deste artigo, terá o Procurador-Chefe um Secretário de sua livre escolha e designação dentre servidores do Ministério da Fazenda.

§ 2º Competirá ainda ao Procurador-Chefe designar os chefes daquelas seções, bem como distribuir, mediante portaria, o serviço entre os Procuradores da Fazenda Nacional lotados na Procuradoria.

Art. 15. Em cada Estado, diretamente subordinados ao Procurador Geral da Fazenda Nacional e funcionando em anexo à respectiva Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, a Procuradoria da Fazenda Nacional será constituída de um Procurador da Fazenda Nacional, além do pessoal necessário à execução dos serviços gerais e especiais a cargo da Procuradoria.

Parágrafo único. No Estado de São Paulo, a função de Procurador-Chefe será exercida, por designação, dentre os Procuradores ali em exercício.

Art. 16. O cargo de Procurador Geral da Fazenda Nacional será provido, em comissão, no padrão CC-1, devendo a nomeação recair, em Procurador da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. A proposta para nomeação será feita pelo Ministro da Fazenda em lista triplíce, da qual constará, obrigatoriamente, pelo menos, um Procurador da Fazenda Nacional nos Estados.

Art. 17. O cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal será provido, em comissão, no padrão CC-2, devendo a nomeação, mediante proposta, em lista triplíce, do Procurador Geral, recair em Procurador da Fazenda Nacional lotado na mesma Procuradoria.

Art. 18. A função de representante da Fazenda junto a cada um dos Conselhos de Contribuintes e junto ao Conselho Superior de Tarifa, terá a denominação de Procurador-Representante da Fazenda e será exercida, obrigatoriamente, por Procurador da Fazenda Nacional, observado, no seu exercício, o critério de rodízio quadrienal.

Parágrafo único. Os atuais representantes da Fazenda, que contem mais de dez anos de exercício da função, poderão ser nela reconduzidos a juízo da administração.

Art. 19. Os Assistentes do Procurador Geral e o Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo terão a gratificação de função correspondente ao símbolo FG-3; o Secretário do Procurador Geral e o do Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal terão a gratificação de função correspondente ao símbolo FG-4; os Chefes das seções a que se referem os arts. 3.º, § 1.º, e 4.º desta lei, terão a gratificação de função correspondente ao símbolo FG-5.

Art. 20. O Poder Executivo expedirá, dentro em sessenta dias, o Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e fixará a lotação do pessoal necessário à execução dos seus serviços auxiliares.

§ 1º Enquanto não for fixada a lotação do pessoal auxiliar para as Procuradorias da Fazenda Nacional nos Estados, servirão nas mesmas sem prejuízo da lotação que tenham, os funcionários ou extranumerários, em número indispensável à execução dos serviços, que pelos respectivos Procuradores forem requisitados aos Delegados Fiscais e outros chefes de repartições de Fazenda nos Estados.

§ 2º Até que as mesmas Procuradorias sejam dotadas com créditos orçamentários próprios, as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional lhes

fornecerão, mediante requisição do Procurador, o material de consumo e permanente que for necessário aos seus serviços.

Art. 21. As atuais funções isoladas de Assistente Jurídico do Ministério da Fazenda, cujos ocupantes estejam amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passarão, como cargos, na forma do art. 257 da lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a constituir quadro extinto, integrante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Os Assistentes Jurídicos terão as atribuições que o Procurador Geral lhes fixar, em portaria, excetuadas as relativas à apuração e inscrição da dívida ativa e à representação da Fazenda.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 9 de novembro de 1955. — NEKEU RAMOS, Vice-Presidente do Senado Federal no Exercício da Presidência.

LEI N.º 2.643, — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1955

ALTERA O QUADRO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONGRESSO NACIONAL decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Fica alterado, nos termos desta lei e da tabela anexa, o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal determinar a apostila dos títulos de nomeação dos funcionários em face de sua nova situação decorrente da presente lei.

Art. 2.º Ficam criados 1 (um) cargo isolado de provimento efetivo de arquivista padrão N; 1 (um) cargo isolado de provimento efetivo de bibliotecário, padrão M; 1 (um) cargo isolado de provimento efetivo de eletricitista, padrão K, e 5 (cinco) cargos isolados de provimento efetivo de oficial de justiça, padrão J.

Art. 3.º É transformado em carreira o cargo isolado de provimento efetivo de taquígrafo, assegurados os direitos do seu atual ocupante.

§ 1.º Mediante concurso de título da especialidade prestado perante o Departamento Administrativo do Serviço Público, ou por prova de habilitação, organizada pelo Tribunal, o cargo da classe M dessa carreira será provido por funcionários do quadro de sua Secretaria, que já venham exercendo a atividade de taquígrafo.

§ 2.º O provimento dos cargos das classes O e N da mesma carreira será feito, respectivamente, por reclassificação do atual ocupante do cargo isolado de taquígrafo, padrão M, e por aproveitamento do funcionário habilitado, em primeiro lugar, no concurso a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 4.º As carreiras de escriturário e dactilógrafo ficam transformadas na carreira de auxiliar judiciário, e terá a seguinte estrutura:

Número de cargos	CARGOS	Classes
27	Auxiliar judiciário .....	I
62	Auxiliar judiciário .....	H

§ 1.º Serão reclassificados na carreira de auxiliar judiciário na classe I, os atuais ocupantes da classe G das carreiras de escriturário e dactilógrafo, e, na classe H, os da classe F e E das mesmas carreiras de escriturário e dactilógrafo.

§ 2.º Aos auxiliares judiciários cabem, precipuamente, os serviços de dactilografia.

§ 3.º Os ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário terão acesso à classe inicial da carreira de oficial judiciário mediante concurso de 2.º entrância, assegurado aos atuais escriturários o direito que lhes prescreve o art. 5.º da Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

Art. 5.º As atuais carreiras de contínuo e servente e as séries funcionais da Tabela Numérica de extranumerários mensalistas são transformadas e fundidas na carreira de auxiliar de portaria, que fica criada com a seguinte estrutura:

Número de cargos	CARGOS	Classes
4	Auxiliar de portaria .....	J
5	Auxiliar de portaria .....	I
7	Auxiliar de portaria .....	H
15	Auxiliar de portaria .....	G
16	Auxiliar de portaria .....	F

§ 1.º São efetivados e reclassificados na carreira de auxiliar de portaria, na classe J, os atuais ocupantes das classes G e F da carreira de contínuo; na classe I, os da classe E da carreira de servente e os da referência 22 da série funcional de extranumerário mensalista; na classe H, os da classe D da carreira de servente; na classe G, os da classe C da carreira de servente e os das referências 19 e 18 da série funcional de extranumerários mensalistas; e na classe F, os da referência 17 da série funcional de extranumerário mensalista.

§ 2.º Será extinta, a partir da vigência desta lei, a tabela numérica de extranumerário do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, ficando, em consequência, vedada a admissão de novos servidores dessa categoria, sejam mensalistas ou diaristas.

§ 3.º Ficam criados no quadro da Secretaria do referido Tribunal 10 (dez) cargos da classe F da carreira de auxiliar de portaria, que serão providos mediante prova de habilitação organizada pelo Tribunal.

§ 4.º Os auxiliares de portaria destinam-se aos serviços dos antigos contínuos e serventes, cabendo-lhes os trabalhos diversos de limpeza e conservação, bem como os de portaria e zeladoria, de acordo com as normas regulamentares baixadas pelo Tribunal.

Art. 6.º Os atuais ocupantes das classes M, L, K, J, I e H da carreira de oficial judiciário, cuja estrutura fica alterada de acordo com a tabela anexa, serão reclassificados nas classes O, N, M, L, K e J, respectivamente.

Art. 7.º Os cargos isolados de provimento efetivo, criados em virtude desta lei, serão preenchidos, de preferência, por funcionários do próprio quadro da Secretaria do Tribunal, obedecidos os critérios de merecimento e de especialização.

Art. 8.º Os funcionários do quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal perceberão, a partir da vigência desta lei, as gratificações adicionais, por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 9.º E assegurada a situação pessoal dos ocupantes dos cargos providos na forma do § 2.º do art. 4.º da Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, enquanto subsistir esse provimento.

Art. 10. E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, anexo 27 do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954) o crédito suplementar de Cr\$.... 3.210.975,00 (três milhões, duzentos e dez mil novecentos e setenta e cinco cruzeiros) em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL		Cr\$
Consignação 1 — Pessoal Permanente		
Subconsignação 01 — Vencimentos do Pessoal Civil		
2 — Funcionários		
04 — Justiça Eleitoral		
02 — Tribunais Regionais Eleitorais		
01 — Distrito Federal .....		1.909.380,00
Consignação 3 — Vantagens		
Subconsignação 01 — Funções Gratificadas		
04 — Justiça Eleitoral		
02 — Tribunais Regionais Eleitorais		
01 — Distrito Federal .....		368.400,00
Consignação 3 — Vantagens		
Subconsignação 11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço		
04 — Justiça Eleitoral		
02 — Tribunais Regionais Eleitorais		
01 — Distrito Federal .....		750.795,00
Consignação 6 — Diversos		
Subconsignação 04 — Outras despesas		
1 — Abono de emergência para o pessoal permanente e em disponibilidade		
04 — Justiça Eleitoral		
02 — Tribunais Regionais Eleitorais		
01 — Distrito Federal .....		182.400,00

Art. 11. E' ainda aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$.... 190.926,60 (cento e noventa mil novecentos e vinte cruzeiros) para ocorrer às despesas com o abono especial temporário do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de novembro de 1955.

SENADOR CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

1.º Secretário, no exercício da Presidência.

TABELA DE QUE TRATA O ARTIGO 1.º DESTA LEI

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Número de cargos	Cargos	Símbolo
1	Diretor Geral .....	PJ-1
2	Diretor de Serviço .....	PJ-2
1	Auditor Fiscal .....	PJ-2



## CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de cargos	Cargos	Padrao
2	Arquivista .....	N
1	Almoxarife .....	K
1	Porteiro .....	L
1	Ajudante de Porteiro .....	K
3	Motorista .....	K
2	Artífice .....	J
1	Eletricista .....	K
1	Bibliotecário .....	M
5	Oficial de Justiça .....	J

## CARGOS DE CARREIRA

Numero de cargos	Cargos	Classe
1	Taquigrafo .....	O
1	Taquigrafo .....	N
1	Taquigrafo .....	M
4	Oficial Judiciário .....	O
7	Oficial Judiciário .....	N
9	Oficial Judiciário .....	M
10	Oficial Judiciário .....	L
12	Oficial Judiciário .....	K
13	Oficial Judiciário .....	J
27	Auxiliar Judiciário .....	I
62	Auxiliar Judiciário .....	H
4	Auxiliar de Portaria .....	J
5	Auxiliar de Portaria .....	I
7	Auxiliar de Portaria .....	H
15	Auxiliar de Portaria .....	G
16	Auxiliar de Portaria .....	F

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número de fun. grat.	Funções gratificadas	Símbolo
1	Secretário do Presidente .....	FG-3
1	Secretário do Procurador Regional .....	FG-3
1	Secretário do Diretor Geral .....	FG-3
2	Secretário de Diretor de Serviço .....	FG-4
6	Chefe de Seção .....	FG-3
15	Chefe de Serviço .....	FG-3

LE: N.º 2.644 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1955

*Modifica os incisos 2 e 4 da alínea XXIV, Tabela D, da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952 e os incisos 1 e 3 da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, que modificou a Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os incisos 2 e 4 da alínea XXIV, tabela D, da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952, passam a ter a seguinte redação:

— 2 —

“Cigarros com base no preço de venda no varejo marcado pelo fabricante por vintena:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 1,90 .....	0,72
De mais de Cr\$ 1,90 até Cr\$ 2,20 .....	0,88
De mais de Cr\$ 2,20 até Cr\$ 2,50 .....	1,04
De mais de Cr\$ 2,50 até Cr\$ 3,00 .....	1,31
De mais de Cr\$ 3,00 até Cr\$ 3,70 .....	1,71
De mais de Cr\$ 3,70 até Cr\$ 4,70 .....	2,32
De mais de Cr\$ 4,70 até Cr\$ 6,10 .....	3,24
De mais de Cr\$ 6,10 até Cr\$ 8,00 .....	4,61
De mais de Cr\$ 8,00 ou sem preço no mercado .....	6,50
Estrangeiros de qualquer preço, por vintena ou fração .....	6,50

— 4 —

Fumo desfiado, picado, miúdo ou em pó (inclusive rapé), com base no preço de venda, varejo, marcado pelo fabricante, por unidade de 25 gramas pêsso bruto:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 1,70 .....	0,40
De mais de Cr\$ 1,70 até Cr\$ 2,00 .....	0,50
De mais de Cr\$ 2,00 até Cr\$ 2,30 .....	0,61
De mais de Cr\$ 2,30 até Cr\$ 3,50 .....	0,96
De mais de Cr\$ 3,50 até Cr\$ 5,30 .....	1,60
De mais de Cr\$ 5,30 ou sem preço marcado .....	2,00
Estrangeiros, de qualquer preço, por unidade de 25 gramas ou fração .....	2,00

Art. 2.º Os incisos 1 e 3 da alínea XXIV, tabela D, do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

— 1 —

Charutos, com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, por unidade:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 0,70 .....	0,02
De mais de Cr\$ 0,70 até Cr\$ 0,90 .....	0,03
De mais de Cr\$ 0,90 até Cr\$ 1,20 .....	0,05
De mais de Cr\$ 1,20 até Cr\$ 1,70 .....	0,10
De mais de Cr\$ 1,70 até Cr\$ 2,60 .....	0,20
De mais de Cr\$ 2,60 até Cr\$ 3,50 .....	0,40
De mais de Cr\$ 3,50 até Cr\$ 4,50 .....	0,70
De mais de Cr\$ 4,50 até Cr\$ 6,00 .....	1,20
De mais de Cr\$ 6,00 até Cr\$ 8,00 .....	2,00

De mais de Cr\$ 8,00 até Cr\$ 10,50 .....	3,20
De mais de Cr\$ 10,50 até Cr\$ 15,00 .....	5,70
De mais de Cr\$ 15,50 ou sem preço marcado .....	8,00
Estrangeiros, de qualquer preço .....	8,00

— 3 —

Cigarrilhas, com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 14,00 .....	1,40
De mais de Cr\$ 14,00 até Cr\$ 18,00 .....	2,00
De mais de Cr\$ 18,00 até Cr\$ 30,00 .....	3,00
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 40,00 .....	6,00
De mais de Cr\$ 40,00 ou sem preço marcado .....	8,00
Estrangeiros, de qualquer preço por vintena ou fração .....	8,00

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.645 — DE 16 DE  
NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 164.905.270,10 para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1954, pela cota do imposto de renda que lhes é atribuída pelo art. 15 § 4.º, da Constituição.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 164.905.270,10 (cento e sessenta e quatro milhões novecentos e cinco mil duzentos e setenta cruzeiros e dez centavos), para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1954, pela cota do imposto de renda que lhes é atribuída pelo art. 15 § 4.º, da Constituição.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara,

LEI N.º 2.646 — DE 18 DE NOVEMBRO  
DE 1955

*Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no Exercício do Cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de ..... Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo n.º 26 — Poder Judiciário — do Orçamento de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954):

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 11 — Diversos.

Subconsignação 11 — Sentenças Judiciais.

02 — Tribunal Federal de Recursos Cr\$ 100.000.000,00.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Francisco Menezes Pimentel.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.647 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.... 600.000,00, destinado a auxiliar a realização do VI Congresso Nacional de Jornalistas, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o VI Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em setembro de 1955, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O crédito previsto no artigo anterior será entregue à Federação Nacional de Jornalistas Profissionais.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Mário da Câmara

LEI N.º 2.648 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 1.800.000,00, destinado à Confederação Brasileira de Desportos Universitários.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas, de qualquer natureza, com a Delegação Universitária que a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (C. B. D. U.) enviará a San Sebastian, na Espanha, para a disputa da IV Semana Internacional Desportiva Universitária.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Mário da Câmara

LEI N.º 2.649 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

*Renova pelo prazo de dois anos o concurso para o preenchimento do cargo de oficial de justiça do Distrito Federal.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica renovado, por 2 (dois) anos, contados da publicação desta lei, o prazo de validade do concurso para o preenchimento do cargo de oficial de justiça do Distrito Federal homologado em 1.º de setembro de 1953.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Francisco Menezes Pimentel

## LEI N.º 2.650 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

*Revoga a letra g, do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revogada a letra g do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943, incluída pelo Decreto-lei n.º 6.548, de 31 de maio de 1944.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Henrique Lott.*

## LEI N.º 2.651 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com o 2.º Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para ocorrer às despesas com o 2.º Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino, realizado em São Paulo, em 1954.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Francisco de Menezes Pimentel.*

*Mário da Câmara.*

## LEI N.º 2.652 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1955

*Inclui Gastão Nunes de Almeida e o ex-continuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídos entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, Gastão Nunes de Almeida e

o ex-contínuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujos nomes deixaram de figurar na relação que acompanhou aquela lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1955; 134.ª da Independência e 61.ª da República.

NEREU RAMOS.

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.653, — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1955

INSTITUI ADICIONAL E ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO DO IMPÓSTO DE CONSUMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O imposto de consumo de que trata o Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, modificado por leis posteriores e consolidado pelo Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, passará a ser cobrado com acréscimo dos seguintes adicionais:

a) de 20% (vinte por cento) para os produtos incluídos nas alíneas I, incisos 1 e 2, III, V e XIV, da Tabela A; XVI da Tabela B e XXIII e XXIX da Tabela D;

b) de 30% (trinta por cento) para os produtos incluídos nas alíneas II, X e XI da Tabela A; XVII da Tabela B; XXI da Tabela C e XXVI e XXVII da Tabela D;

c) de 40% (quarenta por cento) para os produtos da alínea XX da Tabela C.

Parágrafo único. — No caso dos produtos das alíneas XVI da Tabela B e XXVII da Tabela D, os limites de preço para a venda no varejo serão os constantes das respectivas tabelas de incidências, acrescidos do imposto e adicional devidos.

Art. 2.º As incidências sobre bebidas (alínea XIX, Tabela C), serão acrescidas dos seguintes adicionais:

a) de 25% (vinte e cinco por cento) para as de que tratam os incisos 7 e 9;

b) de 30% (trinta por cento) para os de que trata o inciso 8;

c) de 35% (trinta e cinco por cento) para as cervejas em geral (inciso 1);

d) de 50% (cinquenta por cento) para as demais bebidas compreendidas nos incisos 2, 3, 4, 5 e 6.

Art. 3.º A incidência do inciso 3 da Tabela A, alínea I, será acrescida de um adicional de 50% (cinquenta por cento).

Art. 4.º A nota 20 da alínea XXIX da Tabela D passa a vigorar com o seguinte acréscimo: os tecidos de algodão empregados pelo próprio fabricante na confecção de sacaria pagarão o imposto na forma do inciso 22.

Art. 5.º O adicional dos produtos da alínea XXIX, Tabela D, será cobrado da seguinte maneira nos itens abaixo:

a) tecidos de algodão:

Para os tecidos de custo nas fábricas até Cr\$ 10,00 o metro — Isento.  
De custo de mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 20,00 — sem adicional.

De custo de mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 40,00 — Adicional de 20%.  
 De custo de mais de Cr\$ 40,00 até Cr\$ 50,00 — Adicional de 30%.  
 De custo de mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00 — Adicional de 40%.  
 De custo de mais de Cr\$ 100,00 — Adicional de 50%.

b) tecidos de lã:

Para os tecidos de custo nas fábricas até Cr\$ 40,00 o metro — Isento.  
 De custo de mais de Cr\$ 40,00 até Cr\$ 60,00 — Sem adicional.  
 De custo de mais de Cr\$ 60,00 até Cr\$ 100,00 — Adicional de 20%.  
 De custo de mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00 — Adicional de 30%.  
 De custo de mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00 — Adicional de 40%.  
 De custo de mais de Cr\$ 200,00 — Adicional de 50%.

§ 1.º Os tecidos de algodão e de lã isentos do pagamento do imposto de consumo só poderão ser vendidos pelas fábricas diretamente aos varejistas e estes não os poderão vender aos consumidores com margem superior a 35%.

§ 2.º O Ministério da Fazenda baixará regulamento para a boa execução e aplicação da disposição do parágrafo anterior.

Art. 6.º Os adicionais previstos nos arts. 1.º, 2.º e 3.º desta lei serão cobrados juntamente com o imposto, quando incidirem sobre produtos sujeitos ao imposto *ad valorem*; quando se tratar do pagamento de imposto por estampilhas, os adicionais serão cobrados nas guias de aquisição das estampilhas sobre a importância total nelas declaradas, inclusive os acréscimos percentuais incidentes sobre os produtos de procedência estrangeira já previstos nas tabelas e alíneas da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.

§ 1.º Da importância global a que se refere este artigo serão excluídos os adicionais já existentes e de destinação especial.

§ 2.º A nota fiscal modelo 11 discriminará, em uma só parcela, o total do imposto *ad valorem* pago, inclusive adicional.

§ 3.º A nota fiscal modelo 11 conterá, em uma só parcela, a declaração de valor nominal das estampilhas apostas no produto, acrescido de adicional.

Art. 7.º Os adicionais instituídos na presente lei serão cobrados a partir de 1 de janeiro de 1956 a 31 de dezembro de 1956.

Art. 8.º Ficam aumentados de 100% (cem por cento) os valores fixados como limites de preço a que está sujeito o gozo das isenções estabelecidas pelo art. 3.º da Lei 494, de 26 de novembro de 1948.

Art. 9.º O § 1.º do art. 3.º e o art. 4.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º...

"§ 1.º Os preços mencionados neste artigo referem-se a vendas a varejo e deverão ser indicados discriminadamente nas notas fiscais dos fabricantes.

Art. 4.º Para os fins do disposto no artigo anterior, os fabricantes deverão marcar no próprio produto, salvo quando houver impossibilidade, impropriedade ou inadequação ao seu uso, em caracteres bem visíveis, e nos invólucros, o preço máximo da venda no varejo".

Art. 10. A operação na fonte de produção extrativa, destinada a preservar as qualidades intrínsecas do guaraná *in natura* (pau de guaraná) não é considerada beneficiamento para os fins do art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945.

Art. 11. As mercadorias introduzidas clandestinamente no país e encontradas à venda ou em depósito serão consideradas, para efeitos fiscais, como contrabando e, logo após o julgamento deste, proceder-se-á ao leilão das mesmas mercadorias, sem prejuízo das prescrições legais vigentes, inclusive a aplicação das sanções cabíveis aos responsáveis pela infração.

Parágrafo único. Os produtos do inciso 3 da alínea XXIII da Tabela D da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, de origem estrangeira, apreendidos pelas repartições fiscais e vendidos em leilão, só poderão ser entregues aos compradores depois de devidamente selados pela própria repartição fiscal, de conformidade com o que dispõe a nota 7.ª, alínea XXIII, Tabela D, da referida Consolidação.

Art. 12. Gozarão de redução de 50% (cinquenta por cento), na multa, todos aqueles que, respondendo a processos fiscais, já instaurados, pendentes de solução ou já julgados nas esferas administrativa ou judiciária, requererem à autoridade competente, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência desta lei, o recolhimento das importâncias reclamadas, multa reduzida inclusive, devendo este ser feito dentro em 15 (quinze) dias da ciência do deferimento do pedido.

Art. 13. Ficam isentos dos adicionais constantes desta lei os receptores e transmissores de telefonia e telegrafia e quaisquer de seus pertences e partes, quando destinados a serviço de utilidade pública, explorado diretamente por Estado ou Município.

Art. 14. As multas estabelecidas no Regulamento de Isenções, baixado pelo Poder Executivo, em cumprimento do disposto no art. 13 da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, serão revistas, dentro em 30 (trinta) dias, pelo mesmo poder, a fim de guardarem relação com as cominadas por infrações semelhantes, na Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.

Art. 15. — O art. 31 da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, aprovada pelo Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. Os estabelecimentos comerciais e industriais que tiverem venda ambulante ou em feiras são obrigados a tantas “Patentes de Registro” quantas forem as pessoas ou veículos empregados nessa venda; a “Patente de Registro” expedida para esse fim será válida em todo território nacional, ficando sujeita ao visto anual das repartições de zonas fiscais onde se realizarem vendas ambulantes, diversas da zona fiscal da repartição que houver concedido a patente.

§ 1.º Os comerciantes e fabricantes nos casos deste artigo são obrigados a mencionar no verso da “Patente de Registro” o nome por extenso do encarregado da venda ou o número do veículo.

§ 2.º As “Patentes de Registro” expedidas para comerciantes ambulantes só serão válidas na zona fiscal da repartição que as houver concedido”.

Art. 16. O art. 190 do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949 (Consolidação das Leis do Imposto de Consumo), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 190. Os que importarem produtos estrangeiros sujeitos ao imposto de consumo e antes da conferência da mercadoria não apresentarem as respectivas guias de recolhimento do imposto ou de aquisição de estampilhas, ou a organizarem com insuficiência de valor ou de qualidade, ficam sujeitos a multa de importância igual ao valor do imposto ou da diferença apurada posteriormente ao pagamento das guias em confronto com a mercadoria importada, qualquer que seja o valor do imposto devido.

§ 1.º Qualquer diferença, apurada posteriormente em revisão, fica sujeita à multa de dez por cento, cabendo esta ao agente fiscal, ou ao conferente que a verifique.

§ 2.º Havendo omissão ou erro de cálculo entre as guias de recolhimento do imposto, ou de aquisição de estampilhas, e a respectiva nota de importação, não haverá penalidade, sendo imprescindível, neste caso, que a nota de importação identifique completamente a mercadoria submetida a despacho, para efeito de pagamento do imposto de consumo”.

Art. 17. O Poder Executivo promoverá, periodicamente, a revisão das tabelas de percentagens dos agentes fiscais do imposto de consumo, de modo a relacioná-las com o aumento da arrecadação do referido imposto, observada a proporcionalidade entre as diversas categorias.



Parágrafo único. Far-se-á a primeira revisão no prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta lei.

Art. 18. O provimento das vagas existentes na data desta lei na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo será feito pelos seus atuais ocupantes, independente de estágio probatório e interstício, de forma a se manter completa a lotação estabelecida pelo quadro anexo ao Decreto-lei n.º 5.425, de 27 de abril de 1943.

Art. 19. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Fazenda, a fim de atender, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas, às despesas que se tornarem necessárias ao reaparelhamento dos órgãos de arrecadação e fiscalização dos impostos internos da União, devendo o mesmo ser automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. A metade do crédito de que trata este artigo será, no mínimo, aplicado obrigatoriamente no reaparelhamento das coletoras do interior do país.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.654 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1955

*Declara o estado de sítio em todo o Território Nacional*

O Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica decretado o estado de sítio em todo o Território Nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Continuam em vigor as garantias asseguradas pela Constituição Federal, com exceção das previstas nos §§ 5.º, 6.º, 11, 15, 20, 21, 22, 23 e 24 do art. 141, e no art. 142, que ficam suspensas durante o estado de sítio, sendo que as dos §§ 20, 21 e 22 do art. 141 subsistem em relação aos indiciados de crimes comuns.

Parágrafo único. A suspensão do *habeas-corpus* restringe-se aos atos praticados por autoridades federais, e a do mandado de segurança aos emanados do Presidente da República, do Ministros de Estado, do Congresso Nacional e do Executor do estado de sítio.

Art. 3.º Nenhuma providência, tomada em virtude desta Lei, poderá visar ao patrimônio nem à livre administração das empresas jornalísticas e rádio-difusoras.

Art. 4.º O Executor do estado de sítio, designado por decreto do Presidente da República, tomará as providências adequadas para prevenir e reprimir qualquer tentativa de commoção intestina, requisitando a colaboração das autoridades civis e militares por intermédio dos Ministros de que elas dependam.

Parágrafo único. O Presidente da República e o Executor do estado de sítio não poderão recusar informações ao Supremo Tribunal Federal sobre os fatos relacionados com as pessoas referidas no art. 209 da Constituição Federal, nem sobre as medidas tomadas e as razões justificativas das providências de exceção.

Art. 5.º O Executor do estado de sítio poderá tomar, contra pessoas, apenas as medidas previstas nos números 1 e II do art. 209 da Constituição Federal, sem prejuízo das reservadas à competência do Presidente da República, pelo parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Francisco Menezes Pimentel.

Antonio Alves Câmara Junior.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Nelson Omeana.

Vasco Alves Seco.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.655 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1955

*Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — os créditos suplementar de Cr\$ 15.485.164,00 às subconsignações que especifica do Anexo n.º 2, da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, e especial de Cr\$ 450.000,00 para pagar vencimentos atrasados a funcionários da sua Secretaria.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 15.485.164,00 (quinze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e quatro cruzeiros) a diversas subconsignações da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 2, da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, de acordo com a seguinte discriminação:

CONSIGNAÇÃO 1 — PESSOAL PERMANENTE

Cr\$

01 — Vencimento do pessoal civil

01 — Câmara dos Deputados . . . . . 13.034.464,00

CONSIGNAÇÃO 3 — VANTAGENS

01 — Funções gratificadas

01 — Câmara dos Deputados . . . . . 96.000,00

07 — Gratificações por serviços extraordinários

01 — Câmara dos Deputados

05 — Comissão de Finanças . . . . . 300.000,00

11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço

01 — Câmara dos Deputados . . . . . 2.054.700,00

Art. 2.º O Poder Executivo abre, ainda, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) para pagamento de vencimentos atrasados a funcionários de sua Secretaria.

Art. 3.º Os créditos abertos pela presente lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re vogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.656 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1955

## DISPÕE SOBRE SUBVENÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES RURAIS MUNICIPAIS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A União cooperará financeiramente com as Associações Rurais Municipais e respectivos órgãos de grau superior, de acordo com o disposto na presente lei.

Art. 2.º Anualmente, o Orçamento Geral da União consignará, no Anexo relativo ao Ministério da Agricultura, dotação não inferior a ..... Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento de subvenções às entidades mencionadas no art. 1.º.

Art. 3.º Só terão direito às subvenções as entidades que:

I — tenham sido reconhecidas, de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração do Orçamento;

II — tiverem funcionado regularmente no ano anterior ao da vigência do Orçamento;

III — contarem, no mínimo, com 50 (cinquenta) sócios efetivos, registrados como lavradores ou criadores no Ministério da Agricultura;

IV — requererem, até 31 de março do ano da vigência do Orçamento, os benefícios desta lei, observado, quando for o caso, o disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 8.º desta lei.

Art. 4.º O requerimento a que se refere o item IV do artigo anterior será dirigido ao Ministro da Agricultura e mencionará:

I — no caso de Associações Rurais Municipais, o número de sócios efetivos em 31 de dezembro do ano anterior ao da vigência do Orçamento;

II — no caso de Federações, o número e o nome das associações federadas, na mesma data.

Parágrafo único. Os requerimentos das Associações Rurais Municipais serão acompanhados de relação nominal dos sócios efetivos, com a indicação do distrito no qual estão domiciliados e do número do respectivo registro de lavrador ou criador no Ministério da Agricultura.

Art. 5.º Até 30 de junho de cada ano, o Ministério da Agricultura organizará a relação das subvenções atribuídas às entidades que preencherem os requisitos do art. 3.º desta lei.

Art. 6.º O processo de cálculo obedecerá às normas gerais fixadas em Portaria do Ministro da Agricultura, observado o seguinte.

I — à Confederação Rural Brasileira será atribuída subvenção correspondente a 5 % (cinco por cento) do total concedido às Associações Rurais Municipais e respectivos órgãos de grau superior, mencionados no art. 1.º.

II — a cada Federação será atribuída subvenção correspondente à divisão de 15 % (quinze por cento) do mesmo total referido no item anterior, proporcionalmente à soma das subvenções concedidas às associações que lhe forem filiadas.

III — a cada Associação Rural Municipal caberá uma subvenção correspondente à divisão de 80 % (oitenta por cento) do total já mencionado pro-

porcionalmente, à população rural do respectivo Município, segundo dados censitários declarados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 7.º O valor da dotação a que se refere o art. 2.º da presente lei será posta pelo Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A., até 31 de março de cada ano, à disposição do Ministério da Agricultura.

§ 1.º Até o dia 31 de julho de cada ano, o Ministro da Agricultura solicitará ao Banco do Brasil S.A., por conta da quantia posta à sua disposição, o pagamento das subvenções às entidades beneficiadas, por intermédio das agências mais próximas às sedes das referidas entidades, deduzidas de cada subvenção as respectivas taxas de serviço bancário.

§ 2.º As subvenções não pagas no exercício serão inscritas em Restos a Pagar.

Art. 8.º As subvenções a que se refere esta lei serão obrigatoriamente aplicadas nos fins previstos pelos seguintes artigos do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945:

I — os do art. 17, letras *e, f, g, j, l, m e t*, no caso das Associações Rurais Municipais;

II — os do art. 18, letras *g, h e l*, no caso das Federações;

III — os do art. 19, letras *e, g e i*, no caso da Confederação Rural Brasileira.

§ 1.º Os requerimentos a que se refere o item IV do art. 3.º deverão ser acompanhados de comprovantes da aplicação das subvenções previstas nesta lei, recebidas até 31 de dezembro do ano anterior.

§ 2.º Se, por qualquer motivo, a subvenção atribuída à requerente no ano anterior não tiver sido recebida, esta circunstância deverá constar expressamente do requerimento.

§ 3.º Será sustado o pagamento de subvenções às entidades que não comprovarem satisfatoriamente a aplicação das quantias recebidas e até que o façam.

Art. 9.º É permitido às Associações Rurais Municipais, às respectivas Federações e à Confederação Rural Brasileira, vincular, mediante prévia aprovação do Ministro da Agricultura, as subvenções a que terão direito, de acordo com a presente lei, em garantia de empréstimos que venham a contrair:

I — por prazo não superior a 20 (vinte) anos, para construção, reparação ou ampliação das respectivas sedes e recintos de exposições permanentes;

II — por prazo não superior a 5 (cinco) anos, para aquisição de maquinaria agrícola.

Parágrafo único. O requerimento no qual for solicitada a aprovação prevista neste artigo será instruído de

I — minuta do contrato a ser estipulado;

II — prova de que a mesma foi aprovada pelo voto de dois terços dos sócios presentes à assembléia convocada expressamente para esse fim.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

*Eduardo Catalão*

*Mário da Câmara*

LEI N.º 2.657, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1955

*Regula as promoções dos oficiais do Exército*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1.º A presente lei estabelece os princípios, os requisitos e as condições básicas que regulam as promoções dos Oficiais do Exército, tendo em vista:

I — A seleção de valores profissionais, morais, intelectuais e físicos para o desempenho de funções de Comando e Direção e das de colaboração com estas;

II — as necessidades da organização militar;

III — o acesso gradual, sucessivo, regular e equilibrado aos postos de hierarquia militar, de modo a abrir aos oficiais em igualdade de condições possibilidades iguais.

Parágrafo único. A promoção deve ser considerada como interesse ou necessidade do Estado.

Art. 2.º Os postos da hierarquia no Exército, em tempo de paz, são:

a) Oficiais subalternos:

2.º Tenente;

1.º Tenente.

b) Capitão.

c) Oficiais Superiores:

Major;

Tenente-Coronel;

Coronel.

d) Oficiais Gerais:

General-de-Brigada;

General-de-Divisão;

General-de-Exército.

Art. 3.º O ingresso nos Quadros de Oficiais das diversas Armas ou Serviços só é permitido nos postos iniciais da respectiva escala hierárquica.

Art. 4.º A promoção aos postos das Armas e dos Serviços obedece aos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, cuja base, entretanto, em qualquer caso, será sempre a aptidão para o comando, chefia ou direção, a qual visa, principalmente, ao estabelecimento de um escol dirigente, selecionado e homogêneo.

§ 1.º Para este efeito, a aptidão deve ser comprovada em ato ou atos físicos e profissionais do militar, caracterizados estes pela importância e natureza dos cursos que possua pelo tempo de serviço efetivo prestado na atividade, pela natureza e relevância das comissões e tarefas desempenhadas e, bem ainda, pelo conceito que goza no Exército.

§ 2.º Só podem influir nas promoções elementos e fatores que definam aptidão para o exercício de cargo ou função essencialmente militar. Deverão ser levadas em consideração, contudo, todas as informações de fonte fidedigna mesmo referentes a atividades de caráter militar ou social exercidas pelo oficial fora do Exército.

Art. 5.º A bravura, em caso de guerra internacional, constitui, também, motivo de promoção.

§ 1.º Para este efeito, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns, de coragem, audácia, sentimento do dever, exteriorizados em feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados conseguidos ou, ainda, pelo exemplo dado à tropa em obediência a missão recebida.

§ 2.º A bravura caracterizada nos termos do parágrafo anterior, determina obrigatoriamente a promoção do militar ainda que do ato praticado tenha resultado sua morte ou invalidez.

§ 3.º A promoção por bravura será feita pelo Comando do Teatro de Operações, pelo Comando em Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 4.º O Governo, terminada a guerra, facilitará a habilitação do promovido às condições normais exigidas para o acesso, excluídas as restrições regulamentares de admissão aos Cursos de Formação de Oficiais. Se o promovido não satisfizer essas condições dentro de um prazo estabelecido, será transferido para a Reserva com as vantagens que a lei de inatividade lhe assegurar.

Art. 6.º Os atos de bravura praticados na defesa dos poderes constitucionais, da lei e da ordem interna, são equipa-

rados, para todos os efeitos, à bravura em caso de guerra internacional.

Art. 7.º A promoção dos Capitães, Oficiais Superiores e Generais é da competência exclusiva do Presidente da República, ressalvada a prevista nas circunstâncias do § 3.º do art. 5.º, quando feita em operações de guerra pelo Comando em Chefe ou Comandante do Teatro de Operações. A dos postos subalternos é da alçada do Ministro da Guerra.

Art. 8.º A promoção, segundo qualquer dos princípios, será realizada, anualmente, em 25 de abril, 25 de agosto e 25 de dezembro, obedecendo, nas promoções por escolha, à lista referida no art. 19; nas por merecimento... vetado e nas por antiguidade, rigorosamente à ordem dos respectivos quadros de acesso.

§ 1.º Aberta a vaga fica imediatamente assegurado o direito à mesma ao oficial a que ela competir.

§ 2.º Falecendo, antes da promoção, o oficial com êsse direito, será promovido «post-mortem».

§ 3.º A lista para efeito de promoção por merecimento não poderá conter mais de dois candidatos para cada vaga, indicados rigorosamente de acôrdo com a ordem do quadro de acesso.

## CAPÍTULO II

### DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE OU POR MERECIMENTO

Art. 9.º Para a promoção pelo princípio de antiguidade ou merecimento é imprescindível que o oficial possua:

a) o Curso de Formação, para a promoção aos postos de 2.º Tenente até o de Capitão;

o de Aperfeiçoamento de Oficiais das Armas ou da Escola Técnica e Aperfeiçoamento dos Serviços, êstes quando existirem no Exército — para os postos de Oficial Superior.

Para efeito dêste requisito, são considerados possuidores do Curso de Aperfeiçoamento os atuais Oficiais com o Curso de Estado Maior ou técnicos, que hajam sido dispensados daquele, e os oficiais do Serviços de Saúde, possuidores do respectivo Curso de Aplicação e já promovidos a oficiais superiores;

b) valor moral;

c) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu pôsto, verificada em inspeção de saúde prévia;

- d) interstício mínimo previsto nesta lei;
- e) tempo de serviço mínimo arregimentado em unidade de tropa nas seguintes condições:  
para os subalternos: 2 (dois) anos em cada pôsto;  
para os maiores: 1 (um) ano no pôsto;  
para os tenentes-coronéis ou coronéis: 2 (dois) anos, indistintamente em um ou outro pôsto ou nos dois;

f) quando dos Serviços para a promoção a Capitão-Médico: 1 (um) ano, no mínimo, como subalterno em unidade de tropa; Intendente e Veterinário: 2 (dois) anos, no mínimo, como subalterno em unidade de tropa.

§ 1.º Com referência ao requisito da letra c. em caso de se verificar a incapacidade, a junta de inspeção declarará de modo preciso, inequívoco e pormenorizado se a moléstia ou defeito do oficial o inibe definitiva ou transitória para o exercício normal de suas funções.

§ 2.º No caso de incapacidade definitiva será o oficial reformado de acordo com o que prescreve a lei de inatividade.

§ 3.º No caso de incapacidade transitória o requisito da letra c deste artigo fica dispensado para o acesso ao pôsto imediato.

§ 4.º Ficam dispensados do requisito da letra e deste artigo os oficiais com o curso da Escola Técnica.

§ 5.º Consideram-se Cursos de Formação de Oficiais:

a) os da Academia Militar das Agulhas Negras de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência e outros que nela de futuro vierem a organizar-se;

b) os da Escola de Saúde, para Médicos, Farmacêuticos e Dentistas;

c) o da Escola de Veterinária, para Veterinários.

Art. 10. O tempo de serviço computável ou não para fins de promoção, e o início e término de sua contagem são regulados pelas leis de inatividade e de movimento de Quadros.

Parágrafo único. O tempo correspondente ao desempenho de funções de pôsto superior será contado, como se todo ele fôsse passado no exercício das funções do seu verdadeiro pôsto.

Art. 11. As unidades de tropa são as constantes da Organização dos Quadros e Efetivos do Exército, definidas em lei especial.



§ 1.º E' computado também, como arregimentado, o tempo passado em Escola, Curso ou Centros:

A) por oficiais das Armas, como instrutor, desde que :

a) não seja a função computada como privativa de oficial permanente ao Quadro de Estado Maior da Ativa (Q.E.M.A.):

b) a função do instrutor seja associada à de comando ou de subalterno de subunidade.

B) por oficial de Serviço, como instrutor, ou em funções análogas às de Unidades de Tropa;

C) por oficiais das Armas ou dos Serviços, nas funções de comandante, sub-comandante, fiscal administrativo e ajudante.

§ 2.º As funções assim definidas deverão ser especificamente discriminadas nos Regulamentos das Escolas e Curso ou Centros respectivos. Enquanto não forem os mesmos para isso revistos, cabe ao Governo essa discriminação em decreto especial.

§ 3.º Para os oficiais superiores dos Serviços, o exercício de suas respectivas funções é indiferentemente prestado em Unidades de Tropa ou nos mais órgãos do Exército.

Art. 12. O interstício mínimo de permanência em cada posto é:

Aspirante — 6 meses;

2.º Tenente — 2 anos;

1.º Tenente — 3 anos;

Capitão — 4 anos;

Major — 3 anos;

Tenente-Coronel — 3 anos;

Coronel — 3 anos.

Parágrafo único. As alterações de interstício são providências da alçada do Governo e só por necessidade imperiosa, tendo em vista a renovação dos Quadros ou a manutenção do nivelamento entre os postos das Armas ou dos Serviços, poderão ser determinadas com a redução ou aumento até de 50% (cinquenta por cento).

Art. 13. O oficial *sub-judice* no fóro civil ou militar não poderá ser promovido, até a decisão final. Absolvido em última instância será promovido em ressarcimento de preterição, independente de vaga.

Parágrafo único. Ao Departamento Geral de Administração (D.G.A.), por intermédio das Diretorias do Pessoal e dos Serviços, ao Estado Maior do Exército (E.M.E.) e ao Departa-

mento Técnico e de Produção (D.T.P.) compete informar à Comissão de Promoções de Officiais (C.P.O.) quais os officiaes na situação d'este artigo.

Art. 14. A antiguidade para promoção conta-se da data do decreto de promoção do official, salvo se, no referido decreto, ou em outro posterior, fôr declarada nova data, feitos os descontos de tempo não computável, na forma da lei de inatividade.

### CAPÍTULO III

## DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 15. A promoção por antiguidade em qualquer Quadro, observadas as condições constantes desta lei, relativamente aos Quadros das Armas, compete ao official que, tendo atingido o número 1 (um) da escala hierárquica em que se achar, satisfizer os requisitos referidos no art. 9.º e não estiver comprehendido nas restrições dos arts. 13 e 60.

Parágrafo único. Não satisfazendo o official mais antigo os requisitos referidos, os direitos assegurados de acesso passarão ao official immediato se possuidor dos requisitos necessários, e assim sucessivamente.

Art. 16. Efetuam-se as promoções pelo princípio de antiguidade até o posto de Coronel, nas seguintes proporções, em relação ao número de vagas normais dos respectivos Quadros:

De 2.º Tenente a Capitão, a totalidade;

De Capitão a Major, a metade;

De Major a Coronel, a t'erc'a parte;

De Tenente-Coronel a Coronel, a t'erc'a parte.

### CAPÍTULO IV

## DA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Art. 17. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidades profissionais, morais, intellectuais e fisicas reveladas ou aperfeiçoadas pelo official durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguído no âmbito da classe pelo seu valor profissional e dedicação ao serviço.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- a) Caráter;
- b) Inteligência;

- c) Espírito e conduta militar;
- d) Cultura profissional e geral;
- e) Conduta civil;
- f) Capacidade como comandante ou diretor e chefe;
- g) Capacidade como instrutor ou técnico;
- h) Capacidade como administrador;
- i) Capacidade física.

§ 1.º O caráter é constituído pela reunião de qualidades que definem e adornam a personalidade do oficial, apreciadas pelo conceito em que é tido no meio militar e na sociedade civil. Na apreciação do caráter devem ser considerados entre outros os seguintes aspectos: atitudes claras e bem definidas; amor à responsabilidade; comportamento desassombrado em face de situação imprevista e difícil; energia e perseverança na execução das próprias decisões; domínio de si mesmo; constância de ânimo; coerência no procedimento; lealdade e independência.

§ 2.º A inteligência é estimada pela faculdade de apreender, rápida e claramente, as situações; facilidade de concepção; poder de análise ou de síntese; clareza em interpretar ordens táticas e de serviço e justeza na avaliação do mérito dos seus subordinados.

§ 3.º O espírito e a conduta militar são apreciados consoante as manifestações habituais da atividade do oficial; subordinação e respeito aos superiores; correção no tratamento de seus subordinados; discreção, espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento dos deveres; amor ao serviço e dedicação à profissão; pontualidade e assiduidade; espírito de camaradagem; aspecto marcial e correção dos uniformes.

§ 4.º A cultura profissional e geral é avaliada pela soma dos conhecimentos profissionais e gerais, especializados ou não, adquiridos pelo oficial; graus, classificação e conceitos obtidos nos Cursos e Escolas de Formação e Aperfeiçoamento, de Estado Maior, Técnica e de Especialização ou por diplomas científicos; produção de livros e trabalhos valiosos que revelem possuir o candidato conhecimentos gerais técnicos ou profissionais de real interesse e utilidade para o Exército. Na sua apreciação levar-se-ão em conta, principalmente, os conhecimentos mais úteis e proveitosos à atividade militar particularizada (Tropa, Estado Maior, Técnico, Médico etc.).

§ 5.º A conduta civil é avaliada pelo procedimento em público; educação e procedimento privado; moralidade nos compromissos assumidos; espírito de cavalheirismo e urbanidade; correção de atitude; observância exata das convenções sociais e respeito às leis e autoridades civis.

§ 6.º A capacidade de Comandante ou de Chefe é revelada nos vários estágios e escalões de comando pela ascendência do oficial sobre os subordinados, esteiada, sobretudo, no exemplo e na confiança mútua, conquistada pela prática das verdadeiras virtudes militares e pela demonstração de qualidade de Chefe, tais como: decisão pronta e convincente; firmeza e entusiasmo na ação; otimismo, constância de ânimo e serenidade mesmo nas situações difíceis; abnegação, devotamento pelo sucesso almejado e interesse pelos subordinados.

§ 7.º A capacidade como administrador é revelada pela probidade na gestão dos dinheiros públicos e particulares; zelo no trato e conservação dos bens do Exército; rendimento do trabalho aferido e comprovado nas inspeções administrativas e nos encargos correntes; empreendimento e melhorias introduzidas na vida administrativa do Corpo ou Repartição e obras e estudos realizados em benefício dos interesses da Fazenda Nacional.

§ 8.º A capacidade de instrutor ou de técnico é apreciada, de um lado, pelos resultados apresentados nos exames de instrução da tropa; facilidade de expressão; maior ou menor grau de precisão, desembaraço e clareza com que transmite assuntos técnico-profissionais a instruendos e subordinados; e, de outro, pela facilidade, perfeição e desembaraço em projetar e executar trabalhos e em dirigir atividades de sua especialidade.

§ 9.º A capacidade física relativa ao posto, é avaliada pelo estado orgânico e de robustez do oficial, comprovada em exame médico; atividade, disposição para o trabalho, presteza e boa vontade nos trabalhos militares correntes; resistência à fadiga e às intempéries, evidenciada em trabalhos prolongados, sob as mais variadas situações climáticas e, finalmente, pelas partes de doente e dispensa de serviço por doenças.

Art. 18. São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no art. 9.º, mais os seguintes:

a) haver o oficial atingido, no respectivo quadro, por ordem de antiguidade as primeiras:

1/8 parte — para os Capitães;

1/5 parte — para os Officiais Superiores;

b) possuir o oficial o conceito aceitável resultante da estimativa e exame das qualidades referidas no art. 17 desta lei;

c) ter satisfeito às exigências da lei de Movimento de Quadros.

§ 1.º Nos Quadros constituídos, em cada pôsto de menos de 10 (dez) oficiais, são dispensados os limites da letra a dêste artigo.

§ 2.º Sempre que do cômputo constante da letra a dêste artigo, resultar um cociente fracionário, será êle tomado por inteiro.

## CAPÍTULO V

### DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA

Art. 19. A promoção aos postos de General-de-Brigada e de Divisão é feita pelo princípio de escolha sôbre listas organizadas pela Comissão de Promoções, de acôrdo com o critério estabelecido a seguir.

Parágrafo único. As listas de que trata o presente artigo serão assim organizadas para cada vaga:

- a) Para General-de-Divisão das Armas — 5 Generais-de-Brigada;
- b) Para Generais-de-Divisão Técnicos e de Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos Quadros;
- c) Para Generais-de-Brigada das Armas — 15 Coronéis, sendo no mínimo 2 de cada arma;
- d) Para Generais-de-Brigada Técnicos e de Serviços — 6 Coronéis dos respectivos quadros.

Art. 20. Para promoção ao pôsto de General-de-Brigada é necessário que o Coronel possua os seguintes requisitos:

- a) valor moral;
- b) demonstração notória de inteireza de caráter, capacidade de comando, cultura geral e profissional em alto grau e gôzo de excelente conceito na classe e no meio civil;
- c) capacidade física indispensável ao exercício das funções do seu pôsto, verificada em inspeção de saúde prévia, para fins de acesso;
- d) interstício mínimo, no pôsto, de 3 (três) anos;
- e) curso de Estado Maior;
- f) exercício de funções arregimentadas em unidades de tropa, como Tenente-Coronel ou Coronel, por dois anos consecutivos ou não, sendo um ano no Corando do Corpo de Tropa em qualquer daqueles postos;
- g) exercício de funções de Estado Maior durante dois anos consecutivos ou não, sendo um, no mínimo, no pôsto, em funções do Quadro de Estado Maior da Ativa (Q.E.M.A.);

h) ter atingido o primeiro 1/5 da relação de Coronéis dos Quadros das Armas com o curso de Estado Maior e 1/3 da de cada Serviço, segundo a ordem de antigüidade.

Art. 21. Para a promoção a Oficial General dos Serviços serão alterados os requisitos das letras e, f e g do art. 20 para os seguintes :

e) Curso de Estado Maior para os Serviços, quando este funcionar no Exército;

f) como oficial superior, ter exercido funções privativas do seu pôsto ou na sua especialidade durante 2 (dois) anos consecutivos ou não;

g) o exercício de função de chefia, como oficial superior, durante 2 (dois) anos consecutivos ou não, em Estabelecimento ou Serviço Privativo da especialidade.

Art. 22. Para promoção a Oficial General Técnico é dispensado o requisito da letra e do art. 20 e substituídos os das letras f e g, por:

f) ter servido como oficial superior, durante 3 (três) anos, consecutivos ou não, em Serviço Regional, Comissões Técnicas, Estabelecimento Fabril ou Comissão de Obras ou de Estradas, em função ou cargo inerente à sua especialidade;

g) haver chefiado como Coronel ou Tenente-Coronel no mínimo durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não, Serviço, Estabelecimento Fabril ou Comissão de Obras ou de Estradas em função ou cargo privativo do pôsto.

Art. 23. Para promoção ao pôsto de General-de-Divisão é necessário que o General-de-Brigada possua os seguintes requisitos:

a) os fixados nas letras a, b e c do art. 20;

b) interstício de 2 (dois) anos de pôsto, dos quais 1 (um) ano em função privativa do próprio pôsto ou do superior, consecutivo ou não;

c) ter atingido o primeiro terço do respectivo quadro se o efetivo deste for superior a 10 (dez).

Art. 24. A promoção ao pôsto de General-de-Exército será feita por escolha do Presidente da República entre os Generais de Divisão que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) os constantes das letras a, b e c do art. 20 e c do art. 23.

b) interstício de 2 (dois) anos de pôsto, dos quais 1 (um) ano em função privativa do próprio pôsto ou do superior, consecutivo ou não.

## CAPÍTULO VI

## DO ACESSO AO PRIMEIRO PÔSTO

Art. 25. O acesso ao primeiro pôsto, nas Armas e no Serviço de Intendência, resulta da promoção do Aspirante a Oficial, regulada pela ordem de classificação intelectual, obtida na conclusão do curso respectivo.

Art. 26. Para a promoção ao pôsto de 2.º Tenente é necessário que o Aspirante a Oficial satisfaça aos seguintes requisitos:

- a) os enumerados nas letras *a*, *b*, *c* e *d* do art. 9.º;
- b) revelar vocação para a carreira, verificada em estágios prévios na tropa;
- c) ter irrepreensível conduta civil e militar.

Parágrafo único. As condições referidas neste artigo são apreciadas e julgadas pela Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.), em face de informações obrigatórias prestadas pelo Comandante da Unidade em que servir o aspirante à vista de suas observações pessoais e de informações obrigatoriamente prestadas pelo Comandante imediato do aspirante, as quais acompanharão as referidas informações.

Art. 27. Os candidatos selecionados e designados para matrícula no Curso de Formação de Oficiais na Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária do Exército, terão suas situações reguladas pelas leis vigentes.

## CAPÍTULO VII

## DA PROMOÇÃO NO MAGISTÉRIO MILITAR

Art. 28. Os oficiais do Exército, pertencentes ao Magistério Militar, terão gradual acesso na Reserva, até o pôsto de Coronel, conforme o tempo de serviço, de modo que sejam Maiores, Tenentes-Coronéis e Coronéis quando contarem respectivamente, 15 (quinze), 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de serviço.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 29. Se, por ocasião do ingresso no Magistério, o oficial já fizer jus ao acesso a um ou mais postos, será promovido, sucessivamente aos postos a que tiver direito, ressalvado o estabelecido nos §§ 1.º e 2.º dêste artigo.

§ 1.º E' de um ano o interstício mínimo para a primeira promoção ainda que ao ingressar no magistério tenha o official tempo de serviço sufficiente que lhe permita ascender ao pôsto immediato.

§ 2.º Se fizer jus a mais de um pôsto, será promovido sucessivamente aos postos a que tiver direito, observados os interstícios previstos pela lei para os Quadros das Armas e dos Serviços.

§ 3.º Nenhum official poderá ingressar no Magistério Militar em pôsto inferior a Capitão.

Art. 30. Os Officiaes comprehendidos no art. 28 ficam, para efeito de promoção, subordinados aos requisitos das letras *b* e *c* do art. 9.º.

Parágrafo único. As propostas serão encaminhadas pela Diretoria de Ensino à Comissão de Promoções de Officiaes (C.P.O.), com os documentos comprobatórios daqueles requisitos.

Art. 31. Aplicam-se aos Officiaes do Magistério as restrições previstas no art. 13.

## CAPÍTULO VIII

### DA PROMOÇÃO DOS OFFICIAIS TÉCNICOS

Art. 32. O official incluído na categoria de Técnico da ativa permanecerá em sua Arma de origem ocupando o mesmo lugar que possui no Almanaque do Exército, sendo o seu número substituído pela designação de T.

Art. 33. As promoções dos Officiaes Técnicos da ativa, processar-se-ão na mesma data e em seguida no preenchimento, na forma prevista pela presente lei, das vagas existentes, pelos officiaes dos Quadros das Armas ou Serviços.

§ 1.º Por merecimento, serão promovidos os Officiaes Técnicos incluídos no quadro de acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido no quadro da Arma ou Serviço pelo mesmo principio. Em caso de igualdade de número de pontos, o acesso de Official Técnico só se elegerá se fôr mais antigo que o último a ser promovido no quadro da Arma ou Serviço.

§ 2.º Por antiguidade, serão promovidos os Officiaes Técnicos incluídos no Quadro de acesso e mais antigos que o último a ser promovido no quadro da Arma ou Serviço pelo mesmo principio.



## CAPÍTULO IX

DAS CONDIÇÕES PARA O EQUILÍBRIO E  
REGULARIDADE DO ACESSO

Art. 34. O acesso regular e equilibrado do oficial, referido no art. 1.º desta lei, consiste em:

a) proporcionar aos oficiais as mesmas possibilidades de acesso, quando em igualdade de condições;

b) Vetado.

c) proporcionar ao oficial que possua todos os requisitos para promoção um acesso compatível com suas condições físicas e aspirações, de modo a evitar a estagnação em certos postos.

Art. 35. As vagas abertas em cada posto em uma ou mais Armas, respeitando os limites das funções privativas, caberão aos oficiais do posto imediatamente inferior, de turma de formação mais antiga no conjunto das Armas.

§ 1.º A distribuição das vagas, a que se refere este artigo, se fará separadamente, pelos princípios de antiguidade e merecimento, na conformidade do art. 16, em quantidades proporcionais ao número de oficiais incluídos nos respectivos Quadros de acesso.

§ 2.º Quando o número de vagas exceder às possibilidades de aproveitamento da turma de formação mais antiga, em todas as Armas, o excesso se distribuirá sucessivamente às turmas imediatamente mais modernas, observado o critério do parágrafo anterior.

§ 3.º Quando o número de vagas atribuídas a determinada Arma, for superior a capacidade de aproveitamento pelos oficiais da turma de formação mais antiga, o excesso reverterá, dentro da própria turma, às Armas que as comportarem, observado o critério do § 1.º.

§ 4.º Quando o número de vagas existentes em um posto de determinada Arma, incidir sobre o efetivo fixado para as suas funções privativas, as vagas caberão à própria Arma, nos limites de incidência.

§ 5.º Para efeito de aplicação deste artigo, a quota compulsória prevista no art. 14, letra f, e no art. 17 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, incidirá sobre o conjunto de Armas.

Art. 36. Constituem uma turma de formação de oficiais os candidatos que, pela terminação do respectivo curso, forem declarados Aspirante a Oficial ou nomeados Oficiais no mesmo dia, classificados por ordem de merecimento intelectual.

§ 1.º O Oficial ou Aspirante a Oficial que na turma da classificação respectiva, fôr o último classificado, assinala o fim da turma.

§ 2º O Oficial que ultrapassar hieràrquicamente um outro que seja fim de turma, passará a pertencer à turma do ultrapassado.

§ 3.º O deslocamento de último elemento de uma turma de formação por melhoria ou perda de sua posição hierárquica, decorrente de causas legais, acarretará, para o elemento que o anteceda imediatamente na turma, a ocupação do fim da turma.

§ 4.º O oficial que, descendo na escala hierárquica ultrapassar um último da turma, passará a fazer parte da turma imediatamente mais moderna que se seguir ao ultrapassado.

Art. 37. A fim de assegurar o equilíbrio de acesso entre as Armas será fixado, em lei, o efetivo total dos oficiais, por postos.

§ 1.º A distribuição em cada Arma e em cada pôsto das funções privativas e das funções gerais será feita mediante decreto do Executivo.

§ 2.º Os efetivos atribuídos ao Quadro de Estado Maior Geral (Q.E.M.G.) e ao Quadro Suplementar Geral (Q.S.G.) deverão atender à necessidade de equilíbrio entre as Armas.

§ 3.º Cabe à Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.), pela maioria de seus membros, propor os efetivos globais dos Q.E.M.G. e Q.S.G. por postos e por Armas, em consonância com o art. 35.

§ 4.º O Ministro da Guerra, por proposta do Estado Maior do Exército, distribuirá entre o Q.E.M.G. e o Q.S.G., os efetivos definidos.

§ 5.º Até que em lei especifica sejam fixados os efetivos dos Quadros de Oficiais do Exército, a aplicação dêste artigo incidirá sobre os efetivos globais das Armas atualmente em vigor.

Art. 38. A lei de organização dos Quadros efetivos e a lei de inatividade regularão as outras condições para efeito dos arts. 34 e 35.

## CAPÍTULO X

### DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO

Art. 39. Quadros de acesso são relações de oficiais em condições de serem promovidos pelos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, organizados segundo o disposto nesta lei.

§ 1.º Só os oficiais incluídos nos Quadros de Acesso poderão ser promovidos pelos princípios mencionados neste artigo.

§ 2.º Esses quadros serão organizados, separadamente, para as promoções por antiguidade, merecimento e escolha e deverão ser submetidos à consideração do Ministro da Guerra, normalmente até o dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, ou extraordinariamente, quando aquela autoridade determinar.

§ 3.º Cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.) fixar as datas e as condições para que todos os documentos e informações necessários à organização dos quadros de acesso sejam elaborados e remetidos a tempo pelas autoridades competentes.

§ 4.º Aprovados pelo Ministro da Guerra os quadros de acesso serão publicados pela Comissão de Promoções de Oficiais, dentro do prazo de 10 (dez) dias, para conhecimento exclusivo de oficiais com discriminação dos pontos obtidos.

§ 5.º Ao oficial que discordar de sua classificação ou de qualquer seu concorrente no quadro de acesso, caberá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da leitura do Boletim a que se refere o parágrafo anterior na unidade, repartição ou estabelecimento a que estiver subordinado, recurso ao Ministro da Guerra, de acôrde com a legislação em vigor.

Art. 40. O número de oficiais a incluir nos Quadros de acesso por antiguidade, merecimento e escolha será fixado pelo Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, levando em conta o número de vagas existentes e prováveis... vetado.

Parágrafo único. Não havendo oficiais em condições para preenchimento dos quadros de acesso, permanecerão abertas as vagas até a organização de novo quadro.

Art. 41. Nos quadros de acesso por antiguidade e merecimento, os oficiais são colocados na ordem em que devam ser promovidos, após a verificação das condições estabelecidas pelos arts. 8.º, 9.º, 17 e 18 e o mérito apurado pelas «Fichas de Promoções».

Parágrafo único. Para a promoção aos postos de Capitão e subalternos não haverá seleção pela «Ficha de Promoção», limitando-se a Comissão de Promoções de Oficiais a relacioná-los por postos e separadamente por Armas e Serviços, em rigorosa ordem de antiguidade, respeitados os requisitos referidos nos arts. 15 e 26.

Art. 42. As «Fichas de Promoção» para a organização dos Quadros de acesso por escolha são feitas, apenas, para a promoção

ao pòsto de General-de-Brigada. Para a promoção ao pòsto de General-de-Divisão, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará o quadro de acesso em classificação feita por escrutínio secreto.

§ 1.º O número de Oficiais a incluir em cada um dos quadros, acima referidos, será fixado pela Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.), de modo a atender o que prescreve o parágrafo único do art. 19.

§ 2.º A lista a ser apresentada ao Govêrno para o preenchimento de cada vaga é constituída, observando-se a ordem de classificação nos quadros de acesso.

Art. 43. Os oficiais pertencentes ao Q.T., Q.A. e Q.B. que concorrem à promoção por antiguidade, merecimento e escolha, serão incluídos nos respectivos quadros de acesso dentro da Arma ou Serviço, não se levando em conta seu número nos limites estabelecidos pelo art. 40.

## CAPÍTULO XI

### DA SELEÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO E RESPECTIVOS DOCUMENTOS

Art. 44. A seleção dos oficiais a incluir nos quadros de acesso se processa com a participação de tôdas as autoridades militares competentes para emitir julgamento sôbre subordinados ao seu comando, chetia ou direção.

§ 1.º Essas autoridades, em principio, são as seguintes:

- a) Oficiais-Generais;
- b) Chefes de Gabinetes, Estados Maiores e Seções;
- c) Chefes de Serviços regeriais ou divisionários;
- d) Comandantes de Corpos de Tropa das Armas ou Serviços, chefes de Repartições, Estabelecimentos e mais órgãos com autonomia administrativa.

§ 2.º A recusa, retardo ou falta de fidelidade em qualquer informação por parte das autoridades acima, ou por qualquer outra à qual se dirija o Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, é considerada falta de cumprimento do dever, e, como tal, sujeita às sanções da lei.

§ 3.º Para êsse fim cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais fazer ao Ministro da Guerra a necessária e devida comunicação.

Art. 45. Os documentos básicos para a seleção dos oficiais a serem incluídos nos quadros de acesso são os seguintes:

a) "Ata de Inspeção de saúde", remetida diretamente ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, em duas vias;

b) "Ficha de Informações", nas mesmas condições que a anterior;

c) "Fé de Ofício", organizada pela Repartição competente da Arma ou Serviço (exceto a dos Aspirantes, que deve ser organizada pelos Corpos) e remetida à Comissão de Promoções de Oficiais;

d) "Ficha de Promoções", exceto para os oficiais referidos no parágrafo único do art. 41 e no art. 42.

Art. 46. Cabe às autoridades referidas no art. 44 a que estiverem subordinados os oficiais candidatos providenciar a inspeção de saúde dos mesmos, a tempo de cumprir o que estabelece o Capítulo X.

Parágrafo único. No caso de não ser possível organizar-se uma Junta Médica na Guarnição, o Comandante da Região Militar (R. M.) ou Grande Unidade (G. U.) providenciará para que os oficiais sejam inspecionados na Guarnição mais próxima.

Art. 47. A "Ficha de Informações" é organizada em caráter confidencial, pelo Comandante, Chefe ou Diretor a que estiver subordinado o oficial, de acordo com o modelo e instruções nela contidos.

§ 1.º Essa Ficha será remetida à Comissão de Promoções de Oficiais por intermédio do Comandante da Grande Unidade ou do Comandante da Região Militar, Chefia ou Direção, inerente ao posto de General ou correspondentes, os quais, no seu encaminhamento, emitirão uma apreciação sintética confirmando, restringindo ou reforçando o conceito final do Comandante Chefe ou Diretor do oficial em julgamento (Anexo I).

§ 2.º A "Ficha de Informações" deverá ser encaminhada semestralmente quando solicitada pela Comissão de Promoções de Oficiais, a partir do ano em que o oficial atingir a metade dos quadros de capitães e de oficiais superiores.

Art. 48. A "Ficha de Promoção" (Anexo II) é organizada pela Comissão de Promoções de Oficiais e se baseia nas várias «Fichas de Informações» e mais documentos complementares remetidos pelas autoridades militares, nelas computando-se, numericamente, o grau de importância das qualidades e atividades do oficial (Capítulo X).

Art. 49. Observando a Comissão de Promoções de Oficiais referências ou graus das «Fichas de Informações» muito discordantes de Fichas anteriores ou da Fé de Ofício, pedirá esclarecimentos ao responsável e fará a devida retificação, se for o caso.

Art. 50. Para completar a classificação dos oficiais nas listas de acesso por merecimento e escolha, pode a Comissão de Promoções de Oficiais recorrer, subsidiariamente, ao julgamento realizado por parte dos oficiais de postos, imediatamente superiores aos dos concorrentes. Neste caso, levará ao conhecimento dos julgadores, com a necessária antecedência o nome dos julgados, para que aquêles procedam à classificação dêstes, segundo a ordem de merecimento que julgarem a mais justa.

§ 1.º Esse julgamento é realizado em caráter secreto.

§ 2.º O oficial consultado não pode esquivar-se ao julgamento solicitado, a não ser que declare desconhecer os oficiais a julgar ou se considere, comprovadamente, suspeito para isso

Art. 51. Depois de completadas pela Secretaria da Comissão as «Fichas de Promoção» serão submetidas ao plenário da Comissão de Promoções de Oficiais, para a seleção em duas apurações :

no primeiro escrutínio serão apreciadas pelos membros da Comissão as fichas de todos os oficiais em rigorosa ordem de antiguidade, compreendidos nos limites referidos nos arts. 18 e 20, para cotejo, discussão e correção das mesmas, se fôr o caso;

no segundo escrutínio, após a discussão do parecer do relator designado pela Presidência da Comissão, serão organizadas, em ordem decrescente do número de pontos obtidos, as listas para promoção por merecimento ou escolha.

Art. 52. Não serão levados a segundo escrutínio os nomes dos oficiais cujas fichas de promoções, no primeiro escrutínio, não atingirem o número mínimo de pontos a ser fixado em Regulamento.

Art. 53. Para a promoção a General-de-Divisão, a Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais apurará as condições referidas no art. 23 e o plenário organizará a lista de acordo com o art. 42.

Parágrafo único. Para promoção a General-de-Exército, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará a lista dos Generais-de-Divisão que satisfizerem às condições estabelecidas no art. 24.

Art. 54. Compete às Diretorias do Pessoal e dos Serviços organizar os documentos referentes aos oficiais que estiverem exercendo funções estranhas ao Ministério da Guerra.

Art. 55. Os documentos relativos aos oficiais no desempenho de comissão em país estrangeiro (Adidos Militares, Escolas, Comissões diversas, etc.), são também atribuídos à Diretoria do

Pessoal e às Diretorias dos Serviços, Estado Maior do Exército e ao Departamento Técnico e de Produção, conforme o caso.

Art. 56. A Secretaria Geral do Ministério da Guerra incumbe organizar as «Fés de Ofícios» dos Oficiais Generais.

Parágrafo único. Ao Estado Maior do Exército compete prestar as outras informações exigidas nesta lei, referentes aos citados oficiais.

Art. 57. As autoridades que tiverem conhecimento de ato ou atos graves que possam influir contrária ou decisivamente na permanência do oficial em qualquer dos Quadros de Acesso deverão, por via hierárquica, levá-los ao conhecimento do Ministro da Guerra.

Art. 58. Não poderá ingressar em qualquer quadro de acesso o oficial ou aspirante a oficial que, pela Comissão de Promoções de Oficiais, for julgado não habilitado para o acesso.

§ 1.º O julgamento final proferido pela Comissão de Promoções de Oficiais deve ser minuciosamente justificado, inserto em Ata e, por cópia, submetido ao Ministério da Guerra.

§ 2.º De posse da documentação apresentada pela Comissão de Promoções de Oficiais contra o oficial ou Aspirante a Oficial julgado não habilitado ao acesso, o Ministro da Guerra tomará, conforme o caso, as providências que a legislação em vigor determinar.

## CAPÍTULO XII

### DA EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO

Art. 59. O oficial incluído em qualquer Quadro de acesso será do mesmo excluído caso não seja promovido, quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias:

- a) morte;
- b) transferência para a Reserva voluntária ou não;
- c) incapacidade física definitiva;
- d) incapacidade moral;
- e) condenação em virtude de sentença passada em julgado;
- f) suspensão da função ou cargo comprovada a razão perante a Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.).

§ 1.º As exclusões pelos motivos das letras a, b e c serão feitas pela Comissão de Promoções de Oficiais, após a publicação em Boletim do Exército ou *Diário Oficial*, do falecimento, do decreto de transferência para a Reserva ou de reforma e da declaração de incapacidade física.

§ 2.º As exclusões pelos motivos das letras *d.* e *e* *f* serão feitas sômente por ordem expressa do Ministro da Guerra em «Boletim Reservado do Exército».

§ 3.º Vetado.

Art. 60. Não concorrerá à promoção, embora tenha atendido às exigências da presente lei e já incluído no Quadro de acesso, o oficial que fôr agregado ao Quadro da Arma, dos Serviços ou Técnico em consequência de:

a) licença para tratar de interêsses particulares ou desempenho de cargo ou função não especificados pelo § 4.º do art. 182 da Constituição Federal;

b) cumprimento de sentença;

c) deserção;

d) extravio ou desaparecimento;

e) achar-se *sub-judice*.

§ 1.º Só concorrerá à promoção por antigüidade o oficial agregado por motivo de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não (§ 4.º do art. 182 da Constituição Federal).

§ 2.º O oficial agregado por motivo de exercício de função militar, em qualquer das Forças Armadas ou nas Forças Auxiliares concorrerá à promoção por qualquer dos princípios.

### CAPÍTULO XIII

## DO CRITÉRIO PARA CONTAGEM DE PONTOS

Art. 61. As qualidades, conceitos, tempo de serviço, cursos, medalhas, referências elogiosas, trabalhos realizados e outras atividades militares que sejam fatores de mérito na vida profissional do oficial, são computadas nas «Fichas e Informações» e «Ficha de Promoção» através graus justos e equilibrados, cuja soma ou média dará a classificação do oficial na lista de acesso por merecimento ou por escolha.

Art. 62. Na "Ficha de Informações" a cada uma das qualidades referidas no art. 17, completadas em sua definição e caracterização pelos dados consignados no Anexo I, o grau será atribuído segundo o seguinte critério:

Conceito excepcional .....	4
Conceito muito bom .....	3



Conceito bom .....	2
Conceito regular .....	1
Conceito insuficiente .....	0

§ 1.º A média desses graus, calculada de acôrdo com o Anexo I, constitui o conceito que o Comandante, Chefe ou Diretor (art. 44) atribui ao oficial sob seu comando ou direção, quando o mesmo estiver compreendido nos limites de que trata o art. 47, § 2.º.

§ 2.º Quando o conceito fôr «excepcional», deverá o comandante, chefe ou diretor justificá-lo em documento anexo à «Ficha de Informações».

Art. 63. Na «Ficha de Promoções» (Anexo II) serão computados, com os valores em pontos, que lhes foram atribuídos pelo respectivo Regulamento, os seguintes requisitos:

### *Primeiro escrutínio*

#### *A — Pontos Positivos.*

1 — Conceito do Comandante, Chefe ou Diretor de acôrdo com o art. 62.

Para os oficiais do Serviço de Saúde e do Serviço de Veterinária, o respectivo Diretor dará também, segundo o critério estabelecido no art. 62, um conceito «técnico profissional», variável de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos, que será somado ao conceito emitido pelo Comandante, Chefe ou Diretor.

2 — tempo de efetivo serviço em função essencialmente militar;

3 — tempo de serviço arregimentado;

4 — tempo de serviço em função de Estado Maior ou Técnica;

5 — tempo de serviço em função de Q. S.;

6 — tempo de serviço como Comandante de tropa isolada, chefia ou direção, repartição, estabelecimento, comissão ou órgão congênere de vida autônoma;

7 — tempo de serviço nas guarnições especiais:

Categoria «A» — as da Fronteira Amazônica, do Oiapoque a Forte Príncipe da Beira e Fernando de Noronha;

Categoria «B» — as da Fronteira do Paraguai, Paraná, São Luís de Cáceres, Rosário do Oeste; Pôrto Murtinho; Bela Vista — Nioac; Fazenda Jardim; Guaira; Pôrto Mendes e Foz do Iguaçu;

Categoria «C» — Aquidauana; Ponta Porã; Três Lagoas; Guarapuava; Palmas; São Luís das Missões; Itaquí; Santiago do Boqueirão e Terezina;

8 — tempo de serviço como aluno de Escolas e cursos de oficiais, com aproveitamento;

9 — tempo de serviço como instrutor de escolas, cursos e centros;

10 — ferimento em ação;

11 — trabalhos julgados úteis e aprovados pelo órgão competente;

12 — Cursos:

a) de Estado Maior ou Técnico;

b) de Aperfeiçoamento de Oficiais;

c) de escolas especializadas;

13 — medalhas e condecorações nacionais;

Cruz de Combate de 1.<sup>a</sup> Classe;

Cruz de Combate de 2.<sup>a</sup> Classe;

Medalha de Ordem Nacional do Mérito;

Medalha de Sangue;

Medalha de Campanha;

Medalha Militar;

Medalha de Guerra;

14 — Elogios individuais;

por bravura, se não deu lugar a promoção;

por ação em campanha;

no exercício de comando, chefia ou direção;

como instrutor de escolas e centros;

no serviço normal e instrução.

B — Pontos Negativos.

1 — punições disciplinares, como oficial;

2 — sentença passada em julgado por crime culposo.

*Segundo escrutinio (Quadro IV)*

1 — Os números 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 14 dos Pontos Positivos são computados novamente mas, desta vez, referidos apenas ao posto atual;

2 — tempo de permanência no posto;

3 — julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais;

4 — a soma dos pontos dos três itens acima dará o total segundo o qual será classificado o oficial no Quadro de Acesso por merecimento.

Parágrafo único. Para a apreciação dos itens referidos neste artigo serão observadas as seguintes regras:

1 — quando o oficial tiver mais de uma «Ficha de Informações» e não fôr o caso do art. 47, o conceito do Comandante, Chefe ou Diretor será a média aritmética dos pontos emitidos;

2 — a contagem do tempo de efetivo serviço (Pontos Positivos n.º 2) será feita a partir da data de declaração a aspirante, comissionamento ou nomeação a 1.º tenente (Q. A.). O tempo de «serviço em campanha», será computado nesse número, considerado como tal: FEB, revoluções de 1924 e 1932, e outros que a lei determinar;

3 — os tempos de serviço referidos nos números 3, 6, 8 e 9 dos Pontos Positivos serão computados da data da apresentação à do desligamento. Caso ao ser enviada a ficha do oficial este ainda permaneça na função, o tempo será computado até 30 de abril e 31 de outubro, conforme o caso.

4 — o tempo de serviço em função de Estado Maior ou Técnica (n.º 4 dos Pontos Positivos) será contado como estabelece o número anterior.

O tempo de estágio de Estado Maior ou Técnico é considerado como «em função de «EM», ou «Técnica» se o oficial fôr julgado «apto». O tempo passado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários em Junta Militar de Saúde, hospitais, policlinicas, sanatórios, farmácias, gabinetes odontológicos, institutos técnico-profissional, é considerado como «em função técnica».

O tempo passado por esses oficiais dos Serviços de Saúde e Veterinária em Diretorias e estabelecimentos congêneres é considerado em «função do Q. S.», salvo se a função fôr considerada como «em função de E. M.».

Só se considerará como «em função de Estado Maior ou Técnica» quando o oficial possuir o respectivo curso;

5 — para a contagem do tempo de serviço «em função de Q. S.» observar-se-á o disposto no número 2 acima. Para os oficiais dos QA e QB, o tempo passado fora do Exército será computado como de serviço «em função de QS»;

6 — para os oficiais Intendentes do Exército oriundos dos extintos Quadros de Contadores e de Administração observar-se-á o seguinte: no cômputo do tempo de serviço arregimentado e em função de Estado Maior ou Técnica (números 3 e 4 dos Pontos Positivos): até 24 de maio de 1934;

os oficiais do Quadro de Administração — como em função técnica;

os oficiais do Quadro de Contadores — como em função arregimentada;

a partir daquela data, de acôrdo com a função que realmente estivessem desempenhando;

7 — na contagem do tempo de serviço nas várias guarnições (número 7 dos Pontos Positivos) observar-se-á o disposto no número 2.

8 — os oficiais com o curso de Estado Maior ou Técnico que, por dispositivo legal, não hajam cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais serão considerados, para efeito da contagem de pontos, como se a houvessem cursado e obtido o conceito «bom»;

9 — para o cômputo dos elogios individuais é necessário que na transcrição dos mesmos na fé de ofício conste a referência — «individual». Poderá, entretanto, a Comissão de Promoções de Oficiais anular a referência, quando a julgar graciosa e em desacôrdo com o estabelecido nesta lei, ficando, neste caso, o signatário do elogio sujeito às sanções disciplinares correspondentes;

10 — o primeiro escrutínio refere-se a todo o período compreendido desde a declaração a aspirante. O segundo escrutínio só se refere ao atual pôsto do oficial considerado com a exceção prevista no número 7 acima, quanto à contagem de pontos relativa às várias guarnições;

11 — incapacita o oficial de ingressar em primeiro escrutínio para promoção por merecimento:

condenação passada em julgado por crime doloso;

haver sido punido por uma das transgressões seguintes:

embriaguez, faltar à verdade, falta de probidade, parte de doente ao ser designado para serviço em campanha, deslealdade, qualquer outra falta atentatória da dignidade e do pundonor militar;

12 — se o julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais considerar o oficial com mérito insuficiente, não poderá o mesmo ingressar no Quadro de acesso por merecimento;

13 — o resultado discriminado do primeiro escrutínio será publicado em "Boletim Reservado do Exército", de modo que, ao realizar-se o segundo escrutínio, já tenha a Comissão de Promoções de Oficiais conhecimento das reclamações porventura existentes;

14 — Não é permitido computar o mesmo tempo simultaneamente, como serviço arregimentado e de Estado Maior;

15 — O valor numérico do julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais obedecerá ao critério estabelecido para os conceitos constantes do art. 62.

Art. 64. O julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais é feito tendo em vista as seguintes referências:

a) Favoráveis:

Conceito «bom», «muito bom» e «excepcional», constantes das «Fichas de Informações»;

Vida de oficial no pôsto e pregressa através da “Fê de Ofício”, particularmente no que diz respeito à sua atuação e eficiência em Comando, Chefia, Direção, Comissões desempenhadas, trabalhos de sua iniciativa, Cursos e Medalhas;

b) Destavoráveis:

Punições sofridas, especialmente as consideradas faltas graves;

Atastamento das funções militares para tratamento de interêsses particulares, e por cumprimento de sentença;

Falta de aproveitamento nos Cursos freqüentados e outros fatores que revelem desinterêsse do Oficial pela profissão.

#### CAPÍTULO XIV

### DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS (C.P.O.)

Art. 65. A Comissão de Promoções de Oficiais constitui-se do Chefe do Estado Maior e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Executivo, substituíveis anualmente:

8 (oito) Generais-de-Exército ou de Divisão;

1 (um) General Técnico;

1 (um) General de cada um dos Serviços.

§ 1.º Presidirá a Comissão de Promoções de Oficiais o Chefe do Estado Maior do Exército e, no seu impedimento, o General mais graduado.

§ 2.º Só imperiosa necessidade, a juízo do Ministro da Guerra, ou parte de doente, poderá justificar ausência de qualquer membro da Comissão de Promoções de Oficiais, durante os períodos de trabalho e de elaboração dos Quadros de Acesso.

Art. 66. A Comissão de Promoções de Oficiais decidirá sempre por maioria de votos, tendo o seu Presidente, apenas, voto de qualidade.

Art. 67. Compete precipuamente à Comissão de Promoções de Oficiais:

a) submeter à consideração do Ministro da Guerra, nos prazos estabelecidos nesta lei, os Quadros de acesso e propostas para promoções;

b) examinar a fiel execução dos preceitos estabelecidos nesta lei e dos processos e normas dela decorrentes;

c) emitir parecer sobre questões atinentes às promoções e à condição de oficiais no Almanaque do Exército;

d) propor ao Ministro da Guerra providências para melhor execução desta lei;

Art. 68. Subordinada ao seu Presidente, funcionará junto à Comissão de Promoções de Oficiais a Secretaria da Comissão, dirigida por um Coronel de qualquer Arma, secundado por oficiais superiores adjuntos e pessoal auxiliar, fixados em número, postos e graduações pelo Ministro da Guerra, com o fim de preparar e organizar toda a documentação necessária ao perfeito funcionamento dos trabalhos.

Art. 69. A Comissão de Promoções de Oficiais elaborará um Regulamento determinando os pormenores de sua organização e ainda, a regulamentação da presente lei.

Art. 70. Todos os trabalhos internos da Comissão de Promoções de Oficiais e de sua Secretaria são, em princípio, de natureza sigilosa.

## CAPÍTULO XV

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71. A apuração de tempo, de que tratam os arts. 9.º e 10 desta lei, compete às Diretorias do Pessoal e dos Serviços, ao Departamento Técnico e de Produção e ao Estado Maior do Exército. Os resultados serão levados ao conhecimento da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e da Comissão de Promoções de Oficiais.

Parágrafo único. O deslocamento que sofrer o oficial, na escala de hierarquia, em consequência de tempo de serviço perdido, será consignado no Almanaque do Exército e na sua Fê de Ofício.

Art. 72. Para cada data de promoção só se levará em consideração as vagas publicadas até o dia 15 do mês respectivo, sendo as que se derem posteriormente computadas para a data de promoção seguinte, respeitado o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 8.º.

Art. 73. Todos os cálculos relativos à contagem de pontos mencionados ao art. 62, limites e outros indicados nesta lei, para organização dos Quadros de acesso se referirão a 30 de abril e 31 de outubro, conforme se trate de organizar os Quadros relativos ao 1.º ou ao 2.º semestre.

Art. 74. Vetado.

Art. 75. O oficial promovido indevidamente será agregado ao Quadro da Arma ou Serviço a que pertencer, sem contar antiguidade do novo posto até que por direito lhe caiba a promoção.

## CAPÍTULO XVI

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 76. As promoções dos oficiais pertencentes aos Quadros Q. A., Q. B. e Q. I. são reguladas pelas respectivas leis vigentes no que não contrariar as prescrições fixadas na presente lei.

Art. 77. O acesso e promoção dos oficiais não oriundos das Escolas de Formação, e sim da tropa, continuarão a ser regulados pela legislação em vigor.

Art. 78. Os oficiais superiores possuidores de Cursos de Especialização, exercendo, no interesse do Serviço, continuamente, atividades vinculadas à mesma e para as quais ainda não existam unidades de tropa organizadas que lhes facultem cumprir os requisitos desta lei, para fins de acesso, terão sua arregimentação regulada por ato ministerial.

Art. 79. Os Regulamentos desta lei e da Comissão de Promoções de Oficiais deverão ser baixados pelo Poder Executivo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da vigência desta lei.

Art. 80. A presente lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, com exceção:

a) da letra e do art. 9.º, e da letra f do art. 20, cuja execução será contada a partir de 36 (trinta e seis) meses após sua publicação, vigorando até então as condições da Lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943, quanto ao tempo de arregimentação.

b) dos números 3 a 6 da letra A do art. 63, cuja execução entrará em vigor 3 (três) anos após a vigência desta lei.

c) a letra e do art. 21 que entrará em vigor 4 (quatro) anos após a vigência desta lei.

Art. 81. Vetado.

Art. 82. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS  
*Henrique Lott*

ANEXO I

FICHAS DE INFORMAÇÕES

Conceito do Cmt da Região, Di-  
reção ou Chefia;

.....

.....

.....

(Assinatura)

Conceito do Cmt da G. O.:  
(se fôr o caso)

.....

.....

.....

.....

\_\_\_\_\_

(Assinatura)

Posto: ..... Arma: ..... Data: ..... Nome: .....								
QUALIDADES PESSOAIS E FUNCIONAIS	APRECIACAO							
	(I) 0	(R) 1	(B) 3	(M-B) 5	(Ex) 6	Soma	Divisor	Parcial
1 - Carater	V	E	T	A	D	O		
2 - Espirito e conduta militar	V	E	T	A	D	O		



QUALIDADES PESSOAIS E FUNCIONAIS		APRECIACÃO						
		(I)	(R)	(B)	(M-B)	(Ex)	Soma	Divisor
		0	1	2	3	4		
3 - Inteligência	V	E	T	A	D	O		
4 - Capacidade Técnica	V	E	T	A	D	O		
5 - Capacidade como Chefe Comandante ou Diretor	V	E	T	A	D	O		
6 - Capacidade como Instrutor	V	E	T	A	D	O		
7 - Capacidade como Admin- istrador-Técnico	V	E	T	A	D	O		

QUALIDADES PESSOAIS E FUNCIONAIS			APRECIACÃO							
			(I) 0	(R) 1	(B) 3	(M-B) 5	(Ex) 6	Soma	Divisor	Parcial
3 - Cultura Geral e Técnico-Profissional		V	E	T	A	D	O			
8 - Conduta Civil		V	E	T	A	D	O			
10 - Síntese das A.P.P. Parc.		V	E	T	A	D	O			
Conjunto A.P.P. Parc.	1	Soma das Apreciações Parciais .....							10	
	2	Conceito final - (Juízo) .....								

..... de ..... de 195.....

.....  
Com. - Diretor ou Chefe

1) Comandante, Chefe ou Diretor.

Examine as qualidades de seu subordinado com interesse e justiça. A sua apreciação é fator decisivo na escolha de um futuro chefe íntegro e respeitado.

2) Todas as qualidades pessoais e funcionais inscritas na Ficha devem ser preenchidas.

3) A «Ficha de Informações» deve ser preenchida de acordo com o exemplo contido na qualidade «1-Caráter».

4) Na «Apreciação Parcial» quando a fração for menor que meio integra-se para meio; quando for maior, para o inteiro. Assim, 2, 22 = 2,50; 2,50 = 2,50; e 2,65 = 3,00.

5) Os valores têm a significação que se segue:

I = insuficiente = 0; R = Regular = 1; B = Bom = 3; M-B = Muito Bom = 5 e Ex = Excepcional = 6.

6) Todos os dados, valores e observações são escritos de próprio punho do signatário da «Ficha».

7) Os conceitos das autoridades de que trata o art. 47 serão lançados na própria «Ficha de Informações», em local nela indicado.

8) Uma das vias da «Ficha de Informações» permanecerá arquivada na documentação sigilosa da Unidade, Repartição ou Estabelecimento.

9) O Oficial em causa deverá pôr o «Ciente», a data e assinatura, tanto na via a arquivar como na destinada à Comissão de Promoções de Oficiais, por intermédio do escalão superior.

10) Nenhuma cópia será fornecida ao Oficial apreciado.

11) Não haverá rasuras na «Ficha» sem a competente ressalva autenticada.

G P O - Secretaria

## FICHA DE PROMOÇÃO

Anexo II

Nome .....

Posto: ..... Arma: ..... Orgão onde serve: ..... Data: .....

N.º de referência	Qualidade ou condição apreciada	Conceito Juízo, Julgamento ou valor a considerar	Documento de referência	Número de Pontos		Observações	Aprovação dos Membros da Comissão
				Parcial	Total		
1	Juízo do Comandante Chefe ou Diretor .....	Bom	Of. Res. n.º de .....	3	3	Foram solicitados esclarecimentos com Of. n.º .....	
2	Tempo de serviço efetivo .....	20 anos	Relação n.º .....	10	10	Foram descontados os períodos de .....	
3	Tempo de arregimentação .....	3 anos	Relação da D. P. com Of. de .....	3	3		
4	Tempo em função de E. M. ou Técnico .....	2 anos	Relação .....	2	2		
5	Tempo de Chefia ou Direção .....	1 ano	Fé de Ofício .....	1	1		
6	Tempo de Instrutor .....	—	—	—	—		
7	Promoção por bravura e merecimento .....	Merecimento	Fé de Ofício .....	2	2		
8	Medalhas e Condecorações A) Cruz de Combate — 1.ª Classe .....	20 anos		3			
	B) Militar .....	1.º Grau		1			
	C) Mérito Militar .....			3			
9	Cursos E. E. M. ....	Bom		5	5		
10	Diários A) Por ação meritória em campanha .....	2	Fé de Of. pg. ....	2			
	B) Por desempenho de Cima - e relevo .....	2	Fé de Of. pg. ....	1	3		
11	Publicações A) Assunto técnico-profissional .....	1	Fé de Of. pg. ....	2			
	B) Assunto de cultura geral .....	1		1	3		
12	Julgamento de G. P. O. ....	Mérito destacado	Ata da Soc. ....	3	3		
13	TOTAL DE PONTOS .....				44		
14	Classificação na lista de Quadro de Acesso por merecimento do .....		Semestre: 1.º near				

Ficha organizada em ..... de ..... de .....

LEI N.º 2.658 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede isenção de pagamento do imposto de importação e demais taxas aduaneiras a um grupo Diesel elétrico "Struevel-Deutz" de 230 HP e seus implementos, destinado à iluminação pública da cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Estado da Paraíba, dispensada do pagamento do imposto de importação e demais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, que incidirem sobre um grupo Diesel elétrico "Struevel-Deutz" de 230 HP e seus implementos importado da Alemanha, destinado à iluminação pública daquela cidade paraibana.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.659 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 18.000.000 para pagamento de gratificação de magistério a Clovis do Rego Monteiro, professor catedrático do Colégio Pedro II — Externato.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito espe-

cial de Cr\$ 18.000.000 (dezoito mil cruzeiros) para pagamento de gratificação de magistério, relativa ao exercício de 1950, a Clovis do Rego Monteiro, professor catedrático do Colégio Pedro II — Externato.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.660 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, Pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender as despesas com o funcionamento da "Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas"*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de ..... Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros) para atender às despesas com o funcionamento da "Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas" (IV Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social), realizada em 1954.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

## LEI Nº 2.661 — DE 3 DEZEMBRO DE 1955

DISPÕE SÔBRE A REGULAMENTAÇÃO DO  
§ 4.º DO ARTIGO 153 DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Considera-se estância termomineral, hidromineral ou simplesmente mineral a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes d'águas termais ou minerais, naturais, exploradas com observância dos dispositivos desta lei e do decreto-lei federal n.º 7.841, de 8 de agosto de 1945.

§ 1.º — Se as fontes estiverem localizadas em zona urbana ou suburbana de alguma cidade, apenas esta será considerada estância, respeitadas as delimitações fixadas em lei municipal própria e em nenhum caso toda a área compreendida pelo município, prevalecendo o mesmo critério em relação às vilas.

§ 2.º — Se as fontes estiverem localizadas fora das áreas urbana ou suburbana, isto é, na zona rural, a estância constituir-se-á, apenas, da área que o legislador lhe fixar, incluindo a faixa de proteção das fontes minerais, estabelecidas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

§ 3.º — Em qualquer caso, para os efeitos desta lei, é sempre considerado parte integrante da estância o conjunto compreendido pelas fontes, estabelecimentos balneários ou termais e hoteleiros, praças de desportos, parques d'águas, sítios de passeios e logradouros públicos, constantes do plano diretor de melhoramentos da estância.

Art. 2.º O auxílio de que trata o § 4.º do art. 153 da Constituição Federal será concedido pela União através de convênios a serem firmados com os Estados e Municípios interessados, para os seguintes fins:

1 — Elaboração, para cada uma das estâncias, de um plano diretor de melhoramentos, que compreenderá:

- a — planta cadastral;
- b — fixação da área de proteção das fontes minerais;
- c — rede de abastecimento d'água;

- d — rêde de esgotos sanitários e pluviais;
- e — estudo completo do problema de energia elétrica;
- f — plano de urbanismo;

g — plano rodoviário de acesso aos sítios de passeios.

II — Realização do estudo d'águas minerais de aplicação medicinal e execução das obras de captação e adução das mesmas.

III — Delimitação das áreas que, adquiridas pela União e incorporadas ao seu patrimônio, devam ser por esta reflorestadas, e fim de proteger os mananciais e as fontes.

IV — Promover, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a execução das obras de saneamento das estâncias.

V — Conceder prioridade para a construção da rodovia federal constante do plano rodoviário nacional, denominada "circuito rodoviário das estâncias hidrominerais".

VI — Estabelecer prioridade na concessão de auxílios para a construção de campos de pouso nas estâncias hidrominerais.

VII — Incluir no plano de obras postais-telegráficas, com a recomendação da prioridade, a extensão de linhas telegráficas para tôdas as estâncias, e a construção do respectivo prédio da Agência Postal Telegráfica.

VIII — Construção e instalação, em regime de convênio com os Estados, de um grupo escolar na sede de cada estância que não tenha sua localização coincidente com a sede do município ou da vila.

IX — Concorrer com recursos financeiros para as obras de construção e aparelhamento das termas e balneários, inclusive para a solução do problema de energia elétrica das estâncias.

X — Construção e instalação nas estâncias, no regime vigente de convênio com os Estados, de uma unidade escolar profissional, que será de natureza agrícola ou industrial, de conformidade com as particularidades geoeconômicas e sociais da região.

XI — O Ministério da Agricultura, através de seus órgãos competentes, emprestará a cada uma das estâncias assistência mais intensificada, visando ao melhor aparelhamento de sua produção rural, notadamente no setor da avicultura, fruticultura, vinicultura e pequenas indústrias domésticas.

XII — Instalação nas estâncias de um pôsto meteorológico destinado a coligir elementos para os estudos de suas condições climáticas.

Art. 3.º O Ministério da Saúde, depois dos necessários estudos, orientará o aproveitamento das riquezas hidrológicas e climáticas do país, no interesse da ciência e da saúde pública.

Art. 4.º Para efeito do recebimento dos favores de que trata esta lei, o Estado incumbir-se-á de promover, através de seu órgão técnico, a execução de medidas gerais e especiais de saúde pública que constituam garantia de bom estado sanitário na estância.

Art. 5.º A União deverá convencionar com os Estados e Municípios interessados a construção de hotéis balneários para as classes menos favorecidas.

Art. 6.º O Poder Executivo consignará, anualmente, em sua proposta orçamentária verba própria, destinada a dar cumprimento à presente lei, ficando, ainda, autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) a fim de ocorrer, no presente exercício, às despesas resultantes da aplicação do disposto no artigo 2º e seus incisos, bem como no artigo 5º, de acordo com as seguintes discriminações :

*a* — ao Ministério da Agricultura o crédito de Cr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para cumprimento das letras *a*, *b* e *d* do inciso I, e dos incisos II, III, IX X, XI e XII do artigo 2.º;

*b* — ao Ministério da Saúde o crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para cumprimento das letras *c* e *d* do inciso I do art. 2.º, e do art. 5.º;

*c* — ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para cumprimento das letras *f* e *g* do inciso I, e dos incisos IV, V e VII do art. 2.º.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

NEREU RAMOS.

*F. de Menezes Pimentel.*

*Mário de Câmara.*

*Lucas Lopes.*

*Eduardo Catalão.*

*Mauricio de Medeiros.*

LEI N.º 2.662 — DE 3 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00, durante dez anos consecutivos, ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), durante 10 (dez) anos consecutivos, para ser aplicada na construção do novo prédio destinado ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Obrigar-se-á o Colégio Anchieta a continuar a manter cursos noturnos gratuitos para alunos pobres como o vem fazendo até a presente data.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º janeiro de 1955, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.663 — DE 3 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 126.187,80 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos funcionários interinos de sua Secretaria.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 126.187,80 (cento e vinte e seis mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento

de gratificação adicional por tempo de serviço, nos exercícios de 1951, 1952 e 1953, aos funcionários interinos de sua Secretaria.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Francisco de Menezes Pimentel.  
Mário da Câmara.

LEI N.º 2.664 — DE 3 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre ações judiciais decorrentes de atos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As ações decorrentes de atos administrativos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais serão pleiteadas no Juízo da Fazenda Pública do Distrito Federal, nêles oficiando representante do Ministério Público.

§ 1.º O representante do Ministério Público solicitará ao Presidente da Câmara Legislativa ou do Tribunal, contra cuja Mesa ou Presidência a ação fôr proposta, as informações necessárias à defesa dos atos sub-judice.

§ 2.º Em se tratando de ação em que pleiteiem direitos dos funcionários dos serviços administrativos das Câmaras Legislativas ou dos Tribunais Federais, ou em que seja controversa qualquer matéria constitucional ou regimental, sempre que a sentença fôr condenatória será de obrigatória apelação, de ofício, pelo prolator da sentença.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Francisco de Menezes Pimentel.



(\*) LEI N.º 2.665 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1956*

## O VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Faço saber, que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1956, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em setenta bilhões, novecentos e sessenta milhões, trezentos e trinta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 70.960.334.000,00) e limita a Despesa em setenta e um bilhões, quinhentos e cinco milhões, duzentos e oito mil, novecentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 71.505.208.940,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

## 1 — Receita Ordinária

	Cr\$	Cr\$
1.1 — Renda Tributária .....	62.798.833.000	
1.2 — Renda Patrimonial .....	2.634.611.000	
1.3 — Renda Industrial .....	1.117.474.000	
1.4 — Rendas Diversas .....	1.199.414.000	67.750.332.000

2 — Receita Extraordinária ..... 3.210.002.000

Total da Receita ..... 70.960.334.000

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pela Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este, artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido no art. 8.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Art. 4.º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos e Tabelas de Dotações Centralizadas constantes dos Anexos 2 a 6 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$	Cr\$
2 — Poder Legislativo		
2.01 — Câmara dos Deputados ..	262.686.740	
2.02 — Senado Federal .....	110.181.990	372.868.730
3 — Órgãos Auxiliares		
3.01 — Tribunal de Contas .....	44.864.260	
3.02 — Conselho Nacional de Economia .....	20.167.520	65.031.780

(\*) Nota do S. Pb. — Em suplemento à presente edição serão publicados, com esta Lei, os anexos relativos à Receita e Despesa da União para o exercício de 1956.

4 — Poder Executivo

4.01 — Presidência da República..	532.344.512	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público ...	64.123.720	
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas . . . . .	22.894.934	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas . . . . .	3.417.880	
4.05 — Comissão de Reparações de Guerra . . . . .	468.880	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco . . . . .	650.875.552	
4.07 — Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica . . . . .	6.306.220	
4.08 — Conselho Nacional do Petróleo . . . . .	59.969.830	
4.09 — Conselho de Segurança Nacional . . . . .	6.422.896	
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia . . . . .	1.901.492.710	
4.11 — Ministério da Aeronáutica	4.668.832.577	
4.12 — Ministério da Agricultura.	4.123.264.390	
4.13 — Ministério da Educação e Cultura . . . . .	4.245.106.840	
4.14 — Ministério da Fazenda ...	14.083.194.608	
4.15 — Ministério da Guerra .....	8.911.001.040	
4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores . . . . .	2.994.250.558	
4.17 — Ministério da Marinha ...	4.959.945.220	
4.18 — Ministério das Relações Exteriores . . . . .	446.260.438	
4.19 — Ministério da Saúde .....	3.159.713.044	
4.20 — Ministério do Trabalho Indústria e Comércio . . . . .	2.262.135.290	
4.21 — Ministério da Viação e Obras Públicas . . . . .	17.441.003.688	70.543.024.827

5 — Poder Judiciário

5.01 — Supremo Tribunal Federal.	27.379.460	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos . . . . .	56.922.044	
5.03 — Justiça Militar . . . . .	49.824.922	
5.04 — Justiça Eleitoral . . . . .	151.106.956	
5.05 — Justiça do Trabalho .....	135.759.007	
5.06 — Justiça do Distrito Federal	103.291.214	524.283.603

Total da Despesa ..... 71.505.218.940

Art. 5.º As dotações constantes das Tabelas de Dotações Centralizadas consideram-se concedidas, para efeito de movimentação, aos correspondentes órgãos centralizadores que as aplicarão de acordo com a discriminação dos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 7.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento (20 %) sobre o montante da Despesa.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Francisco Menezes Pimentel.*

*Antônio Alves Câmara.*

*Henrique Lott.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Mário da Câmara.*

*Lucaş Lopes*

*Eduardo Catalão.*

*Abgar Renault.*

*Nelson Omegna.*

*Vasco Alves Sêco.*

*Maurício de Medeiros.*

regem o penhor rural, inclusive os atos de registro.

Art. 2.º O benefício ou a transformação dos gêneros agrícolas, dados em penhor rural ou mercantil, não extinguem o vínculo real que se transfere para os produtos e subprodutos resultantes de tais operações.

Art. 3.º A validade do penhor celebrado pelo arrendatário, comodatário, parceiro agricultor, condômino, usufrutuário ou fiduciário independe da anuência do proprietário, consorte nu-proprietário ou fideicomissário do imóvel de situação dos bens dados em garantia.

§ 1.º Em caso de arrendamento ou comodato, o prazo do penhor só poderá ultrapassar o da locação se nisso aquiescer o locador ou comodante.

§ 2.º O penhor outorgado pelo parceiro agricultor só incidirá sobre a parte dos frutos ou bens que lhe couberem pelo contrato de parceria, admitida a sua constituição apenas, quando não houver no citado contrato expressa proibição à sua outorga, ou exigência de prévia anuência de parceiro proprietário.

LEI N.º 2.666 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Independe de tradição efetiva o penhor mercantil dos produtos agrícolas existentes em estabelecimentos destinados ao seu benefício ou transformação.

§ 1.º Em caso de dúvida quanto à identificação do produto apenado em face de outros da mesma espécie existentes no local, o vínculo real incidirá sobre a quantidade equivalente de bens da mesma natureza, de propriedade e em poder de estabelecimento que responderá como fiel depositário sob as penas da lei.

§ 2.º Aplicam-se ao penhor constante deste artigo as disposições que

§ 3.º Se o imóvel estiver indiviso, o penhor só incidirá sobre os bens correspondentes à parte ideal do apenhante.

§ 4.º Se o usufruto ou fideicomisso cessarem antes de paga a dívida, existindo a garantia, o nu-proprietário ou fideicomissário só terão direito a esta se resgatarem a obrigação.

Art. 4.º Os frutos pendentes, em formação ou percebidos de imóveis clausulados de inalienabilidade ou impenhorabilidade poderão ser dados em penhor rural.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Eduardo Catalão.

LEI N.º 2.667 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 para atender às despesas com os reparos do edifício e aquisição de equipamento para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, Estado do Maranhão, danificada por incêndio.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado a atender às despesas com reparos do edifício e aquisição de equipamento para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, Estado do Maranhão, danificada por incêndio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara

LEI N.º 2.668 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Modifica o Decreto-lei n.º 9.735, de 4 de setembro de 1946, que consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outras providências.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 12 e seus parágrafos, e 13, do Decreto-lei n.º 9.735, de 4 de setembro de 1946, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O Conselho Técnico do Instituto de Resseguros do Brasil será composto de 6 (seis) membros, denominados conselheiros, dos quais 3 (três) de livre escolha do Presidente da República, e por este designados, e 3 (três) eleitos pelas sociedades dentre os brasileiros que exerçam cargos de direção ou técnicos na administração das mesmas.

§ 1.º Os conselheiros representantes do Governo, em seus impedimentos temporários, ou em caso de vaga, serão substituídos, a critério do presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, até a data da nomeação do novo conselheiro pelo Presidente da República.

§ 2.º Os membros do Conselho, eleitos pelas sociedades, terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

§ 3.º Quando da eleição dos membros efetivos, serão, também, eleitos pelas sociedades 3 (três) suplentes, pelo igual prazo de 2 (dois) anos.

§ 4.º Os conselheiros representantes das sociedades, em seus impedimentos temporários, ou em caso de vaga, serão substituídos pelos suplentes.

§ 5.º Os conselheiros e os suplentes tomarão posse perante o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil.

§ 6.º Cada sociedade terá direito a um voto.

§ 7.º Os membros do Conselho Técnico poderão exercer, no Instituto, funções permanentes de administração.

Art. 13. Bienalmente, na segunda quinzena do mês de dezembro, as sociedades de seguros, possuidoras de ações de capital do Instituto, elegerão, para o exercício que terá início a partir de 1.º de janeiro do ano imediato, os conselheiros efetivos e os respectivos suplentes, por meio de escrutínio secreto, em reunião convocada e presidida pelo presidente do Instituto."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Nelson Omega.

LEI N.º 2.669 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ .. 2.580,00 mensais a Lavinia Antônio Azevedo, viúva do operário de arsenal, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, Luiz Machado de Azevedo.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta cruzeiros) mensais, a partir de 17 de outubro de 1952, a Lavinia Antônio Azevedo, viúva do operário de arsenal, classe H, Luiz Machado de Azevedo, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha,

morto em consequência de acidente no serviço.

Art. 2.º O pagamento da pensão concedida pela presente lei correrá à conta da verba orçamentária destinada aos pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara

LEI N.º 2.670, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 150.000.000,00, para ocorrer a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ .. 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Henrique Lott

Mário da Câmara

LEI N.º 2.671 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 905.679,10, destinado a indenizar os prejuízos causados a terceiros.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ ... 905.679,10 (novecentos e cinco mil, seiscentos e setenta e nove cruzeiros e dez centavos), destinado a indenizar a terceiros, credores do Quartel General da 6.ª Região Militar, os prejuízos causados, no desempenho de suas funções, por agente administrativo executor cujo processo de responsabilidade está seguindo o curso legal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Henrique Lott.

Mário da Câmara

LEI N.º 2.672 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1955

*Altera disposições da lei n.º 1.086, de 19 de abril de 1950, e autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 5 anos os financiamentos previstos naquela lei.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É prorrogado por mais 5 (cinco) anos, nos exercícios de 1955, 1956, 1957, 1958 e 1959, o dis-

posto no art. 4.º da Lei n.º 1.086, de 19 de abril de 1950.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100 000 000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender, no exercício de 1955, aos fins previstos nesta lei.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere esta lei, será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º São revogados o artigo 6.º e seu parágrafo único da Lei número 1.086, de 19 de abril de 1950.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Mário da Câmara.

Vasco Alves Sêco.

LEI N.º 2.673 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

*Dá a denominação de "Capitão Evaristo" à atual estação de Tamboril.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Passará a denominar-se "Capitão Evaristo" a atual estação de Tamboril da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Lucas Lopes

LEI N.º 2.674 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

DISPÕE SOBRE O QUADRO DO PESSOAL DA  
SECRETARIA DO TRIBUNAL MARÍTIMO,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado, na forma da tabela anexa, o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo, a que se refere o art. 147 da lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1954.

§ 1.º Os valores mensais das classes dos padrões constantes da tabela anexa de que trata este artigo são os fixados pela lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

§ 2.º Os valores dos símbolos dos cargos em comissão e das funções gratificadas são os constantes da lei n.º 2.188, de 3 de março de 1934.

Art. 2.º Aos funcionários efetivos e servidores estáveis do Ministério da Marinha integrantes do corpo instrutivo do Tribunal Marítimo, e que nêle se achavam lotados na data da publicação da lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, é assegurado o direito de aproveitamento no Quadro criado por esta lei.

§ 1.º Os ocupantes de cargos da carreira de oficial administrativo serão aproveitados, nas mesmas classes, na carreira de oficial instrutivo, bem como os servidores estáveis, respeitada a equivalência de funções; e os das carreiras de contínuo e servente, na de auxiliar de portaria, dentro do mesmo critério.

§ 2.º Os mais funcionários efetivos e servidores estáveis, respeitada a equivalência de funções, que vêm exercendo atribuições complementares aos trabalhos pertinentes ao corpo instrutivo do Tribunal Marítimo, serão aproveitados em cargo da carreira de auxiliar instrutivo, observados os respectivos padrões de vencimentos.

Art. 3.º O Presidente do Tribunal Marítimo apostilará os títulos dos funcionários abrangidos pelo art. 2.º desta lei e fará publicar, no órgão oficial, a respectiva relação nominal.

Art. 4.º Os extranumerários da T.U.M. do Ministério da Marinha, lotados até a vigência da lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, no Tribunal Marítimo, integrarão a tabela do mesmo Tribunal.

Art. 5.º É assegurado aos funcionários do Ministério da Marinha em exercício no Tribunal Marítimo, o direito de optarem pela permanência no Quadro a que pertencerem, dentro em 30 (trinta) dias.

Art. 6.º Os cargos em comissão de Diretor Geral e Diretor de Divisão serão providos pelo Presidente da República, mediante proposta do Tribunal Marítimo, encaminhada pelo Ministro da Marinha.

Art. 7.º As propostas de nomeação e promoção de funcionários serão elaboradas pelo Tribunal Marítimo e encaminhadas à assinatura do Presidente da República, por intermédio do Ministério da Marinha.

Art. 8.º Os vencimentos e gratificações, fixados na tabela anexa, serão pagos a contar da data da publicação desta lei.

Art. 9.º As dotações orçamentárias destinadas ao Tribunal Marítimo constarão especificamente do Orçamento da União, na parte relativa ao Ministério da Marinha.

Art. 10. As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério da Marinha, até que seja ajustada a discriminação orçamentária ao que dispõe o artigo anterior.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Antônio Alves Câmara.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Obs.
	I) Cargos isolados de provimento em co- missão:				
1	Diretor Geral .....	CC-2	—	1	—
4	Diretor de Divisão .....	CC-5	—	4	—
	II) Cargos isolados de provimento efetivo:				
1	Arquivista .....	K	—	1	—
2	Oficial de Justiça .....	J	—	2	—
1	Redator .....	N	—	1	—
1	Bibliotecário .....	K	—	1	—
	III) Cargos de carreira:				
	Auxiliar de Portaria				
1	.....	J	—	1	—
1	.....	I	—	1	—
2	.....	H	—	2	—
2	.....	G	—	2	—
	Auxiliar Instrutivo				
4	.....	G	—	4	—
6	.....	F	—	6	—
8	.....	E	—	8	—
	Guarda de Polícia				
1	.....	G	—	1	—
2	.....	F	—	2	—
3	.....	E	—	3	—
	Oficial Instrutivo				
1	.....	M	—	1	—
2	.....	L	—	2	—
2	.....	K	—	2	—
3	.....	J	—	3	—
4	.....	I	—	4	—
6	.....	H	—	6	—



IV) Funções Gratificadas		
1	Assistente do Presidente .....	FG-4
Divisão de Acidentes		
2	Chefe de Seção .....	FG-4
Divisão de Registro da Propriedade Marítima		
2	Chefe de Seção .....	FG-4
Divisão de Jurisprudência e Documentação		
2	Chefe de Seção .....	FG-5
Divisão de Administração		
2	Chefe de Seção .....	FG-5
Procuradoria		
1	Secretário .....	FG-4
Serviços Auxiliares		
1	Chefe dos Serviços Auxiliares .....	FG-5
1	Chefe do Protocolo .....	FG-6
1	Chefe de Portaria .....	FG-6

**LEI N.º 2.675 — DE 8 DE DEZEMBRO  
DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para auxiliar a realização do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para auxiliar a realização, em Fortaleza, Estado do Ceará, do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima.

**Art. 2.º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Abgar Renault

Mário da Câmara

LEI N.º 2.676 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR,  
PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA,  
O CRÉDITO ESPECIAL DE .....  
CR\$ 674.280,70 PARA PAGAMENTO DE  
GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 674.280,70 (seiscentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta cruzeiros e setenta centavos) para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores do mesmo Ministério, abaixo relacionados, estando as gratificações atribuídas de acordo com a lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948:

	Cr\$
1 — Nilton Campos, professor catedrático, padrão «O», percebendo pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 1949, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais, a importância de Cr\$ 733,30, e pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, no período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais, a importância de Cr\$ 18.161,30 .....	18.894,60
2 — Raimunda Cerveira dos Passos, professor, padrão «K», da Escola Técnica de São Luís — Diretoria do Ensino Industrial — período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 21.240,00 anuais .....	3.540,00
3 — Francisco de Castilhos Marques Pereira, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Medicina de Porto Alegre — Universidade do Rio Grande do Sul — período de 10 de maio de 1950 a 31 de dezembro de 1951, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais .....	9.854,80
4 — José Lages Filho, professor catedrático, padrão «M», da Faculdade de Direito de Alagoas — Diretoria do Ensino Superior — período de 27 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 13.800,00 anuais .....	36.953,30
5 — João de Oliveira Melo, professor catedrático, padrão «M», da Faculdade de Direito de Alagoas — Diretoria do Ensino Superior — período de 27 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1951, à razão de Cr\$ 13.800,00 anuais .....	23.153,30
6 — Heráclito Amâncio Pereira, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Direito do Espírito Santo — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ .. 18.000,00 anuais .....	37.161,30
7 — Antônio Pôrto de Oliveira, professor, padrão «M», da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará — Diretoria do Ensino Superior — período de 23 de janeiro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ .. 27.840,00 anuais .....	81.873,50

8 — Afrânio Salgado Lages, professor catedrático, padrão «M», da Faculdade de Direito de Alagoas — Diretoria do Ensino Superior — período de 27 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 13.800,00 anuais	36.953,30
9 — Walter Rabelo Pessoa da Costa, instrutor, padrão «J», da Escola Industrial de João Pessoa — Diretoria do Ensino Industrial — período de 25 de abril de 1951 a 31 de dezembro de 1951, à razão de Cr\$ 8.280,00 anuais	5.658,00
10 — Vanilla Gandolfo Saraiva, professor, padrão «J», da Escola Industrial de Cuiabá — Diretoria do Ensino Industrial — período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 8.280,00 anuais	1.825,20
11 — Maria Amélia Pinto, professor, padrão «J», da Escola Técnica de Curitiba — Diretoria do Ensino Industrial — período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 8.280,00 anuais	35.259,00
12 — José Martins D'Alvarez, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade Fluminense de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ .. drão «O», da Faculdade Fluminense de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	37.161,30
14 — Alberto Martins Moreira, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	37.161,30
13 — Benjamim Vineli Batista, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	12.387,10
15 — Herval Gouveia Hildebrandt, professor, padrão «K», do Instituto Benjamim Constant, período de 28 de novembro de 1951 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 10.200,00 anuais	6.000,00
16 — Herval Gouveia Hildebrandt, professor, padrão «K», do Instituto Benjamim Constant, período de 28 de novembro de 1951 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 10.200,00 anuais	11.135,00
16 — Maurício Gudín, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade Fluminense de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	37.161,30
17 — Anfilólio Jaime de Altavila Melo, professor catedrático, padrão «M», da Faculdade de Direito de Alagoas — Diretoria do Ensino Superior — período de 27 de abril de 1950 a 4 de julho de 1951, à razão de Cr\$ 13.800,00 anuais	16.401,60
18 — Lauro Antunes de Magalhães, professor, padrão «M», da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará — Diretoria do Ensino Superior — período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 27.840,00 anuais	27.840,00
19 — Adaauto da Silva Teixeira, professor catedrático, padrão «O», da Escola de Engenharia da Universidade do Recife — período de 4 de agosto de 1951 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	14.454,80
20 — Darwin Monteiro da Silva, professor, padrão «J», da Escola Industrial de Cuiabá — Diretoria do Ensino Industrial — período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 8.280,00 anuais	1.825,20

Industrial — periodo de 29 de outubro de 1951 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 8.200,00 anuais ,	9.726,70
21 — Hélio de Sousa Ribeiro, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia — periodo de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais ..	37.161,30
22 — Raimundo de Norões Milfont, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará — Diretoria do Ensino Superior — periodo de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais .....	12.387,10
23 — Paulo José Duarte, professor catedrático, padrão «O», da Escola de Engenharia da Universidade do Recife — periodo de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais .....	18.161,30
24 — João Zaco Paraná, professor catedrático, padrão «O», da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil — periodo de 1 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	19.000,00
25 — Álvaro Augusto da Silva, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, periodo de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	55.161,30
26 — Antônio Rodrigues Monteiro Filho, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade Fluminense de Medicina — Diretoria do Ensino Superior — periodo de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais .....	18.387,10
27 — Ildefonso Mascarenhas da Silva, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil — periodo de 2 de setembro de 1952 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais .....	7.983,30
28 — Álvaro Porto Moitinho, professor catedrático, padrão «O», da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil — periodo de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ .. 6.000,00 anuais .....	24.161,30
29 — Oscar Coutinho, professor catedrático, padrão «O», aposentado, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, periodo de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais .....	18.483,90
Total .....	674.280 70

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1955; 134.ª da Independência e 87.ª da República.

NEREU RAMOS.  
Aldar Renault.  
Mário da Câmara.

LEI N.º 2.677 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 306.000,00 para atender às despesas com a concessão de gratificação especial ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' estabelecida, a título de gratificação especial, a seguinte remuneração para o pessoal da Comissão Técnica de Rádio:

- a) presidente — Cr\$ 6.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros) anuais;
- b) membros e chefe da seção de estudos legais Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais cada um;
- c) secretário das sessões — ..... Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) anuais.

Art. 2.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil cruzeiros) destinado a atender, no presente exercício, às despesas decorrentes desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1955, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Lucas Lopes

Mário da Câmara

LEI N.º 2.678 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 destinado a atender a despesa relativa ao exercício de 1955, com a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender à despesa relativa ao exercício de 1955 com a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, a que se refere a lei n.º 2.404, de 13 de janeiro de 1955, caso os recursos do "Fundo Federal de Eletrificação" não possam ocorrer à referida aquisição.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.679 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 1.178,00 mensais a Josephina Pinheiro, viúva do maquinista, classe J, do Arsenal de Marinha, Osório Pinheiro.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.178,00 (mil cento e setenta e oito cruzeiros) mensais a Josephina Pinheiro, viúva do maquinista, classe J, do Arsenal de Marinha, Osório Pinheiro, morto em consequência de acidente no trabalho.

Art. 2.º O pagamento da pensão concedida pela presente lei correrá à conta da verba orçamentária destinada aos pensionistas da União a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.680 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ ... 3.000,00 mensais ao jornalista João Guedes de Mello, decano da imprensa brasileira.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais ao jornalista João Guedes de Mello, decano da imprensa brasileira.

Art. 2.º A pensão estipulada no artigo 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara

LEI N.º 2.681 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede a pensão especial de Cr\$ ... 3.000,00 à viúva Tarcila Moraes Dutra.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida à viúva Tarcila Moraes Dutra, enquanto viver, a

pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 2.º O pagamento da pensão estipulada no art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária destinada aos pensionistas da União, e será devido a partir da vigência da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.682 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre a vigência dos §§ 6.º e 15 do art. 141 da Constituição Federal, durante o estado de sítio.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Continuam em vigor, durante o estado de sítio decretado pela Lei n.º 2.654, de 25 de novembro de 1955, as garantias de que tratam os §§ 6.º e 15 do art. 141 da Constituição Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.  
Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Nelson Omega.

Vasco Alves Seco.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.683 — DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 4.500.000,00 para pagamento devido pela União ao The Institute of Inter-American Affairs.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de parte da contribuição a que se comprometeu o Governo dos Estados Unidos do Brasil para a realização de um programa de cooperação educacional com The Institute of Inter-American Affairs, conforme termo de 23 de junho de 1952, aditivo ao Acordo celebrado entre o Governo Brasileiro e o mencionado Instituto, em 14 de outubro de 1950.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.684 — DE 16 DE DEZEMBRO  
DE 1955

*Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro do pessoal do Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo passa a ser o constante da tabela anexa.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunais Regionais — o crédito especial de Cr\$ 366.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Mário da Câmara.

#### TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

GRUPO B-1 — GOIÁS, MARANHÃO, PIAUÍ E PARAÍBA

#### Cargos em comissão

Número de cargos	C a r g o s	Símbolo
1	Diretor de Secretaria .....	PJ-5

*Cargos isolados de provimento efetivo*

Número de cargos	C a r g o s	Padrão
1	Porteiro .....	"H"
1	Arquivista .....	"J"

*Cargos de carreira*

Número de cargos	C a r g o s	Classe
1	Oficial Judiciário .....	"M"
2	Oficial Judiciário .....	"L"
2	Oficial Judiciário .....	"K"
2	Oficial Judiciário .....	"J"
2	Oficial Judiciário .....	"I"
2	Oficial Judiciário .....	"H"
3	Datilógrafo .....	"G"
4	Datilógrafo .....	"F"
1	Continuo .....	"G"
1	Continuo .....	"F"
1	Servente .....	"E"
1	Servente .....	"D"

*Funções gratificadas*

Número de cargos	C a r g o s	Símbolo
2	Chefe de Seção .....	FG-7
1	Secretário do Presidente .....	FG-6
1	Secretário ao Procurador Regional ...	FG-6



LEI N.º 2.685 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1955

*Retifica a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954:

#### ANEXO 17

##### *Ministério da Agricultura*

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Onde se lê:

Consignação 1 — Serviços de Terceiros.

11 — Serviços Contratuais.  
19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 01-S.E.A.V.  
1) — Ampliação das atividades didáticas das seguintes Escolas:

14) — Curso de Economia Doméstica na Escola Agro-Técnica de Alegrete — Rio Grande do Sul — Cr\$ 400.000,00.

Leia-se:

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

11 — Serviços Educativos e Culturais.

19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

01 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

11) — Despesas de qualquer natureza com o Curso de Economia Doméstica na Escola Agro-Técnica de Alegrete — Rio Grande do Sul — Cr\$ 400.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

02 — Subvenções ordinárias.

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Associação Rural e Comercial de São Pedro do Sul — Cr\$ 35.000,00.

Leia-se:

Associação Comercial Industrial e Rural de São Pedro do Sul — Cr\$ 35.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções Extraordinárias.

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Associação Educacional Bom Pastor — Cai — Cr\$ 200.000,00.

Leia-se:

Associação Educacional de Linha Brasil Nova Petrópolis (ex-Cai) — Cr\$ 200.000,00.

Onde se lê:

Escola Agrícola de Guarani das Missões — São Luiz Gonzaga — Cr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Sociedade Escola Agrícola Nossa Senhora — Guarani das Missões — São Luiz Gonzaga — Cr\$ 30.000,00

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

01 — Acórdos.

13 — Departamento Nacional de Produção Vegetal.

03 — Divisão de Fomento da Produção Vegetal.

1) — Fomento da Produção Vegetal em colaboração com os Estados e Municípios:

Onde se lê:

23) — Santa Catarina...

3) — Santo Antônio da Patrulha — Cr\$ 200.000,00

Leia-se:

22) — Rio Grande do Sul.

4) — Santo Antônio da Patrulha — Cr\$ 200.000,00.

Ficando, em consequência alteradas as somas dos referidos Estados, nessa parte, para respectivamente, ..... Cr\$ 2.000.000,00 e ..... 1.700.000,00

#### ANEXO 18

##### *Ministério da Educação e Cultura*

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

02 — Subvenções ordinárias.

06 — Conselho Nacional de Serviço Social — (Relação das subvenções ordinárias).

08 — Espírito Santo.

Onde se lê:  
Fundação Anchieta-Vitória, Cr\$ ...  
30.000,00.

Leia-se:  
Associação Anchieta-Vitória, Cr\$...  
30 000,00.  
23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:  
"Escola N. S. Auxiliadora Frederico Westphalen — Palmeira das Missões — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:  
Escola Nossa Senhora Auxiliadora — Frederico Westphalen (ex-Palmeira das Missões), mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ ....  
20.000,00.

Onde se lê:  
Escola Divino Mestre — Iraí — Cr\$ 30.000,00.  
Escola Pio X — Mussum — Guapore — Cr\$ 20.000,00.

Ginásio São João Batista — Montenegro — Cr\$ 10.000,00.  
Instituto Champagnat — Porto Alegre — Cr\$ 20.000,00.

Sociedade São Vicente de Paulo da Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos — Gravataí — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:  
Escola Divino Mestre, mantida pela Comunidade Evangélica — Iraí — Cr\$ 30.000,00.

Colégio Pio X, de Mussum, Guapore, mantida pela Sociedade Educadora, Instrutora e Beneficente — Cr\$ 20.000,00.

Ginásio São João Batista, de Montenegro, mantido pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino — ....  
Cr\$ 10.000,00.

Instituto Champagnat de Porto Alegre, mantido pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino — ....  
Cr\$ 20.000,00.

Conferência Vicentina de N.S. dos Anjos — Gravataí — Cr\$ .....  
20.000,00.

24 — Santa Catarina.

Onde se lê:

Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de Santa Catarina — Florianópolis — Cr\$ ...  
25.000,00.

Leia-se:  
Centro Acadêmico XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito de Santa Catarina — Florianópolis — Cr\$ .....  
25.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções extraordinárias.  
06 — Conselho Nacional do Serviço Social.

Onde se lê:

1) De acordo com o § 2.º do artigo 4.º da lei n.º 1.493, de 1951, para atender às instituições assistenciais, mediante solicitação de entidades não contempladas na discriminação orçamentária, sendo Cr\$ 3.000.000,00 para obras de caráter educacional a cargo da Diocese de Petrópolis (Bispado de Petrópolis: Cr\$ 1.000.000,00 destinado ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal. (I.B.A.M.) Cr\$ 1.000.000,00 para o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (I.B.R.I.); e Cr\$ 600.000,00 para o Instituto Brasileiro de Organização (I.B.O.) Cr\$ 1.000.000,00 destinados à Academia Brasileira de Ciências, D.F. (decreto n.º 24.785, de 14 de julho de 1934 e Cr\$ ..... 1.000.000,00 destinados à Faculdade de Filosofia de Alegrete, no Rio Grande do Sul, Cr\$ 1.000.000,00 para o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação para atividades culturais (decreto n.º 25.124, de 27 de fevereiro de 1954) e Cr\$ 200.000,00 destinados à Escola de Pós Graduação Médica da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e à Sociedade Brasileira de Esterilidade Cr\$ 21.120,00.

Leia-se:

1) De acordo com o § 2.º do artigo 4.º da lei n.º 1.493-51, para atender às instituições assistenciais, mediante solicitação de entidades não contempladas na discriminação orçamentária, sendo Cr\$ 2.000.000,00 para obras de caráter educacional a cargo da Diocese de Petrópolis (Bispado de Petrópolis); e subvenções destinadas ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (I. B. A. M.), à Associação Brasileira de Municípios, ao Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (I. B. R. I.), ao Instituto Brasileiro de Organização (I.B.R.O.), à Academia Brasileira de Ciências, D. F. (decreto n.º 24.785, de 14-7-34), à Faculdade de Filosofia de Alegrete no Rio Grande do Sul, à Escola de Pós Graduação Médica do Rio de Janeiro e à Sociedade Brasileira de Esterilidade — Cr\$ 21.120,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções Extraordinárias.

06 — Conselho Nacional de Serviço Social. 2) Relação das subvenções extraordinárias).

02 — Alagoas.

Onde se lê:

Associação do Ensino Paroquial Delmiro — Cr\$ 25.000,00.

Leia-se:

Obras Sociais da Paróquia de Delmiro — Cr\$ 25.000,00.

06 — Ceará.

Onde se lê:

Colégio Diocesano Padre Anchieta de Joazeiro do Norte — Cr\$. . . . . 10.000,00.

Ginásio Monsenhor Joviniano Barreto — Joazeiro do Norte — Cr\$ .... 10.000,00.

Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto — Joazeiro do Norte — Cr\$ .... 10.000,00.

Leia-se:

Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto — Joazeiro do Norte — Cr\$ .... 30.000,00.

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

— Escola Paroquial de André da Rocha, Lagôa Vermelha — Cr\$ ..... 15.000,00.

— Escola Paroquial São Sebastião, André da Rocha, Lagôa Vermelha — Cr\$ 5.000,00.

— Escola São Sebastião, de André da Rocha, Lagôa Vermelha, mantida pela Ordem Servos de Maria — Cr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Escola São Sebastião, de André da Rocha, Lagôa Vermelha (mantida pela Ordem Servos de Maria) — Cr\$ 50.000,00.

Onde se lê:

Colégio São Francisco, de Aratiba, Erechim — Cr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Colégio São Francisco, de Aratiba, Erechim, mantido pela Associação das Catequistas de Rodeio, Santa Catarina — Cr\$ 10.000,00.

Onde se lê:

Escola N. S. Auxiliadora — Frederico Westphalen — Palmeira das Missões — Cr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Escola Nossa Senhora Auxiliadora — Frederico Westphalen (ex-Palmeira das Missões), mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — .... Cr\$ 30.000,00.

Onde se lê:

Colégio Anchieta — Porto Alegre — Cr\$ 36.000,00.

Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, do Colégio Anchieta — Porto Alegre — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Colégio Anchieta de Porto Alegre, mantido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira — Cr\$ 55.000,00

Onde se lê:

Colégio N. S. das Dôres — Porto Alegre — Cr\$ 50.000,00.

Ginásio N. S. das Dôres — Porto Alegre — Cr\$ 100.000,00.

Leia-se:

Colégio Nossa Senhora das Dôres — Porto Alegre — Cr\$ 150.000,00.

Onde se lê:

Colégio Mauá — Sociedade Escolar Santa Cruz do Sul — Santa Cruz do Sul — Cr\$ 40.000,00.

Sociedade Escolar Santa Cruz, para o Instituto Visconde de Mauá, Santa Cruz do Sul — Cr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Sociedade Escolar Santa Cruz, para o Instituto Mauá — Santa Cruz do Sul — Cr\$ 80.000,00.

Onde se lê:

Colégio Padre Bárbara — Lajeado — Cr\$ 75.000,00.

Sociedade Educação e Caridade, mantenedora da Escola Normal Madre Bárbara — Lajeado — ..... Cr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Escola Normal Madre Bárbara, de Lajeado, mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — ..... Cr\$ 115.000,00.

Onde se lê:

Colégio Pio X, de Mussum, Guaporé — Cr\$ 26.000,00.

Colégio Santo Inácio, de Salvador, Montenegro — Cr\$ 45.000,00.

Leia-se:

Colégio Pio X, de Mussum, Guaporé, mantido pela Sociedade Educadora, Instrutora e Beneficente — Cr\$ 26.000,00.

Colégio Santo Inácio, de São Salvador, Montenegro, mantido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira — Cr\$ 45.000,00.

Onde se lê:

Escola Anchieta, a cargo da Paróquia Católica de Teresa — Santa Cruz do Sul — Cr\$ 40.000,00.

Escola Particular Anchieta — Vila Teresa — Santa Cruz do Sul — .... Cr\$ 15.000,00.

Leia-se:

Escola Paroquial Anchieta — Vila Teresa — Santa Cruz do Sul ..... Cr\$ 55.000,00.

Onde se lê:

Escola de Comercio — Cacequi — Cr\$ 30.000,00.

Escola N. S. de Fátima (mantida pela Sociedade de Educação e Caridade) de Vila Maria, Guaporé — ... Cr\$ 20.000,00.

Escola N. S. do Brasil (mantida pela Sociedade Caritativa e Literária das Irmãs de São José) de Maximiliano de Almeida — Marcelino Ramos — Cr\$ 20.000,00.

Escola Sagrado Coração de Jesus — Arrôio do Tigre — Sobradinho — Cr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Instituto Educacional Cruzeiro do Sul (Escola de Comércio) Cacequi — Cr\$ 30.000,00.

Escola Nossa Senhora Auxiliadora de Frederico Westphalen, mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 30.000,00.

Escola Nossa Senhora da Fátima, de Vila Maria, Maran, mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 20.000,00.

Escola Nossa Senhora do Brasil, de Maximiliano de Almeida, Marcelino Ramos, mantida pela Sociedade Caritativa Literária Irmãs de São José — Cr\$ 20.000,00.

Escola Sagrado Coração de Jesus, de Arrôio do Tigre, Sobradinho, mantida pela Sociedade de Instrução e Beneficência das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição (São Paulo) — Cr\$ 30.000,00.

Onde se lê:

Escola Superior de Estudos Filosóficos e Sociais de Santa Maria — ... Cr\$ 200.000,00.

Escola Superior de Estudos Filosóficos e Sociais de São João de Polésine — Cachoeira do Sul — ..... Cr\$ 75.000,00.

Leia-se:

Escola Superior de Estudos Filosóficos e Sociais — Santa Maria (anteriormente em São João de Polésine — Cachoeira do Sul) — ..... Cr\$ 275.000,00.

Onde se lê:

Ginásio Cristo-Rei, de Marcelino Ramos, mantido pela Sociedade Ca-

ritativa e Literária das Irmãs de São José — Cr\$ 100.000,00.

Leia-se:

Ginásio Cristo-Rei, de Marcelino Ramos, mantido pela Sociedade Caritativa Literária Irmãs de São José — Cr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

Ginásio Municipal Senador Salgado Filho — São Francisco de Assis — Cr\$ 35.000,00.

Ginásio Salgado Filho, de São Francisco de Assis — Cr\$ 200.000,00.

Leia-se:

Ginásio Municipal Senador Salgado Filho — São Francisco de Assis — Cr\$ 235.000,00.

Onde se lê:

Ginásio N. S. da Paz — Lagoa Vermelha — Cr\$ 10.000,00.

Ginásio Rainha da Paz — Lagoa Vermelha — Cr\$ 80.000,00.

Sociedade Literária Irmãs de São José, para o Ginásio Rainha da Paz — Lagoa Vermelha — Cr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Ginásio Rainha da Paz, de Lagoa Vermelha, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária Irmãs de São José — Cr\$ 120.000,00.

Onde se lê:

Ginásio Santanense, de Livramento — Cr\$ 100.000,00.

Ginásio São João Batista — Montenegro — Cr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Ginásio Santanense, de Livramento, mantido pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino — Cr\$ 100.000,00.

Ginásio São João Batista, de Montenegro, mantido pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino — .... Cr\$ 10.000,00.

Onde se lê:

Instituto Piratini, mantido pela Sociedade de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul — Cr\$ 25.000,00.

Sociedade de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (Instituto Piratini) — Porto Alegre — ..... Cr\$ 25.000,00.

Leia-se:

Instituto Piratini, de Porto Alegre, mantido pela Sociedade de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul — Cr\$ 50.000,00.

Onde se lê:

Orfanato Santa Terezinha do Menino Jesus — Caxias do Sul — ..... Cr\$ 25.000,00.

Seminário Seráfico — Veranópolis — Cr\$ 50.000,00.

Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, mantenedora do Colégio Santana — Santa Maria — Cr\$ 30.000,00.

Sociedade de Educação e Caridade, para o Ginásio Madre Margarida — Encantado — Cr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Instituto Santa Terezinha — Caxias do Sul — Cr\$ 25.000,00.

Seminário Seráfico, de Veranópolis, mantido pela Sociedade Literária São Boaventura — Cr\$ 50.000,00.

Colégio Santana, de Santa Maria, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, zona Norte — Cr\$ 30.000,00.

Ginásio Madre Margarida, de Encantado, mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 40.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

01 — Acórdos.

20 — Diretoria do Ensino Superior.

1) Acórdos com os seguintes estabelecimentos de ensino superior para encargos de manutenção e construção de obras:

Onde se lê:

32) Faculdade Católica de Ciências Econômicas de Santa Maria — Rio Grande do Sul — Cr\$ 300.000,00.

Leia-se:

32) Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria — Rio Grande do Sul — Cr\$ 300.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 3 — Serviços de Regime Especial de Financiamento.

01 — Acórdos.

25 — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

23) Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

2) Colégio Santo Inácio Salvador, do Município de Montenegro — Cr\$ 100.000,00.

8) Ginásio Rainha da Paz, de Lagoa Vermelha — Cr\$ 50.000,00.

16) Ginásio de São Jerônimo — Cr\$ 100.000,00.

17) Ginásio Dom Feliciano — Gravataí — Cr\$ 70.000,00.

2) Acórdos com as Escolas de Enfermagem.

Onde se lê:

32) Escola de Enfermagem de Santa Maria — Rio Grande do Sul — Cr\$ 500.000,00.

Leia-se:

32) Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira — Santa Maria — Rio Grande do Sul — ..... Cr\$ 500.000,00.

Leia-se:

2) Colégio Santo Inácio de São Salvador, Montenegro, mantido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira — Cr\$ 100.000,00.

8) Ginásio Rainha da Paz, de Lagoa Vermelha, mantido pela Sociedade Caritativa Literária Irmãos de São José — Cr\$ 50.000,00.

16) Ginásio São Jerônimo, mantido pela Sociedade Cultural Jeronimense Pro-Ensino Secundário — Cr\$ ..... 100.000,00.

17) Ginásio Dom Feliciano de Gravataí, mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 70.000,00.

## ANEXO N.º 24

### Ministério da Saúde

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

02 — Subvenções ordinárias.

07 — Departamento de Administração.

03 — Divisão de Orçamento.

(Relação das subvenções ordinárias)

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Hospital da Caridade Astrogildo de Azevedo — Santa Maria — Cr\$ .... 100.000,00.

Hospital de Caridade — São Francisco de Assis — Cr\$ 40.000,00.

Hospital de Caridade São José — Porto Lucena — Santa Rosa — Cr\$ 60.000,00.

Hospital N. S. das Graças — Planalto — Irai — Cr\$ 20.000,00.

Hospital Santo Antonio — S. Francisco de Assis — Cr\$ 20.000,00.

Sociedade de Educação e Caridade, mantenedora do Hospital São Rafael Arcanjo — Boqueirão do Leão — Lajeado — Cr\$ 50.000,00.

Sociedade de Educação e Caridade, mantenedora do Hospital São Salvador — São Salvador — Montenegro — Cr\$ 41.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo — Santa Maria — Cr\$ .. 100.000,00.

Hospital de Caridade Santo Antonio — São Francisco de Assis — Cr\$ ... 60.000,00.

Hospital de Caridade São José — Porto Lucena — Santa Rosa — Cr\$ 60.000,00.

Hospital da Sociedade Beneficente Nossa Senhora Medianeira da Sociedade Beneficente — Planalto — Irai — Cr\$ 20.000,00.

Hospital São Rafael Arcanjo de Boqueirão do Leão, Lajeado, mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 50.000,00.

Hospital São Salvador, de São Salvador, Montenegro, mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — Cr\$ 41.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.  
Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções extraordinárias.

07 — Depart. de Administração.

03 — Divisão de Orçamento.

(Relação das Subvenções Extraordinárias).

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

— Hospital Ibiacá, Lagoa Vermelha — Cr\$ 50.000,00.

— Hospital Santa Filomena de Ibiacá, Lagoa Vermelha — Cr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Hospital Santa Filomena de Ibiacá Lagoa Vermelha — Cr\$ 90.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Caridade Brasileira Terra — Tupanciretã — Cr\$ 125.000,00.

Hospital de Caridade — Tupanciretã — Cr\$ 20.000,00.

Hospital de Caridade de Nova Palma — Júlio de Castilhos — Cr\$ .... 20.000,00.

Hospital N. S. das Graças de Bossoroca — São Luiz das Missões — Cr\$ 50.000,00.

Hospital Beneficente Padre Santo Dal Bosco — Encantado — Cr\$ ..... 10.000,00.

Hospital Padre Santo Dal Bosco — Linha Dr. Ricardo — Encantado — Cr\$ 20.000,00.

Hospital Ibiacá — Lagoa Vermelha — Cr\$ 50.000,00.

Hospital Santa Filomena — Ibiacá — Lagoa Vermelha — Cr\$ ..... 40.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade Brasileira Terra — Tupanciretã — Cr\$ 145.000,00.

Hospital Nossa Senhora da Piedade — Nova Palma — Júlio de Castilhos — Cr\$ 20.000,00.

Hospital Nossa Senhora das Graças — Bossoroca — São Luis Gonzaga — Cr\$ 50.000,00.

Hospital Beneficente Padre Santo Dal Bosco — Linha Dr. Ricardo — Encantado — Cr\$ 30.000,00.

Hospital Santa Filomena — Ibiacá — Lagoa Vermelha — Cr\$ 90.000,00.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

12 — Serviço de Saúde e Higiene.

08 — Depart. Nacional de Saúde.

13 — Serviço Nac. de Tuberculose.

5 — Desenvolvimento de Assistência aos tuberculosos no interior do país.

Onde se lê:

33) Sanatório São Luis — Cruz Alta — Cr\$ 100.000,00.

37) Hospital Bernardina Salles de Barros — Júlio de Castilhos — Cr\$ 100.000,00.

42) Sanatório São Luis — Cruz Alta — Rio Grande do Sul — Cr\$ .... 100.000,00.

Leia-se:

33) Sanatório São Luis — Cruz Alta — Rio Grande do Sul — Cr\$ ... 200.000,00.

37) Hospital Bernardina Salles de Barros — Júlio de Castilhos — Rio Grande do Sul — Cr\$ 100.000,00.

ANEXO N.º 28

Inversões Especiais — Ministério da Saúde.

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 3 — Serviços em Regime de Financiamento.

Onde se lê:

03 — Departamento Nacional de Saúde.

1) Campanha contra a tuberculose.  
1 — Sociedade Hospitalar Nossa Senhora Auxiliadora — Irai — Rio Grande do Sul — Construção do Hospital — Cr\$ 3.000.000,00.

Leia-se:

13 — Serviço Nacional de tuberculose.

1 — Campanha contra a tuberculose.

1 — Sociedade Hospitalar Nossa Senhora Auxiliadora — Irai — Rio

Grande do Sul — Construção do Hospital (leis ns. 1.493, de 1951, e 3.263, de 1954, art. 21) — Cr\$ 3.000.000,00.

*Inversões Especiais — Ministério da Viação e Obras Públicas*

Verba 4 — Obras, equipamentos e aquisição de Imóveis.

Consignação 7 — Órgãos Autárquicos ou sob regime especial.

01 — Autarquias Industriais.

32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

1) Para estudos, projetos, prosseguimentos e conclusões de obras, etc.

2 — Outras rodovias.

23 — Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

3 — Estudos, projetos e construção de ponte de concreto armado sobre o rio Uruguai, à altura de Iraí — Cr\$ 2.000.000,00.

3 — Construção de ponte sobre o rio Jacuí, entre São Jerônimo e Triunfo — Cr\$ 2.000.000,00.

10 — Construção de rodovia São Jerônimo — Encruzilhada — Bagé — Serrilhada — Cr\$ 3.000.000,00.

11 — Estudos, projetos e construção de uma ponte sobre o rio Uruguai, entre Iraí, no Rio Grande do Sul, e Passarinhos, em Santa Catarina — Cr\$ 1.000.000,00.

12 — Rodovia São Jerônimo — Encruzilhada do Sul — Bagé — Serrilhada — Cr\$ 3.000.000,00.

13 — Construção de ponte sobre o rio Jacuí, entre São Jerônimo e Triunfo — Cr\$ 3.000.000,00.

14 — Ponte sobre o rio Jacuí na passagem do Cerro Chara, na rodovia Capoci — Candelária — Cr\$ ..... 4.000.000,00.

Leia-se:

8 — Estudos, projetos e construção de ponte de concreto armado sobre o rio Uruguai, à altura de Iraí — Cr\$ 3.000.000,00.

9 — Construção de ponte sobre o rio Jacuí, entre São Jerônimo e Triunfo — Cr\$ 5.000.000,00.

10 — Construção da rodovia São Jerônimo — Encruzilhada — Bagé — Bagé — Serrilhada — Cr\$ 6.000.000,00.

11 — Construção de ponte sobre o rio Jacuí, na passagem de Cerro Chato, na rodovia Camobi — Candelária — Cr\$ 4.000.000,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, a presente vigorará a partir de 1 de janeiro de 1955.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República:

NEREU RAMOS.

Mário Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.635 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1955

*Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É prorrogado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 1 de julho de 1955, o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo, de que trata a Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950.

§ 1.º Além das empresas mencionadas no art. 2.º da Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950, terão direito à subvenção de que trata o art. 1.º da presente Lei, a partir da data de sua vigência, as seguintes empresas que já exploram, também, linhas aéreas internacionais: Real S. A. Transportes Aéreos e Nacional Transportes Aéreos S. A.

§ 2.º Além das expressamente mencionadas, também terão direito à subvenção, as empresas brasileiras que estabeleceram linhas internacionais após o início da vigência desta Lei.

Art. 2.º A subvenção será paga por quilômetro voado nas linhas internacionais brasileiras, entre a última escala em território nacional e o ponto terminal da linha, nas seguintes bases:

a) de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por quilômetro voado nas linhas executadas por aeronaves bimotores;

b) de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por quilômetro voado nas linhas executadas com aeronaves oimotoreds de cabine pressurizada, ou quadrimotoreds sem cabine pressurizada;

c) Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por quilômetro voado nas linhas executadas com aeronaves quadrimotoreds de cabine pressurizada.

§ 1.º As subvenções previstas neste artigo poderão ser elevadas até 20% (vinte por cento) do seu valor básico, a juízo do Poder Executivo, se em face das condições de exploração da linha, considerada a competição de linhas estrangeiras e outros fatores de interesse nacional, se tornar necessário maior auxílio para assegurar mais elevado padrão de serviço.

§ 2.º Para efeito de aplicação desta Lei será tomada por base a quilometragem fixada nos contratos vigentes de linhas internacionais brasileiras. Se na exploração de determinadas linhas, as condições atmosféricas ou políticas, obrigarem freqüentes sobrevoos de rotas alternativas, as empresas concessionárias dessas linhas deverão homologar os planos de rotas alternativas e poderão solicitar a subvenção correspondente à maior quilometragem, desde que comprovem, para cada viagem, os motivos que determinarem o desvio da rota normal.

Art. 3.º As empresas que executaram linhas internacionais subvencionadas nos termos e condições dessa Lei, ficarão obrigadas a:

a) operar cada linha no mais elevado padrão de regularidade e conforto compatível com o tipo de aeronave empregada e oferecer serviço igual ou superior ao dos competidores estrangeiros;

b) manter agências próprias e privadas em todas as escalas de cada linha, ainda que não em pavimento térreo, dotando-as de elementos de propaganda do Brasil, inclusive de seus produtos de exportação e de suas possibilidades econômicas;

c) assegurar ao pessoal tripulante e de organizações de terra tanto no exterior como no Brasil as condições necessárias para elevar os padrões técnicos comerciais e administrativos dos serviços;

d) estabelecer normas reguladoras das condições técnicas do trabalho especializado do pessoal, definindo

atribuições, deveres e direitos, não previstos na legislação trabalhista as quais deverão ser submetidas à aprovação da Diretoria de Aeronáutica Civil até 31 de dezembro de 1955, tornando-se obrigatória a sua observância 30 (trinta) dias após a sua aprovação.

Art. 4.º O Orçamento da União consignará, anualmente, ao Ministério da Aeronáutica, as dotações necessárias ao cumprimento desta Lei, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 63.990.000,00 (sessenta e três milhões de cruzeiros) à Verba 2.0.00. Consignação 2.1.00 — Subconsignação 2.1.02 do Orçamento vigente, para atender, no segundo semestre do corrente ano, ao pagamento das subvenções nas bases estabelecidas no art. 2.º desta Lei.

Art. 5.º A linha aérea de Corumbá (MT) e Cochabamba (Bolívia), e os trechos de linhas aéreas entre Boa Vista (RB) e Georgetown (Guiana Inglesa), e entre Boa Vista (RB) e Caracas (Venezuela), passarão a ser subvencionadas na base estabelecida no art. 2.º desta Lei, ficando autorizada, para esse fim, a revisão dos respectivos contratos, com a dilatação dos prazos por 5 (cinco) anos.

Art. 6.º As subvenções previstas nos contratos celebrados com fundamento na Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950, serão pagas, a partir de 1.º de julho de 1955, nas bases estabelecidas no art. 2.º desta Lei, devendo o Poder Executivo proceder à revisão dos contratos das linhas internacionais a fim de ajustá-los às condições fixadas na presente Lei.

Art. 7.º As empresas recolherão uma taxa de 2% (dois por cento) sobre o montante de cada pagamento de subvenção, destinado ao custeio da fiscalização das linhas internacionais subvencionadas, inclusive à remuneração de técnicos e peritos contratados pela Diretoria de Aeronáutica Civil para controle dos serviços, apuração dos resultados econômicos e financeiros, bem como dos índices de exploração de cada uma das linhas inclusive dos respectivos custos de operação.

Art. 8.º Todas as empresas de navegação aérea, subvencionadas pela União, ficam obrigadas a conceder abatimento nunca inferior a 50% (cinquenta por cento) em suas pas-



sagens, aos membros do Congresso Nacional e aos jornalistas profissionais, mediante requisição da associação de classe a que sejam filiados, desde que viajem no exercício da profissão.

Parágrafo único. O abatimento a que se refere este artigo é devido, sob pena de ser automaticamente suspensa a subvenção, tanto nas passagens correspondentes a viagens sobre o território nacional como nas viagens internacionais.

Art. 9.º Ficam mantidos os arts. 4.º, 5.º e 7.º da Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Vasco Alves Sêco.

Mário da Câmara.

# LEI N.º 2.687 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1955

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO TOTAL DE Cr\$ 7.267.017.059,00, PELOS MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS INDICADOS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e órgãos a seguir indicados, créditos suplementares no total de ..... Cr\$ 7.267.017.059,00 (sete bilhões, duzentos e sessenta e sete milhões, dezessete mil e cinqüenta e nove cruzeiros), em reforço do Orçamento vigente (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954), conforme especificação anexa, que fica fazendo parte integrante desta lei:

	Cr\$
Presidência da República .....	1.518.129,00
Departamento Administrativo do Serviço Público .....	3.957.800,00
Estado Maior das Forças Armadas .....	414.809,70
Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas .....	304.800,00
Comissão do Vale do São Francisco .....	573.971,10
Conselho Nacional de Economia .....	1.757.991,50
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....	132.489.830,00
Ministério da Aeronáutica .....	618.200.000,00
Ministério da Agricultura .....	84.251.953,00
Ministério da Educação e Cultura .....	156.557.200,70
Ministério da Fazenda .....	1.206.664.070,70
Ministério da Guerra .....	2.317.026.000,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	563.006.404,50
Ministério da Marinha .....	619.644.200,00
Ministério das Relações Exteriores .....	11.181.312,80
Ministério da Saúde .....	278.039.224,00
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio .....	71.830.000,00
Ministério da Viação e Obras Públicas .....	1.194.578.504,80
<b>Total .....</b>	<b>7.267.017.059,00</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

*F. de Menezes Pimentel*

*Antonio Alves Câmara*

*Henrique Lott*

*Jose Carlos de Macêdo Soares*

*Mário da Câmara*

*Lucas Lopes*

*Eduardo Catatao*

*Abguar Renault*

*Nelson Omega*

*Vasco Alves Sêco*

*Mauricio de Medeiros*

## ESPECIFICAÇÕES A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação 1 — Pessoal Permanente*

01 — Vencimentos do pessoal civil .....	181.468,60	
---	------------	--

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

01 — Salários de mensalistas .....	206.660,40	388.129,00
------------------------------------	------------	------------

## VERBA 2 — MATERIAL

*Consignação 2 — Material de Consumo*

13 — Matérias primas, etc. ....	50.000,00	
14 — Artigos para limpeza, etc. ....	50.000,00	100.000,00

## VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

*Consignação 1 — Serviços de Terceiros*

35 — Ligeiros reparos, etc.		
1 — Bens móveis .....	130.000,00	
2 — Bens imóveis .....	300.000,00	430.000,00

*Consignação 3 — Serviços em regime especial etc.*

04 — Manutenção dos Palácios Presidenciais ....	600.000,00	1.030.000,00
---	------------	--------------

1.518.129,00
--------------

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO  
SERVIÇO PÚBLICO

## VERBA 1. — PESSOAL

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

01 — Salários de mensalistas:		
03 — Serviço de Administração .....	2.640.000,00	

*Consignação 3 — Vantagens*

01 — Funções gratificadas:			
08 — Serviço de Administração .....	1.190.000,00		
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço			
03 — Serviço de Administração .....	50.000,00	1.240.000,00	3.880.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

*Consignação 1 — Serviços de Terceiros*

04 — Iluminação, força motriz e gás:			
08 — Serviço de Administração .....		7.000,00	

*Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais*

03 — Previdência Social:			
08 — Serviço de Administração:			
11 — Contribuição para a Caixa, etc .....	7.800,00		
05 — Salário-família:			
08 — Serviço de Administração .....	63.000,00	70.800,00	77.800,00
			<u>3.957.800,00</u>

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

01 — Salários de mensalistas:			
01 — Estado-Maior das Forças Armadas .....	80.000,00		
02 — Escola Superior de Guerra .....	59.809,70	139.809,70	

*Consignação 6 — Diversos*

04 — Outras despesas:			
3 — Despesas com pessoal civil e militar, etc.			
01 — Estado Maior das Forças Armadas .....		275.000,00	414.809,70

# COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCA-PAZES DAS FORÇAS ARMADAS

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Salários de mensalistas .....		304.800,00
------------------------------------	--	------------

## COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salários de mensalistas		
1 — Parte Permanente .....	474.840,00	

### Consignação 3 — Vantagens

11 — Gratificação adicional por tempo de serviço .....	99.131,10	573.971,10
--	-----------	------------

## CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salário de mensalistas .....	1.447.440,00	
-----------------------------------	--------------	--

### Consignação 3 — Vantagens

01 — Funções gratificadas .....	121.000,00	
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço .....	115.600,00	236.600,00

### Consignação 6 — Diversos

04 — Outras despesas		
2 — Abono de emergência para o pessoal extra-numerário .....	73.951,90	1.757.991,90

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATISTICA

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 6 — Diversos

Outras despesas

1) Para ocorrer às despesas com a Lei n.º 1 765 de 18 de dezembro de 1952, a cargo do Conselho Nacional de Estatística e Administração Geral do I.B.G.E.	56.910.480,00	
2) Para ocorrer às despesas com a Lei n.º 1 765, de 18 de dezembro de 1952, a cargo do Conselho Nacional de Geografia .....	7.780.800,00	64.691.280,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

01 — Auxílios		
1) — Auxílio a ser concedido na forma do Decreto n.º 24.609 de 6 de julho de 1934, combinado com a Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951		
1) Conselho Nacional de Estatística, Administração Geral do Instituto e Serviço Gráfico .....	54.065.760,00	
2) Conselho Nacional de Geografia .....	10.041.840,00	64.107.600,00
2) — Auxílio a ser concedido na forma da Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, para ocorrer aos encargos do 6.º Recenseamento Geral do Brasil .....	3.690.950,00	67.798.550,00
		132.489.830,00

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação 1 — Pessoal Permanente

02 — Vencimentos do pessoal militar	
08 — Diretoria de Intendência .....	45.000.000,00

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

01 — Salários de mensalistas .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00	

*Consignação 3 — Vantagens*

01 — Funções gratificadas .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	1.500.000,00	
04 — Gratificação ao pessoal militar .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	95.000.000,00	
08 — Gratificações por trabalho técnico ou científico .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00	
11 — Gratificação adicional por tempo de serviço .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	1.500.000,00	
13 — Auxílio-doença .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	100.000,00	100.600.000,00

*Consignação 4 — Indenizações*

02 — Ajuda de custo para o pessoal militar .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00	
03 — Diárias para o pessoal civil .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	700.000,00	
04 — Diárias para o pessoal militar .....		
08 — Diretoria de Intendência .....	15.000.000,00	18.200.000,00

*Consignação 6 — Diversos*

01 — Substituições .....			
08 — Diretoria de Intendência .....	1.000.000,00		
04 — Outras despesas .....			
2 — Abono de emergência para o pessoal extranumerário .....	6.000.000,00	7.000.000,00	173.800.000,00

*VERBA 2 — MATERIAL**Consignação 2 — Material de Consumo*

04 — Combustíveis e lubrificantes .....			
08 — Diretoria de Intendência .....	65.000.000,00		
13 — Vestuários, uniformes e equipamentos .....			
08 — Diretoria de Intendência .....	47.000.000,00	112.000.000,00	112.000.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

*Consignação 1 — Serviços de Terceiros*

01 — Acondicionamento, etc.		
08 — Diretoria de Intendência .....	20.000.000,00	
06 — Passagens, transporte de pessoal, etc.		
08 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00	
10 — Serviços clínicos e de hospitalização		
08 — Diretoria de Intendência .....	1.400.000,00	
12 — Serviços funerários		
08 — Diretoria de Intendência .....	200.000,00	24.100.000,00

*Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais*

05 — Salário-família		
08 — Diretoria de Intendência .....	10.000.000,00	
06 — Abono militar de família		
08 — Diretoria de Intendência .....	7.000.000,00	17.000.000,00

*Consignação 7 — Inativos*

02 — Aposentados, jubilados, etc.		
08 — Diretoria de Intendência .....		61.000.000,00

*Consignação 8 — Pensionistas*

01 — Abono provisório e novas pensões		
08 — Diretoria de Intendência .....	500.00,00	
04 — Abono de emergência		
08 — Diretoria de Intendência .....	300.000,00	800.000,00

*Consignação 11 — Diversos*

16 — Etapa para alimentação de militares			
03 — Diretoria de Intendência .....		230.000.000,00	332.900.000,00
			<u>618.200.000,00</u>



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### VERBA 1 — PESSOAL

#### *Consignação 6 — Diversos*

04 — Outras Despesas	
1 — Abono de emergência para o pessoal permanente e em disponibilidade	
07 — Departamento de Administração	
35 — Divisão do Pessoal .....	40.173.210,00

### VERBA 2 — MATERIAL

#### *Consignação 2 — Material de Consumo*

08 — Gêneros de alimentação, etc.	
19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	
01 — S. E. A. V. ....	2.100.000,00

### VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

#### *Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento*

01 — Acórdos	
07 — Departamento de Administração	
04 — D. O.	
2) Abono e salário-família do pessoal dos acórdos (art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952) .....	40.000.000,00

#### *Consignação 11 — Diversos*

18 — Outras despesas	
10 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agro-nômicas	
04 — Universidade Rural	
05 — Serviço Escolar	
1) Manutenção do restaurante da Universidade Rural .....	1.978.743,00

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 1 — Pessoal Permanente

#### 01 — Vencimentos do pessoal civil

09-05 — D. A./D. P.

1) Quadro do Ministério ..... 11.618.460,80

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

#### 01 — Salários de mensalistas

09-05 — D. A./D. P. .... 31.345.488,80

### Consignação 3 — Vantagens

#### 01 — Funções gratificadas

09-05 — D. A./D. P. .... 4.202.666,80

#### 06 — Gratificações por trabalho com risco de vida ou da saúde

09-05 — D. A./D. P. .... 1.656.404,20

#### 08 — Gratificações por trabalho técnico ou científico

09-05 — D. A./D. P. .... 370.000,00 6.229.071,00

### Consignação 5 — Órgãos Autárquicos, etc.

#### 02 — Autarquias educacionais

09-05 — D. A./D. P.

1) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade do Brasil ....

2) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade da Bahia .... 41.580.978,80

3) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade de Minas Gerais ..... 12.063.120,00

4) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade do Paraná .... 10.910.688,00

5) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade de Recife .... 6.739.200,00

6) Dotação para atender às despesas com pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul .... 10.430.640,00

..... 12.400.080,00

..... 94.124.706,80

..... 143.317.726,80

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

## VERBA 2 — MATERIAL

*Consignação 2 — Material de Consumo*

08 — Gêneros de alimentação, etc.			
09-02 — D. A./D. M. ....		4.379.340,50	
18 — Diretoria do Ensino Industrial			
09 — Escola Técnica de São Paulo .....	100.000,00		
11 — Escola Técnica de Pelotas .....	282.475,00	382.475,00	4.761.815,50
18 — Diretoria do Ensino Industrial			
10 — Escola Técnica de Curitiba .....	50.987,10	561.425,30	
10 — Serviços clínicos e de hospitalização			
09-05 — D. A./D. P. ....		235.660,00	797.085,30

*Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento*

11 — Serviços educativos e culturais			
12 — Biblioteca Nacional			
1) Catalogação, classificação, etc. ....		1.052.410,00	
12 — Colégio Pedro II — Externato			
2) Despesas de qualquer natureza, etc. ....		103.200,00	
16 — Departamento Nacional de Educação			
03 — Divisão de Educação Extra-Escolar			
2) Manutenção do edifício da Praia do Flamengo n.º 132 .....		90.887,30	
22 — Instituto Benjamin Constant			
3) Despesas de qualquer natureza, etc. ....	52.080,00		
4) Despesas de qualquer natureza, etc. ....	166.800,00	218.880,00	
27 — Instituto Nacional de Surdos e Mudos			
4) Manutenção do Curso Normal .....	130.320,00		
5) Manutenção do Curso Fundamental .....	582.860,00	713.180,00	2.178.557,30

*Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais*

02 — Assistência social			
09-05 — D. A./D. P.			
1) Assistência médico-hospitalar, etc. ....		346.440,00	

16 — Departamento Nacional de Educação			
03 — Divisão de Educação Extra-Escolar			
1) Manutenção de restaurantes, etc.			
07 — Distrito Federal .....	5.099.954,30		
22 — Instituto Benjamin Constant			
1) Custeio de Educação de cegos, etc. ....	55.680,00	5.502.074,80	8.477.717,40
			<u>156.657.259,70</u>

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### VERBA 1 — PESSOAL

#### Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Vencimentos do pessoal civil	242.000.000,00		
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....			
04 — Percentagens			
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....	<u>170.000.000,00</u>	412.000.000,00	

#### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salários de mensalistas			
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....	94.000.000,00		
14-13 — D. G. F. N./Casa da Moeda ....	<u>1.393.640,00</u>	95.393.640,00	
04 — Salários de tarefeiros			
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....	14.751.620,00		
14-19 — D. G. F. N./Divisão do Imposto de Rendas e Delegacias .....	<u>24.000.000,00</u>	<u>38.751.620,00</u>	132.145.260,00

#### Consignação 3 — Vantagens

01 — Funções gratificadas			
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....	8.471.100,00		
14-13 — D. G. F. N./Casa da Moeda ....	<u>866.400,00</u>	9.337.500,00	
02 — Auxílio para diferença de caixa			
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....	3.500.000,00		
14-13 — D. G. F. N./Casa da Moeda ....	<u>106.000,00</u>	3.606.000,00	

06 — Gratificações por trabalho com risco de vida ou da saúde				
14-10 — D. G. F. N./S. P. ....		1.472.500,00		
07 — Gratificações por serviço extraordinário				
11 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais .....	250.000,00			
14-19 — D. G. F. N./Divisão do Imposto de Rendas e Delegacias .....	500.000,00	750.000,00		
09 — Gratificações do Gabinete				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		784.500,00		
10 — Gratificação de representação de Gabinete				
14/01 — D. G. F. N./D. G. ....	134.600,00			
01 — Gabinete do Ministro .....	1.239.815,10	1.374.415,10		
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		8.500.000,00		
13 — Auxílio-doença				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		750.000,00	26.574.915,10	
<i>Consignação 4 — Indenizações</i>				
01 — Ajuda de custo para o pessoal civil				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		4.500.000,00		
03 — Diárias para o pessoal civil				
11 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais .....	100.000,00			
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....	4.800.000,00	4.900.000,00	9.400.000,00	
<i>Consignação 6 — Diversos</i>				
01 — Substituições				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		6.000.000,00		
02 — Diferença de vencimentos				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		6.500.000,00		
03 — Pessoal em disponibilidade				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		250.000,00		
04 — Outras despesas				
1 — Abono de emergência para o pessoal permanente				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....	64.000.000,00			
2 — Abono de emergência para o pessoal extra-numerário				
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....	100.200.000,00	164.200.000,00	176.950.000,00	757.070.175,10

## VERBA 2 — MATERIAL

### Consignação 2 — Material de Consumo

02 — Artigos de expediente, etc.		
14/05 — D. G. F. N./Divisão do Material	200.000,00	
13 — Vestuários, uniformes, etc.		
14/11 — D. G. F. N./Alfândegas .....	98.500,00	298.500,00
	<hr/>	

## VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

### Consignação 1 — Serviços de Terceiros

01 — Acondicionamento, etc.		
14/19 — D. G. F. N./Divisão de Imposto de Renda .....	300.000,00	
04 — Iluminação, força motriz e gás		
14/02 — D. G. F. N./Administração do Edifício da Fazenda .....	281.847,70	
14/05 — D. G. F. N./Divisão do Material	12.848,80	
14/13 — D. G. F. N./Casa da Moeda ....	650.000,00	944.696,30
	<hr/>	
05 — Ligeiros reparos, adaptação, etc.		
1 — Bens móveis		
11 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais .....	50.000,00	
14/05 — D. G. F. N./Divisão do Material	120.000,00	
14/11 — D. G. F. N./Alfândegas .....	50.000,00	170.000,00
	<hr/>	
18/02 — D. R. I./Recebedoria do Distrito Federal .....	50.000,00	
19 — Divisão do Imposto de Renda e Delegacias	100.000,00	
2 — Bens imóveis		
19 — Divisão do Imposto de Renda e Delegacias	100.000,00	
06 — Passagens, etc.		
11 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais .....	150.000,00	
14/19 — D. G. F. N./Divisão do Imposto de Renda e Delegacias .....	50.000,00	

09 — Serviço de asseio e higiene			
14/14 — D. G. F. N./Delegacias Fiscais ..	200.000,00		
14/19 — Divisão do Imposto de Renda e Delegacias .....	200.000,00	400.000,00	
14 — Telefone, telefonemas, etc.			
11 — Contadoria Geral da República e Contadorias Seccionais .....	50.000,00		
14/08 — D. G. F. N./Serviço de Comunicações .....	200.000,00		
14/15 — D. G. F. N./Agências Fiscais			
03/06 — Postos Fiscais — Santa Maria ...	1.000,00	251.000,00	2.565.696,30
<i>Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais</i>			
05 — Salário-família:			
14/10 — D. G. F. N./S. P. ....		70.000.000,00	
<i>Consignação 9 — Dispositivos Constitucionais</i>			
04 — Quota pertencente aos Municípios no Imposto de Renda (art. 15, parágrafo 4.º da Constituição)			
14/16 — D. G. F. N./Diretoria da Despesa Pública .....		370.997.100,00	
<i>Consignação 11 — Diversos</i>			
13 — Reposições e Restituições			
14/16 — D. G. F. N./Diretoria da Despesa Pública .....		5.000.000,00	448.562.796,30
<i>VERBA 5 — DIVIDA PÚBLICA</i>			
<i>Consignação 1 — Dívida Consolidada</i>			
01 — Dívida Externa			
1 — Empréstimo em libras			
12 — Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior			
1) Amortização de juros .....			733.377,30
			<u>1.206.664.848,70</u>

# MINISTÉRIO DA GUERRA

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Vencimentos do pessoal civil		
17 — Diretoria de Intendência .....	33.000.000,00	
02 — Vencimentos do pessoal militar		
17 — Diretoria de Intendência .....	556.700.000,00	589.700.000,00

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salários de mensalistas		
17 — Diretoria de Intendência .....	143.000.000,00	
02 — Salários de contratados		
17 — Diretoria de Intendência .....	36.000,00	143.036.000,00

### Consignação 3 — Vantagens

01 — Funções gratificadas		
17 — Diretoria de Intendência .....	160.000,00	
04 — Gratificações para o pessoal militar		
17 — Diretoria de Intendência .....	300.000.000,00	
06 — Gratificações por trabalho com risco de vida ou da saúde		
17 — Diretoria de Intendência .....	13.500.000,00	
10 — Gratificações de representação de Gabinete		
17 — Diretoria de Intendência .....	30.000,00	
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço		
17 — Diretoria de Intendência .....	3.500.000,00	
12 — Gratificações de magistério		
17 — Diretoria de Intendência .....	1.500.000,00	322.190.000,00



*Consignação 4 — Indenizações*

01 — Ajuda de custo para o pessoal civil		
17 — Diretoria de Intendência .....	50.000,00	
02 — Ajuda de custo para o pessoal militar		
17 — Diretoria de Intendência .....	12.000.000,00	
04 — Diárias para o pessoal militar		
17 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00	14.550.000,00

*Consignação 6 — Diversos*

01 — Substituições		
71 — Diretoria de Intendência .....	3.450.000,00	1.072.926.000,00

*VERBA 2 — MATERIAL**Consignação 2 — Material de Consumo*

02 — Artigos de expediente, etc.		
17 — Diretoria de Intendência .....	4.000.000,00	
07 — Forragem e outros alimentos para animais		
17 — Diretoria de Intendência .....	40.000.000,00	44.000.000,00

*VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS**Consignação 1 — Serviços de Terceiros*

01 — Acondicionamento, embalagem, etc.		
17 — Diretoria de Intendência .....	40.000.000,00	
04 — Iluminação, força motriz e gás		
17 — Diretoria de Intendência .....	7.000.000,00	
06 — Passagens, transporte de pessoal, etc.		
17 — Diretoria de Intendência .....	40.000.000,00	87.000.000,00

*Consignação 3 — Serviços em Regime Especial, etc.*

23 — Representação, propaganda, etc.			
17 — Diretoria de Intendência .....		12.000.000,00	

*Consignação 6 — Assistência e Previdência Social*

05 — Salário-família			
17 — Diretoria de Intendência .....	2.500.000,00		
06 — Abono militar de família			
17 — Diretoria de Intendência .....	15.000.000,00	17.500.000,00	

*Consignação 7 — Inativos*

02 — Aposentados, jubilados, etc.			
17 — Diretoria de Intendência .....		380.000.000,00	

*Consignação 8 — Pensionistas*

01 — Abono provisório e novas pensões			
17 — Diretoria de Intendência .....	39.000.000,00		
03 — Soldos e Pensões vitalícias			
17 — Diretoria de Intendência .....	29.000.000,00		
04 — Abono de emergência			
17 — Diretoria de Intendência .....	29.500.000,00	97.500.000,00	

*Consignação 11 — Diversos*

14 — Ajuda para fardamento de militares			
17 — Diretoria de Intendência .....	6.000.000,00		
16 — Etapa para alimentação de militares			
17 — Diretoria de Intendência .....	600.100.000,00	606.100.000,00	1.200.100.000,00
			2.317.026 000,00

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Vencimento do pessoal civil			
05/05 — D.A./D.P.			
Quadros do Ministério .....	55.000.000,00		
Quadro da Justiça .....	8.000.000,00		
Quadro da Sec. Proc. D.F.	20.000,00	63.020.000,00	
24 — Administração do Território do Acre			
Quadros do Território .....	5.032.496,50		
25 — Administração do Território do Amapá			
Quadro do Território .....	4.608.720,00		
26 — Administração do Território de Guaporé			
Quadro do Território .....	2.772.570,10		
27 — Administração do Território do Rio Branco			
Quadro do Território .....	1.400.731,60	76.834.518,20	
02 — Vencimentos do pessoal militar			
16 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ...	16.400.000,00		
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	70.000.000,00	86.400.000,00	163.234.518,20

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salários de mensalistas			
05/05 — D.A./D.P. ....	56.000.000,00		
24 — Administração do Território do Acre .....	11.784.414,70		
25 — Administração do Território do Amapá ....	7.742.160,00		
26 — Administração do Território de Guaporé ..	8.759.539,60		
27 — Administração do Território do Rio Branco .	4.868.522,60	89.154.636,90	
02 — Salários de contratados			
24 — Administração do Território do Acre .....	358.890,00		
25 — Administração do Território do Amapá ...	676.320,30		
27 — Administração do Território do Rio Branco .	150.525,00	1.185.735,00	
04 — Salários de tarefeiros			
05/05 — D.A./D.P. ....		800.000,00	91.140.371,90

*Consignação 3 — Vantagens*

01 — Funções gratificadas			
05/05 — D.A./D.P. ....		3.500.000,00	
04 — Gratificações para o pessoal militar			
16 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ...	6.400.000,00		
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	24.000.000,00	30.400.000,00	
<hr/>			
06 — Gratificações por trabalho com risco de vida ou da saúde			
05/05 — D.A./D.P. ....	12.000.000,00		
24 — Administração do Território do Acre .....	333.244,00		
25 — Administração do Território do Amapá ...	491.600,00		
27 — Administração do Território do Rio Branco .	177.632,00	13.002.476,00	
<hr/>			
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço			
05/05 — D.A./D.P. ....	1.500.000,00		
27 — Administração do Território do Rio Branco .	52.459,80	1.552.459,80	48.454.935,80
<hr/>			

*Consignação 4 — Indenizações*

01 — Ajuda de custo para o pessoal civil.			
05/05 — D.A./D.P. ....			250.000,00

*Consignação 5 — Órgãos Autárquicos, etc.*

04 — Serviços federais sob regime especial.			
11 — Departamento de Imprensa Nacional.			
1) Para atender ao disposto na Lei n.º 592, etc.			24.534.000,00

*Consignação 6 — Diversos.*

01 — Substituições			
1 — Pessoal civil			
05/05 — D.A./D.P. ....		500.000,00	
03 — Pessoal em disponibilidade			
05/05 — D.A./D.P. ....		3.300.000,00	

04 — Outras despesas				
1 — Abono de emergência para o pessoal permanente, etc.				
Quadros do Ministério, etc. ....	3.000.000,00			
25 — Administração do Território do Amapá ....	396.200,00			
	<hr/>			
	3.396.200,00			
2 — Abono de emergência para o pessoal extranumerário.				
05/05 — D.A./D.P. ....	11.000.000,00			
24 — Administração do Território do Acre .....	3.647.856,00			
25 — Administração do Território do Amapá ..	1.693.920,00			
27 — Administração do Território do Rio Branco.	2.234.002,30			
	<hr/>			
	18.575.779,00	21.971.979,00	25.771.979,00	353.385.804,00
 Verba 2 — Material				
Consignação 1 — Material Permanente				
07 — Materiais e acessórios, etc.				
16 — Corpo de Bombeiros .....		1.775.000,00		
16 — Camionetes, etc.				
16 — Corpo de Bombeiros .....		593.012,50		
17 — Auto-caminhões, autobombas				
16 — Corpo de Bombeiros .....		2.872.075,00		
21 — Embarcações, etc.				
16 — Corpo de Bombeiros .....		6.324.225,00		
22 — Viaturas de pequeno transporte				
16 — Corpo de Bombeiros .....		116.112,50	11.183.425,00	
		<hr/>		

Consignação 2 — Material de Consumo				
02 — Artigos de expediente, etc.				
17 — D. F. S. P. ....		5.000.000,00		
04 — Combustíveis e lubrificantes				
16 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ...				
17 — D. F. S. P. ....	469.000,00			
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	2.464.000,00			
	2.130.000,00	5.053.000,00		
08 — Gêneros de alimentação, etc.				
05/02 — D.A./D.M. ....				
17 — D. F. S. P. ....	10.700.000,00			
	3.159.576,00	13.859.576,00		
10 — Matérias primas, etc.				
17 — D. F. S. P. ....	1.800.000,00			
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	700.000,00	2.500.000,00		
11 — Produtos químicos, etc.				
16 — Corpo de Bombeiros .....		196.000,00		
13 — Vestuários, uniformes, etc.				
05/02 — D.A./D.M. ....	6.000.000,00			
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	8.475.000,00	14.475.000,00		
14 — Artigos de limpeza, etc.				
05/02 — D.A./D.M. ....		1.300.000,00	40.293.576,00	51.575.001,00

## Verba 3 — Serviços e encargos

## Consignação 1 — Serviços de Terceiros

## 04 — Iluminação, força motriz e gás

05/02 — D.A./D.M. ....	774.000,00	
16 — Corpo de Bombeiros .....	301.000,00	1.075.000,00

## 06 — Passagens, etc

05/02 — D.A./D.M. ....	302.000,00	1.377.000,00
------------------------	------------	--------------

## Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais.

## 05 — Salário-família

05/02 — D.A./D.P. ....	4.000.000,00	
------------------------	--------------	--

25 — Administração do Território do Amapá ....	1.224.000,00	
--	--------------	--

27 — Administração do Território do Rio Branco.	621.800,00	5.845.800,00
---	------------	--------------

## 06 — Abono militar de família

21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	2.400.000,00	8.245.800,00
--	--------------	--------------

## Consignação 7 — Inativos

## 01 — Abono provisório

21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	500.000,00	
24 — Administração do Território do Acre .....	1.074.003,90	1.574.003,90

## 02 — Aposentados, jubilados, etc.

16 — Corpo de Bombeiros .....	16.000.000,00	
-------------------------------	---------------	--

21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	40.000.000,00	
--	---------------	--

27 — Administração do Território do Rio Branco.	240.360,00	56.240.360,00
---	------------	---------------

05 — Gratificação adicional			
24 — Administração do Território do Acre .....	50.140,90	57.864.503,90	
Consignação 8 — Pensionistas			
01 — Abono e novas pensões			
16 — Corpo de Bombeiros .....	1.230.000,00		
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	6.500.000,00	7.730.000,00	
03 — Sôdo e pensões vitalícias			
24 — Administração do Território do Acre.			
1) Para atender ao disposto na Lei nº 389, de 10-11-48 .....	1.902.644,50		
04 — Abono de emergência			
24 — Administração do Território do Acre .....	345.730,90	9.978.374,50	
Consignação 10 — Órgãos Autárquicos, etc.			
04 — Serviços federais sob regime especial			
11 — Departamento de Imprensa Nacional			
1) Para atender ao disposto na Lei nº 593, de 23-12-48 .....		420.000,00	
Consignação 11 — Diversos			
16 — Etapa para alimentação			
16 — Corpo de Bombeiros .....	5.150.000,00		
21 — Polícia Militar do Distrito Federal .....	80.000.000,00	85.150.000,00	163.043.678,40
			568.006.484,30



## MINISTÉRIO DA MARINHA

## VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação 1 — Pessoal Permanente*

02 — Vencimentos do pessoal militar	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	42.546.000,00

*Consignação 3 — Vantagens*

01 — Funções gratificadas	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	107.200,00
04 — Gratificações para o pessoal militar	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	74.000.000,00
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	20.000.000,00
12 — Gratificações de magistério	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	85.000,00
13 — Auxílio-doença	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	66.000,00
	<hr/>
	94.258.200,00

*Consignação 6 — Diversos*

04 — Outras despesas	
1 — Abono de emergência ao pessoal permanente e em disponibilidade	
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	240.000,00
	187.044.200,00

VERBA 2 -- MATERIAL

*Consignação 2 -- Material de Consumo*

04 -- Combustíveis e lubrificantes		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	25.000.000,00	
05 -- Sobressalentes e acessórios, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	10.000.000,00	
08 -- Gêneros de alimentação, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	180.000.000,00	
10 -- Matérias primas, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	5.000.000,00	
11 -- Produtos químicos, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	8.000.000,00	
13 -- Vestuários, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	20.000.000,00	258.000.000,00

VERBA 3 -- SERVIÇOS E ENCARGOS

*Consignação 1 -- Serviços de Terceiros*

01 -- Acondicionamento, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	2.500.000,00	
06 -- Passagens, transporte etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	18.000.000,00	20.500.000,00

*Consignação 6 -- Assistência e Previdência Sociais*

05 -- Salário-família		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	4.200.000,00	
06 -- Abono militar de família		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	2.800.000,00	7.000.000,00

*Consignação 7 -- Inativos*

02 -- Aposentados, jubilados, etc.		
02 -- Secretaria Geral da Marinha .....	118.000.000,00	

*Consignação 8 — Pensionistas*

01 — Abono provisório e novas pensões		
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	8.300.000,00	
04 — Abono de emergência		
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	800.000,00	9.100.000,00

*Consignação 11 — Diversos*

16 — Etapas para alimentação		
02 — Secretaria Geral da Marinha .....	75.000.000,00	224.600.000,00

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação 6 — Diversos*

04 — Outras despesas		
1 — Abono de emergência para o pessoal permanente e em disponibilidade		
04/06 — D. A./D. P. ....	4.800.000,00	
2 — Abono de emergência para o pessoal extranumerário		
04/06 — D. A./D. P.		
1) Secretaria de Estado .....	4.400.000,00	9.200.800,00

## VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

*Consignação 1 — Serviços de Terceiros*

04 — Iluminação, força, etc.		
04/03 — D. A./D. M. ....	300.000,00	

*Consignação 3 — Serviços em Regime  
Especial de Financiamento*

- 25 — Caracterização de fronteiras
- 11 — Comissão Brasileira de Demarcações de Limites
- 1 — Primeira Divisão
- 1) Para custeio das despesas realizadas sujeitas a prestação de contas nos termos dos Decretos ns. 21.266, de 8 de abril de 1932, e 24.485, de 28 de junho de 1934 .....
- 2 — Segunda Divisão
- 1) Para custeio das despesas que foram realizadas sujeitas a prestação de contas, nos termos dos Decretos ns. 21.266, de 8 de abril de 1932, e 24.485, de 28 de junho de 1934 .....

746.092,80

935.280,00

1.681.372,80

1.981.372,80

11.181.372,80

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**VERBA 1 — PESSOAL**  
*Consignação 1 — Pessoal Permanente*

- 01 — Vencimentos do pessoal civil
- 07/01 — D. A./D. P.
- 1) Quadros do Ministério .....

4.307.076,90

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

- 01 — Salário de mensalistas
- 01/01 — D. A./D. P. ....
- 04 — Salários de contratados
- 07-01 — D. A./D. P. ....

191.224.592,40

190.840,00

119.415.532,40

*Consignação 3 — Vantagens*

01 — Funções gratificadas		
07-01 — D. A./D. P. ....	5.695.783,30	
06 — Gratificação por trabalho com risco de vida ou da saúde		
07-01 — D. A./D. P. ....	22.000.000,00	
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço		
07-01 — D. A./D. P. ....	5.108.228,40	32.804.011,70

*Consignação 6 — Diversos*

04 — Outras despesas		
2) Abono de emergência para o pessoal extranumerário		
07-01 — D. A./D. P. ....	27.484.785,80	256.011.406,80

## VERBA 2 — MATERIAL

*Consignação 2 — Material de Consumo*

08 — Gêneros de Alimentação, etc.		
07-02 — D. A./D. M. ....		22.027.820,20
		<u>278.039.227,00</u>

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

## VERBA 1 — PESSOAL

*Consignação 1 — Pessoal Permanente*

01 — Vencimentos do pessoal civil		
08-05 — D. A./D. P. ....	25.000.000,00	

*Consignação 2 — Pessoal Extranumerário*

01 — Salários de mensalistas		
08-05 — D. A./D. P. ....	26.000.000,00	
04 — Salários de tarefeiros		
08-05 — D. A./D. P. ....	3.000.000,00	29.000.000,00

Consignação 3 — Vantagens

07 — Funções gratificadas		
08-05 — D. A./D. P. ....	350.000,00	
06 — Gratificação por trabalho com risco de vida ou da saúde		
08-05 — D. A./D. P. ....	2.000.000,00	
08 — Gratificação por trabalho técnico ou científico		
08-05 — D. A./D. P. ....	1.000.000,00	
11 — Gratificações adicionais por tempo de serviço		
08-05 — D. A./D. P. ....	5 000.000,00	6.350.000,00

Consignação 6 — Diversos

01 — Substituições			
08-05 — D. A./D. P. ....	2.000.000,00		
04 — Outras despesas			
2 — Abono de emergência para extranumerários			
08-05 — D. A./D. P. ....	8.000.000,00	10.000.000,00	70.350.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS e ENCARGOS

Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais

05 — Salário-família			
08-05 — D. A./D. P. ....		1.500.000,00	
		71.850.000,00	

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

## VERBA 1 — PESSOAL

### Consignação 1 — Pessoal Permanente

01 — Vencimentos do pessoal civil		
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro		
02 — Estrada de Ferro Bahia e Minas		
1) Quadro X .....	800.000,00	
05 — Estrada de Ferro Central do Piauí		
1) Quadro XI .....	481.920,00	
08 — Estrada de Ferro Goiás		
1) Quadro VII .....	700.000,00	
11 — Estrada de Ferro Sampaio Correia		
1) Quadro IX .....	349.200,00	
12 — Estrada de Ferro São Luiz a Teresina		
1) Quadro VIII .....	924.240,00	
14 — Réde de Viação Cearense		
1) Quadro VI .....	2.800.000,00	
16 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro		
1) Quadro V .....	5.600.000,00	11.655.360,00

### Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

01 — Salários de mensalistas		
04-06 — D. A./D. P. ....	22.195.479,00	
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro		
02 — Estrada de Ferro Bahia e Minas .....	14.200.000,00	
03 — Estrada de Ferro Bragança .....	11.139.480,00	
05 — Estrada de Ferro Central do Piauí .....	7.210.320,00	
07 — Estrada de Ferro D. Tereza Cristina .....	9.885.720,00	
08 — Estrada de Ferro Goiás .....	20.000.000,00	
11 — Estrada de Ferro Sampaio Correia .....	9.458.400,00	
12 — Estrada de Ferro São Luiz a Teresina .....	16.778.520,00	
14 — Réde de Viação Cearense .....	33.200.000,00	
16 — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro ....	77.000.000,00	
	198.872.440,00	220.867.919,00

04 — Salários de tarefeiros		
04-06 — D.A./D.P. ....	258.454,00	221.126.373,00
Consignação 3 — Vantagens		
01 — Funções gratificadas		
04-06 — D.A./D.P. ....	3.619.400,00	
06 — Gratificação por trabalho com risco de vida ou de saúde		
04-06 — D.A./D.P. ....	2.041.632,00	5.661.032,00
Consignação 5 — Órgãos Autárquicos, etc.		
01 — Autarquias industriais		
04-06 — D.A./D.P.		
1) Estrada de Ferro Central do Brasil .....	400.000.000,00	
2) Rede Ferroviária do Nordeste .....	102.000.000,00	
3) Estrada de Ferro Noroeste do Brasil .....	96.693.343,60	
4-4 — Rede Mineira de Viação		
(abono de emergência) .....	3.800.000,00	
5-4 — Rede Mineira de Viação		
(gratificações adicionais) .....	6.580.000,00	611.053.343,60
04 — Serviços federais sob regime especial		
04-06 — D.A./D.P.		
	3.826.680,00	
2) Estrada de Ferro Tocantins .....	5.025.600,00	
3) Estrada de Ferro Ilhéus .....	8.852.288,00	



30 — Departamento dos Correios e Telégrafos, também para pagamento do abono de emergência . . . . .	517.483.743,00			
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro				
09 — Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, também para pagamento do abono de emergência...	8.628.960,00			
10 — Estrada de Ferro Mossoró-Souza, também para pagamento do abono de emergência...	4.104.360,00			
	<u>12.733.320,00</u>	<u>539.069.343,00</u>	<u>1.150.122.686,60</u>	
Consignação 6 — Diversos				
04 — Outras despesas				
1) Abono de emergência para o pessoal permanente e em disponibilidade				
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro				
12 — Estrada de Ferro São Luiz a Teresina.		42.280,10		
2) Abono de emergência para o pessoal extra-numerário				
31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro				
12 — Estrada de Ferro São Luiz a Teresina.		1.042.483,10	1.084.763,20	1.156.868.481,80
Verba 3 — Serviços e Encargos				
Consignação 6 — Assistência e Previdência Sociais				
05 — Salário-família				
04-06 — D.A./D.P. ....				
				<u>37.709.900,00</u>
				<u>1.194.578.381,80</u>

LEI N.º 2.688 — DE 20 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde — médicos, dentistas e farmacêuticos — do Exército, da Marinha e da Aeronáutica contarão, para efeito de inatividade e como de efetivo serviço, o tempo normal dos respectivos cursos acadêmicos, à razão de 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de serviço ativo.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.  
Antônio Alves Câmara.  
Henrique Lott.  
Vasco Alves Sêco.

LEI N.º 2.689 — DE 20 DE DEZEMBRO  
DE 1955

*Denomina Dois de Julho o aeródromo de Ipitanga no Município de Salvador, Estado da Bahia.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É denominado "Dois de Julho" o aeródromo de Ipitanga no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.  
Vasco Alves Sêco.

LEI N.º 2.690 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1955

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais elétricos importados por Coutinho & Pena e destinados à Usina Hidrelétrica de Sumidouro, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o material hidrelétrico importado pela firma Coutinho & Pena, estabelecida no município de Caratinga Estado de Minas Gerais, e destinado à Usina do Sumidouro para abastecimento de energia elétrica àquela cidade.

Art. 2.º O material referido no art. 1.º é o constante da relação anexa que fará parte integrante desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.  
Mário da Câmara

LEI N.º 2.691, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1955

*Modifica o art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º Os funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal têm os mesmos direitos e vantagens assegurados aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, desde que exerçam cargos idênticos e da mesma responsabilidade.

§ 1.º Quando se tratar de cargos de carreira, a equiparação de vencimentos só compreende o número de classes a que correspondem as da outra carreira.

§ 2.º A classificação dos funcionários em novos símbolos, padrões ou classes de vencimentos será feita em lei, mediante proposta do Tribunal, e a apostila dos respectivos títulos e o pagamento da diferença de vencimentos não serão realizados antes da vigência dessa lei".

Art. 2.º O disposto no artigo anterior se aplica aos Tribunais a cujos funcionários tenha sido estendido o disposto no art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, ou tenham sido equiparados ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º E' alterado o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Recursos, de conformidade com a tabela anexa, compreendendo cargos isolados de provimento efetivo e de carreira.

Parágrafo único. Aos ocupantes dos cargos de bibliotecário e auxiliar de bibliotecário são assegurados os vencimentos dos padrões O e N, respec-

tivamente, decorrentes da classificação feita por apostila, em cumprimento à resolução do referido Tribunal.

Art. 4.º São transformadas na carreira de oficial judiciário as de oficial judiciário e auxiliar de secretaria, respeitados os direitos dos seus ocupantes.

Art. 5.º E' criada a carreira de taquígrafo, respeitados os direitos dos atuais ocupantes dos cargos de taquígrafo, padrão O, extintos.

Parágrafo único. A classe intermediária dessa carreira só poderá ser preenchida à medida que forem vagoando os excedentes, na final.

Art. 6.º São transformados os cargos em comissão de diretor geral e diretor de divisão em cargos isolados de provimento efetivo de diretor geral, vice-diretor geral e subsecretário.

Art. 7.º Os ocupantes de cargos de servente, extintos, deverão ser aproveitados nos de auxiliar de portaria.

Art. 8.º O cargo de diretor do serviço será preenchido por um dos oficiais judiciários ocupantes da classe final da carreira, sob critério exclusivo de merecimento.

Art. 9.º Para atender às despesas decorrentes da presente lei, é aberto ao Poder Judiciário — Tribunal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros), em reforço de Verba 1 — Pessoal — Consignação 1 — Pessoal Permanente, do Anexo 26 do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953).

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1955, 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Mário da Câmara.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 3.º DESTA LEI

I — CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de Cargos	CARREIRA OU CARGO	Símbolo Classe ou Padrão
1	Diretor Geral .....	PJ-0
1	Vice-Diretor Geral .....	PJ-1
1	Subsecretário .....	PJ-1
6	Diretor de Serviço .....	PJ-2
1	Bibliotecário .....	O
1	Auxiliar de Bibliotecário .....	N
1	Porteiro .....	N
2	Mecanógrafo .....	L
1	Arquivista .....	L
19	Auxiliar de Portaria .....	L
2	Motorista .....	L

II — CARGOS DE CARREIRA

Número de Cargos	CARREIRA OU CARGO	Símbolo Classe ou Padrão
2	Taquigrafo .....	O *
4	Taquigrafo .....	N **
4	Taquigrafo .....	M
2	Oficial Judiciário .....	O
4	Oficial Judiciário .....	N
4	Oficial Judiciário .....	M
7	Oficial Judiciário .....	L
8	Oficial Judiciário .....	K
12	Oficial Judiciário .....	J
12	Oficial Judiciário .....	I

\* 4 excedentes.

\*\* 4 a serem preenchidos à medida que forem vagando os excedentes da classe final.

III — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número de Cargos	CARREIRA OU CARGO	Símbolo Classe ou Padrão
1	Secretário da Presidência .....	FG-3
1	Secretário do Diretor Geral .....	FG-3

**LEI N.º 2.692 — DE 23  
DE DEZEMBRO DE 1955**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 482.600.000,00, destinado a cobrir o "déficit" da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1955.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de acordo com o estabelecido no artigo 6.º, da Lei n.º 2.217, de 5 de junho de 1954, o crédito especial de ..... Cr\$ 482.600.000,00 — (quatrocentos e oitenta e dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), destinado a cobrir o "déficit" da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1955.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

**NEREU RAMOS**

*Lucas Lopes*

*Mário da Câmara*

**LEI N.º 2.693 — DE 23 DE  
DEZEMBRO DE 1955**

*Altera os arts. 524, 530, 538, 611 e 857 da Consolidação das Leis do Trabalho.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 524, sua alínea e e seu § 4.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 524. Serão sempre tomadas por escrutínio secreto na forma estatutária as deliberações da assembleia geral concernentes aos seguintes assuntos:

.....  
e) pronunciamento sobre relações ou dissídio de trabalho. Neste caso, as deliberações da assembleia geral só serão consideradas válidas quando ela tiver sido especialmente convocada para esse fim, de acordo com as dissindical. O "quorum" para validade da assembleia será de metade mais um dos associados quites; não obtido esse "quorum" em primeira convocação, reunir-se-á a assembleia em segunda convocação com os presentes, considerando-se aprovadas as deliberações que obtiverem 2/3 (dois terços) dos votos.

.....  
§ 4.º O pleito só será válido na hipótese de participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos associados com capacidade para votar. Não obtido esse coeficiente, será realizada nova eleição dentro de 15 (quinze) dias, a qual terá validade se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos referidos associados. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o coeficiente exigido, será realizado o terceiro e último pleito, cuja validade dependerá do voto de mais de 40% (quarenta por cento) dos aludidos associados, proclamando o presidente da Mesa apuradora em qualquer dessas hipóteses os eleitos, os quais serão empossados automaticamente na data do término do mandato expirante, não tendo efeito suspensivo os protestos ou recursos oferecidos na conformidade da lei".

Art. 2.º Fica revogado o parágrafo único do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 3.º O art. 538 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, para a ter a seguinte redação:

"Art. 538. A administração das federações e confederação será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Diretoria;
- b) Conselho de Representantes;
- c) Conselho Fiscal.

§ 1.º A Diretoria será constituída no mínimo de 3 (três) membros e de 3

(três) membros se comporá o Conselho Fiscal, os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato por 2 (dois) anos.

§ 2.º Só poderão ser eleitos os integrantes dos grupos das federações ou dos planos das confederações, respectivamente.

§ 3.º O Presidente da federação ou confederação será escolhido dentre os seus membros, pela Diretoria.

§ 4.º O Conselho de Representantes será formado pelas delegações dos sindicatos ou das federações filiadas, constituída cada delegação de 3 (três) e 4 (quatro) membros, respectivamente, conforme se tratar de federação e de confederação, com mandato por 2 (dois) anos, cabendo um voto a cada delegação.

§ 5.º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira".

Art. 4.º O art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, fica acrescido do seguinte parágrafo, que passará a ser o 2.º, ficando como 1.º o parágrafo único já existente:

"Art. 611 .....

§ 2.º As federações e, na falta destas, as confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais, poderão celebrar contratos coletivos de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em sindicato, no âmbito de suas representações".

Art. 5.º O art. 857 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 857 .....

Parágrafo único. Quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, poderá a representação ser instaurada pelas federações correspondentes e, na falta destas, pelas confederações respectivas, no âmbito de sua representação".

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Nelson Omegaña.

LEI N.º 2.694 — DE 24 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 1.ª e 2.ª Regiões da Justiça do Trabalho.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Art. 1.º São criadas, na 1.ª Região da Justiça do Trabalho, seis Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede no Distrito Federal, e nove na 2.ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2.º São criados quinze cargos de juiz do Trabalho, presidente de Junta, quinze cargos de juiz substituto e trinta funções de vogais, sendo quinze para a representação de empregados e quinze para a de empregadores, para compor as Juntas a que se refere o art. 1.º.

§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal.

gratificações das funções de que trata este artigo serão os fixados no art. 5.º da Lei n.º 489, de 28 de novembro de 1948.

Art. 3.º Os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 1.ª e 2.ª Regiões promoverão a instalação das Juntas ora criadas, denominando-as numericamente, segundo a ordem de instalação.

Art. 4.º Os mandatos dos vogais das Juntas de que trata esta lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das mais Juntas das respectivas jurisdições, atualmente em curso.

Art. 5.º São criados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo os seguintes cargos:

a) isolados de provimento em comissão:

9 — Chefe de Secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, padrão N.

b) isolados de provimento efetivo:  
9 — Oficial de Justiça das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, padrão I.

9 — Porteiro de auditórios das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo, padrão H.

c) de carreira:

18 — Servente, classe C.

35 — Auxiliar judiciário, classe E.

9 — Oficial judiciário, classe H.

Parágrafo único. Os cargos de carreira a que se refere este artigo passam a integrar as carreiras do mesmo nome existentes no quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região, constantes da Lei n.º 1.879, de 3 de setembro de 1953.

Art. 6.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.910.000,00 (quatro milhões e dez mil cruzeiros), para ocorrer à despesa consequente da presente lei, no exercício de 1954 sendo Cr\$ 1.730.000,00 (um milhão setecentos e oitenta mil cruzeiros) para o Tribunal Regional do Trabalho da 1.<sup>a</sup> Região e Cr\$ 2.230.000,00 (dois milhões duzentos e trinta mil cruzeiros) para o Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*F. de Menezes Pimentel.*

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.695 — DE 24 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Cria, na 2.<sup>a</sup> Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criada, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, e jurisdição nos Municípios de Cravinhos, Serrana, Batatais, Altinópolis, Brodowski, Jardi-

nópolis, São Simão, Santa Rosa de Viterbo, Serra Azul, Sertãozinho e Pontal.

Art. 2.º São criados um cargo de juiz do Trabalho presidente de junta e duas funções de vogal, sendo uma para a representação de empregadores e a outra para a de empregados.

§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2.º Os vencimentos do cargo e das funções de que trata este artigo serão os fixados no art. 5.º da Lei n.º 459, de 28 de novembro de 1948.

Art. 3.º Os mandatos dos vogais da junta de que trata esta lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas do Estado de São Paulo, atualmente em curso.

Art. 4.º O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.<sup>a</sup> Região promoverá a instalação da junta ora criada.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais até Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e sessenta cruzeiros), para execução da presente lei.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*F. de Menezes Pimentel.*  
*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.696 — DE 24 DE  
DEZEMBRO DE 1955

*Modifica o parágrafo 2.º do artigo 3.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia).*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 2.º do art. 3.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949

(Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º .....  
 § 2.º — Os membros do Conselho Nacional de Economia perceberão, mensalmente, quantia correspondente aos vencimentos dos membros do Tribunal de Contas da União”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.697 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1955

*Prorroga para 31 de outubro de 1959, o prazo a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953 (Dispõe sobre o Financiamento da Lavoura do Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas).*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, fica prorrogado para 31 de outubro de 1959.

Art. 2.º São incluídos entre os beneficiários dos financiamentos previstos na mesma lei os cafeicultores cujas lavouras, situadas nas regiões dos Estados produtores atingidos pelas geadas ocorridas em julho e agosto de 1955, tenham sido prejudicadas em sua produtividade ou formação de modo a que o respectivo custeio não se enquadre nas disposições do Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de prejuízos que não se estendam a mais de um período agrícola e de produtores já assistidos, nos termos da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, ou que tenham expressamente renunciado aos seus benefícios, antes da promulgação desta lei.

Art. 3.º Nos empréstimos a que se refere esta lei deverá ser incluída uma verba destinada à manutenção dos empreiteiros ou formadores de lavouras atingidas pelas geadas, durante o período de restauração dos cafeeiros, até o máximo de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Para gozar dos benefícios desta lei, os lavradores prejudicados pelas geadas deverão assumir, nas escrituras de financiamento, sob pena de este não ser concedido, a obrigação de manter os contratos de formação de lavoura atualmente existentes e, ainda, de destinar aos empreiteiros a verba prevista neste artigo.

Art. 4.º Em casos excepcionais, plenamente justificados, e sempre mediante solicitação ou informação do Instituto Brasileiro do Café a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. poderá deferir os empréstimos de que trata esta lei antes do período agrícola a iniciar-se a 1 de novembro de 1955.

Parágrafo único. Os financiamentos concedidos após a ocorrência das geadas de 1955, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., em caráter de emergência e para os mesmos fins aqui previstos, até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) cada um, a pequenos e médios produtores, cuja colheita, na safra que findou, tenha sido nula ou insuficiente para atender ao custeio dos trabalhos culturais, no período agrícola 1955/56, das lavouras atingidas, serão considerados como ante-



cipação das disposições deste diploma, mediante a inclusão dos saldos devedores que apresentarem após a promulgação desta lei, nos primeiros orçamentos de custeio relativos aos financiamentos especiais deferíveis, aos mesmos mutuários, nas condições contidas na presente lei.

Art. 5.º O prazo das operações será de 1 (um) ano, sucessivamente prorrogável por igual tempo, até a recuperação da produtividade dos cafeeiros, desde que, entretanto, não ultrapasse o período fixado pelo art. 1.º.

§ 1.º O prazo inicial poderá ser superior ou inferior a 1 (um) ano, para coincidirem os períodos contratuais com os dos trabalhos agrícolas.

§ 2.º Em cada prorrogação do prazo se vinculará ao contrato a colheita acaso já em via de formação no curso do novo período contratual, quaisquer que tenham sido as garantias iniciais do financiamento.

Art. 6.º As garantias serão constituídas por penhor rural, hipoteca ou fiança, conjunta ou isoladamente.

§ 1.º Dependarão obrigatoriamente de hipoteca os financiamentos superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por período agrícola, e os que, de qualquer valor e prazo, se destinem ao custeio de lavouras em formação, assim consideradas aquelas até 3 (três) anos à época das geadas verificadas em 1955.

§ 2.º Quando exigível a hipoteca e esta se tornar impossível, por se acharem os imóveis, cujas lavouras foram atingidas, apenas prometidos ao beneficiário ou por ele requeridos a Estado ou Municípios, admitir-se-á a garantia de outro imóvel, rural ou urbano.

§ 3.º É dispensada a anuência do proprietário agrícola à constituição do penhor das colheitas de café dadas em garantia dos financiamentos inclusive as formadas em terrenos devolutos, desde que o respectivo ocupante tenha, pelo menos, apresentado requerimento já deferido, de discriminação em seu favor da área ocupada.

§ 4.º A constituição da garantia pela forma prevista no § 1.º deste artigo será facultada aos beneficiários da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, observadas as mais condições nela estipuladas e não expressamente alteradas.

Art. 7.º Quaisquer que sejam as garantias oferecidas, os lavradores beneficiados destinarão integralmente ao Banco, para venda e pagamento da dívida, o café colhido nos imóveis atingidos.

Art. 8.º Fica prorrogado para 31 de outubro de 1959 o prazo de que trata o art. 7.º da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, exceto quanto aos cafeicultores cujas lavouras não foram atingidas pelas novas geadas de 1955, que terão o aludido prazo prorrogado, apenas, para 31 de outubro de 1957.

Parágrafo único Cessarão, de pleno direito, os efeitos da moratória assegurada pelo art. 7.º da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, desde que o cafeicultor renuncie expressamente aos favores daquele diploma legal ou aos da presente lei, ou liquide o financiamento especial, quer em virtude da recuperação de suas lavouras, quer pela obtenção de recursos outros.

Art. 9.º Considerar-se-ão em fraude de execução dos financiamentos resultantes desta lei, as alienações feitas sem previa anuência do Banco do Brasil S. A., quer de produtos dos cafeeiros dos imóveis atingidos, embora ainda não vinculados aos contratos, quer de direito e ação dos beneficiários referentes aos aludidos imóveis, em aquisição.

Art. 10. Fica a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários, o desconto de títulos provenientes do financiamento de recuperação e até o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de venda de terras financiadas a que se refere o art. 7.º da lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953, e até o prazo previsto no art. 8.º desta lei.

Art. 11. Nas localidades onde o Banco do Brasil S. A. não dispuser de agências ou escritórios, para que o financiamento atenda o maior número possível de lavradores, poderá a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial daquele Banco delegar essas operações de crédito aos Bancos par-

ticulares existentes na região, mantidas as mesmas condições de custeio e taxa de juros usuais para esses financiamentos.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS

Mário da Câmara

LEI N.º 2.698 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1955

*Dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, e altera o item II do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e o § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, acrescentando-lhe um parágrafo.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O item II do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1952, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9.º .....  
§ 2.º .....

II — à pavimentação de estradas de rodagem, em proporção de 30% (trinta por cento) das sobretaxas arrecadadas, uma só vez ou em parcelas, antes ou depois da refinação no Brasil, pela importação de petróleo e seus derivados, depois de regularizadas as operações cambiais realizadas, antes desta lei por conta do Tesouro Nacional.

§ 5.º O produto da arrecadação de 30% (trinta por cento), previsto no inciso II do § 2.º deste artigo, será diretamente recolhido pelo Banco do Brasil, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para aplicação na pavimentação de rodovias e na construção, revestimento ou pavimentação de rodovias destinadas a substituir ramais ferroviários reconhecidamente deficitários”.

Art. 2.º. A receita decorrente da alteração de que trata o art. 1.º desta lei será entregue em quotas trimestrais ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que lhe dará o seguinte destino:

a) 80% (oitenta por cento) constituirão o Fundo Nacional de Pavimentação a ser distribuído e aplicado pela forma determinada no artigo 3.º desta lei.

b) 20% (vinte por cento) constituirão um Fundo Especial a ser aplicado pela forma prevista no art. 5.º desta lei.

Art. 3.º Ao Fundo Nacional de Pavimentação, a que se refere a letra a do artigo anterior, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico dará o seguinte destino:

a) 40% (quarenta por cento) ficarão depositados à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

b) 60% (sessenta por cento) ficarão depositados à conta e ordem dos Departamentos de Estradas de Rodagem ou órgão equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios, como se Estados fossem, observados os coeficientes adotados pelo Fundo Rodoviário Nacional no trimestre correspondente.

Art. 4.º O Fundo Nacional de Pavimentação será aplicado exclusivamente em pavimentação de estradas de rodagem, na forma do art. 2.º desta lei, sem prejuízo nem dependência de outros quaisquer recursos, impostos ou taxas que as leis vigentes destinem ao mesmo fim.

§ 1.º Os projetos para pavimentação de rodovias, que devem ser atendidos com o Fundo Nacional de Pavimentação, serão elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ou pelos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, ou órgãos equivalentes, aprovados conforme o caso, pelo Conselho Rodoviário Nacional ou Conselhos Rodoviários Estaduais.

§ 2.º O critério a ser seguido, para fixar a prioridade dos trechos de estradas de rodagem a pavimentar, será o valor do volume de tráfego que se verificar nas diversas rodovias, em cada uma das regiões do Brasil, no ano anterior.

Art. 5.º O Fundo Especial de que trata a letra b do art. 2.º desta lei será exclusivamente aplicado na construção, no revestimento ou na pavimentação das estradas que se construirão ou se aproveitarão para substituir os trechos de ferrovias reconhecidamente deficitários.

Art. 6.º Concluídas as obras e as operações financeiras decorrentes do determinado no art. 5.º da presente lei, o Fundo Especial de que trata a letra b do art. 2.º desta lei será incorporado ao Fundo Nacional de Pavimentação.

§ 1.º Os projetos de obras ou serviços baseados no art. 5.º desta lei serão elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, por indicação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, com audiência da competente Secretaria dos Governos estaduais, quando a estes pertencer a linha férrea a ser retirada.

§ 2.º A prioridade para seleção desses projetos será a menor densidade de tráfego ferroviário remunerado, computada em toneladas-quilômetros de linha explorada (t-km/km), dando-se preferência, em caso de valores semelhantes à linha que acusar a maior despesa de custeio anual por quilômetro de acordo com os dados relativos ao ano de 1952.

§ 3.º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta lei, os Departamentos Nacionais de Estradas de Rodagem e Estradas de Ferro, em trabalho conjunto, apresentarão ao Ministro da Viação, para que submeta aos Governos respectivos a relação dos trechos ferroviários a serem substituídos por estradas de rodagem, nos termos desta lei.

Art. 7.º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico fica autorizada a financiar os projetos elaborados para fins de pavimentação ou substituição de trechos ferroviários, de acordo com esta lei.

Parágrafo único. Os empréstimos de que trata esta lei serão feitos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e órgãos equivalentes dos Estados, Distrito Federal e Territórios na proporção das respectivas quotas e por elas serão garantidos.

Art. 8.º A aplicação da receita, objeto desta lei, fica sujeita à prestação de contas perante o Tribunal de Contas respectivo, não prescrevendo os saldos em cada exercício.

Art. 9.º Os óleos lubrificantes, simples, compostos e emulsivos, obtidos no país pela recuperação de óleo lubrificante usado, ficam isentos do imposto único a que se refere o art. 1.º, letra b, da lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

§ 1.º O disposto no presente artigo só se aplica ao óleo re-refinado que tenha sofrido processo de regeneração através de sua destilação, refinação e filtragem, e cujas características e propriedades sejam as mesmas do produto novo.

§ 2.º As indústrias de re-refinação de óleos lubrificantes poderão gozar a isenção de que trata o presente artigo desde que tenham instalações aprovadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e aí registrem o produto, com aquelas características.

§ 3.º A isenção será reconhecida pelo Ministério da Fazenda, em cada caso, à vista de solicitação da interessada e em processo onde fique comprovado o preenchimento daquelas formalidades, atestado pelo referido órgão técnico.

Art. 10. E' acrescentado ao art. 2.º da lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952 um parágrafo, passando o § 1.º d'êste artigo a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2.º .....

“§ 1.º O imposto único, quando cobrado sob a forma de imposto do consumo, será recolhido por verba, podendo o pagamento ser efetuado após a saída do produto da fabrica vendedora, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da sua entrega ao primeiro comprador.

§ 2.º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 60 (sessenta) dias, o disposto no parágrafo anterior, podendo autorizar o pagamento do tributo pelo destinatário, na repartição arrecadadora respectiva, devendo, nesse caso, ser observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias, para o seu recolhimento, a contar da data do recebimento do produto”.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 37.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

LEI N.º 2.699 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955

PRORROGA, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1956,  
COM MODIFICAÇÕES, A LEI N.º 1.300,  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 1950, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo de vigência da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, estabelecido no art. 1.º da lei n.º 2.328, de 1 de novembro de 1954, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1956, com as alterações constantes da presente lei.

Art. 2.º O art. 4.º da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º Quando, no curso da locação, o locatário constituir ou adquirir prédio residencial ou para fim comercial ou industrial e alugá-lo a terceiro, o aluguel do prédio por ele ocupado será arbitrado pela autoridade municipal competente”.

Art. 3.º O art. 15 da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, fica acrescido de mais um item e os seus §§ 2.º e 6.º passam a vigorar com a redação abaixo:

“Art. 15 .....

“XII — Se o proprietário pedir o prédio para residência de ascendente ou descendente viúvo ou casado, que não seja, ou o seu cônjuge, proprietário de prédio residencial na mesma localidade.

§ 2.º A ação de despejo, nos casos dos itens II a IX e XII, só poderá ser proposta depois de decorridos 90 (noventa) dias da notificação judicial, feita ao locatário, cientes os sublocatários.

§ 6.º Nos casos dos itens II a V, VII a IX e XII, o juiz cominará a sentença multa correspondente ao aluguel de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, cobrável pelo locatário em seu benefício, se o proprietário o locador ou o promitente-comprador não usar o prédio para o fim declarado, dentro em 60 (sessenta) dias, bem como se, no caso dos itens II a V, VII e IX, nele não permanecer durante 1 (um) ano, ou, na hipótese do item XII, o ascendente ou o descendente nela não residir pelo mesmo prazo, salvo, em qualquer dos casos, motivo de força maior”.

Art. 4.º Quando a ação de despejo, nas hipóteses dos itens II, VII, IX e XII do art. 15 da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, se referir à locação de prédio adquirido mediante financiamento, por servidor público ou contribuinte de instituto ou caixa de aposentadoria e pensões, o réu ficará obrigado a pagar, a partir do despacho saneador até a data da desocupação do imóvel, o aluguel correspondente à prestação mensal a que o adquirente ou promitente comprador estiver obrigado, nos termos do respectivo contrato de financiamento.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplicará quando o aluguel resultante do contrato de locação for superior à prestação mensal devida pelo adquirente ou promitente comprador.

Art. 5.º Vetado.

Art. 6.º O item IV do art. 20 da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20

"IV — deixar o proprietário, locador e o promitente comprador, nos casos dos itens II a V, VII, IX e XII do art. 15, dentro em 60 (sessenta) dias, após a entrega do prédio, de usá-lo para o fim declarado".

Art. 7.º Ficam livres de todas as restrições estabelecidas ou revogadas pela presente lei as locações de imóveis em que sejam locadoras as pessoas jurídicas, instituídas para fins filantrópicos, que se ocupem da educação, da proteção à infância pobre, do amparo à velhice necessitada, do socorro à invalidez ou da assistência hospitalar.

Parágrafo único. Para gozar dos favores deste artigo a instituição locadora deve ter ou incluir nos seus estatutos ou atos constitutivos disposições por cuja força:

- a) a totalidade da renda ou receita oriunda de quaisquer fontes, inclusive a locação de imóveis, se aplique exclusivamente às suas obras de filantropia ou à conservação e constituição do próprio patrimônio;
- b) não, tenha qualquer objetivo de lucro em favor de seus associados;
- c) não remunere ou preste benefícios aos seus administradores em razão dos cargos que exerçam.

Art. 8.º As instituições que atendam às condições do artigo precedente podem, a partir de 1.º de janeiro de 1956, reajustar livremente, com os respectivos locatários, o aluguel dos imóveis locados por tempo indeterminado.

§ 1.º Na falta de acordo, a entidade locadora fica com o direito de obter o reajustamento do aluguel por via judicial. A ação terá o rito processual previsto nos arts. 354 e seguintes do Código do Processo Civil, sendo sempre obrigatório o arbitramento. Na fixação do aluguel, deverão ser considerados o valor do imóvel e os níveis de preços da região em que esteja situado.

§ 2.º O novo aluguel vigorará a partir da data da citação inicial e será revisto de 3 (três) em 3 (três) anos, nos moldes do art. 31 do decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934.

Art. 9.º Os imóveis locados com prazo determinado pelas citadas instituições filantrópicas, findo este prazo, ficarão sob o mesmo regime previsto nos artigos anteriores para as locações por tempo indeterminado, salvo se se tratar de locações regidas pelo decreto n.º 24.150 de 20 de abril de 1934.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1956, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 87.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

LEI N.º 2.700 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1955

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 1º É criada a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei».

Art. 2º Fica incorporada à Universidade do Ceará a Faculdade de Engenharia, a que se refere a lei nº 2.383, de 3 de janeiro de 1955, com a denominação de Escola de Engenharia.

Parágrafo único. O crédito especial, referido no art. 4º da lei citada, ou o seu saldo, fica transferido para a Universidade, do Ceará, para movimentação pelo reitor.

Art. 3º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, para a Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará, as seguintes funções gratificadas:

- 1 de Diretor, FG-1;
- 1 de Secretário, FG-3; e
- 1 de Chefe de Portaria, FG-7.

Art. 4º As funções gratificadas, a que se refere o art. 3º, item II, da lei nº 2.383, de 3 de janeiro de 1955, passam a ter as seguintes denominações e símbolos:

- 1 de Diretor, FG-1;
- 1 de Secretário, FG-3; e
- 1 de Chefe de Portaria, FG-7.

Art. 5º As funções gratificadas da reitoria da Universidade do Ceará, de que trata o art. 7º da lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, passam a corresponder aos símbolos FG-3 para a de secretário e FG-7 para a de chefe de portaria.

Art. 6º Para cumprimento do disposto nos arts. 1º e 6º da lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de 14.185.960,00 (quatorze milhões, cento e oitenta e cinco mil, e novecentos e sessenta cruzeiros), sendo Cr\$ 3.729.600,00 (três milhões, setecentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 4.521.720,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e um mil e setecentos e vinte cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 3.505.440,00 (três milhões, quinhentos e cinco mil e quatrocentos e quarenta cruzeiros) para os abonos a que se referem as leis nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e nº 2.412, de 1 de fevereiro de 1955; Cr\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para três funções gratificadas; Cr\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil cruzeiros) para material de consumo e de transformação; Cr\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) para material permanente; Cr\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros) para serviços de terceiros;

Cr\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros) para encargos diversos; e Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para despesas de instalação.

Art. 7º No provimento dos cargos referidos no art. 6º da lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, e das funções constantes da tabela de mensalistas a ser criada pelo Poder Executivo, mediante utilização do crédito próprio a que se refere o artigo anterior, fica assegurado o aproveitamento, ao serviço público federal, do pessoal da Faculdade de Medicina do Ceará, existente à data de vigência daquela lei, nas seguintes condições:

I — os professores, em caráter interino nos cargos de professor catedrático, padrão O, até a realização de concursos, na forma do art. 168, item VI, da Constituição;

II — os mais empregados como extranumerários.

§ 1º Ao pessoal referido neste artigo é assegurada a contagem do tempo de serviço anterior para os efeitos de aposentadoria, gratificação adicional por tempo de serviço e, quando for o caso, gratificação de magistério.

§ 2º A expedição de atos de aproveitamento, a que alude este artigo, somente se efetivará depois da incorporação, ao patrimônio da Universidade, independente de qualquer indenização e mediante escritura pública, de todos os valores, bens móveis e imóveis, e direitos utilizados pela Faculdade de Medicina referida no art. 6º da lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954.

§ 3º Os assistentes, aproveitados na forma prevista neste artigo, poderão ser lotados nos diversos estabelecimentos integrantes da Universidade do Ceará, mediante proposta do reitor, aprovada pelo Conselho Universitário.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1955; 134.ª da Independência e 67.ª da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.701 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1955

*Retifica a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estina a Receita e taxa a Despesa para o exercício financeiro de 1955.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, Anexo nº 25 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Onde se lê:

Verba 1 — Pessoal  
Consignação 4 — Indenizações  
Subconsignação n.º 01  
— Ajuda de custo

Cr\$

02 — Comissão Federal de Abastecimento e Preços . . . . .	1 770.000,00
08 — Departamento de Administração	
05 — Divisão do Pessoal . . . . .	100.000,00
	<hr/>
	1.870.000,00

Leia-se:

Verba 1 — Pessoal	Cr\$
Consignação 4 — Indenizações	
Subconsignação n.º 01 — Ajuda de custo	
02 — Comissão Federal de Abastecimento e Preços . . . . .	100.000,00
08 — Departamento de Administração	
05 — Divisão do Pessoal . . . . .	1 770.000,00
	<hr/>
	1.870.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Nelson Omega.*

*Mário da Câmara.*

LEI N.º 2.702 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1955

*Prorroga até 31 de dezembro de 1960 a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.*

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1960, a suspensão da cobrança de todas as taxas aeroportuárias, aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras de navegação aérea, na execução de linhas ou viagens domésticas prevista pelo artigo 6.º da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

*Mário da Câmara.*

*Vasco Alves Seco.*



página original em branco

## **E M E N T Á R I O**

**Leis e decretos publicados nos  
volumes VII e VIII de 1955, desta  
coleção, classificados em or-  
dem alfabética dos assuntos**

página original em branco

# EMENTÁRIO

## A

### "A INDEPENDÊNCIA" - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de "A Independência" - Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 37.520 — de 22 de junho de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1955.

### "A PATRIARCA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "A Patriarca" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 38.285 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

### ABALROAMENTO NO MAR

*Torna público o novo texto do Regulamento Internacional para evitar abalroamento no mar.*

Decreto n. 37.901 — 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## ACADEMIAS

*Estabelece bases para a declaração de Aspirantes a Oficial dos Cadetes do Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN e dá outras providências.*

Decreto n. 38.057 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

## ACADEMIAS

*Declara de utilidade pública a Academia Brasileira de Medicina Militar, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 38.178 — de 3 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1955.

— *Concede reconhecimento aos Cursos que indica. (Academia de Música Lorenzo Fernandez).*

Decreto n. 38.186 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1955.

## ACÓRDOS

*Promulga o Acórdão relativo à concessão de um título de viagem para refugiados que estejam sob a jurisdição do Comité Intergovernamental de Refugiados, assinado em Londres, a 15 de outubro de 1946, entre o Brasil e diversos países.*

Decreto n. 38.018 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

## AÇUDES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, a área de terreno necessária à reconstrução do açude público "Santa Maria", no Município de Sobral, Estado do Ceará.*

Decreto n. 38.262 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1955.

**AÇUDES**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Zé Manoel", no Município de Casa Nova, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.263 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1955.

**AERÓDROMOS**

*Denomina Dois de Julho o aeródromo de Ipitanga no Município de Salvador, Estado da Bahia.*

Lei n. 2.689 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**AEROLINEAS ARGENTINAS**

*Concede a "Aerolíneas Argentinas" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.850 — de 2 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

**AERONAUTICA**

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n. 2.688 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Cria o Curso de Pilotos Comerciais e dá outras providências.*

Decreto n. 38.089 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n. 38.275 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

**AERONAUTICA**

*Altera dispositivos do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 38.296 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Ministério da Aeronáutica.*

**AERONAVES**

*Prorroga até 31 de dezembro de 1960 a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas.*

Lei n. 2.702 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Noruega, da Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n. 38.472 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**AGALMATOLITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Gímenes Molina a lavrar agalmatolito, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.364 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Gímenes Molina a lavrar agalmatolito no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.388 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## ÁGUA DE MESA

*Autoriza Neto & Cia. Ltda. a pesquisar água potável de mesa no município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.435 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza a Companhia Industrial e Comercial Paduana S. A. a pesquisar água mineral no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.054 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Maria dos Santos a pesquisar água mineral no município de Seridãozinho, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.131 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Peixoto da Silva a pesquisar água mineral no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.132 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*Autoriza Novas Indústrias Olinde S. A. a pesquisar água mineral no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 38.194 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

*Reclassifica como água mineral a água potável de mesa, cuja lavra foi autorizada pelo Decreto n.º 24.622, de 3 de março de 1948.*

Decreto n. 38.205 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza a cidadã brasileira Luiza Garcia Gomes a lavar água mineral no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.437 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

## ÁGUA MINERAL TIMBU LIMITADA

*Concede à Água Mineral Timbu Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.138 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## AJUDANTES DE TESOUREIROS

*Reajusta os proventos dos tesooueiros e ajudantes de tesoureiro inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Lei n. 2.640 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

## AJUSTE COMERCIAL

*Torna pública a denúncia, pelo Brasil, do Ajuste Comercial entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Austria, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1950.*

Decreto n. 38.123 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S. A.

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Aliança da Bahia Capitalização S. A.*

Decreto n. 38.171 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

**AMERICAN MOTORISTS INSURANCE COMPANY**

*Concede autorização à American Motorists Insurance Company, com sede em Illinois, Estados Unidos da América, para funcionar na República, operando em seguros e resseguros dos ramos elementares.*

Decreto n. 38.165 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**ANDREA SALVINI & CIA. LTDA.**

*Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.222 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**ANTÔNIO DO CARMO & CIA. LIMITADA**

*Autoriza Antônio do Carmo & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 38.272 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**APOSENTADOS**

— Ver:

*Autarquias, Entidades Paraestatais e Servidores Cíveis da União.*

**AREIA QUARTZOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Oscarino Zimmormann Fillet a pesquisar areia quartzosa e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.045 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

**AREIA QUARTZOSA**

— *Autoriza a cidadã brasileira Albertina Ferreira Dias a pesquisar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.218 — de 13 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza a cidadã brasileira Thereza Shimoda a pesquisar argila e associados no município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.047 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.373 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**ARMADA**

*Dispensa, temporariamente, o complemento de exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.902 — de 16 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 38.102 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

— *Subordina o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, militarmente, em caráter provisório, ao Estado-Maior da Armada.*

Decreto n. 38.251 — de 18 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## ARMADA

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 38.263 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para o fim de permitir a promoção de Sargentos à graduação de Suboficial, por concurso.*

Decreto n. 38.300 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Marinha.*

## ARSENAL DE GUERRA

— Ver:

*Ministério da Guerra.*

## ARSENAL DE MARINHA

— Ver:

*Ministério da Marinha.*

## ASILO POLÍTICO

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, por parte do Equador, da Convenção sobre Asilo Político, assinada em Montevideo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.019 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

*Concede à Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica — Seção do Distrito Federal, a prerrogativa da alínea "d" do art. 513 da C. L. T.*

Decreto n. 38.324 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

## ASSOCIAÇÃO PRO MATRE

*Declara de utilidade pública a Associação Pro Matre, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 38.179 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

## ASSOCIAÇÕES RURAIS MUNICIPAIS

*Dispõe sobre subvenção às Associações Rurais Municipais.*

Lei n. 2.656 — de 26 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1955.

## AUTARQUIAS

*Procede à revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais.*

Lei n. 2.622 — de 18 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1955.

Retificada no D. O. de 22 e 24 de outubro de 1955.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, na parte relativa à admissão de extranumerários contratados e tateiros do Serviço Público e das Autarquias e dá outras providências.*

Decreto n. 38.106 — de 19 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

## AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

— *Ou de lavra. Ver o nome do elemento pesquisado ou lavrador.*

## AUXÍLIOS

*Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n. 38.096 — de 14 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.



**AVIAÇÃO COMERCIAL**

*Cria o Curso de Pilotos Comerciais e dá outras providências.*

Decreto, n. 38.089 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

**B****BANCO DE CRÉDITO FUNCIONAL  
SOCIEDADE COOPERATIVA DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*Concede autorização para a constituição do "Banco de Crédito Funcional Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 37.918 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

**BANCO DO ESTADO DE SÃO  
PAULO S. A.**

*Aprova aumento de capital do Banco do Estado de São Paulo S. A.*

Decreto n. 38.059 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

**BATES VALVE BAG CORPORA-  
TION OF BRAZIL**

*Concede à sociedade anônima Bates Valve Bag Corporation of Brazil, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 38.319 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jayme Xavier a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.363 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Valadão Lopes a pesquisar berilo, mica e associações no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.121 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

*— Autoriza Produco, Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a lavar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.385 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**BEUMER & KREISEL LTDA.**

*Concede à Beumer & Kreisel Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.434 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**BRACEPA S. A. INDUSTRIAL,  
EXPORTADORA E IMPORTA-  
DORA**

*Concede à Bracepa S. A. Industrial, Exportadora e Importadora autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.292 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

**BRANCAL - MINERAÇÃO E CO-  
MÉRCIO LIMITADA**

*Concede à Brancal - Mineração e Comércio, Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.212 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**C**

**CAFÉ**

*Prorroga para 31 de outubro de 1959, o prazo a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 2.395, de 16 de novembro de 1953 (Dispõe sobre o Financiamento da Lavoura do Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas).*

Lei n. 2.697 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CAIXA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.905 — de 16 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

**CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA**

*Cria, no Quadro Único do Pessoal da Caixa de Crédito da Pesca, função gratificada.*

Decreto n. 38.206 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

*Suspende a execução dos Decretos ns. 37.271, de 28 de abril de 1955 e 37.881, de 13 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.482 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**CALCÁRIO**

*Declara insubsistente o Decreto n.º 35.129, de 1 de março de 1954.*

Decreto n. 38.000 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

**CALCÁRIO**

*— Declara insubsistente o Decreto n.º 35.130, de 1 de março de 1954.*

Decreto n. 38.001 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1955.

*— Declara sem efeito o Decreto número 35.131, de 1 de março de 1954.*

Decreto n. 38.002 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

*— Anula o Decreto n.º 31.398, de 5 de setembro de 1952.*

Decreto n. 38.023 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Fabiano do Nascimento a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.113 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1955.

*— Autoriza a cidadã brasileira Otília de Castro Meireles a pesquisar calcário e associados no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.116 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

*— Autoriza os cidadãos brasileiros José Rodrigues de Oliveira e Joaquim Rodrigues de Oliveira a lavar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.201 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1955.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Carlos de Sales a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.213 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nilton Teixeira Câmara a pesquisar mármore, calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.220 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza Andrea Salvini & Cia. Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.222 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro sé Teixeira da Costa, como administrador do Condomínio "Faustina" a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.224 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, zisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.373 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Iasi a pesquisar calcário e associados no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.377 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a lavar calcário no município de Praões, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.389 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**CALCITA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thebas José de Vasconcelos Rolim, a pesquisar calcita e associados no município de Apiai, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.202 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1955.

**CAL ITÚ LIMITADA**

— *Concede à Cal Itú Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.122 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

**CAPITAL FEDERAL**

— *Transforma a Comissão de Localização da Nova Capital Federal em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal e dá outras providências.*

Decreto n. 38.281 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

# **CARLOS HELMS & CIA.**

*Concede à firma comercial Carlos Helms & Cia. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.286 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

# **CARVALHO FRANCO & FILHO LIMITADA**

*Concede à Carvalho Franco & Filho Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.195 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

# **CARVÃO**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Lucidório Malaquias Roque, Debrantes Malaquias Roque, Rosalino Manoel Réus e André Silveira Borges a pesquisar carvão mineral, no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.049 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Maria José dos Santos Rocha, Olíndina Maria Rocha, Francisco Manoel Elias, Santos Domicio Rocha, Antônio Domicio Rocha e Bento Candido Teixeira a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.050 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Benoni Jovenuto Cardoso e Salvatino Manoel Alexandre a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.051 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

# **CARVÃO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benoni Jovenuto Cardoso a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.052 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n. 38.339 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

# **CASSITERITA**

*Autoriza Guimarães Minerais Preciosos Ltda., a pesquisar diamante, ouro aluvionar, cassiterita e associados no município de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.119 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.367 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

# **CAULIM**

*Autoriza Empresa de Caulim Ltda. a pesquisar caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.035 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Autoriza Minérios Vista Alegre Ltda., a pesquisar caulim e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.136 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**CAULIM**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fidelis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.365 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Vicente Fernandes a pesquisar caulim, quartzo, mica e associações no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.369 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.985, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.383 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**CENTRO ARTÍSTICO CEARENSE**

*Declara de utilidade pública, o Centro Artístico Cearense, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 38.100 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**

*Insstitui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais.*

Decreto n. 38.460 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CHAVES & CIA., EMPRESA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza Chaves & Cia., Empresa de Mineração, a lavrar gipsita no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 38.440 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**CHUMBO**

*Renova o Decreto n.º 32.656, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 38.026 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

**CLUB MILITAR**

*Altera disposições da Lei n.º 1.086, de 19 de abril de 1950, e autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 5 anos os financiamentos previstos naquela lei.*

Lei n. 2.672 — de 7 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**CLUBE NAVAL**

*Altera o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

Decreto n. 38.260 — de 29 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

**COBALTO**

*Autoriza a cidadã brasileira Ana Soares de Faria a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados no município de Dorcas do Indaiá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.031 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Figueiredo Cardoso a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados, no município de Parintins, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 38.110 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## COBALTO

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Figueiredo Cardoso a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados, no município de Parintins, Estado do Amazonas.

Decreto n. 38.114 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Dispõe sobre a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.

Decreto n. 38.153 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— Dá nova redação à Interpretação dos Casos Omissos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, aprovada pelo Decreto número 30.119, de 1 de novembro de 1951, na parte referente ao art. 110 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto n. 38.204-A — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1955.

## COLÉGIOS

Concede a subvenção anual de .... Cr\$ 1.300.000,00, durante dez anos consecutivos, ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.662 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

## COLMÉIA - CENTRO DE EDUCAÇÃO E PROFISSÃO

Declara de utilidade pública a Colméia-Centro de Educação e Profissão, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.325 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

## COMBUSTÍVEIS

Dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, e altera o item II do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da Lei n. 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e o § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, acrescentando-lhe um parágrafo.

Lei n. 2.698 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## COMISSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.287.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Garibaldi para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo daquela Prefeitura.

Decreto n. 36.876 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela "Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional", áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 38.093 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— Dispõe sobre a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.

Decreto n. 38.153 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

**COMISSÕES**

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 35.518, de 4 de junho de 1954, que alterou a redação do artigo 1.º do Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estrangeiros e dá outras providências.*

Decreto n. 38.232 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para atender às despesas de instalação e do pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico.*

Decreto n. 38.270 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Transforma a Comissão de Localização da Nova Capital Federal em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal e dá outras providências.*

Decreto n. 38.281 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

**COMPAGNIE D'ASSURANCES GENERALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Compagnie D'Assurances Generale Contre L'Incendie et Les Explosions.*

Decreto n. 38.095 — de 14 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1955.

**COMPANHIA ALIANÇA RIO GRANDENSE DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais.*

Decreto n. 38.144 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND PARANÁ**

*Declara insubsistente o Decreto n.º 35.129, de 1 de março de 1954.*

Decreto n. 38.000 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Declara insubsistente o Decreto n.º 35.132, de 1.º de março de 1954.*

Decreto n. 38.001 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1955.

**COMPANHIA CONTINENTAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Continental de Seguros.*

Decreto n. 38.166 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1955.

Retificado nos D. O. de 16 e 19 de dezembro de 1955.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.063, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO**

*Declara sem efeito o Decreto número 35.131, de 1 de março de 1954.*

Decreto n. 38.002 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO**

— *Renova o Decreto n.º 32.656, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 38.026 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE LINHAS AÉREAS DO JAPÃO LTDA.**

*Concede a The Japan Air Lines Company Ltd. (Companhia de Linhas Aéreas do Japão, Ltda.), autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.993 — de 28 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE FERRO E CARVÃO**

*Outorga à Companhia de Mineração de Ferro e Carvão concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio da Fábrica, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.*

Decreto n. 38.173 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ITA**

*Concede à Companhia de Navegação Ita autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.399 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros da Bahia.*

Decreto n. 37.872 — de 6 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "UNIÃO DOS PROPRIETÁRIOS"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários".*

Decreto n. 38.167 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 6 de dezembro de 1955.

**COMPANHIA FLUMINENSE DE ELETRICIDADE LIMITADA**

*Autoriza a Companhia Fluminense de Eletricidade Limitada a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 38.174 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1955.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 destinado a atender à despesa relativa ao exercício de 1955, com a aquisição pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.*

Lei n. 2.678 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO RIO PARDO**

*Transfere à Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo a concessão outorgada ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, pelo Decreto n.º 31.757, de 11 de novembro de 1952.*

Decreto n. 38.097 — de 17 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.



### COMPANHIA HUMAITÁ DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Humaitá de Seguros Gerais.*

Decreto n. 38.393 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

### COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL PADUANA S. A.

*Autoriza a Companhia Industrial e Comercial Paduana S. A. a pesquisar água mineral no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.054 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### COMPANHIA MARAGOGIPANA DE ELETRICIDADE S. A.

*Outorga à Companhia Maragogipana de Eletricidade S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira Grande, existente no rio Cachoeirinha, Distrito de Iguaí, município de Maragogipe, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.095 — de 24 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

### COMPANHIA NACIONAL DE GRAFITE

*Autoriza a Cia. Nacional de Grafite Ltda. a pesquisar grafite no município de Itapeccica, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.386 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

### COMPANHIA PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS

*Concede à Companhia Patrimonial de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus estatutos.*

Decreto n. 38.392 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

### COMPANHIA UNIAO DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia União de Seguros Gerais"*

Decreto n. 38.094 — de 14 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1955.

### CONCHAS CALCÁRIAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Arsenio de Gouveia a pesquisar conchas calcárias no município de Pariqueragü, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.033 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

### CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.860.000,00, destinado à Confederação Brasileira de Desportos Universitários.*

Lei n. 2.648 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

### CONGREGAÇÃO REDENTORISTA

*Autoriza a Congregação Redentorista a lavar talco e associar-se no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.053 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### CONGRESSO DE DIREITO PENAL E PENITENCIÁRIO HISPANO-LUSO-AMERICANO E FILIPINO (II)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com o 2.º Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino.*

Lei n. 2.651 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1955.

## CONGRESSO NACIONAL

*Dispõe sobre ações judiciais decorrentes de atos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais.*

Lei n. 2.664 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— Ver:

*Crédito Especial.*

## CONGRESSO NACIONAL DE ALGODÃO (II)

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 560.000,00 para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão.*

Decreto n. 38.481 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS (VI)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 600.000,00, destinado a auxiliar a realização do VI Congresso Nacional de Jornalistas, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.647 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS (I E II)

*Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.109 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.267.017.059,00 pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Modifica o § 2.º do art. 3.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia).*

Lei n. 2.696 — de 24 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## CONSELHO TÉCNICO DE ECO- NOMIA E FINANÇAS

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950.000,00, para regularização de despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

Decreto n. 38.280 — de 7 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

*Modifica os incisos 2 e 4 da alínea XXIV, Tabela D, da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952 e os incisos 1 e 3 da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, que modificou a Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.*

Lei n. 2.644 — de 16 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de novembro de 1955.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Altera os arts. 524, 530, 538, 611 e 857, da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Lei n. 2.693 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

*Dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do Art. 153 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.681 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1955.

**CONSULADOS**

*Suprime o Consulado Honorário do Brasil no Pireu, Grécia.*

Decreto n. 38.255 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Gijón, na Espanha.*

Decreto n. 38.282 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Leon, Nicarágua.*

Decreto n. 38.313 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

*Altera o Decreto n.º 29.134, de 15 de janeiro de 1951, na parte referente à lotação da Contadoria Geral da República e órgãos subordinados.*

Decreto n. 38.478 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES**

*Altera a letra "a" do artigo 60 do Decreto n.º 36.522, de 2 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 38.477 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**CONTRATOS**

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma SATIC S. A. — Importação e Comércio.*

Decreto-legislativo n. 108 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

*— Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 109 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

*— Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e a Escola de Auxiliares de Enfermagem São Francisco de Assis.*

Decreto-legislativo n. 110 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

*— Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio-Mar Limitada.*

Decreto-legislativo n. 111 — de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

*— Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi.*

Decreto-legislativo n. 112 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

*— Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Rede de Viação Cearense e a firma IBM World Trade Corporation.*

Decreto-legislativo n. 113 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

## CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 114 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 115 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a COBRASIL - Companhia de Mineração e Metalurgia "Brazil".*

Decreto-legislativo n. 116 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Urbanizadora Cearense Ltda.*

Decreto-legislativo n. 117 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a I. B. M. World Trade Corporation.*

Decreto-legislativo n. 118 — de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 119 — de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

## CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 121 — de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a firma I.B.M. World Trade Corporation.*

Decreto-legislativo n. 122 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas e a firma J. Madruga - Construções e Pavimentações.*

Decreto-legislativo n. 124 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos e a firma J. Ferreira Marques.*

Decreto-legislativo n. 125 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao contrato e seu termo aditivo, celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Pará e a firma Corrêa, Costa & Cia.*

Decreto-legislativo n. 126 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

**CONTRATOS**

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e Miguel Gomes de Souza e sua mulher Francisca Pereira de Souza, José Bezerra Lima e sua mulher Maria Idália Bezerra e Alcebiades Bezerra de Souza e sua mulher Aldeides Bezerra Rolim.*

Decreto-legislativo n. 127 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato entre o Ministério da Saúde e o Escritório Hildaluis Cantanhede — Engenharia Civil e Sanitária Sociedade Limitada.*

Decreto-legislativo n. 128 — de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.*

Decreto-legislativo n. 130 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Aprova o termo aditivo celebrado entre a Rede Viação Cearense e a firma Construtora Mauricio Ltda.*

Decreto-legislativo n. 131 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

**CONVENÇÕES**

— *Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher.*

Decreto-legislativo n. 123 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Aprova a Convenção de Conciliação e Solução Jurídica firmada pelo Brasil e a Itália.*

Decreto-legislativo n. 129 — de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

**CONVENÇÕES**

— *Torna público o depósito aos Instrumentos de ratificação, por parte do Equador, da Convenção sobre Asilo Político, assinada em Montevideu, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.019 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

— *Torna pública a adesão da Venezuela à Convenção de uniformização de algumas regras concernentes ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929.*

Decreto n. 38.157 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1955.

— *Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Nicarágua, da Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher, assinada em Montevideu, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.249 — de 18 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1955.

— *Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte de Cuba, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 22 de junho de 1946.*

Decreto n. 38.256 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1955.

— *Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo de Honduras, a 10 de outubro de 1955, da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Políticos à Mulher e da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Cíveis à Mulher, assinadas em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a Nona Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.277 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

## CONVENÇÕES

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo de Cambodia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 31 de outubro de 1947.*

Decreto n. 38.400 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Torna pública a denúncia, pelo Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 38.401 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Noruega, da Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n. 38.472 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## CONVÊNIOS

*Aprova o Convênio Comercial firmado entre o Brasil e a Bolívia.*

Decreto-legislativo n. 120 — de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Promulga o Convênio sobre marcas de indústria e de comércio e privilégios de invenção firmado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1946, entre o Brasil e o Uruguai.*

Decreto n. 38.124 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Promulga o Convênio Cultural firmado no Rio de Janeiro, a 28 de julho de 1945, entre o Brasil e o Peru.*

Decreto n. 38.125 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955.

## COOPERATIVA BANCO AUXILIAR DO POVO LIMITADA

*Concede autorização para a constituição da "Cooperativa Banco Auxiliar do Povo Limitada", com sede na cidade de Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.914 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## COOPERATIVA BANCO DE ECONOMIA E CRÉDITO LIMITADA

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco de Economia e Crédito Limitada", com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.926 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

## COOPERATIVA BANCO DOS COMERCIÁRIOS DO RECIFE LIMITADA

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco dos Comerciantes do Recife Limitada", com sede na cidade de Recife, Pernambuco.*

Decreto n. 37.915 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## COOPERATIVA DE CRÉDITO ITAPUCA LIMITADA

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Itapuca Limitada", com sede na Vila de Comendador Venâncio, município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 37.922 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

### COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR DE SÃO PAULO LIMITADA

*Concede autorização à Cooperativa de Crédito Popular de São Paulo Limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo, para reformar os seus estatutos sociais.*

Decreto n. 37.927 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

### COOPERATIVA SANTISTA DE CRÉDITO POPULAR

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa Santista de Crédito Popular", com sede em Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 37.924 — de 19 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1955.

### CORINTER - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS S. A.

*Concede à Corinter - Comércio e Representações Internacionais S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.036 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

### CORPO DE BOMBEIROS

*Aprova o Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n. 38.233 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

### CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

*Cria o Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais e sua Companhia de Comando e Serviços.*

Decreto n. 38.360 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

### CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 77.873,50, para atender a despesas de substituições e aluguel de imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.*

Lei n. 2.625 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00 para conclusão dos trabalhos de instalação de uma usina termelétrica em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.626 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para custear as despesas com o tratamento, nos Estados Unidos da América do Norte, de Nair Viãna Café.*

Lei n. 2.630 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.912,00, destinado ao pagamento devido ao tesoureiro auxiliar Francisco de Assis Carvalho Júnior, 2 correspondente à diferença dos seus vencimentos.*

Lei n. 2.633 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1955.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 destinado à construção do Monumento Nacional para guardar os despojos dos brasileiros tombados na Segunda Grande Guerra.*

Lei n. 2.634 — de 26 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 185.200,00 para regularização de despesas pagas, no exercício de 1953, pela administração do Território do Acre.*

Lei n. 2.636 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 156.130.592,90 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Lei n. 2.639 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 164.905.270,10 para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1954, pela cota do imposto de renda que lhes é atribuída pelo art. 15, § 4.º, da Constituição.*

Lei n. 2.645 — de 16 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 600.000,00, destinado a auxiliar a realização do VI Congresso Nacional de Jornalistas, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.647 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.800.000,00, destinado à Confederação Brasileira de Desportos Universitários.*

Lei n. 2.648 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para ocorrer às despesas com o Segundo Congresso de Direito Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino.*

Lei n. 2.651 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — os créditos suplementar de Cr\$ 15.485.164,00 às subconsignações que especifica do Anexo n.º 2, da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, e especial de Cr\$ 450.000,00 para pagar vencimentos atrasados a funcionários de sua Secretaria.*

Lei n. 2.655 — de 26 novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 13.000,00 para pagamento de gratificação de magistério a Clovis do Rêgo Monteiro, professor catedrático do Colégio Pedro II - Externato.*

Lei n. 2.659 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender às despesas com o funcionamento da "Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas".*

Lei n. 2.660 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 126.187,80 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos funcionários interinos de sua Secretaria.*

Lei n. 2.663 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.



**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 4.500.000,00 para atender às despesas com os reparos do edifício e aquisição de equipamento para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz, Estado do Maranhão, danificada por incêndio.*

Lei n. 2.667 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 150.000.000,00, para ocorrer a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional.*

Lei n. 2.670 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 905.679,10, destinado a indenizar os prejuízos causados a terceiros.*

Lei n. 2.671 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Lei n. 2.675 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 674.280,70, para pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n. 2.676 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

Retificada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 306.000,00 para atender às despesas com a concessão de gratificação especial ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.*

Lei n. 2.677 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 destinado a atender à despesa relativa ao exercício de 1955, com a aquisição, pelo Tesouro Nacional, de partes beneficiárias da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.*

Lei n. 2.678 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 450.000,00 para pagamento devido pela União ao The Institute of Inter-American Affairs.*

Lei n. 2.683 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 482.600.000,00, destinado a cobrir o déficit da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1955.*

Lei n. 2.692 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 23.523,50, destinado às despesas de que trata a Lei n.º 2.433, de 27-2-1955.*

Decreto n. 38.008 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 12.654.850,00, para atender às despesas de pessoal, decorrentes da federalização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná..*

Decreto n. 38.021 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

*— Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 30.000.600,00 (trinta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.680 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de outubro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 70.000.000,00, para atender às despesas com aquisição de aviões que especifica.*

Decreto n. 38.168 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.832,20, para pagamento a Emília Fontes Pestana, da gratificação prevista na lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 38.139 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*— Abre, pelo Ministério de Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.173 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1955.

*— Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 81.672,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.180 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

*— Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 76.422,40, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.181 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 20.628,83, para pagamento, a Edmundo Bruzzi, da gratificação prevista na Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 38.189 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1955.

*— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 43.966,70, para atender ao pagamento de gratificações do magistério devidas ao professor catedrático, padrão "O", Leon Monteiro Wilwerth.*

Decreto n. 38.211 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

*— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00, destinado às despesas de que trata a Lei n.º 2.548, de 1 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.225 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.229 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00 para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.248 — de 17 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

*Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 303.000,00, para atender às despesas decorrentes da criação da Comissão Mista Brasil-Almanha de Desenvolvimento Econômico.*

Decreto n. 38.270 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.140.400,00 para atender às despesas decorrentes da criação da Faculdade de Engenharia do Ceará*

Decreto n. 38.276 — de 5 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.950.000,00, para regularização de despesas do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

Decreto n. 38.280 — de 7 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó.*

Decreto n. 38.298 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 97.180,30, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.303 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 173.508,80, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.304 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2.546.895,90, para pagamento de diferenças de proventos devidas a funcionários do mesmo Ministério.*

Decreto n. 38.316 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para restituição aos Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas do Grupo Light, Rio de Janeiro e São Paulo, e que será aplicado na instalação de suas colônias de férias.*

Decreto n. 38.317 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 2.146,50, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.332 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 101.413,40, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.333 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre pelo Ministério da Educação e Cultura crédito especial para pagamento de subvenções à Escola de Engenharia e à Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie de São Paulo e referente aos exercícios de 1953 e 1954.*

Decreto n. 38.334 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 307.613,90, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.335 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério.*

Decreto n. 38.336 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 13.838.400,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.337 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 117.320,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.338 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.391 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.850.000,00 autorizado pela Lei número 2.484, de 13-5-1955.*

Decreto n. 38.394 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 24.000,00, para pagamento de diferenças de gratificação de magistério ao professor catedrático, padrão O, Luiz Carvalho Araújo.*

Decreto n. 38.396 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar as despesas com a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Decreto n. 38.407 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão — o crédito especial de Cr\$ 6.624,00 (seis mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.422 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 686.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.423 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.060.000,00 (dois milhões e sessenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.424 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com o prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba.*

Decreto n. 38.452 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 460.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 38.456 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, autorizado pela Lei n. 2.483, de 13 de maio do corrente ano.*

Decreto n. 38.453 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, o crédito especial de Cr\$ 141.784,90 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.474 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto n. 38.475 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.661.535.187,20, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.476 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 38.480 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de ..... Cr\$ 50.000,00 para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Aço.*

Decreto n. 38.481 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n. 38.485 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de .... Cr\$ 850.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.487, de 13 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.486 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.488 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

*Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de ..... Cr\$ 3.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.592, de 8-9-1955.*

Decreto n. 38.488 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 376.320,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n. 27 do Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954) e especial de Cr\$ 141.784,00 para atender a despesas no exercício de 1955, com a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Sanjos.*

Lei n. 2.621 — de 4 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1955.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 1.500.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação 3 — Vantagens — 01 Funções gratificadas do Anexo 3 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954).*

Lei n. 2.624 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Tribunal de Contas, o crédito suplementar de Cr\$ 1.500.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — Consignação 3 — Vantagens — 01 — Funções gratificadas do Anexo 3 do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954).*

Lei n. 2.624 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 16.500.000,00, em reforço das Verbas 1 — Pessoal e 3 — Serviços e Encargos — para ocorrer às despesas com o pagamento de vencimentos e gratificação adicional aos magistrados e funcionários e de sentenças judiciais do Tribunal Superior do Trabalho.*

Lei n. 2.627 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 1.509.648,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo n.º 27, do Orçamento da União para 1955.*

Lei n. 2.628 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## GRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.*

Lei n. 2.629 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.400.000,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal — do Anexo 27, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.363, de 9 de dezembro de 1954).*

Lei n. 2.635 — de 9 de novembro de 1955.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais.*

Lei n. 2.646 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito suplementar de ..... Cr\$ 1.500.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.253 — de 21 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1955.

## GRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, o crédito suplementar de Cr\$ 16.500.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.279 — de 7 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 101.705.600,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.331 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Abre à Presidência da República o crédito suplementar de ..... Cr\$ 1.518.129,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.341 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Departamento Administrativo do Serviço Público o crédito suplementar de Cr\$ 3.957.800,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.342 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Estado-Maior das Forças Armadas o crédito suplementar de Cr\$ 414.809,70, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.343 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre à Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas o crédito suplementar de Cr\$ 304.800,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.344 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

# CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre à Comissão do Vale do São Francisco o crédito suplementar de Cr\$ 573.971,10, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.345 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Conselho Nacional de Economia o crédito suplementar de Cr\$ 1.757.991,93 autorizado pela Lei n.º 2.667, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.346 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o crédito suplementar de Cr\$ 132.489.830,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.347 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 618.200.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.348 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de ..... Cr\$ 84.251.953,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.349 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 156.557.259,70, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.350 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

# CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de ..... Cr\$ 1.236.684.240,70, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.351 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de ..... Cr\$ 2.317.026.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.352 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 568.484,30, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.353 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de ..... Cr\$ 619.644.200,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.354 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de Cr\$ 11.181.372,80, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.355 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 71.850.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.356 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.



**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de ..... Cr\$ 278.639.227,00, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.357 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 1.194.578.381,80, autorizado pela Lei n.º 2.687, de 19 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 38.358 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 376.320,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.473 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**CURSO DE PILOTOS COMERCIAIS**

*Cria o Curso de Pilotos Comerciais e dá outras providências.*

Decreto n. 38.089 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

**CURSOS**

— Ver:

*Escolas, Faculdades, Institutos e Universidades.*

**D****DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total, de Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL**

*Inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Estado do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária.*

Lei n. 2.619 — de 1 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1955.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Lei n. 2.640 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

— *Altera o esquema do orçamento analítico da despesa do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n. 38.328 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO**

*Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terrenos e respectivas benfeitorias necessários à construção do ramal do cais do porto de Belém, da Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará.*

Decreto n. 38.184 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.160 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*Autoriza a execução de serviços de emergência no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 38.294 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

*— Autoriza a execução de novos serviços de emergência no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 38.433 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Indústria e Comércio de Minérios S. A. "ICOMP", áreas de terras e respectivas benfeitorias, situadas no Território Federal de Amapá.*

Decreto n. 37.933 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

*— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.063, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

*— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço de Exército Nacional.*

Decreto n. 38.041 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao 15.º Regimento de Infantaria.*

Decreto n. 38.064 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela "Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional", áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 38.090 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

*— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 38.105 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

*— Retifica o Decreto n.º 37.958, de 22-9-1955, na parte que menciona.*

Decreto n. 38.154 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1955.

Decreto n. 38.154 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.160 — de 23 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terrenos e respectivos benfeitorias necessárias à construção do ramal do cuís do prto de Belém, da Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará.*

Decreto n. 38.184 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à reconstrução do açude público "Santa Maria", no Município de Sobral, Estado do Ceará.*

Decreto n. 38.262 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Zé Manoel", no Município de Casa Nova, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.263 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona situados na cidade de Salvador, Bahia e destinados à ampliação da Universidade da Bahia.*

Decreto n. 38.359 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 38.433 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel que menciona, situado no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.455 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, necessário à Artilharia Divisãoária sediada em Cruz Alta.*

Decreto n. 38.466 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona necessário ao 1.º Grupamento de Engenharia em João Pessoa, Paraíba.*

Decreto n. 38.467 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, um imóvel necessário à ampliação das instalações da sede da Delegacia Federal de Saúde da 5.ª Região, situado em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 38.484 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, necessário à 1.ª Auditoria da 3.ª Região Militar.*

Decreto n. 38.487 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## DIAMANTES

*Renova o Decreto n.º 32.550, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n. 38.024 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Duarte a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.028 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

— *Autoriza Guimarães Minerais Preciosos Ltda., a pesquisar diamante, ouro aluvionar, cassiterita e associados no município de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.119 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Geraldo Jardim Brandão a pesquisar diamantes e quartzo no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.191 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tomaz Valentin da Costa a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.370 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Noé Pereira de Araujo a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.371 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## DIAMANTES

— *Autoriza Minas Serrinha Ltda. a lavrar diamantes, minérios de ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.387 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.978, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.441 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 34.101, de 7 de outubro de 1953.*

Decreto n. 38.442 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## DIÁRIO DA MANHÃ LTDA.

*Retifica o Decreto n.º 37.471, de 13 de junho de 1955, bem como as cláusulas pelo mesmo aprovadas.*

Decreto n. 38.038 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## DIATOMITA

*Autoriza Potiguar Indústria e Comércio Ltda. a pesquisar diatomita no município de São Paulo do Potengi, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.046 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## DIFUSORA OURO VERDE LTDA.

*Outorga concessão à Difusora Ouro Verde Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.245 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**DIPLOMATATA**

*Dispõe sobre promoções na carreira de Diplomata.*

Decreto n. 38.043 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Dispõe sobre diárias, auxílio para transporte e representação dos funcionários da carreira de Diplomata quando designados para integrar Delegações do Brasil a Congressos, Conferências, Missões Especiais e Reuniões Internacionais no Exterior.*

Decreto n. 38.099 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

— *Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 38.411 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**DIREITO DE AUTOR**

*Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte de Cuba, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 22 de junho de 1946.*

Decreto n. 38.256 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1955.

**DIREITOS CIVIS DA MULHER**

*Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo de Honduras, a 10 de outubro de 1955, da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Políticos à Mulher e da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Civis à Mulher, assinadas em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a Nona Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.277 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

**DIREITOS POLÍTICOS DA MULHER**

*Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher.*

Decreto-legislativo n.º 123 — de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo de Honduras, a 10 de outubro de 1955 da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Políticos à Mulher e da Convenção Interamericana sobre Concessão dos Direitos Civis à Mulher, assinadas em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a Nona Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.277 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

**DOAÇÕES**

*Faz a doação de um prédio e respectivo terreno, ao Instituto Cônego Monte, de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.*

Lei n. 2.632 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n. 38.061 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Goiânia (GO).*

Decreto n. 38.062 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na cidade de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 38.161 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Lucélia, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.182 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Urana, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 38.271 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na cidade de Porto União, em Santa Catarina.*

Decreto n. 38.273 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.274 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado em Ipameri, Estado de Goiás.*

Decreto n. 38.278 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.293 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 38.395 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cuieté (BA).*

Decreto n. 38.469 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Lençóis (BA).*

Decreto n. 38.470 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Palmeiras (BA).*

Decreto n. 38.471 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**DOLOMITA**

*Autoriza a Empresa de Mineração Novaterra Limitada a lavar minério de ferro e dolomita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.288 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

**E****EMPRESA DE CAULIM LTDA.**

*Autoriza Empresa de Caulim Ltda. a pesquisar caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.685 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO NOVA-TERRA LTDA.**

*Autoriza a Empresa de Mineração Novaterra Limitada a lavar minério de ferro e dolomita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 33.288 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DO RIO PARNAÍBA LTDA.**

*Concede à Empresa de Navegação do Rio Parnaíba Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 33.140 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1955.

**EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO**

*Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela Lei n.º 1.161, de 17 de agosto de 1950.*

Lei n. 2.686 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**EMPRESA JORNAL DO COMÉRCIO S. A.**

*Outorga concessão à Empresa Jornal do Comércio S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.992 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1955.

**EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal de Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.017 — de 6 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de... Cr\$ 150.000.000,00 para conclusão dos trabalhos de instalação de uma usina termelétrica em Candiota, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.626 — de 22 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1955.

*Outorga a Mauricio Monte Mor concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de distrito de Barra Alegre, município Santa Rosa existente no rio Grande, de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 23.323 — de 17 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

Ratificado no D. O. de 2 de novembro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Porangaba concessão para distribuir energia na cidade de Porangaba, município de Porangaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.645 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.864 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Nazário concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da pequena queda d'água (sem nome) no rio Anicuns, na divisa dos municípios de Trindade e Anicuns, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.875 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Garibaldi para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo daquela Prefeitura.*

Decreto n. 36.876 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Outorga à Companhia Maragopiana de Eletricidade S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira Grande, existente no rio Cachoeirinha, Distrito de Iguaçu, município de Maragópe, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.095 — de 24 de março de 1955.

Retificado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.281 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.063, de 21 de março de 1955, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 37.912 — de 19 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Transfere à Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a concessão outorgada ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, pelo Decreto n.º 31.757, de 11 de novembro de 1952.*

Decreto n. 38.097 — de 17 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

— *Autoriza a Usina Itaipuara de Açúcar e Alcool S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 38.098 — de 17 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1955.

— *Outorga a Francisco Lindner & Cia. Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, distrito de Luzerna, município de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.172 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.



**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Outorga à Companhia de Mineração de Ferro e Carvão concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do desnível existente no rio da Fábrica, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, para exclusivo.*

Decreto n. 38.173 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

— *Autoriza a Companhia Fluminense de Eletricidade Limitada a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 38.174 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1955.

**ENERGIA HIDRAULICA**

— Ver:

*Energia Elétrica.*

**ENERGIA HIDRELÉTRICA**

— Ver:

*Energia Elétrica.*

**ENERGIA TERMELÉTRICA**

— Ver:

*Energia Elétrica.*

**ENGENHEIRO**

*Estabelece especializações para a carreira do Engenheiro no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.188 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

**ENSINO**

*Aprova o Regulamento dos Currículos do Ensino Agrícola.*

Decreto n. 38.042 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

Retificado nos D. O. de 15 de outubro e 13 de dezembro de 1955.

**ENSINO**

— *Dá nova redação aos art. 46, 49, 50 e 62 do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R/126) e toma outras providências.*

Decreto n. 38.177. — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

**ENTIDADES DESPORTIVAS**

*Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n. 38.096 — de 14 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

**ENTIDADES PARAESTATAIS**

*Procede à revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais.*

Lei n. 2.622 — de 18 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1955.

Retificada nos D. O. de 22 e 24 de outubro de 1955.

**ESCOLAS**

*Estende as prerrogativas da equiparação ao Curso de Didática do Ensino Industrial, da Escola Técnica Parórbé, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 32.314 — de 25 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 12.694.850,00, para atender às despesas de pessoal, decorrentes da federalização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.*

Decreto n. 38.021 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

## ESCOLAS

*Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.147 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco.*

Decreto n. 38.187 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Bahia.*

Decreto n. 38.267 — de 1 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 38.301 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Bráulio Gomes.*

Decreto n. 38.337 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Reconhece a Escola de Serviço Social do Instituto Social anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.329 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

## ESTADO DA BAHIA

*Autoriza a execução de obras de emergência nos Estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, em regiões assoladas pela seca.*

Decreto n. 38.234 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

## ESTADO DA PARAÍBA

*Revoga o Decreto n.º 33.171, de 26 de junho de 1953.*

Decreto n. 38.284 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado da Paraíba para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical na cidade de João Pessoa.*

Decreto n. 38.265 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a execução de serviços de emergência no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 38.294 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a execução de novos serviços de emergência no Estado da Paraíba.*

Decreto n. 38.483 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**ESTADO DE ALAGOAS**

*Autoriza a execução de obras de emergência nos Estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, em regiões assoladas pela seca.*

Decreto n. 38.234 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

**ESTADO DE PERNAMBUCO**

*Autoriza a execução de obras de emergência nos Estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, em regiões assoladas pela seca.*

Decreto n. 38.234 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

**ESTADO DE SÍTIO**

*Declara o estado de sítio em todo o Território Nacional.*

Lei n. 2.654 — de 25 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1955.

— *Dispõe sobre a vigência dos §§ 6.º e 15 do art. 141 da Constituição Federal, durante o estado de sítio.*

Lei n. 2.682 — de 13 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

— *Prorroga o estado de sítio.*

Decreto n. 38.402 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

**ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**ESTANCIA TERMOMINERAL**

*Dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do art. 153 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.661 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1955.

**ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

*Dispõe sobre a concessão da licença especial prevista no art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 38.204 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

*Dá a denominação de "Capitão Evaristo" à atual estação de Tamboiril.*

Lei n. 2.673 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a adquirir um imóvel de propriedade do Sr. Francisco Sinjronio de Oliveira.*

Decreto n. 38.159 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1955.

**ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA**

*Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terrenos e respectivas benfeitorias necessários à construção do ramal do eixo do porto de Belém, da Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará.*

Decreto n. 38.184 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

## EXÉRCITO

*Revoga a letra g, do art. 10 do Decreto-lei n.º 5.625, de 23 de junho de 1943.*

Lei n. 2.650 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Regula as promoções dos Oficiais do Exército.*

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n. 2.688 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Dá nova redação à letra c do § 1.º do art. 3.º do Regulamento para o Quadro Auxiliar de Oficiais aprovado pelo Decreto n.º 26.450, de 10 de março de 1949, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.998 — de 1 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1955.

— *Regula a admissão de professores, em caráter provisório, para o Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.999 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1955.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 38.041 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

## EXÉRCITO

— *Estabelece bases para a declaração de Aspirantes a Oficial dos Cadetes do Surso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN e dá outras providências.*

Decreto n. 38.057 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao 15.º Regimento de Infantaria.*

Decreto n. 38.064 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 38.105 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

— *Altera artigos do Regulamento do Departamento de Despartos do Exército, aprovado pelo Decreto número 26.368, de 26 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 38.128 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*Extingue o cargo de Inspetor Geral do Exército.*

Decreto n. 38.150 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Dá organização à Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização (nova designação dada ao Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo) pelo Decreto n.º 37.973, de 22 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.151 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955.

**EXÉRCITO**

— *Cria o boné de brim mescla verde-oliva claro, com pala mole.*

Decreto n. 38.152 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 46, 49, 50 e 62 do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R/126) e toma outras providências.*

Decreto n. 38.177 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Mudança de sede da 5.ª Divisão de Infantaria e da Infantaria Divisionária da 5.ª Divisão de Infantaria.*

Decreto n. 38.246 — de 17 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Mudança de sede do 12.º Regimento de Infantaria.*

Decreto n. 38.247 — de 17 de novembro de 1955

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 38.151, de 25 de outubro de 1955.*

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

Decreto n. 38.252 — de 19 de novembro de 1955.

— *Da nova redação ao art. 5.º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 25.382, de 18 de agosto de 1948.*

Decreto n. 38.259 — de 26 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1955.

— *Cria novas Unidades no território da 8.ª Região Militar.*

Decreto n. 38.318 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**EXÉRCITO**

— *Dá nova redação aos arts. 4.º e 5.º do Decreto n.º 37.406, de 31 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.362 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Fixa o número de vagas para cota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.431 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Altera a redação do n.º 1, letra a do art. 10 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951 (R-124).*

Decreto n. 38.432 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 38.433 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, necessário à Artilharia Divisionária sediada em Cruz Alta.*

Decreto n. 38.466 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona necessário ao 1.º Grupamento de Engenharia em João Pessoa — Paraíba.*

Decreto n. 38.487 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Ministério da Guerra.*

## EXPORTAÇÃO

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 35.618, de 4 de junho de 1954, que alterou a redação do artigo 1.º do Decreto n.º 33.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estrangeiros e dá outras providências.*

Decreto n. 38.232 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

## EXTRANUMERÁRIOS

*Dispõe sobre a concessão da licença especial prevista no art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 38.204 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— Ver, também:

*Servidores Cíveis da União.*

## F. S. HAMPSHIRE & CO. LTD.

*Concede à sociedade anônima F. S. Hampshire & Co. Ltd. autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 38.093 — de 14 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

## F

## FACULDADES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 4.500.000,00 para atender às despesas com os reparos do edifício e aquisição de equipamento para a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz, Estado do Maranhão, danificada por incêndio.*

Lei n. 2.667 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

## FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.*

Decreto n. 37.618 — de 23 de julho de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso médico da Faculdade de Medicina da Paraíba.*

Decreto n. 38.011 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás.*

Decreto n. 38.044 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Bacharelado da Faculdade Católica de Direito de Santos.*

Decreto n. 38.107 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1955.

— *Concede reconhecimento aos cursos de pedagogia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba.*

Decreto n. 38.146 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Paraíba.*

Decreto n. 38.148 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1955.

**FACULDADES**

— *Proíbe o funcionamento do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de Mato Grosso.*

Decreto n. 38.230 — de 1.º de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 5.140.400,00 para atender às despesas decorrentes da criação da Faculdade de Engenharia do Ceará.*

Decreto n. 38.276 — de 5 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Concede autorização para o funcionamento do Curso de Didática da Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras, de Lorena.*

Decreto n. 38.302 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.305 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

— *Concede reconhecimento aos Cursos de Filosofia, Letras Anglo-Germânicas, Matemática e História Natural, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba.*

Decreto n. 38.306 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

— *Concede reconhecimento aos Cursos que indica.*

Decreto n. 38.308 — de 14 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**FACULDADES**

— *Abre pelo Ministério da Educação e Cultura crédito especial para pagamento de subvenções à Escola de Engenharia e à Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie de São Paulo e referente aos exercícios de 1953 e 1954.*

Decreto n. 38.334 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

— *Reconhece os cursos de Filosofia, Matemática, Letras Clássicas e Letras Neo-Latinas da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia.*

Decreto n. 38.390 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.300.000,00 para atender às despesas com o prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba.*

Decreto n. 38.452 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS**

*Isenta de impostos de importação e mais taxas aduaneiras três engradados contendo retalhos de couro artificial, dados à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros.*

Lei n. 2.631 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**FELDSPATO**

*Torna sem efeito o Decreto número 36.256, de 27 de setembro de 1954.*

Decreto n. 38.012 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

FELDSPATO

— *Autoriza Mineração e Transportadora Spar Ltda., a lavrar feldspato e quartzo no município do Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.137 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

— *Autoriza Minérios Vista Alegre Limitada, a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.197 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Iasi a pesquisar feldspato e associados no município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.198 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fidelis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.365 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Costa a lavrar feldspato e associados no município de Campestre, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.366 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ulmann Junior a pesquisar feldspato, quartzo, e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.378 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

FERRO

— *Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês de ferro e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.219 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

— *Autoriza a Empresa de Mineração Novaterra Limitada a lavrar minério de ferro e dolomita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.288 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

— *Autoriza Siderúrgica Itatiaia S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.379 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 36.635, de 22 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 38.382 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.982, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.445 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

FORÇAS ARMADAS

— Ver:

*Aeronáutica, Exército e Marinha.*



### FRANCISCO LINDNER & CIA. LIMITADA

*Outorga a Francisco Lindner & Cia. Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, distrito de Luzerna, município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.172 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

### FUNCIÓNARIO PÚBLICO

*Dispõe sobre a concessão de licença especial prevista no art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 38.204 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 38 e seu § 1.º do Decreto n.º 32.015, de 29 de dezembro de 1952 (Regulamento de Promoções dos Funcionários Públicos Civis da União).*

Decreto n. 38.284 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Servidores Civis da União.*

### FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Exclui, a partir da vigência deste decreto, da relação de funções gratificadas, aprovada pelo Decreto número 35.447 de 30 de abril de 1954, a função gratificada de Secretário Chefe do Gabinete da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, Fg-1.*

Decreto n. 38.309 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

### FUNDAÇÃO CASPER LIBERO

*Revigora e altera o Decreto número 34.956, de 19 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 38.158 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

### FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO À INFÂNCIA

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas com a restituição ao Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (F.I.S.I.) de 800 toneladas de leite em pó.*

Decreto n. 38.298 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

### FUNDO NACIONAL DE PAVIMENTAÇÃO

*Dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, e altera o item II, do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e o § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, acrescentando-lhe um parágrafo.*

Lei n. 2.698 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## G

### GENERAL DE EXÉRCITO CANROBERT PEREIRA DA COSTA

*Concede honras de Ministro de Estado ao General de Exército Canrobert Pereira da Costa.*

Decreto n. 38.176 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

# **GILLETTE SAFETY RAZOR CO. OF BRAZIL**

*Concede à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 38.160 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

# **GIPSITA**

*Autoriza Chaves & Cia., Empresa de Mineração, a lavar gipsita no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 34.440 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

# **GOUVEIA & FILHO LIMITADA**

*Concede à Gouveia & Filho Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.056 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

# **GRAFITE**

*— Autoriza a Cia. Nacional de Grafite Ltda. a pesquisar grafite no município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.386 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

# **GRATIFICAÇÕES**

*Revoga o art. 3.º do Decreto número 30.034, de 1 de outubro de 1951.*

Decreto n. 38.203 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1955.

# **GUIMARAES MINERAIS PRECIOSOS LIMITADA**

*Autoriza Guimarães Minerais Preciosos Ltda., a pesquisar diamante, ouro aluvionar, cassiterita e associados no município de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.119 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

# **H**

# **HARNISCHFEGGER EXPORT CORPORATION**

*Concede à sociedade anônima Harnischfeger Export Corporation autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 37.719 — de 9 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

# **HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Altera dispositivos do Decreto número 35.952, de 24 de fevereiro de 1955. (IPASE — H.S.E.)*

Decreto n. 38.258 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

# **I**

# **ILMENITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Armando Lopes Ribeiro a pesquisar ilmenita no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.027 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

*— Autoriza Orquímia, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, monazita, zircônio e associados no município de Santa Cruz, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 38.134 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**ILMENITA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnanão Lopes Ribeiro a pesquisar ilmenita e associados, no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.200 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Klabin Lafer a pesquisar ilmenita no município de Caraguatatuba, Estado do São Paulo.*

Decreto n. 38.443 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**IMPORTAÇÃO**

*Dispõe sobre o registro de atos administrativos referentes ao desembaraço aduaneiro de bens e mercadorias.*

Decreto n. 38.489 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— Isenção de imposto, taxas, etc.

— Ver:

*Isenção Fiscal.*

**IMPÓSTO DE CONSUMO**

*Modifica os incisos 2 e 4 da alínea XXIV, Tabela D, da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952 e os incisos 1 e 3 da alínea XXIV, Tabela D, do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, que modificou a Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.*

Lei n. 2.644 — de 16 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**IMPÓSTO DE CONSUMO**

— *Institui adicional e altera disposições da Legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências.*

Lei n. 2.653 — de 24 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1955.

**IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO**

— Isenção

— Ver:

*Imposto de Importação.*

**IMPÓSTO DE RENDA**

*Regula a fiscalização direta, externa e permanente do imposto de renda prevista na Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954.*

Decreto n. 38.250 — de 18 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1955.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A. "ICOMI"**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Indústria e Comércio de Minérios S. A. - "ICOMI", áreas de terras e respectivas benfeitorias, situadas no Território Federal do Amapá.*

Decreto n. 37.906 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

**INDÚSTRIA QUÍMICA E METALÚRGICA METALCOR LTDA.**

*Concede à Indústria Química e Metalúrgica Metalcór Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.025-A — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

**IMOBILIARE CASA LATINA SOCIETA PER AZIONI**

*Concede à Imobiliare Casa Latina Società per Azioni, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.945 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA**

*Modifica os Estatutos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.*

Decreto n. 38.283 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**INSTITUTO CÔNEGO MONTE**

*Faz a doação de um prédio e respectivo terreno, ao Instituto Cônego Monte, em Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.*

Lei n. 2.632 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**INSTITUTO DE PROVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o crédito especial de .... Cr\$ 156.180.592,90 em favor do Instituto de Providência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Lei n. 2.639 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

**INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL**

*Modifica o Decreto-lei n.º 9.375, de 4 de setembro de 1946, que consolida a legislação relativa ao Instituto de Resseguros do Brasil e dá outra providências.*

Lei n. 2.668 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

**INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL**

*Reconhece o Curso de Serviço Social do Instituto de Serviço Social, mantido pela Prefeitura do Distrito Federal.*

Decreto n. 38.330 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar as despesas com a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Decreto n. 38.407 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Cria um cargo isolado de provimento efetivo de Laboratorista padrão K, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.*

Decreto n. 38.040 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Altera dispositivos do Decreto n.º 36.952, de 24 de fevereiro de 1955 (IPASE — H.S.E.).*

Decreto n. 38.258 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Suspende a execução dos Decretos ns. 37.271 de 28 de abril de 1955 e 37.881, de 13 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.482 — de 30 de dezembro de 1956.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

## INVIOABILIDADE DO LAR

*Dispõe sobre a vigência dos §§ 6.º e 15 do art. 141 da Constituição Federal, durante o estado de sítio.*

Lei n. 2.682 — de 13 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

## IRMÃOS MANSUR LTDA.

*Concede à sociedade comercial Irmãos Mansur Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.091 — de 14 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

## ISENÇÃO FISCAL

*Inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Estado do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores no gozo de isenção alfandegária.*

Lei n. 2.619 — de 1 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1955.

*Isenta de impostos de importação e mais taxas aduaneiras três engradados contendo retalhos de couro artificial, doados à Federação das sociedades de Assistência aos Lázaros.*

Lei n. 2.631 — de 24 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## ISENÇÃO FISCAL

— *Concede isenção de pagamento do imposto de importação e demais taxas aduaneiras a um grupo Diesel elétrico "Struebel-Deutz" de 230 HP e seus implementos, destinado à iluminação pública da cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.*

Lei n. 2.658 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, para materiais elétricos importados por Coutinho & Pena e destinados à Usina Hidrelétrica de Sumidouro, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.690 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## J

## JARAGUÁ, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Concede à "Jaraguá, Companhia de Seguros Gerais" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 38.164 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1955.

## JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

— Ver:

*Justiça do Trabalho.*

*Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas 1.ª e 2.ª Regiões da Justiça do Trabalho.*

Lei n. 2.694 — de 24 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

— *Cria, na 2.<sup>a</sup> Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.*

Lei n. 2.695 — de 24 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— Ver:

*Poder Judiciário.*

## JUSTIÇA ELEITORAL

*Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.*

Lei n. 2.684 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Poder Judiciário.*

## L

## LAVOURA DO CAFÉ

— Ver:

*Café.*

## LAVRA

— Ver:

*O nome do elemento lavrado.*

## LEI DO INQUILINATO

*Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, com modificações, a Lei n. 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Lei n. 2.699 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## LEUCITA

*Autoriza a cidadã brasileira Emília de Oliveira Carvalho a pesquisar leucita e associados no município de Andradas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.436 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1956.

## LICENÇA ESPECIAL

*Dispõe sobre a concessão da licença especial prevista no art. 116 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 38.204 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## LOCAÇÃO DE PREDIO

*Estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do art. 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato).*

Lei n. 2.620 — de 4 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, com modificações, a Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.*

Lei n. 2.699 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## LOTAÇÃO

— Ver:

*O nome do órgão a que se refere.*

## LUBRIFICANTES

*Dá aplicação à receita proveniente da diferença de preços entre os combustíveis e lubrificantes líquidos derivados do petróleo fabricados no Brasil e importados, e altera o item II do § 2.º e o § 5.º do art. 9.º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e o § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952, acrescentando-lhe um parágrafo.*

Lei n. 2.638 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## M

## MAGISTÉRIO MILITAR

*Regula a admissão de professores, em caráter provisório, para o Magistério do Exército.*

Decreto n. 37.999 — de 4 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1955.

## MANGANÊS

*Autoriza o cidadão brasileiro Serafim da Silva Gomes a lavrar minério de manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.029 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

*— Autoriza a cidadã brasileira Ana Soares da Faria a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados no município de Dorcas do Indaiá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.031 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

## MANGANÊS

*— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Figueiredo Cardoso a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados, no município de Parintins, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 38.110 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Godofredo Leite Fiusa a lavrar minério de manganês e associados no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 38.112 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Figueiredo Cardoso a pesquisar minérios de manganês, de cobalto e associados, no município de Parintins, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 38.114 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

*— Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês de ferro e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.219 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

*— Renova o Decreto n.º 33.982, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.445 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

## MARCAS DE INDÚSTRIAS E COMÉRCIO

*Promulga o Convênio sobre marcas de indústria e de comércio e privilégios de invenção firmado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1946, entre o Brasil e o Uruguai.*

Decreto n. 38.124 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## MARINHA

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n. 2.688 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

— *Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.*

Decreto n. 38.010 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

— *Aprova o Regulamento para os Distritos Navais.*

Decreto n. 38.020 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

— *Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 38.299 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Cria o Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais e sua Companhia de Comando e Serviços.*

Decreto n. 38.360 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

## MARINHA

— *Fixa, para o ano de 1955, o número mínimo de vagas para os diferentes postos dos Corpos de Oficiais da Marinha.*

Decreto n. 38.464 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Armada e Ministério da Marinha.*

## MARMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Simon Wallach a pesquisar mármore no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.332 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Wilson França Abreu a pesquisar mármore, no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.190 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 35.865, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n. 38.210 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubi-rajara Keutenedjian a pesquisar mármore e associados no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.215 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubi-rajara Keutenedjian a pesquisar mármore e associados, no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.216 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.



**MARMORE**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keutenedjian a pesquisar mármore e associados no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.217 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nilton Teixeira Câmara a pesquisar mármore, calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.220 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza Andrea Salvini & Cia. Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.222 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**MARMORES ITABIRITO LTDA.**

*Concede à Mármore Itabirito Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.384 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**MATERIAIS ESTRATÉGICOS**

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n. 35.618, de 4 de junho de 1954, que alterou a redação do art. 1.º do Decreto n. 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estrangeiros e dá outras providências.*

Decreto n. 38.232 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

**MEDALHAS**

*Dá nova redação aos arts. 4.º e 5.º do Decreto n.º 37.405, de 31 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.362 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Institui a Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho.*

Decreto n. 38.417 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**MÉDICOS**

*Dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências.*

Lei n. 2.641 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

**MICA**

*Declarar sem efeito o Decreto número 33.716, de 2 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.022 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Paula Evangelista a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.034 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plácides Sardinha Rocha a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.048 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Valadão Lopes a pesquisar berilo, mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.121 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.655, de 26 de agosto de 1953.*

Decreto n. 38.130 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Souza Ferreira a pesquisar mica e associados no município de Mantena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.133 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade Mineradora Capelinha Limitada a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.135 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 33.718, de 2 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.193 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Bessa Pereira a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.199 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira de Souza a pesquisar mica e associados no município de Poté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.214 — de 13 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandru Roth a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.223 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Sampaio Torres Neto a lavrar mica, quartzo e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.289 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aroldo Weber a lavrar mica e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.290 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fidelis Monteiro de Andrade a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.365 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.358 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Vicente Fernandes a pesquisar caulim, quartzo, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.369 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pantaleão Alves da Silva a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.374 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Fernandes de Souza a pesquisar mica, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.375 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carahy Azambuja Martins Pereira a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.376 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.438 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Sociedade Mineração da Sairinha Ltda. a lavar mica no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.439 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro David Fernandes de Oliveira Santos a pesquisar mica e associados no município de Encruzilhada, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.446 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**MINAS DO ITACOLOMI S. A.**

*Dá nova redação ao artigo único do Decreto n.º 37.783, de 23 de agosto de 1955.*

Decreto n. 38.381 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**MINERAÇÃO E TRANSPORTADORA SPAR LTDA.**

*Autoriza Mineração e Transportadora Spar Ltda., a lavar feldspato e quartzo no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.137 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

**MINERAÇÃO HANNA DO BRASIL LIMITADA**

*Concede à Mineração Hanna do Brasil Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.447 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**MINERAÇÃO INDUSTRIAL E MERCANTIL LTDA.**

*Concede à Mineração Industrial e Mercantil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.055 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### MINERAÇÃO SERTANEJA S. A.

*Autoriza Mineração Sertaneja S. A. a pesquisar scheelita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.118 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

### MINERAÇÃO TIJUCAL LTDA.

*Concede à Mineração Tijucal Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 37.751 — de 17 de agosto de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

### MINÉRIOS VISTA ALEGRE LTDA.

*Autoriza Minérios Vista Alegre Limitada, a pesquisar caulim e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.136 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

*Autoriza Minérios Vista Alegre, Limitada, a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.197 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista do Parque de Aeronáutica dos Afonsos para a do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.009 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Goiânia (GO).*

Decreto n. 38.062 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 38.063 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

*— Retifica o Decreto n.º 37.958, de 22-9-1955, na parte que menciona.*

Decreto n. 38.154 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

*— Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinárias para a da Diretoria de Intendência.*

Decreto n. 38.155 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

*— Colocação na escala hierárquica de Oficiais Especialistas de Aeronáutica no Almanaque do Ministério da Aeronáutica — Retificação.*

Decreto n. 38.156 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

*— Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 38.261 — de 29 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

*— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.274 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

— *Cria, no Ministério da Aeronáutica, a Primeira Esquadilha de Ligação e Observação (1.ª Esqda L/O).*

Decreto n. 38.295 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.297 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 4.º e 5.º do Decreto n.º 37.406, de 31 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.362 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Caieté (BA).*

Decreto n. 38.469 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos em Lençóis (BA).*

Decreto n. 38.470 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Palmeiras (BA).*

Decreto n. 38.471 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

— **Abertura de crédito:**

— **VER:**

*Crédito Especial.*

— **Ver, também:**

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

*Aeronáutica.* No tocante a abertura de créditos, ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

*Estabelece especializações para a carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.188 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto n. 38.209 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

— *Suprime cargos provisórios e extintos, e extingue cargos excedentes, dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.244 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954, na parte referente ao Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.361 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Altera a denominação da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da Produção Animal em Bagé do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.462 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Abertura de créditos:

— VER:

*Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe.*

Lei n. 2.642 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

— *Inclui Gastão Nunes de Almeida e o ex-continuo de Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952. (Reclassificação como Continuo do Q. S. do M. F., classe F).*

Lei n. 2.652 — de 22 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954:*

Decreto n. 37.431 — de 7 de junho de 1955.

Retificado nos D. O. de 15 e 19 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto (Escrivão de Coletoria).*

Decreto n. 38.003 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. (Escrivão de Coletoria).*

Decreto n. 38.004 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

— *Suprime cargo extinto (Coletor — Q. S.).*

Decreto n. 38.005 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. (Coletor — Q. S.).*

Decreto n. 38.006 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. (Coletor — Q. S.).*

Decreto n. 38.007 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. (Tesoureiro — Q. S.).*

Decreto n. 38.058 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. (Tesoureiro-Auxiliar — Q.S.).*

Decreto n. 38.149 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955

— *Exclui, a partir da vigência deste Decreto, da relação de funções gratificadas, aprovada pelo Decreto número 35.447, de 20 de abril de 1954, a função gratificada de Secretário Chefe do Gabinete da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, Fg-1.*

Decreto n. 38.309 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica o Decreto n.º 38.003, de 5 de outubro de 1955, que suprime cargos extintos da carreira de Escrivão de Coletoria do Q. S. do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 38.421 — de 27 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito Especial, Crédito Extraordinário e Crédito suplementar.*

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a direção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.129 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais do Extranumerário-mensalista da Diretoria de Obras e Fortificações e da Academia Militar das Agulhas Negras, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.257 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

— *Desdobra, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.408 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Retifica o Decreto n.º 34.343, de 23 de outubro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Colégio Militar, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.409 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Retifica a relação nominal aprovada pelo Decreto n.º 19.760, de 9 de outubro de 1945 e a relativa ao enquadramento decorrente do Decreto n.º 24.799, de 13 de abril de 1948.*

Decreto n. 38.418 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciono, necessário à 1.ª Auditoria da 3.ª Região Militar.*

Decreto n. 38.487 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito suplementar.*

— Ver, também:

*Exército.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
NEGÓCIOS INTERIORES

*Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 4.600.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.310 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 38.490 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito Suplementar.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Aprova o Regulamento da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.905 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

— *Cria a Base Fluvial de Ladário e extingue o Arsenal de Marinha de Ladário.*

Decreto n. 38.101 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

— *Subordina o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, militarmente, em caráter provisório, ao Estado-Maior da Armada.*

Decreto n. 38.251 — de 18 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Cria, no Ministério da Marinha, o Depósito de Subsistência do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.412 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— Ver, também:

*Marinha.* No tocante a abertura de créditos, ver: *Crédito suplementar.*

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Dá nova designação às Delegações criadas pelo Decreto n.º 23.942, de 28 de outubro de 1947.*

Decreto n. 38.254 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

— *Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 3.550.341,10, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.311 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1955.

— *Cria um Museu Histórico e Diplomático no Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto n. 38.312 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito suplementar.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, um imóvel necessário à ampliação das instalações da sede da Delegacia Federal de Saúde da 5.ª Região situada em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 38.424 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Suprime cargos provisórios (Dactiloscopista, Engenheiro, Médico, Inspetor do Trabalho — Q.P.)*

Decreto n. 38.145 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.



## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Extingue cargo arcedente (Assessor Técnico — Q.P.).*

Decreto n. 38.235 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito suplementar.*

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Suprime cargo extinto (Tesorero-Auxiliar — Q.S.).*

Decreto n. 38.231 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1955.

— *Ratifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954.*

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito suplementar.*

## MONAZITA

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, monazita, zircônio e associados no município de Santa Cruz. Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 38.134 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## MONUMENTOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 destinado à construção do Monumento Nacional para guardar os despojos dos brasileiros tombados na Segunda Grande Guerra.*

Lei n. 2.634 — de 26 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1955.

## MUNICÍPIOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 164.905.270,10 para completar o pagamento devido aos municípios, no exercício de 1954, pela cota do imposto de renda que lhes é atribuída pelo art. 15 § 4.º, da Constituição.*

Lei n. 2.645 — de 16 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1955.

## MUSEU HISTÓRICO E DIPLO- MÁTICO

*Cria um Museu Histórico e Diplomático no Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto n. 38.312 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

## N

## NACIONALIDADE DA MULHER

*Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Nicarágua, da Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher, assinada em Montevideo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 38.249 — de 18 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1955.

**NAVEGAÇÃO ALIANÇA LIMITADA. NETO & CIA. LTDA.**

*Concede à sociedade Navegação Aliança Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.013 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955.

*Autoriza Neto & Cia. Ltda. a pesquisar água potável de mesa no município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.435 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**NAVEGAÇÃO "ALONSOARES" LIMITADA**

*Concede à sociedade Navegação "Alonsoares", Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação.*

Decreto n. 38.321 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

**NORTON, MEGAW & COMPANY LIMITED**

*Concede à sociedade Norton, Megaw & Company Limited autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 37.939 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

**NAVEGAÇÃO DA BAHIA LTDA.**

*Concede à sociedade "Navegação da Bahia Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.142 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1955.

**NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S. A.**

*Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar água mineral no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 38.194 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

**NAVEGAÇÃO "COMETA" LTDA.**

*Concede à sociedade Navegação "Cometa" Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.397 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**NÚCLEOS COLONIAIS**

*Cria o Núcleo Colonial de Queimadas, no Município do mesmo nome, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.207 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**NAVEGAÇÃO SÃO PAULO PARANÁ LIMITADA**

*Concede à sociedade Navegação São Paulo-Paraná Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 37.944 — de 20 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

*— Cria o Núcleo Colonial de Gereмоabo, no município do mesmo nome, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.208 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

## O

## OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— VER:

*Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.*

## OFICIAL DE JUSTIÇA

*Renova pelo prazo de dois anos o concurso para o preenchimento do cargo de oficial de justiça do Distrito Federal.*

Lei n. 2.649 — de 18 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1955.

## ORÇAMENTO

*Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa para o Exercício financeiro de 1955.*

Lei n. 2.633 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1955.

— *Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1955.*

Lei n. 2.665 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1955.

— *Retifica a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.*

Lei n. 2.635 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

— *Retifica a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1955.*

Lei n. 2.701 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## ORDEM NACIONAL DO MÉRITO EDUCATIVO

*Institui a Ordem do Mérito Educativo.*

Decreto n. 38.162 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

## ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

*Dá nova designação às Delegações criadas pelo Decreto n.º 23.942, de 28 de outubro de 1947.*

Decreto n. 38.254 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

## ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

*Dá nova designação às Delegações criadas pelo Decreto n.º 23.942, de 28 de outubro de 1947.*

Decreto n. 38.254 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

## ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

*Promulga o Instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua XXXVI sessão, em Genebra, a 25 de junho de 1953.*

Decreto n. 33.314 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1955.

## ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS

*Autoriza Orquimia, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, monazita, zircônio e associados no município de Santa Cruz, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 38.134 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

## ORTOGRAFIA

*Restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei n. 8.286, de 5 de dezembro de 1945.*

Lei n. 2.623 — de 21 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 22 de outubro de 1955.

## OURO

*Autoriza Guimarães Minerais Preciosos Ltda., a pesquisar diamante, ouro aluvionar, cassiterita e associados no município de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.119 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Noé Pereira de Araújo a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.371 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza Minas Serrinha Ltda. a lavar diamantes, minério de ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.387 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Aurumina Ltda. a lavar minério de ouro no município de Cavalcante, Estado de Goiás.*

Decreto n. 38.444 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## ÓXIDO DE FERRO

*Declara caduco o Decreto número 22.029, de 18 de novembro de 1946.*

Decreto n. 38.196 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1955.

## P

### PEDRAS CORADAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ferreira Pires a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.030. — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar quartzo e pedras coradas no município do Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.115 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João José da Silva a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.221 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Sampaio Torres Neto a lavar mica, quartzo e pedras coradas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.289 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e pedras coradas, no município do Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.380 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**PEDRAS**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.438 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**PEDRAS PRECIOSAS**

*Autoriza José Alves Soares a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 38.226 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Autoriza Ernesto da Silva a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 38.227 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza Raimundo Batista Lima a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 38.228 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Autoriza Antônio do Carmo & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 38.272 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**PENACO - SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.**

*Concede à Penaco - Sociedade de Navegação e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.326 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**PENHOR AGRÍCOLA**

*Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.*

Lei n. 2.666 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

**PENSÕES**

*Concede a pensão especial de .... Cr\$ 4.000,00 mensais à viúva Adelina de Gonçalves Campos.*

Lei n. 2.637 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 2.580,00 mensais a Lavinia Antônio de Azevedo, viúva do operário de Arsenal, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, Luiz Machado de Azevedo.*

Lei n. 2.669 — de 6 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 1.178,00 mensais a Josephina Pinheiro, viúva do maquinista, classe J, do Arsenal de Marinha, Osório Pinheiro.*

Lei n. 2.679 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais ao jornalista João Guedes de Mello, decano da imprensa brasileira.*

Lei n. 2.680 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1955.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 à viúva Tarcila Moraes Dutra.*

Lei n. 2.681 — de 13 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

## PESQUISA

— VER:

*O nome do elemento pesquisado.*

## PODER JUDICIÁRIO

*Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.643 — de 11 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Dispõe sobre ações judiciais decorrentes de atos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais.*

Lei n. 2.664 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— *Modifica o art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.*

Lei n. 2.691 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

## PODER JUDICIÁRIO

— Abertura de crédito:

— VER:

*Crédito especial e Crédito suplementar*

## PORTOS

*Aprova o plano diretor para o desenvolvimento do porto desta Capital.*

Decreto n. 38.080 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## POTIGUAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

*Autoriza Potiguar Indústria e Comércio Ltda. a pesquisar diatomita no município de São Paulo do Potengi, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.046 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Porangaba concessão para distribuir energia na cidade de Porangaba, município de Porangaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.645 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 36.864 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Nazaró concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da pequena queda d'água (sem nome) no rio Anicuns, na divisa dos municípios de Trindade e Anicuns, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.875 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Garibaldi para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica atualmente a cargo daquela Prefeitura.*

Decreto n. 36.876 — de 4 de fevereiro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

**PREFEITURAS**

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.281 — de 29 de abril de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1955.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, os créditos suplementares no total de Cr\$ 7.267.017.059,00, pelos Ministérios e órgãos indicados.*

Lei n. 2.687 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Altera a redação dada ao artigo 2.º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República pelo Decreto n.º 36.225, de 24 de setembro de 1954.*

Decreto n. 38.420 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

**PRISÃO ESPECIAL**

*Regulamenta a prisão especial.*

Decreto n. 38.016 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

**PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO**

*Promulga o Convênio sobre marcas de indústria e de comércio e privilégios de invenção firmado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1946, entre o Brasil e o Uruguai.*

Decreto n. 38.124 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA PÚBLICA**

*Reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe.*

Lei n. 2.642 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

**PRODUÇO, SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS PRIMAS LIMITADA**

*Autoriza Produço - Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda., a lavrar berilo e associações no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.385 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**PRODUTOS FARMACÊUTICOS E BIOLÓGICOS AYERST DO BRASIL S. A.**

*Concede a Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 38.287 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**PROMOÇÃO**

*Regula as promoções dos oficiais do Exército.*

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Altera dispositivos do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 38.296 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— VER:

*Armada, Diplomata, Exército e Funcionário Público.*

**Q****QUARTZITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Chafik Mansur Aydek a pesquisar quartzo e associados no município de Mauá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.372 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ferreira Pires a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.030 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.115 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Autoriza a Sociedade Mineradora Capelinha Limitada a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.135 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Autoriza Mineração e Transportadora Spar Ltda., a lavar felspato e quartzo no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.137 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Geraldo Juraim Brandão a pesquisar diamantes e quartzo no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.191 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João José da Silva a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.221 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Sampaio Tôres Neto a lavar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.289 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Antunes Armondos a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.368 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Vicente Fernandes a pesquisar caulim, quartzo, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.369 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ulmann Junior a pesquisar feldspato quartzo e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.378 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e pedras coradas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.380 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.438 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.



## R

## RADIODIFUSÃO

*Outorga concessão à Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.904 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

*— Outorga concessão à Empresa Jernal do Comércio S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 37.992 — de 27 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1955.

*— Retifica o Decreto n.º 37.471, de 13 de junho de 1955, bem como as cláusulas pelo mesmo aprovadas.*

Decreto n. 38.038 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

*— Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.769, de 18 de agosto de 1955.*

Decreto n. 38.039 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Sociedade da Bahia S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 38.065 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à S. A. Rádio Tupi para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas, nesta Capital.*

Decreto n. 38.066 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

*— Outorga concessão à Rádio Tamoi S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.067 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Eldorado S. A. para instalar uma estação radiodifusora de frequência modulada.*

Decreto n. 38.068 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Eldorado S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.069 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Cultura de Maringá Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.070 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.071 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

— *Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.072 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora do Maranhão Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.073 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.771, de 19 de agosto de 1955.*

Decreto n. 38.075 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora de Cuiabá Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.078 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora de Cuiabá Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.078 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

— *Outorga concessão à Rádio Vitória Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.079 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora de Aquidauana Limitada para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 38.081 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.082 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora Minas Gerais Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.083 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Educadora de Parnaíba S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.085 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

— *Outorga concessão à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.086 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Capixaba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.087 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Cultura de Campos Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas intermediárias (frequência tropical).*

Decreto n. 38.088 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.949, de 20 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.126 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Outorga concessão à Rádio Colon Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.127 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.085, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.183 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.081, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.185 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.065 de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.236 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com Decreto n.º 38.067, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.237 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.068 de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.238 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.069, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.239 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.079, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.240 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.084, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.241 — de 10 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1955.

## RADIODIFUSÃO

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.087, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.242 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.088, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.243 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

— *Outorga concessão à Difusora Ouro Verde Ltda., para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.245 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Revoga o Decreto n.º 33.171, de 26 de junho de 1953.*

Decreto n. 38.264 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado da Paraíba para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical na cidade de João Pessoa.*

Decreto n. 38.265 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

## RÁDIO CAPIXABA LTDA.

*Outorga concessão à Rádio Capixaba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.087 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

## RÁDIO COLON LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Colon Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.127 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1955.

## RÁDIO CULTURA DA BAHIA LIMITADA

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.949, de 20 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.126 — de 21 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.086 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

## RÁDIO CULTURA DE CAMPOS LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Campos Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas intermediárias (frequência tropical).*

Decreto n. 38.088 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.088, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.243 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

### **RÁDIO CULTURA DE CUIABÁ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.082 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

### **RÁDIO CULTURA DE MARINGÁ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Maringá Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.070 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

### **RÁDIO DIÁRIO DA MANHÃ LIMITADA**

*Retifica o Decreto n.º 37.471, de 13 de junho de 1955, bem como as cláusulas pelo mesmo aprovadas.*

Decreto n. 38.038 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### **RÁDIO DIFUSORA DE AQUIDUNA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora da Aquiduna Limitada para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 38.081 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.081, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.185 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

### **RÁDIO DIFUSORA DE CUIABÁ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora de Cuiabá Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.078 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

Retificado no D. O. de 25 de novembro de 1955.

### **RÁDIO DIFUSORA DE JOINVILE LIMITADA**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.777, de 19 de agosto de 1955.*

Decreto n. 38.075 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

### **RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora do Maranhão Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.073 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

### **RÁDIO DIFUSORA DE MINAS GERAIS**

*Outorga concessão à Rádio Difusora Minas Gerais Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.083 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

# **RÁDIO DIFUSORA TRIANGULINA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora Triangulina Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.076 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1955.

# **RÁDIO EDUCADORA DE PARNAÍBA S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Educadora de Parnaíba S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.085 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.085, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.183 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

# **RÁDIO ELDORADO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Eldorado S. A. para instalar uma estação radiodifusora de frequência modulada.*

Decreto n. 38.068 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Eldorado S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.069 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

# **RÁDIO ELDORADO S. A.**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.068, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.238 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

*— Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.069, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.239 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

# **RÁDIO IRACEMA DE FORTALEZA SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n. 38.071 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

*— Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.072 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

# **RÁDIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 37.769, de 18 de agosto de 1955.*

Decreto n. 38.039 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

# **RÁDIO SOCIEDADE CAPIXABA**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.087, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.242 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**RADIO SOCIEDADE DA BAHIA S.A.**

*Outorga concessão à Rádio Sociedade da Bahia S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 38.065 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.065, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.236 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**RADIO SOCIEDADE DIFUSORA**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.084, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.241 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**RADIO SOCIEDADE VITÓRIA**

*Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.079, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.243 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**RADIO TABAJARA**

*Revoga o Decreto n. 33.171, de 26 de junho de 1953.*

Decreto n. 38.264 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado da Paraíba para instalar uma estação radiodifusora de frequência tropical na cidade de João Pessoa.*

Decreto n. 38.265 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**RADIO TAMOIO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Tamoio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.067 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n.º 38.067, de 12 de outubro de 1955.*

Decreto n. 38.237 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1955.

**RADIO UIRAPURU DE FORTALEZA LTDA.**

*Outorga concessão à Rádio Uirapuru de Fortaleza Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 37.904 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

**RADIO VITÓRIA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Vitória Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.079 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1955.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL**

*Concede à sociedade anônima Refinações de Milho Brasil autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 38.103 — de 18 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

## REFUGIADOS

*Promulga o Acôrdo relativo à concessão de um título de viagem para refugiados que estejam sob a jurisdição do Comité Intergovernamental de Refugiados, assinado em Londres, a 15 de outubro de 1946, entre o Brasil e diversos países.*

Decreto n. 38.018 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

## REGIMENTOS

*Altera a redação dada ao artigo 2.º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República pelo Decreto número 36.225, de 24 de setembro de 1954.*

Decreto n. 38.420 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1955.

## REGISTROS PÚBLICOS

*Dispõe sobre o registro de atos administrativos referentes ao desembarque aduaneiro de bens e mercadorias.*

Decreto n. 38.489 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## REGULAMENTOS

*Regula as promoções dos Oficiais do Exército.*

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

*Torna público o novo texto do Regulamento Internacional para evitar abaloamento no mar.*

Decreto n. 37.901 — de 16 de setembro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## REGULAMENTOS

*— Dispensa, temporariamente, o implemento de exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n. 37.902 — de 16 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 13 de outubro de 1955.

*— Aprova o Regulamento da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 37.905 — de 16 de setembro de 1955.

Retificado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

*— Dá nova redação à letra c do § 1.º do art. 3.º do Regulamento para o Quadro Auxiliar de Oficiais aprovado pelo Decreto n.º 26.450, de 10 de março de 1949, e dá outras providências.*

Decreto n. 37.998 — de 1 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1955.

*— Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.*

Decreto n. 38.010 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1955.

*— Regulamenta a prisão especial.*

Decreto n. 38.016 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

*— Aprova o Regulamento para os Distritos Navais.*

Decreto n. 38.020 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

*— Aprova o Regulamento dos Currículo do Ensino Agrícola.*

Decreto n. 38.042 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

Retificado nos D. O. de 15 de outubro e 13 de dezembro de 1955.



## REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento para o Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 38.102 — de 13 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1955.

— *Altera artigos do Regulamento do Departamento de Desportos do Exército, aprovado pelo Decreto número 26.368, de 17 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 38.128 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Modifica a Tabela a que se refere o art. 78 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 4.257, de 6 de junho de 1939.*

Decreto n. 38.143 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1955.

— *Dá nova redação aos arts. 46, 49, 50 e 62 do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R/126) e toma outras providências.*

Decreto n. 38.177 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1955.

— *Aprova o Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n. 38.233 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 5.º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 25.382, de 18 de agosto de 1948.*

Decreto n. 38.259 — de 26 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

Decreto n. 38.260 — de 29 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 38.268 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 3.401, de 16 de dezembro de 1941.*

Decreto n. 38.275 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1955.

— *Dá nova redação ao art. 38 e seu § 1.º do Decreto n.º 32.315 de 29 de dezembro de 1952 (Regulamento de promoções dos Funcionários Públicos Civis da União).*

Decreto n. 38.284 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

— *Altera dispositivos do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 38.296 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 38.299 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

## REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para o fim de permitir a promoção de Sargentos à graduação de Sub-oficial, por concurso.*

Decreto n. 38.300 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento da Escola Naval.*

Decreto n. 38.301 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Dá nova regulamentação à Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955.*

Decreto n. 38.315 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

— *Altera a redação do n.º 1, letra a do art. 10 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951 (R-124).*

Decreto n. 38.432 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Altera a letra a do art. 60 do Decreto n.º 36.522, de 2 de dezembro de 1954.*

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

Decreto n. 38.477 — de 30 de dezembro de 1955.

## REUNIÃO DE MINISTROS DA FAZENDA OU ECONOMIA DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, para atender as despesas com o funcionamento da "Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas".*

Lei n. 2.660 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

## S

### SALÁRIO MÍNIMO

*Dispõe sobre o salário mínimo dos Médicos e dá outras providências.*

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1955.

Lei n. 2.641 — de 9 de novembro de 1955.

### SALGEMA

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a pesquisar salgema e associados no município de Luis Correia, Estado do Piauí.*

Decreto n. 38.117 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

### SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

*Torna público a denúncia, pelo Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 38.401 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

### SCHEELITA

*Autoriza Mineração Sertaneja S. A., a pesquisar scheelita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.118 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de Acari, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.192 — de 3 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1955.

**SEGURANÇA DO TRABALHO**

*Institui a Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho.*

Decreto n. 38.417 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Dispõe sobre a orientação e fiscalização das atividades do Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

Decreto n. 38.163 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1955.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Suspende a execução dos Decretos ns. 37.271, de 28 de abril de 1955 e 37.881, de 13 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.482 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO**

*Procede à revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais.*

Lei n. 2.622 — de 18 de outubro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de outubro de 1955.

Retificada nos D. O. de 22 e 24 de outubro de 1955.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, na parte relativa à admissão de extranumerários contratados e tarefeiros do Serviço Público e das Autarquias e dá outras providências.*

Decreto n. 38.106 — de 19 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1955.

**SHELL BRAZIL LIMITED**

*Concede permissão, para que funcione aos domingos e nos feriados civis e religiosos, a Seção de Caldeiras da "Shell Brazil Limited".*

Decreto n. 38.141 — de 25 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1955.

**SIDERÚRGICA ITATIAIA S. A.**

*Autoriza Siderúrgica Itatiaia S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Itatua, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.379 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

**SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA**

*Dispõe sobre a vigência dos §§ 6.º e 15 do art. 141 da Constituição Federal, durante o estado de sítio.*

Lei n. 2.682 — de 13 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

**SINDICATOS**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para restituição aos Sindicatos dos Trabalhadores nas Empresas do Grupo Light, Rio de Janeiro e São Paulo, e que será aplicada na instalação de suas colônias de férias.*

Decreto n. 38.317 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA KODAK BRASILEIRA, LTD.**

*Revoga os Decretos que concederam à Sociedade Anônima Kodak Brasileira, Ltd. autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 38.015 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO DA TRINDADE**

*Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês de ferro e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.219 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

**SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI**

*Outorga concessão à S. A. Rádio Tupi para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas, nesta Capital.*

Decreto n. 38.066 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO AURUMINA LTDA.**

*Autoriza a Sociedade de Mineração Aurumina Ltda. a lavar minério de ouro no município de Cavalcante, Estado de Goiás.*

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.444 — de 28 de dezembro de 1955.

**SOCIEDADE FERTILIZANTE CACHOEIRENSE LTDA.**

*Concede à Sociedade Fertilizante Cachoeirense Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.111 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

**SOCIEDADE INDUSTRIAL E MINERADORA "SIMA" LIMITADA**

*Concede à Sociedade Industrial e Mineradora "Sima" Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.037 — de 7 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1955.

**SOCIEDADE MINERADORA CAPELINHA LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Mineradora Capelinha Limitada a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.135 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.

**SOCIEDADE MINERADORA SAFIRINHA LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Mineradora Safirinha Ltda. a lavar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.439 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**SOCIEDADE SULINA DE CAIXEIROS VIAJANTES**

*Declara de utilidade pública a Sociedade Sulina de Caixeiros Viajantes com sede em Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 38.269 — de 2 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1955.

**SOLIDEZ, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Concede à Solidez, Companhia Nacional de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 38.168 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1955.

**SUBVENÇÕES**

*Dispõe sobre subvenção às Associações Rurais Municipais.*

Lei n.º 2.656 — de 26 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1955.

**SUBVENÇÕES**

— *Concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00, durante dez anos consecutivos, ao Colégio Anchieta, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.662 — de 3 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 9 de dezembro de 1955.

— *Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

Lei n.º 2.686 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**SUPRARGILA LTDA.**

*Torna sem efeito o Decreto número 36.256, de 27 de setembro de 1954.*

Decreto n. 38.012 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1955.

**SUPRESSÃO DE CARGOS**

— VER:

*O Ministério a cuja lotação pertencia.*

**T****TABELAS**

*Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Parque de Aeronáutica dos Afonsos para a do Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.009 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1955.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal de Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.017 — de 6 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1955.

**TABELAS**

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 38.063 — de 12 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1955.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinarias para a da Diretoria de Intendência.*

Decreto n. 38.155 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto n. 38.209 — de 10 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1955.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Obras e Fortificações e da Academia Militar das Agulhas Negras, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.257 — de 25 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1955.

— *Altera o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.297 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 38.340 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

## TABELAS

— *Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954, na parte referente ao Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.361 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

— *Desdobra, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.408 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 34.343, de 23 de outubro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Colégio Militar, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.409 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 38.411 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Retifica a relação nominal aprovada pelo Decreto n.º 19.760, de 9 de outubro de 1945, e a relativa ao enquadramento decorrente do Decreto n.º 24.799, de 13 de abril de 1948.*

Decreto n. 38.418 — de 26 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Altera a denominação da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da Produção Animal em Bagé do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.462 — de 29 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1955.

## TALCO

*Autoriza a Congregação Redentorista a lavar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.053 — de 10 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1955.

— *Renova o Decreto n.º 32.645, de 30 de abril de 1953.*

Decreto n. 38.291 — de 9 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1955.

## TAXA

— *Prorroga até 31 de dezembro de 1960 a suspensão da cobrança das taxas aeroportuárias aplicadas às aeronaves das empresas brasileiras, na execução de suas linhas domésticas de 1955.*

Lei n.º 2.702 — de 31 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

## TEMPO DE SERVIÇO

*Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço, para efeito de inatividade, dos oficiais do Serviço ou Corpo de Saúde das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.638 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1955.

## TERRITÓRIO DO ACRE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de .... Cr\$ 195.200,00 para regularização de despesas pagas, no exercício de 1953, pela administração do Território do Acre.*

Lei n.º 2.636 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

**TESOUREIROS**

*Reajusta os proventos dos tesoureiros e ajudantes de tesoureiro inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Lei n. 2.640 — de 9 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1955.

**THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON**

*Retifica o Decreto n.º 37.470, de 13 de junho de 1955, na parte referente à da'a da deliberação da Diretoria da The First National Bank of Boston, sobre aumento do capital desse estabelecimento de crédito.*

Decreto n. 38.479 — de 30 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1956.

**THE INSTITUTE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 4.500.000,00 para pagamento devido pela União ao The Institute of Inter-American Affairs.*

Lei n. 2.683 — de 15 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1955.

**THE JAPAN AIR LINES COMPANY LTD.**

— VER:

*Companhia de Linhas Aéreas do Japão Ltda.*

**TRANSPORTE AÉREO**

*Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

Lei n. 2.686 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**TRANSPORTE AÉREO**

*— Torna pública a adesão da Venezuela à Convenção de uniformização de algumas regras concernentes ao transporte aéreo internacional assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929.*

Decreto n. 38.157 — de 28 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1955.

**TRANSPORTES MARÍTIMOS ITAJAIENSE LIMITADA**

*Concede à Sociedade Transportes Marítimos Itajaíense Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.314 — de 5 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 12 de outubro de 1955.

**TRIBUNAL DE CONTAS**

— Abertura de crédito:

— Ver:

*Crédito especial e Crédito suplementar.*

**TRIBUNAL MARÍTIMO**

*Dispõe sobre o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Marítimo, e dá outras providências.*

Lei n. 2.674 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1955.

Retificada no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

**TRIBUNAIS FEDERAIS**

— Ver:

*Poder Judiciário.*

## TRÍDUO NACIONAL DE N. S. DE FÁTIMA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 600.000,00 para auxiliar a realização do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Lei n. 2.675 — de 8 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1955.

## TURISMO

*Dá nova regulamentação à Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955.*

Decreto n. 33.315 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

## U

### UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede à União Indústria e Comércio S. A., nova denominação da União Química S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.120 — de 20 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1955.

## UNIFORMES

*Cria o boné de brim mescla verde-oliva claro, com pala mole.*

Decreto n. 38.152 — de 26 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1955.

— *Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 38.299 — de 12 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1955.

## UNIFORMES

— *Altera a redação do n.º 1, letra a, do art. 10 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951 (R-124).*

Decreto n. 33.432 — de 28 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

## UNIVERSIDADES

*Dispõe sobre a organização e funcionamento da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Lei n. 2.730 — de 29 de novembro de 1955.

Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

— *Concede prerrogativas de equiparação à Universidade de Campinas e aprova seu Estatuto.*

Decreto n. 38.327 — de 19 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1955.

— *Reconhece a Escola de Serviço Social do Instituto Social anexa à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.329 — de 20 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

## UNIVERSIDADES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona situados na cidade de Salvador, Bahia, e destinados à ampliação da Universidade da Bahia.*

Decreto n. 38.359 — de 22 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1955.

### USINA ITAIQUARA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL S. A.

*Autoriza a Usina Itaquara de Açúcar e Alcool S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 38.098 — de 17 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1955.



**USINAS ELÉTRICAS**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.175 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1955.

**X****XISTO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a posquisar calcário argila, xisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.373 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1955.

**V****VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

*Altera o orçamento e programa de emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n. 38.266 — de 30 de novembro de 1955.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1955.

**VERA CRUZ COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS**

*Concede à "Vera Cruz Companhia Brasileira de Seguros" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 38.170 — de 31 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1955.

**VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 482.600.000,00, destinado a cobrir o deficit da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1955.*

Lei n. 2.692 — de 23 de dezembro de 1955.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1955.

**VISTO CONSULAR**

*Dá nova regulamentação à Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955.*

Decreto n. 38.315 — de 16 de dezembro de 1955.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1955.

**Z****ZIRCÔNIO**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, monazita, zircônio e associados no município de Santa Cruz, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 38.134 — de 24 de outubro de 1955.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1955.